

REVISTA
Uniabeu



Revista Uniabeu, V.12, Número 30, janeiro-abril de 2019

ISSN 2179-5037

SUMÁRIO

- Burnout: causas e possibilidades de intervenções*** 1-15
Daniel Cerdeira de Souza, Eduardo Jorge Sant'Ana Honorato
- A Percepção de coordenadores dos cursos superiores de filosofia de instituições particulares sobre a evasão escolar: Um estudo na região central do Rio Grande do Sul*** 16-32
Rodrigo Roratto, Evandro Dotto Dias, Edenilce Bittencourt Alves, Helenise Sangoi Antunes
- Proposta de um glossário terminológico bilíngue português-inglês de facas de cozinha*** 33-41
Guilherme Aparecido de Souza, Adriane Orenha-Ottaiano
- A multimodalidade e o ensino de crianças autistas*** 42-54
Flávia Gonçalves Calaça de Souza, Matheus de Almeida Barbosa, Nathália Fernandes Inácio Marinho
- Constituição identitária do sujeito indígena: Em busca de uma compreensão intercultural*** 55-64
Maria Luceli Faria Batistote
- O papel social do estágio supervisionado em História: a prática colaborativa e a formação de professores*** 65-81
Sandra Regina Mendes, Thais Vinhas
- Reflexões sobre o uso pedagógico das TIC a partir de narrativas autobiográficas de professores de língua portuguesa*** 82-97
Silvio Nunes da Silva Junior
- Semântica global: cenografia e ethos no discurso político do atual governo do estado do RS*** 98-115
Ernani Freitas, Viviane Demétrio da Silva Scariot
- Ciência ou turismo sem fronteiras? Uma avaliação do programa Ciências Sem Fronteiras por alunos beneficiários da Universidade Federal de Viçosa*** 116-133
Maria Lourenço Moura, Sheila Maria Doula
- Reflexões sobre linguagem, sociedade e surdez*** 134-147
Marcele Pereira de Souza da Rosa Zucolotto, Luciana Rodrigues Ruiz, Najara Ferrari Pinheiro
- Assédio moral: Uma ferramenta da gestão contemporânea*** 148-160
Caroline Toledo do Amaral Dornelas
- O avançar da agenda conservadora e o facismo latente no Brasil*** 161-174
Francisco Thiago Cavalcanti Garcez, Laura Hêmilly Campos Martins, Ítalo Moura Guilherme, Kevin Samuel Gomes Batista
- Processo de compras no setor público: fatores preponderantes para o alcance da celeridade dos pregões no âmbito da EMATER-RN*** 175-198
Wadme Inácio Bezerra, Thiago Ferreira Dias, Richard Medeiros de Araújo
- Determinantes do uso do HEDGE ACCOUNTING no gerenciamento de risco pelas instituições financeiras no Brasil*** 199-218
Wuilmair da Silva Ferreira, Raimundo Nonato Lima Filho
- SERIOUS GAMES como ferramenta de desenvolvimento de habilidades do século 21: a percepção de game designers diante da realidade dos usuários*** 219-244
Pablo Padilha, Breno Buarque de Lima, Thiago Aires Barreira de Campos, Ezequiel

Alves Lobo

Controle interno, auditoria interna e a metodologia COSO: um estudo bibliométrico nos principais periódicos científicos de Contabilidade no período de 2007 a 2017 245-261

Natalieide Gomes Macena da Paixão, Alan Santos de Oliveira, Julliene Larissa de Abreu Lima, Lívia Maria da Silva Santos

Análise bibliométrica da gestão de projetos na gestão estratégica universitária 262-277

Vítor Nascimento da Silva, Pedro Antônio de Melo, Maurício Rissi

Questão social e pobreza: Uma breve análise sobre os conceitos clássicos e a transferência de renda no Brasil 278-291

Camila Faria Pançardes, Lucí Faria Pinheiro

Avaliação das ações da política nacional de desenvolvimento de pessoal - PNDP 292-307

Renan Felinto de Farias Aires, Camila Cristina Rodrigues Salgado

Evasão nos cursos do PROEJA: um estudo de caso no IFRJ 308-321

Rogério Teixeira de Oliveira, Márcia Cristina Rodrigues Cova, Levy Freitas de Lemos

Avaliação sensorial e físico-química de sorvete de pomelo 322-335

Karoline de Souza Maidana, Rita de Cássia Avellaneda Guimarães, Danielle Bogo

Estilo de vida e prática de atividade física de adolescentes de Major Gercino - SC 336-347

Altair Argentino Pereira Junior, Janaina Coelho

Condições de transporte e recebimento de alimentos de origem animal para hotéis de Fortaleza - Ceará 348-359

Samla Marta Rabelo de Medeiros, Rafaella Maria Monteiro Sampaio

Análise sensorial de iogurte natural de maracujá com diferentes tipos de açúcares ou adoçantes: um olhar do nutricionista 360-372

Dayany da Silva Azambuja, Adrielly Cristina da Silva Aquino, Isadora Santos Santos Lima, Jackeline Rodrigues Miranda, Mayara Martins de Souza, Bárbara Grassi Prado

Processo de análise da qualidade de vida dos doentes renais crônicos submetidos à hemodiálise 373-399

Diogo Amaral Barbosa, Raylton Aparecido Silva, Fernando Peixoto Quaresma, Ruhena Kelber Abrão

Absenteísmo do trabalhador de Enfermagem: impactos na saúde do profissional e na assistência 422-435

Maria Luziara Virgínia da Costa Jerônimo, Letícia de Sousa Bispo, Renata de Araújo Sant'Ana, Fernanda de Oliveira Silva, Renata da Silva Hanzelmann, Joanir Pereira Passos

Perfil epidemiológico de óbitos maternos da UTI obstétrica de um hospital de referência no município de São João de Meriti – 436-445

Fábio Augusto de Alegria Tuza, Paulo Henrique de Moura, Danielly de Almeida da Rocha, Renata Priscila Freitas Godinho Tuza,

Qualidade de vida do cuidador familiar de idosos com dependência funcional no âmbito da atenção básica 446-460

Daniela Lacerda de Oliveira, Marle Moura Santos, Matheus Souza Santana, Rodrigo Leite Rangel, Petronílio Ribeiro de Alexandria, Renato Novaes Chaves

Extensão de vida de usinas nucleares 461-479

Igor Borjaille, Jefferson Borges de Araújo, Celso Marcelo Lapa

BURNOUT: CAUSAS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES

Daniel Cerdeira de Souza¹
Eduardo Jorge Sant' Ana Honorato²

Resumo: Este estudo objetivou discutir sobre a Síndrome de Burnout (SB), elencando suas causas, sinais e sintomas e possibilidades de enfrentamento e intervenção. Burnout diz respeito a uma sensação de esgotamento profissional resultante de uma exposição prolongada a eventos estressores no trabalho, devido a um grande envolvimento afetivo do trabalhador, que se desgasta e perde a energia. Como método, escolheu-se a revisão de literatura em livros e artigos indexados nas bases de dado SCIELO e PEPSIC com configuração temporal entre 2002-2017. Os dados colhidos foram analisados de maneira crítico descritiva e os resultados evidenciaram que a SB é causada por fatores externos ligados ao contexto laboral aliado a características de personalidade de cada indivíduo. Seus sinais e sintomas são expressos no adoecimento físico (dores musculares, cefaleia etc.), instabilidade e sofrimento emocional e comportamental (baixo rendimento no trabalho, conflitos interpessoais etc.). As intervenções a SB variam de acordo com a literatura, mas pode-se citar que estratégias organizacionais podem diminuir sua incidência. Já aos cometidos, a psicoterapia individual ou em grupo, de vertente cognitivo comportamental é eficaz no enfrentamento dos sinais e sintomas. Conclui-se que as estratégias de enfrentamento para SB requerem um esforço de vários atores sociais.

Palavras-chave: Esgotamento profissional; Estresse laboral; Enfrentamento ao Burnout.

BURNOUT: CAUSES AND POSSIBILITIES OF INTERVENTIONS

Abstract: This study aims to discuss Burnout Syndrome (SB), listing its causes, signs and symptoms and possibilities of coping and intervention. Burnout refers to a sense of professional burnout resulting from prolonged exposure to stressful work events due to the worker's intense emotional involvement, which wears out and loses energy. As a method, the literature review was selected in books and articles indexed in the databases SCIELO and PEPSIC with temporal configuration between 2002-2017. The data collected were analyzed in a descriptive critical manner and the results showed that SB is caused by external factors linked to the work context, together with the personality characteristics of each individual. Its

¹ Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental; Mestrando em Psicologia e Processos Psicossociais - UFAM; Membro do Grupo de Pesquisa Subjetividades, povos amazônicos e processos de desenvolvimento humano – UFAM. Colaborador de pesquisa no Laboratório de Educação e Desenvolvimento Humano - UFAM Membro da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO Núcleo Manaus; Docente da Universidade Estadual do Amazonas - UEA; Psicoterapeuta e Consultor Organizacional
Lattes:<http://lattes.cnpq.br/6802772660969516>

² Psicólogo, Doutor em Saúde da Criança e da Mulher, com ênfase em Sexualidade, Reprodução, Gênero e Saúde, pela Fiocruz (IFF-RJ).Especialista em Saúde da Família (UFSC) e Docência Superior (UGF). Pós-Graduando em Tecnologias Educacionais pela UFSCAR. É concursado como especialista em saúde na Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (SEMSA), onde faz atendimentos psicoterápicos e testagem rápida (ISTs) em Unidade Básica de Saúde. Concursado como Professor Adjunto na Escola Superior de Ciências da Saúde - ESA - na Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Professor e Orientador no Programa de Mestrado Profissionalizante em Saúde da Família (Abrasco-Fiocruz). É Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Promoção e Educação em Saúde - GEPPES (UEA). Exerce as funções de Coordenador do Curso de especialização em Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas; Coordenador do Curso de Especialização em Sexualidade, Gênero e Direitos Humanos e Coordenador do Curso de Especialização em Psicologia da Saúde. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e Membro parecerista da Comissão de Produtividade. Revisor de Periódicos e Eventos Nacionais de Saúde Pública e Psicologia, além de Membro de Comitê de Assessoramento de agências de fomento. É colunista da Revista Psiquê Ciência e Vida (cinema) e autor do livro Cinematerapia: Entendendo Conflitos.

signs and symptoms are expressed in physical illness (muscular pains, headache, etc.), instability and emotional and behavioral suffering (poor performance at work, interpersonal conflicts, etc.). SB interventions vary according to the literature, but it can be said that organizational strategies can reduce their incidence. On the other hand, individual or group psychotherapy of cognitive behavioral aspects is effective in coping with the signs and symptoms. It is concluded that coping strategies for SB require an effort of several social actors.

Keywords: Occupational exhaustion; Work stress; Coping with Burnout.

1. INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho exige profissionais cada vez mais competentes e, ao mesmo tempo, busca promover saúde e bem-estar a estes. Então, com um olhar crítico, este estudo se propõe a investigar a Síndrome de Burnout (SB), perpassando por suas causas, sinais e sintomas, bem como possíveis intervenções a partir de uma revisão de literatura. A SB é consequência da exposição a altos e prolongados níveis de estresse no trabalho e compreende a exaustão emocional, distanciamento das relações pessoais e diminuição do sentimento de realização pessoal laboral (CARLOTTO, 2002). Burnout é um tipo de estresse ocupacional que acomete profissionais envolvidos com qualquer tipo de cuidado em uma relação de atenção direta, contínua e altamente emocional que foi descrita pela primeira vez pelo psicólogo H. J. Freudenberger, no ano de 1974, para descrever um sentimento de fracasso e exaustão causado por um excessivo desgaste de energia, força e recursos. Atualmente, a definição mais aceita do Burnout é a fundamentada na perspectiva social-psicológica, sendo esta constituída de três dimensões: exaustão emocional, despersonalização e baixa realização pessoal no trabalho (TRIGO, TENG, HALLAK, 2007; SOARES, CUNHA, 2007). Consiste em um processo de perda do idealismo, energia e objetivos, vivenciado pelo indivíduo, originário das más condições de seu trabalho. É um processo gradual pelo qual a pessoa começa a perder o significado e a fascinação pelo trabalho, dando lugar a sentimentos de aborrecimento e falta de realização (CARLOTTO, 2011).

Há quatro perspectivas de compreensão da SB, sendo: a clínica, que considera o mesmo resultante do excessivo empenho do profissional ao desenvolver a sua atividade com expectativas de sucesso fora do alcance; a social-psicológica, em que os fatores determinantes são os estressores relativos à atividade laboral, que é muito parecida com a perspectiva organizacional, em que se enfatizam as

características organizacionais como desencadeadores do mesmo; a social-histórica, que aponta ser o atual modelo de sociedade, baseada principalmente em valores individualistas, o maior fator de risco de Burnout (VOLPATO et al., 2003).

A SB ainda enfrenta uma série de misticismos e preconceitos, o que dificulta sua compreensão de maneira crítica e impossibilita o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento que sejam eficazes em meio a uma sociedade cada vez mais imediatista que exige do profissional uma capacidade emocional maior do que ele consegue oferecer naquele dado momento. Ela se encontra dentro de um contexto maior, que é o contexto social, atrelando-se ao contexto organizacional, que algumas vezes não dá suporte ao trabalhador, seja por dificuldades no gerenciamento do clima organizacional, ou até mesmo por falhas no processo de recrutamento e seleção, que pode identificar as capacidades emocionais de cada sujeito e relacioná-las aos cargos.

Justifica-se esta pesquisa a partir da noção de que embora SB já seja reconhecida como doença relacionada ao trabalho, sendo contemplada na Previdência Social, sua dimensão e caracterização específica ainda são pouco conhecidas no dia a dia no mercado de trabalho. O desconhecimento e equívocos no diagnóstico das doenças ocupacionais ocasionam prejuízos para o trabalhador não só concernentemente à qualidade e à eficácia do tratamento, como também aos seus direitos legais, uma vez que deixa de usufruir de benefícios previdenciários aos quais teria direito (BORGES, 2005).

A SB é vivida de maneira individual e única. Seu surgimento depende das características individuais de cada pessoa, porém, de uma maneira ou de outra, ela afeta diretamente o desempenho dos trabalhadores e sua saúde dentro e fora das organizações (MORIN, 2001). Para lidar com os problemas de desempenho foram construídos mecanismos de gestão (como instrumentos de avaliação de desempenho, pesquisas de clima organizacional e treinamentos), que visam identificar rapidamente, determinar suas origens e corrigir os desvios de desempenho, porém, para se desenvolver estratégias de intervenção para as pessoas que são acometidas pelo Burnout, é preciso compreender seu funcionamento, pois a mesma, além de prejudicar a saúde do trabalhador, gera incapacidade para o trabalho (LUCIANO, 2012). Visto isso, levanta-se então a seguinte problemática: “Como a literatura entre 2002-2017 discute a manifestação da Síndrome de Burnout e quais as formas de tratamento e intervenções?”

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta é uma revisão de literatura narrativa (não sistemática). Esse tipo de pesquisa busca a resolução de um problema por meio de referenciais empíricos e teóricos publicados (PIZZAI et al., 2012). Conforme o problema apresentado neste estudo, a amostra foi constituída de Livros e periódicos indexados que abordem a temática Síndrome de Burnout, datadas a partir de janeiro de 2002 até dezembro de 2017. A busca dos dados foi realizada através de publicações com resumos disponíveis e indexados nas bases SCIELO – Scientific Electronic Library Online (www.scielo.br), PEPSIC – Periódicos Eletrônicos em Psicologia (pepsic.bvsalud.org). Os descritores utilizados foram: “Síndrome de Burnout” e “Intervenção a Síndrome de Burnout”. Como critérios de inclusão, utilizou-se publicações que auxiliassem na resposta do problema formulado dentro da temporalidade delimitada e foram excluídos obras que estivessem fora do formato de artigos e livros, e publicações que mesmo apontando para os objetivos deste estudo, estivessem fora da temporalidade delimitada.

Os dados colhidos nas referências foram analisados e interpretados de forma descritiva e crítica. O método descritivo tem como objetivo organizar, resumir e descrever conteúdos relevantes mais observados, podendo comparar tais conteúdos entre dois ou mais conjunto de dados (REIS, REIS, 2002). Na análise crítica de dados, o pesquisador preconiza e formula um juízo crítico, evidenciando e avaliando o texto pelo seu embasamento e coerência interna. (GIL, 2002). O autor toma uma posição e atitude reflexiva sobre o que leu, mas, para isso, o mesmo deve evidenciar os conteúdos encontrados e adquiridos do texto, a sua própria visão geral e crítica, situando tais posicionamentos sob o domínio de conhecimento (PRODANOV, DE FREITAS 2013).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados 25 artigos, 19 da base Scielo e 6 da base Pepsic, dos quais 3 foram publicados em 2002, 2 em 2005, 2 em 2006, 2 em 2007, 1 em 2008, 3 em 2009, 2 em 2011, 3 em 2012, 1 em 2014, 2 em 2015, 2 em 2016 e 2 em 2017. Quanto ao tipo, 11 estudos correspondem a estudos teóricos de revisão de literatura, 11 correspondiam a pesquisas quantitativas e 1 correspondia a um pesquisa qualitativa, 1 correspondia a um relato de experiência, e 1 correspondia a

uma pesquisa quanti-quali. Foram utilizados 6 livros, dos quais 1 é datado de 2002, 2 de 2005, 1 de 2006, 1 de 2010 e 1 de 2013.

De acordo com o levantamento realizado, pôde-se perceber que Burnout consiste na síndrome da desistência, pois o indivíduo, nessa situação, deixa de investir em seu trabalho e nas relações afetivas que dele decorrem e, aparentemente, torna-se incapaz de se envolver emocionalmente com o mesmo. Dessa forma, pode-se pensar que os seres humanos poderiam entrar neste adoecimento ao se sentirem incapazes de investir em seu trabalho, em consequência da incapacidade de lidar com o mesmo. Um indivíduo está com Burnout quando apresenta fadiga excessiva desencadeada pelo investimento em determinada causa, modo de vida ou relacionamento que não correspondeu às expectativas (ABREU et al., 2002; BOCK, SARRIERA, 2006). O Burnout é gerador de importantes perdas de recursos humanos e econômicos, podendo levar os profissionais ao afastamento laboral, de curto e médio prazo, por ansiedade, depressão, transtornos do estresse, transtornos psicossomáticos e mesmo ideação suicida (MELO, CARLOTTO, 2017).

A SB ocorre quando as tensões causadas pelo trabalho não são reconhecidas e adequadamente enfrentadas, ficando o indivíduo com autoconceito negativo, atitudes negativas em relação ao trabalho e perda de interesse pelos usuários de seus serviços (BARROS et al., 2016). Ocorre na tentativa de adaptação de pessoas que não dispõem de recursos para lidar com o estresse laboral que pode resultar em efeitos negativos tanto para a própria pessoa quanto para seu local de trabalho. Essa falta de habilidade para enfrentar o estresse é determinada tanto por fatores pessoais como por variáveis relativas ao trabalho em si e à organização (BORGES, 2005).

A SB foi reconhecida como um risco ocupacional para profissões que envolvem cuidados com saúde, educação e serviços humanos e tem sido definido como um fenômeno psicossocial que emerge como uma resposta crônica dos estressores interpessoais ocorridos na situação de trabalho, que depende também da capacidade cognitiva de cada indivíduo e da relação que este mantém com a laboralidade, bem como sua tolerância a frustrações e mudanças (MUROFUSE, SOLDATI ABRANCHES, ALVES NAPOLEÃO, 2005; BOCK, SARRIERA, 2006).

Sua definição inclui três componentes: exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal, onde:

– A exaustão emocional, caracterizada por uma falta de energia e um sentimento de esgotamento de recursos emocionais para lidar com as rotinas da prática profissional.

– Abrange sentimentos de desesperança, solidão, depressão, raiva, impaciência, irritabilidade, tensão, diminuição de empatia, fraqueza, preocupação, aumento da suscetibilidade para doenças, distúrbios do sono. Representa a dimensão individual da síndrome.

– O trabalhador, que se vê sem artimanhas” para lidar com os processos do dia a dia que antes o mesmo conseguia lidar (CARLOTTO, 2002; TRIGO, TENG, HALLAK, 2007; TARNOWSKI, CARLOTTO, 2007; MENDONCA, COELHO, JUCA, 2012).

A despersonalização, se caracteriza por tratar os clientes, colegas e a organização como objetos. Um distanciamento afetivo que provoca a sensação de alienação em relação aos outros, sendo a presença destes muitas vezes desagradável e não desejada. Num primeiro momento, é um fator de proteção, mas pode representar um risco de desumanização, colocando em risco, não somente sua saúde, mas também a saúde de seus colegas de trabalho, constituindo a dimensão interpessoal da SB (BORGES, MOURÃO, 2013; DIEHL, CARLOTTO, 2015).

Por último, a falta de realização pessoal no trabalho caracteriza-se como uma tendência que afeta a qualidade de seu trabalho, seu desempenho, as metas da organização. Compreendendo que o humano é movido por “sentidos”, a perda do mesmo leva a uma baixa no investimento de energia (que neste caso, já se esgotou), onde a atividade de trabalho, por mais bem remunerada que seja, não tem o fator motivador de antes. As pessoas sentem-se infelizes consigo próprias e insatisfeitas com seu desenvolvimento profissional (ABREU et al., 2002; LIMA, FARAH, BUSTAMANTE-TEIXEIRA, 2017).

Inúmeros fatores podem ser listados quando se buscam determinar as causas da SB. A maior parte, senão todos, reflete características do próprio sistema de trabalho, que evoluiu juntamente com a economia de consumo capitalista, e exigiu de seus trabalhadores cada vez mais produção. Em contrapartida, esse aumento produtivo diminuiu o tempo antes despendido para outras atividades cotidianas, o que fez com que sua qualidade de vida decaísse, e conseqüentemente, sua saúde fosse afetada. Existe uma relação direta entre os fatores causais da

síndrome e as características organizacionais de onde ela se manifesta (LIMA DA SILVA, CAMPOS DIAS, REIS TEIXEIRA, 2012).

Esse aumento do consumismo expõe o trabalhador a condições insalubres de trabalho, onde sua saúde é diretamente afetada. Aqui, então, o trabalho pode representar satisfação ou insatisfação pessoal. O quadro de insatisfação é gerado quando o ambiente de trabalho é percebido como ameaça ao trabalhador, repercutindo não somente no plano profissional, mas no pessoal da pessoa e questão também, com demandas de trabalho/organizacionais maiores do que a capacidade de enfrentamento de cada um (FRANÇA et al., 2014).

As possíveis causas da SB variam de acordo com a literatura pesquisada, mas giram em torno da insatisfação geral no trabalho, desgaste, sobretudo em condições insalubres, a busca desenfreada por produtividade. De maneira geral, as profissões que mais possuem a probabilidade do surgimento da SB são aquelas que envolvem um contato mais próximo, principalmente um de cunho emocional, mas ocupar cargos com atribuições mais variadas e mais complexas, trabalhar estruturas com menos níveis hierárquicos e mais responsabilidades, a demanda de novas competências para se manter no mercado, longas jornadas de trabalho, número ineficiente de pessoal o que leva acúmulo de funções, alta exposição do profissional a riscos físicos e químicos, os conflitos interpessoais no trabalho, a falta de reconhecimento e valorização da profissão, o excesso de trabalho, salários baixos, a necessidade de vários vínculos empregatícios podem ser gatilhos desencadeadores. (MUROFUSE, SOLDATI ABRANCHES, ALVES NAPOLEÃO, 2005; BORGES et al., 2002; ROSA, CARLOTTO, 2005; TAMAYO, 2009; GUEDES, GASPAS, 2016).

Para a enumeração dos fatores de risco para o desenvolvimento do Burnout, são levadas em consideração quatro dimensões: a organização e o trabalho, o indivíduo, e a sociedade. Percebe-se que a burocracia, a falta de autonomia, as mudanças organizacionais frequentes, problemas de relacionamento, problemas de comunicação riscos no ambiente são fatores organizacionais que podem influenciar no aparecimento da síndrome. Já na dimensão individual, levantam-se as características gerais de personalidade, como indivíduos pessimistas, perfeccionistas, controladores, pessoas com grandes expectativas sobre a profissão podem ter certa tendência a desenvolver Burnout. Por fim, os fatores sociais equivalem a falta de suporte social e familiar, valores e normas culturais (FRANÇA et al., 2014).

O estresse também pode ser definido como um referente para descrever uma situação de muita tensão. No trabalho está diretamente relacionado a respostas ameaçadoras, físicas e emocionais que ocorrem, quando as demandas do cargo/função não se encontram ajustadas às capacidades e aos recursos necessários do trabalhador para enfrentá-las. Vista a relação entre estresse e Burnout, percebe-se que o primeiro acontece de maneira anterior ao segundo e o Burnout é a etapa final das progressivas tentativas de lidar com os fatores de estresse laboral (SUEHIRO et al., 2008; ABREU et al., 2002; CARLOTTO, PALAZZO, 2006; ZANELLI, 2010).

Um dos principais sintomas da SB é resposta emocional (geralmente são emoções que envolvem a agressividade, desesperança, tristeza e sofrimento psíquico em geral) às situações de estresse crônico decorrente das intensas relações de trabalho entre os profissionais que apresentem grandes expectativas com relação a seu desenvolvimento profissional e dedicação à profissão e não alcançam o retorno desejado (TARNOWSKI, CARLOTTO, 2007; DIEHL, CARLOTTO, 2015).

O desenvolvimento da SB decorre de um processo gradual de desgaste no humor e desmotivação acompanhado de sintomas físicos e psíquicos. Manifestando-se através de quatro classes sintomatológicas, sendo: física, quando o trabalhador apresenta fadiga constante, distúrbio do sono, falta de apetite e dores musculares, dor cervical e úlceras; a psíquica, observada pela falta de atenção, alterações da memória e ansiedade, irritabilidade ocasional ou instantânea, gritos, ansiedade, depressão, frustração, respostas rígidas e inflexíveis; e frustração comportamental, identificada quando o indivíduo apresenta-se negligente no trabalho, incapacidade para se concentrar, aumento das relações conflitivas com os colegas, longas pausas para o descanso, cumprimento irregular do horário de trabalho, expressões de hostilidade ou de irritabilidade; e defensiva, quando o trabalhador tem tendência ao isolamento, sentimento de “saber tudo”, empobrecimento da qualidade das tarefas desempenhadas e atitude cínica (JODAS, HADDAD, 2009).

Gil-Monte (2005) explica a SB a partir de quatro dimensões, a saber 1) Ilusão pelo Trabalho, indicando o desejo inicial para atingir metas, sendo estas percebidas pelo sujeito como atraentes e fonte de satisfação pessoal; 2) Desgaste Psíquico, caracterizado pelo sentimento de exaustão emocional e física em relação ao contato direto com pessoas que são fonte ou causadoras de problemas; 3)

Indolência, que é presença de atitudes de indiferença junto às pessoas que necessitam ser atendidas no ambiente de trabalho, assim como insensibilidade aos problemas alheios, essa é uma dimensão social do Burnout; 4) Culpa, surgimento de cobrança e sentimento de culpa por atitudes e comportamentos do indivíduo não condizentes com as normas internas e com a cobrança social acerca do papel profissional.

A perda de energia e a fadiga dos profissionais podem se manifestar por alterações psíquicas e físicas ou a combinação delas com a apresentação de respostas negativas para a atividade laboral, como depressão, autoestima baixa, retraimento pessoal, queda na produtividade e incapacidade de suportar pressões (AGUIAR et al., 2009).

Estratégias de tratamento e enfrentamento para a SB

As estratégias para o enfrentamento da SB variam de acordo com o objetivo desejado, incluindo intervenções focadas no indivíduo como baseadas em habilidades comportamentais e cognitivas de coping, meditação, educação em saúde e atividade física; na relação indivíduo-organização compreendendo as ações para melhoria da comunicação e trabalho em equipe, entre outras; na organização como treinamento e mudança das condições físico-ambientais e intervenções combinadas que associam dois ou mais tipos de intervenções com focos distintos (MORENO et al., 2011). O enfrentamento de determinada situação depende de uma avaliação individual acerca da mesma. Essa avaliação pode identificar perdas, danos, ameaça de perdas ou desafio. As respostas de enfrentamento podem ser uma ação direta ou a solução do problema, reduzindo o estresse e a emoção negativa a ele associada (VERARDI et al., 2012).

Certas estratégias de enfrentamento para a SB podem ser descritas, como a Psicoterapia em diversos aspectos. A terapia cognitiva visa trabalhar em cima das expectativas profissionais do trabalhador para que essas sejam mais reais e possíveis de serem alcançadas, destacando a importância de focar no processo e não no resultado, outro passo seria focar nos eventos estressantes que podem ou não acontecer no processo laboral, pois essa antecipação permite a dessensibilização da situação estressante e ajuda na construção de respostas comportamentais adequadas e adaptativas (BENEVIDES-PEREIRA, 2002).

A terapia de grupo também pode ser uma boa estratégia para lidar com o Burnout, já que permite a partilha de experiências profissionais, a redução do isolamento, a retroalimentação emocional através de apoio social bem como o fornecimento de feedback, proporcionando o desenvolvimento pessoal e profissional, aqui o processo de trabalho com grupo requer encontros fixos com uma boa condução profissional, recomendando-se que o terapeuta tenha um ego de apoio (um outro psicólogo que o ajude na condução do trabalho em grupo) para que uma outra visão do grupo possa ser elaborada e assim se possam planejar as melhores estratégias de enfrentamento da síndrome (BOCK, SARRIERA, 2006).

Vistas a exaustão emocional e desânimo da pessoa acometida por Burnout, é de extrema necessidade se trabalhar a resiliência do indivíduo, para que os conteúdos emocionais aflorados que dificultem a dinâmica de resoluções de problemas. A resiliência envolve não somente a capacidade de lidar com as mais diversas situações, mas também de se adaptar às mudanças que podem ocorrer dentro do ambiente inserido, retomando a capacidade de se lidar com pressão a partir de uma visão mais clara e racional sem desconsiderar os componentes emocionais envolvidos, mas sim trabalhando para não ser dominado pelos mesmos, aqui, se trabalha racionalidade e emocionalidade, focando então no problema e não nas emoções (KOLLER, DELL'AGLIO, YUNES, 2006; BORGES, MOURÃO, 2013).

O processo terapêutico visando auxiliar o indivíduo a lidar com o estresse pode ser uma boa maneira de prevenção ao Burnout, visto que mais importante do que a situação estressora em si, é a maneira como o indivíduo vai interpretar a situação. Aqui a terapia cognitiva é eficaz, pois, ao trabalhar os pensamentos disfuncionais e as distorções cognitivas, se podem construir estratégias de enfrentamento (PETERSEN, 2011).

Intervenções psicossociais também podem ser mencionadas nas formas de enfrentamento da SB, pois o afastamento afetivo do trabalho decorrente do esgotamento emocional influencia em diversas outras áreas do funcionamento da vida do sujeito. A prática de esportes, hobbies, trabalho voluntário e até mesmo o afastamento do trabalho podem contribuir para uma melhor atenção ao quadro clínico. Outras estratégias também podem ser elencadas, como alimentação adequada, sono apropriado às necessidades individuais, medicação, se necessária, sob supervisão médica.

Estratégias organizacionais também podem ser elencadas no processo de enfrentamento da SB, como, por exemplo: empresas com dificuldades de comunicação possuem maiores tendências a desenvolverem em colaboradores o Burnout. Visto isso, ressalta-se que um processo de comunicação claro e objetivo pode prevenir e/ou auxiliar no tratamento deste adoecimento, porém as demandas organizacionais não dizem respeito somente a comunicação. Fatores como treinamento e desenvolvimento podem auxiliar na prevenção de Burnout, visto que a falta de habilidade técnica e/ou comportamental pode causar sofrimento no colaborador, além de que os relacionamentos hierárquicos também podem influenciar no processo saúde e doença (BORGES, 2005).

Vale ressaltar que, no que diz respeito à SB, as intervenções devem ser de cunho individual e coletivo. A melhor estratégia de enfrentamento para o Burnout é a prevenção, que requer esforço do trabalhador em cuidado consigo mesmo e da organização em cuidado com todos. A prevenção e a erradicação do Burnout devem contemplar uma ação conjunta entre trabalhador, organização e sociedade. As ações geradas devem visar a busca de alternativas para possíveis modificações, não só na esfera organizacional de seu trabalho e de suas relações interpessoais, mas também na ampla gama de fatores sociais e culturais que determinam aspectos constituintes da cultura organizacional (CARLOTO, 2002).

Também pode-se ressaltar a necessidade de políticas públicas específicas de enfrentamento e prevenção do estresse e Burnout. Muitos profissionais não têm conhecimento acerca dos seus direitos trabalhistas relacionados ao adoecimento organizacional, também se ressalta a necessidade de reflexão frente às organizações acerca do estresse ocupacional, já que muitas vezes, a solução encontrada pelas organizações é o desligamento de colaboradores e não o enfrentamento da síndrome em si, a promoção de campanhas informativas, a promoção de valores humanos voltados ao trabalho, projetos de ergonomia e relaxamento, boas condições de trabalho, o combate às sobrecargas de atividades podem ser estratégias que as organizações podem adotar a fim de ajudar o trabalhador a lidar com o estresse (BOA MORTE, DEPS, 2015).

4. CONCLUSÃO

A SB ainda é um processo de investigação. Como não é uma síndrome clínica, e sim um diagnóstico de situação de trabalho, ela requer estratégias práticas que visem a saúde e qualidade de vida do trabalhador, estando ligado à maneira como se relaciona com o trabalho. Entende-se que essa relação determinará sua saúde, porém, suas fragilidades de personalidade podem influenciar nesse processo, assim como as demandas organizacionais. Portanto, compreende-se que as causas da SB são uma combinação de fatores externos atrelados a fatores internos do indivíduo. A necessidade de se compreender os aspectos relacionados à SB ajudam a possibilitar estratégias de enfrentamento assertivas no que diz respeito à saúde do trabalhador. As pressões em cima do trabalhador em relação a produtividade, qualidade de produção e tempo fazem o ambiente organizacional ser um fator de risco iminente para burnout dependendo dos valores e modos de gestão. As estratégias de enfrentamento a SB requerem um comprometimento de inúmeros atores sociais, na busca de promover um ambiente laboral saudável e equilibrado na busca por resultados.

REFERÊNCIAS

- ABREU, K. L. et al. Estresse ocupacional e Síndrome de Burnout no exercício profissional da psicologia. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 22, n. 2, pp. 22-29, 2002.
- AGUIAR, A. V. et al. Caracterização da síndrome de burnout: uma revisão bibliográfica. In: 61º Congresso Brasileiro de enfermagem – Transformação Social e Sustentabilidade Ambiental. Fortaleza – Ceará, 2009.
- BARROS, M. M. S. et al. Síndrome de Burnout em médicos intensivistas: estudo em UTIs de Sergipe. *Temas em Psicologia*, v. 24, n. 1, pp. 377-389, 2016.
- BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria T. Burnout, quando o trabalho começa a ameaçar o bem-estar do trabalhador. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- BOA MORTE, S. V. R.; DEPS, V. L. Prevenção e tratamento do estresse e da Síndrome de Burnout em professores da rede pública de ensino. *LINKSCIENCEPLACE-Interdisciplinary Scientific Journal*, v. 2, n. 1, 2015.
- BÖCK, V. R.; SARRIERA, J. C. O grupo operativo intervindo na Síndrome de Burnout. *Psicologia escolar e educacional*, v. 10, n. 1, pp. 31-39, 2006.
- BORGES, Livia de Oliveira. Os profissionais de saúde e seu trabalho. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2005.

_____; et al. A Síndrome de Burnout e os valores organizacionais: um estudo comparativo em hospitais universitários. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.3, n. 15, p. 189-200, 2002.

_____; MOURÃO, L. O Trabalho e as Organizações: Atuações a partir da Psicologia. Porto Alegre. Artmed Editora, 2013

CARLOTTO, M. S. A síndrome de burnout e o trabalho docente. *Psicologia em estudo*, v. 7, n. 1, pp. 21-29, 2002.

_____. Fatores de risco da síndrome de burnout em técnicos de enfermagem. *Revista da SBPH*, v. 14, n. 2, pp. 07-26, 2011.

_____; PALAZZO, L. S. Síndrome de burnout e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 22, pp. 1017-1026, 2006.

DIEHL, L.; CARLOTTO, M. S. Síndrome de Burnout: indicadores para a construção de um diagnóstico. *Psicologia Clínica*, v. 27, n. 2, 2015.

FRANÇA, T. L. B. et al. Síndrome de Burnout: características, diagnóstico, fatores de risco e prevenção. *Revista de Enfermagem UFPE*, v. 8, n. 10, pp. 3539-46, 2014.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, v. 5, n. 61, pp. 16-17, 2002.

GIL-MONTE, P. R. El síndrome de quemarse por el trabajo ("burnout"). Una enfermedad laboral en la sociedad del bienestar. Madrid: Pirámide, 2005.

GUEDES, D.; GASPAR, E. "Burnout" em uma amostra de profissionais de Educação Física brasileiros. *Rev. bras. educ. fís. esporte*, v. 30, n. 4, pp. 999-1010, 2016.

JODAS, D. A.; HADDAD, M. C. L. Síndrome de Burnout em trabalhadores de enfermagem de um pronto socorro de hospital universitário. *Acta paul enferm*, v. 22, n. 2, p. 192-7, 2009.

KOLLER, Sílvia; DELL'AGLIO, Débora; YUNES, Maria Ângela Mattar. Resiliência E Psicologia Positiva: Interfaces. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

LIMA DA SILVA, J. L.; CAMPOS DIAS, A.; REIS TEIXEIRA, L. Discussão sobre as causas da Síndrome de Burnout e suas implicações à saúde do profissional de enfermagem. *Aquichan*, v. 12, n. 2, pp. 144-159, 2012.

LIMA, A. S.; FARAH, B. F.; BUSTAMANTE-TEIXEIRA, M. T. Análise da prevalência da síndrome de burnout em profissionais da atenção primária em saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*, n. ahead, p. 0-0, 2017.

LUCIANO, Valmir Martins. Estudo sobre a prevalência da síndrome de burnout, geradora de incapacidade e suas conseqüências. São Paulo. Editora Baruma, 2012.

MELO, L. P.; CARLOTTO, M. S. Programa de prevenção para manejo de estresse e Síndrome de Burnout para bombeiros: Relato de experiência de uma intervenção. *Estud. psicol. (Natal)*, v. 22, n. 1, pp. 99-108, mar. 2017.

MENDONCA, V. L. G.; COELHO, J. A. P. M.; JUCA, M. J. Síndrome de Burnout em Médicos Docentes de uma Instituição Pública. *Psicol. pesq.*, v. 6, n. 2, pp. 90-100, dez. 2012

MORENO, Fernanda Novaes et al. Estratégias e intervenções no enfrentamento da síndrome de burnout. *Rev enferm UERJ*, v. 19, n. 1, pp. 140-5, 2011.

MORIN, E. M. Os sentidos do trabalho. *Revista de administração de empresas*, v. 41, n. 3, pp. 08-19, 2001.

MUROFUSE, N. T.; SOLDATI ABRANCHES, S.; ALVES NAPOLEÃO, A. Reflexões sobre estresse e Burnout e a relação com a enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 13, n. 2, 2005.

PETERSEN, C. S. Evidências de efetividade e procedimentos básicos para terapia cognitivo-comportamental para crianças com transtornos de ansiedade. *Rev. bras. psicoter*, v. 13, n. 1, pp. 39-50, 2011.

PIZZAI, L.; SILVA, R. C.; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 10, n. 1, pp. 53-66, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. Editora Feevale, 2013.

REIS, E. A.; REIS, I. A. *Análise descritiva de dados: Síntese numérica*. Belo Horizonte, UFMG, 2002.

ROSA, C.; CARLOTTO, M. S. Síndrome de Burnout e satisfação no trabalho em profissionais de uma instituição hospitalar. *Revista da SBPH*, v. 8, n. 2, pp. 1-15, 2005.

SOARES, H. L. R.; CUNHA, C. E. C. A. síndrome do "burn-out": sofrimento psíquico nos profissionais de saúde. *Revista do Departamento de Psicologia. UFF*, v. 19, n. 2, pp. 505-506, 2007.

SUEHIRO, A. C. B. et al. Vulnerabilidade ao estresse e satisfação no trabalho em profissionais do Programa de Saúde da Família. *Boletim de psicologia*, v. 58, n. 129, pp. 205-218, 2008.

TAMAYO, M. R. Burnout: implicações das fontes organizacionais de desajuste indivíduo-trabalho em profissionais da enfermagem. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 22, n. 3, 2009.

TARNOWSKI, M.; CARLOTTO, M. S. Síndrome de Burnout em estudantes de psicologia. *Temas psicol.*, v. 15, n. 2, pp. 173-180, dez. 2007

TRIGO, T.; TENG, C. T.; HALLAK, J. E. C. Síndrome de burnout ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos. *Revista de psiquiatria Clínica*, v. 34, n. 5, pp. 223-233, 2007.

VERARDI, C. E. L. et al. Esporte, stress e burnout. *Estud. psicol. (Campinas)*, v. 29, n. 3, pp. 305-313, 2012

VOLPATO, D. C. et al. Burnout em profissionais de Maringá. *Revista Eletrônica InterAção Psy*, n. 1, pp. 102 - 111, 2003.

ZANELLI, José Carlos. *Estresse nas Organizações de Trabalho: Compreensão e Intervenção Baseadas em Evidências*. Porto Alegre: Artmed. 2010.

Submetido em: 28 de março de 2018

Aprovado em: 04 de agosto de 2018

A PERCEÇÃO DE COORDENADORES DOS CURSOS SUPERIORES DE FILOSOFIA DE INSTITUIÇÕES PARTICULARES SOBRE A EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL

Rodrigo Roratto¹
Evandro Dotto Dias²
Edenilce Bittencourt Alves³
Helenise Sangoi Antunes⁴

Resumo: Realizar um curso superior, para a grande maioria dos selecionados, representa satisfazer ambições, expectativas, aspirações pessoais e profissionais para um futuro mais promissor. Porém, principalmente nos primeiros anos do ensino superior, trancar ou abandonar o curso também é um comportamento não raro. Assim, o objetivo desta pesquisa é descrever os motivos que causam a evasão dos acadêmicos que cursam Filosofia nas instituições particulares de Santa Maria/RS, através da visão dos coordenadores do curso, a qual poderá ser uma questão medida por um processo de avaliação do ensino em todos os níveis como necessários e fundamentais. É preciso ter claro que o afastamento definitivo de um estudante de determinada oferta educacional é fruto de múltiplos fatores sociais, econômicos, familiares, institucionais e pessoais, os quais se reforçam mutuamente e resulta na chamada evasão. O estudo é de caráter qualitativo, a coleta dos dados foi realizada através de aplicação de questionário/entrevista aos coordenadores dos cursos de filosofia, contendo questões abertas com o objetivo de coletar dados que subsidiassem a pesquisa, possibilitando chegar a um resultado que demonstre tal evasão e quais seus motivos.

Palavras-chave: Evasão; Filosofia; Fatores sociais.

THE PERCEPTION OF COORDINATORS OF THE HIGHER COURSES OF PHILOSOPHY OF PRIVATE INSTITUTIONS ON SCHOOL EVASION: A STUDY IN THE CENTRAL REGION OF RIO GRANDE DO SUL

Abstract: Hold a university degree, for the vast majority of the selected represents satisfy ambitions, expectations and personal and professional aspirations for a more promising future. However, especially in the first years of higher education, lock or leave the course it is also a not uncommon behavior. Describe the reasons that cause avoidance of academics who are studying philosophy in private institutions of Santa Maria/RS, through the vision of the fact that engineers, which may be an issue as a process of evaluation of education at all levels as necessary and fundamental. It must be clear that the definitive removal of a student of a certain educational provision is the result of multiple social, economic, family, institutional and personal, which are mutually reinforcing and results in avoidance call. The study is qualitative, data collection was conducted through a questionnaire/interview the coordinators of the philosophy courses, with open questions in order to collect data that subsidize research, making it possible to achieve a result that demonstrates such evasion and what their motives.

Keywords: Evasion; Philosophy; Social factors.

¹ UFSM

² UFSM

³ FAPAS

⁴ UFSM

1. INTRODUÇÃO

Com o processo de ampliação de vagas no ensino superior brasileiro, ingressar no sistema superior tornou-se relativamente mais acessível. Como uma Instituição de Ensino Superior (IES) tem o papel de potencializar o desenvolvimento econômico e social, formando profissionais com qualidade e em quantidade suficiente, a taxa de evasão e suas causas precisam ser identificadas e combatidas.

A contribuição teórica para o tema evasão é originária do debate que se iniciou nos Estados Unidos, a partir da década de 1950, através da integração acadêmica, estabelecida através de compromissos pessoais, sociais e acadêmicos, que consistem em elementos instauradores de um forte vínculo do estudante com a instituição. Tais elementos se transformariam em mecanismos capazes de evitar uma decepção com o curso ou com a instituição que acabasse por ocasionar o desligamento do aluno.

Segundo Moehlecke (2004, apud Amaral 2009) os motivos para a evasão podem ser agrupados em três grandes grupos: a) aqueles que se relacionam ao próprio estudante e suas escolhas; b) os relacionados ao curso e/ou à instituição; c) os relacionados a fatores socioculturais e econômicos externos.

Em geral, evasão no ensino superior é classificada em três tipos: evasão de curso, quando o estudante desliga-se do curso de origem, sem concluí-lo (troca de curso, inclusive); evasão de instituição, quando ele abandona a IES na qual está matriculado (troca de IES, inclusive); e evasão de sistema, quando o aluno se ausenta de forma permanente ou temporária da academia (desistência do ensino superior). Em outras palavras, evasão escolar trata-se de um fenômeno social definido como interrupção no ciclo de estudos, podendo se dar no âmbito do curso, instituição ou sistema.

Institucionalmente, a evasão também pode ser medida por curso, área de conhecimento, período de oferta ou qualquer outro universo, desde que haja acesso a dados e informações pertinentes, um desafio se considerado a diversidade de dados e de formas de armazenamento.

Nas instituições de ensino superior, conhecer os indicadores de evasão pode ser um importante instrumento para a criação de políticas, programas e atividades que visem a permanência dos estudantes. Minimamente, é importante dispor de indicadores que apontem taxas de evasão por curso e área de

conhecimento. Porém, ações de combate efetivas dependerão de análises mais minuciosas que permitam identificar causas ou segmentos de alunos que apresentam uma maior taxa de evasão. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a região central do estado é um dos maiores polos educacionais da Região Sul do país, principalmente a cidade de Santa Maria, que possui grande concentração de instituições de ensino superior privado, as quais possuem cursos de Filosofia, sendo considerada o principal polo educacional do interior do estado, sendo a principal da região a possuir cursos superiores de Filosofia em instituições privadas. Portanto, com esse trabalho visamos investigar quais os motivos que causam a evasão dos acadêmicos que cursam Filosofia em instituições de ensino superior na cidade de Santa Maria. Assim, este trabalho tem como objetivo geral descrever os motivos que causam a evasão dos acadêmicos que cursam Filosofia nas instituições particulares de Santa Maria, através da visão dos coordenadores. Além disso, tem os seguintes objetivos específicos: (a) verificar o percentual de evasão das instituições nos últimos quatro anos, (b) analisar a visão do coordenador sobre os motivos da evasão, e (c) verificar os incentivos dados para evitar a evasão por parte da instituição e do corpo docente.

O assunto foi escolhido pela curiosidade de entender o real motivo para o índice de abandono do curso de Filosofia. Também pelo fato do assunto ser pouco explorado cientificamente, de modo que poderia trazer uma contribuição significativa para a área e proporcionar subsídios para pesquisadores e gestores educacionais. E também, fornecer informações valiosas para as instituições de ensino superior analisarem a questão com o intuito de reduzir os custos que este problema acarreta. Segundo Cunha, Tunes e Silva (2001, p. 262) afirmam, a análise sobre evasão de alunos dos cursos de graduação das universidades brasileiras ainda não foi dada com o rigor e o empenho analítico necessário ao seu entendimento. Ainda segundo os autores, à exceção do estudo realizado recentemente por comissão instituída nacionalmente para este fim, não se verificava, até o momento, a existência de outros estudos que pudessem dar conta de um diagnóstico da evasão na graduação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Moura e Silva (2007) compreendem a evasão como um fenômeno complexo e que, portanto, não pode ser considerado de forma linear para todos os sistemas, instituições, ofertas educacionais ou sujeitos. O termo evasão é carregado de um sentido que culpabiliza o indivíduo que, por várias razões, interrompeu definitivamente sua trajetória em uma determinada oferta educacional. Dessa forma, o termo também contribui para isentar a instituição e o respectivo sistema educacional de qualquer responsabilidade sobre esse fenômeno. É preciso ter claro que o afastamento definitivo de um estudante de determinada oferta educacional é fruto de múltiplos fatores sociais, econômicos, familiares, institucionais e pessoais, os quais se reforçam mutuamente e resulta na chamada evasão.

Vivas (2011) afirma que, embora a evasão não seja algo novo na educação superior brasileira, ainda existem poucos estudos e dados sistemáticos sobre o fenômeno. Por este motivo, todos os estudos e pesquisas que vierem se somar aos já existentes contribuem para o diagnóstico, mapeamento e compreensão do cenário nas instituições do estado, da região e o do país.

Para Veloso e Almeida (2001), insere-se no processo educacional, onde é de se reconhecer que no intervalo entre o início do processo, com a entrada do educando na Instituição, e o momento de sua saída, traduzida em sua formatura, uma série de fatos ocorrem; muitos sucessos recompensam esforços desenvolvidos, muitos obstáculos surgem, dificultando em grau variável a trajetória do aluno, e que por vezes, acabam interferindo na continuidade do processo, ocasionando o desligamento da instituição ou do curso – a evasão do aluno do processo educacional.

No Brasil, é possível identificar evasão a partir de discussões e pesquisas. O assunto tornou-se um fenômeno complexo que vem interferindo na gestão universitária seja ela pública ou privada. Estas pesquisas passaram a ser mais frequentes a partir de 1995, como resultado do “Seminário sobre evasão nas universidades brasileiras” organizado pela Secretaria de Ensino Superior (SESu) do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Foi, então, proposta a criação de uma Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, composta por representantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e do MEC, para fazer um estudo mais substancial a respeito do tema, diz AMARAL (2009 apud Moehlecke, 2004).

Pereira (2003) ressalta que, atualmente, 67% dos alunos na graduação encontram-se matriculados nas IES privadas. Contudo, ainda segundo o autor, uma discussão recente passou a preocupar os dirigentes das IES privadas: o aumento do número de vagas não preenchidas e a evasão dos alunos matriculados nos cursos superiores.

No que diz respeito ao controle da evasão escolar, Baggi (2011) relata que o processo de avaliação institucional permite fornecer uma visão privilegiada da universidade e pode contribuir, sobremaneira, com os processos acadêmicos e administrativos, sendo um importante instrumento de planejamento acadêmico e gerencial. Em relação à evasão escolar, pode antecipar procedimentos institucionais que evitem a saída dos alunos, sendo imprescindível sua análise pela administração central e no nível operacional, principalmente nas coordenações de curso. Por isso, segundo o autor, a avaliação institucional necessita abordar indicadores ou aspectos que tratem da evasão escolar na instituição em que é aplicada, sendo este um de seus papéis no processo de tomada de decisão na gestão universitária.

Como as IES privadas dependem quase que exclusivamente dos recursos obtidos através das mensalidades dos estudantes, torna-se crucial para a sobrevivência destas instituições calcularem o quanto a evasão gera de prejuízo financeiro e, sobretudo, os motivos que fazem com que os acadêmicos abandonem o curso superior (PEREIRA, 2003).

Outra questão importante, diz respeito às bases financeiras da evasão. De modo geral, as instituições, públicas e privadas, dão como principal razão da evasão a falta de recursos financeiros para o estudante prosseguir nos estudos, e é também o que o estudante declara quando perguntado sobre a principal razão da evasão. (SILVA FILHO et al., 2007).

Por outro lado, Monteiro (2008) diz que a partir do momento que a evasão é detectada, torna-se fato importante que deve ser exposto ao sistema de incentivo. Fato esse, que segundo o autor, poderá ser uma questão medida por um processo de avaliação do incentivo à permanência estudantil em todos os níveis, no intuito de aplicar adequadamente os recursos disponíveis naquilo que pode realmente motivar o aluno no seu respectivo curso.

Para Vivas (2011), a evasão diferencia em princípio 03 tipos básicos: de curso; da instituição e do sistema. Dentre estas, podemos ainda delimitar a categorização de pelo menos 05 subgrupos: abandono, desistência, cancelamento,

trancamento e transferência. Cada um destes tipos interfere na chamada evasão média e total. A primeira configurando a saída dos alunos entre os semestres/anos e a segunda, referente ao número de ingressantes e concluintes ao final do período mínimo de conclusão dos cursos.

Segundo Silva Filho et al. (2007), são raríssimas as IES brasileiras que possuem um programa institucional profissionalizado de combate à evasão, com planejamento de ações, acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem-sucedidas. A evasão deve ser entendida sob dois aspectos similares, mas não idênticos: (a) a evasão anual média mede qual a porcentagem de alunos matriculados em um sistema de ensino, em uma IES, ou em um curso que, não tendo se formado, também não se matriculou no ano seguinte (ou no semestre seguinte, se o objetivo for acompanhar o que acontece em cursos semestrais). Por exemplo, se uma IES tivesse 100 alunos matriculados em certo curso, que poderiam renovar suas matrículas no ano seguinte, mas somente 80 o fizessem, a evasão anual média no curso seria de 20%; (b) a evasão total mede o número de alunos que, tendo entrado num determinado curso, IES ou sistema de ensino, não obteve o diploma ao final de um certo número de anos. É o complemento do que se chama índice de titulação. Por exemplo, se 100 estudantes entraram em um curso em um determinado ano e 54 se formaram, o índice de titulação é de 54% e a evasão nesse curso é de 46%.

Baggi (2011) relata que a evasão tem múltiplas razões, dependendo do contexto social, cultural, político e econômico em que a instituição está inserida. Pode estar relacionada, por exemplo, diretamente à má qualidade de ensino oferecida pelas IES, provocando a perda definitiva do aluno. Dessa forma, aponta-se a necessidade de se fortalecer as articulações entre avaliação institucional, evasão e qualidade de ensino, no sentido de haver uma maior explicitação e visibilidade do problema 'evasão' no ensino superior, seja público ou privado, tanto em relação às discussões acadêmicas, como em relação às instituições responsáveis pelas políticas públicas educacionais.

3.METODOLOGIA

O universo da pesquisa é composto pelos coordenadores do curso de Filosofia da FAPAS e da UNIFRA.

Esta pesquisa é baseada em estudo de caráter qualitativo, por meio do envio de um questionário/entrevista, via correio eletrônico, para os coordenadores dos cursos, contendo seis questões abertas, com o objetivo de coletar dados que subsidiassem a pesquisa.

Em um primeiro instante foi realizada a construção de um projeto de pesquisa entre os meses de outubro e dezembro de 2016. Em um segundo instante, entre os meses de abril e maio de 2017, foi elaborado um questionário/entrevista, contendo seis questões abertas, de caráter qualitativo, sendo aplicado aos coordenadores dos cursos de Filosofia do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) e Faculdade Palotina de Santa Maria (FAPAS), na última semana de abril. A aplicação do questionário decorreu em um tempo de duas semanas entre envio e retorno das respostas, no final do mês de maio e na primeira semana do mês de junho de 2017. Após os dados coletados, foi realizada a tabulação desses, na segunda quinzena de junho. Ainda nesse período, o resultado encontrado na tabulação foi analisado e comparado com o referencial teórico

Para a realização do presente trabalho, em primeiro instante foi realizado um projeto de organização do estudo. Em um segundo instante, houve a coleta de dados através da aplicação da entrevista, auxiliada pelo questionário, e após a coleta destes dados, os mesmos foram tabulados e analisados para melhor compreensão dos motivos que levam à evasão. Os dados coletados foram transcritos em sua totalidade em quadros, que permitissem uma análise contextual mais completa e que permitisse a integralidade lexical das palavras obtidas na fase de entrevista.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta dos dados, estes, foram tabulados conforme as percepções dos coordenadores dos cursos de Filosofia, sobre a evasão, relatados em um questionário e analisados com base no referencial teórico. O Quadro 1, a seguir, mostra os detalhes das respostas dos entrevistados para a Questão 1.

Quadro 1 – Respostas para a Questão 1.

Questão 1	Como coordenador de curso, como você descreve a evasão escolar?
Respondente 1 (FAPAS)	A evasão é bastante prejudicial para a vida acadêmica dos alunos porque muitas vezes eles abandonam o curso e não dão continuidade aos estudos em outra instituição, ficando incompleta a sua formação.
Respondente 2 (UNIFRA)	Quando se discute e tenta-se compreender o fenômeno da evasão escolar, logo se pensa naqueles alunos que, por muitos motivos, desistem do curso ou estágio de formação a que se encontram. Porém, penso que a evasão não pode ser dimensionada somente a partir desse âmbito. Para uma discussão mais ampla e profunda, há que se discutirem os motivos que interferem diretamente, ou fazem com que uma pessoa não tenha condições de fazer acesso à escola/Curso. Ou seja, uma política pública de inclusão escolar, não só deve envolver e primar pelo critério eficiência, mas, sobretudo, pela equidade no acesso e manutenção do aluno na Escola/Curso. Além disso, é preciso entender como as informações chegam até as pessoas e como são transformadas em decisões. Portanto, a evasão escolar está associada há um conjunto de fatores: percepções da vida e do mundo, informações recebidas e processadas, condições financeiras e intelectuais, motivações internas e externas, oportunidades de se estudar e trabalhar, e premiações trabalhistas. Na falta desses requisitos, obviamente que os índices de evasão tendem a aumentar e não só em escolas privadas, mas também em escolas públicas, pois existem fatos que estão na base da escolha formativa e profissional que são decisivas para que o aluno tenha acesso, permaneça e estude na escola/Curso.

Com base no entendimento dos coordenadores do curso de Filosofia, estes descrevem a evasão como sendo prejudicial para a instituição e que o assunto deve ser discutido para que se compreendam melhor os motivos que interferem diretamente ou que façam com que a pessoa não tenha condições de ter acesso e ou se manter no curso. De acordo com Vivas (2011), estudos e pesquisas que vierem se somar aos já existentes contribuem para o diagnóstico, mapeamento e compreensão do cenário nas instituições.

Para Veloso e Almeida (2001), muitos obstáculos surgem dificultando em grau variável a trajetória do aluno, e que, por vezes, acabam interferindo na continuidade do processo, ocasionando o desligamento da instituição ou do curso –

a evasão do aluno do processo educacional. O Respondente 2 ressaltou alguns destes fatores que ele acha que estejam associados à estes obstáculos, tais como percepções da vida e do mundo, informações recebidas e processadas, condições financeiras e intelectuais, motivações internas e externas, oportunidades de se estudar e trabalhar e premiações trabalhistas.

Baggi (2011) relata que a evasão tem múltiplas razões, dependendo do contexto social, cultural, político e econômico em que a instituição está inserida. Pode estar relacionada, por exemplo, diretamente à má qualidade de ensino oferecida pelas IES, provocando a perda definitiva do aluno.

Já o Quadro 2, abaixo, apresenta a percepção dos entrevistados em relação ao tema abordado pelo segundo questionamento.

Quadro 2 – Respostas para a Questão 2.

Questão 2	Para você, quais os motivos que levam uma pessoa que estuda a abandonar o curso?
Respondente 1 (FAPAS)	(x) Outros, descreva. Acredito que no caso específico da FAPAS, que temos muitos seminaristas cursando Filosofia, quando eles saem do seminário muitos deles abandonam o curso, algumas vezes por ter dificuldade de se manterem financeiramente no curso, já que o curso é matutino, isso se torna um empecilho para arrumar um emprego. Outras vezes, os alunos resolvem ir estudar em outra faculdade mais próxima de seus familiares, já que temos muitos alunos que são de outras regiões do país.
Respondente 2 (UNIFRA)	(x) Financeiro.

Com base nos motivos que levam à evasão, houve uma simetria nas respostas dadas pelos coordenadores, concordando que os principais motivos seriam de cunho financeiro. Pereira (2003) ressalta que, atualmente, 67% dos alunos na graduação encontram-se matriculados nas IES privadas.

De modo geral, as instituições, públicas e privadas, dão como principal razão da evasão a falta de recursos financeiros para o estudante prosseguir nos estudos. É, também, o que o estudante declara quando perguntado sobre a principal razão da evasão, no estudo de SILVA FILHO et al., (2007).

O Respondente1 destacou também o fato de haver muitos seminaristas que vêm de outras regiões do país, sentem a falta de seus familiares e acabam abandonando o curso.

O Quadro 3 apresenta as respostas para a terceira questão formulada aos entrevistados.

Quadro 3 – Respostas para a Questão 3.

Questão 3	Na sua opinião, para melhorar a situação da evasão escolar atual, seria necessário:
Respondente 1 (FAPAS)	(x) Outros, descreva. Penso que no caso do curso de Filosofia o fato dele ser matutino acaba dificultando a permanência dos alunos na faculdade quando eles optam por sair do seminário e precisam arrumar um emprego para continuar no curso.
Respondente 2 (UNIFRA)	(x) Garantias de financiamentos estudantis mais acessíveis.

Quanto às medidas para melhorar a situação da evasão escolar atual, o Respondente 1 relatou que, pelo fato do curso ser matutino e contar com seminaristas que geralmente vêm de outras cidades, dificulta para eles conseguirem emprego. O Respondente 2 elencou que tivessem garantias de financiamentos estudantis mais acessíveis para os alunos. Para Silva Filho et al. (2007), são raríssimas as IES brasileiras que conseguem desenvolver um planejamento de ações, acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem-sucedidas no que diz respeito à evasão escolar.

O Quadro 4 aborda a questão número 4 e as percepções dos entrevistados pelas suas respostas.

Quadro 4 – Respostas para a Questão 4.

Questão 4	Tendo em vista o seu conhecimento e sabendo que a educação está sofrendo com a crise política/econômica, quais medidas poderiam ser tomadas para chamar mais a atenção e oportunizar mais pessoas?
Respondente 1 (FAPAS)	Eu penso que, no caso específico da evasão escolar, uma forma de manter os alunos nos cursos e dar possibilidades para eles terminarem os seus estudos, passa pelo financiamento estudantil, proporcionando bolsas de estudo e descontos nas mensalidades, medidas estas já adotadas pela nossa faculdade.
Respondente 2 (UNIFRA)	<p>Ampliação de Programa de Assistência Financeira, que é voltado para o estudante carente e oferece bolsas institucionais e financiamentos externos: Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior – FIES; Programa Universidade para Todos – Prouni; auxílios da Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil – Fundaplub; e auxílios parciais e integrais.</p> <p>Além disso, a IES disponibiliza uma Coordenadoria de Atenção ao Estudante (CORES): presta assistência aos estudantes, com vistas à sua integração acadêmica, científica e social. Isso se efetiva por meio de ações de acolhimento, apoio psicopedagógico na organização, na gestão das aprendizagens, nos métodos de estudo e na promoção da adaptação e do sucesso do estudante. A Coordenadoria de Atenção ao Estudante (CORES) é constituída por duas divisões: a primeira, Divisão de Assistência Financeira, orienta os estudantes sobre os programas relacionados à assistência financeira; já a segunda, Divisão de Assistência Educativa, é responsável pelos atendimentos psicológicos, quanto às questões que interferem no desempenho do estudante, orientação profissional; acompanhamento de egressos e estágios, recepção dos calouros; orientação jurídica; assessoria a formaturas.</p> <p>Ser Unifra: oportuniza aos estudantes espaços para convivência em grupos, com vistas ao crescimento pessoal e ao compromisso evangelizador, pois tem como base a formação humana cristã.</p>

Analisando o que poderia ser feito para chamar mais atenção e oportunizar mais as pessoas a diminuírem os índices de evasão, os respondentes apostaram em maiores financiamentos estudantis ofertados pelo governo, fornecendo bolsas e descontos nas mensalidades, além de assistências aos estudantes durante o curso visando à integração acadêmica, científica e social.

Nesse sentido, ressalta-se o papel da avaliação institucional, que de acordo com Baggi (2011), por participar ativamente da vida da instituição, é detentora de uma visão privilegiada da universidade e pode contribuir, sobremaneira, com os processos acadêmicos e administrativos, sendo um importante instrumento de correção de metas e objetivos. Ainda segundo o autor, em relação à evasão escolar, pode antecipar procedimentos institucionais que evitem a saída dos alunos

Já a Questão 5, disposta no Quadro 5, trata dos incentivos que a instituição oferece para a permanência de alunos no curso.

Quadro 5 – Respostas para a Questão 5.

Questão 5	Enquanto coordenador do curso, como descreve os incentivos da faculdade voltados a chamar atenção das pessoas ao interesse neste curso?
Respondente 1 (FAPAS)	No curso de Filosofia da FAPAS temos alunos que recebem bolsas de financiamento estudantil fornecidos pela própria instituição e também ofertamos bolsas de pesquisa da CAPES fornecidas através do projeto PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência).
Respondente 2	<p>Os estudantes têm acesso a programas de atenção que se destinam a contribuir para a formação pessoal e pedagógico-científica. Esses programas são os seguintes:</p> <p>Programa de Bolsa de Monitoria: possibilita ao estudante de graduação auxiliar os docentes nas atividades de caráter técnico-didática, no âmbito de determinada disciplina, basicamente, nas aulas práticas.</p> <p>Programa de Bolsa de Tutoria: objetiva oferecer aos discentes, com necessidades de melhoria de rendimento escolar, a oportunidade de realizar, em pequenos grupos, estudos complementares, com o auxílio de um estudante-tutor e sob a supervisão de um professor;</p> <p>Programa de Bolsa de Iniciação Científica à Pesquisa: é um instrumento de integração das atividades de graduação e pós-graduação que objetiva iniciar o estudante na produção do conhecimento e permitir sua convivência com o procedimento acadêmico em suas técnicas, organizações e métodos.</p> <p>Programa de Bolsa de Iniciação Científica à Extensão: tem como objetivo estimular a participação dos estudantes nos programas de extensão da instituição e desenvolver a sua sensibilidade para os problemas sociais e para diversas formas de manifestações culturais da população.</p> <p>Programa de Bolsas de Inovação Tecnológica: tem por objetivo proporcionar ao bolsista o desenvolvimento do pensamento científico, crítico e a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa originando produção acadêmica e inovação tecnológica. Este programa busca integrar atividades acadêmicas em relação a demandas tecnológicas.</p> <p>Programas de Bolsas Institucionais com apoio de órgãos de fomento – FAPERGS e CNPq: têm por objetivo proporcionar ao bolsista, orientado pelo pesquisador, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa; instigar-lhe o desenvolvimento do pensamento científico e crítico; promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação. No âmbito da FAPERGS, registram-se: - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação. No âmbito do CNPq, registram-se: - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, e - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.</p> <p>Meios de divulgação de trabalhos e produções: o Centro Universitário Franciscano mantém duas revistas próprias para a divulgação de trabalhos acadêmicos: a revista Vidya e a Disciplinarum Scientia. A revista Disciplinarum Scientia é destinada à publicação dos trabalhos dos estudantes, enquanto a revista Vidya publica trabalhos de professores e pesquisadores. O curso de filosofia (UNIFRA) tem a sua própria revista (Thaumazein), que é mantida e atualizada pelos professores e alunos do curso. Além dessas revistas, o Centro Universitário realiza, a cada ano, o Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão – SEPE – evento em que os trabalhos de ensino, pesquisa e extensão são apresentados e publicados em anais, e o Salão de Iniciação Científica – SIC – evento em que os alunos de iniciação científica da instituição apresentam seus resultados de pesquisas.</p>

No item acima, foi abordado pelos coordenadores quais os incentivos ofertados pela faculdade voltados a chamar atenção das pessoas ao interesse neste curso para que possam servir de motivação para os alunos. Foram elencados bolsas de estudo, assim como programas de atenção que se destinam a contribuir para a formação pessoal e pedagógico-científica do aluno. Nesse sentido, é importante destacar a afirmação de Monteiro (2008), o qual relata que a Instituição precisa gerenciar adequadamente seus incentivos a fim de proporcionar a permanência de estudantes nos seus respectivos cursos.

O Quadro 6 apresenta os incentivos que os professores evidenciam aos alunos para que os mesmos possam continuar seus estudos e concluir o curso.

Quadro 6 – Respostas para a Questão 6.

Questão 6	Dentro da sala de aula, o que é feito para incentivar os alunos a se identificar/se manter no curso, mostrando que esta qualificação é importante no mercado de trabalho? Tem incentivo por parte do corpo docente? Quais? O que mais poderia ser feito?
Respondente 1 (FAPAS)	Pelo fato de que o curso de Filosofia da FAPAS é de licenciatura plena, buscamos, através dos projetos de extensão nas escolas, incentivar os alunos à prática docente, desde o início do curso. O PIBID também tem contribuído para fomentar o gosto pela docência. Temos dois estágios curriculares, um deles no ensino fundamental e outro no ensino médio. Isso também contribui para a formação de nosso acadêmico que se sente preparado para atuar em diferentes níveis de ensino. Também fazemos eventos na área de filosofia, como a Semana Acadêmica do curso, o Café Filosófico, e o Seminário Pedagógico do PIBID.
Respondente 2	Na IES e, conseqüentemente, no curso de Filosofia, do seguinte programa que nos ajudam a motivar e manter os alunos em nossos cursos: Programa de Capacitação Docente: Programa Saberes, que é responsável pela formação permanente dos docentes. Desenvolve ações de acolhimento tanto aos docentes ingressantes na Instituição quanto aos demais, em temas que envolvem a pedagogia universitária e a capacitação para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's); Programa de Assistência Educacional Financeira: atende a estudantes que apresentam insuficiência financeira para manter seus encargos educacionais e oferece as seguintes opções de auxílio: Assistência Educacional Institucional, PROUNI, FIES e Fundação APLUB; Programa Institucional de Tutoria - PROINT: tem por objetivo colaborar na superação das dificuldades de aprendizagem provenientes da formação básica dos estudantes ingressantes na IES; Programa de Bolsa de Iniciação Científica: tem o apoio da Instituição com quotas do CNPq e da FAPERGS; Programa de Bolsa de Extensão: a Instituição oferece anualmente quotas de bolsas em projetos de extensão; Programa de Bolsa de Monitoria - PROBM: oferece ao estudante a possibilidade de acompanhar as atividades didáticas desenvolvidas por um docente, auxiliando-o em suas atividades de ensino. Programa de Apoio a Visitas Técnicas: visa a complementação acadêmica por meio de visitas a indústrias e empresas do setor, universidades e laboratórios especializados. Programa de Apoio aos Estágios Não Obrigatórios: a Instituição possui um setor organizado, que funciona junto a CORES, situado no Conjunto I, na Rua dos Andradas, 1614, que auxilia nos processos e encaminhamentos de Estágios Não Obrigatórios.

Na questão número 6, foram abordados quais os incentivos por parte dos professores e corpo docente para fomentar os alunos a se identificarem/manterem com o curso de Filosofia instigando-os de sua importância para o mercado de trabalho. Dentre estes fatores, foram ressaltados diversos programas de incentivo à prática docente, estágios curriculares, semana acadêmica, assistências educacionais e financeira, bolsas de iniciação científica, extensão e monitoria, entre outros. Embora possa estar bem claro aos coordenadores de curso esses incentivos, conforme preconiza Monteiro (2008), parece que as Instituições ainda precisam avaliar melhor a situação em nível da gestão operacional, principalmente em relação a sua avaliação institucional, que não foi citada nas respostas dos coordenadores e consta no estudo de Baggi (2011), que afirma a importância de os dados da avaliação institucional servirem de embasamento para os coordenadores de curso. Ao que se demonstram, as instituições precisam utilizar melhor os dados da avaliação institucional sobre esse tema, ou, se não for tratado, precisa ser abordado imediatamente.

Nas Tabelas 1 e 2, a seguir, foram tabulados os índices de evasão e ociosidade nos últimos quatro anos informados pelas instituições. Seguidos pela análise e compreensão dos dados.

Tabela 1 - Evasão do curso de Filosofia da UNIFRA.

Ano Letivo	Vagas Anuais	Ingressantes no ano	Vagas ociosas no ano (%)	Evasão do ano (%)	Retenção do ano (%)
2014	40	14	65,0	42,8	57,2
2013	40	13	67,5	76,9	23,1
2012	40	20	50,0	50,0	50,0
2011	40	22	45,0	54,5	45,5

Fonte: Sistema Integrado de Gestão da PROGRAD/UNIFRA

Tabela 2 - Evasão do curso de Filosofia da FAPAS.

Ano Letivo	Vagas Anuais	Ingressantes no ano	Vagas ociosas no ano (%)	Evasão do ano (%)	Retenção do ano (%)
2014	30	9	70,0	55,0	45,0
2013	30	19	36,6	52,0	48,0
2012	30	18	40,0	72,0	28,0
2011	30	12	60,0	75,0	25,0

Fonte: Sistema de Informações para o Ensino da FAPAS

Ao analisarmos os dados de evasão dos últimos quatro anos, notamos que os valores, em média, são maiores do que 50% por ano. Este índice é considerado altíssimo. Sem contar que, as vagas ociosas em ambas as faculdades têm aumentado e no último ano alcançaram índices superiores à 65%, o que é um valor que deve ser trabalhado para que se possa diminuir esta ociosidade que acarreta em despesas para a instituição.

Portanto, esses dados convergem no sentido daquilo que Pereira (2003) relata, pois as IES privadas devem identificar adequadamente o quanto a evasão gera de prejuízo financeiro e, sobretudo, os motivos que fazem com que os acadêmicos abandonem o curso superior.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando uma maior compreensão sobre os reais motivos que causam evasão nas instituições de ensino superior, mais especificamente dos cursos de Filosofia das instituições particulares de Santa Maria, desenvolveu-se a pesquisa que teve como objetivos: (i) verificar o percentual de evasão das instituições nos últimos quatro anos; (ii) constatar a visão do coordenador sobre os motivos da evasão; (iii) verificar medidas a ser tomadas para oportunizar as pessoas; e, (iv) conhecer se há incentivo para evitar a evasão por parte da instituição e do corpo docente.

No que tange o estudo dos percentuais de evasão, podemos observar números superiores a 50% por ano, valores estes considerados altos. Além disso, as vagas ociosas apresentam valores ainda mais significativos. Esta evasão e ociosidade acarretam um prejuízo financeiro que poderia ser evitado. Ao analisar a evasão pela ótica dos coordenadores, foi constatado que a evasão é prejudicial para

a instituição e que o assunto deve ser discutido para que se entendam melhor os motivos. As causas para a evasão levantadas foram: a dificuldade de se manterem financeiramente no curso (questão financeira); e fato de os alunos saírem para estudar em outra faculdade mais próxima de seus familiares, já que há muitos alunos que estudam em Santa Maria e são de outras regiões do país. Estas causas predominam sob o ponto de vista dos coordenadores dos cursos de Filosofia.

No que diz respeito às medidas a serem tomadas para oportunizar as pessoas com mais financiamentos estudantis propostos pelo governo além de assistências aos estudantes visando à integração acadêmica, científica e social. Nesse contexto, alguns estudos anteriores propõem o melhor aproveitamento dos dados obtidos na avaliação institucional, que é obrigatória a todas as IES, no sentido de identificar os fatores que contribuem ou afetam na evasão escolar, até mesmo para se saber se a avaliação institucional permite identificar tais fatores, que conforme observado na pesquisa levantada junto aos coordenadores parece não mostrar adequadamente as causas da evasão, contrariando um dos papéis da avaliação institucional, citados por alguns autores em seus estudos anteriores.

Em relação ao incentivo para evitar a evasão por parte da instituição e do corpo docente, foram relatadas as estratégias das instituições que agregam valor para que os alunos tenham um maior comprometimento e entusiasmo com a vida acadêmica, tais como seminários pedagógicos, café filosófico, programas de assistência estudantil, programas de iniciação científica, de bolsas e de capacitação docente nas suas diferentes perspectivas: ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, percebemos que atualmente o estudo sobre a evasão ainda é pouco explorado e acreditamos que estes dados coletados possam contribuir para melhor entendimento, redução de despesas por parte das instituições, acrescentando valor sobre o assunto com o intuito de gerar mais conhecimento e interesse para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. M. B. Causas da evasão discente no curso de Filosofia de uma instituição pública de ensino superior. 2009. 51p. Monografia de Pós-Graduação em Administração - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2009.

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, pp. 355-374, jul. 2011.

CUNHA, Aparecida Miranda; TUNES, Elizabeth; SILVA, Roberto Ribeiro da. Quím. Nova vol. 24 no. 2 São Paulo Mar./Apr. 2001.

MONTEIRO, N. Universidade Nova UFMG. 10 de abril de 2006. Disponível em <http://www.universidadenova.ufba.br/twik/bin/view/Universidadenova>. acesso em 19 maio de 2014.

MOURA, D. H.; SILVA, M. dos S. A evasão no curso de Licenciatura em Geografia oferecido pelo CEFET-RN. 2007.

PEREIRA, F. C. B. Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para as instituições de ensino superior: uma aplicação na universidade do extremo sul catarinense. 2003. 172 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SILVA FILHO, R. L. L. et al. A evasão no ensino superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, pp. 641-659, 2007.

VELOSO, T. C. M. A.; ALMEIDA, E. P. (2001). Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá: Um processo de exclusão. Trabalho apresentado na 24ª Reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

VIVAS, M. I. Q. Evasão na Educação Superior: Uma aproximação como o fenômeno na universidade pública. XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. 2011.

Submetido em: 01 de abril de 2018

Aprovado em: 04 de agosto de 2018

PROPOSTA DE UM GLOSSÁRIO TERMINOLÓGICO BILÍNGUE PORTUGUÊS-INGLÊS DE FACAS DE COZINHA

Guilherme Aparecido de Souza¹
Adriane Orenha-Ottaiano²

Resumo: Este trabalho tem o propósito de apresentar um glossário bilíngue português→inglês de dezesseis termos referentes às facas de cozinha, nos dois idiomas de estudo, organizado com base em considerações da ciência terminológica, visando a contribuir para o desenvolvimento de uma amostra de glossário dos referidos termos.

Palavras-chave: Terminologia. Glossário terminológico. Facas de cozinha.

PROPOSAL OF A TERMINOLOGICAL GLOSSARY PORTUGUESE-ENGLISH BILINGUAL OF KITCHEN KNIVES

Abstract: The purpose of this paper is to present a bilingual Portuguese→English glossary of sixteen terms referring to kitchen knives in two study languages, based on considerations of terminological science, aiming to contribute to the development of a glossary sample of those terms.

Keywords: Terminology. Glossary terminology. Kitchen knives.

Introdução

Há muito tempo o homem vem criando e utilizando palavras para denominar conceitos, objetos e processos das mais diversas áreas do saber. “Desde tempos remotos, os homens criam e utilizam palavras para expressar e denominar conceitos, objetos e processos dos diferentes campos do conhecimento especializado” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 16).

Dessa maneira, a elaboração deste Glossário Terminológico Bilíngue pauta-se na necessidade criada de conhecer melhor os utensílios de cozinha – no caso, as facas – pela crescente procura aos cursos de Gastronomia, profissão essa que galgou destaque entre aqueles que estão terminando o ensino médio, bem como aqueles que retornam aos bancos escolares.

¹ Doutorando do programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (IBILCE/UNESP). E-mail: conecctado@hotmail.com

² Docente do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (IBILCE/UNESP) – Departamento de Letras Modernas (área de Língua Inglesa) e do PPG em Estudos Linguísticos. E-mail: adriane@ibilce.unesp.br

Podemos assim entender que o léxico especializado é um componente linguístico, não apenas inerente, mas a serviço de uma comunicação temática. Entendemos, assim, que os termos aqui estudados cumprem duas funções distintas: a transmissão de conhecimento e a representação de utensílios de cozinha, tais como as facas.

A seguir, os próximos tópicos explicitam a justificativa e os objetivos pretendidos com esta pesquisa.

1.1 Justificativa

Em virtude de tais demandas, ressaltar os diferentes tipos de facas, dentre outros instrumentos culinários que ainda precisam ser estudados, mostra-se profícuo. Cabré (1993, p. 37) ressalta que “a terminologia é o reflexo formal da organização conceitual de uma especialidade e um meio inevitável de expressão e comunicação profissional”.

Acompanhando esse raciocínio, pode-se afirmar que a elaboração de tal glossário terminológico bilíngue é extremamente importante para o fortalecimento da Gastronomia, como uma especialidade que trata da culinária. Tal importância deve-se principalmente à mídia, que insere uma variedade ímpar de programas de culinária na TV aberta e fechada, com opções para todos os tipos de público. Estes atendem desde a classe mais popular, com os *reality shows* e receitas mais simples e caseiras, até os de caráter mais elitista, a partir de um cardápio *gourmet*.

O campo da Terminologia, portanto, também necessita ampliar seus horizontes para atender a demanda crescente desta nova área de especialidade, conforme apontam os objetivos na sequência.

1.2 Objetivo Geral

A partir do exposto, o objetivo geral é produzir um Glossário terminológico bilíngue português → inglês de facas de cozinha, segundo a metodologia terminográfica e os fundamentos da Terminologia.

1.2.1 Objetivos Específicos

Exemplificar (por meio da metodologia de M. & A. VENGA, 1990) uma amostra do Glossário Terminológico bilíngue português → inglês de facas de

cozinha, reunindo os verbetes que contêm a entrada na língua alvo (LA) e seus equivalentes na língua de chegada (LC). Em seguida, será demonstrar a importância desse novo conhecimento técnico que está em destaque.

2. Fundamentação Teórica

Ao falar da terminologia, não podemos deixar de dar início a nossa discussão partindo do pressuposto das linguagens de especialidade:

A Terminologia não é um fenômeno recente. Com efeito, tão longe quanto se remonte na história do homem, desde que se manifesta a linguagem, nos encontramos em presença de línguas de especialidade, é assim que se encontra a terminologia dos filósofos gregos, a língua de negócios dos comerciantes cretas, os vocábulos especializados da arte militar, etc. (RONDEAU, 1984, p. 1)

É sabido que a Terminologia, como o léxico dos saberes técnicos e científicos, é uma prática antiga; em outras palavras, o estudo do léxico especializado não é um fenômeno apenas da atualidade.

O termo “Terminologia” pode nos apresentar dois sentidos variados, sendo que o primeiro refere-se ao conjunto lexical próprio de uma determinada ciência, técnica, arte ou atividade profissional, como exemplos, a terminologia Médica, da Culinária, do Direito, entre outras ciências. Já o segundo sentido mostra-nos não só o conjunto de práticas e métodos utilizados na compilação, descrição, gestão e apresentação dos termos de uma determinada linguagem de especialidade, a terminologia enquanto atividade (SAGER, 1993), como também o referencial teórico necessário para dar suporte às análises dos fenômenos linguísticos da terminologia especializada.

Faz-se necessário deixar explícito que, todas as vezes que grafarmos a palavra “Terminologia” com letra maiúscula, estaremos nos referindo à atividade teórica, e quando grafarmos “terminologia” com letras minúscula estaremos nos referindo ao vocabulário, ao repertório lexical especializado. Nessa concepção, “ao lado de fundamentos teóricos, há também uma dimensão aplicada, refletida na produção de glossários e dicionários técnicos, entre outros instrumentos de organização formal das terminologias” (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 13).

A Terminologia mostra os termos como elementos naturais das línguas, com suas devidas utilizações pragmáticas e sistêmicas sobre o funcionamento da linguagem.

Nesse sentido,

Um termo é uma unidade linguística que designa um conceito, um objeto ou um processo. O termo é a unidade de designação de elementos do universo percebido ou concebido. Ele raramente se confunde com a palavra ortográfica (GOUADEC, 1990, *apud* KRIEGER e MACIEL, 2001, p. 68).

Assim como afirma Cabré (1999, p.123), o termo é a “palavra ativada singularmente por suas condições pragmáticas de adequação a um tipo de comunicação”, que, neste estudo, é representado pelo domínio lexical das facas de cozinha.

Sobre a importância que adquiriram tanto a informação quanto a sua divulgação sistematizada no mundo globalizado dos termos bilíngues referente às facas de cozinha, devido ao crescente aumento dos Cursos de Gastronomia, Krieger (2006) afirma:

A funcionalidade expressiva e conceitual operada pelos termos técnico-científicos explica também, em muito, o motivo pelo qual o mundo globalizado, cuja mola mestra é o intercâmbio comercial e a consequente ampliação das relações internacionais, tem conferido relevância às terminologias (KRIEGER, 2006, p. 156).

Benveniste (1989) mostra-nos a importância do funcionamento dos termos em um campo do saber para, assim, chegarmos à comunicação eficiente de uma dada área do conhecimento, comunicação esta que só se faz mediante uma terminologia especializada da área das facas de cozinha.

A constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o advento ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história. Poder-se-ia mesmo dizer que a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma ordem de fenômenos,

um domínio novo ou um modo novo de relação entre certos dados. O aparelhamento mental consiste, em primeiro lugar, de um inventário de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade. Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e última operação de uma ciência (BENVENISTE, 1989, p. 252).

Sendo assim, a aceitação da Gastronomia como ciência técnica do saber, faz com que sintamos a necessidade de um estudo especializado para o levantamento dos termos utilizados em seu campo de conhecimento, destacando, assim, termos utilizados em outro idioma que remete a um mesmo item.

Neste sentido, a Gastronomia alcança um patamar de área de especialidade, haja vista que seus elementos descrevem usos diferenciados e específicos.

Portanto, a denominação de itens novos e criativos, é condição fulcral para o desenvolvimento da área. Isso ocorre, pois a atualização dos itens lexicais amplia o nosso entendimento sobre a mesma, além de colaborar na disseminação de um conteúdo autêntico e extremamente especializado.

3. Glossário Terminológico Bilíngue Português → Inglês

Os Glossários bilíngues geralmente apresentam os termos em sequência nos dois idiomas. Em outras palavras, apresentam a língua fonte e a língua alvo, que neste estudo são respectivamente as línguas portuguesa e inglesa. Como os termos são aproximados por equivalência, faz-se necessário, discorrer sobre o que entendemos sobre esse conceito.

De acordo com Haesch (1982) a equivalência deve ser entendida como uma aproximação de sentidos e significados, sendo necessário muitas vezes recorrer a estratégias linguísticas como a perífrase ou fraseologias. Este autor ainda destaca a urgência de reavaliar materiais que utilizam inversão em suas entradas.

[...] dicionário ou léxico especializado bilíngue ideal não deveria servir nas duas direções, pois pode ocorrer que em uma das línguas não haja o equivalente exato e o terminólogo tenha que dispor do recurso da perífrase. Ao inverter a nomenclatura, a perífrase não poderia encabeçar a entrada (HAENSCH, 1982, p. 399).

Para Kreiger e Finatto (2004), uma das tipologias de dicionários ou glossário é o semibílingue, que traz em sua macroestrutura termos de áreas especializadas, aqui especialmente das facas de cozinha, que são imprescindíveis para os estudantes de Gastronomia, assim como chefes de cozinha e demais interessados.

As autoras afirmam que, diante da funcionalidade operada pelos termos especializados na transmissão de informações e tecnológicas, forma-se uma base de conhecimento gerando uma tradução, que respeita a língua fonte.

Por se tratar de pesquisa terminológica temática, torna-se necessário delimitar se o tema estudado é uma área, um domínio, ou um subdomínio. Em razão disso, utilizamos a norma ISO 1087 (2000) para precisar esses termos: “Área – parte do saber cujos limites são determinados a partir de um ponto de vista científico ou técnico; *Domínio* – subconjunto de uma área, determinado por um sistema de conceitos; *Subdomínio* – cada um dos subconjuntos de um domínio”.

A Terminografia intenciona recolher e organizar os termos e as noções de um mesmo domínio ou subdomínio de conhecimento sob a forma de glossários, dicionários e base de dados. Ela se caracteriza pelo levantamento descritivo e sistematizador de determinado conjunto de termos.

4. Procedimentos Metodológicos

O ensino do léxico especializado apresenta-se como ponto relevante, direciona o ensino juntamente com a disciplina estudada. Para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem para fins específicos, os glossários e os dicionários bilíngues são de extrema importância, em decorrência da grande demanda de cursos de idiomas focados nas necessidades de seus aprendizes.

Para tanto, faz-se necessário o desenvolvimento de uma pesquisa terminológica que compreenda o conjunto de operações que trata da coleta, do tratamento e da difusão dos dados terminológicos (RONDEAU, 1984). A pesquisa em terminologia pode-se apresentar de forma pontual monolíngue/plurilíngue ou temática monolíngue/plurilíngue, haja vista que em nosso caso desenvolvemos uma pesquisa bilíngue em língua portuguesa e língua inglesa.

Aubert (1996, p. 47) mostra-nos que a pesquisa temática monolíngue/plurilíngue propõe-se a efetuar o levantamento do vocabulário terminológico de uma determinada atividade, especialidade ou técnica que, aqui,

especialmente, trata-se das facas de cozinha, ao passo que a pesquisa pontual monolíngue/plurilíngue tem como objetivo a resolução de problemas isolados de designação.

Ressaltamos que ambas as pesquisas, pontual e temática, apresentam sua própria metodologia de pesquisa que deve ser levada em consideração quanto à realização do trabalho terminológico. A pesquisa pontual objetiva resolver um problema isolado de designação, a fim de encontrar uma denominação precisa para um conceito ou a qual conceito se refere determinada denominação.

Por esse motivo, o presente trabalho pretende apresentar a pesquisa terminológica temática do domínio dos utensílios de cozinha, com o intuito de elaborar um glossário bilíngue (português→inglês) do subdomínio das facas de cozinha.

Desse modo, a presente pesquisa iniciará com o levantamento bibliográfico, que consiste na escolha de textos específicos do subdomínio utensílios de cozinha nas duas línguas (português e inglês) e que serão analisados e servirão de base para esse trabalho. Os termos que constituem objeto deste estudo serão compilados tendo em vista a identificação do conteúdo nocional, sendo organizados em campos semânticos.

5. Amostra do Glossário Terminológico Bilíngue Português-Ingês de Facas de Cozinha

Demonstraremos, a seguir, como a obra se apresenta:

Faca de cozinha, *Utility Knife*
Faca de cozinheiro, *Chef's Knife*
Faca de cozinheiro com alvéolos, *Chef's Knife, grandon edge*
Faca de cozinheiro com serrilha, *Chef's Knife, wavy edge*
Faca de presunto, *Han Slicing Knife*
Faca para carnes frias, *Slicing Knife*
Faca para carnes frias com serrilha, *Slicing Knife, wavy edge*
Faca para desossar, *Boning Knife*
Faca para filetes, *Fillet Knife*
Faca para legumes, *Paring Knife*
Faca para legumes com serrilha, *Paring Knife, wavy edge*
Faca para pão, *Bread Knife*
Faca para salmão, *Salmon Knife*
Faca para torneiar, *Peeling Knife*
Faca para trinchar, *Carving Knife*
Faca para trinchar com serrilha, *Carving Knife, wavy edge*
Faca santoku, *Santoku Knife*

Conclusão

A pesquisa aqui expressa visa contribuir para o desenvolvimento das ciências relacionadas à culinária, assim como para as demais atividades afins, demonstrando, assim, a importância da elaboração de um Glossário bilíngue de termos das facas de cozinha.

Consideramos que não há trabalhos desse gênero com a ênfase que aqui foi dada, vinculando as facas de cozinha aos termos técnicos da Gastronomia.

Realizamos, dessa maneira, o levantamento dos termos de tal área, a fim de demonstrar, por meio de uma amostra de glossário, os diferentes tipos de facas de cozinha em língua portuguesa e em língua inglesa, já que o nosso objetivo era a elaboração de um Glossário Bilíngue de Termos.

Contribuímos, portanto, para o desenvolvimento crescente da Gastronomia como ciência técnica, auxiliando estudantes, chefes de cozinha e demais pessoas interessadas em tal conhecimento.

Referências

- BARROS, L. A. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- CABRÉ, M. T. **La terminologia: teoria, metodologia, aplicaciones**. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.
- _____. **La terminología: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa e otros artículos**. Barcelona, IULA, 1999.
- HAENSCH, G. et al. **La lexicografía. De la lingüística teórica a la lexicografía práctica**. Madrid: Gredos, 1982. p. 95-153.
- ISO (Internacional Organization for Standardization). **ISO 1087: Terminology – Vocabulary / Terminologie – Vocabulaire**. Genève, 2000
- KRIEGER, M. G. **A identidade da terminologia e o perfil do terminólogo**. Revista Trama. Vol. 2. N. 4. 2º semestre de 2006. p. 155-164.
- KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à Terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004.
- KRIEGER, M. G.; MACIEL, A. M. B.; FINATTO, M. J. B. Terminografia das leis do meio ambiente: princípios teórico-metodológicos. In: **Temas de Terminologia**. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Universidade/UFRGS/Humanitas/USP, 2001. pp. 317-335.
- RONDEAU, G. **Introducción à La terminologie**. Québec: Gaetan Morin, 1984.
- SAGER, J. C. **Curso práctico sobre el procesamiento de la terminologia** (trad. Castelhana de Laura C. Moya). Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez/Pirámide, 1993.
- VENGA, M. & VENGA, A. **Lexi presse italien-français/français-italien**. Lyon, Desvigne, 1990.

Submetido em: 22 de maio de 2018

Aprovado em: 05 de setembro de 2018

A MULTIMODALIDADE E O ENSINO DE CRIANÇAS AUTISTAS

Flávia Gonçalves Calaça de Souza¹
Matheus Barbosa de Almeida²
Nathálya Fernandes Inácio Marinho³

Resumo: Com referência na Multimodalidade proposta por autores como: McNeill (1985; 1992; 2003) e Cavalcante (2009), o objetivo desse artigo é discutir sobre as metodologias de ensino para crianças autistas, no qual o conceito de língua é importante para o desenvolvimento da interação aluno-professor e, conseqüentemente para a promoção da inclusão social dessas crianças na escola. Para tanto, buscou-se ampliar o conhecimento sobre a linguagem em crianças com autismo e, a partir disso, apontar caminhos para ajudar na escolha dessas metodologias a partir da ampliação de conceitos, ideias, teorias e pesquisas feitas sobre o autismo. Em suma, é necessário que seja feita uma reanálise sobre conceitos relacionados à aptidão comunicativa de crianças autistas, e que as escolas insiram em seus métodos de ensino maneiras de facilitar a comunicação já existente nestas crianças, uma vez que elas já são sujeitos imersos na linguagem.

Palavras-chave: Autismo. Multimodalidade. Ensino.

MULTIMODALITY AND TEACHING AUTISTIC CHILDREN

Abstract: With regards in the Multimodality proposed by authors like: McNeill (1985; 1992; 2003) and Cavalcante (2009), the objective of this article is to discuss teaching methodologies for autistic children, where the concept of language is important for the development of student-teacher interaction and, consequently, for the social inclusion of these children in the school. In order to do so, we sought to increase the knowledge about language in children with autism and from this, to point out ways to help in the selection of these methodologies from the expansion of concepts, ideas, theories and researches about autism. In short, it is necessary to make a reanalysis about concepts related to the communicative aptitude of autistic children, and that schools insert in their teaching methods ways to facilitate communication already existing in these children, since they are already subjects immersed in a language.

Keywords: Autism. Multimodality. Teaching.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como o objetivo refletir sobre as metodologias para o ensino de crianças autistas partindo do pressuposto de que a concepção de língua é de suma importância para o desenvolvimento dessas atividades e para a compreensão dos processos de interação do autista. Espera-se com esse artigo

¹ Doutoranda em Linguística (UFPB).

² Doutorando em Linguística (UFPB).

³ Mestre em Linguística (UFPB).

estimular as pesquisas sobre esse tema tão pouco estudado e com tão grandes desafios.

O autismo, segundo Klin (2006), é o Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID) mais conhecido, marcado por um permanente prejuízo na interação social, alterações da comunicação e padrões limitados ou estereotipados de comportamentos e interesses. A autora ainda afirma que as anormalidades no funcionamento dessas áreas aparecem em torno dos três anos de idade.

As discussões sobre o autismo estão fortemente presentes no discurso da Educação Especial e Inclusiva por ter como base a instituição da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que propõe uma Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, como também os princípios universais na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção Sobre os Direitos da Criança que apontam para atitudes frente ao autismo e outras síndromes. A partir disso, abriu-se o caminho para os estudos sobre a questão da formação de professores que estejam aptos para lidar com essas crianças além de uma maior preocupação com as metodologias de ensino utilizadas em sala de aula.

Embora existam vários estudos que apresentam métodos para o ensino do autista e também cartilhas, livros e sugestões de atividades lúdicas em *sites* na internet, acredita-se que a interação professor-aluno nesse contexto deve ter como base fundamental para nortear a criação e uso das atividades, princípios que são universais para todas as línguas, ou seja, os processos da capacidade humana que são utilizados para a comunicação – objeto de estudo da linguística.

Sendo assim, o ponto de vista da linguística teórica adotada pelo professor é de grande relevância para a formulação e análise das metodologias utilizadas para o ensino dessas crianças por apresentarem características comuns a todos os humanos, apesar das singularidades da linguagem do autista. Em suma, é por meio dos pressupostos da linguística que identificam a língua em todos os seres humanos que os pais e profissionais da educação que lidam com essas crianças devem orientar suas atividades de modo especializado para cada indivíduo autista.

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O AUTISMO

O autismo, segundo a definição de Wing (1985), é uma síndrome que possui comprometimento nos domínios da comunicação, da sociabilização e da imaginação. Os primeiros estudos sobre o autismo remetem ao psiquiatra Leo Kanner e seu trabalho de 1943, intitulado “*Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo*” (KANNER, 1997). Nesse trabalho, foram analisados os primeiros meses de 11 crianças com as mesmas características clínicas, especialmente, o isolamento ou afastamento social.

Durante as décadas de 50 e 60 tinha-se como crença que o autismo era causado por pais que não tinham um comprometimento emocional com seus filhos ou pelo nível de emoção das mães, hipótese da “mãe de geladeira”. Esse autor ainda afirma que nessas crianças há a impossibilidade de desenvolver linguagem de maneira funcional, ou seja, ela apenas pronuncia palavras, mas não compreende os conceitos e o contexto em que está inserida.

Um marco na literatura sobre essa síndrome foi a classificação proposta por Michael Rutter (1978) em quatro critérios: atraso e desvio social, problemas de comunicação, comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos e início antes dos 30 meses de idade. Essa classificação de autismo influenciou os estudos da síndrome e, especialmente, a classificação do transtorno como invasivos do desenvolvimento, como afirma KLIN (2006).

Segundo as observações de Rodrigues e Spencer (2012), existem outros traços marcantes nos autistas que são resultados de descrições clínicas recentes, como afetos inadequados, dificuldades de perceber intenções, distúrbios do sono e da alimentação, problemas digestivos nos primeiros meses do nascimento, anomalias congênitas e hiporrespostas ou hiper-respostas.

Ainda é colocado pelos autores que o autismo é mais comum em crianças do sexo masculino e a proporção atinge de três a cinco vezes mais meninos do que meninas. Além disso, nas meninas a manifestação da síndrome é mais intensa quando comparada aos meninos.

Os apontamentos de Ornitz e Ritvo (2001 *apud* RODRIGUES; SPENCER, 2012), descrevem alguns comportamentos das crianças autistas a partir de estudos desenvolvidos ao longo dos anos, vejamos:

Quadro 1 – Anormalidades da modulação sensorial

Receptores distais	Audição	Têm reações alteradas a diversos estímulos sonoros. Vão da ausência de respostas aos pedidos emitidos pela voz humana até reações de desconforto à recepção de sons. Pressionam o ouvido com as mãos. Têm o hábito de produzir sons pertos ou distantes dos ouvidos, chocalham brinquedos, batem os objetos no chão, na mesa e qualquer outra superfície.
	Visão	Ignoram estímulos visuais, pessoas, coisas materiais, podendo chocar-se com paredes, passarem por pessoas como se elas não existissem. O inverso dessa situação acontece quando os autistas são atraídos pela luz, quando fixam os olhos nas mãos, em parte de objeto e, às vezes, em um ponto fixo perdido no espaço.
Receptores proximais	Tato	Nos primeiros anos de vida e em outras fases, são observadas reações de irritabilidade a diferentes texturas de tecidos, ao contato corporal, podendo rasgar uma roupa, destruir um calçado e se afastar da pessoa que lhes abraça. São identificadas respostas embaraçosas oscilantes quanto às sensações de dor e temperatura, ausência de reação a cortes, pancadas, injeções. Presença de reação agressiva ao tocar superfície de materiais ou tecidos.
	Olfato	Cheiram objetos e pessoas (o cabelo, alguma parte do rosto), pelo gosto, por exemplo: lambem objetos em detrimento do uso da visão e audição.
	Gustação	Em determinadas fases do desenvolvimento, dão preferência a alimentos de sabores muito fortes, como picles e mostarda. Geralmente mastigam com avidez, sem diferenciar os sabores das comidas.

Fonte: Elaboração própria com base em Ornitz e Ritvo (2001).

Como podemos perceber, a síndrome do espectro autista é complexa e, por isso, salientamos que a singularidade de cada criança deve ser levada em consideração para o desenvolvimento das atividades escolares. A maioria dos casos relatados na literatura geral deixa de analisar a linguagem não verbal desses sujeitos e passam a enquadrá-los nos diagnósticos gerais sobre a linguagem nessa síndrome. Esse enquadramento se dá por meio das respostas dadas aos comportamentos dessas crianças.

Tanto o autismo quanto outras síndromes são permeadas por preconceito e discriminação social. Quando uma criança autista é levada para a sala de aula, muitos professores não sabem como agir por desconhecerem o transtorno. Há apenas uma Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista prevista na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que incentiva os profissionais da educação a se capacitarem para lidar com essas crianças. Daí a necessidade de buscar informações coerentes para planejar as atividades a serem realizadas nas escolas como também avaliar o desempenho

dessas crianças, como dito anteriormente, levando em consideração a sua individualidade.

3. UM OLHAR SOBRE AS PERSPECTIVAS DE LINGUAGEM

Existe uma série de implicações no ensino de crianças autistas a partir da metodologia de ensino adotada pelo professor. Sendo assim, a proposta desse artigo é discutir sobre qual conceito de língua deve guiar a interação professor-aluno e a metodologia utilizada em sala de aula e, conseqüentemente promover a inclusão social dessas crianças. Para tanto, tenta-se apontar caminhos para ajudar na escolha dessas metodologias a partir da ampliação de conceitos, ideias, teorias e pesquisas feitas sobre o autismo.

Uma forte vertente da Linguística Teórica, o gerativismo, fundada a partir dos trabalhos de Noam Chomsky (1977), entende que a aquisição de uma língua é muito mais algo que *acontece* com a criança do que algo que ela *faz*. Apesar de muitos pesquisadores não verem razão para separar o conhecimento linguístico do seu uso, os gerativistas defendem que há diferença entre o que *sabemos* sobre uma língua e o que *fazemos* com ela. Isto é, o gerativismo assume que o nosso *saber linguístico* não é a mesma coisa do nosso *fazer linguístico* e que a língua é uma capacidade inata do ser humano como afirma Kenedy (2013). Nessa perspectiva, a linguagem é vista como um conjunto de princípios inatos ligados à cognição humana perdendo o seu caráter de aprendido. Para Chomsky (1977), existem princípios comuns a todas as línguas e parâmetros específicos para cada uma delas.

Como afirma Souza (2014) a partir dos escritos de Kenedy (2013), por causa do interesse central dessa corrente ser a compreensão do funcionamento da mente a fim de construir um modelo teórico que descreva as estruturas linguísticas utilizadas pelos falantes, não é de interesse do gerativismo qualquer fator extralinguístico. Ainda de acordo com esse autor, os gerativistas usam como dados para suas análises principalmente (1) testes de gramaticalidade, nos quais as frases são expostas a falantes nativos de uma língua, que devem intuitivamente distinguir entre gramatical e agramatical, e (2) a intuição do próprio linguista para fazer as escolhas. Esses métodos têm como finalidade fazer uma descrição das operações

computacionais dos falantes das línguas naturais sem levar em consideração o comportamento de cada indivíduo.

Apesar da perspectiva de língua proposta por Chomsky ser relevante para muitos estudos linguísticos, essa visão de língua torna-se insuficiente para explicar os gestos e a fala das crianças com autismo, pois a forma delas interagirem não corresponderia ao padrão de fala desses estudos. A sua fala seria considerada descontextualizada e imprópria para comunicação e os gestos como seu acessório. A concepção gerativista de língua separa o sujeito e os gestos da língua. Assim, vários estudiosos propõem outras formas de explicar a relação sujeito-linguagem.

A proposta de McNeill (1985, 2003) trata da relação multimodal da matriz gesto-fala. O autor faz pesquisas de psicolinguística examinando a relação entre o discurso e os gestos como um prisma inseparável. Eles são compreendidos como um único sistema, de acordo com McNeill (2003):

Gesticulação é o movimento que incorpora significados relacionáveis com o discurso que o acompanha. Gesticulação é o tipo mais frequente de gesto no uso diário, que abrange muitas variações e usos. Ele é feito principalmente com os braços e as mãos, mas não se restringe a essas partes do corpo – a cabeça pode assumir como uma espécie de terceira mão se as mãos anatômicas são imobilizadas ou não envolvidas, e as pernas e os pés também podem mover-se em um modo de gesto (McNEILL, 2003 p.180).

Ainda com referência em McNeil (1985, 2003), os gestos e a língua, então, são mais bem compreendidos como um único sistema por serem usados juntos durante o fluxo da comunicação. Ao mesmo tempo em que falamos, usamos a gesticulação. Ou seja, ambos são significados de nossas ações criados no momento do fluxo da fala.

Morgenstern (2010) faz um estudo com crianças surdas e ouvintes sobre o gesto de apontar. Nesse estudo é considerado que o movimento do gesto para o sinal está relacionado ao surdo enquanto que o gesto para palavra está ligado ao ouvinte. É importante ressaltar que ela considera como língua a palavra reconhecida, deixando de lado a transição discursiva (balbucio, jargão e holófase) que acontece no período de aquisição da linguagem.

Essa autora afirma que não há uma ruptura entre a fase de gesticular e a fase linguística, pois o gesto sempre fará parte da fase linguística por integrar o

próprio sistema linguístico. Esses estudos divergem do gerativismo por compreenderem que o gesto e a fala estão integrados em uma única matriz.

É importante ressaltar que nesses estudos é focalizada apenas a criança em sua particularidade. Não é abordada a interação com o outro como também não são documentados os processos que acontecem até a aquisição da palavra. Em estudos realizados no LAFE - UFPB (CAVALCANTE, 2009; NÓBREGA, 2010; BARROS, 2012), é considerado o sistema linguístico como processual como também a interação entre os participantes. As pesquisas desse grupo buscam compreender como se dá o processo aquisicional da linguagem tendo como base a linguagem multimodal e a construção do discurso a partir do outro:

A matriz gesto-vocal em aquisição da linguagem mostra que nos diversos momentos desse processo a criança correlaciona gesto e fala num funcionamento multimodal, no qual as produções gestuais e as produções vocais são adquiridas mutualmente em um contínuo nas interações dialógicas com a mãe (FONTE *et al.*, 2014 p. 24).

Um estudo de caráter qualitativo bastante relevante realizado por esse grupo (MAIA, 2006) analisou as transcrições das sessões fonoaudiológicas filmadas com uma criança autista. É defendida por Maia (2006) a ideia de língua como constituinte do sujeito autista:

Ao perceber a aquisição da linguagem não como fases ou etapas do desenvolvimento, mas, sim, como uma posição ocupada pela criança numa estrutura maior (estrutura esta constituída pelos polos: sujeito, língua e outro), pode-se redefinir o conceito de “erro” em linguagem e, conseqüentemente, repensar o conceito de “patologia” de linguagem (MAIA, 2006 p. 39).

Sendo assim, ambos são atuantes no processo de comunicação: o que fala e o outro. Ao aplicar esses conceitos às crianças autistas, é possível retirar alguns rótulos que lhe são impostos sobre sua maneira de se comunicar e afirmar que tanto sua fala quanto seus gestos são carregados de sentido e interação com o outro. Segue abaixo uma sessão fonoaudiológica transcrita por Maia (2006):

Quadro 2 – Transcrição de uma parte da sessão de fonoaudiologia

T*	Gesto (terapeuta)	Fala (terapeuta)	Gesto (criança)	Fala (criança)
1	vira a sua folha de papel de frente para a criança	<i>ó u qui eu fiz'</i>	olha para o papel mostrado pela terapeuta	
2	aponta para o desenho no canto direito do papel	<i>a rosa</i>	continua olhando para o papel mostrado pela terapeuta	
3	aponta para o desenho de um carro no canto esquerdo do papel	<i>u qui é issu''</i>		
4			passa os dedos da mão direita contra a palma da mão esquerda, inclinando o corpo para a frente	<i>ééé::</i>
5	sorri, balançando a cabeça em sinal positivo	<i>buni:tu' u qui é issu''</i>	interrompe o movimento estereotipado e olha para a terapeuta	
6	entrega o hidrocor à criança	<i>desenha iguáu u meu</i>		
7			pega o lápis e começa a desenhar	
8	desenha com outro lápis	<i>meu nô:mi:ã:dré:ia</i>		
9			Passa os dedos da mão direita contra a palma da mão esquerda, inclinando o corpo para frente	<i>ééé::</i>
10	aponta para o desenho da flor	<i>a flô' eu fiz prá você</i>	olha para a terapeuta	
11	entrega um lápis à criança	<i>faz uma flô</i>		
12			não segura o lápis passa os dedos da mão direita contra a palma da mão esquerda, inclinando o corpo para a frente	
13	segura o lápis em direção à criança	<i>faz' você sabi fazê uma flô não sabi''</i>		
14			passa os dedos da mão direita contra a palma da mão esquerda, inclinando o corpo para a frente	<i>u bigu bigu bigu bii:igu ê u bigu bigu bigu bigu bii:igu ê</i>
15	olha para a criança e inclina a cabeça para o lado	<i>bigu' bigu' bigu''</i>		
16			interrompe o movimento corporal, olha para a terapeuta	<i>u bigu bigu bigu bii:igu ê</i>
17	olha para a criança	<i>u carru' é u carru o bigu bigu bigu''</i>		
18			começa a desenhar	

Fonte: Elaboração própria com base em Maia (2006).

Como podemos notar na descrição acima, a linguagem da criança está presente na interação mesmo com suas limitações. Há a presença do olhar, da emissão de sons, da movimentação corporal e dos gestos, apesar de estereotipados. Essas marcas mostram que essa criança possui consciência do que está acontecendo ao seu redor e não se mostra alheia a qualquer tipo de comunicação. A autora argumenta através da análise dos diálogos entre a terapeuta e a criança que essa compreende o que é dito por aquela. Sendo assim, compreendemos que a criança se faz presente na interação discursiva não podendo ter sua linguagem considerada descontextualizada, errada ou oca.

A partir dos estudos explicitados nessa sessão, parece-nos mais coerente basear a interação professor-aluno na noção de que gesto é língua, pois tanto a linguagem verbal quanto a não verbal do autista transmitem significado.

4. MULTIMODALIDADE E ENSINO

As metodologias comumente utilizadas em sala de aula para o ensino de crianças com autismo tendem a variar de acordo com o grau de autismo diagnosticado e com as necessidades de cada um. Entretanto, como argumentado acima, a concepção de língua pode contribuir como base no processo de ensino-aprendizagem e na relação do professor com o aluno independentemente do grau de autismo apresentado pela criança.

É narrado por Rodrigues e Spencer (2012) um estudo de caso que é resultado das experiências educacionais vividas por dois jovens autistas, alunos da Associação Pestalozzi da Paraíba, com diagnóstico de autismo mais severo. Foram descritos pelos autores as seguintes atividades realizadas: encaixe de peças do brinquedo Lego, desenho em folha de papel em branco, corte e colagem de papéis, empilhamento de materiais, encaixe de desenhos geométricos, pular bambolê com pés juntos e organização de materiais.

As atividades brevemente descritas acima foram mediadas pelo professor que ensinava a tarefa com o objetivo de estimular os sentidos e a atividade mental ao produzir um espaço rico em estímulos. Merece destaque aqui que os autores concluem sua análise sobre a interação aluno-professor afirmando que muitas solicitações feitas na convivência com o aluno na escola não tinham respostas e

permanecia a emissão de risos e sons como “a”, “ba”, “au au” e “hum” considerados pela mesma como sem sentido.

As conclusões da pesquisa acima partem dos pressupostos tradicionais de língua na qual o gesto não é focalizado na interação. A fala dos alunos está inserida no diagnóstico pré-definido de “erro”. Percebe-se que a comunicação não é concebida na instância da multimodalidade uma vez que não considera a linguagem verbal e não verbal dentro da matriz de funcionamento da língua, pois, como afirmam McNeill (1985, 2003) e Cavalcante (2009), na multimodalidade há um rompimento com a noção de pré-linguístico e paralinguístico, por compreender que o linguístico são as várias modalidades.

E partindo das considerações feitas até aqui sobre multimodalidade, propõem-se aos professores que lidam com essas crianças que as considerem como interlocutores ativos no discurso e tratem como significativas as manifestações verbais e não verbais. Pois, ao perceber que dentro da matriz gesto-vocal a língua se estrutura e que o interlocutor seria um sujeito ativo no discurso, podemos redefinir alguns conceitos sobre a linguagem dessas crianças.

Em suma, defende-se aqui que seria mais coerente o professor considerar essas questões para o ensino de crianças autistas para, conseqüentemente, desenvolver as habilidades já presentes nessas crianças contribuindo para a sua inserção no diálogo a partir da concepção de que a matriz cognitiva humana é gesto-vocal.

5. METODOLOGIA

A fim de realizar-se esta pesquisa, selecionaram-se materiais diversos que continham pesquisas sobre linguística e educação especial e inclusiva, tendo como principal critério para seleção desse material sua proposta de abordar sobre o autismo numa perspectiva multimodal.

Seguida da reunião desses materiais, realizou-se as análises da abordagem de língua e sua intersecção com a questão autista, buscando encontrar as convergências com multimodalidade como postulado por McNeill (1985, 2003) e Cavalcante, (2009).

Durante as análises, confrontaram-se as propostas teóricas apresentadas na fundamentação teórica de nossa pesquisa com objetivo de trazer à tona a importância de se adotar uma perspectiva de língua coerente para o ensino de crianças com autismo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É um desafio propor o melhor caminho para o ensino de crianças autistas diante das particularidades do diagnóstico e das características individuais apresentadas por cada uma. Como mostrado nesse artigo, a literatura não tem identificado a linguagem desses indivíduos como carregadas de sentido e eles, enquanto sujeito de fala, “imersos” nas práticas sociais.

Na perspectiva gerativista de língua, o gesto e a interação entre os sujeitos não são relevantes. Já na noção multimodal não se coloca a supremacia nem do gesto nem da fala. O gesto compõe a língua, pois o gesto mostra o ponto de vista do enunciador. Sendo assim, o gesto deve ser considerado no ensino de crianças autistas como sendo componente da língua.

Essa visão multimodal contribui para a compreensão de que há, sim, língua a ser explorada no autista que não seja severo, o que desconstrói a ideia de linguagem no autista proposta por Kanner (1997). Portanto, propomos um novo olhar nas práticas interativas entre aluno-professor a fim de ser considerado o conjunto do discurso seja ele oral ou não, pois eles podem ter significado para essas crianças.

A partir da visão defendida nesse artigo, acreditamos ser necessário fazer uma reanálise dos conceitos sobre a aptidão comunicativa de crianças autistas e inserir nas escolas métodos de ensino que facilitem a comunicação já existente. Em suma, concluímos apontando a necessidade de mudança nas práticas interativas entre a escola e a criança autista, já que ela é um sujeito que está imerso na linguagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 12.764*, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRUNER, J. S. From communication to language: a psychological perspective. *Cognition*, v. 3, pp. 255-287, 1985.

CAVALCANTE, M. Rotinas interativas mãe-bebê: constituindo gêneros do discurso. *Investigações*, Recife, v. 21, pp. 153-170, 2009.

CHOMSKY, Noam. *Reflexões sobre a linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1977. 34.

FONTE, R. *et al.* A matriz gesto-fala na aquisição da linguagem. In: _____. *Aquisição, desvios e práticas da linguagem*. Curitiba: CRV, 2014.

KENEDY, E. Gerativismo. In: MARTELOTTA, M. E. *Manual de Linguística*. 2013.

KLIN, A. Autismo e Síndrome de Asperger: uma visão geral. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 28, supl. 1, 2006.

KANNER, L. Os distúrbios autísticos de contato afetivo. In: ROCHA, P. S. *Autismos*. São Paulo: Escuta, 1997.

MAIA, J. C. *Um viés constitutivo do sujeito na terapia de linguagem com uma criança autista*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras)– Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

MCNEILL, D. So you think gestures are nonverbal? *Psychological Review*, v. 92, n. 3, pp. 350-371, 1985.

_____. Gesture: a psycholinguistic approach. In: McNeill, D. *Psycholinguistics: a new approach* (org). University of Chicago Press. 1992.

_____. Pointing and Morality in Chicago. In: KITA, S. (Ed.). *Pointing: where language, culture and cognition meet*. Mahwah: Erlbaum, 2003.

MORGENSTERN, A. From gesture to sign and from gesture to word. In: ZLATEV, J.; ANDRÉN, M. (Orgs.). *Studies in language and cognition*. Cambridge Scholars Pub, 2009.

NÓBREGA, P. V. A. *Dialogia mãe-bebê: a emergência do envelope multimodal em contextos de atenção conjunta*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística)– Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

RODRIGUES, J.; SPENCER, E. *A criança autista: um estudo psicopedagógico*. 2012.

RUTTER, M. Diagnosis and definitions of childhood autism. *Autism Dev Disord.* 1978;8(2):139-61.

WING, L. *Crianças a parte: o autista e a sua família.* Autismo na década de 80. São Paulo: Savier, 1985.

Submetido em: 30 de maio de 2018

Aprovado em: 28 de julho de 2018

CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DO SUJEITO INDÍGENA: EM BUSCA DE UMA COMPREENSÃO INTERCULTURAL

Maria Luceli Faria Batistote¹

Resumo: Segundo proposição da gramática comunicativa, no processo ensino/aprendizagem do Português como segunda língua, (PL2), o ensino da gramática deve tomar como ponto de partida necessidades e interesses comunicativos dos aprendizes, integrando reflexões sempre a serviço desses propósitos e conforme prioridades daí advindas. Nessa direção, propomos apresentar, neste trabalho, problematizações em busca de uma compreensão intercultural a partir de experiências vivenciadas sobre o ensino de língua portuguesa para aprendizes indígenas. Tomamos por base os pressupostos teóricos de autores como Matte Bon (1995), Marcuschi (2008) e Santos (2011), que postulam uma abordagem de ensino de língua contextualizado, em situações comunicativas, levando-se em conta a situação enunciativa como elemento fundamental para desenvolver habilidades linguístico-textual-discursivas do aprendiz. Os resultados da pesquisa apontam o contexto cultural capaz de proporcionar uma reflexão crítica sobre as concepções de língua que envolvem os vários saberes e também conhecimentos tradicionais. Esses dados indicam o quanto é importante para o professor uma nova postura em relação à concepção de língua e à abordagem de ensino a ser adotada.

Palavras-chave: Abordagem de ensino; Gramática comunicativa; Sujeito indígena.

Abstract: According to the proposition of communicative grammar, in the teaching /learning process of the Portuguese as a second language, (PL2), grammar teaching must take as its starting point the communicative needs and interests of learners, integrating reflections always in the service of these purposes and according to priorities arising. In this direction, we propose to present, in this work, problematizations in search of an intercultural understanding from experiences lived on the teaching of Portuguese language for indigenous apprentices. We take as a basis the theoretical assumptions of authors such as Matte Bon (1995), Marcuschi (2008) and Santos (2011), who postulate a contextualized language teaching approach in communicative situations, taking into account the enunciative situation as a fundamental element to develop linguistic-textual-discursive apprentice skills. The results of the research point to the cultural context capable of providing a critical reflection on the conceptions of language that involve the various knowledge and also traditional knowledge. These data indicate how important it is to the teacher a new attitude towards the conception of language and the teaching approach to be adopted.

Keywords: Teaching approach; Communicative grammar; Indigenous subject.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Docente do Curso de Letras e Mestrado em Estudos de Linguagens da FAALC/UFMS

1. Perspectivas iniciais

O presente artigo se insere numa pesquisa mais ampla, na qual buscamos refletir sobre uma experiência com o ensino de língua portuguesa para aprendizes indígenas, especificamente no que concerne à concordância verbal. Tomamos por base os pressupostos teóricos de autores como Matte Bon (1995), Marcuschi (2008) e Santos (2011), que postulam uma abordagem de ensino de língua contextualizado, em situações comunicativas, levando-se em conta a situação enunciativa como elemento fundamental para desenvolver habilidades linguístico-textual-discursivas do aprendiz.

Há alguns anos, ao ministrar disciplinas de Língua Portuguesa e Língua Inglesa para alunos de ensino fundamental em escola da fazenda Itamarati, localizada no município de Campo Novo dos Parecis, estado de Mato Grosso, foi possível perceber o fato de, em uma sala de quarenta alunos, quinze serem índios da etnia Paresi. Essa realidade produziu, por vezes, surpresas, em face do quadro que ia se delineando e, com o passar do tempo, foi possível perceber, ao desenvolvermos atividades avaliativas, que os alunos indígenas sempre conseguiam obter melhores notas na disciplina de língua estrangeira. Então, surgiam indagações sobre quais seriam os motivos que permitiam uma melhor aprendizagem em determinada língua.

A hipótese formulada considerava as diferenças existentes na constituição das gramáticas dessas línguas. Não foi possível, naquele momento, desenvolver pesquisas científicas para comprová-la. No entanto, houve a necessidade de mudança para Tangará da Serra, município também pertencente ao estado de Mato Grosso. E lá, ao lecionar em escola pública estadual, houve o reencontro com alguns daqueles indígenas de quem outrora havia sido professora. Concomitantemente ao ensino fundamental e médio, iniciou-se também um trabalho no ensino superior, e tivemos a satisfação e oportunidade de desenvolver as pesquisas tanto almejadas.

A seguir, apresentamos algumas noções teóricas que norteiam esta pesquisa.

2. Um pouco de teoria

Propomos apresentar, neste trabalho, algumas considerações sobre o ensino de língua portuguesa para aprendizes indígenas, tomando como enfoque a

gramática dessa língua, bem como alguns dilemas vivenciados pelos profissionais, especialmente os professores não índios, que atuam nessa área.

As discussões em torno do ensino de línguas, embora tenham sofrido modificações ao longo dos tempos, ainda apresentam a gramática de modo bastante marginalizado. No contexto dessa problemática, temos a perspectiva da *gramática comunicativa*, cuja preocupação centraliza-se, segundo Santos (2008), no fato de que, no processo ensino/aprendizagem do PL2, o ensino da gramática deve tomar como ponto de partida as necessidades comunicativas e os interesses comunicativos dos aprendizes, integrando a reflexão gramatical, sempre que esta se coloca, ao serviço desses interesses e necessidades.

Nossa pesquisa parte, mais especificamente, do aparato teórico de autores como Matte Bon (1995) e Santos (2008), que postulam uma abordagem de ensino de língua contextualizado, em situações comunicativas, considerando a situação enunciativa como fundamental para desenvolver habilidades linguístico-textual-discursivas do aprendiz.

Nesse contexto, vimos a língua portuguesa surgir para algumas comunidades indígenas como segunda língua e ocupar um espaço relevante, diante de necessidades, hoje existentes, de vindas constantes à cidade, de serviços bancários, de negociações com parceiros de projetos agrícolas da lavoura mecanizada e outras atividades. Nesse sentido, cabem, também, reflexões sobre a língua enquanto elemento de construção de identidade. É notável como, ao entrar em contato com o branco, o indígena perde, gradativamente, o seu lugar de enunciação e acaba por assimilar a enunciação do sujeito não indígena, o branco.

Em face da necessidade de recortar o *corpus*, nossa discussão ater-se-á à problemática da concordância verbal e das proposições da gramática normativa sobre esse tema na língua portuguesa, utilizando, por vezes, transcrições em língua materna Paresi.

3. Concordância verbal: descrição e interpretação do *cópus*

Julgamos pertinente apresentar alguns autores que descrevem o mecanismo da concordância verbal. Segundo Baccega (1996: 5), concordância “é em geral um mecanismo sintático que expressa a associação de elementos de uma frase, ela pode ser nominal – concordância do adjetivo com o substantivo – ou verbal –

concordância do verbo com o sujeito”. A autora afirma ser esse fenômeno linguístico, entre os de caráter sintático, um dos mais importantes.

Perini (1985: 86) define concordância verbal como “um sistema de condições de harmonização entre o sujeito e o núcleo do predicado das orações”.

Roca-Pons (1976: 33) considera o termo *concordância* relativamente adequado para esse fenômeno, pois, se concordância significa pôr-se ou estar de acordo em algum aspecto, as condições em que ela se realiza deveriam ser iguais para os termos que “concordam”. No entanto, um deles é que impõe a concordância, a que tem que se submeter o termo “menos importante”.

Parece-nos que isso acontece mais precisamente com línguas de origem latina, diferentemente de muitas línguas indígenas, que apresentam estrutura diferenciada, como, por exemplo, a língua Paresi.

Na análise, observamos a concordância verbal e a relação/harmonização do verbo com os demais termos da frase nas produções textuais em língua portuguesa, apesar de verificarmos, em muitos textos, ocorrência de desvios relativos à coerência, coesão, hipercorreção, entre outros.

Adotamos a metodologia de transcrição de alguns trechos em língua materna Paresi, a fim de observar como se apresentava a relação de concordância nessa língua e, ainda, buscar entender como se dava o processo de transferência para o português. Importa, aqui, destacar que, segundo Maia (2003: 78), “o fenômeno conhecido como transferência se dá quando estruturas da primeira língua interferem na expressão oral ou escrita da segunda língua”.

Nosso *corpus* constitui-se de recortes de textos produzidos em sala de aula², a partir da escrita de narrativas produzidas por alunos de quinta a sexta séries do ensino fundamental, com faixa etária variando de 12 a 30 anos, oriundos da escola Zozoiterô, situada na aldeia Rio Verde, localizada no estado de Mato Grosso, Brasil.

Embora, na maioria das vezes, os alunos tenham optado pela estrutura padrão da língua portuguesa (segundo a NGB, [sujeito + verbo + objeto (SVO)]), foi possível perceber que a relação entre esses termos não se apresentava de forma harmônica. Vejamos:

² Agradeço imensamente à Lucineide Gonçalves Aguiar (minha orientanda no curso de Especialização em Linguística na UNEMAT) por compartilhar o material das atividades, desenvolvidas em sala de aula, na escola Zozoiterô. E, ainda, pela oportunidade de juntas refletirmos, naquela ocasião, sobretudo, a respeito de questões relativas à transferência linguística.

No ano passado eu foi pescar na lagoa (...)

Temos o sujeito na primeira pessoa do singular (*eu*) e a forma verbal na terceira pessoa do singular (*foi*). No entanto, de acordo com a NGB, a forma verbal deveria estar flexionada na primeira pessoa do singular (*fui*). Percebe-se a inexistência de concordância verbal, pois, segundo Infante (2001: 583), “o verbo e o sujeito de uma oração mantêm entre si uma relação de mútua solidariedade (...) e de acordo com essa relação o verbo e o sujeito concordam em número e pessoa”.

Julgamos pertinente frisar que, segundo Rowan (1989: 9), na língua Paresi o tempo não se mostra no verbo. Há diferença, então, entre a língua portuguesa e a língua paresi. Isso pode implicar consequências na conjugação e na concordância do verbo. Vejamos as considerações apresentadas no *Manual Prático da Língua Paresi* (ROWAN, 1989: 19).

O verbo **wikaoka** (...) significa:

“chegamos” (ano passado)

“estamos chegando” (agora)

“chegareis” (no ano que vem)

Vale ressaltar que, segundo o informante, que auxiliou na transcrição, há um marcador de tempo isolado no verbo. Vejamos outra ocorrência:

Eu estavam sentada cima de jacaré de repente ele polou (...)

Em busca de uma melhor compreensão, apresento a mesma frase escrita no singular e no plural na língua Paresi. O hífen (-) será utilizado para separar as palavras. No entanto, quando mais de um termo for utilizado para formar uma só palavra, usarei o símbolo (+). Assim, temos:

Eu estava sentado em cima do jacaré

Natyokita ene iyakare heno

eu + sentar – marcador de passado – jacaré – em cima

Em termos gramaticais, temos:

na – 1ª. pessoa do singular

tyokita – verbo sentar

ene – marcador tempo passado

Vejamos uma estrutura no plural:

Elas estavam sentadas em cima do jacaré

Eyenaē ene tyokita iyakare heno

elas + marcador de plural – marcador de passado – verbo
sentar – jacaré – em cima

Em termos gramaticais, temos:

eye – 3ª. pessoa do plural feminino

nae – marcador de plural

ene – marcador tempo passado

tyokita – verbo sentar

iyakare – substantivo (“jacaré”)

heno – advérbio (“em cima”)

Nota-se que, além de haver diferenças nas estruturas das duas línguas, o marcador de tempo é isolado do verbo, no primeiro caso e, no segundo, há, ainda, o marcador de plural. **Como, então, essa transferência se dá para um falante que tem como L2 a Língua Portuguesa?** Para lançar um pouco mais de luz a essas reflexões, vejamos outro exemplo:

Onte, eu e Nadilson, nós fomos pescar no rio, nos chegar, no rio pescar pegar muito peixe.

Observa-se que, no início, o aluno estabelece a concordância adequada, de acordo com NGB. Em outras palavras, o sujeito concorda com o verbo – “nós fomos pescar”. No entanto, quanto aos verbos utilizados posteriormente, emprega-os no

infinitivo (“nós chegar”, “no rio pescar”, “pegar muito peixe”), o que compromete a frase.

Analisando a produção textual desse aluno, pode-se observar que quase todos os demais verbos foram empregados na forma infinitiva (“depois ficar mais tarde”, “depois ficar anoite”, “eu acordar”, “banhar”). Segundo Rowan (*op. cit.*), na língua parsi não há verbos no infinitivo. **Qual seria, então, a possível explicação para essa escrita?** Para continuar a reflexão, apresentamos a conjugação do verbo:

Naytsene – marcador 1^a. pessoa do singular

Natyo – pronome pessoal – eu

Aytsene – marcador 3^a. pessoa do singular

Eye – pronome pessoal – ele

Waytsene – marcador 1^a. pessoa do plural

Wtso – pronome pessoal – nós

Vejamos um caso de verbo no infinitivo:

O menino estava sentado, no banco ele pensar

Poder-se-ia esperar que o verbo “pensar” estivesse flexionado na 3^a. pessoa do singular do pretérito perfeito (“pensou”). Essa conclusão foi possível ao considerar o texto na íntegra, em que a narrativa contextualizava fatos já ocorridos e concluídos. Partindo desse ponto, teríamos a seguinte sentença em língua materna:

O menino estava sentado no banco, ele pensou.

Ahekotita ene zoimya tyokita

pensar – marcador de passado – menino – sentar

Em termos gramaticais, temos:

aherotita – verbo “pensar”

ene – marcador de passado

zoimya – sujeito

tyokita – verbo “sentar”

Em português, o verbo não está flexionado no pretérito; porém, na língua paresi, como se observa na transcrição, há um marcador de tempo isolado do verbo. É possível, então, pensar numa possível influência na produção do enunciado em língua portuguesa.

Cabe fazer menção às diferenças existentes entre as estruturas, no que se refere à ordem dos termos, entre as duas línguas. **Seria possível que tais diferenças influenciassem os alunos da etnia paresi na escrita de textos em língua portuguesa?**

O que fica evidente, após observar as transcrições, é o fato de esses alunos lidarem diariamente com duas línguas totalmente diferentes, com sons e estruturas diversificadas. Dessa forma, refletir sobre como isso afeta suas produções textuais faz-se necessário, uma vez que o desejo, tanto de alunos quanto de comunidades indígenas, é ter conhecimento e domínio da língua portuguesa. Como ressalta Paes (2002: 127),

A Língua Portuguesa aparece como elemento prioritário (...). O Paresi compreende que toda dinâmica da sociedade envolvente está estruturada sobre a língua nacional (...). Com o domínio desta língua, o Paresi pode estabelecer uma relação de luta marcando sua posição na sociedade dos “civilizados”.

Vale, então, aqui, retomar afirmações contidas em nossa Constituição: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurando às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. Parece-nos que, diante do quadro apresentado, o professor não índio que tenha pretensão de trabalhar com a disciplina de Língua Portuguesa para aprendizes indígenas precisaria obter conhecimentos a respeito das diferenças mencionadas, além do conhecimento acerca da própria estrutura e funcionamento, aqui em questão, da língua materna Paresi.

Para produzir um efeito de fim, citamos Soares (2012), p. 11:

Língua de Herança tem sido sinônimo de: língua dos imigrantes; língua dos refugiados, língua dos indígenas, língua ancestral (Kondo-Brown 2005; Van DeusenScholl 2003; He 2010), língua familiar, língua primitiva, língua nativa, língua da comunidade (Shin 2010), língua colonial (Fishman 2001; Carreira 2004), língua étnica, língua minoritária, língua não social (Valdés 2005), ou muito simplesmente como outras línguas que não o inglês, ou a língua dominante desse Estado-nação.

Nesse sentido, a língua falada pelos índios Paresi pode ser considerada Língua de Herança (PLE), ao cumprir uma função sociocultural, tanto como meio de comunicação como modo de identificar e transformar direta e indiretamente grupos socioculturais.

4. Perspectivas finais

O português, nosso bem ou patrimônio coletivo, é o componente central da cultura brasileira e, como tal, transmite os valores dos demais sistemas culturais inseparáveis da língua: a família, a educação, a economia, a moral, a política, as artes, a religião. Podemos dizer que a língua materna e a cultura nacional são sistemas que subjazem à identidade linguístico-cultural do indivíduo. Conseqüentemente, a educação em língua portuguesa deverá basear-se em valores diversos, que reflitam a natureza complexa e multiforme dos sistemas linguístico e cultural. Não basta, portanto, fazer da língua portuguesa um mero instrumento de comunicação; ao professor, cabe insistir no ensino dos princípios básicos que regulam o funcionamento de nosso sistema linguístico, a fim de que o aluno seja capaz de comunicar-se nos vários “estilos” da língua.

Apesar de o Brasil ser um país multilíngue, as discussões sobre especificidades linguísticas apresentam-se, ainda, de forma muito incipientes, presumivelmente em face de toda a trajetória percorrida desde a chegada dos colonizadores até o momento em que os povos indígenas se apropriam da língua como elemento de construção de identidade. A língua portuguesa surge para algumas comunidades indígenas como segunda língua e ocupa um espaço importantíssimo face às necessidades hoje existentes, como indicado no início deste trabalho.

Os resultados da pesquisa apontam que a ênfase no conhecimento puro e simples de aspectos gramaticais embasa-se na concepção de língua como um fim em si mesma. No entanto, o contexto cultural proporciona uma reflexão crítica sobre as concepções de língua que envolvem os vários saberes e conhecimentos tradicionais. Como referido, esses dados indicam como é importante para o professor assumir uma nova postura em relação à concepção de língua e à abordagem de ensino a serem adotadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACCEGA, M. A. **Concordância Verbal**. São Paulo: Ática, 1986.

INFANTE, U. **Curso de Gramática**: aplicada aos textos. São Paulo: Scipione, 2001.

MAIA, M. A. R. **Oficina de Período**: uma proposta para o ensino de português no 3º. Grau Indígena. Cadernos de Educação Escolar Indígena. Barra do Bugres: Unemat, 2003.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

Matte Bon, Francisco. **Gramática Comunicativa del español**. De la idea a la lengua. Madri: Edelsa (Tomo II), 2ª ed, 1995.

Paes, M. H. R. **Na Fronteira**: os atuais dilemas da escola indígena em aldeias Paresi de Tangará da Serra – MT, num olhar dos estudos culturais. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

Perini, M. A. **Para uma nova gramática do português**. São Paulo: Ática, 1985

Roca-Pons, J. **Introducción a la gramática**. Barcelona: Teide, 1976.

Rowan, F. **Manual Prático da Língua Paresi**. Cuiabá: Summer Institute of Linguistics, 1989.

Santos, L. **Ensino de português para estrangeiros e gramática comunicativa**: dos enunciados gramaticalmente corretos aos enunciados idiomáticamente adequados. Estudos Linguísticos vol. 40, n. 2, 2011, pp. 715-725.

SOARES, S. **Português Língua de Herança**: Da Teoria à Prática. 2012. 121 f. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto, Lisboa, Portugal. Faculdade de Letras.

Submetido em: 14 de maio de 2018

Aprovado em: 08 de fevereiro de 2019

O PAPEL SOCIAL DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA: A PRÁTICA COLABORATIVA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Sandra Regina Mendes¹
Thais Vinhas²

Resumo: A estruturação do campo do Estágio Supervisionado nos cursos de Licenciatura, considerado *locus* privilegiado da articulação teórico-prática do currículo, tem encaminhado para a consolidação de uma área específica destinada aos estudos da epistemologia da prática, que tem problematizado, dentre outras questões, o papel do Estágio relacionado a objetivos formais e burocráticos. Nesse sentido, o Estágio Supervisionado deixa de ser percebido como uma disciplina meramente prática e dissociada da dimensão epistemológica do curso, assumindo seu papel de sistematização de saberes que possibilitem a efetivação de uma ação docente situada, consciente, reflexiva, investigativa e transformadora, consolidando uma *práxis* que se constitui na integração entre ensino superior e básico. Nesse sentido, este trabalho propõe reflexões a partir de uma experiência desenvolvida no âmbito de uma disciplina de Estágio Supervisionado, que foi estruturada na modalidade de minicurso com a temática História e Cultura Afro-brasileira, articulando a prática formativa com as demandas das escolas parceiras. Assim, partindo de um projeto já existente na Rede Municipal de Ensino do município de Eunápolis/BA, as intervenções tiveram o objetivo de problematizar a aplicabilidade de políticas públicas em contextos escolares (Lei 10.639/03), suscitando reflexões sobre práticas sociais e educativas direcionadas para superação de um currículo ainda excludente e monocultural.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Formação de professores; História e Cultura Afrobrasileira

Abstract: The structuring of the Supervised Internship in the field Degree courses, considered privileged locus of theoretical and practical articulation of curriculum, has forwarded to the consolidation of a specific area dedicated to the epistemology of practice studies that have questioned, among other issues, the role the Supervised Internship related to formal and bureaucrats goals. In this sense, the Supervised Internship is no longer perceived as a purely practical discipline and dissociated the epistemological dimension of the course, assuming its role as a systematization of knowledge that make possible the realization of a teaching action located, conscious, reflexive, investigative and transforming, consolidating a praxis which constitutes the integration between higher and basic education. In this sense, this work proposes reflections from an experience developed within a discipline Supervised Internship, which was structured in short course mode with the theme History and Afro-Brazilian culture, articulating the training practice with the demands of partner schools. Thus, starting from an existing project in the Municipal Network Eunapolis municipality of Teaching/BA, interventions had the aim of questioning the applicability of public policies in school settings (Law 10,639/03), prompting reflections on social and educational practices directed to overcome an even exclusionary and monocultural curriculum.

Keywords: Supervised Internship; Teacher training; Afro-Brazilian History and Culture

¹ Sandra Regina Mendes- Professora Assistente do Curso de História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus XVIII), atua na área de Formação de Professores de História e coordena subprojeto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID. Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Mestrado em Cultura e Turismo pela UESC/UFBA.

² Thaís Vinhas- Professora Assistente do Curso de História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus XVIII), doutoranda do Programa Multidisciplinar de pós-graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Mestrado em Cultura e Turismo pela UESC/UFBA.

1. INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o processo formativo de professores tem sido amplamente discutido no campo educacional. No centro dessas discussões, a relação integrada entre teoria e prática como princípio curricular, e entre Universidade e Escola como espaços fundamentais de formação, tem suscitado a elaboração de propostas, ações, projetos e experiências que buscam articular, de forma indissociável, essas dimensões que compõem a base estrutural da formação docente.

Essas reflexões têm contribuído para o redimensionamento das diretrizes formativas dos cursos de Licenciatura e seus desdobramentos no processo ensino/aprendizagem na Educação Básica. Atualmente, a grande questão que se coloca refere-se à definição de quais saberes devem ser articulados na academia para o exercício profissional do educador, considerando a necessária interrelação entre as dimensões teórico-científica e a de caráter prático-pedagógico como o fundamento para um processo efetivo de formação inicial do professor, o que pressupõe uma articulação entre academia e escola como espaços formativos. Teoricamente, essa perspectiva centra-se na indissociabilidade entre teoria e prática/Universidade e Escola, e na superação da concepção comum, baseada na epistemologia clássica que considera o campo das ideias superior ao da empiria, em uma hierarquização de saberes e isolamento das dimensões fundamentais que constituem a ação docente.

Os estudos que analisam o processo formativo de professores tem evidenciado a necessidade de assumir a concepção integrada do campo teórico-prático como *modus operandi* dos cursos de Licenciatura, possibilitando a articulação dos diversos saberes e dos espaços necessários à prática docente. Essa percepção deve considerar ainda a complexidade e especificidade inerente ao exercício profissional de educadores, que transcende o espaço da academia e dialoga intrinsecamente com a escola e seus contextos histórico, social e cultural. Nessa perspectiva, a efetividade do currículo tem como objetivo dar sentido a uma prática contextualizada, considerando que o professor em formação não seja em seu exercício profissional um mero reproduzidor de teorias, de diretrizes curriculares, de técnicas e métodos de ensino, mas um agente ativo no processo de construção e

ressignificação da sua ação docente e dos elementos que a compõem, vivenciando o exercício profissional em espaços concretos de atuação.

Essas reflexões incidiram diretamente na concepção e estruturação do campo do Estágio Supervisionado, considerado como *lócus* privilegiado da articulação teórico-prática do currículo e da relação Universidade e Escola, e tem encaminhado para a consolidação de uma área específica destinada aos estudos da epistemologia da prática que tem problematizado, dentre outras questões, que o papel do estágio não é cumprir objetivos formais e burocratas. Nesse sentido, o Estágio Supervisionado deixa de ser percebido como uma disciplina meramente prática e dissociada da dimensão epistemológica do curso, assumindo seu papel de sistematização de saberes que possibilitem a efetivação de uma ação docente situada, consciente, reflexiva, investigativa e transformadora, consolidando uma *práxis* que se constitui na integração entre o ensino superior e a educação básica.

Nesse direcionamento, as considerações apresentadas nesse estudo partem das experiências vivenciadas no âmbito da organização do componente curricular Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/*Campus XVIII*, a partir da inquietação dos docentes articuladores da área em relação ao significado das práticas de Estágio para a consolidação da formação teórico-prática e, conseqüentemente, crítico-reflexiva dos discentes do curso, considerando as novas demandas colocadas para o exercício docente pela sociedade contemporânea.

2. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA: OUTROS OLHARES, OUTRAS POSSIBILIDADES

Conceber um processo formativo de professores, compreendendo-os como agentes mediadores na construção de saberes no ambiente escolar e diferentes espaços educativos, requer uma estruturação curricular que possibilite esse exercício através da experimentação reflexiva, baseada em aportes teóricos e metodológicos que articulam saberes específicos de cada área com os saberes pedagógicos. Assim, no conjunto de disciplinas que compõem a matriz curricular dos cursos de Licenciatura, a área do Estágio Supervisionado tem o potencial de viabilizar ações de articulação entre ensino e pesquisa/teoria e prática de forma

sistematizada, integrando os espaços fundamentais de formação docente: a Universidade e a Escola.

A análise dessa perspectiva evidencia que o campo do Estágio Supervisionado se apresenta como espaço efetivo para proporcionar vivências que contemplem novas demandas apresentadas tanto pela ciência de referência como pelos processos educativos em suas concepções, estruturas e finalidades. Considerando a relevância de tais proposições, as experiências realizadas na Universidade do Estado da Bahia- UNEB/*Campus XVIII*, localizada no município de Eunápolis, extremo sul do estado, têm se centrado na estruturação de um Estágio Supervisionado que contemple a educação enquanto prática social consciente, ao mesmo tempo em que articula as dimensões teórica e prática do campo específico da História, por acreditar que é no processo de aprendizagem histórica que o conhecimento histórico ganha sentido.

Um dos pontos que tem direcionado ações de ressignificação do Estágio no âmbito do espaço de atuação é a identificação, a partir das discussões teóricas do campo historiográfico, da função social do conhecimento histórico. Nesse sentido, o estatuto da história ensinada ganha novos significados ao evidenciar sua importância para a vida prática dos sujeitos (RÜSEN, 2010), sendo, portanto, fundamental dimensionar a formação dos futuros profissionais da área para a compreensão desse processo. Outra questão evidenciada é que o domínio de conhecimentos específicos ou o domínio de paradigmas pedagógicos, por si só, não garante uma prática profissional capaz de superar as dificuldades encontradas nos contextos em que efetivam a aprendizagem histórica escolar.

A partir dessas constatações, a reconfiguração das disciplinas de Estágio foi pensada na perspectiva de desenvolvimento de práticas pedagógicas que possibilitem aos discentes do curso vivências em contextos reais de educação, elaborando projetos e ações pedagógicas tendo com ponto de partida as demandas, características e problemáticas desses espaços. Essa concepção formativa pressupõe que o trabalho investigativo permeia toda a prática docente desenvolvida no Estágio, articulando e mobilizando diferentes saberes teóricos e práticos que são necessários e fundamentais ao exercício docente na área de História. Nesse sentido, concebe-se o Estágio Supervisionado como de questionamento e

investigação para se intervir na realidade em que se atua, bem como importante elemento para a formação e construção da identidade do profissional docente.

Em relação à atuação nos espaços escolares os estágios ainda têm por finalidade proporcionar uma formação docente que esteja alicerçada em ações que busquem romper com o planejamento fundamentado na aula compartimentada baseada na História quadripartite e na reprodução de conhecimento. Pretende-se uma formação que se ocupe em estimular o sujeito a mobilizar saberes, tomando o ensino como uma investigação cotidiana, capaz de problematizar sua prática, elaborar uma seleção de conteúdos e propor tematizações e sequências de ensino (ROCHA, 2003). O desenvolvimento de ações em escolas municipais e estaduais, centrais e periféricas, tem demonstrado que não é mais possível pensar em formação docente a partir do cumprimento burocrático de etapas e carga horária distribuída exclusivamente em “observação, co-participação e regência”.

Para se construir uma identidade profissional é preciso experienciar possibilidades de educação, ensino e aprendizagem mais amplas, garantindo a interação entre estagiários e a comunidade escolar em diferentes etapas do processo formativo, direcionando e orientando a elaboração e acompanhamento das propostas de estágio, conduzindo o desenvolvimento das ações desde a observação até a análise final dos resultados. Aproximar coordenação, direção e professores regentes das Escolas e estagiários resulta em trocas significativas, representando a materialização da formação inicial e continuada, além de consolidar o Estágio como espaço de integração entre a Universidade e Escola, possibilitando o diálogo entre os saberes acadêmicos e escolares não através de uma visão hierárquica, mas de compartilhamento de conhecimentos e de ações de colaboração.

3. O PROJETO “CONSCIÊNCIA NEGRA” E ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA MODALIDADE DE MINICURSO: A PRÁTICA COLABORATIVA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESORES/AS DE HISTÓRIA

Nos Estágios Supervisionados ainda têm prevalecido o modelo em que o estagiário observa o regente, depois passa para a fase de co-participação até assumir a regência no período de uma unidade letiva. Este formato, apesar de também buscar efetivar práticas significativas, não pode ser entendido como única via de formação docente, visto que esta ocorre em diversos espaços- escolares e

não escolares- e modalidades- oficinas, minicursos, regência no formato hora/aula. Porém, a definição desses espaços e modalidades precisa ser resultado de demandas com base nos contextos reais de educação e negociações entre a Escola Básica (campo de estágio) e a Universidade.

Partindo da identificação da realidade regional, a área de Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em História da UNEB-Campus XVIII, vêm propondo intervenções voltadas para regência no espaço escolar formal em turmas de História em Instituições Regulares e Oficiais de Ensino da cidade de Eunápolis/Bahia, também através da modalidade oficinas e minicursos (além da regência no formato hora/aula). Nesse artigo, propõe-se analisar as experiências de minicursos desenvolvidas a partir da temática “História e Cultura Afro-brasileira” em turmas do Ensino Fundamental II.

A escolha da modalidade e da temática se fundamentou na análise da proposta curricular da rede municipal eunapolitana para o ensino de História. Foi observado que no mês de novembro é desenvolvido, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Eunápolis (SMEC), o projeto “Consciência Negra” em todas as escolas municipais com o objetivo de “conhecer, através de uma ação conjunta e de política educacional, aspectos da cultura africana como forma de valorização da pluralidade cultural”³. O projeto propõe um conjunto de atividades que abordam a História e a Cultura Africana e Afro-brasileira, integrando diferentes disciplinas. Com vistas a participar desse projeto, no processo de estruturação do Estágio e da integração das ações formativas com as necessidades da Escola, definiu-se que a modalidade minicurso permitiria um melhor diálogo e integração entre a prática formativa e as demandas do contexto escolar.

Nas discussões teóricas propostas no Estágio, utilizou-se a análise de Chagas (2008), que identificou quatro modalidades de tratamento da temática História e Cultura Afro-brasileira e indígena: a primeira e mais difundida é de forma pontual, apenas nas datas comemorativas, ainda repetindo os lugares sociais atribuídos a estes sujeitos pela historiografia tradicional, onde não atuam como protagonistas, apenas como o elemento subjugado. A segunda trabalha com a crítica às desigualdades sociais estabelecidas entre os brancos e não brancos e a busca pela inserção social e afirmação da cidadania, através de movimentos

culturais promovidos por grupos de afoxé, maracatu, maculelê, coco, samba e congada. Para o autor (2008, p.4) essa perspectiva é trabalhada dissociada do aspecto histórico e político, “o que faz com que seja folclorizada, uma vez que os professores(as) costumam trabalhar algumas expressões e manifestações artísticas dos negros sem situá-la no tempo e expor o sentido.” A terceira modalidade trata do continente africano e dos territórios dos povos indígenas no Brasil ressaltando ainda suas condições primitivas, de agrupamento em tribos, limitando-se a sua relação com a natureza, animais, reafirmando as representações em torno do exótico. E a quarta busca trabalhar com ações afirmativas, desconstruindo preconceitos através dos exemplos de processos de inserção social.

Tomando o Estágio como campo de investigação foi colocado para os professores- estagiários, como problemática inicial, refletir sobre o Projeto “Consciência Negra” a partir das categorias identificadas por Chagas (2008) questionando o lugar da Lei 10.639/03⁴ no currículo da rede municipal de Educação de Eunápolis.

Ao iniciar as atividades de organização do Estágio, foi proposta uma pesquisa acerca do projeto “Consciência Negra”. Nesse processo, foi identificado que o projeto foi implantado em 2012⁵ e desde então vem sendo reeditado todos os anos pela SMEC sem alterações significativas na sua estrutura, o que levantou alguns questionamentos no processo de organização do Estágio acerca do projeto: não ocorreu um processo de reflexão e incorporação das experiências no decorrer dos anos? Qual a participação das Escolas na elaboração do projeto? Qual a visão dos professores em relação a ele? O trabalho com a temática História e Cultura Africana e Afro-brasileira se limita a este projeto? As ações propostas viabilizam uma educação que promova o conhecimento da História e Cultura Africana e afro-brasileira, considerando o processo histórico vivenciado pelos africanos e

⁴ Faz-se referência a Lei 10.639/03 não por ignorar a Lei 11.645/08 mas, por entendermos que a segunda não invalida e nem revoga a primeira, sendo apenas uma inserção da temática indígena no contexto da luta antirracista e antiexcludente. Assim, optamos por demarcar a trajetória histórica da inserção da História e Cultura africana e afro-brasileira nos currículos da educação básica.

⁵ Projeto da Semana de Consciência Negra - Secretaria Municipal de Educação e Cultura/ Departamento de assuntos pedagógicos/Eunápolis. Ribeiro (2017), em seu trabalho de conclusão de Curso, fez uma análise do “Projeto da Consciência Negra”, da SMEC de Eunápolis e concluiu que as edições posteriores a 2012 são apenas reproduções/repetições, sem alterações concretas, com exceção para a metodologia que, a partir de 2013 passou a contemplar uma seleção interna nas escolas antes da culminância final.

afrodescendentes no Brasil? Essas questões foram debatidas e passaram a nortear a construção da proposta de estágio.

A partir dessas questões, após autorização da SMEC/Eunápolis, foram feitos contatos com as Escolas municipais para apresentar a proposta de Estágio Supervisionado para o Ensino Fundamental II, através de minicursos,⁶ que dialogassem com os temas sugeridos pelo projeto “Consciência Negra” (SMEC), a saber: História da África, divisão política e regime político (atualidades), contrastes africanos (riqueza e miséria), cultura africana, artes africanas, linguagens africanas, música e dança, religião, influência da África na cultura brasileira, discriminação, preconceito, direitos conquistados, consciência negra, população negra e mercado de trabalho, quilombos, titulação de terras, comidas típicas.

De acordo com a metodologia do projeto “Consciência Negra”, elaborado pela SMEC/Eunápolis⁷, esses temas devem ser contemplados em coreografias, desfile, paródias, poemas e poesias. Cada disciplina fica responsável por uma atividade que seria trabalhada por série. O cronograma prevê o desenvolvimento das ações geralmente iniciando na II Unidade com uma culminância em novembro, em um momento em que todas as Escolas municipais são reunidas em um evento para apresentar as melhores produções de cada categoria por Escola, previamente escolhidas através de uma seleção feita em cada unidade escolar.

É importante ressaltar que os projetos de minicursos que seriam elaborados pelos estagiários não estariam com o compromisso de desenvolver as atividades de coreografias, desfile, paródias, poemas e poesias do projeto “Consciência Negra”. A ideia era, através dos temas sugeridos, desenvolver propostas que pudessem dialogar com as atividades que vinham sendo feitas pela Escola, buscando ressignificar o caráter apenas lúdico do projeto, que foi identificado e analisado nas discussões teóricas desenvolvidas no âmbito do Estágio.

Os estagiários, através de um aprofundamento teórico, deveriam contribuir com as práticas que estavam sendo implementadas a partir de uma relação colaborativa com a Escola e o professor regente. Almejou-se assim, uma formação

⁶ Optou-se pelo minicurso para atender as demandas de calendários da escola e da universidade em relação ao Projeto da Consciência negra.

⁷ A partir de 2014 foi inserida na metodologia do projeto que as unidades escolares precisariam fazer um concurso interno para escolha das equipes que seriam levadas para o evento de culminância.

que privilegiasse a interrelação entre as dimensões teórico-científica e as de caráter prático-pedagógico, articulando academia e Escola.

Diversos desafios foram enfrentados na fase de apresentação de Estágio através de minicursos para as unidades escolares. O primeiro foi à resistência das Escolas em aceitar um Estágio que alteraria a rotina da escola, visto que a carga horária total dos minicursos eram 20 horas, com cinco horas por encontro durante o mês de novembro. Diversas questões foram levantadas: os alunos suportariam tantas horas com os estagiários? Os outros professores do dia que haveria o minicurso cederiam suas aulas? E como ficariam as notas? Foram muitas reuniões com coordenadores pedagógicos, diretores e regentes nas sete Escolas visitadas, esclarecendo inclusive o caráter interdisciplinar da proposta, uma vez que poderia ser direcionada ações e atividades que envolvessem outras disciplinas. Destas, duas não aceitaram que o Estágio se desenvolvesse na modalidade minicurso, só se fosse na modalidade de regência por hora/aula, pois elas já desenvolviam seus próprios projetos sobre a temática que seria trabalhada. Outras cinco Escolas, cada uma colocando demandas específicas a partir da sua realidade que deveriam ser contempladas na proposta apresentada, aceitaram o desafio de compartilhar essa experiência formativa.

Foi muito significativo observar como as Escolas se posicionaram durante as reuniões de discussão da proposta de Estágio, empoderando-se do seu papel de protagonista da prática pedagógica. Os momentos de diálogo deixaram entrever que a prática colaborativa entre Escola e Universidade está se alicerçando em novas bases, onde o espaço da Educação Básica passa a ser reconhecido em seu potencial formativo e como *lócus* fundamental para a formação acadêmica dos futuros professores, com vias à superação da visão hierárquica entre o saber acadêmico e escolar.

4. REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA: MINICURSO EM QUESTÃO

A partir da definição do campo de atuação e da temática a ser trabalhada, as discussões iniciais para a construção dos projetos tiveram como ponto de partida a Lei 10.639/03, que introduziu nos currículos os estudos da História e Cultura Afro-Brasileira, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História.

Discutir tal temática no âmbito do Estágio Supervisionado, em uma proposta que articula os projetos de minicurso com as atividades e projetos já desenvolvidos nas Escolas, possibilitou problematizar a aplicabilidade de políticas públicas em contextos escolares, e no caso específico da temática História e Cultura Afro-Brasileira, suscitar reflexões sobre práticas educativas direcionadas para a superação do currículo excludente e monocultural ainda existente. Assim, faz-se necessário mobilizar temas, abordagens e metodologias de Ensino de História que considerasse as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, a partir de uma lógica problematizadora.

Nesse direcionamento, as etapas de desenvolvimento dos projetos tiveram início com a fundamentação teórica inerente à prática de Ensino de História para uma educação multicultural, ao mesmo tempo em que os discentes iniciavam o processo de aproximação e conhecimento do espaço escolar, identificando o perfil das turmas onde o Estágio seria desenvolvido e dialogando com professores-regentes sobre as possibilidades temáticas de trabalho com a História e Cultura Afro-Brasileira, considerando a realidade de atuação.

Essas atividades estiveram alicerçadas na perspectiva de ação na escola-campo de estágio a partir de três pilares: observação, participação e intervenção, buscando alternativas frente aos desafios que são postos pela realidade. Cerri (2011, p. 45) chama atenção para “a distância entre a história ensinada na escola, à história oficial, e a história vivida e lembrada pela comunidade e transmitida entre gerações dentro da família.” Esse distanciamento pode ser resultado, apesar do avanço nos debates no campo do ensino de História, da permanência de planejamentos descontextualizados da realidade dos educandos, onde Escola e contexto social ainda parecem andar por direções opostas.

Assim, a proposta pedagógica elaborada no âmbito do Estágio Supervisionado II partiu do princípio “que o planejamento de um projeto não deve se referir apenas à lógica do que se *deseja* ensinar ou do que *deve ser* ensinado, mas deve atender também à lógica das possibilidades ou da situação real de quem aprende” (RUÉ, 2003, p.106), em um diálogo intrínseco com os contextos de referência dos discentes da Escola, procurando evidenciar o sentido do aprendizado para a compreensão da realidade em que vivem e atuam como sujeitos. Especificamente sobre a História ensinada, um dos grandes obstáculos é vencer o

velho questionamento dos alunos “para que aprender História?”. De acordo com Jörn Rüsen (2010, p. 86), “o efeito sobre a vida prática (mediado seja como for) é sempre um fator do processo de conhecimento histórico, de tipo fundamental”.

Nesse sentido, um dos desafios da formação dos discentes do curso de Licenciatura em História é viabilizar um estágio fundamentado na Educação Histórica, o que significa dizer problematizar sobre como os alunos aprendem História, tanto em relação aos processos cognitivos quanto aos metodológicos, que abrangem desde a escolha e recorte do tema até os métodos utilizados, e a atribuição do sentido do que se é ensinado para a vida prática dos sujeitos da aprendizagem.

A partir dos diagnósticos das turmas e dos contextos escolares, os discentes elaboraram seus projetos de Estágio, mobilizando e articulando os saberes das disciplinas pedagógicas com as específicas de História da África que já haviam cursado. Essa prática teve como objetivo construir propostas pedagógicas a partir de tematizações, sequências didáticas e da seleção de conteúdos que atendessem as demandas das escolas. A seleção de conteúdos não é descartar ou inserir assuntos no currículo, mas fazer recortes a partir de problematizações e temáticas, considerando diversas variáveis, tais como: demanda social, cultural, política, idade dos alunos, série, tempo, recursos didáticos, dentre outros.

O processo de diagnóstico e aproximação com os espaços de desenvolvimento do Estágio evidenciaram a necessidade de discussão de temáticas como preconceito, discriminação, diversidade cultural, religiosidade e resistência, sendo essas as questões norteadoras dos projetos de minicurso. A aula foi tomada como “texto”, ressaltando a necessidade do estagiário assumir o seu papel de autor da sua narrativa/aula para promover aprendizagens significativas aos alunos. (MATTOS, 2007), norteado por uma sequência didática problematizadora com uma “dupla carga semântica: tanto a da metodologia didática de problemas, quanto a da história problema” (ROCHA, 2003 p. 4). A autora ainda resalta que a continuidade planejada, elemento principal do trabalho baseado em sequência didática, remete-se ao “estabelecimento de conteúdos de relevância e atividades variadas, do professor e também do aluno, que permitam seu ensino e aprendizagem” (ROCHA, 2003 p. 4).

Nesse sentido, a atuação nos contextos escolares teve como fundamento dar significado ao que seria ensinado, considerando as inquietações dos discentes da

Escola, viabilizando o ensino e compreensão da temática trabalhada através de novas abordagens, levando em conta que “uma proposta didática só o é de fato se naqueles a quem se dirige *abre* um espaço de oportunidades para aprender.” (RUÉ, 2003, p. 106). Para tanto, os estagiários selecionaram um conjunto de fontes históricas como documentos escritos, jornais, imagens, objetos, vídeos, áudios, dentre outros recursos que possibilitassem a discussão das temáticas que seriam abordadas no projeto, incentivando a leitura crítica desse material por parte dos sujeitos da aprendizagem e desenvolvendo ações de investigação histórica no contexto da sala de aula.

No total, foram realizados vinte minicursos ministrados em cinco escolas públicas municipais:

ESCOLA	TEMÁTICA	TURNOS	TURMA
A	Representação da África, africanos e afro-brasileiros na mídia: ressignificando olhares.	Vespertino	7ª série
A	Presença africana no Brasil Contemporâneo: ofícios da baiana de acarajé	vespertino	6ª série
A	Preconceito racial e TV: por aqui a gente se vê!	vespertino	6ª série
A	Questões africanas e afro-brasileiras: diversidade, preconceito e resistência	vespertino	8ª série
A	Compreendendo o processo de escravidão no Brasil através de imagens.	vespertino	7ª série
A	Cantando a África: resistência e identidade	vespertino	6ª série
A	Discriminação, preconceito e direitos: historicizando as relações raciais no Brasil	noturno	9º ano
A	Candomblé: influências africanas na religiosidade brasileira	noturno	7º ano
A	Valorizar é preciso! O negro na cultura midiática.	noturno	9º ano
B	A constituição da imagem do negro na mídia global: “repensando” estereótipos.	vespertino	6º ano
B	A construção histórica da inferioridade do negro no Brasil.	vespertino	8º ano
B	O ensino de História como mecanismo de combate a toda e qualquer forma de preconceito.	vespertino	8º ano
B	A escola não tem cor: a identidade afro-brasileira e a promoção de uma autoimagem positiva dos afro-brasileiros	vespertino	6º ano
C	Negro, um canto de silêncio: entre a repressão e a liberdade.	matutino	8º ano
C	Ser negro no Brasil no pós abolição: entre lutas e resistências	matutino	8º ano
C	Cultura e valorização da identidade afro-brasileira	vespertino	5º ano
C	Áfricas no Brasil: a presença africana na musicalidade brasileira	vespertino	6º ano
C	Visões sobre a África: desconstruindo preconceitos, construindo novos olhares	vespertino	7ª série
D	Repensando o preconceito racial através da História	noturno	9º ano
E	No tabuleiro da baiana tem... a influência africana na culinária baiana	matutino	6º ano

O direcionamento para a seleção das temáticas dos minicursos e suas formas de abordagem teve como fundamento a produção historiográfica contemporânea sobre a África, os africanos e seus descendentes e a ressignificação de um conhecimento amplamente difundido sobre esse continente e seus povos em uma lógica excludente e inferiorizada, construída nos discursos que justificaram a escravidão atlântica e naturalizaram as condições desiguais enfrentadas pelos africanos e seus descendentes no Brasil pós-abolição.

Ao compreender que a educação, e de forma significativa o ensino da disciplina História nos bancos escolares, foi um dos instrumentos utilizados para a difusão dessa ordem discursiva, a proposta era significar o saber histórico no processo de ensino-aprendizagem, tomando a relação entre o passado e o presente como o ponto de partida para compreender as dinâmicas de transformações e permanências dessa lógica discursiva, visando problematizar e identificar os impactos desse processo na realidade brasileiros atual, e muitas vezes vivenciados pelos discentes da Escola. Assim, foram propostas diferentes temáticas que problematizaram questões como a construção histórica da concepção de inferioridade do africano e seus descendentes, o processo de escravização e seus resquícios na sociedade brasileira contemporânea, o preconceito racial, a influência africana em diferentes aspectos da realidade brasileira, as formas de resistência dos africanos e afro-brasileiros contra as variadas formas de discriminação.

Para tanto, uma diversidade de fontes e linguagens foram utilizadas, buscando desenvolver os conteúdos através de recursos mais próximos à realidade dos discentes da Escola básica, como músicas, imagens, frases comuns que circulam nas mídias e no cotidiano e evidenciam múltiplas concepções sobre os africanos e afrobrasileiros. O objetivo era suscitar um olhar mais crítico acerca dessas expressões, mobilizando o conhecimento histórico para compreendê-las com mais profundidade.

No processo de elaboração dos minicursos, a relação Universidade e Escola fundamentou-se em uma perspectiva dialógica e colaborativa, o que proporcionou aprendizagem coletiva para os sujeitos envolvidos no Estágio, aspecto sinalizado na culminância das atividades realizadas.

5. CONCLUSÕES PARCIAIS

No primeiro contato com o projeto “Consciência Negra”, elaborado pela SMEC/Eunápolis, ficou em evidência que a proposta se limitava a uma abordagem lúdica de um tema tão complexo, sendo esse um ponto de debate nas aulas de Estágio. A análise do projeto escrito suscitou o questionamento se o lugar da Lei 10.639/03, na rede municipal de Educação de Eunápolis, estaria restrito a atividades pontuais com foco na produção artística, onde a forma seria mais relevante que o conteúdo, até mesmo pelo caráter de estruturação das ações e culminância do projeto, ou se ele suscitava discussões mais densas e reflexivas sobre a temática, problematizando os resquícios dos processos exploratórios e excludentes vivenciados pelos africanos e afrobrasileiros e sua relação com a realidade desses grupos sociais na contemporaneidade.

No momento em que os estagiários iniciaram o processo de aproximação e conhecimento do espaço escolar onde o Estágio seria desenvolvido e intensificaram o diálogo com professores-regentes, foi possível observar que, apesar de haver um projeto institucional proposto pela SMEC local, alguns docentes também desenvolviam, no âmbito de suas turmas, propostas paralelas. A professora da Escola “C”, com atuação em todas as turmas de uma escola, elaborou uma “Gincana Cultural da Consciência Negra: expressões artísticas da Cultura Afro-brasileira” e trabalhou nas aulas de História os temas: “Movimentos de resistência dos povos africanos e afro-brasileiros”, “A inserção do negro-brasileiro nos espaços políticos, econômicos e culturais na atualidade” e “Quem somos? Construindo nossa identidade cultural”, mobilizando temas e conhecimentos que colocam a questão da História e Cultura Africana e Afro-brasileira como um processo social e histórico pautado na discriminação, lutas e resistências.

Nas outras Escolas, identificou-se que os professores inseriam nos planejamentos a temática de História e Cultura africana e Afro-brasileira para debater em aula. No acompanhamento dos minicursos de Estágio foi possível perceber, através da interação dos estudantes com os estagiários a fala recorrente de que já haviam discutido algumas das questões apresentadas com o professor-regente. Essa temática, portanto vem ganhando espaço e aprofundamento no contexto escolar, problematizando visões comuns que resumem e esvaziam o

assunto no processo de escravização a que foram submetidos os africanos no contexto brasileiro colonial e imperial.

Essas ações individualizadas dos professores-regentes denotam que a institucionalização de um projeto oficial sobre a “Consciência Negra”, elaborado sem discussões e sem a participação dos docentes e que estabelece ações a serem desenvolvidas na Escola acerca da temática, não esvazia e nem determina a prática pedagógica em torno do tema, uma vez que a autonomia docente é quem direciona o conteúdo e sua forma de abordagem, mesmo com a obrigatoriedade de apresentação de resultados pela Escola nos modelos estabelecidos no projeto e a mobilização que ocorre nas unidades escolares para a efetivação da proposta.

Não foi possível dimensionar a contribuição efetiva das apresentações de dança, coreografias, desfile, paródias, poemas e poesias para a promoção de uma educação antirracial e antiexcludente. Não se desconsidera a possibilidade desse momento realmente contribuir para elevar a autoestima e identidade dos alunos afrodescendentes, porém é possível afirmar que, no âmbito do poder público local, não existe uma política sistematizada de combate à educação excludente e, infelizmente para as instâncias de poder, os processos são desvalorizados em detrimento de eventos com visibilidade. Percebeu-se que sem o compromisso social do professor, que perpassa por escolhas subjetivas, aquele momento seria apenas um *show* direcionado para a promoção das ações dos gestores da educação.

Para os discentes em formação no Estágio Supervisionado, a experiência possibilitou compreender diferentes aspectos da prática pedagógica, como a necessária articulação entre planejamento e realidade escolar, considerando suas estruturas, sujeitos, especificidades e demandas; a relevância da significação do conhecimento histórico a partir das ideias prévias dos discentes e da sequência didática problematizadora; a compreensão da autonomia docente como elemento fundamental no processo de articulação entre teoria/prática, e na leitura e percepção crítica de diretrizes, legislação e projetos que perpassam sua prática docente; a importância da relação integrada entre Escola e Universidade para a formação inicial e continuada de professores.⁸

⁸ Essas percepções foram apreendidas nas falas dos discentes no Seminário de Avaliação do Estágio e nos artigos produzidos ao final da disciplina.

Acredita-se que os minicursos desenvolvidos no Estágio Supervisionado de Ensino Fundamental II pelos estagiários da UNEB, contribuíram, através de relação colaborativa com a Escola e os regentes, para caminhos além de apresentações artísticas na abordagem da temática. É preciso que se considere, portanto, que os Estágios Supervisionados devam ir além de conceitos, técnicas e fins burocráticos, assegurando que os saberes mobilizados nos processos formativos de professores de História estejam, sobretudo, comprometidos com o seu papel de intervenção social na construção da cidadania efetiva, a partir das demandas reais dos contextos de atuação e na problematização de saberes já constituídos, abrindo possibilidades de aprendizagem significativa para todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana: uma conversa com historiadores. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 21, nº 41, p. 5-20, janeiro-junho. 2008.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. *Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na formação de professores*. São Paulo: Avercamp, 2006.

CERRI, Luis Fernando. *Ensino de História e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. *Cultura afro-brasileira no currículo de História: a formação docente e a prática na sala de aula*. Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/. Acesso: 20/03/2010.

CUNHA JR., Henrique. África-Brasil no Pensamento Escolar. *Kàwé Pesquisa: Revista Anual do Núcleo de Estudos Afro-Baianos Regionais da Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC*, Ilhéus: Editus, vol.1, n.1, p. 13-35, p.13-35, jan.-dez. 2002.

FENELON, Déa. A formação do profissional de História e a realidade do Ensino. *Revista Tempos Históricos*, volume 12, p. 23-35, 1º semestre. 2008.

MONTEIRO, Ana Maria. (Org.). *Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de; ZUCCHETTI, Dinora Tereza. Educação além da escola: acolhida a outros saberes. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 140, p. 629-648, maio/ago. 2010.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e Docência*. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. *Problematizando a organização do ensino de História*. Disponível em: <http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica-educacional/artigos/artigo2.pdf>. Acesso em: 10/08/2010.

RUÉ, Juan. *O que ensinar e por quê: elaboração e desenvolvimento de projetos de formação*. São Paulo: Moderna, 2003.

RÜSEN, Jörn. *História viva – Teoria da História III: Formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. *Jörn Rüsen e o Ensino de História*. Curitiba: UFPR, 2010.

RIBEIRO, Márcio Ramalho. *A Implantação da Lei 10.639/03 em Eunápolis- limites e possibilidades*. Monografia de Graduação, 2017.

Submetido em: 16 de maio de 2018

Aprovado em: 05 de setembro de 2018

REFLEXÕES SOBRE O USO PEDAGÓGICO DAS TIC A PARTIR DE NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Silvio Nunes da Silva Júnior¹

Resumo: Este estudo propõe uma reflexão sobre as tecnologias, o ensino e a aprendizagem na escola contemporânea, objetivando apresentar os desafios e avanços dados pela educação em busca de uma formação de professores aptos a utilizarem as tecnologias em suas práticas pedagógicas na sala de aula de língua portuguesa. Focalizando na formação do professor de língua portuguesa, propomos uma articulação entre as teorias que discutem as tecnologias educacionais com as de letramento e letramento digital. No plano metodológico, partimos de uma pesquisa qualitativa, a qual nos propiciou desenvolver uma análise interpretativista em narrativas autobiográficas escritas por professores de língua portuguesa de escolas públicas de Alagoas. Nela, identificamos que a escola pública precisa caminhar cada vez mais em busca do letramento digital de professores e alunos, isso por meio de atitudes de valorização da formação docente, o que pode estimular o desenvolvimento de práticas de ensino mais atrativas que possibilitem a obtenção de resultados mais satisfatórios no tocante ao desempenho dos alunos e no processo motivacional do professor.

Palavras-chave: Escola Contemporânea. Práticas Pedagógicas. Processo.

Abstract: This study was a reflection on technologies, teaching, and learning in contemporary school, presenting the challenges and opportunities for the formation of a teacher training in their pedagogical practices in the Portuguese language classroom. The formation of a Portuguese language teaching proposes a link between theories such as educational technologies such as literacy and digital literacy. At the methodological level, the births of qualitative research, one of which was propitious to develop an interpretative analysis in his autobiographical narratives written by English-speaking teachers of public schools in Alagoas. In it, we identify a school instead of reading and seeing the tasks of valuing teacher education, which can stimulate the development of more attractive teaching practices that allow the use of higher results regarding student performance and the motivational process of the teacher.

Keywords: Contemporary School. Pedagogical practices. Process.

¹ Doutorando e mestre em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL). Membro do Grupo de Pesquisa Ensino e aprendizagem de línguas (CNPq/UFAL) e do Grupo de Estudo das Narrativas Alagoanas - GENA (CNPq/UNEAL).

1. Considerações iniciais

Para o contexto educacional, o século XXI vem oferecendo diversos subsídios para o desenvolvimento de variadas abordagens de pesquisa em educação e áreas afins. Alguns deles já vinham sendo previstos, a saber: o panorama mais reflexivo em relação às práticas de ensino e de aprendizagem (ALARCÃO, 2001), o ensino de línguas embasado na perspectiva do letramento (ROJO, 2012; JUNG, 2003), dentre outros. Neste estudo, trataremos mais especificamente do surgimento emergente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), seus avanços e desafios no processo de formação de professores de língua portuguesa de escolas públicas de Alagoas.

Compreendemos a necessidade de tal estudo devido à ausência de ferramentas digitais nas práticas de ensino que vêm sendo apontadas por diversos estudos, como, por exemplo, o de Silva Júnior (2017). A pesquisa aponta para um *déficit* alarmante no tocante ao uso das TIC nas salas de aula de escolas da rede pública e o principal motivo se dá pela falta de investimento das políticas educacionais para o emprego efetivo das tecnologias nas escolas, bem como para a formação de professores de um modo geral, havendo lacunas, também, no trabalho com a literatura e as variações linguísticas em sala de aula, no caso do ensino de língua portuguesa.

Nesse sentido, objetivamos identificar nas histórias de vida de dois professores de língua portuguesa como estas questões se materializaram em seus trajetos acadêmicos e profissionais, ou seja, quais caminhos estes professores vêm trilhando no processo de letramento digital; além de observar se, nas concepções deles, o uso das TIC em sala de aula é benéfico ou maléfico, visto que essa problemática também assola os processos de construção identitária de diversos profissionais da educação. Para dar conta dos objetivos, trazemos, nesse estudo, além da explanação teórica, uma análise interpretativista de duas narrativas autobiográficas produzidas por professores de língua portuguesa da rede pública do interior de Alagoas.

Diante disso, subdividimos o trabalho em dois tópicos teóricos, a saber: tecnologia e escola; letramento e letramento digital. Em seguida, pontuamos breves esclarecimentos sobre os pressupostos metodológicos adotados e, por fim, uma

análise dialogal entre as narrativas das professoras colaboradoras da pesquisa, as posições interpretativistas do pesquisador e algumas abordagens teóricas que complementam tais reflexões.

2. Tecnologias e escola

Atualmente, tratar de tecnologia em educação remete à questão do letramento digital. Segundo Dias (2012, p. 95):

Na contemporaneidade, as novas tecnologias de informação e comunicação – TICS – têm exigido práticas letradas que requerem um deslocamento das práticas canônicas realizadas pelos protagonistas do cenário das escolas de ensino médio, os professores e os alunos.

Compreendemos, com base nesse excerto, que a presença das tecnologias em sala de aula tornou-se necessária, visto que é extensa a obrigatoriedade depositada no professor em seu local de trabalho; além disso, existe o importante papel da escola em se constituir como um ambiente atrativo para o desenvolvimento intelectual e humano dos alunos. As tecnologias, sobretudo, auxiliam o trabalho do professor ao mesmo tempo em que atraem os alunos na articulação entre escola e sociedade.

As discussões sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na educação surgiram quando os pesquisadores começaram a observar o quanto os dispositivos tecnológicos estavam fazendo parte do dia a dia de professores, alunos e demais componentes da comunidade escolar. Eles viam a possibilidade de relacionar o acesso feito por estes sujeitos às redes sociais, ao acesso a músicas, vídeos etc., como ferramenta auxiliar para os processos de ensino e de aprendizagem dos alunos, principalmente por entenderem que esses processos não se limitam aos muros da escola, e que, fora dela, aparelhos eletrônicos como *smartphones*, *tablets*, *notebooks* são utilizados pelos alunos e, também, pelos professores/mediadores², na maior parte do tempo.

De acordo com Almeida (2008, p. 33), as TIC são “constituídas, denominadas, indicadas como uma nova arquitetura social relacionada aos desafios da globalização. O seu uso e domínio são apontados como uma necessidade dos

² Compreendemos que o professor é um mediador de práticas de ensino e aprendizagem.

atores sociais da contemporaneidade”. Nesse sentido, nos enquadrámos hoje em uma nova arquitetura social que, *grosso modo*, vem sendo atualizada de maneira emergente, o que acaba fragmentando as rotinas de muitos sujeitos nas práticas sociais, inclusive as de linguagem, pois muitos deles preferem estabelecer atividades comunicativas pela virtualidade.

A expansão das reflexões sobre TIC vem sendo tamanha a ponto de ter efeitos retroativos em exames oficiais, como, por exemplo, o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, inserindo-se na área de Linguagens códigos e suas tecnologias. No exame, as questões relacionadas às TIC abordam, basicamente, conhecimentos básicos sobre o uso das tecnologias e as suas implicações na sociedade, o que difere de bases tradicionalistas de educação.

A velha escola é retratada como uma entidade social enfraquecida naturalmente, enfadonha e ultrapassada. O professor [...] é um indivíduo que quando despertado pelas TIC (e seus efeitos) desenvolverá uma identidade inovadora capaz de orientar processos de aprendizagens sob demanda, na lógica própria da sociedade do conhecimento (ALMEIDA, 2008, p. 30).

A pedagogia tradicionalista, também denominada como escola velha, foi muito contestada e, atualmente, é considerada ultrapassada. No entanto, muitas práticas de ensino ainda a seguem vigentes, infelizmente. A presença das TIC nas práticas de ensino e aprendizagem direciona, além de outras tecnologias não eletrônicas, para a concepção de educação como progresso, uma vez que a interatividade que as tecnologias proporcionam para a escola propicia uma participação mais efetiva do professor e do aluno no contexto de ensino.

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação à Distância, lançou o Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional – PROINFO INTEGRADO, o qual surgiu como uma tentativa institucionalizada de formar os professores da rede pública para atuarem em sala de aula com as ferramentas digitais que compõem as TIC. No programa, Tornaghi, Prado e Almeida (2010) elaboraram um guia intitulado “Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TIC”, apresentando aos professores participantes as principais teorias que determinam as finalidades do trabalho com as TIC no ensino e aprendizagem e na formação docente.

Nóvoa (2001, s/p) assinala que:

É difícil dizer se ser professor, na atualidade, é mais complexo do que foi no passado, porque a profissão docente sempre foi de grande complexidade. Hoje, os professores têm que lidar não só com alguns saberes, como era no passado, mas também com a tecnologia e com a complexidade social, o que não existia no passado. Isto é, quando todos os alunos vão para a escola, de todos os grupos sociais, dos mais pobres aos ricos, de todas as raças e todas as etnias, quando toda essa gente está dentro da escola e quando se consegue cumprir, de algum modo, esse desígnio histórico da escola para todos, ao mesmo tempo, também, a escola atinge uma enorme complexidade que não existia no passado. (NÓVOA, 2001, s/p)

A sala de aula sempre foi caracterizada como um contexto de complexidade³. Primordialmente, a escola caminhava a passos lentos, sofria com a desvalorização do trabalho docente, a evasão escolar – devido à falta de atratividade na escola para os alunos –, dentre outros pontos. A escola contemporânea precisa caminhar a passos largos para reverter esse quadro, principalmente no que tange ao fracasso escolar, a relação professor-aluno e a chegada de meios que possam atrair os alunos para as práticas de ensino, objetivando levá-los a compreender quais as reais finalidades da aprendizagem de determinados objetos de ensino para as suas práticas sociais.

Na perspectiva das práticas sociais, é pertinente lembrar que, para tais compreensões por parte dos alunos, é imprescindível que o processo de ensino e aprendizagem esteja imbricado no que se denomina como práticas de letramento. Com base em nossas reflexões até aqui, o próximo tópico deter-se-á nas teorias que caracterizam o letramento e o letramento digital.

3. Letramento e letramento digital

Partindo do discurso de que as teorias, metodologias e práticas de letramento são relativamente novas no campo da educação e em outros campos, como, por exemplo, a Linguística Aplicada, nos deteremos, neste tópico, antes de focalizar no letramento digital que é o nosso foco, nos estudos mais abrangentes sobre o letramento, ou letramentos.

³ Reflexões mais densas sobre complexidade podem ser encontradas em Morin (2000).

Em estudos sobre educação, linguagens e práticas sociais, o termo letramento veio a ser empregado de modo mais efetivo a partir das discussões propiciadas pelos Novos Estudos dos Letramentos (NEL), os quais tomaram como base, principalmente, a pesquisa etnográfico-antropológica de Street (1984), nos Estados Unidos. No Brasil, a primeira utilização do letramento se deu no estudo de Mary Kato (2003 [1985], p. 7), na psicolinguística, com a publicação de “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”. Soares (2001, 2002), Kleiman (1995) e outros autores deram continuidade às contribuições de Street (1984), estabelecendo seus olhares particulares sobre o letramento.

Derivado de *literacy*, em inglês, letramento seria, na etimologia do termo, as capacidades de ler e escrever. Estudos realizados no Brasil, antes dessa abrangência, depositavam tal categorização à alfabetização. Com este pressuposto, os Novos Estudos dos Letramentos trouxeram novas conceituações, desta vez, mais amplas.

O surgimento do termo *literacy* (cujo significado é o mesmo de *alfabetismo*), nessa época, representou, certamente, uma mudança histórica nas práticas sociais: novas demandas sociais pelo uso da leitura e da escrita exigiram uma nova palavra para designá-las. Ou seja: uma nova realidade social trouxe a necessidade de uma nova palavra (SOARES, 2011, p. 29, grifos da autora).

Dessa maneira, observamos que a palavra letramento surgiu como uma necessidade para conceituar olhares que já vinham sendo apontados para a articulação de linguagem e sociedade, o que o termo alfabetização não estava dando conta. De acordo com Tfouni (2010, p. 32), “A necessidade de se começar a falar em letramento surgiu, (...), da tomada de consciência que se deu, principalmente entre os linguistas, de que havia alguma coisa além da alfabetização, que era mais ampla, e até determinante desta”.

Nesse sentido, a autora entende a escola não só como contexto de aprendizagem dos alunos, mas sim, de aprendizagem coletiva. Assim, o letramento não se limita às capacidades de ler e escrever, ele vai além e se caracteriza por a habilidade de o sujeito utilizar a leitura e a escrita nas práticas sociais. O sujeito, desse modo, não precisa ser necessariamente o aluno, pois o professor também encontra na escola novas aprendizagens. A escola, nessa perspectiva, é o espaço em que “a sociedade delega a responsabilidade de prover as novas gerações das

habilidades, conhecimentos, crenças, valores e atitudes considerados essenciais à formação de todo e qualquer cidadão” (SOARES, 2001, p. 84).

Isto posto, é perceptível acrescentar que o termo letramento não condena ou subestima o significado de alfabetização. O letramento abrange esse e outros aspectos ligados à aquisição de habilidades no âmbito escolar, uma vez que eles servirão como base para a constituição do letramento no sujeito. Com essas considerações, Kleiman considera que o termo letramento:

[...] começou a ser usado nos meios acadêmicos como tentativa de separar os estudos sobre o “impacto social da escrita” dos estudos sobre a alfabetização, cujas conotações destacam as competências *individuais* no uso e na prática da escrita (1995, p. 15, grifo da autora).

A autora aponta a inovação que tais estudos trouxeram para as discussões sobre ensino e aprendizagem de línguas até tomarem a expansão que observamos atualmente. De Certeau (1994) pontua que os estudos sobre letramento o colocam numa perspectiva pluralista e multicultural; pluralista por envolver mais de um aspecto social e multicultural porque adensa em variadas culturas.

Nessa perspectiva, algumas categorias foram desenvolvidas a partir do termo letramento, tornando-o cada vez mais múltiplo. Nessa multiplicidade, Rojo (2013) discute sobre a noção de multiletramento, considerando que esta vai além do que se conhece por letramento, visto que diz respeito às habilidades de adaptação e apropriação de práticas sociais, culturais e acadêmicas por meio da leitura e da escrita e da oralidade.

A ramificação do letramento da qual estamos partindo nesse estudo é a de letramento digital que se conceitua como a apropriação das práticas de linguagem digitais pelo sujeito que as utilizava em seu convívio sociocultural. O letramento digital não é constituído somente na escola, mas parte das capacidades de ler e escrever é constituída nela. As demais práticas são oriundas dos contatos com o meio digital nos demais contextos formativos. Kleiman, numa perspectiva de letramento, sem a adjetivação do digital, destaca que o letramento é concebido como “[...]um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos” (1995, p. 19).

As pesquisas que abrangem o letramento digital no contexto educacional, mais especificamente ao ensino de línguas maternas e estrangeiras, em que se destaca o trabalho com o texto, articulam esta noção com a de hipertexto, o que abarca, também, a multimodalidade e outras questões que compreendem as práticas de letramento digital como atitudes que estimulam o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita por meio de práticas sociais na cultura digital, utilizando as diversas ferramentas da cibercultura (LEVY, 1993) e outras que ainda ultrapassam os limites do ciberespaço.

Para Araújo (2008, p. 2),

[...] o que sustenta a ampliação do conceito de letramento para letramento digital é simplesmente a ideia de interação, ou melhor, a ação de interagir, para além de interpretar. O sujeito tem a possibilidade de, nas práticas de leitura e escrita, além de interpretar e repercutir sua interpretação no seu convívio social, avançar nas práticas interagindo com o texto, onde a interação passa a ser uma intervenção.

Vale destacar que o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita no contexto digital requer que o sujeito utilize possibilidades cognitivas e interpretativas. Diante disso, quando o sujeito (criança, adolescente, adulto ou idoso) começa a ter contato com o meio digital, e, à medida que descobre novos horizontes em um mesmo âmbito, pode criar novas maneiras para estimular outros sujeitos a terem o mesmo contato. Leandro (2009, p. 21) explica que:

O letramento digital não se restringe, apenas, ao uso do computador ligado à internet; não só se realiza por meio do hipertexto, mas também por meio do uso de toda tecnologia da informática no cotidiano. Inicia-se com a utilização do computador com sua capacidade para o processamento de texto e outras interfaces e a utilização destes componentes para o ensino dos usos das ferramentas da nova tecnologia.

Diante do que foi exposto, consideramos que o letramento digital surgiu para aproximar os laços entre escola e sociedade. As vivências dos alunos contribuem em grande escala para o desenvolvimento de práticas sociais de leitura e escrita. É a partir desta posição que a escola precisa pensar, pois, de modo em que acata essas tecnologias, estará propiciando o aprimoramento das habilidades do aluno e mostrando consciência de que o papel da escola vai além de questões intelectuais e adensa no amplo plano da formação humana dos sujeitos.

4. Procedimentos metodológicos

O estudo segue os pressupostos da pesquisa qualitativa, a qual coloca o pesquisador em um “lugar ético-responsivo no ato de se fazer pesquisa, um lugar de não álibi em que ele não pode não dizer/calar e, ao mesmo tempo, não pode fragilizar o campo e desqualificar ou silenciar os sujeitos implicados na pesquisa (responsabilidade moral)” (ROHLING, 2014, pp. 48-49) e implica em “uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” (CHIZZOTTI, 2003, p. 221), sendo, também, fundamentalmente interpretativista.

O *corpus* analisado são narrativas autobiográficas escritas por duas professoras de língua portuguesa, as quais atuam em escolas públicas municipais em Alagoas. Apresentaremos, na discussão e na análise de dados, alguns trechos das narrativas, seguidas por análises, concebendo um diálogo entre as vozes dos sujeitos participantes da pesquisa com as de alguns teóricos que compactuam com o que já discutimos no plano teórico do trabalho. Por questões éticas, denominamos as duas professoras como Júlia e Larissa, estes sendo nomes fictícios.

Júlia é licenciada em Letras: Português/Inglês e especialista em Língua Portuguesa. Atua na rede pública há 20 anos nas séries finais do ensino fundamental, com os componentes: língua portuguesa, redação e língua inglesa. Larissa é licenciada em Letras: Português/Inglês e especialista em Psicopedagogia. Atua na rede pública há 15 anos e ministra aulas de literatura e redação no ensino médio.

5. Tecnologias, ensino e aprendizagem: o que dizem os professores?

Em escolas públicas e privadas do Brasil, ainda é baixa a abrangência das tecnologias nas práticas de ensino de professores de todos os componentes curriculares, inclusive a Língua Portuguesa. Em muitos casos, o interesse dos professores em inovar a prática é inexistente, principalmente pelo desgaste físico que a profissão deposita neles, pela baixa valorização salarial e o quase também inexistente investimento em formação por parte das políticas públicas.

Júlia apresenta um discurso animador em relação ao seu contato com as tecnologias e possíveis usos em sua prática pedagógica.

Não podemos deixar de mencionar a explosão tecnológica que o século XXI trouxe, nos levando a modificar nossas vidas e nossos hábitos pessoais e principalmente profissionais, para adequar-se aos novos meios. (JÚLIA, L. 56-64)

O discurso da professora nos leva a entender que os educadores, na educação brasileira, possuem diversas ferramentas que podem implicar satisfatoriamente em suas práticas de ensino. Um ponto que a narrativa não mencionou foi os desafios que o docente precisa enfrentar para se adequar às ferramentas digitais. Segundo Silva Júnior (2017), as TIC vêm chegando à educação de modo natural, justamente pela necessidade de cada setor social em acatá-las. Primeiramente, vimos a agilidade que o uso das tecnologias propiciou para os setores administrativos e de gestão educacional. Em seguida, com o uso emergente das tecnologias pelos alunos e, também, por alguns professores, começou-se a pensar em como elas poderiam contribuir para o ensino e a aprendizagem. Estando em um contexto local no qual as tecnologias foram incluídas de modo emergente, a professora considera que tal avanço veio como uma explosão, a qual, sendo observada com um olhar mais sensível, é positiva, pois trouxe uma infinidade de novos saberes para os sujeitos que compartilham suas experiências no plano do ensino e aprendizagem.

Sobre essa questão, Veraszto *et al.* (2008, pp. 78-79) depreendem que:

[...] tecnologia é um conjunto de saberes inerentes ao desenvolvimento e concepção dos instrumentos (artefatos, sistemas, processos e ambientes) criados pelo homem através da história para satisfazer suas necessidades e requerimentos pessoais e coletivos.

O conhecimento tecnológico é o conhecimento de como fazer, saber fazer e improvisar soluções, e não apenas um conhecimento generalizado embasado cientificamente.

[...] engloba tanto seu aspecto cultural, que inclui metas, valores e códigos éticos, assim como possui um aspecto organizacional, que abrange a economia e as atividades industriais, profissionais, além dos usuários e dos consumidores (PACEY, 1983 apud LAYTON, 1988). A tecnologia não é uma mercadoria que se compra e se vende, é um saber que se adquire pela educação teórica e prática, e, principalmente, pela pesquisa tecnológica (VARGAS, 2001). [...] Sendo assim, possibilita a reconstrução constante do espaço das relações humanas.

Nessa perspectiva, percebemos que a tecnologia não é apenas um aspecto a ser aprendido, mas, sim, um avanço que contém recursos que propiciam mais atratividade ao ensino, contribuindo para a aprendizagem, justamente pela possibilidade de contribuir para a construção coletiva de saberes docentes. Assim, da maneira em que o homem utiliza determinada tecnologia digital, estará apto a articular diversos outros conhecimentos a partir do mesmo.

Júlia, ao destacar a mudança de hábitos que a explosão tecnológica possibilitou em todos os contextos sociais, deixa claro o seu contato com as tecnologias nas práticas que exerce. É pertinente destacar que para a utilização das TIC nas práticas pedagógicas de professores de língua portuguesa, como é o caso de Júlia, é necessário que se planeje cautelosamente as atitudes a serem tomadas no decorrer da aula, visto que tais tecnologias podem contribuir ou, na falta de planejamento, atrapalhar determinadas práticas de ensino. Essa problemática assola, também, as práticas de ensino que não são mediadas pelas TIC.

McLuhan acrescenta que “qualquer invenção ou tecnologia é uma extensão ou autoamputação de nosso corpo, e essa extensão exige novas relações e equilíbrios entre os demais órgãos e extensões do corpo” (1999 [1964], p. 63). O autor ressalta, desse modo, que o processo de adaptação das tecnologias, isto é, a apropriação de recursos tecnológicos, pode ser comparada com o processo de adaptação em um novo ambiente, como o educacional, por exemplo. Continuando essa reflexão, Júlia (L. 64-69), em sua narrativa, destaca que:

[...] para adequar-se aos novos meios, aos educadores essas mudanças trouxeram desafios claros; mas também revelou novos caminhos utilizados para favorecer o ensino/aprendizagem e se bem utilizados prometem resultados positivos.

Entendemos que os novos caminhos mencionados por Júlia correspondem à adaptação do professor ao planejamento pedagógico quando se pretende utilizar a tecnologia em sala de aula, ou em ambientes mais específicos, como as salas de informática e multimídia. McLuhan ainda aponta que “as tecnologias são meios de traduzir uma espécie de conhecimento para outra” (1964, p. 76). Coscarelli e Ribeiro (2005, p. 27) pontuam que o computador foi o primeiro veículo de aproximação entre o professor e as TIC na educação. Além disso, a mesma autora afirma que “Cada momento da situação de aprendizagem requer uma estratégia diferente, e o

computador pode ser útil em várias ocasiões, bastando para isso que o professor planeje atividades, mais dirigidas, ou menos, conforme o momento”.

O planejamento educacional de fato é pertinente para que o uso das tecnologias pelo professor seja mais bem efetuado no trabalho em sala de aula, principalmente diante da infinidade de informações propiciadas pelos diferentes veículos imbricados no contexto das TIC. Morelatti (2011, p. 3), complementando a discussão iniciada por Júlia, entende que os:

Recursos tecnológicos que permitem o trânsito de informações que podem advir de diferentes meios de comunicação seja rádio, televisão, jornal, revista, livros, fotografia, computadores, gravação de áudio e vídeo, redes telemáticas, sistemas de multimídia, dentre outros (MORELATTI, 2011, p. 3)

Dialogando com Levy (1999), Morelatti assinala que as tecnologias não se limitam a aparelhos eletrônicos que permitem a entrada do sujeito no contexto digital, mas são representadas, também, por livros, jornais, revistas etc., desde que permitam contatos mais efetivos do sujeito com novos horizontes. Levy (1999) ainda acrescenta que todas as técnicas, metodologias e meios de construção de habilidades interativas e intelectuais com base nesses recursos são TIC.

Larissa, ao relatar o contato com as tecnologias na escola e nas demais experiências sociais, compreende que:

As tecnologias que há alguns anos chegaram nas escolas tendem a ajudar bastante o trabalho do professor, acho muito interessante esse uso em sala de aula. O que me incomoda é a falta de formação necessária, pois eu não utilizo esses materiais por não ter conhecimento suficiente. Há algum tempo um programa do governo federal chegou ao município para facilitar sobre o uso do computador, mas o tempo foi muito curto (L. 45-54).

Larissa compreende a relevância da adoção das tecnologias quando afirma que “acha muito interessante esse uso em sala de aula”, mas, ao mesmo tempo, aponta a ausência de formação para os professores para que exista um contato mais efetivo desses sujeitos com as TIC. Não se pode cobrar do professor o uso das tecnologias sem que os seus contextos de formação inicial e/ou continuada tenham permitido tal apropriação. Na atualidade, os professores só têm subsídios para inovar a prática com as TIC se buscarem formação autonomamente. Entretanto variados fatores caminham contra isso.

Observamos, diante do que foi pontuado, que os professores necessitam de formação para que possam fazer uso das tecnologias. Programas federais como o ProInfo até contribuíram, mas não se pode constituir nenhuma formação social em uma unicidade. É preciso tomar como base diversas partes importantes para qualquer que seja o processo de apropriação.

Percebemos, também, que o processo de apropriação encaminha os olhares para o conceito de letramento digital, sendo este “uma complexa série de valores, práticas e habilidades situados social e culturalmente envolvidos em operar linguisticamente dentro de um contexto de ambientes eletrônicos, que incluem leitura, escrita e comunicação” (SELFE, 1999, p. 11). Com isso, o ensino e a formação de professores de língua portuguesa podem ser caminhos importantes para estimular os alunos a buscarem aprendizagem no meio digital, para que as fronteiras entre sociedade e escola possam ser quebradas e o processo de aprendizagem seja contínuo.

6. Considerações finais

Pensar sobre as tecnologias, o ensino e a aprendizagem a partir dos discursos de professores de escolas públicas municipais de Alagoas nos permite, por meio da abordagem qualitativa adotada, dialogar com as nossas próprias trajetórias de vida e profissão no que diz respeito à apropriação das tecnologias digitais que, como podemos ver, é algo relativamente novo. Como desafios que vêm sendo enfrentados pelos professores de língua portuguesa para o uso das TIC em sala de aula, vimos que as políticas educacionais precisam focalizar na formação contínua dos professores que atuam nas escolas da rede pública, considerando que nem todos têm autonomia suficiente para buscar meios de inovar a/na prática pedagógica.

No tocante aos avanços, percebemos que os discursos das professoras apontam para uma postura crítica em relação aos seus papéis como mediadoras de conhecimento e sujeitos que podem e precisam contribuir para a formação humana dos alunos que se submetem às suas práticas de ensino de língua portuguesa, o que já os inserem numa perspectiva de letramento, dando-nos o entendimento de

que, se os desafios pontuados forem vencidos, a escola caminhará mais efetivamente para o letramento digital.

Observamos que a análise, norteada pelos discursos narrados dos professores de língua portuguesa em serviço, propiciou que pudéssemos identificar em relatos práticos o que realmente vem se passando nas escolas da rede pública no Brasil. Precisamos, sim, ir além de práticas tradicionais que acabam inserindo as práticas de ensino em uma perspectiva estática e inflexível, entretanto a formação de professores para este fim é imprescindível, uma vez que diferentes causas impedem que esses sujeitos possam buscar, de modo autônomo, subsídios para a inovação de suas práticas pedagógicas.

Referências

ALARCÃO, I. (Org). *Escola reflexiva e nova racionalidade*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

ARAÚJO, R. S. Letramento digital: conceito e pré-conceitos. In: *2º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação: multimodalidade e ensino*, 2008, Recife. Anais Eletrônicos, 2008.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 16, n, 2, pp. 221-236, 2003.

COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. (Org.). *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Coleção Linguagem e Educação. Belo Horizonte: Ceale/Autêntica, 2005.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DIAS, A. V. M. Hipercontos multissemióticos: para a promoção dos multiletramentos. In: ROJO, R; MOURA, E. (Org.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012, v. 1, pp. 95-122.

KATO, M. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

KLEIMAN, A. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: _____ (Org). *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

JUNG, N. M. *Identidades sociais na escola: gênero, etnicidade, língua e as práticas de letramento em uma comunidade rural multilíngue*. 2003. Tese (Doutorado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

LEANDRO, J. C. *Aquisição do letramento digital por estudantes adolescentes da rede pública de educação: um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Centro de Educação e Linguagem. Universidade Federal de Pernambuco, 2009, 117p.

LÉVY, P. *As Tecnologias da Inteligência: O futuro do Pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

McLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensão do homem*. São Paulo: Ed.Cultrix, 1999 [1964].

MORELATTI, M. R. M. *Um novo olhar sobre TIC e Educação Matemática*. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Departamento de Matemática, Estatística e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, 2011.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

NÓVOA, A. *Entrevista concedida ao Programa Salto para o Futuro, em 13 de setembro de 2001*. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/entrevistas/antonio_novoa.htm>. Acesso em: 23 jan. 2016.

ROHLING, N. As bases epistêmicas da análise dialógica do discurso na pesquisa qualitativa em linguística aplicada. *L&S Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 15, pp. 44-60, 2014.

ROJO, R; MOURA, E. (Org.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SELFE, C. L. *Technology and literacy in the twenty-first century: the importance of paying attention*. Chicago: Southern Illinois University Press, 1999.

SILVA JÚNIOR, S. N. *Narrativas autobiográficas: identidades de professores de língua materna*. Deutschland: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

SOARES, M. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Alfabetização e letramento*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 2001.

STREET, B. V. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

TFOUNI, L. V. *Letramento e Alfabetização*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TORNAGHI, A. J. C; PRADO, M. E. B. P.; ALMEIDA, M. E. B. *Tecnologias na educação: ensinando e aprendendo com as TIC – Guia do cursista*. Brasília: MEC, 2010.

VERASZTO, E. V *et al*. Tecnologia: Buscando uma definição para o conceito. *PRISMA.COM*, n. 7, pp. 60-85, 2008.

Submetido em: 13 de julho 2018

Aprovado em: 08 de fevereiro de 2019

SEMÂNTICA GLOBAL: CENOGRAFIA E ETHOS NO DISCURSO POLÍTICO DO ATUAL GOVERNADOR DO ESTADO DO RS

Ernani Cesar de Freitas¹
Viviane Demetrio da Silva Scariot²

Este artigo apresenta a análise de um discurso político do atual governador do estado do RS, José Ivo Sartori, o qual faz parte das inúmeras discussões referentes à situação enfrentada pela classe dos professores da rede pública estadual de ensino. O objetivo geral visou descrever e analisar o *ethos* discursivo, construído através de cenografias enunciativas, enquanto posição de destaque no discurso político. O trabalho tem como suporte teórico as contribuições da semântica global (MAINGUENEAU, 1984/2008a) e do discurso político (CHARAUDEAU, 2017). A pesquisa realizou-se de forma descritiva e bibliográfica, uma vez que partindo do aparato teórico escolhido foi sendo tecida a análise. Constatou-se que a construção do *ethos* discursivo é representada pela projeção de uma imagem do eu, instituída em cenografia própria, para persuadir o outro, no cenário do discurso político. Evidenciou-se que, no cenário político, as posições assumidas pelos autores do discurso desencadeiam na persuasão, objetivando a adesão do público, tanto eleitor quanto filiado, simpatizante, ou, simplesmente, adepto das doutrinas. Assim, no âmbito de análise do discurso político, esta pesquisa concentrou-se na investigação de tomada de posição assumida pelo *ethos*, ao projetar-se para efetivar os conceitos que sustenta, bem como na cenografia construída no contexto da produção do discurso.

Palavras-chave: Discurso político. Cenografia. Ethos.

GLOBAL SEMANTIC: CENOGRAPHY AND ETHOS IN THE POLITICAL SPEECH OF THE CURRENT GOVERNOR OF THE STATE OF RS

This article presents the analysis of a political discourse of the current state governor of the State of Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, which is part of the numerous discussions regarding the situation faced by the class of teachers in the state public school system. The general objective was to describe and analyze the discursive ethos, built through enunciative scenographies, as a prominent position in political discourse. The work has as theoretical support the contributions of global semantics (MAINGUENEAU, 1984 / 2008a) and political discourse (CHARAUDEAU, 2017). The research was carried out in a descriptive and bibliographical way, since starting from the chosen theoretical apparatus the analysis was woven. It was found that the construction of the discursive ethos is represented by the projection of an image of the self, instituted in its own stage, to persuade the other, in the scenario of political discourse. It was evidenced that, in the political scenario, the positions taken by the authors of the discourse trigger in the persuasion, aiming at the adherence of the public, as much elector as affiliated, sympathetic, or, simply, adept of the doctrines. Thus, in the context of the analysis of political discourse, this research focused on ethos's position-making research, when projecting itself to effect the concepts it supports, as well as on the set-up constructed in the context of discourse production.

Keywords: Political discourse. Scenography. Ethos.

1 Introdução

¹ Doutor em Letras (PUC-RS), com pós-doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (PUC-SP). Professor do PPGL – Universidade de Passo Fundo (UPF); e-mail: ecesar@upf.br.

² Doutoranda em Letras – UPF. Mestra em Letras – UPF/2013. Professora da rede pública e particular em Sananduva – RS; e-mail: vividds@yahoo.com.br.

Esse trabalho analisará como o *ethos* discursivo, construído através da cenografia, projeta-se no outro mediante processo de persuasão do discurso político. A posição assumida pelo *ethos* é que estrutura o discurso político, pois serve de alicerce à construção da imagem de si, conforme o contexto enunciativo instituído.

A semântica global (1984/2008a), teoria desenvolvida por Maingueneau, embasará todo o processo de construção de pesquisa durante o desenvolvimento do trabalho, pois, como ela tem como objeto de estudo o discurso, acredita-se que é viável partir por esse viés para se chegar à análise do discurso político concebido por Charaudeau (2017). Através desse percurso é que será possível entender as relações de persuasão impostas na e pela sociedade, através da tomada de posição efetivada pelo *ethos*, em cenografias enunciativas.

O tema deste estudo é a análise do discurso político, mais especificamente à construção da cenografia e do *ethos* em um discurso do atual governador do estado, do RS José Ivo Sartori (01-01-2015, em exercício até 01-01-2019). O *corpus* é um discurso proferido e divulgado em entrevista realizada por Flávio Ilha, transmitida ao vivo ao portal Terra, ocorrida no dia 21/10/2014, durante campanha eleitoral ao Palácio Piratini.

O discurso político apresenta determinado *éthe* construído e ressignificado para cada momento da cenografia enunciativa, pois aquele que o profere tem consigo uma condição de pertencimento da ideologia que se propaga ao povo. Defendemos, assim, o pressuposto de que o *ethos* discursivo, projetado pela cenografia enunciativa, constrói uma imagem de si que garante a aceitação e persuasão do seu público alvo, convencendo pelo poder das palavras.

A pesquisa é relevante social e academicamente, na medida em que mostra, através de um *ethos* construído e projetado em cenas enunciativas, como se organiza o discurso político, enquanto modo de convencer o outro pelo valor assumido pelas palavras escolhidas. Através desse trabalho, será possível demonstrar a posição assumida pelo *ethos* como elemento desencadeador de persuasão política, agregando valor ao discurso.

Também assume importância essencial na medida em que dialoga com uma das classes fundamentais para o país: professores. Nesse sentido, busca-se assumir uma posição de construção enunciativa do discurso que tramite para

estabelecer a posição do governo e do povo, como imagem de aceitação pela sociedade, tanto política quanto trabalhadora.

Outro aspecto fundamental que orienta o trabalho é a sua inserção à linha de pesquisa no PPGL: Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso. Dessa forma, é possível adequar a teoria estudada à prática que orienta as relações sociais diárias, pois vivemos em um país onde a imagem do político diz muito sobre a sua maneira de governar, assim como as cenografias que se instituem em tal discurso.

A metodologia utilizada parte da pesquisa bibliográfica descritiva, pois, a partir dos conceitos teóricos, é realizada a análise do corpus que discorre sobre o processo da construção da imagem de si, com abordagem qualitativa, isto é, leva em conta o conteúdo presente no discurso elencado, apontando e analisando elementos sociais que estão representados pelo poder de persuasão, construído pelo ethos, em determinado quadro da cena enunciativa.

Este estudo está estruturado conforme as seguintes seções: fundamentação teórica, na qual são abordados os principais elementos da semântica global, inserida no quadro teórico do Gênese do Discurso (MAINGUENEAU, (1984/2008a), onde se enfatiza a questão da cenografia e do ethos; metodologia de pesquisa, onde são desenvolvidas as categorias utilizadas ao longo do trabalho; análise do corpus, e considerações finais.

2 Semântica global: cenografia e ethos discursivo

O discurso de ordem política é um campo vasto para depreender os conceitos da semântica global, uma vez que as marcas enunciativas deste discurso relacionam-se com a questão da persuasão do outro, por intermédio da postura assumida pelo ethos. Nessa perspectiva, é possível “ilustrar a variedade das dimensões abarcadas pela perspectiva de uma semântica global” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 77), pois estas se referem a todos os elementos do plano discursivo, que são: intertextualidade, vocabulário, tema, estatuto do enunciador e do destinatário, dêixis enunciativa, modo de enunciação e modo de coesão.

O primeiro plano compreende a intertextualidade, a qual instaura os “tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítimas” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 77), uma vez que dentro do contexto do discurso político não existe nada original, tudo se baseia em algo que resulta das ações

pretendidas em uma relação de apropriação de elementos anteriores. A intertextualidade demarca a competência discursiva de certo campo (SOUZA-E-SILVA; ROCHA, 2009), pois é na junção daquilo que já foi enunciado que o novo discurso ampara-se para assumir sua legitimidade.

Outro plano que constitui a semântica global é o vocabulário, pois, conforme Maingueneau (2008a, p. 80), “a palavra em si mesma não constitui uma unidade de análise pertinente”, mas “além de seu estrito valor semântico, as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento” (p. 81). Dessa maneira, a palavra empregada de forma isolada não assume os sentidos pretendidos, mas no conjunto do discurso, ou seja, no encadeamento com outros termos é que a função de enunciar realiza-se efetivamente.

O tema também se configura como parte constitutiva da semântica global, sendo definido para Maingueneau (2008a, p. 81) como “aquilo de que um discurso trata, em qualquer nível que seja”, sendo que “sua ação é perceptível em todos os pontos do texto”. Classificar um ou outro tema como mais importante dentro de um mesmo discurso não é algo simples, pois o sentido, semântica, é que instaura a relevância daquilo que é proposto.

O estatuto do enunciador e do destinatário também configura mais um dos planos propostos pela semântica global de Maingueneau (2008a, p. 87, grifo do autor), “sendo que cada discurso define o *estatuto* que o enunciador deve se atribuir e o que deve atribuir a seu destinatário para legitimar seu dizer”. Assim, estruturam-se, dentro do discurso, as imagens recíprocas do eu e do tu que desencadeiam a competência para articular informações, enquadradas em um espaço onde a imagem de si projeta-se e legitima-se.

O discurso também apresenta marcas que o situam dentro do quadro enunciativo de tempo e espaço, denominada dêixis enunciativa. Esse plano constitutivo requer para cada discurso uma maneira própria de enunciar que se “constrói em função de seu próprio universo” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 88), ou seja, são as marcas que legitimam aquilo que é afirmado. As marcas de tempo e espaço para Maingueneau (2008a, p. 89) são compreendidas como “uma instância de enunciação legítima, delimita a *cena* e a *cronologia* que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação”, sendo que isto se legitima em conformidade com tudo aquilo que se enuncia, no contexto discursivo.

Além desses aspectos, a semântica global também apresenta a maneira de dizer como mais um dos planos constitutivos, sendo que esse modo de enunciação desencadeia a concepção de que “o discurso produz um espaço onde se desdobra uma ‘voz’ que lhe é própria. Não se trata de fazer um texto mudo falar, mas de circunscrever as particularidades da voz que sua semântica impõe” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 91). Isto é, cada discurso apresenta formas elaboradas para enunciar aquilo que se pretende, e tudo depende do momento em que acontece a produção e projeção.

O último elemento do plano discursivo elencado por Maingueneau (2008a, p. 94) constitui-se como o modo de coesão: “maneira pela qual um discurso constrói sua rede de remissões internas”, ou seja, trata-se de uma interdiscursividade, específica de cada formação discursiva, sendo que “cada formação discursiva tem uma maneira que lhe é própria de construir seus parágrafos, seus capítulos, de argumentar, de passar de um tema a outro. Todas essas junturas de unidades pequenas ou grandes não poderiam escapar à carga da semântica global” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 96). Dessa forma, todo e qualquer discurso considera tudo aquilo que o circunda para construir o sentido específico em cada ato enunciativo.

Todos estes elementos do plano constitutivo da semântica global podem ser definidos como artefatos de construção de sentido, no plano discursivo. “Percebamos, pois, que a semântica global não consiste em privilegiar um plano e excluir outro; a noção de global envolve o encontro de todos os planos como intrínsecos à construção da cena enunciativa” (FREITAS; FACIN, 2011, p. 203). Reitera-se que os planos do discurso são indispensáveis para construir o contexto enunciativo, o qual necessita do amparo da cenografia instaurada e do ethos projetado para significar, conceitos elencados no decorrer do trabalho.

3 Cenografia e ethos: artefatos do discurso político

Os termos cenografia e ethos foram, inicialmente, introduzidos por Maingueneau (1997), em sua teoria, na obra *Novas tendências em análise do*

discurso. A partir deste momento, são usados recorrentemente pelo autor em seus estudos teóricos.

Todo e qualquer discurso implica uma situação de enunciação específica e com o discurso político não é diferente, “as significações do discurso político são fabricadas e mesmo refabricadas, simultaneamente, pelo dispositivo da situação de comunicação e por seus atores” (CHARAUDEAU, 2017, p. 53). Assim, a cenografia é parte constituinte da construção de sentido no discurso político, pois este apresenta e constrói um contexto muito particular para representar aquilo que se pretende ao se fazer enunciar ao outro.

A noção de cenografia está imbrincada à noção do caráter teatral, o qual está associado à grafia. Essas duas noções garantem a legitimidade de um texto, ou seja, a obra se legitima criando um enlaçamento, fornecendo ao leitor um mundo cujo caráter exige que a própria cenografia represente aquilo que diz (FREITAS; SERENA, 2014, p. 74).

Com a noção criada pela semântica global, Maingueneau (2008a) afirma que o discurso é concebido na interação entre todos os planos que o constituem, por isso é que todo discurso constrói um quadro enunciativo. E acrescenta (MAINGUENEAU, 1997, p. 75), “o enunciado não é um ponto de origem estável que se ‘expressaria’ dessa ou daquela maneira”, está enquadrado em determinada cena enunciativa, que determina a posição do ethos.

A cena de enunciação de um discurso torna-se possível devido às três cenas que o constituem: a englobante, a genérica e a cenografia. Na junção destas é que se estrutura o quadro enunciativo do discurso. Consoante Maingueneau (1997, p. 77), “desde sua emergência, a fala supõe uma certa cena de enunciação que, de fato, se valida progressivamente por essa mesma enunciação”, a cena passa validar, legitimar a enunciação.

A cena englobante relaciona-se diretamente com o tipo de discurso: educacional, filosófico, institucional, etc. A cena genérica diz respeito ao gênero do discurso, isto é, a maneira como é estruturado para desencadear a enunciação, seja através de notícia, depoimento, entrevista, discurso, etc. E a cenografia representa a junção de todos esses elementos para acontecer a enunciação, pois conforme Maingueneau (1997), cenografia não corresponde somente a ideia de teatro, mas o conjunto de inscrição do discurso.

Assim sendo, a cena englobante não basta por si mesma para explicitar todas as interações verbais, por esse motivo é que acontece a junção com a cena genérica, porque juntas “definem o espaço mais ou menos estável no interior do qual o enunciado ganha sentido, isto é, o espaço do tipo e do gênero do discurso” (POSSENTI, 2008, p. 204). Tanto a cena genérica quanto a englobante constituem parte fundamental de todo e qualquer discurso.

Além destas, a cenografia é a outra cena que assume espaço dentro do quadro enunciativo do discurso. Freitas e Facin (2011, p. 204) referem-se a Maingueneau (2004),

[...] a cenografia é construída pelo próprio texto e não diz respeito a um espaço físico, como se o enunciador pertencesse a um ambiente “emoldurado”, mas, sim, a um espaço que é validado por meio da própria enunciação. A cenografia implica um processo de enlaçamento paradoxal entre as cenas, ou seja, a fala supõe uma situação de enunciação que é validada à medida que a própria enunciação se consolida.

A partir deste quadro enunciativo instaurado, é possível relacionar o discurso político, pois esse gênero cria todas as cenas para se enquadrar no jogo de persuasão do outro.

Conseqüentemente, quando falamos, somos, ao mesmo tempo, constringidos pelas normas e convenções da linguagem que compartilhamos com o grupo, e livres – ainda que relativamente – para proceder a um uso discursivo que nos caracteriza de forma exclusiva, permitindo nossa individualização (CHARAUDEAU, 2017, p. 51).

Ao se dirigir ao público, o objetivo do discurso político é deixar as marcas de um *ethos* próprio, bem como reafirmar sua cenografia enunciativa. Dessa forma, uma das grandes marcas do processo político democrático é o lugar que o outro assume para legitimar seu dizer, suas concepções, suas doutrinas, valendo-se da imagem que se projeta sobre si mesmo.

“Para discorrer sobre o *ethos*, é imprescindível retomar a tradição antiga, proveniente da Grécia, focalizando principalmente a teoria de Aristóteles, que foi o responsável por sistematizar a retórica como a arte da persuasão” (FREITAS, 2010, p. 180). O termo *ethos* relaciona-se com a construção de uma identidade, no discurso político.

O ethos liga-se ao seu enunciador pelo fato de que este assume uma tomada de posição frente ao discurso. Dessa forma, infere-se que o ethos se relaciona com a construção de uma corporalidade do enunciador por intermédio de um tom lançado por ele no âmbito discursivo (MAINGUENEAU, 2008b), ou seja, enuncia com uma intenção marcada e específica, no caso de convencer o outro.

O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe *a priori* do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2017, p. 115).

O ethos pode então ser percebido como o elemento que estrutura a relação de comunicação entre o enunciador e o seu destinatário, uma vez que “é bem o resultado de uma encenação sociolinguageira que depende dos julgamentos cruzados que os indivíduos de um grupo social fazem uns dos outros ao agirem e falarem” (CHARAUDEAU, 2017, p. 118). O ethos legitima-se na relação de comunicação entre os participantes da cena enunciativa e como parte constituinte seguinte do trabalho, estruturamos às questões metodológicas.

4 Procedimentos metodológicos

O corpus de pesquisa é um discurso político proferido pelo atual governador do estado José Ivo Sartori (01-01-2015, em exercício, até 01-01-2019), durante o processo de campanha eleitoral de 2014. A entrevista realizada e divulgada por Flávio Ilha, transmitida ao vivo ao portal Terra, aconteceu no dia 21/10/2014, às 11h18min, sendo que houve atualização às 18h17min. Este é um recorte dos tantos apontamentos discursivos realizados nos períodos de crise entre o governo do estado e a classe de professores.

Para analisar esse corpus, utilizaram-se fundamentos da semântica global através da cenografia e do ethos discursivo. Entende-se que o discurso político apresenta elementos importantes quanto à estrutura que será analisada no decorrer deste trabalho, pois através da imagem construída pelo ethos é desencadeada a aceitação, persuasão do outro, em determinada cenografia enunciativa.

A pesquisa apoiou-se em fontes bibliográficas e conceitos descritivos abordados na análise, além de introduzidos ao longo do texto. A análise desenvolveu-se a partir de categorias teóricas (estruturas enunciativas) que embasaram os procedimentos metodológicos, tais como: intertextualidade, vocabulário, temas, estatuto do enunciador e do destinatário, dêixis enunciativa, modo de enunciação, modo de coesão, cena genérica, cena englobante, cenografia, ethos (Maingueneau, 1984/2008a), conceitos presentes no discurso político que é produzido e veiculado à aceitação do público.

O discurso selecionado busca a persuasão pelas ideias difundidas, e a construção de um sentido adequado através da escolha do vocabulário em sua produção. Sendo assim, levará em conta os mecanismos da língua que buscam persuadir o leitor, desencadeando a construção de imagem de si dentro do quadro enunciativo do discurso político.

O principal critério utilizado na seleção do discurso político foi o fato de ele apresentar elementos constitutivos da semântica global, como estrutura enunciativa de construção do sentido, através de uma representação social pela linguagem. Também será considerado o tema abordado e a sua importância na realidade, uma vez que somente se aceita uma ideia pela relevância proposta, isto é, pela posição defendida pelo *ethos* que a legitima. Na sequência, efetiva-se a análise do discurso selecionado.

5 Análise do corpus

O corpus utilizado para análise é um recorte do discurso político, reproduzido em vídeo, quando em entrevista do atual governador do estado José Ivo Sartori, durante o processo eleitoral de 2014. Em seu pronunciamento, Sartori recomenda que professores busquem piso em loja de material de construção. A declaração gerou nota de repúdio de profissionais ligados à educação e tornou-se viral na internet; candidato retratou-se quando, momentos depois, pediu desculpas.

Sartori: declaração sobre professores gera polêmica

“Eu fui lá no Cpers (Centro dos Professores do Estado do RS) e não assinei o documento exigindo um compromisso de pagar ou resgatar o salário, vamos

dizer...como é que diz mesmo? O piso! O piso eu vou lá no Tumelero (loja de material de construção) e eles te dão um piso melhor, né? (risos). Ali tem piso bom, né?”

**Fonte- Internet- Portal Terra: por Flávio Ilha
21/10/2014 11H18 MIN/ ATUALIZADO 21/10/2014 18H17MIN**

Este discurso político assume relevada importância social no momento em que acontece a declaração, configurada em tom jocoso, do candidato ao governo do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, a qual provocou troca de acusações e um pedido formal de desculpas aos professores estaduais. Em um trecho da entrevista, o político ironiza a reivindicação do magistério pelo pagamento do piso nacional da categoria, promessa de campanha não cumprida pelo então governador da época Tarso Genro, e recomenda aos professores que procurem uma conhecida loja de material de construção de Porto Alegre para obter “um piso”.

O discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano (CHARAUDEAU, 2017, prólogo).

No momento em que o assunto da entrevista passou a ser a educação do magistério público estadual, ou seja, os funcionários efetivados, aqueles que possuem deveres e direitos assegurados em lei, foi que o discurso político perdeu o caráter de seriedade e partiu à ironia, configurada pela intertextualidade com outras cenas enunciativas. Pode-se afirmar que “todo campo discursivo define certa maneira de citar os discursos anteriores do mesmo campo” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 77), ou seja, acontece a retomada de outros discursos em momentos anteriores a este.

Na concepção de Maingueneau (2008a), todo e qualquer discurso é amparado e constituído por uma semântica global, isto é, traz consigo elementos que podem ser percebidos na individualidade, mas que somente na coletividade assumem importância de processo enunciativo.

A partir da noção de semântica global, esse autor considera que o discurso é apreendido na integração de todos os seus planos, ou seja, não se pode tomar *um* plano como sendo o mais privilegiado para a verificação das

especificidades de um discurso. Essa perspectiva abarca algumas dimensões, que, tal como aponta Maingueneau, podem ser isoladas ou repartidas diferentemente. Partimos da hipótese de que todo discurso constrói um quadro enunciativo (FREITAS, 2010, p. 179, grifo do autor).

“É a intertextualidade, portanto, que deixa rastros por meio do intertexto, entendido como o conjunto de fragmentos efetivamente citados por um discurso” (FREITAS; SERENA, 2014, p. 71). Ao efetivar o discurso político, o conceito de intertextualidade é relevante à medida que esta produção é considerada resultado de outras falas e de outros gêneros da vida prática. Dessa forma, o termo TUMELERO faz alusão a um nome familiar, bem como a uma loja tradicional de Porto Alegre onde se encontram produtos da rede da construção.

O que desencadeia toda a polêmica é exatamente o vocabulário *piso* que foi usada com um sentido em detrimento de outro, que está aplicado a uma conjuntura política e administrativa. Conforme Maingueneau (2008a, p. 81), “os enunciadores serão levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo”, ou seja, houve uma escolha por esse termo e não por outro durante o discurso.

O sentido ambíguo do termo, usado pelo candidato, foi percebido como deboche e até mesmo descaso e desconhecimento da situação do magistério público estadual. “A palavra isolada não se sustenta; os termos assumem valores distintos de acordo com cada discurso” (FREITAS; FACIN 2011, p. 202), isto é, o mesmo vocabulário, no caso *piso*, apresenta um valor real, na materialidade da língua, porém foi destituído da sua carga semântica habitual para depreender outras possíveis interpretações.

O tema é outro elemento que faz parte do plano da semântica global, pois é “aquele que o discurso trata em qualquer nível que seja” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 81), não pode ser concebido como hierarquizante, pois sua importância concentra-se no tratamento de sentido apresentado durante o discurso, são elencados vários, com abordagens distintas.

Durante o seu discurso político, o candidato Sartori respondeu a várias perguntas propostas e ao abordar o tema da educação foi que seu discurso destoou daquilo que se esperava como resposta argumentativa. “À semelhança do vocabulário a especificidade de um discurso se define não por seus *temas*, mas por sua formação discursiva” (SOUZA-E-SILVA; ROCHA, 2009, p. 12, grifo do autor).

Assim sendo, ele não falou somente deste tema, mas abordou outros que para este momento enunciativo não se apresentaram com real pertinência, mas não é que são sejam importantes no contexto global do discurso.

“Os diversos modos da subjetividade enunciativa dependem igualmente da competência discursiva” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 87), ou seja, neste momento o discurso político apresenta os estatutos de enunciador e destinatário, os elementos que legitimam todo e qualquer dizer. Acontece uma proximidade com o ethos através do enunciador com o candidato, José Ivo Sartori, pelo seu discurso, chancela as doutrinas que defende ou refuta, no caso, postura de descaso e sátira com o magistério estadual.

As imagens de enunciador e destinatário podem ser compreendidas como recíprocas, uma vez que um manifesta seu dizer para corresponder às expectativas do outro, tendo competência discursiva para articular as informações. Diante disto, “tanto o enunciador quanto o destinatário dispõem de um lugar e, nesse espaço, o enunciador projeta uma imagem de si no discurso a partir da qual o legitima” (FREITAS; FACIN, 2011, p. 203). Ao abordar o tema sobre educação, citando o CPERS (Centro dos Professores do Estado do RS), em seu discurso político, o enunciador refletiu aquilo que ele pensa sobre esta classe aos seus integrantes, no caso os profissionais da área.

A dêixis enunciativa representa a inserção do discurso em determinado tempo (cronologia) e espaço (topografia), sendo que, para Maingueneau (2008a, p. 89) “de uma maneira ou de outra, trata-se de estabelecer uma cena e uma cronologia conforme às restrições da formação discursiva”. Isto é, conforme o que se procura dizer naquele momento enunciativo, no caso do discurso político analisado, o tempo e o espaço estão marcados: o tempo da campanha eleitoral para governo do estado, outubro de 2014; o espaço é o próprio estado do RS, com seus eleitores, mais especificamente, profissionais do magistério.

“No entanto, cumpre lembrar que a dêixis não implica marcas empíricas, mas estabelece uma cena e uma cronologia de acordo com coerções de determinadas formações discursivas” (FREITAS; SERENA, 2014, p. 72). Para cada momento enunciativo, faz-se necessário construir os elementos cronologia e topografia, uma vez que, nem sempre, estes estarão marcados dentro do próprio

discurso. Neste corpus, existe a presença concreta do tempo e espaço quando se tem a data do discurso, e o ambiente a que ele destina-se.

O discurso é caracterizado por uma maneira própria e específica de dizer. De acordo com Maingueneau (2008a, p. 90, grifo do autor), “mas um discurso não é somente determinado conteúdo associado a uma dêixis e a um estatuto de enunciador e de destinatário, é também uma “maneira de dizer” específica, a que nós chamaremos um *modo de enunciação*”. A forma como o que se fala é repassada e chega até o público interessado, quando o candidato riu evidenciou-se que a educação não é algo tão a sério quanto deveria.

Também pode ser evidenciado este elemento no discurso político analisado quando é feita uma pausa na fala, a qual foi reproduzida pelo uso das reticências no escrito: “*vamos dizer...como é que diz mesmo?*”. Assim, “o “modo de enunciação” obedece às mesmas restrições semânticas que regem o próprio conteúdo do discurso” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 93, grifo do autor). Sartori está recorrendo à memória para lembrar de algo que deveria estar muito nítido em sua mente, enquanto candidato a futuro administrador do estado.

Finalmente, o modo de coesão, último elemento constitutivo da semântica global, surge para criar o encadeamento de ideias de uma parte que é constituída no todo do discurso, “está relacionado à interdiscursividade e se dá pelo modo como um discurso constrói suas remissões internas” (FREITAS; SERENA, 2014, p. 72). Quando o candidato utiliza, por duas vezes, a pergunta *né?*, evidencia-se que ele procura manter um contato de aprovação com os jornalistas e, posteriormente, com seus eleitores.

Acontece a necessidade de ter o aval para dar continuidade ao discurso que estava sendo proferido e sofreu com esquecimento, risos, e, por último, interrogativas. Esta parte do discurso não está encadeada com o restante da sua fala, acontece um rompimento coesivo, ou seja, aquilo que se pretendia dizer não foi dito como deveria ser e gerou a polêmica toda.

“O sujeito político que combate um adversário deve rejeitar os valores opostos aos preconizados por este, mostrando por uma boa argumentação a fraqueza e o perigo dessas ideias” (CHARAUDEAU, 2017, p. 93). Primeiramente, o candidato criticou a postura do então governador que prometeu o pagamento do

piso e não cumpriu, porém, na sequência, fez algo pior ao recomendar a loja de material de construção, com alusão ao termo.

A partir deste quadro enunciativo instaurado, depreende-se que o discurso está associado a cenas enunciativas (MAINGUENEAU, 1997), as quais orientam e ordenam o sentido pretendido e são elas: englobante, genérica e cenografia. “Juntas, elas compõem um ‘quadro’ dinâmico que torna possível a enunciação de um determinado discurso” (FREITAS, 2010, p. 73). A construção destas cenas é projetada do discurso com a enunciação.

A cena englobante corresponde ao tipo de discurso que se pretende repassar, nesta análise diz respeito ao discurso político, o qual procura mostrar as reais intenções do seu enunciador para com o destinatário. Dessa maneira, “o discurso político relaciona-se com a paixão e com a razão, mas também com a imagem, pois, em última análise, não há adesão de ideias que não passe pelos homens” (CHARAUDEAU, 2017, p. 94). É função desta cena enquadrar o discurso em determinado campo, neste caso o político, com ênfase na educação.

A cena genérica pode ser compreendida como o gênero pelo qual o discurso nos é apresentado, no caso uma entrevista falada e escrita, com transmissão ao vivo. A postura do candidato, ao proferir seu discurso poderia ter sido outra totalmente contrária à fala, porém foi esta imagem que ele repassou ao povo, a cena que aqui se instaurou foi de um discurso político alienado e omissos com as questões educacionais de seu estado, chegando ao riso.

“Em muitos casos, a cena de enunciação reduz-se a essas duas cenas” (POSSENTI, 2008, p. 204). No entanto, em nosso corpus temos também a cenografia, a qual se constitui no próprio discurso, ou seja, instaura-se como forma de pertencimento e acontece “com a movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 73). Essas ideias repassadas durante o discurso estão incutidas na pessoa do candidato: - Eu fui lá no Cpers (Centro dos Professores do Estado do RS) e não assinei o documento exigindo um compromisso de pagar ou resgatar o salário... Ele não quer comprometer-se, ou seja, este caos instaurado com a classe do magistério não lhe pertence, é problema de quem ainda está no poder e não dele, candidato no momento.

Em uma cenografia estabelecida existe a associação dos estatutos de enunciador e destinatário, no caso o candidato e o seu público eleitor, pois “o discurso político realiza a encenação seguindo o cenário clássico dos contos populares e das narrativas de aventura: uma situação inicial que descreve o mal, a determinação de sua causa, a reparação desse mal pela intervenção do herói natural ou sobrenatural” (CHARAUDEAU, 2017, p. 91). Assim, sempre se espera que o discurso do político, pretendente ao cargo, seja de afinidade com o que a população busca ao participar do processo eleitoral.

Nesta análise, o enunciador rompe com o aquilo que se esperava como fala agradável às massas, ou seja, ao desmerecer a classe do magistério, o candidato deixa claro o seu posicionamento de que educação não foi, não é e nem nunca será prioridade de seu governo. A cenografia aqui construída, portanto, é esta: um discurso político que aposta em progresso, mas que não quer seu povo culto o suficiente para tanto.

Podemos fazer outro apontamento cenográfico com a afirmação: “O piso eu vou lá no Tumelero (loja de material de construção) e eles te dão um piso melhor, né?” Quem não está contente ou satisfeito com o que recebe pode fazer outra atividade, inclusive trabalhar no comércio da construção, lá o salário (assim como o piso) tem maior qualidade e valorização. Diante disso, instaura-se um lugar e um tempo próprios deste discurso,

[...] esses lugares supõem igualmente uma **cronografia** (um momento) e uma **topografia** (um lugar), das quais o discurso *pretende* originar-se (a cronografia e a topografia não são tempos cronológicos nem espaços geográficos, mas “tempos” e “espaços” ideológicos, históricos: a favela, a cidade, a civilização, a globalização) (POSSENTI, 2008, p. 205, grifo do autor).

A partir das cenas instauradas, para que o discurso tenha validade é preciso que este implique uma apresentação ao seu público, uma maneira de dizer, de ser, uma imagem do eu, enquanto enunciador, surge então a questão do ethos “voltado para o orador” (CHARAUDEAU, 2017, p. 113). Uma imagem construída de si próprio, nesta análise, para projetar e incutir no destinatário as estratégias do discurso político.

O sentido do discurso político “impõe-se tanto pelo ethos como pelas ‘ideias’ que transmite; na realidade, essas ideias se apresentam por intermédio de uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser, à participação imaginária em uma experiência vivida” (MAINGUENEAU, 2004, p. 99, grifo do autor). Quando o candidato não lembra o termo específico para dizer naquele momento da entrevista, ele está afirmando sua posição de alguém indiferente com a educação do estado, está expressando a sua maneira de ser “vamos dizer...como é que diz mesmo?”.

Conforme Freitas (2010, p. 180), “o ethos liga-se ao orador, por meio, principalmente, das escolhas linguísticas feitas por ele, as quais revelam pistas acerca da imagem do próprio orador, continuamente construída no âmbito discursivo”, enuncia com uma intenção. O candidato trata a classe do magistério estadual em primeira pessoa quando faz a seguinte afirmação “eu vou lá”, a escolha buscou uma aproximação, pois se enquadrou no discurso, no entanto esse ethos assumido apresentou um sentido totalmente contrário.

O ethos instaurado neste discurso político representa uma imagem de alguém que, com o poder em mãos, levará a educação com o mesmo deboche e descaso da fala. Não é possível ficar omissos à situação, mesmo sendo um dilema que vem do governo anterior, pois ele pretende ser o representante de todos os grupos sociais do estado do RS.

Na concepção de Charaudeau (2017, p. 120, grifo do autor), “no discurso político, a credibilidade é fundamental, uma vez que o desafio consiste em tentar persuadir determinado público de que se tem certo poder. [...] o político procura construir para si o ethos de sério, de virtuoso, e de competente”. Todos estes éthé, que eram marcas do candidato Sartori foram desconstruídos quando houve o comparativo entre piso (salário inicial do professor ao ingressar na rede de ensino) com o piso (material de construção, aquele que fica no chão, todos podem, devem e precisam pisar), pois se constatou que sua posição mudou.

6 Considerações finais

Neste trabalho, procurou-se mostrar que durante cada um dos diferentes processos que envolvem a construção, a leitura e a interpretação dos discursos, faz-se necessário que os conceitos trazidos ao longo do embasamento teórico entrelacem-se de uma forma que teoria e prática estejam em completa harmonia para construir a imagem de si, no próprio discurso.

A questão norteadora: o ethos discursivo, projetado pela cenografia enunciativa, constrói uma imagem de si que garante a aceitação e persuasão do seu público alvo, ou seja, convence pelo poder das palavras, fez-se presente e materializou-se do princípio ao fim, pois a imagem que foi repassada pelo candidato Sartori, cristalizou-se com sua fala, ressaltando a falta de comprometimento com a classe educacional.

A posição assumida pelo ethos, como elemento desencadeador de persuasão política, agregando valor ao discurso, provou que uma expressão equivocada destrói e desconfigura toda a imagem existente perante o público. Ao portar-se como enunciador do discurso político, nenhum lapso é visto como algo simples e gera variados pontos de vista.

O estudo contribuiu reafirmando que as teorias e categorias de análise aqui elencadas estão presentes em muitas situações do cotidiano e não somente nas conversas culturais ou filosóficas, uma vez que os conceitos formulados pelos autores estão inseridos em todo e qualquer discurso, pois o ethos sempre é construído e instaurado no quadro das cenas enunciativas. Esta análise foi apenas um esboço de estudo, pois os conceitos abordados podem e devem ser explorados com maior complexidade por toda e qualquer área do saber, já que são atuais e necessários a qualquer manifestação que aborde os gêneros discursivos, mais especificamente em se tratando do discurso político.

Referências

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

FREITAS, Ernani C. de. Linguagem na atividade de trabalho: ethos discursivo em editoriais de jornal interno de empresa. *Desenredo*, Passo Fundo, RS, v. 6, n. 2, p. 137-263, jul./dez. 2010.

_____; FACIN, Débora. Semântica global e os planos constitutivos do discurso: a voz feminina na literatura de Rubem Fonseca. *Desenredo*, Passo Fundo, v. 7, n. 2, p. 198-218, jul./dez. 2011.

_____; SERENA, Marinês Giareta. A cenografia no discursivo literário: enlaçamento enunciativo e ethos no romance *Eva Luna*. *Desenredo*, Passo Fundo, v. 10, n. 1, p. 64-91, jan./jun. 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise de discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Trad. de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. (1984). *Gênese dos discursos*. Trad. de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2008b. p. 69-92.

POSSENTI, Sírio. *Contribuições de Dominique Maingueneau para a Análise do Discurso do Brasil*. São Paulo: Pedro & João Editores, 2008.

SOUZA-E-SILVA, Cecília P.; ROCHA, Décio. Por que ler gênese dos discursos? Resenha de "Gênese dos discursos", de Dominique Maingueneau. *ReVEL*, v.7, n.13, 2009. Disponível em: www.revel.inf.br. Acesso em: 15 fev. 2018.

Submetido em: 15 de julho de 2018

Aceito em: 08 de janeiro de 2019

CIÊNCIA OU TURISMO SEM FRONTEIRAS? UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS POR ALUNOS BENEFICIÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Marina Lourenço Moura¹
Sheila Maria Doula²

Resumo: em 2011 foi lançado o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), resultante de uma parceria entre Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Seu principal objetivo era estimular o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil por meio da mobilidade acadêmica internacional de estudantes de graduação, pós-graduação e pesquisadores especiais. Embora fosse um programa bem avaliado pela comunidade científica, em 2017 ele chegou ao fim com um total de 92.880 bolsas distribuídas em diversas modalidades. Baseando nisso, este artigo se propõe a analisar como o Programa Ciência sem Fronteiras é avaliado pelos seus beneficiários. Para isso, a pesquisa utilizou uma abordagem quanti-qualitativa, desenvolvida por meio da pesquisa bibliográfica, documental e da aplicação de questionários *online* aos estudantes bolsistas do CsF, vinculados ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Viçosa–Viçosa/MG. Mesmo com falhas na implementação, de forma geral o CsF foi avaliado positivamente pelos estudantes nas esferas acadêmicas, pessoais e profissionais.

Palavras-chaves: Programa Ciência sem Fronteiras; Avaliação de Política Pública; Ciência e Tecnologia.

Abstract: In 2011, it was launched the CiênciassemFronteiras Program (CsF), resulting from an association between the Ministry of Education (MEC) and the Ministry of Science, Technology and Innovation (MCTI). Its aim was to stimulate the development of Science and Technology (S & T) in Brazil through the international academic mobility of undergraduate students, graduate students and special researchers. Although being a well-evaluated program by the scientific community, it ended its activities in 2017, after a total of 92,880 scholarships distributed in several modalities. Based on that, the purpose of this paper is to analyze how *the CiênciassemFronteiras Program is evaluated by its beneficiaries. For this, the research used a quantitative-qualitative approach, developed through the bibliographical and documentary research, besides of the application of online questionnaires to the CsF scholarship students linked to the Agrarian Sciences Center from the Federal University of Viçosa – Viçosa / MG. Even with implementation failures, in general, the CsF was evaluated in a positive way by students in the academic, personal or professional spheres.*

Keywords: Ciência sem Fronteiras Program; Public Policy Evaluation; Science and Technology.

¹ Pesquisadora do Observatório da Juventude Rural. Mestrado em Extensão Rural pelo Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (2018). Graduação em Pedagogia pelo Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa (2016).

² Coordenadora do Observatório da Juventude Rural. Professora Adjunta IV do Departamento de Economia Rural e do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa. Pós-Doutorado no Programa Postdoctoral de Investigación en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud da CLACSO. Doutorado e Mestrado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, houve um crescimento considerável da produção científica no Brasil. Um exemplo é que no período de 2001 a 2011 o Brasil subiu da 17ª posição no *ranking* mundial de artigos publicados para o 13º lugar. Quantificando esses dados, em 2001 havia cerca de 13.846 artigos publicados, já em 2011 contava-se um total de 49.664 publicações (LEITE, 2014). Esse crescimento pode estar correlacionado ao aumento de investimentos nos programas de pós-graduação financiados pelas principais agências brasileiras de fomento à pesquisa — a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ambas as instituições têm como objetivo promover o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (C&T), uma vez que se acredita que este é fator desencadeante do desenvolvimento econômico e social do país (BORGES, 2011).

Entretanto, as publicações por si só não eram suficientes. Os indicadores até colocavam o Brasil em destaque ao se considerar a produção científica, mas em relação à propriedade intelectual — marcas, patentes, programas de computador, entre outros — os níveis estavam muito abaixo do esperado para garantir geração de riqueza e competitividade no cenário internacional. Era como se a ciência resultante das produções acadêmicas não trouxesse resultados favoráveis ao desenvolvimento científico e tecnológico do país (STAUB, 2001; ARAÚJO, 2007; BORGES, 2011). A partir disso, baseando-se na premissa de que quem produz C&T são os pesquisadores e cientistas, entraram em pauta na agenda política do Governo Federal discussões referentes à necessidade de o país investir de forma expressiva e estratégica na formação desses profissionais. Isso porque, enquanto o Brasil possuía aproximadamente 66% de pesquisadores nas universidades e apenas 26% nas empresas, na Coreia, no Japão e nos Estados Unidos esse número não ultrapassava os 7% nas universidades e estava próximo de 70% nas empresas (BORGES, 2011). A nova agenda fundamentava-se na necessidade de formação de profissionais não só em quantidade, mas também em qualidade, a fim de atender às principais necessidades brasileiras. São formuladas então, políticas públicas direcionadas aos cursos de graduação e pós-graduação em áreas consideradas estratégicas ao desenvolvimento (BORGES, 2011; LEMOS, CÁRIOS, 2013). Uma

dessas políticas foi o Programa Ciência sem Fronteiras (CSF) lançado em 2011, que acabou ficando conhecido mundialmente em virtude da sua proporção em relação a outros programas instalados anteriormente no país.

A fim de compreender melhor essa política pública brasileira, são necessários estudos e análises sobre as contribuições que ela trouxe não só para o desenvolvimento da Ciência & Tecnologia no Brasil, mas também sobre os benefícios para a vida acadêmica e profissional dos estudantes contemplados. Assim, é objetivo deste artigo analisar os dados de uma pesquisa que tem como universo empírico a Universidade Federal de Viçosa (UFV) – *Campus Viçosa/MG*, na qual foram entrevistados 32 alunos do Centro de Ciências Agrárias que participaram do Programa entre 2011 e 2016. Como metodologia, foi utilizada uma abordagem quanti-qualitativa, desenvolvida por meio da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a aplicação de questionários *on-line* aos estudantes contemplados pelo Programa. Foram utilizadas as abordagens teóricas do Modelo de Processo e o do Ciclo de Políticas Públicas para entender como o Programa Ciência sem Fronteiras é avaliado pelos seus beneficiários.

2. O FIM DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

O Programa CsF tinha como meta o oferecimento de 101.000 bolsas de estudos em diferentes modalidades para estudantes e pesquisadores no país e no exterior, sendo definidas como áreas prioritárias as Engenharias; Ciências Exatas e da Terra; Biologia; Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa; Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; e Formação de Tecnólogos (BRASIL, 2011). A escolha dessas áreas justificava-se pelo fato de o desenvolvimento científico e tecnológico do país encontrar-se abaixo do já alcançado pelas principais potências mundiais e, portanto, necessitar de investimentos que mobilizassem e incentivassem o crescimento desses setores considerados estratégicos.

A distribuição e regulamentação das bolsas ocorreram no período de 2011 a 2016 em três Chamadas Públicas, sendo que a responsabilidade por esse processo ficou a cargo da CAPES e do CNPq, que, segundo o Art. 9º do Decreto Nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011, deveriam promover essas chamadas para divulgação do processo de concessão das bolsas e realizar a seleção dos beneficiários, levando em conta o mérito dos candidatos, dos projetos e respeitando as especificidades de cada entidade executora. Dentre as exigências para que o candidato participasse dos processos seletivos, constava estar regularmente matriculado em curso de nível superior nas áreas prioritárias; ter nacionalidade brasileira; ter integralizado no mínimo 20% e no máximo 90% do currículo previsto para seu curso; ter obtido nota no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) igual ou superior a 600 pontos; apresentar perfil de aluno de excelência, baseado no bom desempenho acadêmico segundo critérios das Instituições de Ensino Superior; ter se inscrito no processo seletivo interno de sua IES; apresentar teste de proficiência em língua inglesa; e não ter sido contemplado com bolsa de graduação no exterior, financiada no todo ou em parte pela CAPES ou pelo CNPq (Chamada Pública Programa Ciência Sem Fronteiras Nº167, 2013).

Mesmo sendo bem recebido pela comunidade científica em razão de todos os incentivos previstos nos editais do Programa, ao findar o período pré-estabelecido inicialmente surgiu a notícia nos veículos de comunicação de que o CsF seria “congelado” para possíveis reformas. Entretanto, em abril de 2017 foi novamente noticiado que ele havia chegado ao fim. Fabrício Marques (2017) aponta que o CsF acabou absorvendo grande parte do orçamento federal que deveria ser aplicado em educação, ciência, tecnologia e inovação. Segundo ele, entre 2011 e 2016 houve a concessão de quase 104 mil bolsas, sendo 78,9 mil para alunos de graduação. Para cobrir todas essas despesas foi necessário um investimento de R\$ 13,2 bilhões, que até 2020, quando se encerrarem todas as bolsas vigentes, deve chegar aos R\$ 15 bilhões (MARQUES, 2017). É como se a mesma proporção que fez o Programa ser reconhecido mundialmente, o levasse ao fim.

Ainda há muita especulação sobre sua continuação nos próximos anos. Uma primeira possibilidade seria que o Programa continuaria em 2019, mas agora as bolsas de estudo seriam destinadas apenas aos alunos de pós-graduação, pois ao entrarem nas instituições de destino, esses alunos atuariam diretamente na área de

pesquisas científicas, contribuindo para um maior aprofundamento em conhecimentos até então exclusivos nas universidades estrangeiras. Outra possibilidade de continuação do CsF vai totalmente ao contrário da primeira. Nesse caso, o público prioritário para o recebimento das bolsas de estudo seriam os alunos do ensino médio das escolas públicas. Não se sabe ao certo qual é a justificativa das autoridades para elencarem esse público como prioritário, principalmente por se tratar de alunos menores de idade e que possuem ainda muita dependência dos pais, o que dificultaria tanto o ingresso em alguns países, quanto a sua permanência durante o período exigido pelo Programa. Em ambos os casos, é necessário esperar a decisão das autoridades sobre sua continuidade, o que pode demorar algum tempo em razão de 2018 ser ano eleitoral.

3. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Ciclo de Política Pública apresentado por Celina Souza (2006) ou o Modelo de Processo, de Thomas Dye (2009), entendem a política pública como um sistema dinâmico, que possibilita o aprendizado a partir de sua avaliação. Esses modelos permitem aos estudiosos entender como as decisões são tomadas ou pelo menos como deveriam ser tomadas. Portanto, ao avaliar uma política com base nesse tipo de abordagem, é necessário entender que ela passa por várias etapas até que se tenha uma dimensão aproximada de como e porque foi criada. Essas etapas são a definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação (SOUZA, 2006; DYE, 2009; CARVALHO, 2017).

De modo geral, a primeira etapa tem como finalidade identificar os problemas com base nas demandas sociais, a fim de se estabelecer uma agenda para a sua deliberação. Na formulação de agenda, são considerados os problemas a serem corrigidos. A terceira etapa, por sua vez, concentra-se na formulação das propostas políticas. A partir disso, entra-se na quarta etapa, onde seleciona-se uma proposta e procura-se articular apoio político para transformá-la em lei. A quinta etapa, de implementação da política, envolve a parte burocrática, onde há a prestação de serviços, pagamentos, criação de impostos etc. Por fim, na etapa de avaliação das políticas, são realizados estudos referentes à implementação dos programas e aos impactos sobre os beneficiários, o que permite propor mudanças e

reajustes. Após essa última etapa, as reformulações entram novamente para a agenda, constituindo-se, portanto, em um ciclo de políticas (DYE, 2009).

Um problema desse tipo de abordagem é que ele se limita a observar apenas o processo da formulação de uma política pública, não se atendo às suas particularidades, sendo que a sua formulação pode interferir no conteúdo que ela carrega, assim como o conteúdo também pode interferir em sua formulação, principalmente, porque a política pública tem uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados que envolvem vários atores sociais e níveis de decisão (SOUZA, 2006; CARVALHO, 2017). Além disso, apesar de algumas políticas apresentarem alguns resultados imediatos, elas são planejadas para impactar a longo prazo, como foi o caso do Programa Ciência sem Fronteiras, que capacitou alunos de graduação, pós-graduação e pesquisadores especiais em instituições renomadas do exterior. No caso específico do CsF, o Programa foi criado como alternativa para corrigir um *déficit* científico e tecnológico do país e sua implementação ficou a cargo das agências nacionais de fomento, em parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES). Considerando-se que o CsF pode estar atualmente em uma etapa de reformulação, chama-se a atenção para a necessidade de que suas metas e resultados sejam investigados, analisados e avaliados por vários ângulos. É nessa etapa do Ciclo de Políticas Públicas que se situa este artigo, que focaliza a avaliação dos aspectos positivos e negativos do Programa sob a ótica de seus beneficiários.

4. METODOLOGIA

Para atender aos objetivos deste trabalho, optou-se por utilizar uma abordagem quanti-qualitativa, uma vez que ambas não se opõem, ao contrário, se complementam. Minayo (2001) considera que esse tipo de abordagem, por não se ater apenas aos dados quantitativos, opera com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, correspondendo, portanto, a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Dessa forma, além da pesquisa bibliográfica e documental, foram aplicados questionários semiestruturados a 32 alunos de Cursos do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Viçosa (Viçosa-MG). A participação na pesquisa foi de livre e espontânea vontade

dos discentes, uma vez que o convite foi enviado aos principais grupos da instituição na rede social *facebook*. Das 72 pessoas que se dispuseram a participar inicialmente, 32 responderam ao questionário que foi disponibilizado em uma plataforma *online*.

A escolha de se analisar o Programa Ciência sem Fronteiras na Universidade Federal de Viçosa se deu pelo fato de esta ser uma das principais Universidades Federais do Brasil, que possui grande excelência em Ensino, Pesquisa e Extensão. As produções acadêmicas geradas dentro da UFV facilmente ganham ampla divulgação em todo o território nacional, trazendo prestígio aos Departamentos, professores e alunos. Além disso, a UFV está entre as universidades mineiras que mais enviaram estudantes para o exterior por meio do Programa Ciência sem Fronteiras. No total foram 1.692 alunos, ficando atrás apenas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que distribuiu 4.336 bolsas. O foco nos alunos do Centro de Ciências Agrárias para a realização desta pesquisa justifica-se pela UFV ser reconhecida como uma instituição que possui seus alicerces históricos, acadêmicos e científicos fundados nessa área do conhecimento. Além disso, os cursos de Ciências Agrárias abarcam várias temáticas das áreas prioritárias elencadas como alvos de investimento do CsF.

5. RESULTADOS

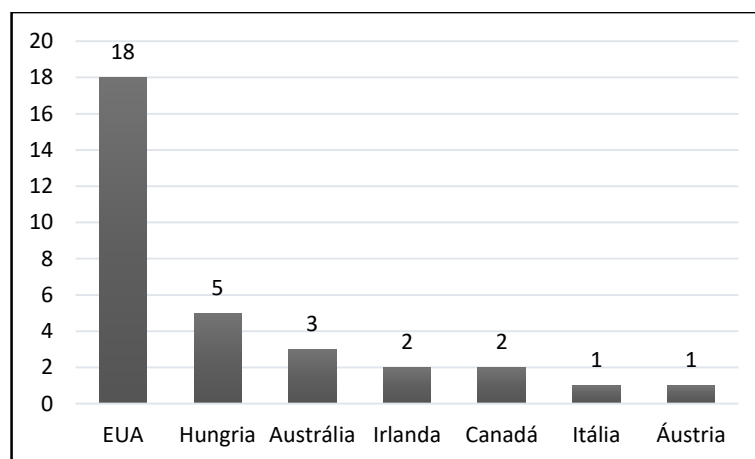
Os dados que estão disponíveis no *site* oficial do CsF, referentes à quantidade de bolsas distribuídas na UFV entre 2011 e 2016, se distanciaram muito dos dados gerados pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI/UFV). Enquanto o primeiro apresenta um total de 1.692 bolsas implementadas, no sistema da DRI constam apenas 1.095 bolsistas cadastrados. Essa incoerência nos dados se justifica por esse sistema ter sido adotado posteriormente às primeiras chamadas do Programa CsF, ocasionando o não cadastramento de alguns alunos que ingressaram logo no início. Para a realização desta pesquisa, foram considerados os dados do sistema oficial da UFV, que apresenta um total de 629 bolsas implementadas para os alunos do Centro de Ciências Exatas (CCE), 249 bolsas para o Centro de Ciências Agrárias (CCA) e 217 bolsas para o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB). Como o foco desta pesquisa são os alunos de

graduação do CCA, contamos com a participação de 32 entrevistados deste Centro, sendo 19 do sexo masculino e 13 do sexo feminino. A distribuição por curso apresenta a seguinte configuração: 13 do curso de Engenharia Florestal, 12 do curso de Agronomia, 3 do curso de Zootecnia e 4 do curso de Engenharia Agrícola e Ambiental. Os resultados obtidos durante a pesquisa foram divididos em categorias, de acordo com a frequência das respostas obtidas.

5.1. PAÍS DE DESTINO DOS BOLSISTAS

Uma das principais características deste Programa foi a sua universalidade ao estabelecer parcerias com instituições do mundo inteiro, possibilitando aos bolsistas escolherem o país que mais lhes interessassem, seja para um aprofundamento em sua área de estudo ou para conhecerem culturas e idiomas diferentes.

Gráfico 1: País de destino dos entrevistados



Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

É possível perceber que a maioria dos entrevistados estudou em instituições localizadas nos Estados Unidos, o que também ocorreu em um contexto geral. Das 92.880 bolsas distribuídas ao longo do período de vigência do Programa CsF, os EUA receberam ao todo 27.821 estudantes, sendo 79% para os alunos da graduação, 19% para a pós-graduação e 2% para pesquisadores especiais. Além de ser reconhecido como uma potência mundial na área tecnológica e científica, a procura relativamente alta por esse país pode ter ocorrido por ele ter sido pioneiro nas parcerias estabelecidas pelo Ciência sem Fronteiras. De acordo com Viana

(2014), o lançamento do Programa ocorreu em julho de 2011, após visita do Presidente Barack Obama ao Brasil, quando foram discutidas as diretrizes sobre a educação de ambos os países, tema que ocupou um espaço considerável em sua agenda.

5.2. DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

Para se alcançar um determinado público, deve-se operacionalizar primeiramente a forma de divulgação de uma política pública. Como o Ciência sem Fronteiras foi um programa que estimava uma grande parcela de estudantes de diversas instituições, foi necessária uma força-tarefa para a sua divulgação. Além das informações obtidas no *site* oficial do Programa, foram utilizados outros meios de comunicação, como a televisão, *e-mails* institucionais, propagandas pagas em plataformas de vídeos *online*, redes sociais e divulgação direcionada dentro das universidades. Para se avaliar o alcance da divulgação do CsF, questionamos os participantes desta pesquisa sobre como conheceram o Programa Ciência sem Fronteiras e, segundo eles, se foram eficientes as formas de divulgação.

Como resposta, apenas 3 (três) entrevistados afirmaram que não foram eficientes e outros 4 (quatro) afirmaram que foram parcialmente eficientes. Nos dois casos foi alegado que tomaram conhecimento dos editais logo no fim do processo de seleção, o que acabou gerando pequenos transtornos para se candidatarem às bolsas de estudo. Os outros 25 (vinte e cinco) entrevistados consideraram eficiente a forma de divulgação. Entretanto, ao analisar as respostas, o conhecimento por meio de informações dos amigos foi a forma mais citada, sendo destacada por 14 (quatorze) entrevistados. Portanto, percebe-se que o contato pessoal e a divulgação “boca-a-boca” foi mais eficiente na disseminação das informações sobre o Programa do que os meios institucionais.

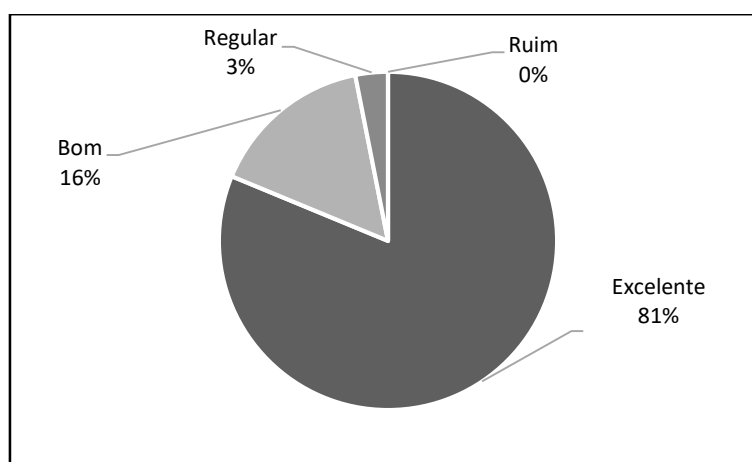
As outras formas de divulgação apontadas foram: Sistema de comunicação da UFV, ressaltado por 9 dos entrevistados; Internet (redes sociais), ressaltado por 8 dos entrevistados; Televisão, ressaltado por 5 dos entrevistados; Ex-bolsistas do Programa Ciência sem Fronteiras, ressaltado por 4 dos entrevistados; Família, ressaltado por 2 dos entrevistados. Houve casos em que os entrevistados apontaram mais de um meio de divulgação.

5.3 EXPECTATIVA E REALIDADE

Quando questionamos os entrevistados quais eram suas ambições iniciais e, também, qual foi o maior benefício que o intercâmbio lhes proporcionou, foi possível perceber uma discrepância entre o que foi idealizado e o que de fato foi realizado.

Em primeiro lugar, a expectativa mais citada, por 19 (dezenove) entrevistados, foi aproveitar a oportunidade do intercâmbio para aprender um novo idioma. De fato, essa expectativa foi concretizada para uma grande parte dos entrevistados, pois ao serem questionados sobre qual foi o maior benefício que o intercâmbio lhes proporcionou, a possibilidade de aprenderem outras línguas foi citado 18 (dezoito) vezes pelos estudantes. Ainda nesse sentido, questionamos se realmente foi possível aprender ou aprimorar um novo idioma enquanto estavam em mobilidade acadêmica, visto que foi um tempo relativamente curto, e também qual foi o nível de sua evolução na fluência comparado ao período anterior ao intercâmbio. A partir disso, todos os entrevistados indicaram que foi possível aprender um outro idioma mesmo com o pouco tempo que permaneceram fora do Brasil. Em relação aos níveis de evolução do domínio da língua estrangeira, é possível ver no gráfico abaixo que grande parte dos entrevistados fez um bom proveito dessa oportunidade, totalizando 81% das respostas como sendo excelente o nível de aprendizado de uma nova língua.

Gráfico 2: Autoavaliação em relação à aprendizagem de um novo idioma



Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Retomando as expectativas iniciais, foi citado 15 (quinze) vezes pelos entrevistados o desejo de que o intercâmbio enriquecesse o currículo e contribuísse

para um crescimento profissional constante. Em contrapartida, outro maior benefício adquirido com o intercâmbio, citado 14 (quatorze) vezes pelos entrevistados, foi o crescimento pessoal. Portanto, é possível analisar que, apesar de os interesses dos estudantes estarem ligados principalmente ao lado profissional, os ganhos em relação à vida pessoal são também importantes, principalmente em uma mobilidade acadêmica internacional, que demanda do estudante mais independência para resolver os seus conflitos internos e externos.

O benefício em relação ao crescimento profissional foi citado como prioritário apenas 4 (quatro) vezes pelos entrevistados, precedido de outros benefícios como: conhecimento de outras culturas, citado 8 (oito) vezes; conhecimento de métodos de ensino e técnicas científicas diferenciadas, citado 6 (seis) vezes; e fazer novas amizades, citado 4 (quatro) vezes. Esses dados permitem confirmar as observações de Bett (2012), quando afirma que o estudante, ao se candidatar em algum programa de mobilidade acadêmica internacional, não consegue antever de forma clara os possíveis resultados deste processo. Mesmo quando a principal motivação está ligada à esfera acadêmica, podem ocorrer situações diversas que transformam essa experiência em algo absolutamente novo, podendo ou não se relacionarem aos objetivos curriculares.

5.4. O FUTURO DOS BOLSISTAS CSF

A realização de um intercâmbio acadêmico acaba abrindo um leque de possibilidades ao estudante por capacitá-lo a viver em diversas situações, principalmente por se encontrar em um contexto social com o qual não está familiarizado. Essas possibilidades podem se relacionar ao meio acadêmico, profissional ou pessoal. Por isso, questionamos os entrevistados sobre a possibilidade de procurarem outras oportunidades fora do Brasil, tanto para a realização de um novo intercâmbio, quanto pela busca por empregos no exterior. Esse desejo de ingressarem em um novo intercâmbio foi demonstrado por 28 (vinte e oito) entrevistados. Apenas 3 (três) afirmaram não ter esse projeto futuro e 1 (um) ainda está indeciso quanto a isso. Para os alunos que foram favoráveis à realização de outro intercâmbio, questionamos quais condições seriam necessárias para que isso ocorresse. Das 28 (vinte e oito) respostas, 24 (vinte e quatro) apontaram para a

necessidade de condições semelhantes ao CsF, como, por exemplo, ter auxílio moradia, transporte, investimento em materiais de estudo etc.

Entretanto, também questionamos se conheciam outros programas de mobilidade acadêmica que oferecessem as mesmas condições que o CsF. Dos 32 (trinta e dois) entrevistados, 17 (dezessete) desconhecem qualquer programa com as mesmas condições; 7 (sete) afirmaram conhecer outros programas, mas que não oferecem as mesmas vantagens e 8 (oito) alegaram conhecer. Alguns citaram o programa ERASMUS MUNDUS, programa de mobilidade acadêmica criado em 2004, financiado pela União Europeia, que busca promover a excelência da educação superior e a pesquisa nos países europeus; o Brasil França Agricultura (BRAFRAGRI), que objetiva a construção e a consolidação das cooperações bilaterais entre o Brasil e a França, como também as parcerias universitárias das escolas de ciências agrônômicas, agroalimentares e veterinária; e o Brasil France Ingénieur Tecnologia (BRAFITEC), que consiste na criação de projetos conjuntos de pesquisa em parcerias universitárias em todas as especialidades de Engenharia, exclusivamente em nível de graduação. No geral, estes programas citados possuem uma restrição em relação aos países de destino, cursos abrangidos e também de financiamento aos estudantes, o que não se equivale às oportunidades oferecidas pelo Programa Ciência sem Fronteiras.

Já em relação à vida profissional, dos 32 (trinta e dois) entrevistados, 25 (vinte e cinco) apresentaram grande interesse em procurar emprego no exterior após sua formação acadêmica, principalmente nos países no quais estudaram por meio do CsF; 5 (cinco) ainda estão incertos porque não conseguem ver de forma clara as vantagens e desvantagens de sair do país; apenas 2 (dois) se mostraram contrários à ideia de trabalhar no exterior, pois pretendem aplicar os conhecimentos adquiridos com o CsF no contexto brasileiro, a fim de auxiliar no desenvolvimento do país, cumprindo dessa forma, com os objetivos do Programa.

A saída desses estudantes que possuem um perfil acadêmico internacionalizado gera um fenômeno denominado na literatura científica como “fuga de cérebros”. Esse fenômeno não afeta apenas a esfera acadêmica. Araújo e Ferreira (2011) apontam que esse também é um problema político e social, uma vez que essas mobilidades apontam para uma fragilidade do país de origem em prover mecanismos e condições para a fixação de seus segmentos populacionais mais

jovens, gerando efeitos sobre alguns eixos estruturais da sociedade, como a economia, a sustentabilidade dos sistemas de proteção social e a demografia. O resultado disso no Brasil apresenta-se como negativo, pois pode-se perder uma geração de trabalhadores que poderiam atuar em diversas áreas, principalmente quando o país já se encontra com deficiências relacionadas à disponibilidade de mão de obra qualificada e com índices alarmantes de desemprego, sobretudo para os segmentos juvenis.

5.5. AVALIAÇÃO GERAL DO PROGRAMA CSF

Como dito anteriormente, o Ciência sem Fronteiras disponibilizou várias oportunidades desde o seu lançamento, tanto em nível global, ao fortalecer as relações do Brasil com outros países, quanto em nível local, trazendo visibilidade às instituições de ensino brasileiras e aos alunos beneficiados. Sendo assim, os entrevistados foram convidados a fazer uma avaliação do Programa, apontando os pontos fortes e os pontos fracos.

Quadro 1: Avaliação dos beneficiários sobre o Programa Ciência sem Fronteiras

PONTOS FORTES					
Apoio Financeiro do Programa	Imersão Cultural	Aprofundamento em idiomas	Experiência Internacional	Oportunidade de Estágio	Outros
9	6	4	3	2	3
PONTOS FRACOS					
Falta de Fiscalização	Processo de seleção	Falta de Planejamento	Falta de Acompanhamento	Falta de <i>feedback</i>	Outros
15	9	7	5	4	3

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

De forma geral, os 32 (trinta e dois) entrevistados avaliaram o CsF como muito positivo, não só para eles, mas também para os demais atores sociais, inclusive institucionais, envolvidos nesse processo. Entretanto, ao avaliarem de forma minuciosa outros aspectos referentes ao Programa, foi possível observar várias falhas que poderiam ter sido evitadas com um maior planejamento do Governo Federal e das agências CAPES e CNPq. Como ponto forte, foi citado 9 (nove) vezes o apoio financeiro oferecido pelo Programa. Enquanto outros programas de mobilidade acadêmica se restringem a oferecer apenas a matrícula na

instituição de ensino estrangeira, o Ciência sem Fronteiras auxiliava o estudante na compra de passagens (ida e volta), na estadia, na alimentação e também oferecia recursos para que os alunos pudessem comprar equipamentos de estudo, como computadores, *tablets* etc. Outro ponto forte do Programa, citado 6 (seis) vezes, diz respeito à possibilidade de imersão em culturas e costumes diferentes, possibilitando aos estudantes adquirirem uma nova visão de mundo. Além disso, em terceiro lugar, sendo citado 4 (quatro) vezes, ficou o aprendizado de novas línguas. Muitos bolsistas foram para o intercâmbio com um nível de inglês básico e afirmaram ter voltado falando outros idiomas fluentemente.

Foram mencionados ainda outros pontos fortes, como o fato de o Programa ter promovido uma experiência internacional aos bolsistas, o que para muitos seria uma oportunidade inatingível em face das restrições econômicas de suas famílias; a possibilidade de realizarem estágio em grandes empresas multinacionais, proporcionando maior experiência em suas áreas de estudo; o fato de a prova de proficiência em língua estrangeira ser gratuita, pois o valor de inscrição é muito alto; e por último, a possibilidade que o Programa ofereceu para os alunos escolherem seus países de destino, o que facilitou em alguns casos o processo de adaptação dos bolsistas.

Já em relação aos pontos fracos, a grande maioria das respostas apontou para problemas decorrentes da falta de fiscalização dos bolsistas pelas agências de fomento. Os entrevistados afirmaram não haver nenhuma cobrança dos bolsistas ao retornarem ao Brasil, não sendo necessário sequer apresentar um relatório sobre as atividades que exerceram lá fora. Essa falta de *feedback* acabou criando espaço para se chamar o Programa de “turismo sem fronteiras”, indicando que alguns estudantes aproveitavam o auxílio financeiro do CsF apenas para o próprio lazer, sem privilegiar as oportunidades acadêmicas. Nesse sentido, 5 (cinco) entrevistados relacionaram esse problema ao fato de as universidades estrangeiras também não terem controle sobre esses bolsistas, não sendo exigida delas nenhuma responsabilidade em relação aos estudantes do Programa. Entretanto, pelo número baixo de registros, pode-se sugerir que esse problema ocorreu de forma isolada, não se aplicando a todas universidades parceiras do CsF.

Outro ponto muito ressaltado pelos entrevistados, citado 9 (nove) vezes, foi que as agências de fomento falharam na seleção dos candidatos. A justificava para

esse fato foi a de que cada instituição brasileira teve liberdade para estabelecer seus próprios critérios de avaliação para um “aluno de excelência”, termo frequentemente citado nos editais do Programa Ciência sem Fronteiras. Ou seja, não havia um padrão sobre qual seria o Coeficiente de Rendimento Acumulado (CRA) exigido para a candidatura dos alunos. Dessa forma, alguns cursos possuíam critérios muito abaixo ou muito acima do estabelecido por outras instituições de ensino, o que acabava gerando certa desconfiança dos bolsistas e das instituições estrangeiras. Ainda sobre a falta de padronização, também foi citado como ponto fraco por 7 (sete) entrevistados, o descontrole financeiro das agências de fomento. Esse descontrole se caracterizava porque, em alguns casos, as agências enviaram mais dinheiro do que realmente era necessário para a estadia do estudante no exterior, e em outros casos, atrasavam o pagamento do auxílio sem aviso prévio. Em ambas as situações, os bolsistas tentaram entrar em contato com as agências para resolverem esse problema, mas os *e-mails* nunca eram respondidos, sendo necessária a intervenção da instituição de origem junto à CAPES e ao CNPq.

Um último ponto muito importante ressaltado pelos entrevistados foi a falta de apoio psicológico e técnico no país de destino. O fato de estarem vivendo uma situação inédita, longe de familiares e amigos, e às vezes até sem conseguir se comunicar com os nativos, acabou gerando alguns transtornos pessoais que poderiam ter sido evitados, segundo os entrevistados, caso tivessem uma instituição intermediária como ponto de apoio no Brasil ou no exterior.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As oportunidades de mobilidade acadêmica internacional cresceram à medida que os países se interligaram através de inúmeros processos de globalização, dentre os quais as iniciativas de universalização do ensino. Essas possibilidades ficaram restritas durante muito tempo a um pequeno grupo de estudantes que possuíam maior poder aquisitivo. Essa realidade começou a mudar parcialmente com a implementação do Programa Ciência sem Fronteiras. Parcialmente porque um dos critérios para a oferta de bolsas exigia que os estudantes tivessem fluência em uma língua estrangeira, condição que só é conquistada majoritariamente por alunos que estudaram em escolas de idiomas

antes da faculdade e que, portanto, possuem condições econômicas favoráveis para esse investimento acadêmico e pessoal.

A fim de popularizar as oportunidades de mobilidade internacional, o Governo Federal criou programas de apoio, como o *Inglês sem Fronteiras*, que tinha como objetivo preparar os futuros candidatos para a prova de proficiência. Os cursos, voltados para ao aprofundamento da língua inglesa, eram realizados dentro das instituições de ensino superior brasileiras, possibilitando novas oportunidades para que os estudantes de baixa renda também pudessem concorrer às bolsas de intercâmbio. Justamente por essa proposta inclusiva, o CsF recebeu muitos elogios e apoio de boa parte da comunidade científica. Em contrapartida, também houve muitas críticas em relação ao volume de gastos orçamentários utilizados em sua manutenção, alegando-se que o montante dos recursos poderia ter sido destinado a outras necessidades da população, principalmente ligadas à educação básica, que hoje se encontra em situação crítica.

Utilizando-se da última etapa do Ciclo de Políticas Públicas, referente à avaliação, este trabalho se propôs a verificar algumas falhas na implementação do CsF sob a ótica de seus beneficiários. Embora tenham sido apontadas lacunas quanto a sua organização, de forma geral, o CsF proporcionou experiências enriquecedoras aos estudantes, ligadas às esferas acadêmicas, pessoais e profissionais. Grande parte dos entrevistados afirmou que não teria condições financeiras para arcar com um intercâmbio fora do país nessa fase de vida. Com isso, na visão dos participantes da pesquisa, essa política de internacionalização do ensino superior não foi benéfica apenas para os bolsistas — que além de enriquecerem o currículo acadêmico, também fizeram contatos de trabalho — mas também para o reconhecimento internacional das instituições de origem, para fortalecimento das relações entre diversos países e para a capacitação de mão de obra para atuar no campo de Ciência e Tecnologia na área de Ciências Agrárias.

Entretanto, como não se pode ainda antever os impactos dessa política pública para o mercado de trabalho, sugere-se que, a partir deste estudo, outras pesquisas com foco nos egressos sejam realizadas, a fim de se iniciar uma etapa de avaliação mais ampla desse programa quanto ao alcance dos investimentos públicos na qualificação profissional e na influência dessa qualificação para o desenvolvimento tecnológico e científico do país. Não se pode deixar de considerar

que, no momento, o Brasil atravessa uma crise política e econômica grave, que resulta na paralisação da geração de novos postos de trabalho. Tal crise se instala, justamente, no momento em que os jovens participantes do CsF estão concluindo seus cursos de graduação. A concomitância desses eventos coloca como desafio aos pesquisadores investigar o sucesso ou fracasso dessa política pública em termos da distância entre qualificar e, ao mesmo tempo, reter a mão de obra qualificada no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Emília; FERREIRA, Filipe. A “fuga de cérebros”: um discurso multidimensional. In: Araújo, E., Fontes, M. & Bento, S. (eds.) (2013) Para um debate sobre Mobilidade e Fuga de Cérebros Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho ISBN: 978-989-8600-11-0. Pp.58-82

ARAÚJO, Ulisses F. *et al.* Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade: Protagonismo Juvenil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/fasciculos/edh/2_1_mec_juvenil_etica.pdf>. Acesso em 26 out 2017.

BETT, Daniela Zenroso, Jovens universitários e Intercâmbio acadêmico. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/62374/000869091.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 out 2016.

BORGES, Mario Neto. As fundações estaduais de amparo às pesquisas e o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. REVISTA USP, São Paulo, n.89, p. 174-189, março/maio 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13876/15694>>. Acesso em: 03 out 2017.

BRASIL. Programa Ciência sem Fronteiras. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf>>. Acesso em: 02 set. 2016.

CARVALHO, G. A. B. A Formação da Agenda de Políticas Públicas no Presidencialismo de Coalizão. Olhares Plurais, v. 1, n. 16, pp. 170–179, 24 mar. 2017.

DYE, T. R. Mapeamento dos Modelos de Análise de Políticas Públicas. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Eds.). Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UNB, 2009.

LEITE, Marcelo. Em 20 anos, país vai de 24º a 13º em *ranking* de pesquisa. Folha de São Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2014/11/1541834-em-20-anos-pais-vai-de-24-a-13-em-ranking-de-pesquisa.shtml>>. Acesso em: 04 out 2017.

LEMOS, Dannyela da Cunha; CÁRIO, Silvio Antonio Ferraz. A Evolução das Políticas de Ciência e Tecnologia no Brasil e a Incorporação da Inovação. Conferência Internacional LALICS 2013 “Sistemas Nacionais de Inovação e Políticas de CTI para um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável”. Rio de Janeiro, 2013.

Disponível em:

<http://www.redesist.ie.ufrj.br/lalics/papers/20_A_Evolucao_das_Politicass_de_Ciencia_e_Tecnologia_no_Brasil_e_a_Incorporacao_da_Inovacao.pdf>. Acesso em: 02 out 2017.

MARQUES, Fabrício. Experiência Encerrada. In: Revista Pesquisa Fapesp, jun/2017. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2017/06/020_financiamento_256-1.pdf> Acesso em: 12 set 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, pp. 20-45, Dec. 2006

STAUB, Eugênio. Desafios estratégicos em ciência, tecnologia e inovação. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/desafios.pdf>. Acesso em: 03 out 2017

VIANA, Guilherme Medeiros. A reação Norte-Americana ao programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, 2014. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8195/1/2014_GuilhermeMedeirosViana.pdf. Acesso em: 08 ago 2016.

Submetido em: 25 de julho de 2018

Aceito em: 07 de dezembro de 2018

REFLEXÕES SOBRE LINGUAGEM, SOCIEDADE E SURDEZ

Marcele Pereira da Rosa Zucolotto¹
Luciana Rodrigues Ruiz²
Najara Ferrari Pinheiro³

Resumo: Este artigo visa refletir sobre as relações entre linguagem, sociedade e surdez. O desenvolvimento da linguagem irá induzir a criação do pensamento do indivíduo surdo, a identidade surda e suas relações na sociedade. Assim, por meio de um estudo de revisão teórica, será abordado, primeiramente, o surgimento da linguagem e a aquisição tardia desta pela pessoa surda. Enfoca-se a importância da linguagem tanto em sua dimensão psicológica como social, ou seja, a linguagem constitui subjetividades e também a própria cultura. Em seguida, realizam-se apontamentos sobre a relação entre o contexto social e a surdez, destacando as dificuldades enfrentadas pelo “povo surdo” (STROBEL, 2008) em nossa sociedade. Ao finalizar, discorre-se sobre a Língua Brasileira de Sinais e sua importância no processo de formação da identidade e cultura dos surdos. Também, chega-se à conclusão de que o contato precoce com a Língua de Sinais pode garantir ao surdo o desenvolvimento da linguagem, da identidade, a inserção em uma comunidade e em uma cultura que o valorize em suas diferenças.

Palavras-chave: Linguagem; Sociedade; Surdez.

REFLECTIONS ON LANGUAGE, SOCIETY AND DEAFNESS

Abstract: This article aims to reflect on the relations between language, society, and deafness. The development of language will induce the creation of deaf individual thinking, deaf identity and their relationships in society. Thus, through a study of theoretical revision, will be approached, first, the emergence of language and the latter's acquisition by the deaf person. The importance of language is emphasized both in its psychological and social dimension, that is, language constitutes subjectivities and also the culture itself. Then, notes are made on the relationship between social context and deafness, highlighting the difficulties faced by the "deaf people" (STROBEL, 2008) in our society. In the end, the Brazilian Language of Signs and its importance in the process of formation of the identity and culture of the deaf are discussed. Also, it is concluded that early contact with the Sign Language can guarantee the deaf the development of language, identity, insertion into a community and a culture that values it in its differences.

Keywords: Language; Society; Deafness.

¹ Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Adjunta do Curso de Psicologia e do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN) de Santa Maria- RS

² Especialista em Educação Infantil e Psicopedagogia Clínica e Institucional. Aluna do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana.

³ Doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Professora do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana – UFN.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo propõe trazer reflexões sobre as relações entre os surdos e a sociedade, buscando revelar alguns laços entre linguagem, sociedade e surdez. Parte-se do importante pressuposto de entendimento de que, antes da existência da surdez como uma deficiência ou diferença, ela é uma condição no ser humano. Como diz Perlin (1998):

Muitos têm se ocupado em escrever o surdo tendo como ponto de partida a deficiência, propondo a correção da fala, a oralização. Questões como essa não remetem à temática da diferença, do sujeito, do poder. Fujo delas, elas, por si, revelam o poder ouvinte sobre o surdo (PERLIN, 1998, p. 52).

Por este viés, nas relações estabelecidas com os ouvintes, o indivíduo surdo precisa ser visto em sua humanidade a partir da valorização de sua língua própria. Afinal, isto garantirá o pertencimento a uma cultura e a uma comunidade, o que poderá assegurar a formação de sua identidade e, portanto, a construção de um sujeito social, pertencente e atuante na sociedade onde vive.

O mundo do surdo é repleto de incertezas, sonhos, dificuldades, desafios, persistências, fracassos, encantos e desencantos, alicerçados em questões linguísticas, comunicativas, culturais, inclusivas, de poder, de constituição de sujeitos etc. A pessoa surda, desde a mais tenra idade, acaba enfrentando barreiras às quais uma criança que não apresenta uma diferença em sua constituição física, psicológica ou emocional jamais irá vivenciar.

A principal barreira que o indivíduo surdo encontrará desde que nasce é a da comunicação, isto é, a da aquisição da linguagem, o de ser atendido e de atenderem suas necessidades em diferentes contextos, e isso se estenderá no decorrer de sua vida, pois é a partir de uma língua que as demais aprendizagens se constituem. Ou seja, ao adquirir uma língua, poderá haver o pertencimento a uma comunidade, a constituição de identidades e aquisição de uma cultura, que possa valorizar a sua diferença e não sua deficiência.

Assim, no intuito de refletir sobre as relações entre linguagem, sociedade e surdez, este estudo de revisão teórica aborda, primeiramente, o surgimento da linguagem e a aquisição tardia da linguagem pela pessoa surda. Enfoca-se a importância da linguagem tanto em sua dimensão psicológica como social, ou seja, a linguagem constitui subjetividades e também a própria cultura.

Em seguida, realizam-se apontamentos sobre a relação entre o contexto social e a surdez, destacando as dificuldades enfrentadas pelo “povo surdo” (STROBEL, 2008) em nossa sociedade. Para finalizar, discorre-se sobre a Língua Brasileira de Sinais e sua importância no processo de formação da identidade e cultura dos surdos. Também, chega-se à conclusão de que o contato precoce com a Língua de Sinais pode garantir ao surdo o desenvolvimento da linguagem, da identidade e da valorização de sua diferença., a inserção em uma comunidade e em uma cultura que o valorize em suas diferenças.

Essa reflexão tem como base teórica os fundamentos de Vygotsky (1995) e Bakhtin (1988), além de estudiosos da área da surdez como diferença, como Dalcin (2006), Perlin (1998), Fernandes (2003), Skliar (1998) e Strobel (2008). A contribuição de cada um deles converge na ideia de que o contexto social, as relações e as interações com os pares envolvidos são o ponto de partida para a aquisição da linguagem. Espera-se que este estudo possa contribuir para as reflexões sobre o sujeito surdo em suas vivências em um mundo de ouvintes, bem como para a valorização da cultura do povo surdo.

2.LINGUAGEM: DIMENSÕES SOCIAIS E PSICOLÓGICAS

A espécie humana evoluiu muito desde sua origem e o estopim para isso foi a capacidade de se comunicar através da linguagem, visto que ela é a chave para a criação do pensamento. De acordo com Harari (2016):

Podemos conectar uma série limitada de sons e sinais para produzir um número infinito de frases, cada uma delas com um significado diferente. Podemos, assim, consumir, armazenar e comunicar uma quantidade extraordinária de informação sobre o mundo à nossa volta (HARARI, 2016, p. 31).

Isto acontece através das vivências, experiências e interação com o meio em que o indivíduo está inserido. As relações estabelecidas socialmente fazem os seres humanos adquirirem a linguagem, aprenderem e se desenvolverem. Com efeito, a importância da sociedade e das interações sociais para a aquisição da linguagem é, de fato, fundamental, visto que elas se constituem em conjunto e se retroalimentam a todo momento.

Harari (2016) aborda a questão referindo-se ao homem como um animal social. Assim, uma das questões apresentadas por ele é que a evolução da linguagem

teria acontecido por meio da fofoca, pois era preciso saber do que os integrantes do bando precisavam ter medo, receios, quais os perigos que corriam, ou ainda, com quem se relacionavam. Outra hipótese que Harari (2016) traz é que a comunicação de hoje também se alimenta da fofoca para se construir e se instaurar. Ele relata isso da seguinte forma:

A fofoca normalmente gira em torno de comportamentos inadequados. Os que fomentam os rumores são o quarto poder original, jornalistas que informam a sociedade sobre trapaceiros e aproveitadores e, desse modo, a protegem (HARARI, 2016, p. 32).

Portanto, hábitos e comportamentos nocivos são disseminados em diversos contextos sociais por meio da linguagem. Percebe-se, com isso, que a origem da linguagem está vinculada ao estilo de vida em grupo e, conseqüentemente, à formação da sociedade.

O acontecimento de viver em grupos fez com que surgissem os sistemas linguísticos, os quais chamamos de línguas. Eles têm por objetivo estabelecer uma comunicação sistematizada e estruturada entre os seres humanos que formam as comunidades e povos, dando início, também, às mais variadas identidades e culturas. Nesta direção, Chauí (2000) acrescenta:

[...] a linguagem como capacidade de expressão dos seres humanos é natural, isto é, os humanos nascem com uma aparelhagem física, anatômica, nervosa e cerebral que lhes permite expressarem-se pela palavra; mas as línguas são convencionais, isto é, surgem de condições históricas, geográficas, econômicas e políticas determinadas, ou, em outros termos, são fatos culturais (CHAUÍ, 2000, p. 176).

Deste modo, pode-se dizer que a linguagem se coloca como constitutiva e organizadora da própria sociedade e, por outro lado, também individualmente, a linguagem se torna fundamental. Portanto, a dimensão social da linguagem desdobra-se em sua dimensão psicológica. É possível afirmar, a partir disso, que, em qualquer ser humano, a capacidade de linguagem resultará na constituição da subjetividade do sujeito. Segundo Molon (2010), foi Vygostky quem

[...] introduziu, na análise psicológica, a dimensão semiótica, em que a linguagem e os signos constituem os fenômenos psicológicos. Neste sentido, contribuiu significativamente para o debate central na psicologia sobre a relação com o outro e o papel do outro na

constituição da subjetividade (MOLON, 2010, p. 19).

Vê-se, portanto, que a linguagem se torna imprescindível tanto para o sujeito quanto para as interações entre os sujeitos nos mais variados contextos da sociedade. Importante destacar que, para Vygotsky (1995), a dimensão psicológica ou o desenvolvimento cognitivo do sujeito só se dá pela interiorização de sistemas de signos culturalmente produzidos. Isto é, para que haja um sujeito, é preciso que este esteja em sociedade e que ele tenha condições de interiorizar as produções socioculturais como a linguagem. Para o autor, o desenvolvimento cognitivo e a subjetividade não podem ser entendidos sem a referência ao meio social. Nesta direção, corrobora Bakhtin (1988):

[...] o centro organizador e formador não se situa no interior, mas no exterior. Não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é a expressão que organiza a atividade mental, que a modela e determina sua orientação (BAKHTIN, 1988, p. 112).

Assim, o pensamento e o desenvolvimento cognitivo, para Vygotsky (1995), estão diretamente ligados à construção da linguagem, pois à medida que ela evolui, a criança irá entrar em contato com experiências e situações diferenciadas de aprendizagem num movimento crescente de evolução global. Considerando o pensamento de Vygotsky, Moreira (2015, p. 107) acrescenta: “o desenvolvimento não pode ser entendido sem referência ao contexto social e cultural no qual ele ocorre”. Quer dizer, o desenvolvimento psicológico e cognitivo não ocorre independente do contexto social, histórico e cultural.

Neste sentido, o ser humano é um ser social e, como tal, busca interação e aprovação constantemente. O fato de interagir em diferentes contextos faz com que homens e mulheres aprendam e evoluam diariamente. Isso acontece porque fazem uso da linguagem para interagir com seus pares. Utilizam-se de uma linguagem alicerçada em uma língua, numa estrutura linguística que dará condições para pensar, criar, se transformar e se relacionar com seus pares. Para Gomes (2009):

A linguagem, que antes era entendida como instrumento de comunicação, torna-se agora condição de possibilidade e de validade da compreensão do pensamento conceitual, do conhecimento objetivo e da ação. [...] Isso significa dizer que não existe mundo independente da linguagem e que o conhecimento emerge da própria linguagem (GOMES, 2009, p. 236).

As diferentes relações e interações que se mantêm com os outros indivíduos estimulam a criação e a organização mental necessária para que se possa desenvolver a linguagem a ponto de surgirem discursos, que atendam às realidades e às necessidades relacionadas aos contextos em que estão inseridos.

Para finalizar este ponto, torna-se relevante acrescentar que o contexto social e as relações sociais vividas pelo surdo, na maioria das vezes, são constituídos por pessoas ouvintes, cujo olhar geralmente está baseado na deficiência, na falta e não na diferença, na potencialidade como anseiam os membros da comunidade surda. Daí a importância de serem discutidas as relações sociais estabelecidas com os surdos. Esse assunto será tratado na sequência.

3. A SOCIEDADE E AS RELAÇÕES COM O POVO SURDO

Considerando a importância da linguagem para a construção subjetiva e cultural discutida no tópico anterior, remete-se agora à questão da surdez ou, ainda, do “Povo Surdo” (STROBEL, 2008). Este enfoque considera o fato de que a maioria de seus integrantes encontraram e encontram, em suas experiências de vida, obstáculos ou dificuldades provenientes da aquisição tardia da linguagem. Logo, experimentando muitos entraves na inserção em um ambiente linguístico adequado que lhes possibilitasse adquirir significados ao que estava sendo vivenciado. Isso, muitas vezes, gera entraves, atrasos ou dificuldades relacionadas a seus desenvolvimentos psicológicos, cognitivos e sociais.

Quanto ao conceito de Povo Surdo, Strobel (2008, p. 30) define como “o grupo de sujeitos surdos que usam a mesma língua, que tem costumes, história, tradições comuns e interesses semelhantes”. Povo Surdo, portanto, é composto apenas por surdos, ligados por um traço em comum, que é a surdez. A autora (STROBEL, 2008) difere este conceito de “povo” ao conceito de “comunidade surda”, no sentido de que esta abrangeria, além dos próprios surdos, também os ouvintes participantes da causa surda, como pais, amigos, intérpretes e professores.

Acrescenta-se que, para o povo surdo, as referências fundamentais que constituem os laços entre seus integrantes surdos são a língua de sinais e a cultura surda. A cultura surda é definida como:

[...] o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas. [...] Isso significa que [a cultura] abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (STROBEL, 2008, p. 27).

Perlin (1998) acrescenta, ainda, a diferença como importante questão a definir a cultura surda:

A cultura surda como diferença se constitui numa atividade criadora. Símbolos e práticas jamais conseguidos, jamais aproximados da cultura ouvinte. Ela é disciplinada por uma forma de ação e atuação visual. Já afirmei que ser surdo é pertencer a um mundo de experiência visual e não auditiva (PERLIN, 1998, p. 56).

Fica salientada, desta maneira, a importância da interação entre os pares surdos, porque, além da transmissão de conhecimentos e aspectos culturais entre eles, há também, nesses encontros, a construção da identidade surda. A cultura surda, portanto, constitui importante vínculo entre os surdos, sendo considerada uma cultura única e singularmente diferente da cultura ouvinte.

Entretanto, a maioria das famílias ouvintes, ao receberem em seu seio familiar um bebê surdo, não sabe como proceder, afinal, ninguém foi ou está preparado para enfrentar o diferente. Nossa cultura prepara as pessoas para conviverem com o “normal”, com aquele que não foge à regra, e se, porventura, acontecer a diferença, ele será tratado como o anormal, o estranho no ninho. Isso pode gerar uma gama de emoções e sentimentos contraditórios nos integrantes da família.

No caso específico da pessoa surda, a situação é ainda mais delicada porque, quase sempre, o (a) filho (a) é “perfeito (a)” visualmente, pois a deficiência auditiva não é evidente. Então, o *deficit* poderá ser escondido, omitido facilmente, sendo que a negação do problema pode ser alimentada até o fim da vida por não se aceitar a diferença do outro. Assim, a ânsia por cura ou normatização do surdo (STROBEL, 2008) em uma família não surda acaba, muitas vezes, implicando situações cotidianas de inacessibilidade, de olhares de estranhamento, de preconceito e ignorância sobre sua diferença.

A realidade dos surdos no seio familiar é difícil desde bebê porque eles não conseguem interagir significativamente com seus pais, já que a comunicação é comprometida, logo, a aquisição da linguagem, de uma língua, será tardia. Strobel

(2008) exemplifica essa situação:

Quando um bebê nasce surdo, ele desenvolve inicialmente as mesmas fases de linguagem que o bebê ouvinte: grito de satisfação, choro de dor e fome, emite sons sem significados até mais ou menos seis meses de idade e quando chega à fase do balbucio é que começa a ser diferenciado um do outro. Porque o bebê ouvinte, podendo ouvir os sons do ambiente ao redor de si tenta se comunicar emitindo sons, enquanto o bebê surdo, não ouve sons do ambiente e, por isto, as primeiras “palavras” não surgem. Conseqüentemente, fica com a aquisição de linguagem atrasada e limitada por falta de continuidade e acesso aos conhecimentos e informações externas (STROBEL, 2008, p. 45).

Considerando estas dificuldades, percebe-se que as relações da sociedade com o povo surdo são baseadas na normalização e não na aceitação de sua diferença. Está claro que os ouvintes tentam, em primeiro lugar, normalizar (PERLIN, 1998), ou seja, adequar os surdos a seus moldes e, quando percebem que isso não suscita os efeitos esperados, começam um processo de descrença na capacidade da pessoa surda.

Em nossa sociedade, portanto, não são raras as reiteradas tentativas de normalização da pessoa surda, ou seja, são usadas várias ações e estratégias de recuperação do *deficit* da audição, como a colocação de aparelhos auditivos, infinidades de terapias fonoaudiológicas, implantes cocleares etc. Tudo isso com o objetivo de fazer com que o indivíduo se adapte aos moldes de quem ouve, da comunidade ouvinte.

No entanto, além destes aparelhos não serem garantia de plena audição, podem fazer com que os surdos passem por frustrações e sofrimentos que poderão gerar sentimentos de menos valia e inadequação ao mundo. Daí, por vezes, surge a premissa que o surdo é agressivo, inquieto, hiperativo, nervoso etc. Por outro lado, é preciso levar em consideração que, segundo Laborit (1994), para muitos membros da comunidade surda, ouvir é bom para quem ouve, para quem se utiliza do som e, para aqueles que não ouvem, o som não tem sentido algum.

Para Strobel (2008), é demonstrado claramente pela comunidade ouvinte (incluindo aí os profissionais da área médica, os familiares, professores etc.) que se relaciona com as pessoas surdas, um certo “abuso de poder”, quando falam por elas ou quando escolhem o que é melhor para elas, enfim, quando não dão voz para quem

detém a diferença e possui o direito de decidir sobre si mesmo. No momento em que isso acontece, lança-se um olhar de cunho negativo e fortemente vinculado à deficiência e, assim, o sujeito se constitui como tal, isto é, deficiente. Perlin (1998) aborda estes contextos sob a ótica de Foucault:

As relações sociais onde se realizam as representações da alteridade surda são relações onde imperam poderes. No interior das relações sociais, sempre estão presentes relações de poder. Foucault ensinou a ver relações de poder como internas, comuns, misturadas na praticidade dos encontros. É interessante notar como os ouvintes tecem redes de poderes e como elas vêm disfarçadas sobre o discurso da fala, da integração e do colonialismo (PERLIN, 1998, p. 67).

O olhar para este outro, que está presente nos diferentes ambientes, é primordial e, ao mesmo tempo, o mais difícil de se fazer, porque frequentemente o olhar que é lançado ao diferente ainda é o de preconceito, de discriminação, de caráter negativo. Teske (2015) reflete sobre as diferenças dizendo:

Pensar nas diferenças sugere que ultrapassemos nossas fronteiras. Isso significa que o sujeito, ao cruzar alguma fronteira, é percebido pelos outros como um estrangeiro, por mais que ele não queira ser considerado assim. Os ouvintes sempre serão ouvintes, assim como os surdos sempre serão surdos. Isso não impede que o diálogo e a busca de um entendimento, objetive a reconstrução do Estado Social, o que deve acontecer em conjunto (TESKE, 2015, p. 43).

A importância do diálogo e não das relações de normatização ou enquadramento entre surdos e ouvintes se coloca como fundamental em nossa sociedade. Crucial, portanto, a importância de entender a surdez como diferença e não como deficiência, de entender que o indivíduo surdo possui uma língua própria, uma comunidade e uma cultura singular e que através delas o surdo pode construir sua cultura, uma identidade e sua própria subjetividade.

Afinal, de acordo com Dalcin (2006, p. 210), “a comunidade surda possibilita ao surdo um suporte para a constituição de sua subjetividade. Através da língua de sinais, o sujeito surdo passa a nomear e é inserido na cultura surda”. Assim, é perceptível a importância da linguagem nas diversas relações que construímos no meio, no contexto social em que estamos inseridos.

Por fim, é importante lembrar o quanto os contextos sociais (familiares, culturais, comunicativos, entre outros), nos quais o surdo se insere cotidianamente, ainda deixam a desejar no que se refere à acessibilidade, visto que em muitos locais

públicos de frequente acesso não são oferecidos intérpretes, como, por exemplo, postos de saúde, delegacias ou museus. Coloca-se, então, a necessidade de construção de um ambiente linguístico acessível às necessidades da pessoa surda em nossa sociedade, e isso requer o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais pela comunidade majoritária, ou seja, os ouvintes.

4. LÍNGUA DE SINAIS E A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE SURDA

O ato de se comunicar depende dos sentidos e de um canal emissor e um receptor que, em ouvintes, é a audição e a visão juntamente com a oralização. Nos surdos, a audição está comprometida, eles utilizarão a visão e o espaço para se comunicar. Por isso, é que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) possui características visual e espacial, enquanto a Língua Portuguesa apresenta aspectos orais e auditivos. Portanto, os canais comunicativos das duas línguas são diferentes. Fernandes (2003) esclarece:

As línguas podem ser orais-auditivas ou espaço-visuais. As *línguas* são denominadas orais-auditivas quando a forma de recepção não grafada (não escrita) é a audição e a forma de reprodução (não escrita) é a oralização. É o caso do português, por exemplo, e de todas as línguas realizáveis; as línguas espaço-visuais são naturalmente reproduzidas por sinais manuais e sua recepção é visual. Neste segundo caso, citamos todas as línguas de sinais usadas, principalmente, pelos surdos (FERNANDES, 2003, p. 17).

Carlos Skliar (1998), fonoaudiólogo argentino e um dos principais estudiosos das questões da surdez como diferença no Brasil, afirma que

[...] a linguagem possui uma estrutura subjacente independente da modalidade, seja esta auditivo-oral ou viso-gestual. Deste modo, a língua oral e a língua de sinais não constituem uma oposição, mas, sim, canais diferentes para a transmissão e a recepção da capacidade – mental – da linguagem (SKLIAR, 1998, p. 24).

Então, a realidade da chegada de um surdo em uma família de ouvintes, mostra claramente que será necessário o aprendizado das duas línguas por seus integrantes para que o sujeito em questão possa ter suas carências comunicativas e de linguagem sanadas. A linguagem é a chave de todas as questões referentes ao

sujeito surdo, já que é através dela que construímos relações, significados e adquirimos conceitos; é com ela que interagimos em diferentes contextos sociais.

A experiência visual é fundamental para a pessoa surda, pois é com ela que os surdos compreenderão o mundo. Comprovando essa afirmação, Laborit (1994) descreve o primeiro contato com a Língua de Sinais Francesa, momento em que aprendeu que as pessoas têm um nome:

Emmanuelle: 'O sol que parte do coração'. Emmanuelle para os ouvintes, o sol que parte do coração para os surdos. Era a primeira vez que aprendia que podemos dar um nome às pessoas. Era formidável. Não sabia que havia nomes em minha família, a não ser o de papai e mamãe. [...] Estava muito surpresa em descobrir que um se chama Alfredo, o outro Bill... E acima de tudo que eu me chamava Emmanuelle. Compreendia por fim que tinha uma identidade. Eu: Emmanuelle (LABORIT, 1994, p. 51).

A situação expressa anteriormente por Laborit (1994) mostra o processo de identificação da pessoa surda quando encontra seus pares, os que vivenciam a surdez. Ela traz este relato, em um dos capítulos de seu livro *O Voo da Gaivota* (1994), em que escreve sobre o seu ingresso em uma instituição francesa destinada aos surdos, onde a Língua de Sinais era reconhecida, utilizada, ensinada e valorizada. A experiência dela aconteceu em uma aula da referida língua que Emmanuelle frequentava juntamente com seus pais.

Desta forma, pode-se afirmar que a constituição da identidade do sujeito surdo só é efetivada no momento em que ele encontra com outro surdo. Um outro que lhe direciona um olhar de acolhimento, de empatia, de quem sabe o que é a surdez, de quem vive o ser diferente em sua totalidade. Este outro terá como forma de expressão linguística de seus enunciados e discursos a Língua de Sinais, uma língua que será expressa e compreendida por canais diferentes dos utilizados pelas línguas orais e que não se utiliza da audição para existir.

Ao se perceber como usuária de uma língua, a pessoa surda terá a seu dispor a inserção a uma comunidade e uma cultura surda. Essa, por sua vez, é adquirida na convivência com seus pares, aqueles que possuem também, a vivência da surdez como diferença. Dalcin (2006), afirma que:

Com isso, os surdos mais velhos acabam exercendo uma liderança na comunidade e são reconhecidos como aqueles que lhes abriram as portas para um mundo cheio de significação, que os tiraram do

ostracismo, empurrando-os, em alguma medida, para dentro da cultura. Em consequência disso, acabam ocupando um lugar privilegiado e preenchem o ideal das identificações, exercendo a função do pai simbólico na sua comunidade (DALCIN, 2006, p. 210).

Novamente, a interação que acontece através da linguagem, do uso de uma língua estruturada linguisticamente, é trazida como essencial para as relações humanas. Ou seja, é fundamental para obtenção de conhecimentos, construção de identidades e subjetividades, já que me constituo a partir de como o outro me vê e das vivências que tenho com ele. Daí a importância da comunicação entre o sujeito surdo e as pessoas com as quais convive nos mais diferentes contextos sociais, começando pela família, pela área da saúde (médicos, fonoaudiólogos, enfermeiros etc.) e pela escola e demais ambientes pelos quais circula.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta discussão, foi possível refletir sobre as relações entre a linguagem, a sociedade e a surdez. Destaca-se, a partir desta investigação, que é extremamente importante verificar a essencialidade de se olhar a pessoa surda pelo viés da diferença e não da deficiência, mostrando, que a linguagem constituída, a partir de uma língua estruturada, irá desenvolver o pensamento e a inserção na cultura. Para isso, foi necessário buscar estudos sobre a origem da linguagem e suas contribuições cognitivas e sociais no desenvolvimento do ser humano e em seus contextos.

Este estudo apontou para as inúmeras dificuldades e barreiras existentes na relação entre a sociedade e a surdez, mostrando o quanto nossa sociedade acaba dispondo de mecanismos de normatização, de adequação, de ajustamento do surdo a uma cultura ouvinte. No limite, tais mecanismos acabam se convertendo em mecanismos de abuso de um poder ouvinte sobre os surdos.

A importância em se considerar a relação entre o contexto social e a surdez, destacando as dificuldades enfrentadas pelo “Povo Surdo” (STROBEL, 2008) em nossa sociedade, se mostra pela necessidade de que a sociedade possa construir um ambiente linguístico acessível a todos. E, por este viés, se coloca a necessidade de que a Língua de Sinais possa ser mais compartilhada e valorizada socialmente.

Este estudo destaca, portanto, a Língua de Sinais como fundamental para o processo de formação da identidade e da cultura dos surdos, sendo que o contato

precoce com a Língua de Sinais pode vir a garantir ao surdo o desenvolvimento da linguagem, da identidade, a apropriação de significados e a aquisição de conhecimentos. Além disso, a Língua de Sinais permite a inserção em uma comunidade e a aquisição de uma cultura que o valorize em suas diferenças e, portanto, pode fortalecer a inclusão dos surdos no mundo social.

É fundamental lembrar que os indivíduos surdos, antes mesmo de apresentarem uma deficiência, são humanos que também carecem de um sistema linguístico que lhes permita ter seu pensamento, subjetividades e cultura constituídos. Para concluir, Perlin e Quadros (2006, p. 184) dizem que “os surdos precisam ocupar seus espaços, precisam conhecer sua diferença desde o nascimento”. Isso significa que os surdos precisam expressar suas formas de ser por meio da cultura, da língua e do conhecimento. Assim, este artigo aponta para a urgente necessidade de olhar para o sujeito surdo como um ser em potencial que, com sua diferença, tem muito a compartilhar com a sociedade.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. 11. ed. São Paulo: Ed Ática, 2000.
- DALCIN, Gladis. Um estranho no ninho: estudo psicanalítico sobre a constituição da subjetividade do sujeito surdo. In: QUADROS, Ronice Müller (org). *Estudos Surdos I*. Petrópolis: Arara Azul. 2006. p. 186-215.
- FERNANDES, Eulalia. *Linguagem e Surdez*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- GOMES, Luiz Roberto. Educação e Comunicação em Habermas: o entendimento como mecanismo de coordenação da ação pedagógica. *Cadernos de Educação, FaE/PPGE/UFPel*. Pelotas, v. 33, s/n, pp. 231-250, mai/ago. 2009.
- HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. 14. ed. Porto Alegre: L&PM, 2016.
- LABORIT, Emmanuelle. *O Voo da Gaivota*. São Paulo: Best Seller, 1994.
- MOLON, Susana Inês. *Subjetividade e Constituição do Sujeito em Vygotsky*. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- MOREIRA, Marco Antônio. *Teorias da aprendizagem*. 2. ed. São Paulo: E.P.U., 2015.
- PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). *A Surdez: um olhar*

sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998, pp. 51-73.

PERLIN, Gladis; QUADROS, Ronice Müller. Ouvinte: o outro do ser surdo. In: QUADROS, Ronice Müller (org). *Estudos Surdos I*. Petrópolis: Arara Azul, 2006, pp. 166-185.

SKLIAR, Carlos (org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.

TESKE, Ottmar. Surdos: um debate sobre letramento e minorias. In: LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa; FERNANDES, Eulalia. *Letramento, bilinguismo e educação de surdos*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015, pp. 25-48.

VYGOTSKY, Lev. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Submetido em: 07 de agosto de 2018

Aceito em: 16 de outubro de 2018

ASSÉDIO MORAL: UMA FERRAMENTA DA GESTÃO CONTEMPORÂNEA

Caroline Toledo do Amaral Dornelas¹

Resumo: Este artigo tem o objetivo de evidenciar a utilização do assédio moral como uma das ferramentas da gestão contemporânea, tendo como cenário as organizações. São realçados os sentidos do trabalho para a vida humana, assim como algumas mudanças que afetaram este relacionamento. Buscou-se apresentar o assédio moral em suas origens etimológicas, conceitual e histórica. Bem como a sua disseminação e publicidade no meio social e acadêmico. O assédio moral é apresentado como ferramenta de gestão, e como algumas organizações utilizam essa violência para alcançar maior produtividade e obediência dos trabalhadores. Métodos de prevenção e combate são elencados, assim como a participação coletiva para o êxito do mesmo.

Palavras-chave: Trabalho; assédio moral; ferramenta de gestão.

Abstract: This article aims to highlight the use of bullying as one of the tools of contemporary management, taking organizations as a scenario. The senses of work for human life are highlighted, as are some changes that have affected this relationship. The aim was to present moral harassment in its etymological, conceptual, and historical origins. As well as its dissemination and publicity in the social and academic environment. Bullying is presented as a management tool, and as some organizations use it to achieve greater worker productivity and obedience. Methods of prevention and combat are listed, as well as collective participation for the success of it.

Keywords: Work; bullying; management tool.

1. Introdução

O assédio moral no ambiente de trabalho tem se tornado um tema de grande evidência nos meios de comunicação, e uma grande preocupação para profissionais e pesquisadores que fazem deste fenômeno objeto de reflexão.

O objetivo deste artigo é abordar o assédio moral fazendo notórios seus conceitos, definições, origem etimológica e como, na contemporaneidade, ele tem sido utilizado por algumas organizações como ferramenta de gestão.

A pesquisa foi estruturada a partir de revisão bibliográfica, composta por livros, artigos científicos publicados e documentos oficiais que versam sobre o tema, ou que tenham correlação significativa para a constituição da mesma.

Nas últimas décadas o mundo do trabalho tem passado por muitas transformações, como a globalização, o acirramento competitivo e a informatização. Diante deste cenário, muitas empresas adotaram um novo posicionamento,

¹ Uniabeu Centro Universitário

reduzindo níveis hierárquicos, terceirizando serviços e contratações, diminuindo o número de funcionários e elevando os níveis produtivos. Esse contexto é um grande propiciador do surgimento de doenças ocupacionais e violências. Por esse motivo, no primeiro momento da pesquisa, direcionamos a atenção para o trabalho, destacando o sentido dele na vida do homem e o papel da organização como facilitador e perpetuador do assédio moral.

Reservamos para o segundo momento a origem etimológica do termo assédio, como seu entendimento oscila de acordo com a cultura, e a definição do mesmo sugerido por pesquisadores e teóricos que se debruçam sobre esse fenômeno. Por último, como o assédio moral pode ser identificado e diferenciado.

No terceiro e último momento, conceituaremos o assédio moral enquanto atividade organizacional e institucionalizada, diferenciada conceitualmente por assédio moral interpessoal e assédio moral organizacional; de que modo algumas organizações as utilizam para obterem maior produtividade e obediência; quais são os possíveis resultados dessas manobras nas interações entre os membros e o clima organizacional.

Evidencia-se a necessidade do trabalho conjunto de vários profissionais para a prevenção e o combate ao assédio moral, assim como algumas formas de intervenção e enfrentamento para essa violência. Reforçamos o potencial nocivo do assédio moral e ratificamos a possibilidade das organizações obterem melhores resultados produtivos por meio de melhores condições aos trabalhadores.

2. Os sentidos do trabalho para o homem

Antes de acessar o tema específico do trabalho, toma-se como ponto de partida a interrogação sobre a própria noção de trabalho. Como se trata de um termo que diz respeito ao vocabulário comum, podemos iniciar revendo o que nos diz o dicionário. Dentre várias possibilidades de definição, lê-se a seguinte:

[...] conjunto de atividades produtivas ou intelectuais exercidas pelo homem para gerar uma utilidade e alcançar um determinado fim; atividade profissional, regular, remunerada ou assalariada; objeto de um contrato trabalhista; tarefa a ser cumprida; serviço; esforço incomum; faina; lida; luta. (TRABALHO, 2018).

Cumprir observar que, dentre as várias definições de trabalho, é notória a associação do mesmo com práticas de cunho “penoso e exaustivo”, e desta forma José Carlos Zanelli (2010, p. 21) afirma que muitos o compreendem, chegando a associá-lo à tortura, ao sofrimento e ao esforço doloroso. O fato de esta palavra ser associada a algo pungente se dá na assimilação da atividade laboral como forma de exploração, alienação econômica, privação da liberdade e aflição para aqueles que o executam.

Todavia, ainda que associado ao sofrimento, o trabalho pode ser pensado em termos mais amplos e complexos. Neste sentido, pode-se compreender que o trabalho está presente na vida humana, não se restringindo ao vínculo empregatício e/ou ao retorno financeiro. Ele diz respeito a todas as dimensões da vida do homem, também no que é a sua vida psíquica.

Habitualmente acredita-se que o trabalho está circunscrito ao perímetro e paredes organizacionais, que a relação homem x trabalho se estabelece enquanto aquele está desempenhando suas tarefas, e ao sair desse espaço dissocia-se completamente de seus significados e significantes². Entretanto, o trabalho ultrapassa qualquer limite destinado para a sua execução, ele mobiliza a personalidade por completo. (DEJOURS, 2004).

Para Zanelli (2010, p. 23), “o trabalho é o núcleo definidor do sentido da existência humana, onde toda a vida é baseada no trabalho”. Tendo em vista a abrangência que o trabalho constitui na totalidade da vida do homem, e que de igual modo mobiliza a personalidade do mesmo, pode-se asseverar que a presença de agentes nocivos que ameacem o equilíbrio deste relacionamento – assim como o assédio moral e outros tipos de violência no trabalho – são desencadeadores de danos não apenas no espaço e convívio organizacional, mas também em outros aspectos de sua vida.

As constantes mudanças no mundo do trabalho e, por conseguinte, as necessidades de adequação das organizações, fomentam um ambiente competitivo, turbulento e instável, que afeta diretamente os trabalhadores. Neste cenário, ter bom desempenho ou seguir corretamente as normas e princípios éticos não é garantia de

² De acordo com Dalgarrondo (2008, p. 24), o signo é um tipo de sinal sempre provido de significação como, por exemplo, a fumaça é um sinal de fogo. Todo signo é constituído por dois elementos: o significante, que é o suporte material, ou seja, o veículo do signo; e o significado, isto é, aquilo que é designado e que é ausente, o conteúdo do veículo.

estabilidade no emprego. O mais importante é alcançar a meta e dar produtividade, não importa de que maneira. Não há compreensão para os que não produzem, e não importa a causa. Não se admite os que questionam as jornadas exaustivas. Não há tolerância para os que adoecem. (BARRETO; HELOANI, 2015). Para Rubens Teixeira *et al.* (2011, p. 17), “sobreviver em tais condições onde há a constante e infundável busca pela lucratividade, acaba por equiparar o mundo empresarial a um campo de batalha, onde, muitas vezes, o anseio por vencer ultrapassa até mesmo alguns limites éticos”.

É consenso, para muitos autores e estudiosos que se dedicam sobre os fenômenos da violência no trabalho, que a organização é o facilitador e mantenedor da ocorrência das várias formas de violência. De acordo com Maria Ester de Freitas (2007), toda organização possui conjunto de normas, condutas e padrões a serem seguidos. O que é e o que não é aceitável. No entanto, quando esse construto não é bem definido e delimitado abrem-se precedentes para que cada indivíduo aja de acordo com o que melhor lhe convier.

Como caracteriza Marie France Hirigoyen (2008, p. 93), a postura que a organização tem em relação ao clima organizacional é fundamental para que a violência no trabalho ocorra. Para ela, tal procedimento só é possível com a permissividade, encorajamento ou a não observância proposital de tais atos.

Outro fator descrito pela autora é a competitividade que alimenta e impulsiona a rivalidade no trabalho. Neste cenário, todos os meios utilizados são permitidos e os perdedores são descartados. Ela enfatiza que: “certas características da empresa podem facilitar a implantação desse estado de cerco ou assédio” (HIRIGOYEN, 2008, p. 94).

3. Assédio Moral: conceitos e definições

A utilização do termo assédio moral tem sido amplamente difundida e estudada por diversos profissionais e pesquisadores de diversas áreas. Esse fenômeno não é novo, pois caminha juntamente com a humanidade desde a sua criação enquanto sociedade (GUEDES, 2003). Para Márcia Novaes Guedes (2003), a grande novidade sobre o assédio moral está no interesse de diversos profissionais (médicos, juristas etc.) por este fenômeno. Discorrer sobre o assédio moral dentro do ambiente organizacional é falar sobre uma das modulações da violência neste

contexto, sobre um fenômeno muito complexo, de conceituação polissêmica (BARRETO, 2013, p. 13).

As diversas expressões do termo assédio moral ocorrem em virtude do modo pelo qual cada cultura nomeia o ocorrido. Essa variedade conceitual é observada pela Organização Mundial de Saúde, afirmando que o assédio moral acontece em todos os locais de trabalho em todo o mundo. Contudo, é um fenômeno cultural e, por este motivo, o modo pelo qual é manifesto e percebido pode variar de acordo com cada país (2004, p. 11). Assim como o assédio moral é entendido e percebido de acordo com a sociedade, o modo pelo qual é denominado em cada país pode variar. A respeito disso, Liliane Guimarães e Adriana Rimoli fazem menção a este fator:

Na França é denominado como *Harassment moral* (assédio moral), Itália – *molestie psicologiche*, – na Inglaterra, Austrália e Irlanda - *Bullying, Bossing, Harassment* (tiranizar), nos Estados Unidos, países nórdicos, bálticos e da Europa Central – *Mobbing* (molestar), no Japão – *Murahachibu* (ostracismo social), em Portugal – *Coacção moral*, nos países hispânicos – *Acoso moral, acoso psicológico* ou *psicoterrorismo*, no Brasil – Assédio moral, assédio psicológico, *mobbing* (GUIMARÃES; RIMOLI, 2006).

A palavra *mobbing* tem a sua origem na etologia³. Tal conceito foi empregado por Niko Tinbergen e Konrad Lorenz em suas pesquisas sobre gansos e gaivotas (GUIMARÃES; RIMOLI, 2006). Os estudos etológicos designavam como *mobbing* o comportamento de um grupo de animais da mesma espécie ou espécies diferentes, que se viam ameaçados por um animal (predador) maior. Esses animais, diante desta ameaça, a fim de expulsar o intruso, se uniam para confundir o inimigo utilizando muitos sons vocalizados e ameaças à distância, atacando-o por vezes sucessivas (GUIMARÃES; RIMOLI, 2006).

Em 1972, o médico sueco Paul Heinemann foi o primeiro a utilizar o termo *mobbing* para nomear o comportamento destrutivo de crianças direcionado a um colega na escola. O primeiro estudioso a se debruçar sobre eventos típicos de assédio foi o psiquiatra americano C. M. Brodsky, literato responsável pelo livro *The Harassed Worker* (SOBOLL e col., 2009). Os estudos sobre o assédio moral despontaram com as pesquisas do psicólogo do trabalho Heinz Leymann. Uma delas foi realizada com 800 trabalhadores suecos de diversos grupos de

³ Estudo do comportamento social dos animais, dos seus hábitos individuais e de sua adaptação às condições do meio onde habitam (MICHAELIS, 2018).

profissionais. As respostas obtidas e os fenômenos observados deram origem ao conceito de “psicoterror” e *mobbing*, onde ambos são designados para referirem-se as formas severas de assédio nas organizações (HELOANI, 2003; SOBOLL e col., 2009). Conforme aponta Ângelo Soares (2012), as pesquisas de Leymann o tornaram vanguardista no estudo do *mobbing*. Uma delas deu origem a um relatório científico, e um livro de sua autoria publicado em 1989. Em 1993, publicou o livro *mobbing: psychoterror am arbeitsplatz* [mobbing: psicoterror no trabalho], em alemão, que no ano de 1996 fora traduzido para francês (SOARES, 2012, *apud* LEYMANN, 1996; grifo do autor). Em 1998, dois anos depois às colaborações de Leymann, Marie-France Hirigoyen lança seu livro *Le harcèlement moral: la violence perverse au quotidien* [Assédio moral: a violência perversa no cotidiano], que se tornou sucesso de vendas, com 550 mil cópias em francês, e posteriormente foi traduzido em 24 idiomas (SOARES, 2012; grifo nosso). Segundo Marie-France (2006, p. 9), a partir de seu livro, o assédio moral no trabalho tornou-se uma forte preocupação social, dando início a movimentos importantes. Profissionais especializados (médicos do trabalho, juristas, sindicalistas, psicólogos e psicossociólogos) uniram-se em favor das vítimas. Contudo, é importante salientar que sua abrangência não se restringiu a esses aspectos. Pessoas que sofriam em silêncio com agressões e humilhações passaram a não aceitar tais condutas degradantes e reivindicaram respeito.

No Brasil, o assédio moral passou a ganhar espaço nas discussões no ano de 2000, inicialmente pela ampla pesquisa da médica do trabalho Margarida Barreto. No ano seguinte, a pesquisadora Maria Ester de Freitas publicou o primeiro artigo científico sobre o assunto, e também com a tradução da obra de Marie-France Hirigoyen (HELOANI, 2004 *apud* FREITAS; HELOANI; BARRETO, 2008; SOBOLL, 2009).

Assim como a nomenclatura do assédio moral pode variar de acordo com o entendimento do contexto social ao qual pertence, cada autor observa o fenômeno de modo singular. Por este motivo, abordaremos algumas definições apresentadas por alguns autores mencionados no decorrer desta pesquisa.

Segundo Heinz Leymann (1996, p. 120), assédio moral é “o terror psíquico ou assédio moral na vida profissional significa comunicação hostil e antiética. Ação que é dirigida de forma sistemática por um número de pessoas principalmente para um

indivíduo”. Para este autor, o que caracteriza o assédio é o modo pelo qual a comunicação é estabelecida. Esta, por sua vez, está delimitada por oposições, maus-tratos e fora dos parâmetros éticos. Tais ações são dirigidas a um indivíduo que sofre essas agressões constantemente por componentes do grupo de trabalho ao qual pertence.

O conceito de assédio moral de Leymann não é compartilhado por Marie-France no aspecto da comunicação, pois, para a autora, uma das formas da manifestação do assédio se dá pela recusa da comunicação direta (HIRIGOYEN, 2008). Conforme aponta a autora, Leymann considera que o *mobbing* (assédio) se origina em um desentendimento profissional mal resolvido. Entretanto, para ela, se há assédio é porque nenhum desentendimento pôde ser estabelecido, uma vez que por traz de todo mecanismo de assédio existe o não falado e o escondido (HIRIGOYEN, 2006, p. 24). Neste sentido, o agressor permanece com os ataques hostis e constantes, porém não esclarece o motivo que culminou na adoção de tais atitudes. De acordo com Marie-France Hirigoyen (2008, p. 76), “o agressor recusa explicar sua atitude. Essa negação paralisa a vítima, que não pode se defender, o que possibilita a continuidade da agressão”. Marie-France (2006, p. 30), assinala que o que de fato caracteriza o assédio moral é a repetição. Palavras, atos, comportamentos que possam parecer inofensivos tornam-se destrutivos por sua frequência e recorrência. No primeiro momento o assédio se inicia como algo inócuo, as pessoas alvos dos atos humilhantes “levam” na brincadeira. No entanto, os ataques passam a ocorrer com maior frequência e intensidade, o agredido se vê acuado e refém das manobras hostis. Marie-France Hirigoyen define o assédio moral como:

Toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se, sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, a dignidade ou a integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho (HIRIGOYEN, 2008, p. 65).

Inicialmente acredita-se que o indivíduo alvo de assédio é mais fraco ou incapaz que os demais, que não se impõe diante das circunstâncias, ou é portador de alguma debilidade física. Em oposição à imagem que o agressor tenta associar à vítima, habitualmente o agredido torna-se alvo de assédio quando não se deixa

subjugar reagindo ao autoritarismo do chefe ou a padrões organizacionais opressores (HIRIGOYEN, 2008, p. 68).

Marie-France (2006, p. 219) relata que constantemente é questionada sobre a possibilidade de a vítima de assédio moral possuir perfil psicológico para ocupar esse lugar. Para ela, qualquer indivíduo pode ser vítima, não havendo perfil psicológico específico. Entretanto, há contextos organizacionais que corroboram para que o assédio transite mais livremente. O assédio moral tem como função precípua desestabilizar o outro, para que este não tenha condições de responder e defender-se na mesma proporção em que é atacado.

4. Assédio moral como ferramenta de gestão

A concepção de que o assédio moral estaria sendo utilizado por organizações com finalidade estratégica para gerenciar o trabalho e os trabalhadores, fez com que a sua compreensão e denominação fossem ampliadas. Nesta modulação, o assédio moral permanece com a sua principal característica, a hostilização repetida e continuada no ambiente de trabalho. Entretanto, transcende a relação entre a figura da vítima e do agressor. Neste contexto, o assédio moral é potencializado pelas circunstâncias da gestão atual, que possuem, na maioria das vezes, valores ancorados na ideologia da excelência e no individualismo, cingidos por cobranças crescentes, pelos mecanismos de controle sutis da subjetividade e pela degradação das relações. Com isso, desejamos salientar que o assédio moral não é um fenômeno peculiar do atual momento histórico, mas um processo que caminha em conjunto com a atual forma de gestão (SOBOLL; HORST, 2013, p. 183).

De acordo com Lis Andrea Soboll e Ana Carolina Horst (2013, *apud* Einarsen *et al.*, 2003), pesquisas europeias, e também brasileiras (Soboll & Horst, 2013 *apud* Araújo, 2006; Soboll, 2006; Soboll e col., 2009), compreendem que as características estruturais do assédio moral como mecanismo de gestão se expressam em dois tipos principais, sendo denominadas como assédio moral interpessoal e assédio moral organizacional. O assédio moral interpessoal está relacionado com o ataque persecutório e hostil, que visa humilhar, constranger, prejudicar uma ou mais pessoas, atentando contra a sua dignidade a fim de excluí-la do grupo e/ou da organização. Cabe ressaltar que, apesar de o assédio moral ser semelhante ao assédio moral interpessoal, a grande diferença entre ambos é que o resultado do segundo alcança o coletivo.

De maneira sutil ou explícita, todas as vezes que um membro é hostilizado, uma mensagem é transmitida ao coletivo. Todos os membros da equipe são envolvidos em um clima de medo e atenção, uma vez que ninguém quer ser o próximo alvo. Neste caso, todos percebem a necessidade de subordinação, acordo e conformação (SOBOLL; HORST, 2013).

Lis Andrea Soboll e Ana Carolina Horst (2013, p. 189) dizem que, quando um dos membros da equipe é alvo de tais agressões, os pensamentos que dominam os demais são: “Se quem está sendo hostilizado merece este castigo eu não vou me envolver. E se não merece e eu me envolvo, provavelmente serei o próximo alvo”.

O posicionamento do coletivo em não intervir, manifestado pela negação e pelo fingimento de não saber ou não se manifestar diante do sofrimento e da injustiça vivenciada pelo outro, potencializa o individualismo, enfraquece os laços de companheirismo e altruísmo, onde cada um se preocupa somente com a sua própria vida, bem-estar e estabilidade empregatícia (SOBOLL; HORST, 2013, p. 189).

De acordo com Lis Andrea Soboll e col. (2009, p. 110), o ambiente de trabalho marcado pelo individualismo e a falta de solidariedade não são somente potencializadores para o surgimento de assédio moral e demais tipos de violências psicológicas, mas também diluem as tentativas de sensibilização e relutância, tanto no âmbito individual quanto no coletivo. Christophe Dejours (2004; *apud* SOBOLL e col., 2009, p. 110) denomina a falta de solidariedade no âmbito do trabalho como “patologia da solidão”. Para ele, o empregado sempre sofreu perseguições do empregador, mas hoje essas perseguições têm desencadeado o crescimento desenfreado de patologias.

O assédio moral organizacional abrange as interações entre o indivíduo e a organização, que, por sua vez, são mediadas por práticas abusivas de gestores, dirigentes e indivíduos que ocupam a alta esfera no organograma organizacional. O assédio moral organizacional é uma prática de gestão que usa estrategicamente a violência para fazer o gerenciamento dos trabalhadores a partir de um conjunto sistemático de condutas humilhantes, constrangedoras, que exercem pressões sobre os trabalhadores para que determinados objetivos e metas organizacionais sejam alcançadas. Portanto, tem-se no assédio moral organizacional hostilizações direcionadas ao coletivo associada às políticas e normas institucionais. Conforme

assinalam Soboll e Horst (2013, p. 191), este cenário em que há a ausência de relacionamentos duradouros, mudanças constantes de equipes, e que possuem como práticas a estimulação da competitividade entre seus membros, assim como a avaliação de desempenho, favorece o desenvolvimento crescente da prática de assédio moral. Ainda para as autoras, tais práticas que fomentam a competição são naturalizadas por parte dos trabalhadores. Eles as veem como método plausível para obtenção de ascensão e valorização profissional. A partir do momento em que os trabalhadores são reconhecidos ao trabalharem com afinco, abraçando e se dedicando exclusivamente aos interesses organizacionais, essa lógica de funcionamento organizacional é internalizada e perpetuada. Com isso, o próprio coletivo encarrega-se de sustentar o padrão “excelente”. Caso haja algum membro que destoe do mesmo, certamente sofrerá retaliações. À vista disso, muitos casos de assédio moral tornam-se legítimos e lógicos, pois estarão em conformidade com esses objetivos, neste caso, os organizacionais.

Marie-France Hirigoyen (2006, p. 289) relata que formulou um questionário para pessoas vítimas de assédio moral na empresa. Uma das perguntas falava sobre os auxílios que realmente essa pessoa recebeu. No resultado deste levantamento constatou que as pessoas raramente encontraram auxílio dentro da empresa.

Deste modo, podemos perceber que é necessária a atuação ativa de profissionais dentro do contexto organizacional que estejam atentos às manifestações deste fenômeno a fim de que se possa prevenir, coibir e desarticular esquemas propiciadores à ocorrência do mesmo. Débora Glina e Lis Andrea Soboll (2012, *apud* Leka; Cox, 2008) indicam três níveis de intervenção para o assédio moral: primária, secundária e terciária. A intervenção preventiva primária está voltada para propostas de ações que têm como objetivo evitar que o assédio ocorra. As ações neste nível são direcionadas para o controle de incidentes violentos, investigação de afastamentos, monitoramento do clima organizacional, dentre outros.

Tanto a intervenção preventiva secundária e a terciária são utilizadas quando já ocorreu alguma manifestação de violência. Neste caso, as ações são planejadas e direcionadas tendo como base um problema existente. As ações preventivas secundárias visam subsidiar os indivíduos com mais recursos para manejarem o

conflito. São os treinamentos, resoluções de casos hipotéticos de conflitos, questionários, palestras que objetivam mudanças de situações indesejadas. Já nas ações preventivas terciárias o objetivo é minimizar os danos ocasionados pelo assédio moral, que são os acordos, aconselhamentos, reabilitação psicoterápica para os envolvidos etc. (SOBOLL; HORST, 2013, p. 193).

Para além de pensar somente em ações que possam prevenir a ocorrência do assédio moral, é imperativa a necessidade de haver intervenções direcionadas ao trabalhador vítima de assédio moral. A prevenção e o combate ao assédio moral devem abranger e englobar múltiplas esferas, isto é, deve assumir o caráter multifacetado, abarcando os setores administrativos, jurídicos e psicológicos. Para tanto, o envolvimento de diversos grupos de profissionais da organização é fundamental na criação de instrumentos e políticas de enfrentamento e combate ao assédio moral (HELOANI, 2011, p. 53).

5. Considerações finais

Por todos esses aspectos, fazemos nossas as palavras de Roberto Heloani (2011, p. 52), ao afirmar que todos perdem quando há violência no ambiente de trabalho. Organizações precisam perceber que não há argumento que sustente o sofrimento em prol de maiores resultados. O mesmo ímpeto em criar estratégias para a aquisição de maior produtividade poderia ser direcionado para promover melhores condições de trabalho, com maiores atrativos que incentivem o trabalhador a romper seus limites. No entanto, sabemos que é otimista conceber que a violência possa deixar de ser uma realidade na existência da humanidade, e em suas formas de reprodução. Por este motivo, no que concerne à violência no ambiente de trabalho reproduzida repetidamente a fim de prejudicar, humilhar e expropriar a dignidade do trabalhador, a organização dispõe de uma potente arma para combatê-la, a quebra do silêncio. Uma vez rompido e desvelado, o assédio moral passa a ser uma realidade conhecida por todos, e, por conseguinte, seu potencial nocivo. Desta maneira, pessoas, organizações e a sociedade poderão se instrumentalizar a fim de não mais aceitarem a perpetuação dessas práticas.

Referência Bibliográfica

BARRETO, M. Assédio moral: trabalho, doenças e morte. In: LIMA, C; OLIVEIRA, J; MAENO, M. (Coord.). *Seminário Compreendendo o Assédio Moral no Ambiente de Trabalho*. São Paulo: FUNDACENTRO, 2013.

BARRETO, M; HELOANI, R. Violência, saúde e trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 123, pp. 544-561, jul/set. 2015.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. *Revista produção*. Paris, v. 14, n. 3, pp. 027-034, set./dez. 2004.

DALGALARRONDO, P. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. 2. ed. Porto Alegre: Artemed, 2008.

ETOLOGIA. *Dicionário online Michaelis*, 20 set. 2018. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/trabalho/>. Acesso em 20 set. 2018.

FREITAS, M, E. Quem paga a conta do assédio moral no trabalho?. *RAE-eletrônica*. São Paulo, v. 6, n. 1, Art. 5, jan./jun. 2007.

GUEDES, M. N. *Assédio Moral e Responsabilidade das Organizações com os Direitos Fundamentais dos Trabalhadores*. São Paulo, 2003.

GUIMARÃES, L; RIMOLI, A. "Mobbing" (assédio psicológico) no trabalho: uma síndrome psicossocial multidimensional. *Psicologia teoria pesquisa*. Brasília: v. 22, n. 2, May/Aug. 2006.

GLINA, D.; SOBOLL, L. Intervenções em assédio moral no trabalho: uma revisão da literatura. *Rev. bras. saúde ocup.* São Paulo: v. 37, n. 126, July/Dec. 2012.

HELOANI, R. Assédio moral: um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. *RAE-eletrônica*, São Paulo, v. 3, n. 1, art. 10, jan./jun. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n1/v3n1a12.pdf> > Acesso em 08.Out.2018

_____. Fator humano: violência invisível. *RAE-executivo*, São Paulo, v. 2, n. 3, ago./out. 2003. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/artigos/2066.pdf>>. Acesso em: 06. Out. 2018.

_____. A dança da garrafa: assédio moral nas organizações. *RAE- executivo*, São Paulo, v. 10, n. 1, jan./jun. 2011. Disponível em < <https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/50-53.pdf> > Acesso em: 07. Out. 2018.

HIRIGOYEN, M. F. *Assédio moral: a violência perversa no cotidiano*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. *Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LEYMANN, H. *Mobbing and psychological terror at workplaces*. Tradução de Translate. G. *Violence and Victims*, 5, 119-126, 1990.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. *Sensibilizando sobre el acoso psicológico en el trabajo: orientación para los profesionales de la salud, tomadores de decisiones, gerentes, directores de recursos humanos, comunidad jurídica, sindicatos y trabajadores*. Tradução de Translate. G. Milano, 2004. (serie protección de salud de los trabajadores. n. 4).

SOARES, A. As origens do conceito de assédio moral no trabalho. *Rev. bras. saúde ocup.* São Paulo, v. 37, n. 126, July/Dec. 2012.

SOBOLL, L.; SCHATZMAM, M.; GOSDAL, T.; EBERLE, A. Assédio moral organizacional: esclarecimentos conceituais e repercussões. In: SOBOLL, L; GOSDAL, T. (coords). *Assédio moral interpessoal e organizacional: um enfoque interdisciplinar*. São Paulo: LTR, 2009, pp. 33–41.

SOBOLL, L; SCHATZMAM, M; GOSDAL, T; EBERLE, A. *Aspectos definidores do assédio moral*. In: SOBOLL, L; GOSDAL, T. (coords). *Assédio moral interpessoal e organizacional: um enfoque interdisciplinar*. São Paulo: LTR, 2009, pp. 17–32.

SOBOLL, L; HORST, A. O assédio moral como estratégia de gerenciamento: solicitações da forma atual de gestão. In: MAENO, M. (Coord.). *Inovação para desenvolvimento de organizações sustentáveis: trabalho, fatores psicossociais e ambiente saudável*. São Paulo: CTI, 2013, pp. 183–196.

TEIXEIRA, R.; MUNK, L; REIS, M. Assédio moral nas organizações: percepção dos gestores de pessoas sobre danos e políticas de enfrentamento. *Revista gestão organizacional*. Santa Catarina, v. 04, n. 1, Jan./Jun. 2011.

TRABALHO. *Dicionário online Michaelis*, 17 set. 2018. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/trabalho/>. Acesso em 17 set. 2018.

ZANELLI, J. C; SILVA, N; SOARES, D. H. P. *Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho: construção de projetos para o pós-carreira*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Submetido em: 08 de janeiro de 2019

Aprovado em: 19 de março de 2019

O AVANÇAR DA AGENDA CONSERVADORA E O FASCISMO LATENTE NO BRASIL

Francisco Thiago Cavalcante Garcez¹
Laura Hêmilly Campos Martins²
Ítalo Moura Guilherme³
Kevin Samuel Alves Batista⁴

Resumo: O objetivo do presente artigo é compreender a relação do avançar da agenda conservadora com o fascismo no seu curso histórico e as possíveis repercussões para a política no Brasil. Compreendemos – embasados no referencial teórico e em fatos empíricos – o fascismo como uma tendência, não necessariamente manifestada apenas pelo Estado fascista, mas por indivíduos, agentes políticos, intelectuais, mídia, líderes políticos e pelo povo. Enquanto tendência, o fascismo pode progredir paulatinamente, tratando-se de uma conduta que inicialmente nega o diálogo ou a representação política de um indivíduo diferente até a completa eliminação deste.

Palavras-chave: Fascismo. Conservadorismo. Política.

THE ADVANCE OF CONSERVATIVE AGENDA AND LATENT FASCISM IN BRAZIL ABSTRACT

The purpose of this article is understanding the relationship between the advance of the conservative agenda and fascism in its historical course and the possible repercussions for politics in Brazil. We understand -- based on the theoretical referential and empirical facts -- fascism as a tendency, not necessarily manifested only by the fascist state, but by individuals, political agents, intellectuals, media, political leaders and by the people. As a tendency, fascism can progress gradually, being conduct that initially denies dialogue or political representation of a different individual until this complete elimination.

Keywords: Fascism. Conservatism. Political.

¹ Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará. Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira. Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (Bolsista CAPES). Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará. Especialista em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais pela Universidade Estadual do Ceará. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará.

³ Mestre em Filosofia pelo Mestrado Acadêmico em Filosofia da Universidade Estadual do Ceará. Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará.

⁴ Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Graduado em Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, é perceptível uma conturbação sociopolítica no Brasil. O país entrou numa crise política e econômica motivada por disparidades entre projetos societários de diversos protagonistas políticos e pelo fracasso da coalizão partidária do lado governista.

O avançar de agendas conservadoras e pautas liberais que golpearam as classes subalternas e minorias sociais são consequências da crise política no país aprofundada numa crise econômica. Os partidos de oposição e os que sustentavam a governabilidade, sustentada pelo presidencialismo de coalizão⁵, do Partido dos Trabalhadores (PT) catalisaram um processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff em 2016 e uma série de medidas golpearam as camadas subalternas da sociedade brasileira.

A partir das manifestações de 2013 no país, nota-se uma bifurcação política entre indivíduos que reclamam se situarem entre dois espectros ideológicos: direita e esquerda, representando-se como conservadores e progressistas, respectivamente. Com base em pesquisas empíricas no texto “2016: o ano da polarização?”, tal bifurcação é descrita:

De um lado os manifestantes “verde-amarelos” exigindo o *impeachment* - para os quais o PT é o partido mais corrupto do Brasil e que definem sua identidade de direita ou conservadora não sobre pautas programáticas e sim sobre um antipetismo - e, do outro lado, os manifestantes que se identificam com o campo progressista, com críticas ou não ao papel do petismo e sua dimensão histórica, que defendem que o *impeachment* é um golpe e, portanto, uma agressão antidemocrática (SOLANO; ORTELLADO; MORETTO, 2017, p. 1).

Diante das diversas manifestações políticas no Brasil, em 2013 encontramos novas características, tais como a imersão política nas redes sociais, nos aplicativos de comunicação, na *webmedia*, nos *sites* de compartilhamento de vídeos que configuram particularidades tecnológicas cumulativas de um determinado período histórico, sendo utilizadas por agentes políticos como instrumento-chave para comunicação com seus adeptos. Esse

5 Cf. ABRANCHES, S. O presidencialismo de coalizão. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n.1, p. 5-33, 1988.

contexto é, também, reflexo uma conjuntura que envolveu as manifestações de 2013 sobre as quais Avritzer (2016) argumenta que no período ocorreu uma cisão em parte da esquerda que apoiava o governo petista por conta de impactos dos custos do presidencialismo de coalização, o que atenuou conflitos de movimentos sociais com o Governo Federal.

Novos movimentos e autoridades no tocante à informação nas redes sociais surgiram (Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua, Revoltados *Online*, Mídia Ninja etc.), reclamando uma identificação com polos esquerda-direita do mapa político. Com isso, ocorreu um processo denominado de *intermedia agenda setting*, uma mudança entre os *media* que controlam e formam opinião (AVRITZER, 2016; VARGO; 2017; VOBUN; 2016). A estratégia desses novos movimentos é focalizar e registrar a maioria de suas atividades na *internet* contribuindo com a codificação e interpretação de informações para públicos específicos. Em decorrência do exposto, eles foram protagonistas de múltiplos episódios de tensões, notícias falsas, conflitos e violência que aconteceram nesse percurso envolvendo indivíduos tanto de esquerda quanto de direita.

O tensionamento entre diversos indivíduos/grupos com distintas ideologias é uma característica típica de uma democracia que pressupõe a liberdade de expressão e a garantia de direitos civis e políticos. No entanto, é sabido que existem dois fatos que parecem estar entrelaçados: primeiro, é notável o avançar de uma onda conservadora no Brasil desde as grandes manifestações de 2013; segundo, é palmar a tentativa de cerceamento de liberdades individuais, de pontos de vista, de posicionamentos, de ideologia – atributos históricos do fascismo. Partindo dessa discussão, portanto, pretendemos compreender a relação do avançar da agenda conservadora no Brasil com o fascismo. Para tal, buscaremos levantar considerações sobre características constitutivas da sociedade brasileira a fim de analisar elementos substantivos que possam ser identificados com o fenômeno do fascismo na contemporaneidade.

2. EXPERIÊNCIAS FASCISTAS NO BRASIL: A GESTAÇÃO DO INTEGRALISMO

Primeiro se faz necessário reconhecer que certas características/peculiaridades históricas foram reproduzidas no seio do conservadorismo à brasileira. A escravidão, o patriarcado e o colonialismo se constituíram como questões históricas e ainda presentes na contemporaneidade brasileira, passando por metamorfoses de modo a atualizar essas problemáticas e perpetuar o racismo, sexismo, homofobia e opressões de classe (GONZALES, 1983; WELZER-LANG, 2001; DAVIS, 2016).

A história da dominação de classe no Brasil vem se reproduzindo (NETTO, 2014) e é fato que, quando as classes subalternas avançam no sentido da participação e da inclusão no processo decisório da política, elas são golpeadas pelas classes dominantes no sentido de inversão do quadro.

Para tecermos análise sobre o avanço do fascismo no Brasil, precisamos pensar quais são as condições sócio-históricas que permitem a abertura de movimentos de massa conservadores, bem como a estrutura do Estado penal/policial vinculado ao sentimento nacionalista. Segundo Hobsbawn (1990), o conceito de nação é historicamente recente e ultrapassa seu sentido de unidade étnica. O conceito de nação que aqui nos interessa, criado no século XIX, está voltado à noção política. Mas a fundo nesta perspectiva temos que nação:

Equalizava “o povo” e o Estado à maneira das revoluções francesa e americana, uma equalização que soa familiar em expressões como “Estado-nação”, “Nações Unidas”, ou a retórica dos últimos presidentes do século XX. Nos EUA, o discurso anterior preferia falar em “povo”, “união”, “confederação”, “nossa terra comum”, “público”, “bem-estar público” ou “comunidade” [...]. Assim considerada, a “nação” era o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os construía como um Estado concebido como sua expressão política” (*Idem, Ibidem*, p. 31).

Esse sentido difere, portanto, da noção de um pertencimento étnico como uma experiência universal dos povos que, conseqüentemente, definem o outro como estrangeiro a partir dos recursos antropológicos pertencentes a grupos, membros de comunidades etc. A questão que nos é apresentada parte da premissa de uma formação de Estado com demandas criadas a partir de

estruturas arcaicas em viés político, criando, assim, uma “comunidade imaginada”, tal como pensou Benedict Anderson (2012), quando trata da crença em que a sociedade seria naturalmente organizada envolta por líderes, à parte de outros seres humanos, os quais governavam e seriam governados por alguma deliberação divina, mitológica, semelhante à experiência do *führer* de Hitler e *duce* de Mussolini.

No curso das recentes experiências de nação no início do século XX no Brasil, vemos o pensamento Integralista de Plínio Salgado comparável à fasticização europeia dos Estados. Embora Plínio Salgado nunca tenha admitido uma relação com o nazi-fascismo, é crível encontrarmos semelhanças fundamentais. O Integralismo surge para tentar criar uma doutrina política original ou originária no Brasil expurgando todas as influências estrangeiras e reinventando um sentimento ufanista de brasilidade – a brasilidade integral –, além do conservadorismo radical pautado na doutrina cristã. A presença de um líder que conduza o processo de nacionalização é presente nos manifestos do Integralismo. Nesta perspectiva:

No Brasil tem faltado essa *virtú* nos seus homens públicos. E tem faltado, não por ausência de capacidade política, mas em consequência de não se haver ainda conjugado num único homem o alto senso teórico e o exato senso prático, a ciência e a arte, a inteligência e a ação, a cultura e a experiência. Entretanto, nós possuímos todos os elementos para suscitar o aparecimento do nosso gênio político. Ele só poderá surgir de um movimento nacional. Sem criar o movimento em todas as províncias, não temos o direito de esperar ‘um homem (SALGADO, 1935, p. 115).

A *virtú* aqui demonstrada trata-se do conceito de Maquiavel em que o homem, na capacidade de governante, deve sobressair-se das imprevisibilidades históricas dadas na fortuna (destino). A *virtú* concede ao governante uma instância acima de qualquer restrição sem que obedeça a preceitos morais ontológicos de “bem em si” ou “mal em si”, mas que crie modos de preservação e conservação segundo a necessidade presente. O reforço teórico nacionalista para um gênio político mantém-se no livro O Príncipe (MAQUIAVEL, 2010, p. 134), através do estímulo deste para que livrem a Itália

das mãos dos bárbaros, como demonstrado no Capítulo XXVI – Exortação para procurar tomar a Itália e libertá-la das mãos dos bárbaros.

Outra questão que deve ser apresentada é o modelo fascista no Estado totalitário com o intuito de conquistar a opinião pública em seu processo massificador: a criminalização dos movimentos sociais progressistas. Como vimos, o fascismo requer unidade moral, política e econômica guiada por um líder. Sua unidade é facilitada pelo pressuposto de um inimigo comum, como ocorreu no exemplo histórico do Incêndio de *Reichtag* demarcando o início da ascensão nazista e, não obstante, o comunismo como ameaça. O que nos remonta do início do século XX é a crescente da dominação de classe, bem como dos movimentos de resistência pautados nas conquistas de direitos sociais.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O FASCISMO E O ESTADO DE EXCEÇÃO

Estudiosos que se debruçaram sobre a categoria “fascismo” nos mostram que, enquanto conduta política, permanece latente no interior das civilizações modernas (KONDER, 1977; BOBBIO, 2001; PAXTON, 2007; TIBURI, 2015; FAUSTO, 2017). No Brasil discursos chauvinistas, homofóbicos, racistas, machistas, conservadores, ou seja, ideias identificadas com o fascismo ganharam força nos últimos anos.

O fascismo é um movimento político que teve origem na Itália, cunhado por Benito Mussolini (KONDER, 1977), impactando severamente as civilizações. Konder (1977), ao discorrer sobre o fascismo, afirma que é fundamental compreender o conceito de direita, tratando-se do gênero de que o fascismo é uma espécie. Para o autor, a ideologia de direita representa a existência de forças sociais engajadas em conservar determinados privilégios, portanto, detêm um conservadorismo intrínseco. O que não quer dizer que elas:

[...] se exteriorize(m) necessariamente numa política de resistência passiva à mudança [...] os conservadores sabem que, para uma política ser eficaz, ela precisa ser levada à prática através de iniciativas concretas, manobras, concessões, acordos, golpes de audácia, formas de arregimentação das forças disponíveis que transcendem da mera atitude doutrinária (KONDER, 1977, p. 6, acréscimos nossos).

Ela está num constante processo de legitimação de medidas conservadoras que tendem a manter os benefícios de tais forças. Ainda segundo as considerações de Konder (1977), os ideólogos de direita perdiam a habilidade de legitimar com agilidade e eficiência as “jogadas dos líderes políticos, ‘práticos’, dos grupos conservadores a que estavam ligados” (*Idem*, p. 7). O que era um fator gerador de contradição entre “resolução de problemas teóricos como seu trabalho de resolução de problemas práticos” (*Idem, Ibidem*). Para o autor em questão, o fascismo surge como uma tentativa de superar essa situação de contradição. Este construiu suas ideias distorcendo a teoria marxista (com o propósito de falsear e ressignificar conceitos de forma a torná-los úteis aos ideais das classes conservadoras). O conceito de luta de classes seria interpretado como trágico insuperável, e diante dela “o que (se) precisava fazer era discipliná-la, e o único agente possível desta ação disciplinadora teria de ser uma elite de novo tipo, enérgica e disposta a tudo” (KONDER, 1977, p. 8, *acréscimos nossos*).

O fascismo de Mussolini, a partir das contradições da Itália, agravadas pelas conseqüências da primeira guerra mundial, resumia-se numa única luta: nação *versus* antinação (KONDER, 1977). Buscando unir trabalhadores e capitalistas por meio de inimigos externos através de um chauvinismo fascista que assumiu um tom histórico e monstruoso.

O fascismo, neste sentido, é um movimento político conservador supostamente modernizador, com discursos que se servem de mitos irracionalistas “conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório” (Konder, 1977, p. 21). É chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Nesta perspectiva, o crescimento do fascismo pressupõe condições históricas especiais, uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas e progressistas (*Idem*, 1977).

É diante de tais análises que podemos considerar que o fascismo não se manifesta apenas em regimes fascistas. Ele pode existir em regimes autoritários, totalitários ou até mesmo imerso em democracias. A eliminação de

inimigos da esquerda na autocracia burguesa brasileira foi, sem dúvida, uma característica substantivamente fascista (NETTO, 2014). Podemos comparar o fascismo com o regime autoritário, a exemplo do Estado de Exceção pensado por Giorgio Agamben (2004; 2008; 2015), que discute o estado de exceção como a regra do fazer político na conjuntura internacional dita democrática. Este filósofo italiano traz questionamentos sobre a produção de formas de vida à luz da “relação entre poder soberano e vida nua” (AGAMBEN, 2015, p. 10).

O estado de exceção – e o autor esmiúça este denso conceito em várias de suas obras – é um estado de suspensão da lei, um vazio jurídico que resulta na suspensão dos direitos fundamentais democráticos, justificada – paradoxalmente – pela “proteção” ao Estado democrático, quando este se encontra em uma situação ameaçadora da ordem social. O desenvolvimento desse dispositivo se dá na tradição democrático-revolucionária e não na tradição absolutista, portanto, configura-se como uma fissura da democracia de então.

O estado de exceção não é uma ditadura, mas sim uma zona anômica, na qual, as determinações jurídicas estão suprimidas, assim como, as distinções entre público e privado. A exceção como suspensão dos direitos fundamentais é, pois, um “paradigma constitutivo da ordem jurídica” contemporânea (AGAMBEN, 2004, p. 18). Uma força da lei (sem lei) é suscitada dando plenos poderes aos governantes. Tais afirmações levam ao questionamento dos conceitos de democracia vigentes, tendo em vista o prenúncio constitucional da suspensão para proteger o estado de “ameaças”.

Considerar a democracia nesses termos é admitir seu eminente esfacelamento e a inflação do poder soberano sobre a vida das pessoas. É nesses termos que as práticas de extermínio e aviltamento de direitos são consideradas, assemelhando-se às características fascistas apresentadas anteriormente. Com base em justificativas da segurança de Estado e prevenção do risco à nação, medidas de guerra são instauradas, suprimindo direitos individuais e intensificando a violência arbitrária contra as pessoas elegidas como “inimigas do Estado”, dentre as quais se encontra o encarceramento seletivo.

Quando o governante insiste em tornar a exceção uma regra onde difunde-se na sociedade um inimigo comum, criminalizado, resulta na tendência própria do fascismo em não se manifestar apenas no Estado, mas pelos indivíduos, agentes políticos, intelectuais, líderes políticos e pelo povo. É quando, numa democracia, um parlamentar vulgarmente afirma utilizar da liberdade de expressão para cercear a liberdade de outros grupos sociais, incitando atitudes conservadoras contra minorias sociais e acionando suas forças repressoras legitimadas pelo Estado. Um dos efeitos mais proeminentes na propagação do fascismo é seu aspecto paranoico, quando teorias persecutórias e conspiratórias são circuladas nas redes sociais e servem de aporte para posturas reacionárias.

Tiburi (2015), ao refletir sobre o crescimento do fascismo e o sobre o cotidiano autoritário brasileiro, define o fascista como um ser que pensa de um modo autoritário tendo esse pensamento refletido nas suas ações em relação às outras pessoas na tentativa de negá-las. O fascista, portanto, é um indivíduo paranoico que julga deter todas as verdades antes mesmo de chegar a pesquisar o que as sustenta. Além da busca pela negação do outro, reproduzem as informações infundadas dos líderes paranoicos e seus representantes – o que a autora reconhece como uma consequência de fatores que fazem parte da história brasileira como o coronelismo, a antipolítica e a antieducação.

A manifestação máxima do fascismo foi possível graças a condições preexistentes (KONDER, 1977; PAXTON, 2007). Não se tratou, pois, de um fato histórico isolado, mas de um fenômeno moldado no interior de sociedades industrializadas com interconexões com acontecimentos (nacionais e internacionais), ideologias e demarcações de posicionamento político.

Diante disso, Paxton (2004) busca expor os processos pelos quais os fascismos surgiram, cresceram, radicalizaram-se num fascismo extremo (*fascist maximum*). Outrossim, a principal contribuição de Paxton (*Idem*) para nosso quadro referencial teórico é a demonstração da existência do fascismo em todas as sociedades democráticas pós-industriais, ou seja, trata-se de fenômeno

latente. Para o autor, temos uma chance de responder sabiamente ao avanço do fascismo se entendermos como este foi bem-sucedido no passado.

4. O FASCISMO DIANTE DA CONFLITUALIDADE NA ESFERA POLÍTICA

O fascismo se pauta na violência, negando o conflito na esfera política através da pulverização de “inimigos” do sistema. Cabe aqui fazer uma consideração sobre o conflito e sua relação com política.

Na concepção de Simmel (1983), a sociedade está em um constante fazer, desfazer e refazer, processos nos quais os indivíduos assumem posturas de interação e interdependência constantes. Estes processos de interações germinam uma unidade permanente ou passageira, mantendo e garantindo a estruturação da vida social tanto em sua forma quanto em seu conteúdo. Para Simmel (1983, p. 122), unidade é “o consenso e a concordância dos indivíduos que interagem, em contraposição a suas discordâncias, separações e desarmonias” (*Idem*, p. 125).

O conflito é um componente presente no conceito de unidade. Ele é responsável por convergências ou divergências nas interações sociais. Sendo “um tipo de resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes” (*Idem*, p.122).

Admitimos aqui que a política é uma categoria que engloba projetos societários, posturas, discursos, ideais, condutas, signos etc. Neste sentido, é característica da política um conflito incessante, interior e exterior aos grupos políticos.

O fascismo se perpetua no âmbito político a partir da negação do conflito. Mesmo que haja o reconhecimento deste, a inexistência de diálogo entre opositores incita o crescimento do fascismo enquanto tendência (PAXTON, 2018).

A eliminação do outro, no sentido literal, pode ser exemplificada pelos casos de violência no Brasil vinculados ao processo eleitoral de 2018, o que denotou um estágio mais avançado do fascismo. Uma relação pode ser

destacada: a construção da sociedade brasileira sob o patriarcado, o colonialismo, o racismo e, representação da Casa-Grande e Senzala⁶ com o discurso de ódio. Tal relação teve uma conexão causal com o aumento de denúncias de crime de ódio, como podemos constar a partir de um levantamento realizado pela ONG *SaferNet*, divulgado pela *BBC News Brasil*:

[...] durante os 21 dias que separaram as duas votações, as denúncias com teor de xenofobia cresceram 2.369,5%, de apologia e incitação a crimes contra a vida, 630,52%, de neonazismo, 548,4%, de homofobia, 350,2%, de racismo, 218,2%, e de intolerância religiosa, 145,13%. O número total de denúncias mais que dobrou em relação ao pleito de 2014: passou de 14.653 para 39.316 neste ano.⁷

O avanço de uma agenda conservadora foi, portanto, um vetor catalisador de uma subida de patamar do fascismo no Brasil enquanto tendência, angariando características intrínsecas à construção da sociedade brasileira e, propagando-se através de disputas, discursos e condutas que tinham o ódio como agente impulsionador na resolução de forma violenta de conflitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Fascismo, em sua essência, é a primazia do individual sobre o coletivo. Ignora e busca eliminar, portanto, as subjetividades e particularidades de indivíduos e grupos distintos em prol de uma suposta “saúde moral” e dos bons costumes.

Na divergência, o meio fascista para resolução do conflito é a eliminação do outro e, portanto, a eliminação do próprio conflito. É a padronização do eu, sendo que este sujeito, por meio da paranoia que passa a não aceitar diferenças, ataca seus diferentes incessantemente como forma de eliminá-lo, pois é visto como um inimigo alimentado por um líder messiânico. Precisamos entender essas características para desenvolver meios próprios das sociedades

6 Cf. FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

7 MESQUITA, L. Denúncias de discurso de ódio *online* dispararam no 2º turno das eleições, diz ONG. BBC BRASIL. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46146756>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

democráticas caracterizadas pela atuação de diversos atores, grupos, movimentos de distintas ideologias e posicionamentos políticos. O conflito é o elemento responsável pelo diálogo e superação das divergências coletivas na sociedade. Por outro lado, a negação do conflito (característica típica de Estados Totalitários) pressupõe a eliminação do “diferente”, o que culmina em situações violentas.

Na atual conjuntura brasileira, algumas questões merecem destaque: a frustração da direita na tentativa de legitimar ações e política conservadoras; os impasses dos governos de coalização; as crises da democracia representativa; a ineficiência do poder público em relação a tentativa de resolver e dar respostas às expressões da questão sociais; no conservadorismo, racismo, machismo, patriarcado enraizado. Então, o fascismo, com soluções prontas, ilusórias, retrocedentes e extremamente radicais, encontrou espaço de subir de patamar, ou seja, para evoluir.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. O presidencialismo de coalizão. Dados. **Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 1, p. 5-33, 1988.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Coleção Estado de sítio. Tradução: Iraci D. Poleti. 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Tradução: Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Meios sem fim**: notas sobre a política. Tradução: Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro, 2006.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expressão do nacionalismo**. Estudo Introdutório por Diogo Ramado Curto & Nuno Domingos & Miguel Bandeira Jerónimo. Trad. Catarina Mira. Lisboa. Edições 70, 2012.

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda**. São Paulo: UNESP, 2001.

DAVIS, **Angela. Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAUSTO, R. **O Ciclo do totalitarismo**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, Luís Augusto. (ciências sociais hoje, nº 2). ANPOCS, 1983.

HOBBSBAWN, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KONDER, L. **Introdução ao Fascismo**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

LOWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, pp. 652-664, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400652&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 ago. 2018.

MAFFESOLI, M. **Dinâmica da violência**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1987.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, pp. 15-38, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 ago. 2018.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

PAXTON, R. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

ROLLEMBERG, D. Revoluções de direita na Europa do entre-guerras: o fascismo e o nazismo. **Estud. hist.** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, pp. 355-378 ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321862017000200355&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 ago. 2018.

SALGADO, P. A **“Virtú” de Machiavel**. In: O Príncipe. Despertemos a Nação! Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

SILVA, G. J. Conceituações teóricas: esquerda e direita. **Humanidades em diálogo**, São Paulo, v. 6, pp. 149-162, nov. 2014. ISSN 1982-7547. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106265>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SIMMEL, G. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SOLANO, E.; ORTELLADO, P.; MORETTO, M. 2016: o ano da polarização? **Friedrich Ebert Stiftung Brasil – Análise**, n. 22, 2017. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13249.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

VARGO, J., GUO, L. “Networks, Big Data, and Intermedia Agenda Setting: An Analysis of Traditional, Partisan, and Emerging Online U.S. News.” *Journalism & Mass Communication Quarterly*, vol. 94, n. 4, Dec. 2017, pp. 1031–1055.

VONBUN, R, *et al.* Intermedia Agenda-Setting in a Multimedia News Environment. **Journalism**, vol. 17, n. 8, nov. 2016, pp. 1054–1073.

TIBURI, M. **Como conversar com um fascista?** Rio de Janeiro: Record, 2015.

Submetido em: 06 de março de 2019

Aprovado em: 02 de abril de 2019

PROCESSO DE COMPRAS NO SETOR PÚBLICO: FATORES PREPONDERANTES PARA O ALCANCE DA CELERIDADE DOS PREGÕES NO ÂMBITO DA EMATER-RN

Wadme Inácio Bezerra¹
Thiago Ferreira Dias²
Richard Medeiros de Araújo³

Resumo: A Administração Pública exerce sua atividade sempre com os olhos voltados para o interesse público. Para atender os interesses da sociedade, ela precisa valer-se de serviços e bens fornecidos por terceiros, razão pela qual é obrigada a firmar contratos. A modalidade licitatória denominada pregão se apresenta como uma importante ferramenta para tornar mais ágeis e eficientes os procedimentos licitatórios. Este artigo propõe-se a tratar sobre fatores preponderantes para o alcance da celeridade dos Pregões realizados na EMATER-RN no ano de 2016. A pesquisa é do tipo descritiva, uma vez que identifica e analisa os fatores que influenciaram nos prazos das compras, por meio da observação direta. As análises demonstraram que o tempo gasto na fase preparatória do processo de compras é bastante elevado e que falhas operacionais interferem diretamente na celeridade do processo, assim como falta de padronização da rotina processual, o que potencializa o problema. Observou-se, ainda, que a utilização do pregão na forma eletrônica não tem proporcionado uma maior agilidade nas contratações na EMATER.

Palavras-chave: Administração Pública; Licitação; Pregão; Celeridade.

PROCUREMENT PROCESS IN THE PUBLIC SECTOR: PREVAILING FACTORS FOR REACHING THE TIMELINESS OF THE MARKETS IN THE CONTEXT OF EMATER-RN

Abstract: The Public Administration always acts as the eyes focused on the public interest. In order to serve the interests of society, it needs to use services and goods supplied by third parties, which is why it is obliged to sign contracts. The bidding modality called the auction is an important tool to make bidding procedures more agile and efficient. This article proposes to deal with prevailing factors to reach the speed of the pre-announcements made in EMATER-RN in the year 2016. The research is descriptive, since it identifies and analyses the factors that influenced the terms of the purchases, for through direct observation. The analyzes showed that the time spent in the preparatory phase of the procurement process is quite high and that operational failures directly interfere with the speed of the process, as well as lack of standardization of the routine process, which potentiates the problem. It was also observed that the use of the trading floor in electronic form has not provided greater agility in contracting in EMATER.

Keywords: Public Administration; Bidding; Trading; Celerity.

¹ EMATER-RN

² PPGP/UFRN, PPGA/UFPB

³ PPGP/UFRN, UNIFACEX

1. INTRODUÇÃO

A Administração Pública exerce sua atividade com os olhos voltados para o interesse público. Nesse sentido, para atender os interesses da sociedade, ela precisa valer-se de serviços e bens fornecidos por terceiros, razão pela qual é obrigada a firmar contratos.

A Constituição Federal de 1988, em seu inciso XXI do artigo 37, determina que obras, serviços, compras e alienações devem ser contratadas mediante processo de licitação pública que assegure a igualdade de condições a todos os participantes. Percebe-se, portanto, que o objetivo do dispositivo constitucional é delimitar a discricionariedade da Administração Pública, definindo como regra obrigatória a licitação antecedendo às contratações administrativas (FILHO, 2010).

Tal dispositivo constitucional foi regulamentado pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública), e alterações. Esses normativos disciplinam o assunto licitações e contratos administrativos de forma conjunta com outras posteriormente fixadas. Destaca-se, ainda, que essas normas gerais se aplicam, sem distinção, às licitações e contratos da União, estados, Distrito Federal e municípios, bem como de seus entes autárquicos, fundacionais e empresariais.

A licitação é, portanto, um procedimento administrativo formal e tem como objetivo maior garantir a moralidade dos atos administrativos, proporcionando uma avença, seja de aquisição de bens ou contratação de serviços, da forma mais vantajosa para o Poder Público, dentro dos princípios constitucionais previstos no Art. 37, CF 1988.

Com o advento da Emenda Constitucional nº 19/1998 foi incorporado aos princípios da Administração Pública o princípio da eficiência. Tal princípio exige do Estado celeridade, efetividade e eficiência na administração dos recursos públicos. Nesse contexto, as compras no setor público apresentam sinais de morosidade, pouca economicidade, eficiência e eficácia.

Nesse cenário, a celeridade é um dos princípios específicos da licitação, o qual deve ser perseguido a todo o momento pelos órgãos da administração pública. Segundo Bonfim (2008), por esse princípio, a administração deve garantir que o processo busque a construção do objetivo final no menor intervalo de tempo possível.

Para Silva e Rocha (2006), a demora no processo está associada a dois fatores, como: a falta de um sistema informatizado de compras, que permita a racionalização e a uniformização das rotinas da fase interna do processo, e o excesso de formalismo e de uniformidades dos procedimentos legais que deveriam ser seguidos de forma rigorosa pelos operadores de compras públicas.

Nesse diapasão, a modalidade licitatória denominada pregão se apresenta como uma importante ferramenta para tornar mais ágeis e eficientes os procedimentos licitatórios em hipóteses determinadas e específicas previstas pelo ordenamento jurídico brasileiro. Cabendo a todos os órgãos da Administração a sua incorporação cuja exigência data de 2002, ou seja, mais de 14 anos em uso. No contexto do Governo Estadual do Rio Grande do Norte, tem-se uma estatal denominada de Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER-RN), vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE), originada do sistema de assistência técnica e extensão rural da extinta Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). A EMATER-RN é responsável pelo planejamento e execução dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado, voltados à agricultura, pecuária, agroindústria e atividades não agrícolas, como também atua na orientação, acompanhamento e avaliação dos projetos de crédito rural, preservação e recuperação do meio ambiente, capacitação técnica dos agricultores familiares. Para suas ações, realiza atos administrativos que geram licitações para aquisição de custeio e capital que viabilizem sua atividade finalística.

Este artigo se propõe a analisar os fatores preponderantes para o alcance da celeridade dos Pregões no âmbito da EMATER-RN, de forma a contribuir para consecução de suas ações institucionais.

2. A FUNÇÃO COMPRA NO SETOR PÚBLICO

No papel desempenhado pela função compras, ocorre uma parceria entre o comprador e o fornecedor na elaboração das especificações dos produtos. Antes, as especificações não faziam parte das preocupações da área de compras, que apenas as recebiam e, sem qualquer tipo de análise, iniciavam o processo aquisitivo (ALMEIDA, 2016).

Segundo Almeida (2016), para que não haja interrupção na prestação dos serviços, que dependam da aquisição de materiais ou outros serviços indiretos, é

fundamental o estabelecimento de um planejamento que seja capaz de organizar o processo de compras. Para isso, as organizações devem estabelecer um cronograma de realização de suas compras baseado em um histórico do tempo que se leva para realizar as licitações, bem como identificar as causas internas que podem ser superadas para a obtenção de uma maior velocidade processual.

As compras públicas devem obedecer aos requisitos de eficiência, eficácia e efetividade para alcançar os resultados almejados (MENEZES et al., 2007). Na Administração Pública, o gestor de compras deve agir de acordo com a lei. Segundo Silveira e Camargo (2006), devem seguir princípios legais constantes no art. 3º da Lei 8666/93, os quais são: princípio da economicidade, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a fim de assegurar confiabilidade.

De acordo com Motta (2010), a função compras no setor público é vista de forma não estratégica e burocrática. A prioridade é o estrito cumprimento da lei, com pouca atenção aos resultados, além disso, a atividade de aquisição é pouco valorizada, não atraindo novos quadros com facilidade. Em resumo, o principal objetivo da função de compras é: “comprar o material correto com qualidade, no tempo certo, na quantidade exata, da fonte certa, ao preço adequado.” (BAILY et al., 2008, p. 31).

Nessa direção, Baily et al. (2008) resumem a importância da variável “prazo” no processo de compras, ao afirmarem que a redução do tempo de espera entre o momento da requisição e da entrega, juntamente com um planejamento mais rigoroso, são instrumentos fundamentais para uma aquisição exitosa.

2.1. PREGÃO: VISÃO GERAL

O pregão constitui-se em outra modalidade licitatória, além daquelas previstas pela Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei Federal nº 8.666/93), que não acompanharam a moderna evolução tecnológica, tornando-se, muitas vezes, inapropriadas às exigências da Administração Gerencial. A lei que institui o Pregão é a Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, sendo uma modalidade de licitação aberta para todo o público, inclusive via internet, onde qualquer cidadão interessado pode acompanhar o processo licitatório em curso, os valores de cada

lance efetuado, o vencedor e até a duração da disputa. Isso aumenta a transparência e o controle social (PAMPLONA, 2013).

Vale considerar que a transparência faz com que o pregão atenda o disposto no conceito de licitação pública, que está descrito no art 3º da Lei nº 8.666/93, caput:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Segundo Dantas (2016), o pregão surgiu a fim de melhor se adequar ao atendimento das necessidades de celeridade, economicidade e facilidade na execução dos procedimentos licitatórios, alinhado com as facilidades da tecnologia da informação e a utilização da internet, tornando-se uma ferramenta de grande importância para que o gestor público tenha bons resultados na gestão do bem público. Ressalte-se que as normas da Lei nº 8.666/93 se aplicam de forma subsidiária ao pregão, ou seja, na falta de disposição expressa na Lei nº 10.520/02, deve-se usar a Lei nº 8.666/93.

Com o advento da Lei nº 10.520/02, o pregão passou a ser utilizado para os casos em que a perícia e os conhecimentos técnicos não sejam tão primordiais, ou seja, para aquisição de bens e serviços comuns (ALMEIDA, 2016). Segundo Marinela (2010), a nova modalidade foi instituída com o escopo de aperfeiçoar o regime de licitações, permitindo o incremento da competitividade e a ampliação das oportunidades de participação nas licitações, além de desburocratizar os procedimentos para a habilitação e o cumprimento da sequência de etapas do procedimento, contribuindo para a redução de despesas e concedendo uma maior agilidade nas aquisições.

Bittencourt (2002) leciona que o Pregão é uma nova modalidade de licitação que busca incrementar a competitividade e a agilidade nas contratações públicas. Uma forma clara e objetiva para denominação da modalidade de licitação que esta revolucionando e sendo utilizada como instrumento de reforma da legislação sobre licitações em nosso país.

De maneira geral, o pregão enquadra-se como uma ferramenta para tornar mais céleres e eficientes os procedimentos licitatórios. Com a possibilidade de

o licitante reduzir o valor da proposta durante a sessão, a inversão das fases de julgamento e a redução dos recursos a apenas um, que deve ser apresentado no final do certame, a aquisição de bens e serviços comuns pela Administração tornou-se ágil comparada às modalidades tradicionais de licitação.

Segundo Justen Filho (2014, p. 361), o Pregão tem duas características fundamentais, “a inversão das fases de habilitação e julgamento da proposta e a outra é a possibilidade de renovação de lances por todos ou alguns dos licitantes, até chegar-se à proposta mais vantajosa”, ou seja, possibilidade do licitante, reduzir sua proposta de preços no decorrer da sessão. Nas licitações tradicionais, regidas pela Lei nº. 8.666/93, o julgamento inicia-se pela análise dos envelopes contendo os documentos dos licitantes que os habilitam sob o aspecto jurídico, técnico e econômico financeiro, só depois, analisam-se as propostas, envelopes que contemplam a descrição do objeto e o preço ofertado.

Assim, a Administração é obrigada a verificar a documentação de todos os proponentes mesmo sabendo que apenas um deles será o vencedor do certame. Diferentemente, no pregão, visando à celeridade do procedimento, inverteram-se as fases, analisam-se as propostas de preços e, só depois, a habilitação da empresa vencedora do certame. Conforme explica Fernandes (2006, p. 489), “desse modo, com a inversão das fases de exame, a Administração Pública restringe o julgamento da habilitação, em tese, a uma habilitação: a do vencedor”. Com a inversão das fases, o procedimento licitatório ganha mais agilidade, tornando o procedimento simplificado e de fácil condução para o pregoeiro e sua equipe de apoio. Assim sendo, a Administração evita a perda desnecessária de tempo com a análise da documentação de todas as empresas participantes do certame licitatório, trazendo para licitação a tão almejada agilidade pregada pela Administração Gerencial.

A possibilidade do licitante reduzir sua proposta de preços no decorrer da sessão pública no momento adequado é outra característica essencial para caracterização da modalidade. Na forma do inciso VIII, art. 4º, da Lei 10.520/02, é permitido aos licitantes, no curso da sessão, reduzir o valor da proposta de preços, ofertando novos lances até que se proclame o vencedor. Enquanto nas modalidades tradicionais os licitantes possuem apenas uma oportunidade de ofertar seus preços, através da proposta escrita, na licitação mediante pregão existe a possibilidade dos licitantes diminuírem o valor inicialmente previsto em suas propostas, através de lances orais ou virtuais.

Além desta disputa que ocorre na fase de lances, há uma fase de negociação, na qual o pregoeiro negocia diretamente com o vencedor provisório do certame, na tentativa de obter melhores preços para a Administração. Assim, o pregão conta com redução significativa dos valores inicialmente propostos pelos licitantes, trazendo verdadeira economia aos cofres públicos. A etapa de lances proporciona ao pregão uma maior flexibilidade, possibilitando a redução de preços a um nível raramente alcançado pelas modalidades tradicionais da 8.666/93. Pode-se destacar ainda outra característica que distingue essa modalidade das demais que é redução das fases recursais a apenas uma, que deve ser interposta ao término do certame.

Nas licitações regidas pela Lei nº. 8.666/93 existem, no mínimo, duas fases recursais, dificultando as atividades administrativas e reduzindo a celeridade. No pregão, existe apenas uma fase recursal, que se dá ao término do certame, logo após o pregoeiro declarar o licitante vencedor. Cabe destacar, que os prazos para a interposição de recurso também diferem das demais modalidades de licitação. Assim, tem-se que no pregão a interposição de recurso só ocorre quando um licitante é declarado vencedor e o prazo para recepcionar o(s) recurso(s) é até três dias úteis. Já nas demais modalidades expressas na Lei 8.666/93, têm-se a fase de habilitação e a fase de julgamento das propostas, sendo que em cada fase o licitante tem até cinco dias úteis para interpor recurso.

Conforme leciona Fernandes (2006, p. 489), “no momento definido pelo pregoeiro, os licitantes são consultados do interesse de recorrer, hipótese em que devem declarar o interesse e motivá-lo”. Verificando a omissão do licitante em manifestar sua intenção recursal, importa a decadência do direito de recurso, uma aplicação do princípio que o direito não socorre aos que dormem “*dormientibus non succurrit jus*”.

2.2. FORMAS DE PREGÃO: PRESENCIAL E ELETRÔNICO

A modalidade de pregão realizado de forma presencial é aquela onde os agentes administrativos, licitantes e demais interessados comparecem fisicamente em data, hora e local, previamente determinados em edital, para a sessão de abertura de pregão onde serão realizados os procedimentos inerentes. Na prática, a sessão pública do pregão presencial tem início no local, data e horário determinados

em edital, quando os interessados ou representantes legais são credenciados, comprovando poderes para participação da fase de lances e negociações, o que lhes assegura, enfim, o direito de manifestação em nome da empresa proponente, durante a sessão. Ainda neste momento os licitantes apresentam declaração dando ciência de que cumprem com todos os requisitos para habilitação.

A forma presencial somente pode ser utilizada, caso o órgão público comprove não haver condições técnicas para a realização na forma eletrônica (aplica-se principalmente às pequenas prefeituras). Nessa forma, os licitantes apresentam suas propostas de preço por escrito em envelopes lacrados e por lances verbais, independentemente do valor estimado da contratação.

Na busca de maior agilidade no atendimento ao princípio constitucional da eficiência, o governo criou uma nova modalidade de licitação, denominada pregão eletrônico. Essa modalidade está causando conforto aos profissionais da área por verificarem sua eficiência.

Pondera-se que o Pregão Eletrônico é uma das formas de realização da modalidade licitatória de pregão, com procedimentos específicos, caracterizando-se pela ausência da “presença física” do pregoeiro e dos demais licitantes e determinado espaço físico, uma vez que toda interação é feita por meio de sistema eletrônico de comunicação pela internet. Comumente esta forma é encarada como de possível potencialização de agilidade aos processos licitatórios e minimização dos custos de realização do certame para a Administração Pública, além de propiciar aumento de competitividade entre fornecedores, de modo que pregão eletrônico está consolidado como principal forma de contratação do Governo Federal (FONSECA, 2013).

Esse tipo de pregão é regulamentado pelo Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, no âmbito federal, e do Decreto nº 20.103/2007, no âmbito do estado do Rio Grande do Norte, e seu uso visa à aquisição de bens e serviços comuns por meio da utilização de recursos de Tecnologia da Informação, ou seja, por meio de comunicação pela internet. O uso do Pregão Eletrônico proporciona impacto nas contratações governamentais, representado em grandes vantagens aos entes públicos, notadamente em virtude de suas características de celeridade,

desburocratização, economia, ampla divulgação e publicidade e eficiência na contratação. (FONSECA, 2013)

Há algumas exigências para o pregão eletrônico. Destacam-se algumas delas: o procedimento é conduzido pelo órgão; tem que ter o prévio credenciamento, perante o provedor da autoridade competente do órgão promotor da licitação; a divulgação do pregão tem que ser feita não só pelo aviso na imprensa, mas também, por meio eletrônico na internet; na sessão pública, os licitantes podem acompanhar pela internet e o próprio sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas, sendo que só estas participarão das fases de lances; dentre outras. (DINIZ, 2006)

3. METODOLOGIA

Neste estudo, realizou-se uma pesquisa descritiva e exploratória a partir de dados secundários (sítios eletrônicos e documentos oficiais), uma vez que foram observados, analisados e interpretados os fatores que influenciam ou variáveis que influenciam nos prazos de execução do sistema de compras na modalidade Pregão na EMATER-RN.

Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa documental porque levantou, junto aos processos licitatórios realizados por meio do pregão, uma série de documentos, como pedidos de aquisição, editais, pareceres jurídicos, entre outros, que ajudaram a identificar as etapas e o tempo necessário à conclusão de todas as suas fases e subfases. Em relação às delimitações do trabalho (GIL, 2007), no aspecto temporal, a pesquisa tratou de acompanhar os processos de compras realizados através da modalidade pregão no ano 2016, simplesmente por ser o ano com informações mais recentes e completas.

Quanto ao escopo, o universo da pesquisa consiste em um conjunto de 12 processos de compras de um total de 31 processos realizados no ano de 2016. A amostra foi definida pelo critério do tipo de objeto licitado, tendo sido considerados especialmente aqueles pregões realizados para fins de aquisição de bens. No tocante às amostras de pregões eletrônicos, todos se referiam à aquisição de bens. Já no caso dos pregões presenciais, três tinham como objeto a aquisição de bens e os outros três selecionados tratavam de serviços caracterizados como não continuado, ou seja, as vigências dos contratos oriundos destes pregões se

encerraram juntamente com o exercício financeiro da EMATER do ano 2016. Assim, entre os pregões realizados no ano de 2016, foram selecionados 12 processos.

A pesquisa apresentou uma abordagem quantitativa, visto que foi feito uso de instrumentos estatísticos como base do processo de apresentação dos dados, como tabelas e gráficos, no intuito de apontar quais fases foram mais representativas em relação ao tempo destinado a sua execução, ou seja, adotou-se a estatística descritiva. Os dados foram tratados também pela análise documental.

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme já foi expresso neste artigo, a contratação de bens e serviços pela Administração Pública constitui-se num processo complexo, composto por várias etapas (detecção da necessidade, elaboração do pedido, confecção do termo de referência, elaboração do edital, análise jurídica, divulgação da licitação, recebimento e análise das propostas, adjudicação, homologação), envolvendo diversas áreas (requisitante, compras, jurídico, contratos e financeiro), que devem atuar sempre em estrita observância aos preceitos legais, de forma a garantir, sobretudo, a publicidade dos atos administrativos, a igualdade de condições e o tratamento isonômico aos interessados em contratar com o poder público.

No âmbito deste estudo, privilegiou-se a análise dos fatores que influenciam na obtenção da celeridade das contratações efetuadas pela EMATER-RN, utilizando o pregão, seja na forma presencial ou eletrônica. Antes de realizar a apresentação e a análise dos dados, descrevem-se as principais fases e subfases do processo de compras identificadas no âmbito da EMATER RN, bem como os seus agentes responsáveis, conforme disposto no Quadro 1.

Quadro 1 - Descrição das fases e subfases e seus agentes responsáveis

FASES	SUBFASES		AGENTES
FASE INTERNA DO PREGÃO	1.1	Composição do Processo Administrativo (PA) – lapso temporal entre a abertura do PA e o envio ao setor de licitações.	Requisitantes, Comissão de Pesquisa de Preço e Setor
	1.2	Elaboração da minuta do edital – lapso temporal entre a elaboração do edital para envio à análise jurídica (COOJUR/PGE).	Membros do setor de Licitações.
	1.3	Análise jurídica do edital – lapso temporal entre o envio do PA ao setor jurídico e seu recebimento pelo setor de licitações.	Membros da área jurídica da COOJUR-EMATER/PGE.
	1.4	Correção do edital – lapso temporal entre o recebimento do PA pelo setor de Licitações e a publicação do edital.	Membros do setor de Licitações.
FASE EXTERNA DO PREGÃO	2.1	Abertura do pregão – lapso temporal entre a publicação do edital e a abertura do pregão.	Pregoeiro
	2.2	Adjudicação do objeto – lapso temporal entre a abertura do pregão e sua adjudicação.	Pregoeiro
	2.3	Homologação do certame – lapso temporal entre a adjudicação e a homologação.	Ordenador de despesas

Fonte: Autoria própria (2017).

Diante do quadro apresentado e de posse dos Processos Administrativos que contêm toda a documentação correspondente aos pregões selecionados, foi possível realizar a apresentação e a análise dos dados. Foram analisados os processos de licitação voltados para a aquisição de bens. Através da pesquisa em sistemas e documental, foram colhidos os dados referentes aos processos de licitação na modalidade pregão presencial e eletrônico realizados no ano de 2016. Conforme definido nos procedimentos metodológicos, esta pesquisa utilizou como amostra 12 (doze) pregões, sendo 06 (seis) eletrônicos e 06 (seis) presenciais, conforme descritos no Quadro 2.

Quadro 2 – Descrição dos pregões analisados⁴

Nº	Nº Processo Administrativo	Nº do Pregão	Descrição
1	83689/2015-7	PE001/2016-EMATER	Aquisição de Câmaras Frigoríficas para a CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO
2	5600/2016-3	PE002/2016-EMATER	Máquinas e Equipamentos para apicultura.
3	327167/2016-5	PE003/2016-EMATER	Aquisição de veículo, tipo caminhão-baú carga seca
4	342554/2016-6	PE004/2016-EMATER	Aquisição de Câmaras Frigoríficas para o CENTERN
5	342516/2016-1	PE006/2016-EMATER	Aquisição de Barracas Padronizadas
6	363551/2016-1	PE007/2016-EMATER	Aquisição de Freezer e Vitrine/Balcão
7	5617/2016-9	PP 005/2016-EMATER	Aquisição de Equipamentos para apoio nos serviços da Central de Comercialização
8	57342/2016-3	PP 006/2016-EMATER	Aquisição de Elevador tipo Plataforma
9	74714/2016-3	PP 022/2016-EMATER	Contratação de empresa especializada na confecção de adesivos plásticos para identificação de veículos oficiais
10	10003/2016-1	PP 023/2016-EMATER	Aquisição de gêneros alimentícios
11	8560/2016-8	PP 024/2016-EMATER	Contratação de empresa para o fornecimento de água mineral
12	293876/2016-6	PP 025/2016-EMATER	Contratação de empresa para prestar serviço especializado no ramo de hotelaria.

Fonte: Autoria própria (2017).

A partir da análise dos Processos Administrativos (PA), buscou-se identificar o número de dias necessários para execução das fases internas e externas dos pregões. De posse dessas primeiras informações, por meio da pesquisa documental, foi possível identificar o número de dias necessários para execução da fase interna dos pregões eletrônicos selecionados por meio da análise da execução das datas de início e fim das suas subfases, como pode ser visualizado na Tabela 1.

⁴As numerações dos pregões não refletem necessariamente as quantidades de pregões realizados. Conforme afirmado na metodologia, no ano de 2016 foram realizados 32 pregões, sendo 07 na forma eletrônica e 25 presenciais.

Tabela 1 – Tempo de realização dos pregões eletrônicos da EMATER-RN/2016 – Fase interna

PREGÃO	INÍCIO/ INSTRUÇÃO DO PA	DATA DE ENVIO À CPL	DATA DE ENVIO DO PA À COOJUR/PGE	DATA DE RETORNO DO PA À CPL	DATA DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL	DIAS
001/2016	06/05/2015	17/09/2015	07/10/2015	23/03/2016	30/05/2016	390
002/2016	12/01/2016	05/04/2016	29/04/2016	20/07/2016	02/08/2016	202
003/2016	29/07/2016	24/08/2016	19/09/2016	25/10/2016	09/11/2016	103
004/2016	18/08/2016	09/09/2016	13/09/2016	29/09/2016	07/10/2016	50
006/2016	18/08/2016	24/10/2016	10/11/2016	18/11/2016	29/11/2016	103
007/2016	14/09/2016	07/11/2016	10/11/2016	18/11/2016	29/11/2016	76
Númeromédio de dias						154
NúmeroMáximo de dias						390
NúmeroMínimo de dias						50
DesvioPadrão						126,57

Fonte: Autoria própria (2017).

Constata-se que a fase interna teve duração, em média, de aproximadamente 154 dias, número bem superior ao encontrado por Gonçalves (2012), que foi próximo de 75 dias. Entretanto, o pregão mais célere teve a fase interna do processo concluída em 50 dias, o que significa dizer que, em tese⁵, é possível reduzir praticamente em um terço o tempo médio gasto na preparação dos processos. No entanto, houve um processo (pregão n.º 001/2016-EMATER) que chegou a levar 390 dias para sua preparação.

Observou-se no estudo, que todos os pregões eletrônicos que levaram maior tempo de execução na fase interna, os dois primeiros da tabela e que compreendem aproximadamente 33% da amostra, foram aqueles que também tiveram que ser submetidos à análise jurídica pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), conforme previa a legislação em vigor. O tempo médio de dias compreendido entre o envio à PGE e o retorno à EMATER foi de aproximadamente 66 dias, número, inclusive, superior ao conferido em toda fase interna do pregão 004/2016. Para este fato, podem-se apontar dois fatores preponderantes que contribuíram com esta morosidade. Primeiro, o grande volume de processos que passa pela PGE para

⁵Há de reforçar que cada pregão possui sua própria história e que, portanto, não há como prever o que pode ocorrer durante a realização de todas as subfases de um processo em relação ao consumo de tempo.

análise, e o segundo fator são as falhas na instrução do processo, gerando, assim, a necessidade de diligência para esclarecer ou sanar vícios apontados durante a análise.

Outro fator observado no caso do pregão n.º 001/2016-EMATER foi o impasse na emissão da informação orçamentária, haja vista que a pesquisa de preço apontava uma necessidade de recurso a ser aportado para a aquisição do objeto bem maior do que o previsto no orçamento anual da EMATER RN. Assim, o processo passou 35 dias no setor financeiro até que fosse emitida a dotação orçamentária, que só ocorreu após o ordenador de despesa autorizar a complementação de recurso.

Ainda é interessante observar o valor alto do desvio padrão, o que significa dizer que o comportamento dos processos em relação ao seu tempo de realização é bastante diferente, ou seja, cada pregão possui um comportamento próprio, em virtude do tipo de item a ser adquirido, do número de fornecedores participantes, da dedicação de tempo dos agentes envolvidos no processo, além de outras questões⁶. Em relação à fase externa, foram apontados os dados da Tabela 2.

Tabela 2 – Tempo de realização dos pregões eletrônicos da EMATER/2016 – Fase externa

PREGÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL	DATA DE INÍCIO DE ABERTURA DO PREGÃO	DATA DE ADJUDICAÇÃO	DATA DA HOMOLOGAÇÃO	DIAS
001/2016	30/05/2016	09/06/2016	01/07/2016	05/07/2016	36
002/2016	02/08/2016	12/08/2016	01/09/2016	05/09/2016	35
003/2016	09/11/2016	23/11/2016	29/12/2016	18/01/2017	70
004/2016	07/10/2016	20/10/2016	31/10/2016	31/10/2016	24
006/2016	29/11/2016	09/12/2016	22/12/2016	22/12/2016	23
007/2016	29/11/2016	09/12/2016	20/12/2016	21/12/2016	22
Número Médio de dias					34,83
Número Máximo de dias					70
Número Mínimo de dias					22
Desvio Padrão					18,35

Fonte: Autoria própria (2017).

⁶ Por conta dessas razões, também não foi possível, na análise de dados, detalhar todos os fatos ocorridos em todas as etapas de cada um dos pregões selecionados, visto que talvez todas as informações nem estivessem disponíveis e, mesmo que estivessem, isso demandaria um tempo muito grande e tornaria a pesquisa muito extensa.

Em relação ao tempo médio dos pregões eletrônicos, observa-se que a fase externa durou em torno de 34 dias, prazo bem maior do que a média apresentada nos estudos realizados por Faria (2009), que girou em torno de 15 dias. No entanto, constata-se que houve pregão cuja fase externa foi realizada em até 22 dias, o que fica próximo a média apontada pelo estudo levantado por Silva e Rocha (2006), que foi de 20 dias.

Dessa forma, hipoteticamente, seria possível realizar um processo de compra eletrônico na EMATER RN em 72 dias, 50 dias da fase interna (pregão n° 004/2016-EMATER) e 22 dias da fase externa (pregão n° 007/2016-EMATER), o que representa menos da metade do tempo da média dos prazos dos processos, que ficou em torno de 189 dias. É interessante reforçar que esse tempo do processo teve como início o momento em que as requisições de compras, acompanhadas das justificativas para aquisição, do termo de referência e da pesquisa de mercado que consome muito tempo por conta do desinteresse dos fornecedores em cotarem preços de itens que ainda irão ser licitados. Haja vista que essa dificuldade mudará, após a emissão da Instrução Normativa do Ministério do Planejamento que dispõe do Painel de Preços Públicos, um banco de preços governamentais que devem ser usados nas composições dos preços de referência.

Nota-se, ainda, que houve um processo que durou 70 dias (pregão n° 003/2016-EMATER RN), o que não parece razoável, mesmo considerando que o desvio padrão ficou em torno de 18 dias. Mais uma vez, os dados mostram que realmente não há uma uniformidade no comportamento dos prazos de execução dos pregões. É importante ressaltar que, dos 06 pregões eletrônicos selecionados, apenas no pregão n° 003/2016-EMATER houve a interposição de recurso. Logo, de maneira geral, para a EMATER RN, o número de recursos interposto não foi uma das razões preponderantes para a falta de celeridade nessa fase, como identificaram Carneiro e Pereira (2005) em seus estudos. Contudo, observou-se que no caso do pregão n° 003/2016-EMATER a interposição de recurso acarretou num aumento do prazo para a conclusão do certame em 25 dias. Conforme análise do processo, este lapso temporal, extenso, foi devido à demora (morosidade) na análise do recurso (razões e contrarrazões) por parte das autoridades competentes.

No que tange aos pregões realizados na forma presencial, a partir da análise dos Processos Administrativos (PA), foi possível identificar o número de dias que se fizeram necessários para execução da fase interna dos pregões presenciais

selecionados por meio da análise da execução das datas de início e fim das suas etapas, como se apresenta na Tabela 3.

Constata-se que a fase interna teve duração, em média, de aproximadamente 138 dias, número bem superior ao encontrado por Gonçalves (2012), que foi próximo de 75 dias. Entretanto, o pregão mais célere teve a fase interna do processo concluída em 38 dias, o que significa dizer que é possível reduzir significativamente o tempo médio gasto na preparação dos processos. No entanto, houve um processo que chegou a levar 228 dias para sua preparação.

Tabela 3 – Tempo de realização dos pregões presenciais da EMATER-RN/2016 – Fase interna

PREGÃO	INÍCIO/ INSTRUÇÃO DO PA	DATA DE ENVIO À CPL	DATA DE ENVIO DO PA À COOJUR/PGE	DATA DE RETORNO DO PA À CPL	DATA DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL	DIAS
005/2016	12/01/2016	14/03/2016	15/03/2016	22/03/2016	28/04/2016	107
006/2016	21/03/2016	04/04/2016	04/04/2016	19/04/2016	28/04/2016	38
022/2016	12/04/2016	20/07/2016	22/07/2016	04/08/2016	05/08/2016	115
023/2016	19/01/2016	21/07/2016	22/07/2016	03/08/2016	03/09/2016	228
024/2016	15/01/2016	18/07/2016	19/07/2016	03/08/2016	20/08/2016	218
025/2016	22/06/2016	06/10/2016	10/10/2016	20/10/2016	21/10/2016	122
Númeromédio de dias						138
NúmeroMáximo de dias						228
NúmeroMínimo de dias						38
DesvioPadrão						72,45

Fonte: Autoria própria (2017).

Observou-se no estudo, que os pregões que levaram maior tempo de execução na fase interna, o quarto (pregão nº 023/2016-EMATER) e o quinto (pregão nº 024/2016-EMATER) da tabela e que compreendem aproximadamente 33% da amostra, o tempo necessário para a realização da pesquisa de preços foram de 66 e 95 dias respectivamente. Para este fato, podem-se apontar alguns fatores preponderantes que contribuíram com esta amorosidade.

No caso do nº 023/2016-EMATER, verificou-se que os preços obtidos durante a pesquisa para a aquisição de gêneros alimentícios estavam elevados, gerando, assim, uma demanda orçamentária superior ao previsto no orçamento anual da EMATER. Por causa deste impasse, o processo ficou parado 27 dias no setor financeiro para poder ser emitida a dotação orçamentária. Neste caso, a

solução encontrada foi a redução de itens a serem adquiridos. Com isso, foi necessário cortar 28 itens dos 138 itens previstos no início do processo.

Já no caso do pregão nº 024/2016-EMATER, que se tratava de aquisição de água mineral, o fator que influenciou na morosidade foi o fato de o levantamento de preços ter sido realizado nas dez regiões administrativas da EMATER, haja vista que a licitação foi realizada por lote e cada um correspondia a uma região administrativa. Neste caso, o intuito era obter preços de forma regionalizada, considerando que os preços do garrafão de água variam muito entre as regiões. Desta forma, foi possível obter um preço médio de referência para cada lote em disputa.

Ainda é interessante observar o valor alto do desvio padrão, o que significa dizer que o comportamento dos processos em relação ao seu tempo de realização é bastante diferente, ou seja, cada pregão possui um comportamento próprio, em virtude do tipo de item a ser adquirido, do planejamento elaborado para cada certame, bem como da dedicação de tempo dos agentes públicos envolvidos no processo. Em relação à fase externa, foram levantados os seguintes dados, dispostos na Tabela 4.

Tabela 4 – Tempo de realização dos pregões presenciais da EMATER/2016 – Fase externa

PREGÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL	DATA DE INÍCIO DE ABERTURA DO PREGÃO	DATA DE ADJUDICAÇÃO	DATA DA HOMOLOGAÇÃO	DIAS
005/2016	28/04/2016	10/05/2016	12/05/2016	13/05/2016	15
006/2016	28/04/2016	11/05/2016	12/05/2016	13/05/2016	15
022/2016	05/08/2016	19/08/2016	22/08/2016	23/08/2016	18
023/2016	03/09/2016	16/09/2016	09/10/2016	10/10/2016	37
024/2016	20/08/2016	30/08/2016	05/09/2016	06/09/2016	17
025/2016	21/10/2016	04/11/2016	13/11/2016	14/11/2016	24
Número Médio de dias					21
Número Máximo de dias					37
Número Mínimo de dias					15
Desvio Padrão					8,51

Fonte: Autoria própria (2017).

Em relação ao tempo médio dos pregões presenciais, pondera-se que a fase externa durou em torno de 21 dias, prazo próximo à média apontada pelo estudo

levantado por Silva e Rocha (2006), que foi de 20 dias para pregões eletrônicos, porém, abaixo da média obtida no estudo realizado por Moraes e Slomski (2006), que foi de 23 dias, tanto para pregão eletrônico quanto para pregão presencial. Contudo, cabe destacar que houve quatro pregões em que a fase externa durou menos de 20 dias, o que representa 66,6% das amostras analisadas.

Dessa forma, hipoteticamente, seria possível realizar um processo presencial na EMATER RN em 52 dias: 37 dias da fase interna (pregão n° 006/2016-EMATER) e 15 dias da fase externa (pregões n° 005 e 006/2016-EMATER), o que representa cerca de um terço do tempo da média dos prazos dos processos, que ficou em torno de 159 dias. Contudo, é importante frisar que o tempo de execução da fase interna vai depender da especificidade do objeto.

Nota-se, ainda, que houve um processo que durou 37 dias (pregão n° 023/2016-EMATER), o que não parece razoável, mesmo considerando o desvio padrão. Neste caso observou que os preços ofertados no ato pregão estavam superiores à pesquisa de mercado realizada na fase de instrução do certame. Com isso, embora tenha tido um licitante vencedor, a autoridade competente optou por aguardar um tempo para realizar a homologação até encontrar uma solução para o impasse.

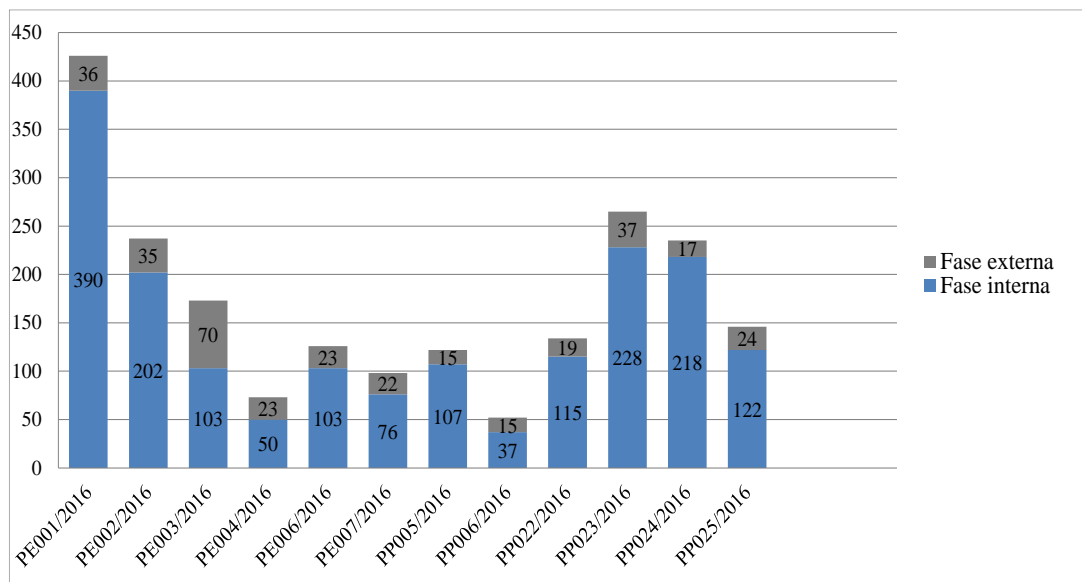
Face ao exposto, a solução encontrada pela administração foi à redução no ato da contratação das quantidades de produtos previstos para cada item. Assim a licitação foi adjudicada e homologada com o valor da melhor proposta apresentada no ato do pregão, contudo, a administração, não tendo como aportar mais recursos para a contratação integral dos itens, optou por celebrar o contrato conforme disponibilidade orçamentária. Mais uma vez, os dados mostram que não há uma uniformidade no comportamento dos prazos de execução dos pregões.

É importante destacar que em nenhum dos 06 pregões presenciais selecionados houve a interposição de recurso. Logo, para a EMATER RN, o recurso não pode ser atribuído com fator preponderante para a falta de celeridade nessa fase, como identificaram Carneiro e Pereira (2005) em seus estudos. Em síntese, a Figura 1 demonstra que houve pregão que teve a duração total de 52 dias, considerando ambas as fases, enquanto que o certame mais demorado consumiu 426 dias para a sua completa execução.

Em relação ao tempo médio, constata-se que os pregões realizados pela EMATER RN duraram aproximadamente 174 dias para serem concluídos,

permitindo confirmar que os processos carecem de celeridade, já que esse prazo ficou cerca de 49,43% superior ao prazo dos processos da Fiocruz-BA, como constatou Gonçalves (2012), e 44,25% superior ao prazo dos processos da FUB, como certificaram-se Silva e Rocha (2006).

Figura 1 – Prazo, em dias, de realização dos pregões da EMATER em 2016.



Fonte: Autoria própria (2017).

Vale ressaltar que, mesmo menores que os prazos da EMATER RN, esses autores consideraram morosos os processos de compras por meio do pregão, realizados pelas organizações pesquisadas, o que ratifica o entendimento de que falta celeridade aos pregões investigados. Ainda, diante dos dados apresentados nas tabelas 1, 2, 3 e 4, é possível elaborar a Tabela 5, que permite uma visualização dos prazos médios de cada uma das subfases definidas preliminarmente.

Tabela 5 – Prazo, em dias, de realização das Subfases dos pregões da EMATER/2016.

Pregão	Subfase 1.1	Subfase 1.2	Subfase 1.3	Subfase 1.4	Subfase 2.1	Subfase 2.2	Subfase 2.3	Total
PE001/2016	134	20	168	68	10	12	4	426
PE002/2016	84	24	81	13	10	20	5	237
PE003/2016	26	26	37	15	14	36	20	173
PE004/2016	22	4	16	8	13	11	0	74
PE006/2016	67	17	8	11	10	13	0	126
PE007/2016	54	3	8	11	10	11	1	98
PP005/2016	62	1	8	37	13	1	1	122
PP006/2016	14	0	15	9	12	2	1	52
PP022/2016	99	2	13	1	15	3	1	134
PP023/2016	184	1	12	30	13	23	1	265
PP024/2016	185	1	15	17	10	6	1	235
PP025/2016	106	4	10	1	14	9	1	146
Média Geral	86,42	8,58	32,58	18,42	12	12,25	3	174
Média PE	64,5	15,7	53	21	11,2	17,2	5	189
Média PP	108,3	1,5	12,2	15,8	12,8	7,3	1	159
Desvio Padrão Geral	58,09	10,02	47,41	18,82	1,91	10,05	5,56	103,37
Desvio Padrão PE	41,5	9,9	62,7	23,1	1,8	9,8	7,6	129,8
Desvio Padrão PP	67,4	1,4	2,8	15,1	1,7	8,2	0	78,3

Fonte: Autoria própria (2017).

A análise da Tabela 5 revela uma variação no número total de dias necessários para a realização dos pregões na EMATER RN, com o mínimo de 52 dias e o máximo de 426 dias, uma variação de mais de 800%. Por outro lado, hipoteticamente, seria possível realizar o certame em até 34 dias, se considerar a somatória dos prazos mínimos obtidos em cada uma das subfases. Nota-se que as subfases 1.1 (composição do PA), 1.3 (análise jurídica) e 1.4 (correção e publicação do edital) apresentaram um desvio padrão elevado, o que significa dizer que nelas ocorrem as maiores dispersões em relação ao tempo de execução. Ou seja, o tempo de execução dessas subfases não segue um padrão e, não por coincidência, foram elas que mais consumiram tempo, em média, para a conclusão do certame. Verifica-se, portanto, que das três subfases que provocaram um maior consumo de tempo para a sua realização, as subfases 1.1, 1.3 e 1.4 pertencem à fase interna do pregão.

Quanto à composição do processo de compras, subfase 1.1, observou-se que não são raros os processos de compras que chegam à Comissão de Licitação, com termo de referência descrito de forma errada ou incompleta dos itens, erros de padronização de itens, falta de assinaturas, além de outros equívocos, conforme se observou nos despachos exarados nos processos, por meio da observação direta. E essas falhas acontecem em virtude da falta de conhecimento e experiência dos requisitantes, bem como pela falta de um termo de referência padrão, bem como pela ausência de manual de instrução processual no contexto dos pregões.

Esses tipos de erros podem ser chamados de falhas operacionais, as quais interferem diretamente na celeridade do processo e na falta de uma maior integração entre os setores, o que potencializa o problema. Nessa perspectiva, Castro (2014) concluiu que o tempo destinado à elaboração correta das especificações e da pesquisa de mercado contribuiu para a demora nos processos de compras da Universidade Federal de Minas Gerais. A dificuldade na elaboração das especificações corretas e padronizadas de forma constante provoca um retrabalho e um grande consumo de tempo. Contudo, reforça-se que o problema poderia ser solucionado de forma mais rápida se houvesse uma maior integração entre os personagens envolvidos. Assim, constata-se que as falhas operacionais e a falta de integração entre setores de licitação e requisitantes acabam por interferir na celeridade da execução da subfase 1.1 (composição do PA) no universo da pesquisa.

Cabe frisar que o excesso e a rigidez das normas também se apresentam como um fator que provoca a demora na análise dos editais e na emissão do parecer efetuado pelo setor jurídico. Logo, é possível concluir que o excesso e rigidez das normas são fatores que afetam diretamente a celeridade das subfases 1.2 (elaboração da minuta do edital), 1.3 (análise jurídica) e 2.2 (adjudicação do objeto).

Segundo os dados apresentados e com base nas informações levantadas na literatura especializada, fica demonstrado que as compras na EMATER RN não são céleres e que, ao se comparar as médias dos tempos da fase externa com os demais estudos já realizados, conclui-se que a fase externa apresenta uma grande distorção, com média de, aproximadamente, 33 dias para a sua realização no caso dos pregões eletrônicos e 21 dias, em média nos pregões presenciais, contra 15 dias, em média, na maior parte das instituições pesquisadas.

A razão observada que determina a falta de celeridade na fase externa dos processos realizados na forma eletrônica é o fato de que as etapas que consistem na declaração de vencedor e adjudicação só serem realizadas após o recebimento dos documentos (proposta e de habilitação) em vias originais ou cópias autenticadas. O tempo consumido para concluir tais etapas é influenciado diretamente pelo fator distância, ou seja, a localização da sede da licitante é preponderante na celeridade do envio dos documentos e conseqüentemente na conclusão do certame. Ressalta-se que esta prática, que se configura excesso de formalismo, só ocorre porque os órgãos de controle exigem que os documentos (original ou cópia autenticada) sejam anexados nos autos do processo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da observação direta dos Processos Administrativos de Compras (PA), foi possível identificar e analisar as datas em que as subfases foram iniciadas e concluídas, possibilitando a confecção de tabelas que discriminaram os dias que foram necessários para a conclusão dos 12 processos selecionados como amostra. Assim, foi possível descobrir, que as subfases 1.1, 1.3 e 1.4 são as que mais consomem o tempo destinado à execução dos processos de compras. A fase interna do procedimento necessita de melhorias, especialmente no tocante à fase de elaboração da especificação do objeto. Isso decorre desde o não acompanhamento da gestão, despreparo dos desenhos dos termos de referências, além de uma possível sobrecarga no jurídico, por não considerar a definição de prioridades na emissão dos pareceres de matéria administrativa.

Os dados apresentados demonstram que as compras na EMATER RN não são céleres, ao se comparar as médias dos tempos da fase externa com os demais estudos já realizados. Conclui-se que a fase externa apresenta uma grande distorção, com média de, aproximadamente, 33 dias para a sua realização, no caso dos pregões eletrônicos e 21 dias, em média, nos pregões presenciais, contra 15 dias, em média, na maior parte das instituições pesquisadas. O atraso pode ocorrer pela necessidade de respeitar as orientações dos órgãos de controle, o que se mostra desnecessário, afinal se houvesse diálogo com o jurídico as manifestações técnicas poderiam ocorrer com as documentações enviadas eletronicamente e depois substituídas nos autos.

Por fim, conclui-se que, de maneira geral, com o advento do pregão, ocorreu uma maior celeridade dos processos de aquisições públicas, mas apenas em relação à fase externa dos processos, ao inverter o procedimento das modalidades licitatórias tradicionais de avaliação de propostas e verificação de documentos de habilitação. Contudo, o processo eletrônico de compras no âmbito da EMATER, que deveria ser mais ágil, demonstrou uma morosidade em virtude de diversos fatores, a qual distorce a lógica da celeridade que se espera nesta modalidade. A procura pela minimização, ou até mesmo a eliminação, dos fatores que prejudicam o alcance do princípio da celeridade deve ser buscada por parte do corpo administrativo da EMATER.

Como sugestões de pesquisas futuras, sugere-se uma pesquisa qualitativa com os atores governamentais para compreender melhor esses lapsos temporais e as implicações disso no âmbito da demanda gerada na inicial pelo órgão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alessandro Aníbal Martins de. Função compras no setor público: fatores preponderantes para o alcance da celeridade dos pregões eletrônicos da Base Aérea de Natal. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2016.

BAILY, P. et al. Compras: princípios e administração. São Paulo: Atlas, 2008.

BITTENCOURT, Sidney. Pregão passo a passo: uma nova modalidade de licitação. Rio de Janeiro: Temas & ideias, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21/06/1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 6 jul. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 10 de jan. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.520, de 17/07/2002. Legislação - Licitações – Pregão Presencial Eletrônico – Leis Complementares. 1 Ed. Curitiba: Negócios Públicos. 2008. 166 p.

CARNEIRO, R.; PEREIRA, A. V. Os Impactos e os limites da implantação do pregão como nova modalidade de licitação: uma abordagem a partir da experiência do Governo Mineiro. Belo Horizonte: ANPAD, 2005.

DANTAS, Luís Eduardo Fonseca. Pregão: instrumento de celeridade e eficácia nas contratações públicas. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 16 maio 2016. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.55914&seo=1>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

FARIA, E. R. de. Desempenho, risco e funcionalidade do pregão eletrônico no setor público. 2009. 87 f. Dissertação (Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Sistema de registro de preços e pregão presencial e eletrônico, 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

FONSECA, M. A. R.; PREGÃO ELETRÔNICO: uma análise de sua evolução histórico-legislativa e das inovações decorrentes do Decreto nº 5.450/2005. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/19827-19828-1-PB.pdf>> Acesso em: 13 fev. 2017.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, M. de S. Um estudo sobre os fatores determinantes dos prazos das compras e contratações públicas através de pregão eletrônico no âmbito da Fiocruz-BA. 2012. 76 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16 Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Brasília: DOU, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10520.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. 4ª Ed. Niterói: Editora Impetus, 2010.

MENEZES, R. A.; SILVA, R. B.; LINHARES, A. Leilões eletrônicos reversos multiatributo: uma abordagem de decisão multicritério aplicada às compras públicas brasileiras. RAC, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, pp. 11-33, 2007.

MORAES, R. O.; SLOMSKI, V. Pregão presencial e pregão eletrônico: instrumentos de agilidade e economicidade ao processo de Licitação Pública. São Paulo: ANPAG, 2006.

SILVA, E. de Q.; ROCHA, R. M. Compras Governamentais: uma análise das causas da morosidade dos processos de compras no âmbito da FUB. 2006. 54f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Gerencial) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

Submetido em: 20 de janeiro de 2018

Aceito em: 30 de junho de 2018

DETERMINANTES DO USO DO HEDGE ACCOUNTING NO GERENCIAMENTO DE RISCOS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO BRASIL

Wuilmair da Silva Ferreira¹

Raimundo Nonato Lima Filho²

Resumo: Este trabalho analisa o efeito do uso e evolução da divulgação do *hedge accounting* em relação ao gerenciamento de riscos pelas instituições financeiras no Brasil à luz das normas internacionais de contabilidade. Foram analisadas as demonstrações financeiras de 25 bancos listados na Bolsa de Valores de São Paulo no período de 2008 a 2016. Este estudo exploratório com abordagem quantitativa teve como objetivo aferir se as empresas analisadas utilizaram o *hedge accounting* para gerenciamento de riscos. Para tal, tendo por base um modelo de regressão *logit* com dados empilhados. Os resultados demonstram uma relação positiva e estatisticamente significativa entre o endividamento de longo prazo e a aplicação do *hedge accounting*. O tamanho das instituições financeiras analisadas também tem influência na divulgação de *hedge accounting*. Os resultados demonstram ainda que o número de instituições financeiras que utilizam e divulgam o *hedge accounting* vêm evoluindo no período analisado, apontando que tais empresas visam, com a evidenciação de instrumentos financeiros, maior proteção para seus resultados com a melhor evidenciação do gerenciamento de riscos para os *stakeholders*. O presente estudo contribui para o melhor conhecimento acerca do *disclosure* de instrumentos financeiros e seus fatores determinantes a partir da convergência das normas internacionais de contabilidade pelo Brasil. Conclui-se, portanto, que os resultados demonstram que as instituições financeiras analisadas tendem a gerenciar os riscos econômicos dos instrumentos financeiros ao longo dos anos, visando proteger seus fluxos de caixas futuros e mitigando as possíveis oscilações de mercado financeiro.

Palavras-chave: *Hedge Accounting*. IFRS 9. IAS 39. Instrumentos Financeiros.

Abstract: This paper analyzes the effect of the use and evolution of the disclosure of hedge accounting in relation to risk management by financial institutions in Brazil in light of international accounting standards. We analyzed the financial statements of 25 banks listed on the São Paulo Stock Exchange between 2008 and 2016. This exploratory study with a quantitative approach aimed to assess whether companies analyzed used hedge accounting for risk management. For this, based on a logit regression model with stacked data. The results demonstrate a positive and statistically significant relationship between long-term debt and hedge accounting. The size of the financial institutions analyzed also influences the disclosure of hedge accounting. The results also show that the number of financial institutions that use and disclose hedge accounting has been evolving over the analyzed period, pointing out that such companies seek, with the disclosure of financial instruments, greater protection for their results with the best evidence of risk management for the stakeholders. The present study contributes to the better knowledge about the disclosure of financial instruments and their determining factors, based on the convergence of international accounting standards in Brazil. It is concluded, therefore, that the results show that the analyzed financial institutions tend to manage the economic risks of the financial instruments over the years, in order to protect their future cash flows and mitigate the possible financial market oscillations.

Keywords: *Hedge Accounting*. IFRS 9. IAS 39. Financial Instruments.

¹ Sem informação.

² Doutor em Administração (UFBA), Doutor em Controladoria e Contabilidade (USP)

1 - INTRODUÇÃO

A inexistência de normas de contabilidade válidas para todos os países pode conduzir a resultados conflitantes em relação a recursos e redução de barreiras entre as nações, não permitindo que as transações semelhantes tenham impactos idênticos, tanto em contas patrimoniais quanto de resultado, independente dos países onde estejam localizadas as empresas (SANTOS; CIA; CIA, 2011, ALMEIDA, 2016). O processo de convergência das normas internacionais de contabilidade com a adoção das *International Financial Reporting Standards-IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board-IASB*, é uma realidade vivenciada por cerca de 120 países, inclusive o Brasil (IFRS 9, 2016).

Embora um conjunto variado de IFRS tenha sido objeto de aceitação e utilização por diversos países a nível mundial, usuários e preparadores das demonstrações contábeis criticaram a *International Accounting Standards IAS 39* sobre Instrumentos Financeiros, tendo em vista a dificuldade de seu entendimento, interpretação e aplicação prática, bem como por não terem sua demanda atendida para que tal norma contábil fosse baseada em princípios e não em regras complexas (PEIXOTO; MALAQUIAS, 2012). Comentários atribuídos a crise financeira de 2007-2008 devido a falência do banco estadunidense Lehman Brothers, os órgãos FASB (*Financial Accounting Standards Board*) e IASB revisaram a norma IAS 39 e emitiram a IFRS 9 (SAYED *et al.*, 2013) na pretensão de maior segurança entre as transações financeiras.

A adoção da norma contábil internacional IFRS 9 sobre os instrumentos financeiros, representa um marco na melhoria das informações contábeis destas operações, aumentando a comparabilidade dos valores divulgados entre os vários países, com intuito de maximizar a relevância dessas informações contábeis e atrair potenciais investidores internacionais (SAYED *et al.*, 2013).

A IFRS 9 contempla as seguintes fases propostas pelo IASB: (i) classificação de ativos financeiros, (ii) *impairment*; e a (iii) sobre *hedge accounting*, visando reduzir a complexidade das normas internacionais que tratam de instrumentos financeiros (SAYED *et al.*, 2013).

Atualmente, no Brasil, quatro normas do IASB regulam a apresentação, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos instrumentos financeiros,

respectivamente, a saber: (1) IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação. (2) IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; e (3) IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações (PEIXOTO; MALAQUIAS, 2012; CARVALHO *et al.*, 2015). Adicionalmente, a IFRS 9 a partir 1º Janeiro de 2018, complementa a contabilização das etapas.

A dificuldade da norma IAS 39, levando em consideração consecutivas alterações de emissão da norma IFRS 9, em relação a sua adoção e especificamente sobre *hedge accounting* (HA), (contabilidade de proteção em relação ao instrumento de objeto de HA) a norma foi revogada. Tal fato se sustenta na data de aplicação, anteriormente prevista a partir de janeiro de 2015 (o projeto anterior previa a partir de janeiro de 2013 para vigorar). Após uma série de alterações, em 2014, a versão atualizada da IFRS 9 foi emitida, com a adoção obrigatória pelas empresas de capital aberto a partir de 1º de janeiro de 2018, porém a adoção antecipada é permitida com exigências de endossos locais (ALMEIDA, 2016).

No âmbito das instituições financeiras, o Conselho Monetário Nacional (CMN), através da Resolução nº 3786, de 24/09/09, determina que todas as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituídas sob a forma de Sociedades por Ações (S/A) ou aquelas que possuem um comitê de auditoria ficam obrigadas a manter escrituração mercantis consolidadas de acordo com as IFRS, aderindo aos pronunciamentos emitidos pelo IASB.

Pelo exposto, esse estudo busca responder o seguinte questionamento: fatores determinantes a partir da convergência das normas internacionais de contabilidade pelo Brasil como a IFRS 9 *hedge accounting* afeta as demonstrações contábeis dos bancos brasileiros com relação a gestão de riscos econômicos? O objetivo deste estudo é verificar como o *hedge accounting* afeta as atividades de gerenciamento de riscos econômicos de instituições financeiras, especificamente neste estudo, os bancos que possuem instrumentos financeiros.

A análise de conteúdo das informações contábeis sobre instrumentos financeiros pode contribuir para o melhor entendimento da influência do *hedge accounting* sobre gerenciamento de riscos econômicos no contexto das instituições financeiras com ações em bolsa do Brasil. Além do mais, o estudo é relevante

economicamente tendo em vista que os resultados apresentados podem permitir a obtenção de mais estratégias de cobertura utilizadas no gerenciamento de risco na busca para qualificar-se para a contabilidade de *hedge* no novo modelo (ALMEIDA, 2016).

Além dessa introdução, o presente estudo apresenta a segunda seção que é destinada à revisão da literatura que discute sobre a informação contábil e instrumentos financeiros derivativos. A terceira seção que é destinada à metodologia utilizada contendo a população, amostra e métodos de coleta de dados. A quarta seção descreve os resultados obtidos no estudo e por fim, na quinta seção, apresenta-se os principais achados, as suas limitações, bem como as propostas para pesquisas futuras.

2 –REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Características da Informação Contábil

É um desafio quebrar paradigmas, independentemente se, de um lado, está o convencional, o raciocínio linear, em que o mercado se encontra adequado e, do outro, a criatividade, o aperfeiçoamento, a revolução de comportamento, o notável "pensar fora da caixa" (BALL; BROWN, 1968, BEAVER, 1968). Partindo de tal premissa, no final da década de 60, pesquisadores como Ball e Brown (1968) e Beaver (1968) buscaram uma nova perspectiva com relação à pesquisa contábil, apresentada como a abordagem da informação (*information approach*). Pesquisas contábeis a partir dessa nova perspectiva vêm sendo desenvolvidas dispendo do mercado de capital por meio de relatórios financeiros divulgados para auferir a qualidade da informação contábil (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010).

Utilizando-se da teoria positiva da contabilidade, essas pesquisas fazem uso de modelos estatísticos que visam mensurar, por meio de abordagem da qualidade informação contábil, a relação entre variáveis contábeis e de mercado (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010). Watts e Zimmerman (1990) sistematizaram a pesquisa positiva contábil e confirmaram que o objetivo da teoria contábil é esclarecer e ter capacidade preditiva na prática contábil, evidenciando os fundamentos para as práticas observáveis e preditivas no sentido de prevenir fenômenos contábeis não observados, sendo tais previsões testadas.

Segundo Horngren (1957), os variados usuários da contabilidade necessitam de informações nas quais subsidiem as diferentes demandas específicas. Todavia, acatar cada demanda ocasionaria alto custo e seguindo aos preceitos do CPC 00 que orientam e recomendam que a elaboração e divulgação de tais informações possam atingir, de forma geral, o maior nível de usuários dessas informações.

E, segundo a IFRS 9, as normas internacionais de contabilidade, visam maior comparabilidade em relação a evidenciação de instrumentos financeiros com objetivo de que as entidades possam fornecer divulgações em seus relatórios financeiros que habilitem seus usuários (internos e externos) a avaliar as informações divulgadas pela entidade com intuito de proporcionar maior exposição das operações e, conseguinte, de exigências que envolvam *disclosure*, mas, também, a perceptividade de seus usuários em relação às informações ali apresentadas.

Segundo Potin, Bortolon e Sarlo Neto (2016), para se tornar relevante a informação contábil deve alterar a decisão do usuário. Malaquias e Lemes (2013) ressaltam que somente informações confiáveis, relevantes e tempestivas de maneira que subsidiem a tomada de decisões podem ser utilizadas. Com relação à relevância da informação, destacam Malaquias e Lemes (2013), no que concerne à informação contábil, que é necessário ter capacidade preditiva dos fluxos de caixa futuros.

Logo, ao avaliar as demonstrações financeiras para o auxílio de seus usuários com intuito de prever os fluxos de caixa das entidades, a relevância da informação contábil está diretamente relacionada nos preceitos de qualidade na informatividade dos lucros (JENSEN; MECKLING, 1976, KLANN; BEUREN, 2011, MALAQUIAS; LEMES, 2013, BONFIM *et al.*, 2017).

2.2 Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting*

No Brasil, com o movimento de compatibilização em relação às normas internacionais de contabilidade, o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) emitiu, em 2008, o CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação (Fase I), sendo, posteriormente, modificado pelos CPCs 38, 39 e 40, e mais recentemente atualizados pelo IFRS 9 (ALMEIDA, 2016). Além de lícita a contabilização de instrumentos financeiros, tornando-os elementos do

balanço, as normas citadas ajustam condições nas quais as empresas possam se qualificar para o *Hedge Accounting*-HA (ALMEIDA, 2016).

Nesse sentido, a IFRS 9 orienta que a empresa, ao adotar HA, deve denominar, formalmente a relação entre o objeto de *hedge* com o instrumento de *hedge*, observando diversos critérios estabelecidos pela referida norma contábil (ALMEIDA, 2016). Ainda assim, quando uma empresa negocia um derivativo para *hedge* e não faz a designação do HA, sua variação do valor justo no resultado da empresa impacta diretamente no resultado daquele período (POTIN; BORTOLON; SARLO NETO, 2016).

Caso a empresa não atenda os preceitos da IFRS 9 em designar um instrumento financeiro de proteção cambial, isso gerará uma volatilidade oriunda da variação cambial e tal variação impacta diretamente no resultado contábil, que não seria capaz de refletir adequadamente os princípios econômicos subjacentes e, por consequência, distorceria as decisões dos gestores (CHEN; TAN; WANG, 2013). O estímulo para que as empresas evidenciem o HA consiste na expectativa de comparar e confrontar o resultado de *hedge* com o resultado do objeto *hedge*, cumprindo o princípio da competência (POTIN; BORTOLON; SARLO NETO, 2016).

Segundo Pereira *et al.* (2017), o *hedge accounting* é fundamentado como estratégia visando proteger determinado risco econômico para as empresas. Para Pereira *et al.* (2017) sua finalidade é obtenção de um ganho especulativo em si mesmo, e principalmente, como *hegde* (proteção) contra eventuais perdas no instrumento financeiro. Toigo, Brizolla, Fernandes (2015) salientam que o *hedge accounting* não visa à constituição de lucros e, sim, à adoção de um método para evitar riscos alheios.

Estudos realizados por Araujo *et al.* (2011) e Fernandes *et al.* (2012) sobre HA afirmam que as empresas adotam o *hedge accounting* como forma de redução de riscos e melhor evidenciação das operações com *hedge* nas demonstrações contábeis, proporcionando maior desempenho e segurança para o negócio e diferencial competitivo. Demonstrar contabilmente as transações com *hedge* em atendimento à IFRS 9, e, estender as informações com relatórios contábeis aos *stakeholders* e ao mercado, tem o intuito de demonstrar riscos subjacentes de uma possível flutuação cambial (FERNANDES *et al.*, 2012).

Em relação à variação cambial, segundo o CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, o resultado somente seria registrado quando da alienação do investimento (ALMEIDA, 2016). Obviamente, tal procedimento contábil cria uma distorção na apuração do resultado da entidade (ALMEIDA, 2016).

2.3 IFRS 9

Em seu *Project Summary do IFRS 9* (2014), em reação à crise financeira de 2008, verificou-se que registrar as perdas apenas no momento em que elas ocorrem (modelo IAS 39) caracterizava uma lacuna do modelo, tal procedimento motiva entidades a criarem reservas que podem ser utilizadas para maquiar resultados, conforme José *et al.*, (2017). Em função das instabilidades da IAS 39 em ambientes econômicos vulneráveis, o IASB propôs mudanças no reconhecimento de perdas em ativos financeiros (JOSÉ *et al.*, 2017).

Anteriormente, pela IAS 39, quando uma entidade no Brasil obtém um empréstimo em moeda estrangeira, a longo prazo, para aquisição de capital social de uma entidade no EUA, a variação cambial da dívida seria contabilizada na demonstração do resultado (DRE), enquanto a variação cambial do ativo de investimento em dólares será registrada diretamente em conta do PL (patrimônio líquido), atendendo ao CPC 02 (R2) e posteriormente transferida para o resultado somente quando da alienação do investimento. Tal procedimento contábil ocasiona uma distorção na apuração do resultado anual e a forma de correção é a empresa optar pela contabilidade de *hedge*, atentando-se aos preceitos da IFRS 9.

A IFRS 9, de acordo com a KPMG (2016), possui três estágios na evidenciação dos instrumentos financeiros, a saber: (1) quando o instrumento financeiro é gerado ou comprado, com a provisão e reconhecimento de suas perdas em 12 meses; (2) quando o risco de crédito tiver um aumento significativo e sua qualidade for baixa, com uma provisão total do valor do instrumento financeiro; e (3) se o risco de crédito aumentar a tal ponto que o crédito seja debilitado, a receita de juros será calculada com base no custo amortizado.

No Brasil, como parte do processo de convergência das normas contábeis, o CPC traduziu a IAS 39 por meio do CPC 38 e convergiu às práticas contábeis brasileiras com as normas internacionais de contabilidade de *hedge accounting* (CASTRO, 2014). De acordo com SAYED *et al.*, 2013, a IFRS 9 aumenta

comparabilidade do HA entre os países, com intuito de maximizar a relevância da informação contábil e atrair potenciais investidores internacionais

Dessa forma, a IFRS 9 possibilita o melhor entendimento das demonstrações contábeis por parte de órgãos reguladores internacionais e nacionais, agentes do mercado, investidores, além de oferecer alterações na forma de apresentação das informações contábeis de HA (PEREIRA *et al.*, 2017).

Nesse sentido, DeMarzo e Duffie (1995) ressaltam que, quando uma atividade de *hedge accounting* e as operações de *hedge* são divulgadas, os riscos subjacentes que podem prejudicar nos lucros da entidade são divulgados, bem como a sua exposição ao risco, reduzindo a assimetria informacional sobre os resultados da entidade, conforme exemplos a seguir:

Sem utilizar contabilidade de <i>hedge</i>				Utilizando contabilidade de <i>hedge</i>			
	Período 1	Período 2	Total		Período 1	Período 2	Total
Exposição		30	30	Exposição		30	30
Derivativo	(30)		(30)	Derivativo		(30)	(30)
Resultado	(30)	30	0	Resultado		0	0

Segundo Almeida (2016), caso não utilizasse a contabilidade de *hedge*, a entidade teria um prejuízo de R\$ 30 milhões no período 1, devido o derivativo sempre ser marcado a valor justo.

Com a utilização da contabilidade de *hedge*, a perda de R\$ 30 com o derivativo é represada na conta ajustes de avaliação patrimonial, e somente transferida para o resultado quando do registro do ganho de R\$ 30 com o item exposto, evitando distorções no lucro de cada período (ALMEIDA, 2016).

Todavia, às vezes o instrumento de *hedge* poderá compensar apenas parte do risco coberto (ALMEIDA, 2016). Ou seja, o *hedge* não demonstra a eficácia na sua totalidade quando o instrumento de *hedge* e o item protegido forem demonstrados em moedas que não se movam em paralelo (ALMEIDA, 2016).

Ou seja, a contabilidade é uma ciência na qual se permite a avaliação do desempenho e da capacidade da gestão, colaborando para a redução da assimetria informacional (BEAVER; CLARKE; WRIGHT, 1979, POTIN; BORTOLON; SARLO NETO, 2016).

O conteúdo informacional do *hedge* é abordado no trabalho de DeMarzo e Duffie (1995), os quais destacam que a adoção de políticas de *hedge* aumenta a informatividade dos lucros e isso passa a ser utilizado pelos acionistas como uma das formas de medir a capacidade da gestão, bem como, a qualidade do investimento quanto à cobertura dos riscos.

Destacando que a relevância da informação contábil equivale à capacidade preditiva de resultados futuros, alguns autores (ARAUJO *et al.*, 2011, CANONGIA; SILVA, 2014, POTIN; BORTOLON; SARLO NETO, 2017,) frisam a relevância da informação contábil atuante no *hedge accounting* e demonstram que o *hedge accounting* influencia a previsão de perdas ou ganhos nos resultados das empresas com maior previsibilidade para aquelas que adotam o *hedge accounting*.

3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com seus objetivos, o presente estudo pode ser caracterizado como descritivo, uma vez que estabelece relações entre diferentes variáveis, procurando descrevê-las e correlacioná-las (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Em relação à abordagem do problema, pode-se classificar este estudo como quantitativo, já que se utiliza de testes estatísticos e modelos econométricos, com a finalidade de aferir o grau de influência entre as diferentes variáveis em estudo (PEREIRA *et al.* 2017). Quanto aos procedimentos metodológicos, foram utilizados dados secundários através da coleta das demonstrações financeiras anuais de bancos brasileiros, através do *website* da BM&FBOVESPA, e em seguida foi realizada uma análise de conteúdo dessas demonstrações contábeis para identificação daquelas que divulgaram o *hedge accounting* no período analisado.

De acordo com Martins e Toledo (2013), as empresas do Novo Mercado pertencentes ao setor de Consumo Não Cíclico, são as que mais utilizam o instrumento financeiro *hedge*. Foi aplicado o mesmo procedimento para auferir se o comportamento do setor bancário existe a mesma tendência de utilizar a contabilidade de *hedge* no novo mercado. Foram coletados os relatórios financeiros (Balanço Patrimonial, DRE e Notas Explicativas) de todos os bancos listados no *website* da BM&FBOVESPA – no total de 25 - analisados e ordenados no banco de dados Económica as variáveis apresentadas na Tabela 1 e definidas no modelo

econométrico. A análise contempla as demonstrações contábeis anuais de todas as instituições bancárias brasileiras, elaboradas tanto com base nos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, quanto em IFRS, no período de 2008 a 2016. Tal período decorre as alterações impostas pela Lei 11.638/2007 que conforme a Resolução CMN nº 3786/2009, prevê que as instituições financeiras devem elaborar as demonstrações contábeis nesses dois modelos de transição, o que possibilita a realização de estudos dessa natureza.

Semelhante à Martins e Toledo (2013), para análise dos dados obtidos utilizou-se do modelo de regressão *logit*, com dados empilhados, tendo como variável dependente uma variável categórica que assume o valor de 1 para empresas que divulgam *hedge accounting* e 0 para aquelas que não divulgam ter contratado algum tipo de operação por meio da proteção de HA. Segundo Gujarati (2011), em uma série fatores em que existem elementos com séries temporais e de corte transversal, sendo os dados em painel uma variação especial deste. O modelo *logit* é um modelo de regressão de resposta qualitativa que apresenta, no regressando uma variável binária, tendo por objetivo avaliar a probabilidade de relação entre as variáveis independentes e a dependente (GUJARATI,2011). A função de distribuição logística deste estudo é representada a seguir:

$$P_i = \frac{1}{1+e^{-(\beta_0+AT_{it}+PC_{it}+PNC_{it}+ROE_{it}+NM_{it})}} \quad (1)$$

Onde P_i é a probabilidade de a empresa divulgar *hedge accounting*, AT_{it} , PC_{it} , PNC_{it} , ROE_{it} , NM_{it} , são as variáveis explicativas selecionadas.

O modelo estimado neste estudo é representado pela equação (2).

$$D_{it} = \beta_0 + \beta_1 AT_{it} + \beta_2 PC_{it} + \beta_3 PNC_{it} + \beta_4 ROE_{it} + \beta_5 NM_{it} + \varepsilon_i \quad (2)$$

No modelo D_{it} , representa a variável dependente, uma *dummy* que assume valor 1 quando a empresa i no ano t divulga o uso de *hedge accounting*; valor 0 quando a empresa i no ano t não divulga o uso de *hedge accounting*; a variável AT_{it} significa o tamanho da empresa i no ano t ; a variável PC_{it} é a dívida de curto prazo da empresa i no ano t ; a variável PNC_{it} é a dívida de longo prazo da empresa i no ano t ; a variável ROE_{it} é o desempenho da empresa i no ano t ; a variável NM_{it} assume valor 1 quando a empresa i no ano t pertence ao Novo Mercado e 0 caso contrário.

O coeficiente β_0 indica o intercepto do modelo. Os coeficientes $\beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4, \beta_5$ são os coeficientes angulares ou estimados.

A divulgação de *hedge accounting* é *proxy* do uso de *hedge accounting*. O valor do ativo da empresa é utilizado como *proxy* do tamanho, para dívidas de curto prazo, foi utilizado passivo circulante, para as de longo prazo, o passivo não circulante, e, para o desempenho, foi utilizado como *proxy* o índice de rentabilidade sobre o patrimônio líquido, ROE, como detalhado na Tabela 1.

Tabela1: Variáveis utilizadas no modelo

VARÍÁVEL	SIGNIFICADO	DEFINIÇÃO	NATUREZA
<i>Dit</i>	Variável dependente e <i>proxy</i> de uso de <i>hedge accounting</i> .	Indique se determinada empresa <i>i</i> divulga ou não Divulga <i>hedge accounting</i> no período <i>t</i> .	Qualitativa e dependente
<i>ATit</i>	tamanho da empresa <i>i</i> no ano <i>t</i>	Representa o valor do ativo total da empresa <i>i</i> no ano <i>t</i> .	Quantitativa e Independente.
<i>ROEit</i>	Desempenho da empresa <i>i</i> no ano <i>t</i>	Representa a rentabilidade líquida da empresa <i>i</i> no ano <i>t</i> . É calculado pela divisão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido.	Quantitativa e Independente.
<i>PCit</i>	Dívidas de curto prazo da empresa <i>i</i> no ano <i>t</i>	Representa o passivo circulante da empresa <i>i</i> no ano <i>t</i> .	Quantitativa e Independente.
<i>PNCit</i>	Dívidas de longo prazo da empresa <i>i</i> no ano <i>t</i>	Representa o passivo não circulante da empresa <i>i</i> no ano <i>t</i> .	Quantitativa e Independente.
<i>NMit</i>	Segmento de listagem ao qual pertence a empresa <i>i</i> no ano <i>t</i> .	Representa se dada empresa <i>i</i> pertence ao Novo Mercado ano <i>t</i> .	Quantitativa e Independente.

Fonte: autor da pesquisa 2019.

No presente estudo, procedeu-se a análise do modelo *logit* em uma amostra de observações comparáveis, procurando, para cada observação (variável) de empresa que adotou HA e seu contra factual, ou seja, uma observação de tais variáveis da empresa que não adotou o HA, conforme as variáveis da Tabela 1.

4 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Estatísticas descritivas das variáveis independentes

Como resultado da análise dos testes empíricos, a Tabela 2 apresenta a estatística descritiva das variáveis independentes do modelo econométrico proposto.

Tabela 2: Estatística descritiva

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo	Mediana
<i>ATit</i>	171.320.659	0,42203	5.778.799	0	12.078.740
<i>ROEit</i>	0,1362	422.201.603,	2,000	1,77	0,1433
<i>PCit</i>	225.616.121	0,07951	0,300	729.845	10.084.529
<i>PNCit</i>	20.986.559	593.841.325	2,8300	820.607,89	1.736.863

Fonte: Dados da pesquisa 2019.

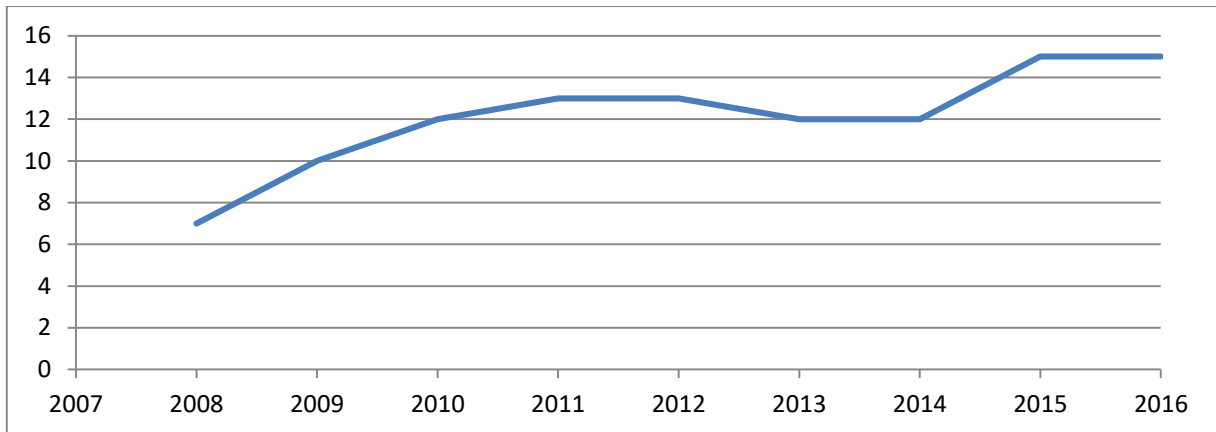
Segundo a IFRS 9, um dos requisitos exigidos para qualificação de *hedge accounting* é ser eficaz prospectivamente para contabilidade de *hedgde*. No entrando, a referida norma não especifica um método único de avaliação da eficácia. Ou seja, dependerá da sua estratégia de gestão de riscos. Segundo a IFRS 9, a partir de, 2018 a empresa terá que definir a eficácia da relação do *hedge* com o gerenciamento de riscos. Nesse sentido, a mensuração da efetividade do *hedge* cabe à própria empresa que reporta e a metodologia deve ser alinhada com a gestão de risco do objeto *hedge* em particular.

Os dados coletados demonstram que, das 25 instituições financeiras que utilizam ou utilizaram o *hedge accounting*, 12 delas efetuaram o teste de efetividade, evidenciando que as operações de *hedge* se mostraram altamente eficazes, com a apresentação de intervalo de 80% a 125%, conforme requerido pela IFRS 9.

Percebe-se que nas empresas analisadas apresentam a tendência de ter valores expressivos em suas variáveis testadas. Conforme demonstrado pela Tabela 2, os ativos instituições financeiras podem ser comprovados com algoritmo natural com média de 171.320.659 (milhares) e a mediana de 12.078.740 (milhares). A máxima de rentabilidade é de 2,83. A menor dívida registrada é de 729.845,00. Já nas dívidas de longo prazo, a média é de 20.986,559 (milhares). Das 25 companhias analisadas, 50,22%, divulgaram a utilizam de instrumentos financeiros de acordo com as normas CPC 38 e IFRS 9.

A Figura 1 demonstra a evolução da utilização de *hedge accounting* nos períodos de 2008 a 2016.

Figura 1: Quadro evolutivo da utilização do *hedge accounting*.



Fonte: Dados da pesquisa 2019.

Em 2008, sete empresas divulgaram o uso de *hedge accounting*, em 2009, esse número elevou-se para onze, ampliando para treze em 2010 e, mais uma vez, indo para quatorze em 2011, e permanecendo constante em 2012. Seu uso, em 2013, obteve uma redução, chegando em 12 empresas e se repete em 2014. E, por fim, em 2015 e 2016, quinze empresas divulgaram ter utilizado instrumentos financeiros derivativos com proteção de HA, no total de 25 companhias listadas na BM&FBOVESPA.

Estudos anteriores afirmam a evolução da utilização do *hedge accounting*, demonstrando que as empresas estão cada vez mais se protegendo das volatilidades de riscos cambiais de instrumentos financeiros. O *hedge accounting* garante a suavização nos resultados das entidades, e em seu benefício por equalizarem os efeitos do objeto de *hedge*.

Independentemente das críticas quanto ao propósito do *hedge accounting*, estudos empíricos de Pereira *et al.* (2017) apresentam os benefícios do HA para a qualidade das demonstrações financeiras embora seja uma prática opcional e sua utilização dependa da própria empresa.

4.2 Resultados do modelo econométrico *logit*

Os resultados da figura 1 demonstram que das 25 instituições financeiras analisadas que reportaram possuir alguma operação com instrumentos financeiros

derivativos no encerramento do exercício social, 17 delas divulgaram ter designado, ao menos, um objeto de *hedge accounting* nos períodos analisados. Esse resultado pode ser ponderado quando comparado ao total de empresas que utilizam *hedge accounting*.

Tabela 3: Resultado da regressão do modelo logit

Variáveis	Coefficientes	Erro Padrão	Z	P> Z
Constante	0,489	0,187	2,621	0,017
<i>ATit</i>	1,514	0,42203	0,12	0,906
<i>ROEit</i>	-0,119	1,15	-0,549	0,589
<i>PCit</i>	-1,272	0	-0,103	0,919
<i>PNCit</i>	0,182	0	0,262	0,796
<i>NMit</i>	0,097	0,788	0,261	0,797
Número de observações	24			
LR chi2 (4)	0,428			

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A opção de não manter instrumentos derivativos de *hedge* por algumas instituições financeiras pode estar na complexidade operacional em executar todos os requisitos exigidos nas normas contábeis, embora a revisão e atualização da IFRS 9 possibilitou a alteração de critérios de acordo com a solicitação da classe contábil. Outro fator de impacto e com destaque é que ao aderir o *hedge accounting*, a empresa tem que mensurar o custo-benefício de se adotar essa contabilização de operações com derivativos financeiros.

Conforme apresentado na Tabela 3, o nível de significância estatística das variáveis independentes obtido explicam bem o modelo econométrico proposto, o que significa que o tamanho da empresa (em moeda) está associado com o nível de divulgação de *hedge accounting* das instituições financeiras brasileiras. Sendo assim, o resultado da estatística do Qui-quadrado da Tabela 3 indica que em média 43% da divulgação do *hedge accounting* pelas instituições financeiras do Brasil, pode ser explicada pelas variáveis contidas no modelo.

Tabela 4: Resultados razão de chances

Variáveis	Coefficientes	Erro Padrão	Z	P> Z
<i>ATit</i>	6,949	1,123	0,120	0,906
<i>ROEit</i>	0,972	0,221	-0,549	0,589
<i>PCit</i>	0,988	7,881	-0,103	0,919
<i>PNCit</i>	0,999	8,005	0,262	0,796
<i>NMit</i>	0,781	0,198	0,261	0,797

Fonte: Dados da pesquisa 2019.

Conforme pode ser visto na Tabela 4, os resultados da razão de chances das variáveis independentes demonstram uma significância em relação ao tamanho da empresa (*ATit*), evidenciando que a chance da empresa utilizar *hedge accounting* aumenta em relação ao seu tamanho. Ou seja, as grandes instituições financeiras têm maiores chances de utilização de *hedge accounting*. Já em relação às dívidas de longo prazo (*PNCit*), a chance decresce com o aumento da volatilidade das dívidas no longo prazo. Tal resultado se fortalece com o estudo de Galdi e Guerra (2009), ao observar que a dívida de longo prazo e o porte da entidade pode influenciar a predileção de uma empresa na contratação e qualificação de suas operações com derivativos como *hedge accounting*, em razão do seu tamanho está diretamente ligado à capacidade de endividamento.

Para tal procedimento, a norma IAS 39 em conjunto com o CPC 38 definem que o objeto de HA poderá ser um passivo ou ativo. De acordo com o CPC 38, para obter um acordo, é necessário um compromisso firme de contrato exigido para a troca de quantia específica de recursos a um custo específico em data ou em período futuro específico e uma transação predita, ou seja, uma operação futura não vinculada, mas antecipada do instrumento financeiro derivativo.

Ao designar uma transação altamente provável para a contabilidade de HA na empresa, existirá probabilidade dos instrumentos de *hedge*, desde que cumpram as condições imprescindíveis, não impactarem ou não ter repercussão no resultado do período até que a operação futura ocorra.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar como o *hedge accounting* afeta o gerenciamento de riscos econômicos de bancos listados na BM&FBOVESPA que empregam instrumentos financeiros, sob a ótica da proteção que é estabelecido pela norma contábil internacional IFRS 9 e sua correlação com CPC 38.

As evidências empíricas foram obtidas através da análise de dados das demonstrações contábeis de 25 instituições financeiras brasileiras para o período de 2008 a 2016 e organizadas no banco de dados do sistema Económica, com a análise de um modelo econométrico.

Os resultados obtidos demonstram que as instituições financeiras analisadas tendem a gerenciar os riscos econômicos dos instrumentos financeiros ao longo dos

anos, visando proteger seus fluxos de caixas futuros e mitigando as possíveis oscilações de mercado financeiro. Esses resultados corroboraram os achados de Pereira *et al.* (2017), evidenciando que anualmente as instituições financeiras tendem a utilizar-se de meios como o HA para amenizar as oscilações no mercado acionário e ao gerenciamento de riscos previstos pelas normas contábeis que regem os instrumentos financeiros. Embora haja obrigatoriedade da divulgação do *hedge accounting* nas notas explicativas pelas instituições financeiras listadas em bolsa do Brasil, os resultados demonstram que essa divulgação não é efetuada por todas as instituições financeiras do país, o que deve ser analisado com preocupação pelos auditores, analistas e investidores do mercado de capital.

Os resultados do presente estudo contribuem para o melhor conhecimento acerca do *disclosure* de instrumentos financeiros e seus fatores determinantes a partir da convergência das normas internacionais de contabilidade pelo Brasil. Importante salientar a importância das empresas que utilizam ou utilizarão este método para proteção dos ativos ou passivos financeiros derivativos, como porte da sua estratégia de gerenciamento de risco, utilizando-se da contabilidade de *hedge* para auferir maior proteção dos seus investimentos em relação ao mercado financeiro, vislumbrando maior desempenho e menor risco, no sentido de manter o seu patrimônio em menor situação de riscos que podem acontecer diante das flutuações cambiais.

O estudo verificou também a relação entre o nível de divulgação de efetividade exigido pela IFRS 9. Os resultados demonstram um nível de divulgação da eficácia e efetividade da utilização de instrumentos financeiros derivativos com proteção sobre *hedge accounting* entre 80 a 125%. Pesquisas de Martins e Toledo (2013), salientam que empresas listadas no novo mercado utilizam *hedge accounting* com maior frequência e, neste trabalho, apenas uma empresa se encontra no novo mercado, porém, foi demonstrado que mesmo não listados no novo mercado, a tendência é utilizar a contabilidade de *hedge* como forma de gerenciamento de risco. Das empresas analisadas apenas o Banco do Brasil se encontra no novo mercado. Contudo, foi verificado que, ainda é necessário ter considerações sobre quais particularidades vigentes nas normas sobre *hedge accounting* que cooperam para a fragilidade e quais alterações conseguiriam contribuir dando maior credibilidade, quando se utiliza proteção da contabilidade de *hedge*.

O presente estudo contribui com a literatura contábil sobre instrumentos financeiros ao analisar o *hedge accounting* no âmbito das instituições financeiras do Brasil, evidenciando a importância do gerenciamento de risco nesse importante segmento empresarial no cenário econômico mundial. Com a IFRS 9, o gerenciamento de risco não beneficia apenas o setor bancário e outros setores empresariais podem aderir à prática de *hedge accounting*.

Embora o *hedge* seja apenas um dos instrumentos financeiros derivativos no mercado financeiro, uma limitação deste estudo é sua abordagem dirigida especificamente ao *hedge*.

Dessa forma, como sugestões para pesquisas futuras, é importante expandir esse estudo para outros instrumentos financeiros derivativos, bem como para outros setores empresariais, especialmente aqueles que mais utilizam tais instrumentos. Além do mais, seria interessante a realização de estudo qualitativo adicional para identificar quais os fatores determinantes da não divulgação do *hedge accounting* pelas instituições financeiras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **Novas mudanças contábeis nas IFRS**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ARAUJO, C. G.; IKUNO, L. M.; PAULO, E.; SALES, I. C. H. *Hedge accounting: análise da extensão de sua utilização nas empresas brasileiras que compõem o IBRX-100*. 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. **Anais...** São Paulo/SP, 2011.

BALL, R.; BROWN, P. An empirical evaluation of accounting income numbers. **Journal of Accounting Research**, v.6, n.2, p. 159-178, 1968.

BEAVER, W. H.; CLARKE, R.; WRIGHT, W. F. The association between unsystematic security returns and the magnitude of earnings forecast errors. **Journal of Accounting Research**, n. 2, v. 17, p. 316-340, 1979.

BEAVER, W. H. (1968). The information content of annual earnings announcements. **Journal of Accounting Research**, v. 6, p. 67-92. 1968.

BONFIM, M. P. et al. ADOÇÃO AO PADRÃO IFRS E SUA AVIZIAÇÃO DOS RESULTADOS NAS SEGURADORAS BRASILEIRAS. **Revista Universo Contábil**, v. 12, n. 4, p. 152-171, dez. 2016.

CANONGIA, M. A. G.; SILVA, A. H. C. Análise do impacto no Mercado de Capitais devido à adoção de *Hedge Accounting* por empresas brasileiras. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 4-17, set./dez. 2014.

CARVALHO, C. D. F. M. et al. Uma Análise das Diferenças em Termos dos Interesses Profissionais a Partir do Projeto de Substituição da IAS 39. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 26, n. 68, p. 181-194, aug. 2015.

CASTRO, W. B. L. Hedge accounting: gerenciamento de resultado e fragilidades do CPC 38/IAS 39. **Revista Contabilidade e Finanças WBLC**, n. 2, p. 1-13, abr./jun. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R1) – Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Publicacoes-CPC>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

CHEN, W.; TAN, H.-T.; WANG, E. Y. Fair Value Accounting and Managers' Hedging Decisions. **Journal of Accounting Research**, v. 51, n. 1, p. 67-103, 2013.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. **Resolução CMN nº 3.786**, de 29 de Setembro de 2009. Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47513/Res_3786_v1_O.pdf>. Acesso em: 15 abril 2017.

DECHOW, P.; GE, W.; SCHRAND, C. Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**, v.50 n.2-3, p. 344-401, 2010.

DEMARZO, P. M.; DUFFIE, D. Corporate incentives for hedging and *hedge accounting*. **Review of Financial Studies**, v. 8, n. 3, p. 743-771, 1995.

FERNANDES, F.C.; MOURA, G.D.; ORO, I. M.; SANTANA, S.V. Evidenciação obrigatória de *hedge accounting* em companhias abertas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE). **XIV ENGEMA** - Encontro nacional sobre gestão empresarial e meio ambiente, São Paulo, 2012.

GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. 5ª ed. Rio de Janeiro, 2011.

HORNGREN, C. T. Disclosure: 1957. **The Accounting Review**, v. 32, n. 4, p. 598-604, out. 1957.

IASB – International Accounting Standards Board. IASB and the IASC foundation: **who we are and what we do**. Disponível em: <http://www.ifrs.com/updates/iasb/about_the_iasb.html>. Acesso em: 12 março 2017.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: **novas regras sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo a redução no valor recuperável.**

IFRS em destaque nº 01/16: firstimpressions. Disponível em:

<<https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/pdf/2016/04/ifrs-em-destaque-01-16.pdf>> acesso em: 20 mai. 2017.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, n. 3, p. 305-360, out. 1976.

JOSÉ, A.D.; MATHEUS, A. M.; FERNANDO, A. C.; ANTÔNIO, A. P. F. S. F. Perdas em operações de crédito nos bancos brasileiros: modelos de perdas esperadas e de perdas incorridas e impactos da IFRS 9. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n.2, p.12-21, mai./ago. 2017.

KLANN, R. C.; BEUREN, I. M. Gerenciamento de resultados: análise comparativa de Empresas brasileiras e inglesas antes e após a adoção das IFRS. In: CONGRESSO ANPCONT, 5. 2011, Vitória/ES. **Anais...** Espírito Santo: ANPCONT, 2011.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, J. A. S.; TOLEDO, J. R F. A utilização de *hedge* pelas empresas brasileiras listadas no segmento novo mercado da BM&FBOVESPA. **Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 18, n. 2, p. 375-395, jul./dez. 2013.

PEIXOTO, F.; MALAQUIAS, R. F. O impacto da convergência contábil na evidenciação dos instrumentos financeiros derivativos das empresas brasileiras. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 2, n. 1, p. 39-55, 2012.

PEREIRA, M. R.; PEREIRA, C. M.; SILVA, M. M.; PINHEIRO, L. E. T. Características Econômicas de Empresas e Uso de *Hedge Accounting*: Um Estudo em Empresas do Setor de Consumo Não-cíclico Listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 74-87, mai./ago. 2017.

POTIN, S. A.; BORTOLON, P. M.; SARLO NETO, A. *Hedge Accounting* no Mercado Acionário Brasileiro: Efeitos na Qualidade da Informação Contábil, Disclosure e Assimetria de Informação. **Rev. Contab. Finanças**, São Paulo, v. 27, n. 71, p. 202-216, ago. 2016.

SANTOS, E. S.; CIA, J. N. S.; CIA, J. C. US GAAP x normas brasileiras: mensuração do impacto das diferenças de normas no lucro duplamente reportado pelas empresas brasileiras emissoras de ADRS na NYSE. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online)**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 82-111, fev. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712011000100004&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 16 dez. 2017.

SAYED, S.; SOUZA, Ê. B. M.; COSTA, J. A.; TANCINI, G. R. Simulação dos Impactos da Alteração da Norma Internacional de Instrumentos Financeiros (IFRS 9) nos Maiores Bancos Brasileiros. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2013.

TOIGO, L. A.; BRIZOLLA, M. M.; FERNANDES, F. C. Características Determinantes das Companhias do Novo Mercado que Adotam o *Hedge Accounting*. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 6-22, mai/ago. 2015.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive Accounting Theory: A Ten Year Perspective. **The Accounting Review**, v. 65, n. 1, p. 131-156, jan. 1990.

Submetido em: 15 de junho de 2018

Aceito em: 28 de março de 2019

SERIOUS GAMES COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES DO SÉCULO 21: A PERCEPÇÃO DE *GAME DESIGNERS* DIANTE DA REALIDADE DOS USUÁRIOS

Pablo Padilha¹

Brenno Buarque de Lima²

Thiago Ayres Barreira de Campos Barros³

Ezequiel Alves Lobo⁴

Resumo: Nos últimos anos, desenvolvedores de jogos de diversas partes do mundo têm se dedicado a aplicar princípios de jogos em processos variados, tais como treinamento e educação, colaboração, comercialização, fidelização e inovação, isso porque os desafios do século 21 reforçam a necessidade do desenvolvimento de novas habilidades e competências, sendo que os jogos são uma forma de aprendizagem ativa e que o aprendizado baseado em jogos faz parte de um desses métodos existentes. O objetivo do presente estudo é identificar se a percepção de *game designers* sobre o nível de desenvolvimento de habilidades que um *serious game* específico pode provocar reflete a percepção de usuários de jogos. O estudo baseia-se em uma abordagem quantitativa e pesquisa de campo, sendo empregada a técnica *survey* para a coleta de dados, tendo sido aplicados 128 questionários, sendo 4 para *game designers* e 124 para alunos de dois cursos de graduação. O objetivo do estudo pode ser alcançado, tendo sido revelado nos grupos analisados que a percepção dos *game designers* não reflete a percepção dos usuários. A análise comparativa das médias entre usuários e *game designers* revelou uma proximidade em algumas habilidades, mas o achado não se mostra relevante, pelo fato de serem um número baixo e, principalmente, pelos testes de igualdade de médias revelarem desigualdade para a grande maioria das habilidades analisadas.

Palavras-chave: *serious game*; desenvolvimento de habilidades; gamificação.

Abstract: In recent years, game developers from around the world have been dedicated to applying game principles in a variety of processes, such as training and education, collaboration, marketing, loyalty and innovation, because the challenges of the 21st century reinforce the need for new skills and competences, with games being a form of active learning and game-based learning being part of one of these existing methods. The objective of the present study is to identify if the perception of game designers on the level of skill development that a specific serious game can provoke reflects the perception of game users. The study is based on a quantitative approach and field research, and the survey technique was used to collect data, and 128 questionnaires were applied, 4 for game designers and 124 for students from two undergraduate courses. The objective of the study can be reached, revealing in the analyzed groups that the perception of the game designers does not reflect the perception of the users. The comparative analysis of the averages between users and game designers revealed proximity in some abilities, but the finding is not relevant because they are a low number and, mainly by the tests of equality of averages reveal inequality for the great majority of the analyzed abilities.

Keywords: *serious game*; skills development; gamification.

¹ Mestre pela Faculdade FIA de Negócios no Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios. Atua como Gerente Executivo de Inovação na Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC.

² Mestrando em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual do Ceará.

³ Mestre em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual do Ceará.

⁴ Mestrando em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual do Ceará.

1 INTRODUÇÃO

Jogos, em especial os eletrônicos, estão presentes nas mais diversas situações e podem ser encontrados em todo lugar (OWENS, 2012). Graças às novas tecnologias móveis, como *smartphones* e *tablets*, o perfil das pessoas que participam de jogos eletrônicos mudou, não são só adolescentes, abrangendo diversas pessoas, independentemente de sua classificação demográfica e socioeconômica (FRANG; MELLSTRAND, 2012).

A aplicação de elementos, mecanismos, dinâmicas e técnicas de jogos no contexto fora do jogo, ou seja, na realidade do dia a dia profissional, acadêmico e social do indivíduo é compreendida como gamificação, que é a tradução do termo *gamification* atribuído ao programador britânico Nick Pelling, em 2003 (DETERDING, 2011).

A gamificação é um fenômeno emergente que deriva diretamente da popularização e popularidade dos jogos e de suas capacidades intrínsecas de motivar a ação, resolver problemas e potencializar aprendizagens nas mais diversas áreas do conhecimento e da vida dos indivíduos. Esse potencial que os jogos apresentam já havia sido percebido há mais de três décadas (PAPERT, 2008), porém, naquele tempo, a indústria dos jogos ainda estava se consolidando. Atualmente, pode-se dizer que a influência dessa forma de entretenimento é global e atinge praticamente todas as camadas da população.

No mundo corporativo a gamificação é presença constante em programas de educação empresarial, sendo utilizadas as diversas técnicas disponíveis para se obter engajamento e aumentar o reconhecimento e a motivação dos funcionários para realizar suas tarefas na execução de processos e atividades (OWENS, 2012). O fenômeno de gamificação altera a forma como as pessoas se envolvem em atividades (DIGNAN, 2011), interagem entre si e resolvem seus problemas. De acordo com Burke (2011), centenas de milhões de pessoas estão envolvidas em algum processo gamificado, e esta tendência continua crescente.

Se, por um lado, constata-se que o avanço da tecnologia e o aumento do uso de dispositivos digitais nos últimos 20 anos facilitaram a expansão do processo da gamificação, por outro, há de se lembrar que a estrutura de jogo já era aplicada, ainda que timidamente, em situações profissionais desde o início do século 21 (TAKAHASHI, 2009). Isto ocorre principalmente devido à similaridade dos jogos com

o *modus operandi* dos processos de negócios, tendo em vista a presença de elementos como competição, regras, código de conduta, meta definida e resultados na forma de estatísticas (HERGER, 2012).

A principal característica do processo de gamificação é a reprodução ou simulação de um determinado problema ou contexto, a partir do ponto de vista de um *game designer* (profissional responsável pela criação de jogos eletrônicos), já que esse profissional geralmente possui uma capacidade ímpar em produzir experiências que concentram a energia e o foco de muitos indivíduos para resolver problemas em mundos virtuais (MCGONIAL, 2011). Porém, a gamificação não implica em criar um jogo que aborde o problema, recriando a situação dentro de um mundo virtual, mas sim em usar as mesmas estratégias, métodos e pensamentos utilizados para resolver aqueles problemas nos mundos virtuais em situações do mundo real.

O objetivo da gamificação é mudar o comportamento, motivar e engajar pessoas a realizar atividades. O princípio subjacente de gamificação é a ideia de que a maioria dos indivíduos está interessada em executar atividades competitivas, divertidas e motivadoras (DETERDING, 2011). Com frequência cada vez maior, esse conjunto de técnicas tem sido aplicado por empresas e entidades de diversos segmentos como alternativas às abordagens tradicionais, sobretudo no que se refere a encorajar pessoas a adotarem determinados comportamentos, a familiarizarem-se com novas tecnologias, a agilizar seus processos de aprendizado ou de treinamento e a tornar mais agradáveis as tarefas consideradas tediosas ou repetitivas (COONRADT, 2007).

Nos últimos anos, desenvolvedores de jogos de diversas partes do mundo têm se dedicado a aplicar princípios de jogos em processos variados, tais como treinamento e educação, colaboração, comercialização, fidelização e inovação (HERGER, 2012; MCGONIAL, 2011; DETERDING, 2011), isso porque os desafios do século 21 reforçam a necessidade do desenvolvimento de novas habilidades e competências. Tal fato é descrito por Prensky (2004) como uma alteração de comportamento ante a tecnologia do século 21, pois forçou-nos a alterar a estratégia de como vivemos, sobrevivemos e prosperamos.

Prensky (2004) ressalta também que os jovens de hoje se comunicam, compram, vendem, procuram informações e se socializam de forma diferente, sendo

que, desta forma, o contexto do século 21 requer um novo conjunto de competências para além da informação óbvia e aprendizado pela tecnologia da informação. Voogt e Roblin (2012) identificam tais habilidades como: comunicação, colaboração, habilidades culturais e sociais, criatividade, pensamento crítico, resolução de problemas, a produtividade em um mundo globalizado, aprender a aprender, a autodireção, planejamento, flexibilidade, tomada de risco, gestão de conflitos, senso de iniciativa e empreendedorismo. Essas novas habilidades e competências são comumente definidas como “Habilidades do século 21” em oposição às habilidades do século 20 (WISNIEWSKI, 2010).

Romero *et al.* (2015) comentam que os jogos são uma forma de aprendizagem ativa e que o aprendizado baseado em jogos faz parte de um desses métodos existentes. Desta forma, os jogos podem ser considerados como uma das ferramentas para o desenvolvimento de novas competências para o século 21 (PRENSKY, 2006; REDECKER *et al.*, 2011). Sendo assim, este estudo possui seu foco na modalidade de jogos classificados como *serious games* (SG), sendo definido por Michael e Chen (2005, p. 17) como “jogos em que a educação (em suas diversas formas) é o principal objetivo, ao invés de entretenimento”.

Neste contexto, o problema de pesquisa neste artigo visa responder às seguintes questões centrais: (a) A percepção do *game designer* sobre a capacidade que um *serious game* específico possui em desenvolver habilidades pode ser comprovada pelo usuário? (b) Quais “Habilidades do século 21” deveriam ser priorizadas ao se desenvolver um *serious game* na visão do usuário? Para atender ao problema proposto, o objetivo do estudo é identificar se a percepção de *game designers* sobre o nível de desenvolvimento de habilidades que um *serious game* específico pode provocar reflete a percepção de usuários de jogos. Pretende-se ainda, como objetivos secundários, (a) mensurar o nível de contribuição de um *serious game* específico para o desenvolvimento de habilidades em usuários; (b) identificar quais das “Habilidades do século 21” deveriam ser priorizadas no desenvolvimento de um *serious game* na opinião de usuários.

O artigo foi organizado da seguinte forma: na seção 2 está exposto todo o referencial teórico. Na seção 3, é expresso o método e procedimentos da pesquisa. Na seção 4, são apresentados os resultados e realizada uma discussão sobre os

achados. Na sessão 5, são apresentadas as considerações finais e contribuições do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Jogos e seus Efeitos Comportamentais

Salen e Zimmerman (2004) definem um jogo como um sistema no qual os jogadores participam de um conflito artificial, definido por regras e com um resultado quantificável. Essa definição centraliza os jogos em um conflito que opõe dois jogadores, cada qual com seu objetivo independente. Apesar de um pouco mais restritiva, ela se aplica perfeitamente a esportes, jogos como xadrez e a maioria dos jogos digitais.

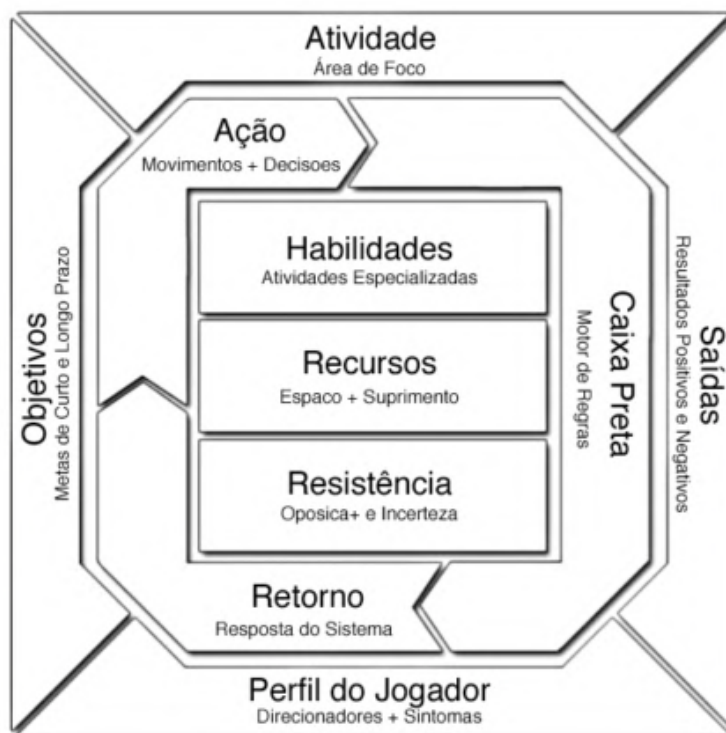
Ferrara (2012) define um jogo como tendo três componentes: objetivos, restrições ambientais e restrições formais. Dentro deste contexto, destaca-se o conceito elaborado por Werbach e Hunter (2012) denominado círculo mágico, o qual é uma área especialmente marcada que separa o ambiente do jogo do resto do mundo. O jogador, ao atravessar essa fronteira, que não precisa possuir nenhum marcador físico visível, podendo ser apenas convencionalizada, aceita voluntariamente a suspensão das regras do mundo real e aceita também as regras do jogo. Isso significa que os jogadores aceitam que o jogo é real para eles, de certa forma.

Aprofundando o conceito descrito por Werbach e Hunter (2012), o jogo deve possuir regras, objetivos, obstáculos que precisam ser superados para atingir os objetivos. Porém o elemento crucial é a vontade do jogador de aceitar todas as coisas que acontecem durante o jogo (WERBACH e HUNTER, 2013).

Analisando o ambiente em que se insere o jogo, Dignan (2011) define como jogo comportamental o jogo que pode fazer qualquer tipo de atividade mais engajadora e condutiva se transformar em aprendizado ao aplicar dinâmicas de jogos em experiências cotidianas. A definição formal apresentada por Dignan (2011) para jogo comportamental é: “um jogo comportamental é uma atividade real modificada por um sistema de diversão baseado em habilidades”. Os conceitos de gamificação fazem parte dos jogos do tipo comportamental.

Dignan (2011) também descreve um *framework*, composto por dez elementos, chamado de *game frame*, utilizado para desenhar jogos. Ele descreve todas as características de um jogo comportamental funcionando como uma ferramenta para realizar seu desenho, sendo este representado pela Figura 1.

Figura 1 - Desenho de jogos comportamentais



Fonte: Dignan (2011).

O *framework* proposto visa o desenvolvimento de habilidades para que estas possam se transformar em competências, e para que as habilidades amadureçam, é necessário que exista algum tipo de resistência dentro do jogo (DIGNAN, 2011). Sem resistência, não existe um sentimento de avanço e alcance e sente-se que a vitória é garantida. O jogador tem a sensação de que é apenas um espectador e que os eventos se desdobram à sua frente. Frang e Mellstrand (2012) ressaltam que jogos comportamentais precisam de resistência e incerteza para serem engajadores, sendo que a resistência pode ser real ou artificial, dependendo da área de implementação.

2.2 Gamificação e *Serious Game*

Gamificação foi definida por Deterding *et al.* (2011) como jogos e os elementos de jogos que produzem comprovadamente estados de experiências desejáveis, podendo motivar jogadores a permanecer engajados em atividades com longas durações e intensidades.

Malone (1980) descreve que algumas descrições similares do termo gamificação envolvendo a construção de interfaces homem-máquina que sejam divertidas foram abordadas desde a década de 80. Ulicsak e Wright (2010) comentam que um outro conceito similar é o de jogos sérios, no qual os jogos educacionais se encaixam, pois eles desenvolvem o engajamento, não sendo necessariamente divertidos.

Quando nós aplicamos gamificação a uma tarefa e a transformamos em um jogo, não queremos apenas que o jogador receba apenas uma motivação extra. Há casos em que a gamificação serve para instruir e educar o jogador em assuntos que são de difícil ou onerosa compreensão, tais como pilotar um avião. Em tais casos, quando o jogo tem um objetivo principal de educar, denominamos este cenário como *serious game*.

A noção de *serious game* já existe há algum tempo. Em 1970, a ABT descreveu "*serious games* no sentido de que estes jogos têm um objetivo educativo explícito e cuidadosamente pensado, e não se destina a ser jogado principalmente para diversão" Vogel (1970).

Desde então, jogos sérios foram usados em quase todas as áreas, desde a educação até a aviação, com vários graus de sucesso.

Embora possamos aplicar gamificação para uma tarefa não virtual, virtualizando a tarefa, ganhamos acesso a um ambiente controlado e de ferramentas de análise que são impraticáveis ou demorados para usar no mundo real.

2.3 Habilidades do Século 21 e Aprendizagem Ativa

A educação tem sido tradicionalmente focada na transmissão de conhecimento em um contexto de contextos educativos formais. Nas décadas finais do século 20, a abordagem mudou o foco de treinamento orientado às pessoas, para a educação e desenvolvimento de competências orientados às necessidades e aspirações das pessoas (GRANT *et al.*, 1979; SPADY, 1977). Na educação baseada

na competência, a ênfase não está no currículo e sim na abordagem orientada a resultados oriundos do desenvolvimento do conhecimento e capital intelectual de cada indivíduo.

Apesar da grande controvérsia sobre a distinção entre as competências e habilidades, o presente artigo procurou seguir os conceitos de Sue, Arredondo e McDavis (1992), que adotam uma visão de um conjunto característico de conhecimento (K), crenças e atitudes (A) e habilidades (S). No contexto de jogos digitais, Pee (2011) considera a competência como uma combinação de conhecimentos, habilidades e comportamento, levando a um indivíduo ser capaz de executar uma determinada tarefa para um determinado nível. Desta forma, habilidade é a parte da competência relacionada com situações voltada para a capacidade de se comportar de forma eficaz e desenvolver certas atitudes e conhecimento (ARGYRIS; SCHON, 1974).

Carmeli e Tishler (2006) definem habilidades como a capacidade de fazer algo de forma eficaz. As competências, chave em cada sistema educacional e a sociedade, são um dos principais desafios de caracterização para formuladores de políticas educacionais. A sociedade do conhecimento exige um novo conjunto de habilidades para lidar com a economia baseada no conhecimento e mudanças em um mundo cada vez mais incerto e inconstante.

Todos estes conceitos levaram à condução da definição das habilidades atribuídas ao século 21 e seus respectivos quadros de referência (BINKLEY *et al.*, 2011; DEDE, 2010; REDECKER *et al.*, 2011). Desde as primeiras referências às habilidades do século 21 nas décadas finais do século passado (JONES, 1996; STUART; DAHM, 1999), muito tem sido publicado na literatura sobre essas habilidades na tentativa de identificá-los precisamente, sendo que várias definições e classificações foram propostas ao longo dos anos seguintes, e diversos pesquisadores têm considerado a caracterização das habilidades do século 21 de várias perspectivas. O Quadro 1 apresenta algumas destas perspectivas.

Quadro 1: Resumo de características do século 21

Dede (2010)	Inclui uma lista de habilidades necessárias recentemente: resolução de problemas de informação ou a capacidade de filtrar rapidamente grandes quantidades de dados de entrada; extrair informações valiosas para tomada de decisão; e a capacidade de separar ruídos ou interferências em uma inundação potencialmente esmagadora dos dados de entrada.
Binkley <i>et al.</i> (2011)	Propõem que as habilidades do século 21 podem ser consideradas como formas de pensar, trabalhar e viver em mundos conectados, com alto volume de conteúdo.
Redecker <i>et al.</i> (2011)	Relatam para a Comissão da União Europeia a perspectiva de três categorias gerais: competências pessoais (iniciativa, resiliência, responsabilidade, tomada de risco e criatividade); sociabilidade (equipe, rede, empatia, compaixão e construção de conhecimento); e competências de aprendizagem (gestão, organização e competências metacognitivas).
Kickmeier-Rust e Dietrich (2012)	Envolvem meta-habilidades, como resolução de problemas, pensamento não linear, criatividade ou habilidades de comunicação.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Além disso, organizações educacionais desenvolveram estruturas estruturadas para definir habilidades do século 21, com base na análise de necessidades educacionais, incluindo uma categorização das competências e uma caracterização de cada uma das habilidades em relação ao quadro.

Na literatura citada em habilidades do século 21, não há nenhuma definição consensual compartilhada do conceito nem há uma lista de habilidades. Como mencionado por Kickmeier-Rust e Dietrich (2012), o grande desafio, dificultando a possibilidade de fornecer uma definição compartilhada e um modelo formal para as habilidades do século 21 surge da natureza pouco clara, provavelmente vaga e altamente informal dessas habilidades do século 21.

No entanto, diferentes autores e organizações educacionais desenvolveram diferentes conceituações de tais habilidades através da construção de ideias uns dos outros, a fim de evitar uma situação de Torre de Babel (DEDE, 2010). Os quadros resultantes são amplamente consistentes e geralmente enfocam habilidades como pensamento inovador, solução criativa de problemas, habilidades metacognitivas, comunicação e colaboração.

Com o intuito principal de estudar o impacto de *Serious Games* nas habilidades necessárias para viver e para desenvolver atores proativos na sociedade do conhecimento, este referencial retrata as habilidades relatadas por Vogt e Roblin (2012), que desenvolveram uma meta-análise destes seis quadros para identificar

tais habilidades incluídas nesses diferentes quadros e, em seguida, classificou as habilidades de acordo com sua classificação compartilhada através do relacionamento de habilidades do século 21, sendo o resumo desta pesquisa exposto na Tabela 1.

Tabela 1: Resumo de habilidades do século 21

• Comunicação	<input type="checkbox"/> Pensamento crítico	• Planejamento
• Colaboração	<input type="checkbox"/> Resolução de Problema	• Flexibilidade e adaptabilidade
• Conhecimento da comunicação e informação tecnológica	<input type="checkbox"/> Desenvolvimento da produtividade e da qualidade nas tarefas	• Assumir riscos
• Habilidades sociais e/ou culturais	<input type="checkbox"/> Aprender a aprender	• Gerir e resolver conflitos
• Criatividade	<input type="checkbox"/> Controle de si	• Senso de iniciativa e empreendedorismo

Fonte: Adaptado de Romero *et al.*, (2015, p 153) com base em Voogt e Roblin (2012).

3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O estudo baseia-se em uma abordagem quantitativa e pesquisa de campo, sendo empregada a técnica *survey* para a coleta de dados, pois esta permite a coleta de informações padronizadas e sistemáticas sobre as opiniões emitidas de um grande contingente de pessoas (HAIR Jr, 2005). Em detrimento da busca por identificar a frequência e as características mais representativas das percepções dos respondentes, tanto em relação ao grau de desenvolvimento de “Habilidades do século 21” durante um jogo, quanto da importância destas habilidades em relação ao desenvolvimento de um *serious game* durante o período de formação acadêmica, classifica-se esta como uma pesquisa descritiva (HAIR, 2005).

Para a elaboração do *survey* obteve-se como referência o estudo de Romero *et al.*, (2015) que utilizam um conjunto de quinze habilidades tidas como as “Habilidades do século 21”, identificadas em diversos estudos e compiladas primeiramente no estudo de Voogt e Roblin (2012). Foram elaborados dois modelos de *survey*, porém com um único instrumento de pesquisa com escalas do tipo *Likert*, sendo que o que diferencia um *survey* do outro é apenas a sentença de análise voltada para cada público-alvo, a saber:

- **Game designer (GD):** Eu considero que o jogo (...) **desenvolve nos usuários...**
- **Aluno (usuário):** Eu considero que o jogo (...) **possibilitou que eu desenvolvesse...**

Para validação do instrumento de pesquisa, o mesmo foi encaminhado para análise para três acadêmicos especialistas da área de jogos, apresentado e discutido em uma sessão de análise da disciplina de Tópicos Avançados em Estratégia, do programa de Mestrado Profissional, além de ser aplicado, a título de pré-teste, para 5 alunos do curso de graduação de Jogos em uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada da cidade de São Paulo, realizado no mês de outubro de 2015.

Após todas as considerações captadas e os ajustes realizados no instrumento de pesquisa, foram aplicados 128 questionários, sendo 4 para *game designers* (GD) e 124 para alunos de dois cursos de graduação (curso “A” e curso “B”) da referida IES no mês de novembro de 2015. A pesquisa objetivou analisar a percepção de apenas 2 jogos desenvolvidos e utilizados por alunos da IES. Os dois jogos, sendo estes o “ALFA” e “BETA” (nomes fictícios atribuídos para preservação das fontes), foram desenvolvidos, cada um, por uma dupla dos GD participantes da pesquisa.

O levantamento dos dados foi composto por questionários estruturados, divididos em duas seções principais: a seção I é composta por duas questões demográficas (categóricas) com o propósito de caracterizar o perfil dos respondentes, sendo estas: sexo e faixa etária. A seção II é composta por questões preditoras divididas em dois conjuntos, sendo que o primeiro tem o objetivo de avaliar, na percepção de alunos e GD, em que medida eles acreditam que as “Habilidades do século 21” foram desenvolvidas por meio da utilização do jogo em questão, e o segundo objetiva a identificação de quais habilidades devem ser priorizadas na elaboração de um *serious game* e quais são menos relevantes.

Os dados foram tratados utilizando o pacote estatístico SPSS® (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 23.0.

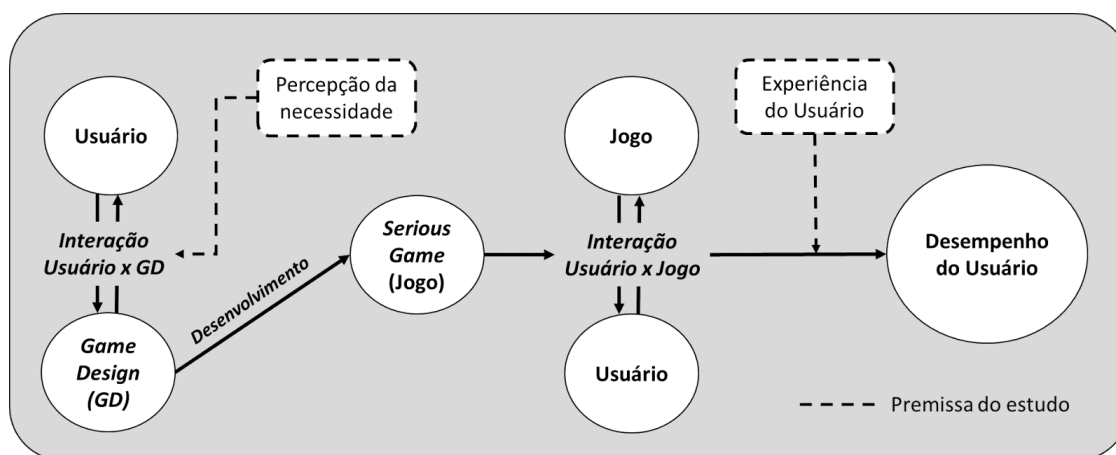
3.1 Modelo Conceitual e Premissa do Estudo

A revisão da literatura, juntamente com o objetivo do estudo de identificar se a percepção de *game designers* sobre o nível de desenvolvimento de habilidades que um *serious game* específico pode provocar, reflete a percepção de usuários de jogos, possibilitou o desenvolvimento de um Modelo Conceitual do estudo (Figura 2).

O modelo conceitual do estudo (Figura 2) demonstra o processo de desenvolvimento de um *serious game* até o resultado que este pode proporcionar ao

usuário, sendo que, por meio da percepção da necessidade de criação de um jogo (SG), captada pelo game designer, a interação entre o jogo (SG) e o usuário irá proporcionar um dado desempenho ao mesmo, tendo como fator preponderante, a experiência do usuário com o jogo (SG).

Figura 2 – Modelo conceitual do estudo



Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

O estudo tem como premissa que o desenvolvimento de um jogo (SG) deve estar atrelado à identificação das necessidades vivenciadas por seu público-alvo, bem como das expectativas deste após sua experiência com o jogo. Tal premissa faz com que se desenvolva um processo de interação entre o GD e usuário (público-alvo) com o objetivo de captação de informações e dados através de entrevistas e convivência em um ambiente de testes.

Sendo assim, o estudo tem como premissa que a percepção do *game designer* reflete a percepção de desempenho do usuário após sua interação e experiência com o jogo.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Da amostra de 124 questionários aplicados a alunos, 6 foram invalidados por apresentarem inconsistência de preenchimento, sendo que, dos 118 questionários válidos, 72 (61%) representavam alunos de graduação do curso “A” e 46 (39%) alunos de graduação do curso “B” que utilizam tais jogos em disciplinas específicas de seu curso. Cabe ressaltar que o critério de inclusão na pesquisa era ser usuário de um dos jogos analisados. Os perfis dos respondentes dos dois cursos se

assemelham, sendo que o curso “A” possui em sua maioria alunos do sexo feminino (63,5%), com faixa etária entre os 21 a 25 anos (65,7%), sendo que no curso “B” o sexo feminino representa 71%, com faixa etária entre 21 a 25 anos (73%).

4.1 Análise Descritiva dos Dados

Após análise exploratória e tabulação dos dados coletados, foi realizado o agrupamento das médias atribuídas pelos respondentes sobre a percepção do desenvolvimento de “Habilidades do século 21” que o jogo “ALFA” e “BETA” deveriam promover [percepção dos *gamer designers*] e por outro lado, o que o jogo desenvolveu [percepção dos usuários (alunos)].

Para obter-se uma visão mais precisa dos dados, optou-se por apresentar a percepção dos GD (Tabela 1) por jogo e de forma isolada, e, posteriormente, agrupada com a percepção dos usuários (Gráfico 2), sendo que, neste caso, os dados revelam os valores das médias por habilidades.

Tabela 1 – Percepção dos *Game Designers* das habilidades que os jogos ALFA e BETA deveriam desenvolver nos usuários.

Percepção dos Desenvolvedores	Jogo ALFA		Jogo BETA	
	GD1	GD2	GD1	GD2
Aprender a aprender	5	4	5	3
Assumir riscos	4	3	3	5
Colaboração/Trabalho em equipe	4	4	1	1
Comunicação	4	4	5	2
Conhecimento da comunicação e informação tecnológica	5	5	2	4
Controle de si	5	3	2	1
Criatividade	5	3	2	2
Desenvolvimento da produtividade e da qualidade nas tarefas	4	4	4	5
Flexibilidade e adaptabilidade	4	3	1	5
Gerir e resolver conflitos	4	5	3	3
Habilidades sociais e/ou culturais	4	2	1	3
Pensamento crítico	5	5	4	5
Planejamento	5	3	5	4
Resolução de problemas	5	5	5	4
Senso de iniciativa e empreendedorismo	4	2	1	1

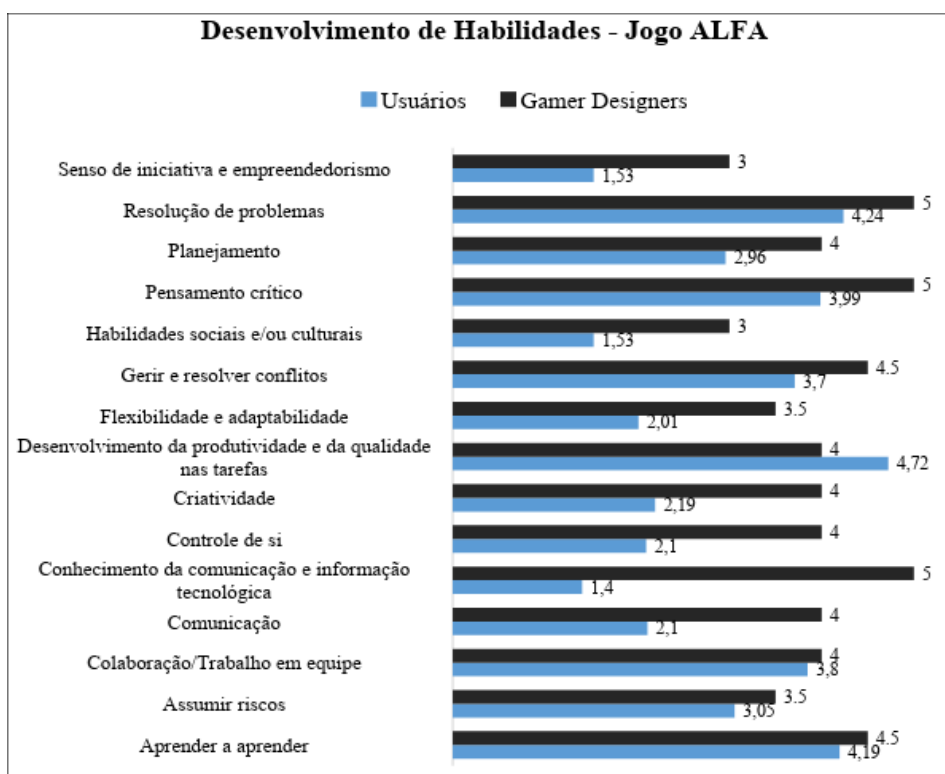
Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

A Tabela 1 revela que os GD que desenvolveram o jogo ALFA apresentam uma discordância de pelo menos um ponto entre 8 das 15 habilidades avaliadas, sendo que, destas 8 habilidades, 5 possuem uma margem de discordância de dois

pontos. Já os GD que desenvolveram o jogo BETA demonstram uma discordância de pelo menos um ponto entre 11 das 15 habilidades, sendo que, destas 11 habilidades, 5 possuem uma margem de discordância de dois pontos, porém o que chama a atenção é o fato das habilidades comunicação e flexibilidade e adaptabilidade possuírem uma discrepância de três pontos entre si. Não há como demonstrar se havia uma escala que apontasse a intensidade que cada habilidade deveria ser retratada no projeto de desenvolvimento do jogo ALFA e BETA, apenas é possível compreender que não há um alinhamento entre os GD sobre o que cada habilidade deveria proporcionar em relação a sua intensidade para o usuário.

Como mencionado, o Gráfico 1 demonstra o cálculo da média dos dados obtidos referente a percepção de GD e usuários sobre o desenvolvimento de habilidades desenvolvidas pelo jogo ALFA. O que se pode identificar é que, das 15 habilidades, 9 possuem discordância entre os grupos maior que um ponto, sendo estas: senso de iniciativa e empreendedorismo, planejamento, pensamento crítico, habilidades sociais e/ou culturais, flexibilidade e adaptabilidade, criatividade, controle de si, conhecimento da comunicação e informação tecnológica e comunicação.

Gráfico 1 – Habilidades que o jogo ALFA desenvolve pela percepção dos Desenvolvedores e Usuários.



Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

No agrupamento das médias atribuídas pelos usuários do jogo “ALFA”, é possível identificar, na Tabela 2, que as competências mais desenvolvidas foram: desenvolvimento da produtividade e da qualidade nas tarefas (4,72), resolução de problemas (4,24) e aprender a aprender (4,19), apresentando todas as quatro uma proximidade inferior a um ponto, se comparadas à percepção dos GD. As competências que o jogo menos desenvolveu foram: conhecimento da comunicação e informação tecnológica (1,40), habilidades sociais e/ou culturais (1,53) e senso de iniciativa e empreendedorismo (1,53).

Tabela 2 – Percepção dos Usuários sobre o desenvolvimento de habilidades promovidas pelo jogo ALFA.

Desenvolvimento de Competências - Alunos - Jogo ALFA	Média n = 72	Desvio Padrão
Aprender a aprender	4,19	0,89
Assumir riscos	3,06	0,66
Colaboração/Trabalho em equipe	3,85	0,62
Comunicação	2,11	0,57
Conhecimento da comunicação e informação tecnológica	1,40	0,62
Controle de si	2,10	0,6
Criatividade	2,19	0,59
Desenvolvimento da produtividade e da qualidade nas tarefas	4,72	0,53
Flexibilidade e adaptabilidade	2,01	0,68
Gerir e resolver conflitos	3,71	0,68
Habilidades sociais e/ou culturais	1,53	0,74
Pensamento crítico	3,99	0,77
Planejamento	2,96	0,68
Resolução de problemas	4,24	0,74
Senso de iniciativa e empreendedorismo	1,53	0,74

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

O teste de igualdade das médias (Teste – t: presumindo variâncias diferentes) para o jogo ALFA indicou que, das 15 habilidades, apenas uma se mostra igual entre os dois grupos investigados: colaboração/trabalho e equipe. Essa competência foi significativa ao nível de 5% pelo teste “t”, conforme apresentado na Tabela 3. É possível que tal achado tivesse uma configuração diferente se houvesse um número de GD mais representativo.

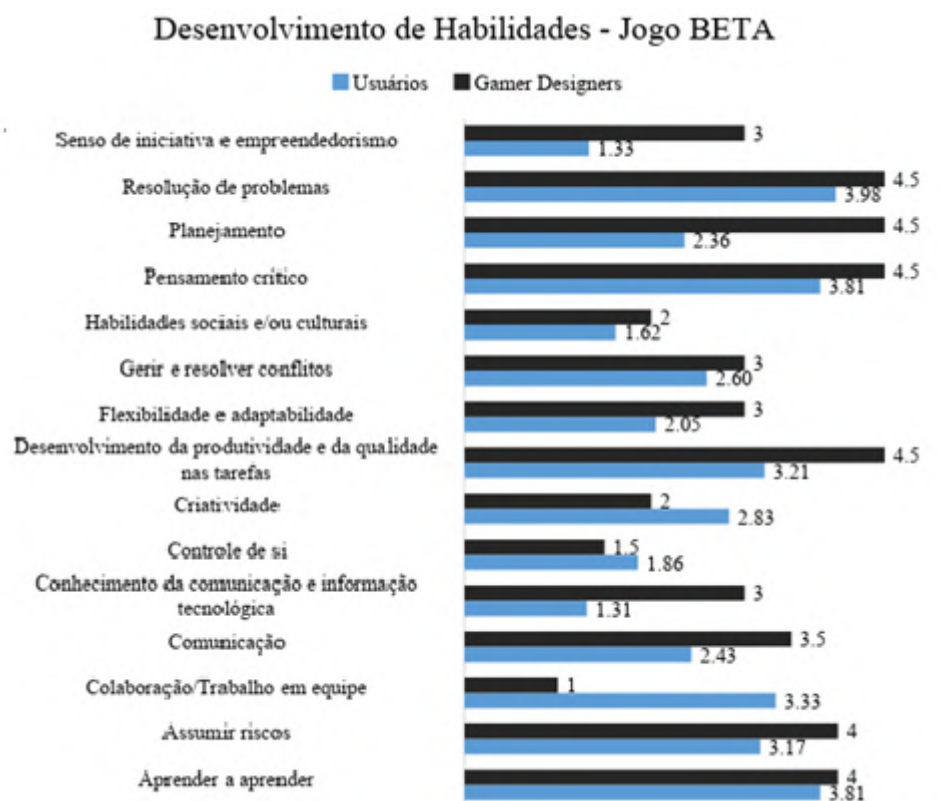
Tabela 3 – Teste de Igualdade das Médias entre as Habilidades que o jogo ALFA desenvolve pela percepção dos Usuários e Desenvolvedores.

Variáveis - Habilidades	Média Usuário	Média GD	Sig. - t
Aprender a aprender	4,19	4,5	0,66
Assumir riscos	3,05	3,5	0,54
Colaboração/Trabalho em equipe	3,85	4	0,04
Comunicação	2,11	4	3,42
Conhecimento da comunicação e informação tecnológica	1,4	5	1,32
Controle de si	2,1	4	0,31
Criatividade	2,19	4	0,32
Desenvolvimento da produtividade e qualidade nas tarefas	4,72	4	9,77
Flexibilidade e adaptabilidade	2,01	3,5	0,21
Gerir e resolver conflitos	3,7	4,5	0,36
Habilidades sociais e/ou culturais	1,53	3	0,38
Pensamento crítico	3,98	5	4,3
Planejamento	2,96	4	0,49
Resolução de problemas	4,24	5	6,89
Senso de iniciativa e empreendedorismo	1,53	3	0,38

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

O mesmo conjunto de análise foi realizado em relação aos usuários e GD do jogo “BETA”. Como mencionado, o Gráfico 2 demonstra a percepção de GD e usuários sobre o desenvolvimento de habilidades promovidas pelo jogo BETA, e o que se pode identificar é que das 15 habilidades, 6 possuem discordância maior que um ponto, sendo estas: senso de iniciativa e empreendedorismo, planejamento, desenvolvimento da produtividade e qualidade nas tarefas, comunicação, conhecimento da comunicação e informação tecnológica e colaboração/trabalho em equipe.

Gráfico 2 – Habilidades que o jogo BETA desenvolve pela percepção dos Desenvolvedores e Usuários.



Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

No agrupamento das médias atribuídas pelos usuários do jogo “BETA”, é possível identificar na Tabela 4 que as competências mais desenvolvidas foram: resolução de problemas (3,98), pensamento crítico (3,81) e aprender a aprender (3,81), apresentando todas as três uma proximidade inferior a um ponto, se comparadas à percepção dos GD. As competências que o jogo menos desenvolveu foram: conhecimento da comunicação e informação tecnológica (1,31), senso de iniciativa e empreendedorismo (1,62) e habilidades sociais e/ou culturais (1,33), tendo apenas esta última proximidade inferior a um ponto perante a percepção dos GD.

Tabela 4 – Percepção dos Usuários sobre o desenvolvimento de habilidades promovidas pelo jogo BETA.

Desenvolvimento de Competências - Alunos - Jogo ALFA	Média n = 46	Desvio Padrão
Aprender a aprender	3,81	0,59
Assumir riscos	3,17	0,48
Colaboração/Trabalho em equipe	3,33	0,75
Comunicação	2,43	0,79
Conhecimento da comunicação e informação tecnológica	1,31	0,51
Controle de si	1,86	0,71
Criatividade	2,83	0,53
Desenvolvimento da produtividade e qualidade nas tarefas	3,21	0,71
Flexibilidade e adaptabilidade	2,05	0,65
Gerir e resolver conflitos	2,60	0,87
Habilidades sociais e/ou culturais	1,62	0,82
Pensamento crítico	3,81	0,73
Planejamento	2,36	0,65
Resolução de problemas	3,98	0,56
Senso de iniciativa e empreendedorismo	1,33	0,68

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

O teste de igualdade das médias (Teste t: presumindo variâncias diferentes) para o jogo BETA, indicou que, das 15 habilidades, apenas duas se mostram iguais entre os dois grupos investigados: gerir e resolver conflitos e senso de iniciativa e empreendedorismo. Essa competência foi significativa ao nível de 5% pelo teste “t”, conforme apresentado na Tabela 3. Novamente se faz necessário questionar que seria possível que tal achado teria uma configuração diferente se houvesse um número de GD mais representativo.

Tabela 5 – Teste de Igualdade das Médias entre as Habilidades que o jogo BETA desenvolve pela percepção dos Usuários e Desenvolvedores.

Desenvolvimento de Habilidades	Média Usuário	Média GD	Sig. t
Aprender a aprender	3,8	4	0,88
Assumir riscos	3,17	4	0,56
Colaboração/Trabalho em equipe	3,33	1	8,47
Comunicação	2,43	3,5	0,6
Conhecimento da comunicação e informação tecnológica	1,31	3	0,34
Controle de si	1,85	1,5	0,61
Criatividade	2,83	2	1,26
Desenvolvimento da produtividade e da qualidade nas tarefas	3,21	4,5	0,24
Flexibilidade e adaptabilidade	2,4	3	0,71
Gerir e resolver conflitos	2,59	3	0,005
Habilidades sociais e/ou culturais	1,62	2	0,77
Pensamento crítico	3,8	4,5	0,4
Planejamento	2,35	4,5	0,48
Resolução de problemas	3,97	4,5	0,49
Senso de iniciativa e empreendedorismo	1,33	1	0,003

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

O estudo buscou identificar, na opinião de Game Designers (GD) e usuários, cinco habilidades dentre as quinze “Habilidades do Século 21” que deveriam ser consideradas como as mais importantes e menos importantes ao ser desenvolvido um *serious game*. A obtenção dos votos possibilitou, além da classificação por importância, a classificação destas em um nível de prioridade devido ao cumulativo de votos por habilidade.

Neste contexto, a opinião dos usuários revela, por meio da Tabela 6, que as cinco habilidades mais importantes, em uma ordem ranqueada, são: aprender a aprender, resolução de problemas, desenvolvimento da produtividade e da qualidade nas tarefas, criatividade e colaboração/trabalho em equipe. As habilidades menos importantes, em uma ordem ranqueada, são: habilidades sociais e/ou culturais, conhecimento da comunicação e informação tecnológica, flexibilidade e adaptabilidade, senso de iniciativa e empreendedorismo e planejamento.

Tabela 6 – Opinião dos Usuários sobre as Habilidades Mais Importantes e Menos Importantes ao se Desenvolver um *Serious Game*.

Habilidades para um <i>Serious Game</i> (n=118)	Mais Importantes	%	Menos Importantes	%
Aprender a aprender	89	75	0	0
Assumir riscos	28	24	29	25
Colaboração/Trabalho em equipe	53	45	0	0
Comunicação	33	28	17	14
Conhecimento da comunicação e informação tecnológica	5	0,4	101	86
Controle de si	17	14	33	28
Criatividade	55	47	10	8
Desenvolvimento da produtividade e da qualidade nas tarefas	64	54	14	12
Flexibilidade e adaptabilidade	15	13	84	71
Gerir e resolver conflitos	48	41	29	25
Habilidades sociais e/ou culturais	6	0,5	109	92
Pensamento crítico	45	38	15	13
Planejamento	24	20	48	41
Resolução de problemas	81	69	3	0,3
Senso de iniciativa e empreendedorismo	12	1	83	70

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

A tentativa de realizar a mesma análise descrita acima, mas sobre as opiniões dos GD ficou prejudicada em virtude da amostra ser composta por apenas 4 respondentes; este fato impossibilitou a obtenção de um resultado preciso sobre a identificação das cinco principais habilidades e também de se alcançar uma ordem ranqueada das mesmas. Diante disso, optou-se por demonstrar uma visão geral das opiniões dos GD, sendo apresentada na Tabela 7 a opinião de cada um sobre o que consideram.

As três habilidades mais importantes apontadas pelos GD no desenvolvimento de um *serious game* são: aprender a aprender, criatividade e planejamento. As três habilidades menos importantes são: conhecimento da comunicação e informação tecnológica, habilidades sociais e/ou culturais e senso de iniciativa e empreendedorismo.

A comparação entre as opiniões de usuários e GD sobre as habilidades mais importantes para um *serious game* convergem apenas entre duas delas, sendo estas: aprender a aprender e criatividade. Na comparação sobre quais habilidades são menos importantes revela que todas as três mencionadas pelos GD refletem a opinião dos usuários.

Tabela 6 – Opinião dos *Game Designers* sobre as Habilidades Mais Importantes e Menos Importantes ao se Desenvolver um *Serious Game*.

Habilidades para um <i>Serious Game</i> (n = 4)	Mais Importantes				Menos Importantes			
	GD1	GD2	GD3	GD4	GD1	GD2	GD3	GD4
Aprender a aprender	■	■	■					■
Assumir riscos			■		■			■
Colaboração/Trabalho em equipe	■			■				
Comunicação		■		■				
Conhecimento da comunicação e informação tecnológica						■	■	■
Controle de si					■		■	
Criatividade	■	■		■				
Desenvolvimento da produtividade e da qualidade nas tarefas					■		■	
Flexibilidade e adaptabilidade			■			■		
Gerir e resolver conflitos		■			■			
Habilidades sociais e/ou culturais						■	■	■
Pensamento crítico	■			■		■	■	
Planejamento		■	■	■				
Resolução de problemas	■		■					
Senso de iniciativa e empreendedorismo					■	■		■

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

5 CONCLUSÃO

O objetivo do estudo de identificar se a percepção de *game designers* sobre o nível de desenvolvimento de habilidades que um *serious game* específico pode provocar reflete a percepção de usuários de jogos que pode ser alcançado, tendo sido revelado nos grupos analisados que não reflete.

Pode ser identificado o nível de contribuição que um determinado *serious game* contribui para o desenvolvimento de habilidades em seus usuários, tendo, no caso deste artigo, avaliado dois jogos e seus respectivos usuários, alcançando um dos objetivos específicos propostos.

Uma contribuição que o estudo gerou foi de identificar e ranquear as principais “Habilidades do século 21” que devem contempladas, na visão da amostra estudada, para o desenvolvimento de um *serious game*, além de serem também apontadas as habilidades deste conjunto que menos importariam para um *serious game*. Tal contribuição contempla o segundo objetivo específico do estudo.

A análise comparativa das médias entre usuários e GD revelou uma proximidade em algumas habilidades, mas o achado não se mostra relevante, pelo

fato de ser um número baixo e, principalmente pelos testes de igualdade de médias revelarem desigualdade para a grande maioria das habilidades analisadas.

Desta forma, três tópicos merecem destaque, sendo estes:

- Comparativamente, usuários demonstram um grau de crítica em todas as avaliações, enquanto os GD parecem ser mais otimistas na maioria das respostas.

- As habilidades **conhecimento da comunicação e da informação tecnológica** são o tópico que apresenta maior discrepância, sendo necessária realização de novas pesquisas para melhor explorar esta diferenciação.

- As habilidades **aprender a aprender e resolução de problemas** demonstraram ser habilidades importantes para ambos os grupos.

A principal contribuição do estudo está no fato de ser possível demonstrar que houve uma falta de alinhamento entre os GD e usuários do universo estudado para o desenvolvimento dos jogos ALFA e BETA. Tal fato deve corroborar para que medidas sejam tomadas no sentido de se rever o formato de captação das necessidades dos usuários perante seu contexto acadêmico e realidade a ser vivenciada no mercado de trabalho.

Diante disto, sugere-se que haja maior interação, não somente na fase de captação e percepção da necessidade do usuário, mas que nas fases de desenvolvimento e ambientes de testes de tais jogos, o usuário possa se integrar com o intuito de contribuir para que o resultado final seja o máximo de aproveitamento do mesmo no contato com o jogo, possibilitando que novas habilidades sejam desenvolvidas e estas contribuam para um melhor desempenho acadêmico e profissional, refletindo, assim, o real propósito de um *serious game*.

Ressalta-se como limitação do estudo o fato da população-alvo ser composta por uma amostra não probabilística, sendo que tal fato inviabiliza a generalizações a outros jogos e usuários diferentes do universo pesquisado. Como sugestões para estudos futuros, seria importante a identificação de novas habilidades para que pudessem contribuir para novas análises, sendo estas apontadas tanto por GD quanto por usuários.

REFERÊNCIAS

ARGYRIS, C.; PUTNAM, R.; SMITH, D. M. Action science: **Action science concepts, methods and skills for research and intervention**. Nova York: Jossey Bass, 1985.

BINKLEY, M.; ERSTAD, O.; HERMAN, J.; RAIZEN, S.; RIPLEY, M.; RUMBLE, M. **Defining 21st century skills, draft white paper**. Melbourne, Australia: University of Melbourne, 2011.

CARMELI, A.; TISHLER, A. An empirical analysis of the relative importance of managerial skills of the firm's top management team. **International Journal of Manpower**, v. 27, n. 1, pp. 9-36, 2006.

COONRADT, C. **The Game of work: How to Enjoy Work as much as Play**. Layton Utah: Gibbs Smith Publisher, 2007.

DEDE, C. Comparing frameworks for 21st century skills. **Rethinking how students learn**, v. 20, pp. 51-76, 2010.

DETERDING, S.; O'HARA, K.; SICART, M.; DIXON, D; NACKE, L. **Gamification: using game-design elements in non-gaming contexts**. In: CHI'11 extended abstracts on human factors in computing systems. ACM. p. 2425-2428, 2011.

DIGNAN, A. **Game Frame: Using Games as a Strategy for Success**. New York: Simon and Shuster, 2011.

FERRARA, J. **Playful Design: Creating Game Experiences in Everyday Interfaces**. New York: Rosenfeld Media, 2012.

FRANG, K; MELLSTRAND, R. **Enterprise Gamification of the Development Process at an Infocom Consultancy Company**. 2012, 136 p. Dissertação de Mestrado em Engenharia Industrial. Lunds Universitet. Lund-Suécia.

GRANT, G. On competence: **A critical analysis of competence-based reforms in higher education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1979.

HAIR, J.; BABIN, B.; MONEY, A.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookmam, 2005.

HERGER, Mario. Gamification Facts & Figures. **Enterprise-Gamification. com**, 2012.

MALONE, T.W. **How make things fun to learn: a study of intrinsically motivating computer games**. California: Xerox, Palo Alto Research Center, 1980.

MICHAEL, D.; CHEN, S. **Serious games: Games that educate, train, and inform**. Boston: Thompson Publishing, 2005.

MCGONIAL, J. Reality is broken: **Why games make us better and how they can change the world**. New York: Penguin Press, 2011.

JONES, N. R. **Effective thinking skills: Preventing and managing personal problems**. London: Cassell, 1996.

KICKMEIER-RUST, M. D.; DIETRICH, A. Educationally adaptive: Balancing serious games. **International Journal of Computer Science**, v. 11, pp. 15-28, 2012.

OWENS, M. D. It's All in the Game: Gamification, Games, and Gambling. **Gaming Law Review and Economics**, v. 16, n. 3, pp. 114-118, 2012.

PEE, Naim Che. **Computer Games Use in an Educational System**. 2011. Tese de Doutorado. University of Nottingham, UK.

PRENSKY, M. **Don't bother me, mom, I'm learning:” How computer and video games are preparing your kids for 21st century success And how you can help**. Saint Paul: Paragon House, 2006.

PRENSKY, M. **The emerging online life of the digital native**. New York D.C.: [s.n.], 2004. Disponível em:

<http://www.bu.edu/ssw/files/pdf/PrenskyThe_Emerging_Online_Life_of_the_Digital_Native-033.pdf>. Acesso em: 03 out. 2015

REDECKER, C.; LEIS, M.; LEENDERTSE, M.; PUNIE, Y.; GIJSBERS, G.; KIRSCHNER, P. **The future of learning: Preparing for change**. Luxemburgo D.C.: [s.n.], 2011. Disponível

em:<<http://dspace.ou.nl/bitstream/1820/4196/1/The%20Future%20of%20Learning%20-%20Preparing%20for%20Change.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015

ROMERO, M.; USART, M.; ALMIRALL, E. **Serious games in a finance course promoting the knowledge group awareness**. Barcelona, Spain D.C.: [s.n.], 2011. Disponível em: <<https://library.iated.org/view/ROMERO2011SER>>. Acesso em: 20 out. 2015

ROMERO, M.; USART, M.; OTT, M. Can Serious Games Contribute to Developing and Sustaining 21st Century Skills?. **Games and Culture**, v. 10, n. 2, pp. 148-177, 2015.

ROMERO, M; USART, M. Serious Games Integration in an Entrepreneurship Massive Online Open Course (MOOC). In: *Serious Games Development and Applications*. Springer Berlin Heidelberg, pp. 212–225, 2013.

SALEN, K.; ZIMMERMAN, E. *Rules of play: game design fundamentals*. Massachusetts: MIT Press, 2004.

SPADY, W. G. Competency based education: A bandwagon in search of a definition. *Educational researcher*, v. 6, n. 1, pp. 9-14, 1977.

SUE, D. W.; ARREDONDO, P.; MCDAVIS, R. J. Multicultural counseling competencies and standards: A call to the profession. *Journal of Counseling & Development*, v. 70, n. 4, pp. 477-486, 1992.

STUART, L.; DAHM, E. 21st century skills for 21st century jobs. Washington, 1999. Disponível em: <http://digitalcommons.ilr.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1153&content=key_workplace>. Acesso: 18 nov. 2015

TAKAHASHI, D. EA's chief creative officer describes game industry's re-engineering. San Francisco, 2009. Disponível em: <<http://venturebeat.com/2009/08/26/eas-chief-creative-officer-describes-game-industrys-re-engineering/>>. Acesso: 20 nov. 2015

ULICSAK, M.; WRIGHT, M. Games in Education: Serious Games. Futurelab Series. Inglaterra, 2010. Disponível em: <http://media.futurelab.org.uk/resources/documents/lit_reviews/SeriousGames_Review>. Acesso: 28 nov. 2015

VOOGT, J.; ROBLIN, N. P. A comparative analysis of international frameworks for 21st century competences: Implications for national curriculum policies. **Journal of Curriculum Studies**, 44, 299–321, 2012.

VOGEL, R. The effect of a simulation game on the attitude of political efficacy. *Simulation & Games*, v. 4, n. 1, pp. 71-79, 1973.

WERBACH, K.; HUNTER, D. **For the Win: How Game Thinking Can Revolutionize Your Business**. EUA: Wharton Digital Press, 2012.

WISNIEWSKI, M. A. Leadership and the millennials: Transforming today's technological teens into tomorrow's leaders. *Journal of Leadership Education*, v. 9, n. 1, pp. 53-68, 2010.

Submetido em: 10 de julho 2018

Aprovado em: 08 de fevereiro de 2019

CONTROLE INTERNO, AUDITORIA INTERNA E A METODOLOGIA COSO: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO NOS PRINCIPAIS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS DE CONTABILIDADE NO PERÍODO DE 2007 A 2017

Natalieide Gomes Macena da Paixão¹

Alan Santos de Oliveira²

Julliene Larissa de Abreu Lima³

Lívia Maria da Silva Santos⁴

Resumo: O objetivo deste estudo foi traçar um perfil da produção científica sobre o controle interno, auditoria interna e a metodologia COSO, publicada em periódicos de contabilidade indexados na Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação de Ciências Contábeis (ANPCONT), por meio de uma análise bibliométrica, no período de 2007 a 2017. Este trabalho caracterizou-se com sendo uma pesquisa descritiva, de natureza quantitativa, com procedimentos de coleta de dados de pesquisa documental. Nos resultados encontrados ficou evidente que as pesquisas, acerca do item, intensificaram-se a partir de 2010; elas foram desenvolvidas, sobretudo, por Contadores (78%), seguido de Administradores; as pesquisas se dividem entre exploratórias e descritivas, e, geralmente, são de natureza qualitativa (72,22%) e adotam procedimentos técnicos de pesquisa documental (46,15%) e estudos de caso (34,61%). O documento publicado pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, acerca do gerenciamento de riscos corporativos, através do método COSO, é o mais citado entre os autores, seguido pelo INTOSAI e pela Lei SOX. Há prevalência no uso de fontes nacionais (68,28%). Conclui-se que a amostra de estudos publicados nos periódicos de contabilidade, das principais revistas da área, ainda é pequena, a despeito do tema ter sido trabalhado por diversos autores.

Palavras-chave: Controle interno; Auditoria interna; COSO.

¹ Graduada em Ciências Contábeis e Especialista em Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ.

² Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) da UFPB. Graduado em Ciências Contábeis e Especialista em Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ. Professor Assistente e Membro do Núcleo Docente Estruturante do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Tem experiência em pesquisas na área de contabilidade, com ênfase em Contabilidade para usuários internos.

³ Graduada em Ciências Contábeis e Especialista em Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ.

⁴ Doutoranda em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba (2018). Mestra em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba (2016). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (2014). Foi Professora Assistente do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ)

INTERNAL CONTROL, INTERNAL AUDIT, AND THE COSO METHODOLOGY: A BIBLIOMETRIC STUDY IN THE MAIN SCIENTIFIC JOURNALS OF ACCOUNTING FROM 2007 TO 2017

Abstract: The objective of this study was to draw a profile of the scientific production on internal control, internal audit and the COSO methodology, published in accounting journals indexed at the National Association of Graduate Programs of Accounting Sciences (ANPCONT), through a bibliometric analysis, in the period from 2007 to 2017. This work was characterized as descriptive research, of a quantitative nature, with data collection procedures for documentary research. In the results it was evident that the researches about the item intensified from 2010; they were mainly developed by Accountants (78%), followed by Administrators; the research divide between exploratory and descriptive, and generally are of a qualitative nature (72.22%) and adopt technical procedures of documentary research (46.15%) and case studies (34.61%). The document published by the Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission on corporate risk management through the COSO method is the most cited among the authors, followed by INTOSAI and the SOX Law. There is a prevalence in the use of national sources (68.28%). It is concluded that the sample of studies published in the accounting journals, of the main journals in the area, is still small, in spite of the fact that the subject has been worked by several authors.

Keywords: Internal control. Internal audit. COSO.

1 INTRODUÇÃO

A internacionalização dos mercados e a nova ordem econômica mundial têm elevado a importância do gerenciamento contábil nas organizações. Especial atenção tem sido dada ao controle interno e a auditoria, cujo objetivos convergem em proporcionar um conjunto de regras e diretrizes, que visa minimizar a probabilidade de falhas ou desvios, permitindo, ao usuário, as informações necessárias para um melhor controle, clareza e transparência dos negócios. O controle interno é capaz de antecipar possíveis erros, desperdícios e fraudes nas organizações.

Com esse propósito, o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) publicou a obra *Internal Control – Integrated Framework* (COSO, 2007), para ajudar as empresas na avaliação e aperfeiçoamento de seus sistemas de controle interno. O método COSO se apresenta como uma estratégia facilitadora para otimizar o gerenciamento de riscos nas organizações.

A metodologia COSO ocupou-se em padronizar os conceitos sobre controle interno, quando do advento da Lei *Sarbaner-Oxley* (SOX, 2002). A Lei SOX é o conjunto de regras normativas elaborado por Paul Sarbanes e Michael Oxley, com o

intuito de garantir a veracidade dos dados contábeis. A lei visa, também, disciplinar a criação de comitês de auditoria.

Desse modo, a pesquisa trata do controle interno, considerando que o tema vem sendo alvo de muitas pesquisas na academia. Estudos como os de Maia *et al.* (2005) e Souza Jr. e Silva (2016), por exemplo, destacam a excelência corporativa como resultado de um método eficiente de controle interno. O tema é importante para as organizações, ao ponto de algumas delas estarem implementando seus próprios modelos de gerenciamento de controles internos (FARIAS; DE LUCCA; MACHADO, 2009).

As evidências nos periódicos científicos, no campo da contabilidade, também apontam uma relação positiva entre os controles internos e as melhores práticas gerenciais, em relação à aplicação da Lei SOX (OLIVEIRA; LINHARES, 2007); no contexto das organizações públicas (MIYOSHI; NAKAO, 2012; CANNAVINA; PARISI, 2015; MOTEIRO, 2015; ARAÚJO *et al.*, 2016; SOUSA Júnior.; SILVA, 2016; SOUSA; SOUTO; NICOLAU, 2017); em cooperativas de crédito (VASCONCELOS *et al.*, 2017); na evidenciação de riscos (ZONATTO; BEUREN, 2009; PELEIAS *et al.*, 2017); e no planejamento estratégico e gerenciamento nas empresas (FARIAS; LUCA; MACHADO, 2009; FAJARDO; WANDERLEY, 2010).

Diante desse panorama, este estudo se mostra relevante, na medida em que busca compilar, através de um estudo bibliométrico, informações sobre o tema com base nos periódicos científicos de contabilidade indexados na Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação de Ciências Contábeis (ANPCONT). Através deste estudo, acredita-se que pesquisadores poderão se beneficiar dos aspectos inerentes ao controle interno mapeados aqui, com base em pesquisas válidas, que podem contribuir com a busca do conhecimento já publicado.

Ante o exposto, surge a seguinte questão de pesquisa: **Qual é o perfil das pesquisas, que tratam do controle interno, auditoria interna e metodologia COSO, publicadas nos periódicos de Contabilidade do Brasil, indexados na ANPCONT, na última década?**

Para o deslinde da questão, o objetivo deste estudo é traçar um perfil da produção científica sobre o controle interno, auditoria interna e a metodologia

COSO, publicada em periódicos de contabilidade indexados na Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação de Ciências Contábeis (ANPCONT).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta a revisão da literatura acerca do controle interno, auditoria interna e metodologia COSO, que fundamenta a presente pesquisa.

2.1 Controle Interno

No universo corporativo, o controle interno desempenha a função de proteger os ativos da empresa, garantindo, assim, a precisão dos dados financeiros e econômicos, e promovendo a eficiência operacional. Por encorajar a adoção de políticas, regras e leis, o controle interno contribui com a tomada de decisão dos gestores de forma mais segura, reduzindo riscos e minimizando erros (ALMEIDA, 2010). Para Attie (1998, p. 111):

O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração (ATTIE, 1998, p. 111).

O controle está inserido em todos os níveis organizacionais, desde a avaliação de desempenho de pessoas, como o controle dos métodos e processos gerenciais, de máquinas e equipamentos e dos produtos e serviços, inerentes às atividades empresariais (PELEIAS *et al.*, 2017).

D'Avila e Oliveira (2002, p. 80) ressaltam que “as atividades de controle podem ser divididas em quatro categorias, baseadas na natureza do objetivo a que se relacionam: operacional, de mensuração financeira, de cumprimento de leis e regulamentos e de proteção de ativos”.

Attie (1998, p. 112), por sua vez, define a abrangência do controle interno no que se refere aos objetivos das organizações:

Todos os meios planejados numa empresa para dirigir, restringir, governar e conferir suas várias atividades com o propósito de fazer cumprir os seus objetivos. Os meios de controle incluem, mas não se limitam a: forma de organização, políticas, sistemas, procedimentos, instruções, padrões, comitês, plano de contas, estimativas, orçamentos, inventários, relatórios, registros, métodos, projetos, segregação de funções, sistema de autorização e aprovação, conciliação, análise, custódia, arquivo, formulários, manuais de procedimentos, treinamento, casta de fiança, etc (ATTIE, 1998, p. 112).

Não obstante, a eficácia de um sistema de controle interno nas organizações só se verifica quando existe um objetivo claro a ser atingido. Em 1992, o COSO publicou o “*Internal Control – Integrated Framework*”, que estabelece uma estrutura de controles internos e fornece ferramentas de avaliação para uso de empresas e de outras entidades para avaliar seus sistemas de controle.

O “*Internal Control – Integrated Framework*” define o controle interno como:

[...] um processo conduzido pelo conselho de administração, pela administração e pelo corpo de empregados de uma organização, com a finalidade de possibilitar uma garantia razoável quanto à realização dos objetivos nas seguintes categorias: eficácia e eficiência das operações; confiabilidade das demonstrações financeiras; e conformidade com leis e regulamentos cabíveis (COSO, 2007, p. 119).

O controle interno está diretamente ligado ao gerenciamento de riscos corporativos. Esse gerenciamento tem um caráter mais amplo do que o controle interno em si, na medida em que expande o universo de análise e acrescenta detalhes totalmente focados em risco (COSO, 2007).

Considerando a importância do gerenciamento de riscos para as organizações, uma série de normativas e leis foram estabelecidas, internacional e nacionalmente, em busca da padronização de mecanismos eficazes de controle.

A Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX), sancionada em 30 de julho de 2002, teve como objetivo principal a restauração do equilíbrio dos mercados por meio de mecanismos que assegurassem a responsabilidade da alta administração de uma empresa sobre a confiabilidade da informação por ela fornecida (SOUZA; FIGUEIREDO, 2008).

Conforme Deloitte Touche Tohmatsu (2003), a Lei SOX veio para coibir a alegação de desconhecimento de fraudes por executivos de empresas, na medida em que intensifica a responsabilidade na divulgação e veracidade das informações contábeis e financeiras.

Nesse sentido, os processos de auditoria interna nas organizações se mostram importantes, pois através de procedimentos específicos, ela contribui com gerenciamento da organização auxiliando seus administradores. Normalmente, nas grandes organizações, existem profissionais que atuam emitindo pareceres com base na auditoria interna, com o intuito de manter as informações atualizadas e resguardar o patrimônio da empresa, como trataremos no tópico subsequente.

2.2 Auditoria Interna

Nas empresas, a auditoria compreende a análise minuciosa das informações contidas em documentos, livros e registros, relacionadas com o controle do patrimônio, com o intuito de mensurar a veracidade desses registros e das demonstrações contábeis a que se relacionam (FRANCO; MARRA, 2000).

Para Attie (1998, p. 5), “a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”. E acrescenta que o objetivo da auditoria das demonstrações contábeis é assegurar que elas representem, de forma adequada, a posição patrimonial e financeira, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e os demais demonstrativos correspondentes aos períodos em exame, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Para Araújo, Arruda e Barreto (2008), a auditoria envolve o confronto entre uma realidade que se apresenta e um critério adotado. Ou seja, a auditoria verifica se aquilo que está sendo examinado está em conformidade com as regras e normas previamente definidas para aquilo que está sendo auditado.

No que se refere à auditoria interna, ela é a responsável por auxiliar a administração a alcançar os objetivos traçados para a empresa. Normalmente, a auditoria interna é feita por um colaborador da empresa que atua na supervisão, avaliação e melhoria dos processos gerenciais e na prevenção de riscos, além de assegurar maior segurança nas informações (ATTIE, 1998). Franco (1992, p. 22), por sua vez, define auditoria como:

A técnica contábil que através de procedimentos específicos que lhe são peculiares, aplicados no exame de registros e documentos, inspeções, e na obtenção de informações e confirmações, relacionados com o controle do patrimônio de uma entidade – objetiva obter elementos de convicção que permitam julgar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os princípios fundamentais e normas de Contabilidade e se as demonstrações contábeis dele decorrentes refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados de período administrativo examinado e as demais situações nela demonstradas (FRANCO, 1992, p. 22).

Partindo do pressuposto que a auditoria é parte do controle interno, e que este último é um processo desenhado para prover segurança das informações (COSO, 2007), é imprescindível que a empresa adote um mecanismo de controle, para que se estabeleça um padrão de gestão. Assim, dentre as metodologias de

controle interno – resguardando o objetivo deste estudo –, serão abordados os conceitos e diretrizes da metodologia COSO.

2.3 Metodologia COSO

Para prevenir e evitar as fraudes nos relatórios financeiros e contábeis, foi criada, em 1985, nos Estados Unidos, a *National Commission on Fraudulent Financial Reporting* (Comissão Nacional sobre Fraudes em Relatórios Financeiros - COSO), uma organização composta por representantes das principais associações ligadas à área financeira, cujo foco central de estudos referia-se aos controles internos (COSO, 2007).

Após a publicação do trabalho "*Internal Control – Integrated Framework*", em 1992, voltado ao estudo e aplicação dos controles internos, a Comissão transformou-se em *The Comitee of Sponsoring Organizations*. O propósito do COSO é promover a melhoria dos relatórios financeiros com base na ética, na efetividade dos controles internos e na governança corporativa. Vale lembrar que a metodologia COSO ganhou maior destaque a partir de 2004, com a publicação do "*Enterprise Risk Management – Itegrated Framework*", ou simplesmente COSO II (D'AVILA; OLIVEIRA, 2002; ZANETTE *et al.*, 2008). O "*Internal Control – Integrated Framework*", que passou a ser denominado COSO II, veio ampliar o alcance dos controles internos, oferecendo conteúdo mais vigoroso e extensivo ao tema, agregando técnicas de gestão integrada de riscos, sem abandonar, contudo, o COSO I. A nova abordagem consiste em prever e prevenir os riscos inerentes ao conjunto de processos da organização que possam impedir ou dificultar o alcance de seus objetivos.

“Existe um relacionamento direto entre os objetivos que uma organização se empenha em alcançar e os componentes do gerenciamento de riscos corporativos, que representam aquilo que é necessário para o seu alcance” (COSO, 2007, p. 23). Esse relacionamento é apresentado, a seguir, por meio de uma matriz tridimensional, em forma de cubo, como ilustra a Figura 1.

Figura 1: Matriz tridimensional COSO



Fonte: COSO, 2007, p. 23.

Nas colunas verticais estão relacionadas as quatro categorias de objetivos – estratégicos, operacionais, de comunicação e conformidade. Os oito componentes que integram o gerenciamento de riscos corporativos estão listados nas linhas horizontais. A organização e as unidades de uma organização, na terceira dimensão do cubo (COSO, 2007). O cubo permite compreender de forma prática a aplicação do método proposto pelo COSO, partindo do pressuposto que seus componentes se relacionam entre si de maneira dinâmica e não estática, ou seja, cada linha de cada um dos componentes interage e se aplica a todas as quatro categorias de objetivos.

Há que se considerar ainda que, embora todos os componentes sejam importantes, o grau de tratamento de cada um deles deve ser avaliado de acordo com as características de cada organização (tamanho e natureza de suas atividades), até porque cada empresa tem uma estrutura organizacional compatível com sua necessidade.

De acordo com a teoria da contingência proposta por Otley (1980), não existe um modelo único para um sistema de informação gerencial. São as circunstâncias ou contingências que determinam a melhor escolha do sistema que será adotado, e as contingências estudadas geralmente se relacionam com o ambiente, a estrutura organizacional e a tecnologia.

Não obstante, “qualquer que seja a estrutura, a entidade deve estar organizada de modo a possibilitar um gerenciamento de riscos corporativos eficaz e desempenhar as suas atividades de modo a atingir os seus objetivos” (COSO, 2007, p. 32). Sabe-se que não se pode prever o futuro com absoluta certeza, mas o controle interno e o gerenciamento de riscos podem, pelo menos, fornecer informações mais confiáveis para ajudar no processo de decisão nas empresas.

3 METODOLOGIA

Este artigo é classificado como sendo uma pesquisa descritiva, de natureza quantitativa, com procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica. A análise descritiva buscou descrever os dados coletados nos periódicos científicos listados no sítio eletrônico do Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação de Ciências Contábeis (ANPCONT).

A busca por publicações se deu em cada periódico científico separadamente, onde os termos “controle interno”, “sistema de controle interno”, “*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*” ou “COSO” e “auditoria interna”, foram pesquisados isoladamente. A busca limitou-se aos artigos publicados nos últimos 11 anos, de 2007 a 2017.

Para seleção dos artigos, utilizaram-se, como critérios de inclusão, aqueles que possuem, em seu título e/ou em suas palavras-chave, terminologias relacionadas ao controle interno e auditoria interna com a utilização da metodologia COSO, com texto disponível na íntegra, e em língua portuguesa. A partir da leitura dos resumos e seleção dos artigos que apresentassem relação direta com a temática, chegou-se a uma amostra de 18 publicações.

A análise de resultados foi constituída pela análise de frequência, considerando algumas variáveis: ano de publicação; periódicos; formação dos autores; classificação da pesquisa quanto aos objetivos; classificação da pesquisa quanto à abordagem; metodologia adotada pelo pesquisador quanto aos procedimentos de coleta de dados; autores mais citados nos artigos; e referências mais adotadas (nacionais e internacionais). Para a tabulação dos dados foi utilizado o *software Microsoft Office Excel*.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da análise das publicações extraídas dos periódicos científicos, listados no sítio eletrônico da ANPCONT, observa-se que, se tratando do ano de publicação, a Tabela 1 evidencia trabalhos disponíveis desde 2007, sendo que, a partir do ano de 2010, esse número fica mais expressivo.

Tabela 1: Ano de Publicação

ANO DE PUBLICAÇÃO	Frequência	%
2007	1	5,6
2009	1	5,6
2010	4	22,2
2012	2	11,1
2014	1	5,6
2015	4	22,2
2016	2	11,1
2017	3	16,7
TOTAL	18	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

No que se refere à quantidade de publicações por periódicos da ANPCONT (Tabela 2), verifica-se maior número de publicações na Revista ConTexto (22,2%), seguido da Revista Contabilidade Gestão e Governança (16,7%) e as Revistas Contemporânea de Contabilidade e Universo Contábil, cada qual com 11,1% das publicações. Os demais periódicos apresentaram, cada qual, um único artigo publicado sobre o método COSO, no período definido para a pesquisa (2007- 2017).

Tabela 2: Periódicos da ANPCONT

Periódicos	Frequência	%
BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS	1	5,6
Contabilidade Vista & Revista	1	5,6
Contabilidade Gestão e Governança	3	16,7
Revista Contemporânea de Contabilidade	2	11,1
Revista de Contabilidade e Organizações	1	5,6
Revista Universo Contábil	2	11,1
Sociedade, Contabilidade e Gestão	1	5,6
ConTexto	4	22,2
Revista de Contabilidade e Controladoria	1	5,6
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	1	5,6
Revista Catarinense da Ciência Contábil	1	5,6
TOTAL	18	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

No que se refere à área de formação dos autores, a Tabela 3 mostra um percentual de 78% de profissionais formados em Ciências Contábeis, e 12% de Administradores. As demais áreas apresentaram menor frequência (2%). São elas: Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Ciências Navais, Economia e Administração de Sistemas. Considerando que o controle interno é uma das ferramentas que contribuem com as atividades dos contadores, a prevalência de contadores, entre os autores, corrobora a importância do tema para esses profissionais.

Tabela 3: Formação dos autores

Área de formação	Frequência	%
Ciências Contábeis	39	78
Administração	6	12
Engenharia Civil	1	2
Engenharia de Produção	1	2
Ciências Navais	1	2
Economia	1	2
Administração de sistemas	1	2
TOTAL	50	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

No que se refere aos aspectos metodológicos utilizados nos artigos analisados, a Tabela 4 demonstra a classificação das pesquisas quanto aos objetivos, para que possa servir de base para futuros artigos sobre o método COSO.

Tabela 4: Classificação das pesquisas quanto aos objetivos

Classificação da pesquisa	Frequência	%
Exploratória	9	50
Descritiva	9	50
TOTAL	18	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Como se observa, metade dos artigos envolve pesquisas exploratórias e a outra metade pesquisas descritivas. As pesquisas exploratórias, de acordo com Raupp e Beuren (2009, p. 80), “buscam conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa”. As pesquisas descritivas, por sua vez, “tem como principal

objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 1999, p. 46).

No que concerne à abordagem do problema, a Tabela 5 mostra um percentual de 72,22% de artigos de natureza qualitativa; 16,66% envolvem pesquisas quali-quantitativas; e 11,11% são pesquisas quantitativas.

Tabela 5: Classificação das pesquisas quanto à abordagem do problema

Classificação da pesquisa	Frequência	%
Qualitativa	13	72,22
Quantitativa	2	11,11
Quali-quantitativa	3	16,66
TOTAL	18	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Na abordagem qualitativa, busca-se analisar, com mais profundidade, a questão de pesquisa de modo à “[...] descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. (RICHARDSON, 1999, p. 80). Já a abordagem quantitativa, conforme Raupp e Beuren (2009, p. 93), “[...] é frequentemente aplicada nos estudos descritivos, que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis e a relação de causalidade entre fenômenos”.

No que diz respeito aos procedimentos de coleta de dados, conforme mostra a Tabela 6, 46,15% das pesquisas adotaram a pesquisa documental para a coleta de dados; 34,61% são estudos de caso; e 19,23% utilizaram a pesquisa bibliográfica. Vale ressaltar que alguns dos artigos estudados combinaram mais de um método de coleta de dados.

Tabela 6: Classificação das pesquisas quanto aos procedimentos de coleta de dados

Classificação da pesquisa	Frequência	%
Pesquisa bibliográfica	5	19,23
Pesquisa documental	12	46,15
Estudo de caso	9	34,61
TOTAL	26	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

De acordo com Gil (1999), a pesquisa documental é muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico.

Este estudo também buscou identificar as fontes mais citadas pelos autores quando o assunto é controle interno, auditoria interna e COSO, conforme evidencia a Tabela 7. Dentre os 18 artigos incluídos neste estudo, 17 deles (32,07%) citam o “*Enterprise Risk Management – Integrated Framework*” (COSO, 2007), com exceção de um único artigo que embora trate do método COSO, não o inclui como fonte de dados. Outras fontes bastante evidenciadas nos artigos são a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores – INTOSAI (13,21%) e a Lei SOX (13,21%). O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e o Tribunal de Contas da União (TCU) também figuram entre as fontes de pesquisa, em pelo menos 4 artigos.

Tabela 7: Fontes mais citadas pelos autores

Fontes	Frequência	%
COSO	17	32,07
INTOSAI	7	13,21
SOX	7	13,21
IBGC	4	7,54
TCU	4	7,54
Andrade e Rosseti	3	5,66
Attie	3	5,66
Maia <i>et al.</i>	3	5,66
Martin, Santos e Dias Filho	3	5,66
Spira e Page	2	5,66
TOTAL	53	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Embora os artigos tratem, de modo geral, sobre controle interno e COSO, existem as delimitações, o que faz com que muitos autores não sejam convergentes. No entanto, sobre o controle interno e auditoria, o estudo de Attie (1998) fica evidente, não só pela frequência com que aparece em diferentes artigos, mas pelo número de vezes em que o autor figura no texto. Outros autores também se destacam, como Martin, Santos e Dias Filho (2004), no que se refere ao gerenciamento de risco; e Maia *et al.* (2005), sobre método COSO, especificamente.

Por fim, a Tabela 8 mostra as referências mais utilizadas pelos autores dos artigos pesquisados, conforme a lista de periódicos listados no ANPCONT.

Tabela 8: Referências mais utilizadas pelos autores

Referências	Frequência	%
Nacional	338	68,28
Internacional	157	31,72
TOTAL	495	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Dessa forma, percebeu-se que 68,28% das referências citadas são nacionais e 31,72% são oriundas de fontes internacionais. Nos artigos, quando o assunto se relaciona com a área de finanças, as fontes internacionais prevalecem. No entanto, como a maioria dos estudos centrou-se em experiências de empresas e entidades nacionais, talvez isso explique a maior incidência de fontes nacionais. Na Tabela 8, também, é possível verificar que os artigos utilizam, em média, 27 referências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho consistiu em traçar um perfil da produção científica sobre o controle interno, auditoria interna e a metodologia COSO, publicada em periódicos de contabilidade indexados na Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação de Ciências Contábeis (ANPCONT), por meio de uma análise bibliométrica. A busca limitou-se aos artigos publicados nos últimos 11 anos, de 2007 a 2017.

No que se refere à autoria dos trabalhos analisados, constatou-se que a maior parte dos autores tem formação em Ciências Contábeis. Em relação às características dos estudos, no que concerne à metodologia da pesquisa, predominam os estudos qualitativos, com procedimentos de coletas de dados com base em pesquisas documentais, tanto exploratórias quanto descritivas.

Em se tratando das fontes de pesquisa mais citadas, observou-se que os documentos regulamentadores do controle interno e do método COSO servem de base para a maioria dos estudos, como é o caso da Lei SOX, do “*Enterprise Risk Management – Integrated Framework*”, do Instituto Brasileiro de Governança

Corporativa (IBGC) e, no que diz respeito às normas de auditoria, a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

Dos resultados encontrados pelo presente estudo, é possível considerar que a pesquisa bibliométrica possui relevância por analisar a representatividade das publicações em periódicos científicos e, com isso, apresentar uma visão concisa para os pesquisadores que buscam conhecer mais sobre o assunto.

Conclui-se que, mesmo o tema tendo sido trabalhado por diversos autores, ainda é pequena a amostra de estudos publicados nos periódicos de contabilidade das principais revistas da área.

Assim sendo, este estudo procurou elucidar a importância do tema e espera motivar novas publicações sobre o assunto para a área de Ciências Contábeis, de modo que o tema possa expandir e aumentar o conhecimento acerca do controle interno nas organizações.

Dentre as limitações da pesquisa, a principal delas foi o fato de não utilizar todo o universo de revistas na área de contabilidade, mas apenas as principais elencadas na área, que estão indexadas na ANPCONT, o que justifica a amostra pequena. Nesse caso, os resultados não podem ser generalizados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 7.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- ARAÚJO, D. J. C.; LIBONATI, J. J.; MIRANDA, L. C.; RAMOS, F. S. Unidades de controle interno dos municípios brasileiros: análise sob a ótica do COSO II. **Revista Universo Contábil**, v. 12, n. 2, pp. 39-58, 2016.
- ARAÚJO, I. P. S; ARRUDA, D. G; BARRETO, P. H. T. **Auditoria contábil**: enfoque teórico, normativo e prático. São Paulo: Saraiva, 2008.
- ATTIE, W. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- CANNAVINA, V. C.; PARISI, C. Gestão pública em entidades brasileiras: adequação dos procedimentos de controles internos às normas COSO/INTOSAI. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 3, pp. 6-26, 2015.
- COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION (COSO). **COSO Gerenciamento de Riscos Corporativos** - Estrutura Integrada. *Pricewaterhouse Coopers*, 2007.
- D'AVILA, M. Z.; OLIVEIRA, M. A. M. de. **Conceitos e técnicas de controles internos de organizações**. São Paulo: Nobel, 2002.
- DELOITTE TOUCHE TOHMATSU. **Lei Sabanes-Oxley**: guia para melhorar a governança corporativa através de eficazes controles internos. 2003. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/biblioteca/download/DELOITTE_2003_LeiSarbanes...fol.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **SarbanesOxley Act of 2002**. Disponível em: <<http://legcounsel.house.gov/Comps/Sarbanes-oxley%20Act%20Of%202002.pdf>>.

Acesso em: 30 mai. 2018.

FAJARDO; J. M.; WANDERLEY, C. A. N. Planejamento estratégico e auditoria de gestão: similaridades com o modelo COSO. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 10, n. 17, pp. 93-103, 1º semestre 2010.

FARIAS, R. P.; LUCA, M. M. M.; MACHADO, M. V. V. A metodologia COSO como ferramenta de gerenciamento dos controles internos. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 12, n. 3, pp. 55-71, 2009.

FRANCO, Hilário. **Auditoria contábil**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria contábil: normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho, programas de auditoria, relatórios de auditoria**. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, A. C. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

MAIA, M. S. *et al.* Contribuição do sistema de controle interno para a excelência corporativa. **Revista Universo Contábil**, v. 1, n. 1, pp. 54-70, jan./abr. 2005.

MARTIN, N. C.; SANTOS, L. R.; DIAS FILHO, J. M. Governança empresarial, riscos e controles internos: a emergência de um novo modelo de controladoria. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 34, pp. 7-16, jan./abr. 2004.

MIYOSHI, R. K.; NAKAO, S. H. Riscos de conformidade tributária: um estudo de caso no estado de São Paulo. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, pp. 46-76, 2012.

MONTEIRO, R. P. Análise do sistema de controle interno no Brasil: objetivos, importância e barreiras para sua implantação. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 25, pp. 159-188, jan./abr. 2015.

OLIVEIRA, M. C.; LINHARES, J. S. A Implantação de Controle Interno Adequado às Exigências da Lei Sarbanes-Oxley em Empresas Brasileiras – Um Estudo de Caso. BASE – **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 4, n. 2, pp. 160-170, mai./ago. 2007.

OTLEY, D. T. The contingency theory of management accounting: achievement and prognosis. **Accounting, Organizations and Society**, v. 5, n. 4, pp. 413-428, 1980.

PELEIAS, I. R.; EHRENTREICH, H. P.; SILVA, A. F.; FERNANDES, F. C. Pesquisa sobre a percepção de gestores de uma rede de empresas distribuidoras de um fabricante de autopeças sobre controles internos e gestão de riscos. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 1, pp. 6-28, 2017.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. 3. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUSA, R. G.; SOUTO, S. D. A. S.; NICOLAU, A. M. Em um Mundo de Incertezas: Um Survey sobre Controle Interno em uma Perspectiva Pública e Privada. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 14, n. 31, pp. 155-176, 2017.

SOUZA, M. M. P. de; FIGUEIREDO, M. D. A Lei Sarbanes-Oxley e sua importância para as companhias abertas brasileiras a partir do ano de 2004. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 42, pp. 31- 35, out./dez. 2008.

SOUZA JUNIOR, M.; SILVA, M. Z. Gestão pública estadual: percepção dos gestores sobre a qualidade dos controles internos. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 15, n. 46, pp. 47-60, 2016.

VASCONCELOS, V. L.; CRUZ, V. L.; SANTOS, R. R. D.; AMORIM, K. A. F. As práticas de auditoria interna em uma cooperativa de crédito sob a perspectiva do COSO II. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 12, n. 2, pp. 113-130, 2017.

ZANETTE, M. A.; ALBERTON, L.; NASCIMENTO, C.; SOUZA, J. V. Gestão do ambiente interno cooperativista: um estudo baseado na modelo COSO. In: 2º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2008.

ZONATTO, V. C. S.; BEUREN, I. M. Evidenciação da gestão de riscos do COSO (2004) nos relatórios de administração de empresas com ADR's. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 12, n. 3, pp. 38-54, 2009.

Submetido em: 23 de julho 2018

Aprovado em: 23 de outubro de 2018

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA GESTÃO DE PROJETOS NA GESTÃO ESTRATÉGICA UNIVERSITÁRIA

Vítor Nascimento da Silva¹
Pedro Antônio de Melo²
Maurício Rissi³

Resumo: O presente estudo teve como objetivo realizar uma análise bibliométrica sobre a gestão de projetos associada à gestão estratégica universitária. Como metodologia utilizou-se o estudo bibliométrico. Adotaram-se os eixos temáticos “gestão estratégica”, “gestão universitária” e “gestão de projetos” e foram selecionados 12 artigos que compuseram o portfólio bibliográfico. Foram analisadas as principais temáticas abordadas, as palavras-chave predominantes, os métodos de pesquisa aplicados, os periódicos utilizados, o reconhecimento científico dos artigos, os autores e as referências bibliográficas mais frequentes. Os resultados demonstram que o método de pesquisa mais aplicado nos artigos do portfólio é o estudo de caso e que as temáticas mais abordadas são “gestão de tipos de projetos específicos” e “implantação de escritórios de projetos”. O estudo também apresenta os principais periódicos utilizados e as instituições de origem dos autores do portfólio. Por fim, a análise das referências bibliográficas identifica que se destacam autores *Project Management Institute (PMI)*, Mintzberg, Carvalho M. & Rabechini Jr. R., e Kerzner.

Palavras-chave: Gestão estratégica; Gestão universitária; Gestão de projetos; Bibliometria.

Abstract: The present study aimed to carry out a bibliometric analysis of project management associated with strategic university management. As a methodology, the bibliometric study was used. The "strategic management", "university management" and "project management" thematic axes were adopted, and 12 articles were selected that comprised the bibliographic

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina

² Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas e Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina. Possui graduação em Letras - Português e Literatura Brasileira - UFSC; Especialista em Recursos Humanos pela UFSC, e em Gestão Universitária pelo CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras em parceria com a OUI - Organização Universitária Interamericana (2004), Canadá. Pós-doutorado em Educação Superior, pelo Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e o Caribe - IESALC, da Unesco. Doutor Honoris Causa, pela Honorable Academia Mundial de Educación - HAME (2012). É professor da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, no Departamento de Ciências da Administração - CAD, onde leciona disciplinas relacionadas ao Empreendedorismo. Nos Programas de Pós-Graduação em Administração - PPGA e Administração Universitária - PPGAU, ministra disciplinas e desenvolve pesquisas relacionadas a Gestão Universitária. Foi Coordenador do Mestrado Profissional em Administração Universitária (2010 - 2016). É Diretor do Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária - INPEAU. Membro da Organização Universitária Interamericana - OUI, Canadá, e Coordenador do Instituto de Gestão e Liderança Universitária - IGLU, Região Brasil. É Editor da Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAI.

³ Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (2013), pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado (2007) e Mestre (2010) em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina. Servidor técnico-administrativo da Universidade Federal de Santa Catarina, tendo atuado como Agente Patrimonial e Gestor de Processos. Tem experiência na área de Educação a distância. Participou do Projeto Aluno Integrado edições 2010, 2013 e 2014 e do Projeto Piloto - Bacharelado em Administração da UFSC. Atuando principalmente nos seguintes temas de pesquisa: Gestão Estratégica, Gestão de Processos e Gestão de Projetos na Gestão Universitária. Gestão do Conhecimento e Inovação. Gestão do Conhecimento e Empreendedorismo. Educação a distância. Membro Pesquisador do INPEAU - Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária; e Membro Pesquisador do NEPEI - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Empreendedorismo e Inovação

portfolio. The main themes addressed were the predominant keywords, the applied research methods, the periodicals used, the scientific recognition of the articles, the authors and the most frequent bibliographic references. The results show that the most applied research method of the portfolio articles is the case study and that the most addressed topics are "project type management" and "project office implementation". The study also presents the main periodicals used and the institutions of origin of the authors of the portfolio. Finally, the analysis of bibliographic references identifies authors who stand out as Project Management Institute (PMI), Mintzberg, Carvalho M. & Rabechini Jr. R., and Kerzner.

Keywords: Strategic management; University management; Project management.

1. INTRODUÇÃO

A definição de estratégias e a elaboração de um planejamento são necessidades que se impõem às organizações e interferem diretamente nos seus resultados. Entretanto, não basta elaborar a estratégia. É indispensável direcionar esforços para implantá-la com sucesso a fim de se alcançar os objetivos. A implantação do planejamento estratégico é uma etapa essencial para a viabilização da estratégia e é nessa fase que as principais dificuldades aparecem (BEPPLER; PEREIRA, 2013; PEREIRA, 2010; MACHADO, 2008).

O *Project Management Institute (PMI)* afirma que “os projetos são frequentemente utilizados como um meio de direta ou indiretamente alcançar os objetivos do plano estratégico de uma organização” (PMI, 2013, p. 10). Segundo BARCAÚ (2004), a condução eficiente de projetos pode ser o caminho para que as organizações alcancem seus objetivos estratégicos e uma melhor eficiência e eficácia na gestão.

Percebe-se, portanto, que a gestão de projetos é um instrumento que contribui para que as organizações viabilizem suas estratégias. Neste sentido, questiona-se se existem estudos específicos sobre a gestão de projetos associados à gestão estratégica das universidades.

Diante disso, este estudo teve por objetivo realizar uma análise bibliométrica sobre a gestão de projetos associada à gestão estratégica universitária. Para isso, foi composto um portfólio de publicações, a partir de uma busca sistematizada da literatura na base de dados da Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal (*Redalyc*), a qual possui mais de 1200 (mil e duzentas) revistas científicas cadastradas e cerca de 600.000 (seiscentos) mil artigos (REDALYC, 2018).

A composição do portfólio foi feita considerando os temas: gestão estratégica, gestão universitária e gestão de projetos. Pretende-se identificar as seguintes

características do portfólio selecionado: a) as temáticas mais abordadas b) as palavras-chave mais frequentes c) os métodos de pesquisa mais aplicados d) a relevância dos periódicos; e) o reconhecimento científico dos artigos; f) os principais autores do portfólio, e g) as referências bibliográficas que mais se destacam.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O termo estratégia, segundo (KICH; PEREIRA, 2011) está relacionado às ações estabelecidas para alcançar os objetivos da organização. (OLIVEIRA, 2010, p. 185) define estratégia “como um caminho, ou maneira, ou ação formulada e adequada para alcançar, preferencialmente de forma diferenciada e inovadora, as metas, os desafios e os objetivos estabelecidos”.

As estratégias e seus resultados estão intimamente relacionados ao planejamento da organização que, de acordo com (BEPPLER; PEREIRA, 2013), corresponde ao processo formalizado para gerar resultados. Segundo os autores, a partir da associação de estratégia e planejamento, tem-se o conceito “planejamento estratégico”, que, segundo OLIVEIRA (2010), é o processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se estabelecer a melhor direção a ser seguida, os objetivos de longo prazo e as ações para alcançá-los.

No âmbito da gestão universitária, SILVA (2013) relata que, nas instituições de ensino superior, a elaboração do planejamento estratégico está relacionada à elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Em muitas instituições o PDI parte de um processo de planejamento mais amplo. Em outras, que não têm a prática de planejamento estratégico, a elaboração do PDI torna-se o próprio planejamento.

Os autores supramencionados relacionam a formulação das estratégias e do planejamento à obtenção dos resultados das organizações. Contudo, apenas a elaboração e a existência do planejamento estratégico definido são insuficientes, pois é na fase de execução do que foi planejado que as ações efetivamente geram os resultados almejados. Diante disso, torna-se fundamental utilizar-se de mecanismos que contribuam para o sucesso na implantação do planejamento.

PMI (2013) e Barcauí (2014) afirmam que a gestão de projetos pode ser utilizada como um elo entre as estratégias formuladas e os resultados alcançados. Segundo OLIVEIRA (2010, p. 220): “A estratégia vai estabelecer ‘o que vai ser feito’ para se chegar à situação desejada (objetivos, desafios e metas); o projeto vai explicar

'o como' atuar e operacionalizar ações para realizar a decisão estratégica". Nessa perspectiva, o gerenciamento de projetos pode ser visto como um instrumento para a implantação da estratégia.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, descrevem-se os procedimentos metodológicos utilizados para a pesquisa.

Trata-se de um estudo bibliométrico, que, segundo FREIRE (2013, p. 39), "é uma técnica para avaliar e medir os resultados de uma pesquisa bibliográfica sobre uma determinada questão de pesquisa". Segundo a autora, este tipo de estudo é utilizado como ferramenta para mapear e gerar indicadores da gestão da informação e do conhecimento.

Delimita-se a pesquisa nos artigos científicos, publicados em periódicos indexados na base de dados *Redalyc*. A coleta de dados foi realizada em 12 de junho de 2018 e a seleção dos artigos foi feita utilizando-se três eixos temáticos: a) gestão estratégica, b) gestão universitária e c) gestão de projetos.

Com o intuito de aplicar um filtro para a coleta dos artigos, foram definidos descritores relacionados a cada um dos eixos temáticos:

- a) Eixo 1: Estratégia.
- b) Eixo 2: Universidades, Instituições de Ensino Superior.
- c) Eixo 3: Gestão de Projetos, Gerenciamento de Projetos, Escritório de Projetos, PMBOK.

Posteriormente, todos os descritores dos diferentes eixos foram associados com o operador booleano "AND", nas diferentes combinações, listadas a seguir:

- Estratégia AND universidades AND gestão de projetos.
- Estratégia AND universidades AND gerenciamento de projetos.
- Estratégia AND universidades AND PMBOK.
- Estratégia AND universidades AND escritório de projetos.
- Estratégia AND Instituições de ensino superior AND gestão de projetos.
- Estratégia AND Instituições de ensino superior AND gerenciamento de projetos.
- Estratégia AND Instituições de ensino superior AND PMBOK.
- Estratégia AND Instituições de ensino superior AND escritório de projetos.

Realizando-se a consulta na base de dados com as combinações acima, obtiveram-se 1097 ocorrências. Primeiramente buscou-se identificar as ocorrências duplicadas e, nesta verificação, foram removidas 343 ocorrências repetidas. Restaram 754 artigos que deveriam ser analisados a fim de compor o portfólio bibliográfico.

Iniciou-se a primeira triagem, que consistiu na análise dos títulos dos documentos, com o objetivo de identificar as publicações cujos títulos não estavam aderentes ao tema da pesquisa. Ao final da análise, foram descartados 708 artigos e permaneceram 46 artigos. Na segunda etapa da seleção, além do título, buscou-se verificar a aderência das publicações com o tema da pesquisa por meio da leitura do resumo dos artigos. Com isso, foram desconsiderados 34 artigos e, por fim, permaneceram 12 artigos, que compuseram o portfólio bibliográfico, listado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Portfólio Bibliográfico

Artigo	Ano	Autores	Periódico
A influência da gestão de projetos de P&D em universidades públicas na definição do modelo de um escritório de gerenciamento de projetos.	2013	José da Assunção Moutinho, Cláudia Terezinha Kniess, Roque Rabechini Júnior.	Gestão & Regionalidade.
A Implantação do Escritório de Projetos (PMO) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: Uma iniciativa inovadora na Gestão Pública Sul-Mato-Grossense.	2015	Vera Lúcia Lescano de Almeida, Guilherme A. da Silva Maia, Eleuza Ferreira Lima.	Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL.
Conciliando administração de projetos com planejamento estratégico na gestão de universidades brasileiras.	2014	Júlio Eduardo Ornelas Silva, Daniel Kurten Seemann, Michelle Bianchini de Melo, Cláudio José Amante, Alexandre Moraes Ramos, Gabriela Tavares da Silva.	Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL.
Gestão de projetos de eventos culturais em uma universidade pública federal: análise de práticas e proposição de melhorias.	2013	Cláudia Fabiana Gohr, Luciano Costa Santos, Ângela Watte Schwingel, Edson Talamini.	Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria.
Gestão sistêmica de projetos em uma instituição pública de pesquisa e desenvolvimento.	2010	Lúcia Helena de Oliveira, Antônio P. Del'Arco Junior, Nestor Brandão Neto.	<i>Journal of Aerospace Technology and Management.</i>
Impactos do uso de técnicas de gerenciamento de projetos na realização de um evento educacional.	2012	Gislaine Cristina dos S. Teixeira, Emerson Antônio Maccari, Cláudia Terezinha Kniess.	Revista de Gestão e Secretariado.
Implantação de escritório de projetos em instituição de ensino superior: estudo de caso em uma universidade privada.	2016	Eduardo Vimercati, Leandro Alves Patah.	Revista de Gestão e Secretariado.
<i>Modelo de gestión de proyectos de la Universidad Eafit aplicados al sistema general de regalías en ciencia, tecnología e innovación.</i>	2016	Carlos López Cañas, Ângela Sánchez Gómez, Ricardo Daniel Pardo, Sergio Zapata Aristizábal.	<i>Revista Ciencias Estratégicas.</i>
O plano de desenvolvimento institucional e o projeto pedagógico institucional de universidades públicas: limites organizacionais.	2012	Djair Picchiai.	Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL.
O uso da gestão de projetos para a implantação de uma gestão da informação integrada e participativa: a experiência da coordenadoria de educação aberta e a distância da Universidade Federal de Viçosa-MG.	2012	Leo Jaime Ribeiro Faria, Telma Regina da Costa, Guimarães Barbosa.	Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL.
Processo de gestão estratégica em universidades privadas: um estudo de casos.	2010	Daniela Martins Diniz, José Márcio de Castro.	Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria.
Uma análise da gestão de projetos de extensão de uma instituição federal de ensino.	2016	Rafael Rodrigues Silva, Maria Rafaela S. Teixeira, Flávia Tatiane R. de Lima Rodrigues.	Revista de Gestão e Secretariado.

Fonte: elaborado pelos autores

4. RESULTADOS

Nesta seção, apresentam-se os resultados e a análise dos dados. Foram analisados os seguintes aspectos: a) as temáticas mais abordadas, b) as palavras-chave mais frequentes, c) os métodos de pesquisa mais aplicados, d) a relevância dos periódicos, e) o reconhecimento científico dos artigos, f) os principais autores do portfólio, e g) as referências bibliográficas que mais se destacam. A análise foi realizada com base nos 12 artigos e nas 229 referências bibliográficas do portfólio.

4.1. TEMÁTICAS ABORDADAS NOS ARTIGOS

Analisaram-se as temáticas abordadas e identificou-se que os principais temas estudados foram: a) “Gestão de tipo projetos específicos” (que envolve a gestão de tipo de projetos como: projeto de extensão, projeto de pesquisa, projeto de um evento cultural), e b) “Implantação de escritório de projetos”, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 – Temáticas abordadas pelos artigos

Temática	Ocorrência	Percentual
Gestão de tipos de projetos específicos	4	33%
Implantação de escritório de projetos	4	33%
Execução dos planos e projetos	1	8%
Gestão de projetos e gestão da informação	1	8%
Gestão estratégica	1	8%
Planejamento estratégico e gestão de projetos	1	8%
Total de ocorrências	12	100%

Fonte: elaborado pelos autores

A leitura dos artigos permitiu verificar que os artigos que tratam da “gestão de tipos de projetos específicos” estão mais voltados para a análise da gestão de um determinado tipo de projeto, sem necessariamente, associar a gestão desse projeto às estratégias ou ao planejamento da organização.

Por outro lado, os artigos que abordaram a temática “implantação de escritório de projetos” estão mais associados à estratégia organizacional, uma vez que analisam as estruturas e os processos da gestão dos projetos da instituição.

4.2. PALAVRAS-CHAVE

Esta etapa do estudo teve por finalidade identificar quais as palavras-chave foram mais utilizadas.

Foram identificadas 37 palavras-chave diferentes. Destas, apenas cinco apareceram em dois ou mais artigos, conforme gráfico abaixo:

Tabela 2 – Principais palavras-chave

Temática	Ocorrência	Percentual do portfólio
Escritório de gerenciamento de projetos	3	25%
Gestão de projetos	3	25%
Gerenciamento de projetos	2	17%
Gestão Estratégica	2	17%
Planejamento	2	17%

Fonte: elaborado pelos autores

As palavras mais utilizadas foram “Escritório de gerenciamento de projetos” e “Gestão de Projetos”. Ao somar os artigos que utilizaram as palavras-chave “Gestão de projetos” e “Gerenciamento de projetos”, verifica-se que essas palavras-chave foram utilizadas 42% do portfólio.

4.3. MÉTODOS DE PESQUISA UTILIZADOS

Constatou-se que o método de pesquisa “estudo de caso” é o mais utilizado, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 3 – Métodos de pesquisa utilizados

Método	Ocorrência	Percentual
Estudo de caso	10	83%
Estudo comparativo de casos	1	8%
Pesquisa-ação	1	8%
Total de ocorrências	12	100%

Fonte: elaborado pelos autores

4.4. RELEVÂNCIA DOS PERIÓDICOS

A relevância dos periódicos foi atribuída com base na classificação de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), denominada “Qualis”, que contém os seguintes níveis: A1, A2, B1, B2, B2, B4, B5 e C. Consultou-se a classificação para a área de avaliação “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”. A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos.

Tabela 4 – Relevância dos periódicos

Periódico	Classificação	Nº de publicações do portfólio	Percentual
Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL	B2	4	33%
Revista de Gestão e Secretariado	B2	3	25%
Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria	B1	2	17%
Gestão & Regionalidade	B2	1	8%
Journal of Aerospace Technology and Management	B2	1	8%
Revista Ciências Estratégicas	Sem Qualis	1	8%
Total	-	12	100%

Fonte: elaborado pelos autores

Constata-se que 74% dos artigos foram publicados em periódicos com *Qualis* “B2” e 17% foram publicados em periódicos com *Qualis* “B1”. Verifica-se, além disso, que o periódico com maior número de publicações é a Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL.

4.5. RECONHECIMENTO DOS ARTIGOS

Para a verificação do reconhecimento científico, adotou-se como critério o número de citações registradas no sítio eletrônico “Google Acadêmico”. A consulta foi realizada no dia 16 de junho de 2018 e obteve os resultados apresentados no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Reconhecimento dos artigos científicos

Artigo	Ano de publicação	Qtde. de citações
A influência da gestão de projetos de P&D em universidades públicas na definição do modelo de um escritório de gerenciamento de projetos.	2013	7
O plano de desenvolvimento institucional e o projeto pedagógico institucional de universidades públicas: limites organizacionais.	2012	6
Impactos do uso de técnicas de gerenciamento de projetos na realização de um evento educacional.	2012	5
Gestão sistêmica de projetos em uma instituição pública de pesquisa e desenvolvimento.	2010	4
Uma análise da gestão de projetos de extensão de uma instituição federal de ensino.	2016	2
Processo de gestão estratégica em universidades privadas: um estudo de casos.	2010	1
Conciliando administração de projetos com planejamento estratégico na gestão de universidades brasileiras.	2014	1
Implantação do Escritório de Projetos (PMO) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: Uma iniciativa inovadora na Gestão Pública Sul-Mato-Grossense.	2015	1
A Implantação de escritório de projetos em instituição de ensino superior: estudo de caso em uma universidade privada.	2016	1
O uso da gestão de projetos para a implantação de uma gestão da informação. integrada e participativa: a experiência da coordenadoria de educação aberta e a distância da Universidade Federal de Viçosa-MG.	2012	0
Gestão de projetos de eventos culturais em uma universidade pública federal: análise de práticas e proposição de melhorias.	2013	0
<i>Modelo de gestión de proyectos de la Universidad Eafit aplicados al sistema general de regalías en ciencia, tecnología e innovación.</i>	16 20	0

Fonte: elaborado pelos autores

O artigo “*A influência da gestão de projetos de P&D em universidades públicas na definição do modelo de um escritório de gerenciamento de projetos*”, publicado em 2013, demonstrou ser o de maior relevância, com sete citações.

4.6. AUTORES

O portfólio é composto por publicações de 35 autores diferentes, sendo que 67% do portfólio (8 artigos) foram produzidos por dois ou três autores. Apenas uma autora produziu mais de um artigo do portfólio (2 artigos).

Buscou-se nesta seção, identificar as instituições de origem dos autores e verificar quais as instituições com maior número de autores. A tabela a seguir apresenta os resultados.

Tabela 5 – Quantidade de autores por instituição

Instituição	UF/País	Qtde de autores
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	SP	7
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	6
Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA (Aeronáutica)	SP	3
Universidad Eafit - Medellín	Colômbia	3
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	PB	3
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)	MG	2
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)	MS	2
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	MG	2
Celsia - Medellín	Colômbia	1
Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV)	SP	1
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)	RN	1
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	MS	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	RN	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	RS	1
Universidade Jorge Amado (UNIJORGE)	BA	1
Total de autores		35

Fonte: elaborado pelos autores

Constata-se que a Universidade Nove de Júlio é a instituição à qual está vinculado o maior número de autores do portfólio.

Observa-se que os autores são provenientes de 15 instituições diferentes, 60% (9 instituições) são públicas, sendo que, destas, 8 são instituições federais. Os autores estão concentrados principalmente na região Sudeste do Brasil (43%), especificamente nos estados de São Paulo e Minas Gerais, e na região Sul (20%).

4.7. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Os portfólios contêm 229 referências bibliográficas. Destas, 25 (11%) foram utilizadas em pelo menos 2 artigos, conforme quadro a seguir. Outras 204 referências foram citadas em apenas um artigo.

Quadro 3 – Referências mais utilizadas

Referências	Qtde de artigos	Percentual de artigos
PMI - Project Management Institute. Um guia do conjunto de conhecimento em gerenciamento de projetos (Guia PMBOK®).	10	83%
YIN, R. K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.	7	58%
MINTZBERG, H. O processo da estratégia.	5	42%
CARVALHO, M.; RABECHINI Jr., R. Fundamentos em gestão de projetos: construindo competências para gerenciar projetos.	4	33%
DAI, C.; WELLS, W. An exploration of project management office features and their relationship to project performance.	3	25%
CARVALHO, M.; RABECHINI Jr., R. Construindo competências e, gerenciamento de projetos: teoria e casos.	2	17%
CASEY, W.; PECK, W. Choosing the right PMO setup.	2	17%
CHANDLER, Alfred D. Strategy and structure.	2	17%
CRAWFORD, L. The strategic project office: A guide to improving organizational performance.	2	17%
DESOUZA, K. C. & EVARISTO, J. R. Project Management Offices: a case of knowledge-based archetypes.	2	17%
DIMANDE, C.; ANDRADE, R. Proposição de uma alternativa de gestão de projetos para uma organização de pesquisa agroindustrial.	2	17%
GIDO, J.; CLEMENTS, J. P. Gestão de Projetos: Tradução da 3ª Ed. Norte-americana.	2	17%
GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social.	2	17%
HREBINIAK, L. G. Fazendo a estratégia funcionar: o caminho para uma execução bem-sucedida.	2	17%
KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. A estratégia em ação.	2	17%
KERZNER, H. Gestão de projetos: as melhores práticas.	2	17%
MARCONI, M. A. & LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica.	2	17%
MEYER, V. J., PASCUCCHI, L. & MANGOLIN, L. Gestão Estratégica: um exame de práticas em universidades privadas.	2	17%
NEWTON, Richard. O gestor de projetos.	2	17%
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas.	2	17%
PATAH, L. Alinhamento Estratégico de Estrutura Organizacional de Projetos: Uma análise de múltiplos casos.	2	17%
RABECHINI JR., R.; PESSOA, M. S. P. Um modelo estruturado de competências e maturidade em gerenciamento de projetos.	2	17%
VALERIANO, D. Gerência em projetos: pesquisa, desenvolvimento e engenharia.	2	17%
VERGARA, S. C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.	2	17%
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa.	2	17%

Fonte: elaborado pelos autores

A publicação “*Um guia de conhecimento em gerenciamento de projetos (Guia PMBOK)*”, do *Project Management Institute (PMI)* é a referência mais relevante, utilizada em 83% do portfólio.

Referenciado em 58% dos artigos, o livro “*Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*” é a segunda referência mais utilizada. Também merecem destaque as publicações “*O processo de estratégia*”, referenciada em 42% dos artigos, e “*Fundamentos em gestão de projetos: construindo competências para gerenciar projetos*”, referenciada em 33% dos artigos.

A fim de ampliar a análise, optou-se por aplicar a lei da bibliometria “*Lotka*” que consiste na medição da produtividade dos autores (FREIRE, 2013). Neste sentido, selecionaram-se, entre os autores cuja obra foi citada em mais de dois artigos (Quadro 3), aqueles que apresentam maior produtividade (maior quantidade de publicações entre as referências do portfólio), sendo considerados, dessa forma, os autores mais representativos, conforme quadro a seguir.

Quadro 4 – Autores mais representativos

Autor	Qtde de obras	Obras utilizadas como referência no portfólio	Nº de ocorrências
<i>Project Management Institute (PMI)</i>	2	Um guia do conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK).	10
		Chapters brasileiros. Estudo de Benchmarking em Gerenciamento de Projetos Brasil 2010.	1
Total de ocorrências de <i>Project Management Institute (PMI)</i>			11
Mintzberg	5	Ascensão e queda do planejamento estratégico (2004).	1
		Criando organizações eficazes – estruturas em cinco configurações (1995).	1
		O processo da estratégia (2001).	5
		Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico (2000).	1
		<i>Strategic Management Upside Down: Tracking Strategies at McGill University from 1829 to 1980</i> (2003).	1
Total de ocorrências de Mintzberg			9
Carvalho, M.; Rabechini Jr., R.	2	Construindo competências e, gerenciamento de projetos: teoria e casos (2005).	2
		Fundamentos em gestão de projetos: construindo competências para gerenciar projetos.	4
Total de ocorrências de Carvalho M.; Rabechini Jr., R.			6
Kerzner	4	<i>Applied Project Management Best Practices on Implementation</i> (2000).	1
		Gerenciamento de Projetos: uma abordagem sistêmica para planejamento, programação e controle (2011).	1
		Gestão de Projetos - As melhores práticas (2004).	2
		<i>Project management: a systems approach to planning, scheduling, and controlling</i> (2009)	2
Total de ocorrências de Kerzner			6

Fonte: elaborado pelos autores

Dos quatro autores mais representativos, três tratam do tema “Gestão de Projetos” (*Project Management Institute*, Carvalho, M. & Rabechini Jr e R. Kerzner) e um trata do tema “Gestão Estratégica” (Mintzberg).

Quanto à origem dos autores, verifica-se que 75% (3 autores) são de outros países e que apenas os autores Carvalho, M. & Rabechini são brasileiros.

Identifica-se como autor mais representativo o *Project Management Institute (PMI)*, com duas obras citadas, as quais somaram 11 ocorrências.

Observa-se que o tema “Gestão Universitária” não apareceu entre os autores com maior produtividade no portfólio.

5. CONCLUSÃO

Respondendo ao objetivo da pesquisa de “realizar uma análise bibliométrica sobre a gestão de projetos associada à gestão estratégica universitária”, conclui-se que os artigos abordam predominantemente as temáticas “gestão de um tipo de projeto específico” e “implantação de escritório de gerenciamento de projetos”, cada uma estudada em 4 artigos (33% do portfólio). Nesse mesmo sentido, constatou-se que as palavras-chave mais utilizadas são “Gestão de Projetos” e “Escritório de gerenciamento de projetos”.

O método de investigação mais utilizado foi “estudo de caso”, aplicado em 83% dos artigos. Somando-o ao método “estudo comparativo de casos”, chega-se a 92% do portfólio que se utilizaram desses métodos.

Quanto aos periódicos, as três revistas que publicaram o maior número de artigos foram: Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL (33%), Revista Gestão e Secretariado (25%) e Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria (17%), as duas primeiras com classificação *Qualis* “B2” e a última com classificação “B1”.

Em relação ao reconhecimento científico dos artigos, identificou-se como artigo mais reconhecido a publicação: “*A influência da gestão de projetos de P&D em universidades públicas na definição do modelo de um escritório de gerenciamento de projetos.*”

A análise dos autores permitiu verificar que apenas a autora Cláudia Terezinha Kniess produziu mais de um artigo do portfólio (2 artigos). Quanto à

instituição de origem dos autores, identificou-se que são provenientes de 15 instituições diferentes, sendo que 60% destas são instituições públicas. A instituição com maior número de autores é a Universidade Nove de Júlio (UNINOVE).

Por fim, buscou-se analisar as referências bibliográficas, no intuito de identificar quais as referências e os autores mais frequentes. Constatou-se que a publicação “*Um guia de conhecimento em gerenciamento de projetos (Guia PMBOK)*”, do *Project Management Instituto (PMI)*, é a mais relevante, utilizada em 83% do portfólio. Também foram frequentemente referenciadas as obras “*Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*” (54% dos artigos), o “*O processo de estratégia*” (42% dos artigos) e “*Fundamentos em gestão de projetos: construindo competências para gerenciar projetos*” (33% dos artigos).

Ainda em relação aos autores das referências bibliográficas, mensurou-se à produtividade dos autores cujas obras foram mais referenciadas. Tem-se que os autores mais representativos são: 1º) *Project Management Institute* (com duas obras, referenciadas ao todo 11 vezes), 2º) Mintzberg (com 5 obras, referenciadas ao todo 9 vezes), 3º) Carvalho M.; Rabechini Jr., R. (com duas obras, referenciadas ao todo 6 vezes) e 4º) Kerzner (com 4 obras, referenciadas ao todo 6 vezes)

Conclui-se, com este estudo bibliométrico, que o tema gestão de projetos associados à gestão universitária tem sido pesquisado, predominantemente por meio de estudos de casos e abordam-se com maior frequência as temáticas: a) gestão de tipos de projetos específicos e b) implantação de escritórios de projetos.

Por fim, considera-se oportuna a ampliação dos estudos voltados para a relação da gestão estratégica universitária com a gestão de projetos, sobretudo no que se refere ao impacto da gestão de projetos na viabilização das estratégias das instituições universitárias.

REFERÊNCIAS

BARCAUÍ, André Baptista. *Perfil de Escritórios de Gerenciamento de Projetos em Organizações atuantes no Brasil*. 2003. Dissertação. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2003.

BEPLER, Mônica, PEREIRA, Maurício Fernandes. *Planejamento Estratégico: a contribuição da cultura organizacional para o processo de implantação da estratégia*. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

FREIRE, Patrícia de Sá. *Aumente a qualidade e a quantidade de suas publicações científicas: Manual para elaboração de projetos e artigos científicos*. 1. Ed. Curitiba: CRV 2013.

KICH, Juliane di Francesco; PEREIRA, Maurício Fernandes. *Planejamento Estratégico: os pressupostos básicos para uma implantação eficaz*. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

MACHADO, Luís Eduardo. *Gestão estratégica para instituições de ensino superior privadas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas*. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, M. F. *Planejamento Estratégico: teorias, modelos e processos*. São Paulo: Atlas, 2010.

PMI – Project Management Institute. *Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos. Guia PMBOK®*. 5. ed. EUA, 2013.

REDALYC – RED DE REVISTAS CIENTÍFICAS DE AMÉRICA LATINA Y CARIBE, ESPAÑA Y PORTUGAL (México). *Home*. 2018. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/home.oa>>. Acesso em: 12 de junho de 2018.

SILVA, Júlio Eduardo Ornelas. *Contribuições do plano de desenvolvimento institucional e do planejamento estratégico na gestão de universidades federais brasileiras*. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, SC, 2013.

Submetido em: 31 de julho de 2018

Aceito em: 08 de fevereiro de 2019

QUESTÃO SOCIAL E POBREZA: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE OS CONCEITOS CLÁSSICOS E A TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL.

Camila Faria Pançardes¹

Lucí Faria Pinheiro²

Resumo: O presente trabalho analisa os conceitos de pobreza e transferência de renda no Brasil como eixo central do campo das políticas sociais, a partir da literatura clássica. Para a discussão, a primeira parte do texto desenvolve os vários conceitos que a pobreza ganhou nas discussões nos países de economia central como Sen, Townsend e Paugam. A segunda parte do texto trabalha a pobreza como expressão da questão social e elenca esse conceito como o escolhido para entender esse fenômeno na sociedade brasileira contemporânea. Na terceira e última parte do texto problematizamos a predominância dos programas de transferência de renda como sendo o carro-chefe da política social, mostrando claramente que em tal contexto, esses programas deflagram a alienação da classe trabalhadora, despolitizando o debate da política social.

Palavras-chave: pobreza; política social; questão social.

Social Issues and Poverty: a brief analysis of the classic concepts and the transfer of income in Brazil.

Abstract: This paper analyzes the concepts of poverty and income transfer in Brazil as the central axis of the field of social policies, based on classical literature. For the discussion, the first part of the text develops the various concepts that poverty gained in discussions in central-economy countries like Sen, Townsend and Paugam. The second part of the text works on poverty as an expression of the social question and elenca this concept as the chosen one to understand this phenomenon in contemporary Brazilian society. In the third and final part of the text, we discuss the predominance of income transfer programs as the flagship of social policy, clearly showing that in such context, these programs trigger the alienation of the working class, depoliticizing the debate on social policy.

Keywords: poverty; social policy; social issues.

1 – INTRODUÇÃO

O presente artigo *intitulado* “**Questão Social e Pobreza: uma breve análise sobre os conceitos clássicos e a transferência de renda no Brasil**” tem como objetivo analisar a gestão da pobreza no Brasil e a predominância dos programas de transferência de renda como eixo central no campo das políticas sociais e proteção social. Sabe-se que essa gestão está sendo feita a partir de políticas e programas

¹ Assistente Social, Mestre e estudante de doutorado pela Escola de Serviço Social da UFF.

² Professora Dr^a associada da Escola de Serviço Social da UFF e vice coordenadora do Programa de Estudos Pósgraduados em Política Social da UFF.

sociais que privilegiam a transferência de renda como sendo o “sistema de proteção social” e não parte desse sistema. Essa centralidade na transferência de renda reforça os padrões de produção e reprodução no modelo atual do sistema capitalista, criando padrões de consumo baseados em “políticas pobres para pobres”.

Para tal debate vamos adotar o conceito de pobreza como expressão da questão social, fruto da lei geral de acumulação capitalista e deve ser explicada considerando essa base real. Além disso, no percurso do texto discutiremos sobre a contrarreforma do Estado, parte da reestruturação produtiva e do projeto neoliberal em andamento, que incidiram diretamente nas políticas sociais na sociedade brasileira contemporânea.

Entretanto, para aprofundamento desse trabalho, vamos contemplar autores e teóricos que balizaram as discussões em sala de aula, antes de entrarmos propriamente na gestão da pobreza a partir do conceito que elegemos. A metodologia escolhida se justifica para entendermos a construção do conceito de pobreza que se iniciou nos países de economia central na década de 1960, com enfoque na renda até chegarmos na realidade da sociedade brasileira contemporânea, que como país de economia periférica terá a construção da pobreza e a formulação de políticas sociais de modos bastante específicos e diferenciados.

Na primeira parte do trabalho, intitulado “A emergência da pobreza no cenário político internacional” traremos o reconhecimento da pobreza, a partir da década de 1960, pela Academia e instituições voltadas para o financiamento do desenvolvimento, entendendo que as questões básicas relativas às desigualdades sociais e à pobreza não estavam sendo equacionadas como resultados do crescimento econômico. Segundo Rocha (2003), a partir desse reconhecimento, torna-se pressuposto político e ganhará espaço nas agendas políticas dos países.

Desta forma discutiremos a partir de alguns autores que estiveram no universo de discussão da disciplina como Peter Townsend e o pioneirismo na discussão com enfoque monetário e a linha da pobreza; o economista indiano Amartya Sen que trouxe o enfoque das capacidades e o sociólogo francês Serge Paugam, e a análise da desqualificação social e a nova pobreza. Além desses autores traremos autores brasileiros como Rocha (2003) que a entende como um fenômeno relativo e multidimensional e como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Já para Kerstenetsky (2009) o debate sobre a pobreza deve ser

referido ao debate mais abrangente sobre o Estado de bem-estar social como um projeto de desenvolvimento para o país. Segundo Silva (2010) essas interpretações são liberais e naturalizantes, e não conseguem captar de fato a complexidade que a pobreza assume em sociedades como a brasileira.

Na segunda parte do trabalho intitulado “Questão Social e pobreza no Brasil” apontaremos o conceito que utilizamos para a discussão central, entendendo a como expressão da questão social, fundada numa sociedade que vive o conflito de classes como eixo fundante da produção e reprodução das relações de trabalho. Para isso discutiremos o conceito de questão social e uma de suas expressões: a pobreza na sociedade brasileira contemporânea. Nesta segunda parte falamos também sobre a flexibilização do trabalho, que faz parte das características que assume o capitalismo na sociedade brasileira e o papel do Estado, no que tange ao enfrentamento das expressões da questão social, com ações que os autores chamam de “modernização conservadora”.

Na última parte do trabalho abordaremos as políticas sociais voltadas ao combate da pobreza em contexto de crise mostrando os precedentes da atual crise do capital como o projeto neoliberal e a reestruturação produtiva até os determinantes atuais no contexto brasileiro como a contrarreforma do Estado brasileiro, o ajuste fiscal, a corrida pelo superávit primário ocorrido no Governo Lula que deflagrou a legitimação da agenda econômica em detrimento da agenda social. Neste ponto do trabalho, a gestão da pobreza em contexto de crise do capital e proeminência de programas e políticas sociais que reiteram o capital e suas desigualdades são a tônica dada ao tratamento da questão social. Temos no estágio atual, políticas sociais financeirizadas, que “contemplam” e não legitimam direitos sociais historicamente reconhecidos. O que se observa na atualidade é um sistema de proteção social, que segundo Behring (2008) não mais garante direitos e sim restringe direitos numa lógica econômica. Assim a transferência de renda vem para reforçar tal padrão e dar força à gestão da pobreza numa lógica capitalista.

2 – DESENVOLVIMENTO

2.1 - A emergência da pobreza no cenário político internacional.

A discussão da pobreza tem origem na Europa do pós-guerra, e segundo Rocha (2003) foi a partir de um alerta dos cientistas sociais preocupados com a sobrevivência de grupos desprivilegiados em resposta ao discurso essencialmente triunfalista dos políticos, sobre situações de privação, onde a sobrevivência física não era o fator principal. Esse fator vai trazer novos elementos para problemática da pobreza, pois entendeu-se que a pobreza tem um caráter relativo e assume características específicas de acordo com a época e os membros da sociedade.

Em estudo sobre grupos específicos de pobres na Inglaterra em meados do século XX, Townsend (1962) enfatizou o caráter necessariamente relativo da noção de pobreza. A tese principal é que tanto a pobreza como subsistência são conceitos relativos, só podendo ser definidos em relação aos recursos materiais e emocionais disponíveis numa determinada época aos membros de uma dada sociedade ou de diferentes sociedades. (TOWNSEND apud ROCHA, 2003, p.11).

A discussão de Townsend abriu novos paradigmas para a conceituação da pobreza que são as noções de pobreza absoluta versus relativa, que demonstram o caráter relativo desse fenômeno e que terá no centro das discussões os níveis de desenvolvimento social e produtivo. É importante salientar que para fins empíricos a distinção entre absoluta e relativa não traz limites claros. Entretanto, a abordagem de Townsend foi inovadora à época, na medida em que predominavam enfoques exclusivamente monetários, pautados na ideia de necessidades básicas e calóricas. Nas sociedades europeias, por exemplo, a pobreza relativa é mais adotada e verifica-se o uso da renda como critério de pobreza, pois parcela ponderável das necessidades das pessoas é atendida. Têm-se como exemplo, as necessidades fundamentais de alimentação. Para atendimento dessas necessidades é preciso levar em conta aspectos culturais ao definir a dieta mínima, entretanto não é apenas esse atendimento que vai ajudar na análise dos índices de fome e subnutrição. Segundo Silva e Silva (2015) A pobreza absoluta tem como critério de definição as funções fisiológicas, referindo-se a uma renda insuficiente para obter os bens consideradas essenciais que permitam manter uma reprodução puramente física (nutrição, vestuário, moradia, saúde, aquecimento). Já a pobreza relativa é quando alguém é pobre por se situar abaixo de uma determinada escala de renda ou por dispor de rendas inferiores ao limite que representa a renda média ou mediana de uma

população. O pressuposto que orienta essa noção é de que a pobreza varia no tempo e no espaço, em função da evolução socioeconômica e cultural.

É importante ressaltar que o estabelecimento de um parâmetro de valor como linha de pobreza foi utilizado por Rowtree em 1901, em seu estudo da pobreza na cidade de York, na Inglaterra. Nesse estudo, Rowtree definia patamares diferenciados de renda necessária, ou linhas de pobreza conforme o tamanho e a estrutura da unidade familiar. Rocha (2003) coloca que na década de 1960, Townsend ajustando os parâmetros de renda estabelecidos por Rowtree e Lavers, estabeleceu duas linhas: uma linha de pobreza nacional para Inglaterra que se traduzia numa proporção de pobres de 4,1 % da população inglesa e outra que segundo ele seria mais adequada, dada à distribuição de renda inglesa. Rocha (2003) comenta que a orientação de Townsend sugere importante ressalva sobre os estudos da pobreza, pois questões relativas à definição e à mensuração da pobreza no pós-guerra dos países desenvolvidos estiveram estreitamente imbricadas às ações de governo para o estabelecimento de sistemas assistenciais crescentemente complexos e universais.

Diferente das sociedades europeias, os EUA vêm adotando desde 1965, uma definição oficial da pobreza com base no custo de uma cesta alimentar básica à la Rowtree, cujo valor foi multiplicado por três, já que a despesa alimentar correspondia a cerca de 1/3 da despesa total das famílias. A adoção de linhas de pobreza relativa nos países ricos acabou levando à avaliação indevida dessa abordagem em países subdesenvolvidos, onde a noção de pobreza absoluta ainda é, segundo Rocha, a relevante. Os teóricos que utilizam a renda para estabelecer as linhas de pobreza utilizam o argumento da estreita correlação entre nível de renda e os indicadores de bem-estar físico. Na década de 1970, os organismos internacionais adotam a abordagem multifacetada da pobreza e que se opõe à linha da pobreza.

Segundo Furtado (2011), existe uma preocupação em superar o paradigma da renda para se estudar a pobreza, pois se trata de um instrumento unidimensional e sintetizador de um problema multidimensional. Entretanto, até o momento a erradicação da renda nos estudos da pobreza não parece algo viável e se coloca o desafio de criação de conceitos alternativos ao paradigma da renda. Dentro desse novo paradigma, que já não admite a total centralidade da renda, tem o economista indiano Amartya Sen que mesmo não pactuando do paradigma da renda como instrumento, segundo Furtado (2011) admite a relevância desta, embora destaque a

importância de fatores pessoais e do meio para estabelecer seu mecanismo conceitual de capacidade de funcionamento.

Mauriel (2006) alerta que nos trabalhos de Amartya Sen, por exemplo, a pobreza aparece como um conjunto de incapacidades individuais para levar a vida, e o indivíduo é entendido a partir de sua própria capacidade de ação. Por isso, a solução é a construção de entitlements ou habilitações.

Sua concepção sobre pobreza, desigualdade, fomes não tem seus fundamentos radicados nas mudanças estruturais, mas na observação dos “funcionamentos” das pessoas. Sen tenta o tempo todo demonstrar (e consegue, dentro de sua estrutura de pensamento) que o enfoque das capacidades é mais importante como critério de análise das desvantagens do que o baixo nível de renda, afirmando que a renda é apenas instrumentalmente importante, pois o seu valor derivado depende de circunstâncias sociais e econômicas (isto é, estruturais), que estão fora do indivíduo (SEN apud MAURIEL, 2006, p.61).

Para Sen a avaliação das capacidades é o principal, pois se trata um modo de avaliar como as pessoas valorizam as escolhas que têm e não de inserção social. A redistribuição não deve ser de renda, e sim de capacidades e de liberdade.

Amartya Sen no livro intitulado “*Desenvolvimento como Liberdade*” (2000), analisa o papel do desenvolvimento em contraposição ao entendimento que associa o desenvolvimento somente através de fatores como o crescimento do produto interno bruto, rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social, não que estes fatores não contribuam diretamente para a expansão das liberdades, mas não somente eles. Para o autor, ‘o crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo’, tem de estar relacionado com a melhoria de vida dos indivíduos e com o fortalecimento das liberdades.

É interessante salientar que o pensamento de Sen tem subsidiado parâmetros das agências multilaterais como o Banco Mundial.

Dentro da discussão da pobreza têm se ainda o enfoque nos pobres e de como eles são tratados dentro da sociedade. Para tal o sociólogo francês Serge Paugam no livro intitulado “*Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*” de 2003, chamou o que? de desqualificação social e problematizou os estigmas relacionados às condições de vida degradadas ou precarizadas e apontou para a temática da chamada nova pobreza.

Assim, as situações de pobreza e os processos de exclusão do mercado de trabalho são decorrentes de um processo de desqualificação social que é o enfraquecimento dos vínculos sociais e dos riscos de marginalização de segmentos amplos da população. Para Paugam (2003) é um processo abrangente, dinâmico e de múltiplas dimensões, onde, pelo fato de valorizar o caráter multidimensional e evolutivo da pobreza, o estudo da desqualificação social e, conseqüentemente, dos que dela participam.

[...] significa estudar a diversidade dos status que definem as identidades pessoais, ou seja, os sentimentos subjetivos acerca da própria situação que esses indivíduos experimentam no decorrer de diversas experiências sociais, e, enfim, as relações sociais que mantém entre si e com o outro (Paugam, 2003, p. 47).

É de consenso que a pobreza é um fenômeno multidimensional e que vários autores trabalham com essas dimensões em sua problematização, entretanto para continuação é necessário trazer para a discussão o conceito de pobreza que trabalhamos. Para empreendimento de tal conceito, partiremos para segunda parte deste trabalho onde faremos a discussão da pobreza no Brasil, partindo de autores que comungam em grande medida desta como expressão da questão social. Cabe dizer também que o conceito de pobreza adotado está relacionado ao objeto da pesquisa da proposta de tese em andamento e por ser considerado o conceito que melhor cabe, devido às especificidades que esta assume na sociedade brasileira contemporânea.

2.2 – Questão Social e pobreza no Brasil.

Nesta segunda parte do trabalho, explicitaremos o conceito de questão social que adotamos para o eixo das análises e para isso concordamos com Yazbek (2012) que relaciona a questão social e pobreza, explicitando esta como um fenômeno estrutural, que está ligado à própria trama social que gera a desigualdade e se expressa nas circunstâncias econômicas, sociais e políticas, e também nos valores culturais das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social.

A questão social resulta da divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza socialmente gerada, cuja apropriação é extremamente desigual no capitalismo. Supõe, desse modo, a consciência da desigualdade e a resistência à

opressão por parte dos que vivem de seu trabalho. Nos anos recentes, a questão social assume novas configurações e expressões, e “as necessidades sociais das maiorias, as lutas dos trabalhadores organizados pelo reconhecimento de seus direitos e suas refrações nas políticas públicas, arenas privilegiadas do exercício da profissão” sofrem a influência do neoliberalismo, em favor da economia política do capital (Iamamoto, 2012, p.107).

Para Yazbek (2012) os pobres são produto dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade. Além disso, trata-se de uma experiência diária os impactos nocivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo e que deixa marcas sobre os pobres. Mais adiante Yazbek (2012) novamente conceitua a pobreza como:

É uma categoria multidimensional, e, portanto, não se caracteriza apenas pelo não acesso a bens, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças (YASBEK, 2012, p. 108).

É consenso para autores como Yazbek (2012), Sposati (1996), Santos (2012) e Stotz (2005) que o enfrentamento da pobreza deve acontecer no campo das mudanças estruturais no modelo econômico concentrador. Santos (2012) coloca ainda que a questão social é um fenômeno/ processo histórico e conseqüentemente a pobreza é naturalizada pela ideologia dominante. Além disso, para entender a pobreza no Brasil é preciso mais do que identificar as categorias centrais ao modo de produção capitalista, que compõem o nível da universalidade. É necessário incluir os componentes específicos da sociedade brasileira.

Para Yazbek (2012) na história do Brasil, a pobreza e seus insuficientes recursos e serviços voltados para seu enfrentamento são parte constitutiva desta história. A sociedade brasileira é historicamente desigual, com traços de modernização misturada ao arcaico, com uma maioria sem lugar, com extrema desigualdade. Ainda nessa linha de raciocínio, Stotz (2005) coloca que a pobreza não é um problema dos pobres e sim da sociedade que produz a pobreza como componente inerente desta. E pensando justamente neste ponto, Yazbek (2012) observa que o governo Lula adotou a fome como critério de pobreza extrema ou de miséria, entendendo que as pessoas que passam fome são incapazes de garantir sua própria subsistência alimentar e, portanto, devem ser beneficiárias de uma assistência

pública especial. Segundo Stotz (2005), de acordo com o Banco do Brasil em 2010, os pobres representariam 32% da população, ou seja, 54 milhões de pessoas, de acordo com o parâmetro do Censo

Pensamos que para problematizar a questão social e a pobreza no Brasil, não se deve perder de vista a flexibilização do trabalho, que faz parte das características que assume o capitalismo na sociedade brasileira. A formação do mercado de trabalho no Brasil possui entre 1930 e 1970, características que permite compreender o padrão da sociedade salarial incompleto e como traços marcantes de subdesenvolvimento, distinção entre assalariamento formal e informal e a grande quantidade de trabalhadores autônomos.

Por isso é que entre as particularidades da “questão social” no Brasil aponto uma perversa associação: de um lado a superexploração do trabalho, cujo valor sempre precisou ser mantido bem abaixo dos padrões vigentes em outros países, notadamente os de capitalismo desenvolvido, para que o país continuasse atrativo aos seus investimentos produtivos; de outro, uma passivação das lutas sociais que historicamente foram mantidas sob controle do Estado e das classes dominantes (SANTOS, 2012, p. 347).

É importante para este debate compreender o papel do Estado, no que tange ao enfrentamento das expressões da questão social, em específico a pobreza. O papel central que a ação do Estado teve na constituição de todas as medidas que deram corpo ao capitalismo brasileiro, considerando-se os processos de modernização conservadora. Por meio de sua atuação e, conseqüentemente de sua “captura” pelos setores dominantes, foram facilitados os inúmeros dispositivos que instituíram a superexploração do trabalho e a passivação das lutas sociais no Brasil. Podemos exemplificar a trajetória dentro do Estado brasileiro, desde a Constituição Federal de 1988, onde se definiu a Seguridade Social, e que pode ser reconhecida como expressão da resistência e autonomia dos setores progressistas até o desmonte dos direitos sociais, a contrarreforma do Estado e a predominância dos programas de transferência de renda. Essa predominância ocorre quando segundo Mota (2010) os desempregados e desorganizados politicamente engrossam as fileiras do “mundo da pobreza”, com o reordenamento da proteção social e o modo de tratar a “questão social” brasileira, a partir de programas de combate à pobreza, com critérios estabelecidos pelos organismos financeiros internacionais.

2.3 – Pobreza e os programas de transferência de renda no Brasil contemporâneo – Políticas sociais e suas tendências.

Começaremos a terceira e última parte do trabalho com informações dadas pelo próprio governo, contidas no artigo de Rosa Maria Marques e Áquilas Mendes do ano de 2006, intitulado “*Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula*”, onde o Bolsa Família, programa de transferência de renda para as famílias situadas abaixo da linha da pobreza é considerado o “o carro-chefe de sua política social”. Segundo os autores, ainda nos dizeres oficiais “este programa foi criado para combater a miséria e a exclusão social e promover a emancipação das famílias mais pobres. O programa é fruto da unificação de diversos programas da gestão de FHC, entretanto sob a centralização do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. O que parecia uma nova direção, no que tange à política social e à ampliação dos direitos sociais demonstrou ser continuidade da proeminência de uma agenda neoliberal, com ênfase na política macroeconômica.

A conjunção entre expansão pública e mercantilização faz parte das proposições neoliberais, postuladas como assecuratórias da equidade, cujo princípio é dar mais a quem tem menos. O que chama a atenção é a capacidade que tiveram as classes dominantes em capitalizar politicamente a política social, transformando-a no principal instrumento de enfrentamento da crescente pauperização relativa, ampliando o exército industrial de reserva no seio das classes trabalhadoras (MOTA, 2010, p. 141).

A política social e os programas de transferência de renda tornaram-se instrumento de inclusão dos excluídos, além de ter impacto no aumento do consumo e no acesso aos mínimos sociais de subsistência para a população pobre e fazer disso forma de apagar o lugar da precarização do trabalho tem no processo de reprodução social. Sabe-se que na sociedade regida pelo capital, o direito ao trabalho não é garantido graças às características que o trabalho assume na sociedade contemporânea, devido ao nível de desemprego, ou pelas orientações macroeconômicas vigentes. Nesse contexto, os programas de transferência de renda assumem na sociedade contemporânea brasileira lugar central, reforçando a política pobre para pobres com critérios de exclusão que reforçam as desigualdades sociais.

Fica claro que se trata de um contexto de mundialização do capital e financeirização das relações capitalistas, uma vez que a relação entre a transferência de renda e o rearranjo da economia capitalista demonstram sua capacidade de

responder às expressões da questão social por meio de políticas sociais que também estão financeirizadas e respondendo a determinações do capital.

Nesse processo, o lugar da pobreza deve ser discutido, pois o aumento de pobres ao redor do mundo aumentou significativamente e deve ser considerado como consequência da nova organização do capital. Essa organização atrelada aos interesses de contrarreforma do Estado faz da política social, instrumento da classe dominante para uma atuação focalizada e segmentada, sob orientação dos organismos financeiros internacionais, no sentido de amenizar as contradições e dar resposta à questão da pobreza.

Os programas de combate à pobreza surgem sob recomendações dos organismos internacionais, principalmente do Banco Mundial, como condição para o estabelecimento de acordos da dívida externa. Para Maranhão (2006), essa política possui duas direções: de um lado a construção de um aparato ideológico capaz de distorcer as causas e manipular os números da pobreza mundial, e de outro, o desenvolvimento de políticas sociais de renda mínima para os considerados pobres. A expansão desses programas foi acompanhada pela mercantilização de serviços públicos essenciais, como foi o caso da saúde, previdência e educação (SILVA, 2012, p. 222).

Os programas de transferência de renda são operacionalizados com o repasse de bolsas, que promovem a inserção das camadas mais pobres no processo de circulação de mercadorias e garantem a reprodução da acumulação capitalista. A renda é transferida de forma monetizada e focalizada e com valores ínfimos para os mais pobres e sem qualquer efeito efetivamente distributivo. É a “gestão” da pobreza, sob os moldes economicistas, desmontando os equipamentos públicos e financeirizando os serviços, tornando-os espaços de acumulação e valorização do capital.

Diante do que foi descrito acima, e agora em contexto de crise tem-se reiteradamente a política social e os programas de transferência de renda como instrumentos de gestão da crise, a fim de incluir os mais pobres na circulação de mercadoria e despolitizá-la.

A ofensiva ideológica do projeto neoliberal em curso buscou constituir uma falsa consciência, segundo a qual o mercado é a grande utopia. A focalização das urgências oculta as origens fundamentalmente econômicas e políticas da pobreza, considerando os padrões de distribuição de riqueza, rendas e poder dentro da sociedade (STEIN apud SILVA, 2010, p. 232).

Além disso, verifica-se o que segundo Granemann (2007) é um processo de transmutação da proteção social em duas direções que são de um lado, a mercantilização das políticas sociais em serviços privados, e de outro a redução dos sistemas de proteção social antes operado pelo Estado para benefícios pauperizados mediados pelo cartão de magnético, expressão mais alienante do valor. Cabe ressaltar que os recursos monetários desses benefícios são viabilizados através da mediação das instituições bancário-financeiras. E por estarem no circuito das finanças, alimentam a lógica do capital e indiretamente contribuem para o aumento da exploração da classe trabalhadora.

De tudo que foi exposto sobre a gestão da pobreza e a política social na sociedade brasileira contemporânea resta para nós o desafio de resistir os retrocessos, orientados por uma política econômica internacional, que vai ditar sobre como a pobreza é ideologicamente construída e de como sua gestão é feita. Os paliativos construídos diante do agravamento da “questão social” operam com eficácia as estratégias do capital para a manutenção e o crescimento da acumulação do capital, ainda que travestida de “política social”.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira consideração a ser feita é que a gestão da pobreza no Brasil é feita de forma predominante a partir de programas de transferência de renda, que em larga medida nos demonstra como a sociedade do capital trata a questão social. Tratam-se de medidas para conter as tensões oriundas de uma sociedade construída com base no conflito de classes. Sua funcionalidade e sucesso para o grande capital são incontestes tanto no âmbito ideológico quanto no econômico. No campo ideológico geram dicotomias pois mesmo com baixo efeito redistributivo, são importantes para aqueles que recebem tais benefícios devido à pauperização vivida.

São paliativos diante do agravamento da ‘questão social’, demonstrando cada vez mais que esta recebe um novo tratamento e proposta de enfrentamento, despolitizando seu conteúdo e esvaziando o campo simbólico dos direitos sociais, antes conquistados. Há transformismos nos conteúdos que informam a questão social, passando a mesma a adquirir novos significados como exclusão, objeto de políticas sociais eficazes, ausência de cidadania e direitos sociais e desemprego.

Todos esses significados existem, mas são colocados de forma equivocada, entretanto verificando o atual perfil da seguridade social.

Este novo perfil absorve demandas advindas do agravamento das condições de vida e trabalho da população brasileira através de políticas compensatórias que redimensionam em função do crescimento do desemprego e dos “sobrantes” de um sistema que excluí de forma perversa. Além de informar também a atual estratégia do Estado brasileiro no enfrentamento da questão social.

Para finalizar é importante na construção do processo de análise da gestão da pobreza dizer que é inconteste que esta recebeu na última década uma atenção que não foi dada nos últimos 50 anos no Brasil, entretanto é preciso entender que sua superação só será possível frente políticas públicas de cunho universalista, que estejam relacionadas à redistribuição da riqueza socialmente produzida que é espoliada da classe trabalhadora e apropriada pelos detentores dos meios de produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BOSCHETTI, I. América Latina, Política Social e Pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? In SALVADOR, E; BEHRING, E.; BOSCHETTI, I.; GRANEMANN, S.; (org.) *Financeirização, Fundo Público e Política Social*. São Paulo: Editora Cortez, p. 120-130, 2010.

FURTADO, C. S. V. *Classificação dos pobres: questões, construção e análise*. São Paulo: Sociologias 26, 2011.

GRANEMANN, S. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 20, vol. 5, p. 10-18, 2007.

KERSTENETZKY, C.L. Pobreza no Brasil: nove temas para o novo século. *Texto para discussão 18*. CEDE/UFF, Niterói, v.4, p. 120-141, jul./nov. 2009.

MAURIEL, A. P. Combate à pobreza e (des) proteção social: dilemas teóricos das “novas” políticas sociais. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, nº 14, p. 47-61, jan./abr. 2006.

MARQUES, R. M. & MENDES, A. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 10. n. 1, p. 58-79, abr./jul. 2007.

MOTA, A.E. *A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000*. In: MOTA, A.E. (org.). *O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 4ªed. São Paulo: Cortez, p. 23-40, 2010.

PAUGAM, S. *Desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Cortez, 2003.

ROCHA, S. 2003. Dez pontos de consenso sobre a questão da pobreza. In *Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?* Rio de Janeiro: FGV. Capítulo 7.

SILVA, G. S. 2010. Transferência de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros. In SALVADOR, E.; BEHRING, E.; BOSCHETTI, I.; GRANEMANN, S.; (org.) *Financeirização, Fundo Público e Política Social*. São Paulo: Editora Cortez.

SANTOS, J. S. 2012. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. *Serviço Social e sociedade* 111, p. 430-449. Disponível em www.scielo.br

SILVA E SILVA, Ozanira. 2015. O DEBATE SOBRE A POBREZA: questões teórico-conceituais. *Periódicos UFMA*.

STOTZ, E. 2005. Pobreza e Capitalismo. In VALLA, V.V.; STOLZ, E.; ALGEBAIL, E. B. (org.). *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto – ENSP.

YASBEK, M. C. 2012. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade* 110, p. 288-322. Disponível em www.scielo.br

Submetido em: 25 de setembro de 2018

Aceito em: 15 de abril de 2019

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL - PNDP

Renan Felinto de Farias Aires¹
Camila Cristina Rodrigues Salgado²

RESUMO: Escolas de Governo têm papel significativo na vida do servidor público, valorizando-o e qualificando-o para a construção de uma nova imagem do serviço público. Através da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), que visa, entre outros aspectos, a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, além do desenvolvimento permanente do servidor público, este papel tem se intensificado. Por conta disso, o objetivo deste estudo foi apoiar o processo de acompanhamento e avaliação das ações do PNDP, por meio de uma análise multicritério, especificamente quanto à atuação das escolas de governo brasileiras. O método empregado foi o ELECTRE II e, para a realização do estudo de caso, foram coletados e analisados dados referentes a 23 escolas de governo via *websites*. O resultado do estudo é apresentado por meio de um *ranking* das escolas brasileiras, bem como as suas implicações para o PNDP.

Palavras-chave: Escolas de Governo. Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal. Multicritério.

Evaluation of Actions of the National Personnel Development Policy - PNDP

ABSTRACT: Government schools have a significant role in the life of a public servant, valuing them and calling them to build a new image of public service. Through the National Personnel Development Policy (PNDP), which aims, among other things, improving the efficiency, effectiveness, and quality of public services provided to citizens, besides to the ongoing development of the public server, this role has intensified. Because of this, the aim of this study was to support the monitoring and evaluation of the actions of the PNDP, through a multi-criteria analysis, specifically concerning the performance of the Brazilian government schools. The method used was the ELECTRE II and, for the realization of the case study, data were collected and analyzed regarding 23 government schools via *websites*. The result of the study is presented through a ranking of the Brazilian schools, as well as its implications for the PNDP.

Keywords: Government Schools. National Personnel Development Policy. Multicriteria.

¹ Graduado em Administração pela Universidade Federal da Paraíba com Mestrado e Doutorado em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - PPGA/UFRN

² Graduada em Administração pela Universidade Federal da Paraíba, Mestrado em Engenharia de Produção e Doutorado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

1 INTRODUÇÃO

Os serviços públicos abrangem setores essenciais para a sociedade, e a prestação de tais serviços mobiliza milhares de trabalhadores envolvidos em um cenário em que os usuários estão mais conscientes da necessidade de reivindicar por qualidade no serviço realizado, clamando, cada vez mais, por eficiência. Tal cobrança em relação aos serviços públicos – aqui entendidos como a tentativa do Estado em atender necessidades básicas da população – ficou ainda mais evidente diante de diversos protestos ocorridos em todo o Brasil nos últimos anos, realizados por uma população que vive em um país que possui uma alta carga tributária, mas que não sente os seus benefícios.

Neste contexto, para avançar em direção a formas mais contemporâneas de gestão pública e ser capaz de dar respostas aos anseios da população, tornou-se crucial, em meio a tantas questões envolvidas, qualificar o servidor público, oferecendo-lhe motivação profissional e abrindo espaços para o exercício da criatividade, de maneira a oferecer-lhe uma visão renovada do seu papel (NASCIMENTO; ESPER, 2009). Estes servidores merecem atenção já que contribuem significativamente para o estabelecimento de uma administração pública ágil, eficiente e eficaz, transparente e capaz de atender as necessidades e expectativas dos cidadãos (BITTENCOURT; ZOUAIN, 2010).

Assim, é neste cenário que ganham espaço e valor as chamadas Escolas de Governo, instituições que têm como função capacitar os servidores públicos (PINTO; ARAUJO, 2012). Essas escolas têm a responsabilidade de proporcionar o desenvolvimento de competências desses profissionais, estimulando, permanentemente, a disseminação do conhecimento em gestão pública (FERRAREZI; TOMACHESKI, 2010), de modo que sejam formados profissionais engajados no amplo processo de inovação e mudança de todo o serviço público (BITTENCOURT; ZOUAIN, 2010).

Sobre isso, alguns trabalhos concentraram esforços na intenção de compreender melhor este universo das escolas de governo, analisando-as sob diferentes perspectivas, como os estudos de Pacheco (2000), Pacheco (2002), Nascimento e Esper (2009), Bittencourt e Zouain (2010), Silva e Fadul (2011), Jesus

e Mourão (2012) e Pinto e Araújo (2012). Destacam-se ainda dois outros estudos em específico, os de Aires *et al.* (2012) e Aires *et al.* (2014), que oferecem um panorama com bom nível de detalhamento das práticas que vêm sendo utilizadas pelas Escolas de Governo do Brasil, aproximando-se e servindo de referência para o propósito de presente estudo.

O primeiro deles teve como objetivo realizar um *benchmarking* nas escolas de governo do Brasil visando à melhoria das práticas da Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba – ESPEP, apresentando como resultado um plano completo de melhorias para a mesma, com base no levantamento das práticas de referência que vêm sendo desenvolvidas no país. Já o segundo estudo objetivou traçar um panorama das escolas de governo do Brasil, descrevendo-as e analisando-as criticamente, apontando como as escolas presentes nas diferentes regiões do país encontram-se em estágios diferentes de desenvolvimento.

Além disso, o principal aspecto que serviu de referência para o propósito do presente estudo foi o Decreto nº 5.707 de 23 de fevereiro de 2006 (BRASIL, 2006), que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP). Esse decreto tinha como finalidades: a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; o desenvolvimento permanente do servidor público; a adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; a divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e a racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.

Tomando como base todo o exposto, o presente artigo apresenta um modelo multicritério de decisão que tem como objetivo acompanhar e avaliar as ações do PNDP, especificamente quanto à atuação das escolas de governo brasileiras. Para isso, foi utilizada a análise multicritério por meio do método ELECTRE II (devido às especificidades do problema), baseando-se em quatro aspectos analisados e sugeridos por Aires *et al.* (2012) e Aires *et al.* (2014). O restante do artigo está estruturado da seguinte forma: em primeiro lugar são tecidas considerações acerca do Apoio Multicritério à Decisão (AMD) e da família ELECTRE; em seguida, é apresentado um breve relato sobre os aspectos metodológicos do estudo; depois,

apresentam-se os resultados e as considerações finais, demonstrando que o objetivo aqui traçado foi alcançado de forma satisfatória.

2 APOIO MULTICRITÉRIO A DECISÃO (AMD) E A FAMÍLIA ELECTRE

O apoio multicritério à decisão, que tem como princípio buscar o estabelecimento de uma relação de preferências entre as alternativas no processo de decisão, consiste em um conjunto de métodos e técnicas para auxiliar ou apoiar pessoas e organizações a tomarem decisões, sob a influência de uma multiplicidade de critérios (ALMEIDA; COSTA, 2003; ALMEIDA, 2013).

Para a escolha do método multicritério a ser utilizado, deve-se realizar uma análise relacionada a diversos aspectos, dentre os quais: o problema analisado, contexto considerado, informações disponíveis e seu grau de precisão, racionalidade requerida, estrutura axiomática de preferências do decisor, o tipo de problemática e a característica de compensação (ALMEIDA, 2013). Sobre a última, tem-se que os métodos multicritérios tradicionalmente são classificados entre compensatórios e os não compensatórios.

No grupo dos métodos compensatórios, tem-se uma ideia de compensar um menor desempenho de uma alternativa em um dado critério por meio de um melhor desempenho em outro critério (ALMEIDA, 2013), ou seja, podem favorecer alternativas não balanceadas, ótimas em algum critério, mas sofrível em outros, já que buscam a compensação (GOMES, 2007). Neste grupo, as abordagens mais utilizadas vão desde o uso de médias ponderadas até o uso da Teoria da Utilidade Multiatributo. Já o grupo dos métodos não compensatórios, em que métodos das famílias PROMETHEE e ELECTRE são os mais utilizados, requerem uma informação intercritério correspondente à importância relativa entre os critérios, evitando o favorecimento de ações que possuem um excelente desempenho em um critério, mas que sejam muito ruins nos demais (INFANTE; MENDONÇA; VALLE, 2014).

A família de métodos ELECTRE, utilizada nesse estudo, propõe um procedimento para redução do conjunto de alternativas explorando o conceito de dominância, em outras palavras, os métodos desta família são baseados em

relações de superação (SOARES DE MELLO *et al.*, 2005). Os métodos ELECTRE, também denominados métodos de subordinação, introduziram um novo conceito do modelo de preferências, que pretende ser uma representação mais realista que o utilizado na teoria de decisão (PINTO JUNIOR; SOARES DE MELLO, 2013). Sobre isso, sabe-se que diferentes versões já foram desenvolvidas, sendo os métodos ELECTRE I e II, propostos por Roy (1968) e Roy e Bertier (1971, 1973) respectivamente, os primeiros.

O ELECTRE I foi projetado para problemas de seleção (MARZOUK, 2011; MIRANDA; ALMEIDA, 2004), sendo usado para construir uma priorização parcial para a escolha de uma dentro de um conjunto de alternativas (HATAMI-MARBINI; TAVANA, 2011).

O ELECTRE II, método utilizado no presente estudo, pode ser considerado uma extensão do método ELECTRE I, uma vez que necessita dos dois grafos produzidos pelo ELECTRE I como dados de entrada, representando uma estrutura de preferência forte e outra fraca (CHAVES *et al.*, 2010; PINTO JUNIOR; SOARES DE MELLO, 2013). Este método busca ordenar um conjunto de alternativas da melhor para pior, sendo desenvolvido para resolver problemas de ordenação (MIRANDA; ALMEIDA, 2004).

Para isso, são utilizados os conceitos de matriz de concordância e de discordância para ordenar o conjunto de alternativas, em que o primeiro mede a vantagem relativa de cada alternativa sobre todas as outras e o segundo mede a relativa desvantagem. Para que seja feita a análise dessas matrizes, são definidos valores de referência p e q , pertencentes ao intervalo de variação entre 0 e 1, em que os valores de concordância desejada deverão ser superiores ou iguais a p e que q definirá a máxima discordância tolerável.

A partir das matrizes obtidas, é realizado o procedimento de ordenação, composto por dois estágios de pré-ordenação, geralmente chamados de sobreclassificação forte e fraca. A partir destas duas pré-ordenações obtidas, cabe ao agente de decisão a escolha entre realizar uma média entre elas, que resultará na ordenação final, ou, caso contrário, redefinir o problema e reaplicar o método (MIRANDA; ALMEIDA, 2004; CHAVES *et al.*, 2010; PINTO JUNIOR; SOARES DE MELLO, 2013).

Finalmente, além desses dois principais métodos, a família ELECTRE ainda possui uma série de variações que incluem ELECTRE III, IV, TRI, IS e SS. Para mais detalhes, segue a indicação de alguns estudos: ELECTRE III – Marzouk (2011) e Hashemi *et al.* (2016); ELECTRE IV - Espitia-Escuer, García-Cebrián e Muñoz-Porcar (2014) e Medina-González, Espuña e Puigjaner (2018); ELECTRE TRI – Corrente, Greco e Słowiński (2016) e Galo, Calache e Carpinetti (2018); ELECTRE IS - Barberis e Ródenas (2002) e Haurant, Oberti e Muselli (2011); e ELECTRE SS - El Hanandeh e El-Zein (2009, 2010).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Em termos de enquadramento metodológico, a presente pesquisa tem caráter exploratório, pois teve como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema em questão (GIL, 2010), cujo delineamento é o de estudo de caso, por se tratar de uma investigação empírica que pode ser utilizada para descrever uma situação no seu contexto (YIN, 2005).

A fonte dos dados foi de origem secundária, sendo estes obtidos junto aos próprios *websites* das escolas de governo ou *websites* dos governos estaduais. Para a construção do modelo multicritério, foram utilizados os procedimentos comumente utilizados nos estudos relevantes da área de aplicação do método ELECTRE, como por exemplo, os estudos de Pinto Junior e Soares de Mello (2013) e de Chaves *et al.* (2010). Logo, partindo deste princípio, optou-se por apresentar o passo a passo do método conjuntamente com a apresentação dos resultados, trazendo dinamicidade ao estudo. Para melhor compreensão, os procedimentos utilizados foram os seguintes:

- a) Levantamento e delimitação das alternativas do estudo: são descritas as alternativas utilizadas no estudo (Quadro 2);
- b) Definição dos critérios e de seus pesos e das escalas utilizadas: são descritos os critérios e subcritérios utilizados no estudo (Quadro 1), o peso de cada um deles, assim como as escalas utilizadas (Tabela 1);
- c) Normalização dos dados de entrada: apresentam-se os dados de entrada do estudo (Tabela 2) e como estes foram normalizados (Equação 1);

d) Definição dos índices de concordância e da matriz de concordância: mostram-se como são calculados, respectivamente, os índices de concordância e a matriz de concordância;

e) Definição dos índices de discordância e da matriz de discordância: apresentam-se como são calculados, respectivamente, os índices de discordância (Equação 2) e a matriz de discordância;

f) Definição dos limiares de sobreclassificação forte e fraca: são apresentadas as fontes que embasaram a definição dos limiares de sobreclassificação (Tabela 3) utilizados no estudo;

g) Apresentação do *ranking* final das alternativas: apresenta-se o *ranking* final (Tabela 4) obtido no trabalho por meio da concordância e discordância pura.

Cabe ressaltar que o ELECTRE II foi o método utilizado para a criação do modelo do estudo visto que se mostrou o mais adequado à situação estudada, tendo em vista sua característica de compensação, já que todos os critérios foram considerados relevantes, não havendo a possibilidade de que um critério ótimo compense outro ruim, característica dos métodos não compensatórios, e o problema analisado, cuja finalidade era apresentar os resultados através de uma ordenação.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como já exposto, o objetivo deste estudo é apoiar o processo de acompanhamento e avaliação das ações do PNDP, especificamente quanto à atuação das escolas de governo brasileiras, através de uma análise multicritério, com a utilização do método ELECTRE II. Para isso, primeiramente, foram definidos os critérios de avaliação, de acordo com os objetivos do problema. Dessa forma, foram considerados quatro critérios principais – além de dois subcritérios para dois critérios especificamente – que foram definidos com base na análise bibliográfica sobre a temática, notadamente os estudos de Aires *et al.* (2012) e Aires *et al.* (2014) (Quadro 1).

Quadro 1 - Critérios Utilizados

Critérios	Subcritérios	Descrição	Descrição
C ₁ – Cursos Oferecidos	SC1 – Oferta	Envolve o quantitativo de cursos ofertados, além da atualização e diversificação dos mesmos.	Muito Bom (MB) - Grande oferta de cursos atualizados
			Bom (B) - Grande oferta de cursos, porém desatualizados ou Pouca oferta de cursos atualizados.
			Regular (R) - Pouca oferta de cursos desatualizados
			Fraco (F) - Sem oferta de cursos (ou sem informações disponíveis)
	SC2 – Tipologia	Compreende os tipos dos cursos que são ofertados - capacitação, treinamento, atualização, graduação e pós-graduação.	Muito Bom (MB) - Oferta de cursos de capacitação, treinamento, atualização, graduação e pós-graduação.
			Bom (B) - Oferta de cursos de capacitação, treinamento, atualização e graduação (ou pós-graduação).
			Regular (R) - Oferta de cursos de capacitação, treinamento e atualização.
			Fraco (F) - Sem oferta de cursos (ou sem informações disponíveis)
C ₂ – Modalidades de Ensino	-	Análise das formas de realização dos cursos - presencial, à distância e/ou semipresencial.	Muito Bom (MB) - Oferta de cursos presenciais, à distância e semipresenciais.
			Bom (B) - Oferta de cursos presenciais e à distância
			Regular (R) - Oferta de cursos apenas presenciais ou apenas à distância
			Fraco (F) - Sem oferta de cursos
C ₃ – Interatividade	SC1 – Acessibilidade	Disponibilidade de informações da instituição e o grau de detalhamento das informações	Muito Bom (MB) - Muitas informações detalhadas
			Bom (B) - Muitas informações, porém pouco detalhadas.
			Regular (R) - Poucas informações e sem detalhes
			Fraco (F) - Sem informações
	SC2 – Recursos	Disponibilidade de ferramentas e recursos interativos	Muito Bom (MB) - Vasta disponibilidade de ferramentas e recursos interativos
			Bom (B) - Média disponibilidade de ferramentas e recursos interativos
			Regular (R) - Baixa disponibilidade de ferramentas e recursos interativos
			Fraco (F) - Sem disponibilidade de ferramentas e recursos interativos
C ₄ – Ações e Parcerias	-	Análise das ações e parcerias realizadas em prol dos servidores internos e/ou do seu público-alvo	Muito Bom (MB) - Vasta gama de ações e parcerias em prol do seu público
			Bom (B) - Possui ações e parcerias em prol do seu público
			Regular (R) - Possui ações ou parcerias em prol do seu público
			Fraco (F) - Sem ações e parcerias

Fonte: Elaborado pelos autores

Para quantificação das escalas utilizadas no estudo, foram utilizados os valores apresentados na Tabela 1. Com base nesses critérios e nas escalas de valores, foram coletados dados de escolas de governo de 23 estados brasileiros e o Distrito Federal (Tabela 2). Vale salientar que os estados de Amazonas, Pernambuco e Rondônia não foram considerados na análise, pois não possuem fontes de informação para a coleta (*websites* próprios ou informações veiculadas em *websites* governamentais), ou até mesmo porque não possuem escolas de governo. Uma síntese das escolas analisadas é apresentada no Quadro 2. Os pesos foram iguais para todos os critérios – 0,25 cada – sendo que aqueles critérios que possuíam subcritérios tiveram o seu peso rateado igualmente entre os seus subcritérios – 0,125 cada.

Tabela 1 - Escalas Utilizadas

Nomenclatura	Valor
MB	1
B	0,75
R	0,5
F	0

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 2 - Dados coletados

Alternativa	Critérios					
	C1		C2	C3		C4
	SC1	SC2	-	SC1	SC2	-
AC	0,75	0,75	0,5	0,5	0,5	0,5
AL	1	0,5	0,5	0,75	0,75	1
AP	0	0	0	0,75	0,5	0,5
BA	0,75	0,5	0,75	0,5	0,75	0,5
CE	1	0,5	0,75	0,75	0,75	0,75
DF	0,75	0,5	0,75	1	0,75	0,5
ES	1	0,5	0,5	1	0,75	0,75
GO	0,75	1	0,5	1	1	0,5
MA	1	0,75	0,5	1	0,75	0,5
MG	1	1	1	1	1	1
MS	0,75	0,5	0,75	0,75	0,75	0,75
MT	0,5	0,5	0,75	0,5	0	0,5
PA	0,75	0,75	0,75	1	1	0,75
PB	0	0	0	0,5	0,5	0
PI	0,5	0,75	0,75	0,5	0,5	0
PR	0,75	1	1	1	1	1
RJ	1	0,75	0,75	0,75	0,75	0,75
RN	1	0,75	0,75	1	1	0,75
RR	0,5	0,5	0	0,5	0,5	0
RS	0,75	0,75	0,75	0,75	0,75	0,5
SC	1	0,75	0,5	1	0,75	0,5
SE	0,75	0,5	0,75	0,5	0,5	0,5
SP	1	0,75	1	1	0,75	0,5
TO	0,75	0,5	0,5	0,5	0,5	0

Fonte: Elaborado pelos autores

Quadro 2 - Escolas Analisadas

Estado	Nomenclatura da Escola
Acre – AC	Fundação Escola do Servidor Público do Estado do Acre – FESPAC
Alagoas – AL	Escola de Governo Germano Santos – EGAL
Amapá – AP	Escola de Administração Pública do Amapá – EAP
Bahia – BA	Universidade Corporativa do Serviço Público – UCS
Ceará – CE	Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará – EGPCE
Distrito Federal – DF	Escola de Governo do Distrito Federal – EGOV
Espírito Santo – ES	Escola de Serviço Público do Espírito Santo – ESESP
Goiás – GO	Escola de Governo Henrique Santillo
Maranhão – MA	Escola de Governo do Maranhão – EGMA
Minas Gerais – MG	Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho
Mato Grosso do Sul – MS	Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul – ESCOLAGOV
Mato Grosso – MT	Escola de Governo do Mato Grosso
Pará – PA	Escola do Governo do Estado do Pará – EGPA
Paraíba – PB	Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba – ESPEP
Piauí – PI	Escola de Governo do Piauí – EGEPI
Paraná – PR	Escola de Governo do Paraná
Rio de Janeiro – RJ	Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ
Rio Grande do Norte – RN	Escola de GoveRNo do Rio Grande do Norte
Roraima – RR	Escola de Governo de Roraima
Rio Grande do Sul – RS	Rede Escola de Governo do Rio Grande do Sul – REG
Santa Catarina – SC	Fundação Escola de Governo – ENA
Sergipe – SE	Escola de Administração Pública e Gestão Governamental de Sergipe – ESAPGESE
São Paulo – SP	Escola de Governo e Administração Pública – EGAP
Tocantins – TO	Escola de Governo do Tocantins – EGOVE

Fonte: Elaborado pelos autores

Em seguida, a partir dos dados coletados de cada alternativa para cada critério, foi realizada a normalização dos dados, utilizando-se, para isso, a divisão do valor de cada alternativa em cada critério pela soma de cada alternativa em cada critério, conforme Equação 1 da escala de transformação linear (CHAKRABORTY; YEH, 2007).

$$r_{ij} = \frac{x_{ij}}{\sum_{i=1}^m x_{ij}}, i = 1, 2, \dots, n \quad j = 1, 2, \dots, m \quad (1)$$

Após a normalização, é realizada, em primeiro lugar, uma análise de superação das alternativas duas a duas, somando os valores dos pesos dos critérios quando a primeira alternativa é igual ou supera a segunda e não somando os valores, caso contrário. Este procedimento resulta na matriz de concordância. Em seguida, os índices de discordância são calculados a partir da Equação 2 e, a partir deles, é realizada a matriz de discordância. Vale salientar que ambas as matrizes supracitadas não foram inseridas neste documento por conta de seu tamanho, mas

os autores se colocam a disposição para enviar os dados aos possíveis interessados.

$$d_{i,k} = \left(\frac{1}{d}\right)_{j \in D(x_j, x_k)} \text{Máx.} [u_j(x_i) - u_j(x_k)]$$

Onde: $d = \text{máx.} j (ci, xk) \in A \text{ máx.} [uj(xk) - uj(xi)], \text{ para } j = 1, \dots, n. \quad (2)$

Tendo em vista os limiares definidos com base na análise de sensibilidade e pela sugestão de trabalhos da área (MIRANDA; ALMEIDA, 2004; PINTO JUNIOR; SOARES DE MELLO, 2013), apresentados na Tabela 3, para que ocorra uma sobreclassificação forte, os índices de concordância par a par devem ser maiores ou iguais ao índice C1 e os índices de discordância par a par devem ser inferiores ou iguais ao índice D1; e para a sobreclassificação fraca, os índices de concordância par a par devem ser maiores ou iguais ao índice C2 e os índices de discordância par a par inferiores ou iguais ao índice D2.

Tabela 3 - Limiares de Concordância e Discordância

Limiares de Concordância		Limiares de Discordância	
C1	C2	D1	D2
0,8	0,7	0,3	0,4

Fonte: Elaborado pelos autores

Finalmente, para a definição do *ranking* final do estudo, foi realizado o método de concordância e discordância pura, proposto por Chatterjee, Mondal e Chakraborty (2014). Este método gera dois *rankings*, calculados a partir das Equações 3 e 4. O primeiro calcula a diferença entre a soma da linha de uma alternativa menos a soma da coluna da mesma alternativa a partir da matriz de concordância, fazendo o mesmo procedimento para as demais alternativas, gerando o primeiro *ranking*, em que a ordenação é do valor maior para o menor. O segundo calcula a diferença entre a soma da linha de uma alternativa menos a soma da coluna da mesma alternativa a partir da matriz de discordância, fazendo o mesmo procedimento para as demais alternativas, gerando o segundo *ranking*, em que a ordenação é dada do menor valor para o maior. Finalmente, uma vez que estes dois *rankings* são estimados, é feito um *ranking* com a média de ambos, em que as

alternativas são ordenadas de acordo com a melhor classificação média, conforme a Tabela 4.

$$(C_j) = \sum_{k=1}^n c(j, k) - \sum_{j=1}^n c(k, j) \quad (j \neq k) \quad (3)$$

$$(D_j) = \sum_{k=1}^n d(j, k) - \sum_{j=1}^n d(k, j) \quad (j \neq k) \quad (4)$$

Tabela 4 - Ranking final das alternativas

Alternativa	Ranking Final	Concordância Pura	Ranking Parcial	Discordância Pura	Ranking Parcial
MG	1	19,125	1	-15,24337267	1
PR	2	16,75	2	-12,11388089	2
RN	3	11,875	3	-8,299552873	3
SP	4,5	8,375	5	-6,644132559	4
PA	5	9,5	4	-6,573564173	6
AL	6,5	3,25	8	-6,637409703	5
RJ	6,5	7,875	6	-6,042365475	7
CE	8	5,5	7	-3,805895986	9
GO	9,5	2,5	11	-4,462093544	8
ES	10	3	10	-3,199307422	10
MS	10	3,125	9	-2,841912935	11
MA	12,5	2,375	12	-1,985189718	13
RS	12,5	1	13	-2,187080136	12
DF	14,5	0,875	14	-1,854910058	15
SC	14,5	0,875	15	-1,985189718	14
BA	16	-2,875	16	1,086181457	16
SE	17	-4,625	17	1,74168771	17
AC	18	-7,25	18	1,965722141	18
MT	19,5	-7,75	19	9,095809793	20
PI	19,5	-8,125	20	8,566271749	19
TO	21	-13,375	21	11,84505477	21
AP	22	-14,125	22	13,47576811	22
RR	23	-16,75	23	16,06551786	23
PB	24	-19,625	24	20,03384427	24

Fonte: Elaborado pelos autores

Com isso, chega-se ao seguinte resultado: a escola de governo do estado de Minas Gerais é considerada a melhor, seguida pelas escolas dos estados do Paraná e Rio Grande do Norte, ranqueados em segundo e terceiro lugares, respectivamente. Este achado, assim como a constatação de que todas as escolas dos estados da região Sul e Sudeste estão ranqueadas entre as melhores na análise, demonstra que as escolas dessas regiões estão satisfatórias. Por outro lado, pode-se perceber que as nove últimas escolas do *ranking* são pertencentes às regiões Norte e Nordeste, deixando clara a necessidade de maiores investimentos nestas regiões.

Portanto, diante deste cenário, cabe aos cidadãos e seus respectivos representantes no governo, a ação de cobrar dos órgãos responsáveis o devido cumprimento de seus deveres conforme previsto na PNDP. Finalmente, pode-se considerar que o modelo apresentado neste trabalho confirma as desigualdades regionais apontadas por Aires *et al.* (2012) e Aires *et al.* (2014) em termos de escolas de governo, e que este pode ser utilizado como uma ferramenta de monitoramento constante para apoiar as políticas de ações do PNDP.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo demonstrou que o método multicritério ELECTRE II pode ser uma excelente ferramenta para apoiar o processo de acompanhamento e avaliação das ações do PNDP. A partir deste método, indicado para a problemática de ordenação, foi possível obter um *ranking* das escolas de governo dos estados brasileiros, permitindo uma análise criteriosa quanto à situação real destas.

Dessa forma, os resultados mostraram principalmente que as escolas de governos de estados pertencentes às regiões Norte e Nordeste, necessitam de mais investimentos, visando atender a principal premissa contida no PNDP de formar e desenvolver os servidores públicos incluídos na estrutura da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Em contraponto, percebeu-se que as escolas dos estados da região Sul e Sudeste estão ranqueadas entre as melhores da análise, destacando-se a escola de governo do estado de Minas Gerais, considerada a melhor.

Portanto, considera-se que os resultados obtidos foram considerados satisfatórios e a continuidade deste trabalho inclui o aprimoramento do estudo para que se possa tratar um número maior de critérios, assim como realizar tal análise em outros setores, segmentos de mercado ou países.

REFERÊNCIAS

AIRES, R. F. F.; AYRES, K. V.; SALGADO, C. C. R.; VALENTIM NETO, A. J. Benchmarking de Escolas de Governo do Brasil: Proposta de melhoria para a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba – ESPEP. *Sistemas e Gestão*, v. 7, n. 4, pp. 570-583, 2012.

AIRES, R. F. F.; SALGADO, C. C. R.; AYRES, K. V.; ARAÚJO, A. G. Escolas de governo: o panorama brasileiro. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 4, pp. 1007-1027, 2014.

ALMEIDA, A. T. *Processo de Decisão nas Organizações: Construindo Modelos de Decisão Multicritério*. São Paulo: Editora Atlas, 2013

ALMEIDA, A. T.; COSTA, A. P. C. S. *Aplicações multicritério de apoio à decisão*. Recife: UFPE, 2003.

BARBERIS, G. F.; RÓDENAS, M. C. E. Utilización del método ELECTRE IS de ayuda a la decisión multicriterio en la valoración y selección de alternativas de inversión. *Rect@*, v. Actas_10, n. 1, pp. 37-50, 2002.

BITTENCOURT, M. A.; ZOUAIN, D. M. Escolas de Governo e a Profissionalização do Servidor Público: Estudo dos Casos da Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas – ESPEA e da Fundação Escola de Serviço Público Municipal de Manaus – FESPM. *Revista ADM.MADE*, v. 14, n. 3, pp. 75-94, 2010.

BRASIL. Decreto N. 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Brasil, 2006.

CHAKRABORTY, S.; YEH, C-H. A Simulation Based Comparative Study of Normalization Procedures in Multiattribute Decision Making. In: Proceedings of the International conference on artificial intelligence, knowledge engineering and data bases, 6, 2007, Corfu Island. *Anais....Greece: WSEAS*, 2007.

CHATTERJEE, P.; MONDAL, S.; CHAKRABORTY, S. A comprehensive solution to automated inspection device selection problems using Electre methods. *International Journal of Technology*, v. 2, pp. 193-208, 2014.

CHAVES, M. C. C.; GOMES JÚNIOR, S. F.; PEREIRA, E. R.; MELLO, J. C. C. B. S. Utilização do método ELECTRE II para avaliação de pilotos no campeonato de Fórmula 1. *Production*, v. 20, n. 1, pp. 102-113, 2010.

CORRENTE, S.; GRECO, S.; SŁOWIŃSKI, R. Multiple Criteria Hierarchy Process for ELECTRE Tri methods. *European Journal of Operational Research*, v. 252, n. 1, pp. 191-203, 2016.

EL HANANDEH, A.; EL-ZEIN, A. Strategies for the municipal waste management system to take advantage of carbon trading under competing policies: The role of energy from waste in Sydney. *Waste Management*, v. 29, n. 7, pp. 2188–2194, 2009.

ESPITIA-ESCUER, M.; GARCÍA-CEBRIÁN, L. I.; MUÑOZ-PORCAR, A. Location as a competitive advantage for entrepreneurship an empirical application in the Region of Aragon (Spain). *International Entrepreneurship and Management Journal*, v. 11, pp. 133–148, 2014.

FERRAREZI, E.; TOMACHESKI, J. A. Mapeamento da Oferta de Capacitação nas Escolas de Governo no Brasil: gestão da informação para fortalecimento da gestão pública. *Revista do Serviço Público*, v. 61, n. 3, pp. 287-303, 2010.

GALO, N. R.; CALACHE, L. D. D. R.; CARPINETTI, L. C. R. A group decision approach for supplier categorization based on hesitant fuzzy and ELECTRE TRI. *International Journal of Production Economics*, v. 202, pp. 182-196, 2018.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, L. F. A. M. *Teoria da Decisão*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

HATAMI-MARBINI, A.; TAVANA, M. An extension of the Electre I method for group decision-making under a fuzzy environment. *Omega*, v. 39, n. 4, pp. 373–386, 2011.

HASHEMI, S. S.; HAJIAGHA, S. H. R.; ZAVADSKAS, E. K.; MAHDIRAJI, H. A. Multicriteria group decision making with ELECTRE III method based on interval-valued intuitionistic fuzzy information. *Applied Mathematical Modelling*, v. 40, n. 2, pp. 1554-1564, 2016.

HAURANT, P.; OBERTI, P.; MUSELLI, M. Multicriteria selection aiding related to photovoltaic plants on farming fields on Corsica island: A real case study using the ELECTRE outranking framework. *Energy Policy*, v. 39, pp. 676–688, 2011.

INFANTE, C. E. D. C.; MENDONÇA, F. M.; VALLE, R. A. B. Análise de robustez com o método Electre III: o caso da região de Campo das Vertentes em Minas Gerais. *Gestão e Produção*, v. 21, n. 2, pp. 245-255, 2014.

JESUS, A. M.; MOURÃO, L. Conhecimento organizacional em escolas de governo: um estudo comparado. *Revista de Administração Pública*, v. 46, n. 4, pp. 939-968, 2012.

MARZOUK, M. M. ELECTRE III model for value engineering applications. *Automation in Construction*, v. 20, n. 5, pp. 596–600, 2011.

MEDINA-GONZÁLEZ, S.; ESPUÑA, A.; PUIGJANER, L. An efficient uncertainty representation for the design of sustainable energy generation systems. *Chemical Engineering Research and Design*, v. 131, pp. 144-159, 2018.

MIRANDA, C. M. G.; ALMEIDA, A. T. Visão multicritério da avaliação de Programas de Pós-Graduação pela CAPES: O caso da área Engenharia III baseado nos métodos Electre II e MAUT. *Gestão & Produção*, v. 11, n. 1, pp. 51-64, 2004.

NASCIMENTO, T. P. C.; ESPER, A. K. Evasão em cursos de educação continuada a distância: um estudo na Escola Nacional de Administração Pública. *Revista do Serviço Público*, v. 60, n. 2, pp. 159-173, 2009.

PACHECO, R. S. Escolas de Governo: tendências e desafios - ENAP -Brasil em perspectiva comparada. *Revista do Serviço Público*, v. 51, n. 2, pp. 35-53, 2000.

PACHECO, R. S. Escolas de Governo como centros de excelência em gestão pública: a perspectiva da ENAP - Brasil. *Revista do Serviço Público*, v. 53, n. 1, pp. 75-88, 2002.

PINTO, L. M. R. S.; ARAÚJO, A. L. G. As escolas de governo e o combate à corrupção: análise da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho do Estado de Minas Gerais. *Revista do TCEMG*, v. 83, n. 2, pp. 69-75, 2012.

PINTO JUNIOR, R. P. S.; SOARES DE MELLO, J. C. C. B. Identificação da melhor escolha de funcionário para realização de inspeção em estatais do setor elétrico. *Production*, v. 23, n. 1, pp. 135-143, 2013.

ROY, B. *Classement et choix en présence de points de vue multiples (la méthode ELECTRE)*. Lausanne Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 1968.

ROY, B.; BERTIER, P. M. *La méthode ELECTRE II: Une méthode de classement en présence de critères multiples*. Paris: SEMA (Metra International), 1971.

ROY, B.; BERTIER, P. M. *La méthode ELECTRE II: Une application au media-planning*. In: ROSS, M. (Eds.), OR'72, North Holland Publishing Company, 291-302, 1973.

SILVA, L. P.; FADUL, É. Administração Pública de Québec: um caso de mudança cultural. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 6, pp. 1040-1058, 2011.

SOARES DE MELLO, J. C. C. B.; GOMES, E. G.; GOMES, L. F. A. M.; BIONDI NETO, L.; MEZA, L. A. Avaliação do tamanho de aeroportos portugueses com relações multicritério de superação. *Pesquisa Operacional*, v. 25, n. 3, pp. 313-330, 2005.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Submetido em: 23 de novembro de 2018

Aprovado em: 19 de março de 2019

EVASÃO NOS CURSOS DO PROEJA: UM ESTUDO DE CASO NO IFRJ.

Rogério Teixeira de Oliveira¹
Marcia Cristina Rodrigues Cova²
Levy Freitas de Lemos³

Resumo: O Curso de Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos, oferecido no *Campus* Rio de Janeiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RJ (IFRJ) é direcionado para a formação de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluir a Educação Básica em época oportuna. Apesar da oportunidade oferecida, o curso tem apresentado baixa procura e elevado índice de evasão. Diante desta situação, chegou-se a seguinte questão: Quais fatores estão provocando a evasão neste curso? Visando responder à questão problemática da evasão foi estruturado o seguinte objetivo principal: analisar os fatores que provocam a evasão escolar no curso de MSI-CRJ do IFRJ. Foram utilizados procedimentos metodológicos que são pertinentes a uma pesquisa qualitativa descritiva, baseada em um estudo de caso. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados a pesquisa documental e as entrevistas semiestruturadas. Para a análise dos dados foram utilizados os métodos de análise de documentos e análise de conteúdo. A partir do estudo de caso foi possível identificar que fatores sociais, estruturais e pedagógicos estão provocando a evasão escolar no curso de MSI-CRJ do IFRJ.

Palavras-chave: PROEJA; Evasão escolar; IFRJ.

Abstract: The Course of Maintenance and Support in Higher Education in Youth and Adult Mode offered at the Rio de Janeiro Campus of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio de Janeiro (IFRJ) is directed at the training of young people and adults who do not had the opportunity to complete Basic Education in a timely manner. Despite the opportunity offered, the course has presented low demand and high dropout rate. Faced with this situation, the following question was raised: What factors are causing evasion in this course? Aiming to answer the problematic issue of avoidance, the following main objective was structured: to analyze the factors that provoke school dropout in the course of MSI-CRJ of the IFRJ. Methodological procedures were used that are pertinent to a descriptive qualitative research, based on a case study. Documentary research and semi-structured interviews were used as instruments of data collection. For data analysis, the methods of document analysis and content analysis were used. From the case study it was possible to identify that social, structural and pedagogical factors are provoking school dropout in the IFRJ MSI-CRJ course.

Keywords: PROEJA; School Dropout; IFRJ.

¹ Mestrando no curso de Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia da UFRRJ. Técnico Administrativo em Educação - Diretoria de Desenvolvimento Acadêmico e Institucional do IFRJ. Pós-Graduação lato sensu em Políticas e Gestão em Segurança Pública - UNESA (2012). Pós-Graduação lato sensu em Gestão de Pessoas - UCAM (2006). Graduação em Serviço Social - UERJ (2009). Graduação em Administração de Empresas e Administração Pública - UFRRJ (1999).

² Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA/UFRRJ. Mestre em Administração UFLA/MG. Prof^a Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia - ICSA/UFRRJ. Prof^a Curso de Administração (IM/UFRRJ). Prof^a Curso de Administração (CEDERJ/UFRRJ). Líder do Grupo de Pesquisa em Administração e Desenvolvimento (GPAD/UFRRJ). Membro do Comitê Institucional de Iniciação Científica (PROPPG/UFRRJ). Avaliadora de Cursos de Administração EAD (INEP;MEC)

³ Mestrando no curso de Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia da UFRRJ. Técnico em Assuntos Educacionais – IFRJ. Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná (2009). Licenciatura em Letras pela Universidade Salgado de Oliveira (2011). Pós-graduação lato sensu em Orientação Educacional pela FINOM (2011). Pós-graduação lato sensu em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Inglesa pela Cândido Mendes(2017).

1. INTRODUÇÃO

Apesar das garantias legais, alguns indivíduos não conseguem ter acesso à educação em época oportuna.

Esta pesquisa, a partir da percepção das questões de acesso, permanência e do alto índice de evasão escolar no curso de Manutenção e Suporte em Informática integrado ao Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no *Campus* Rio de Janeiro do IFRJ, doravante denominado MSI-CRJ, trata de realizar um diagnóstico da evasão escolar e propõe ações para o enfrentamento do cenário apresentado. Nesse sentido chega-se à seguinte questão: Quais fatores estão provocando a evasão neste curso?

A pesquisa buscando responder à questão problemática da evasão escolar, estruturou o seguinte objetivo principal: analisar os fatores que provocam a evasão escolar no curso de MSI-CRJ do IFRJ.

Para dar sustentação ao alcance do objetivo principal, foram desenvolvidos os seguintes objetivos intermediários: levantar dados institucionais do curso de MSI-CRJ, no período de 2006.2º a 2018.2º; levantar informações relacionadas à Educação de Jovens e Adultos, doravante denominada EJA, Evasão Escolar, Gestão Organizacional, Gestão Didático-Pedagógica, Trabalho, Família, Violência, Comunicação Pública, Motivação e Impacto Social; identificar, através de entrevistas semiestruturadas, os motivos de evasão do curso de MSI-CRJ, a partir das percepções dos evadidos no período de 2006.2º a 2018.2º, matriculados e concluintes entre 2006.2º e 2018.2º; docentes do curso, Coordenação do curso, Gestores e Técnico em Assuntos Educacionais (TAE); identificar os motivos que levaram os discentes a optarem pelo curso de MSI-CRJ; evidenciar os pontos fortes e fracos no curso pelos discentes, docentes, gestores, coordenação e TAE; identificar as expectativas dos estudantes, a partir da realização, conclusão e da evasão; analisar documentos institucionais e entrevistas realizadas, a partir de uma perspectiva fenomenológica e propor ações para combater a evasão escolar, levando em consideração que o fenômeno da evasão escolar tem causas diversas e enseja estudos futuros, a partir dos resultados desta pesquisa.

2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A EJA se fundamenta, inicialmente, a partir do artigo 205 da Constituição Federal de 1988, quando expressa que a educação se pauta pelo “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). O artigo 205 da Magna Lei estabelece ainda a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família[...]”. (BRASIL, 1988).

A EJA está inserida na Educação Básica; que é composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e é destinada aqueles que não a acessaram na idade própria (BRASIL, 1996).

Entender a EJA, suscita entender esta modalidade como forma de acesso ao direito à educação e ainda entendê-los como sujeitos coletivos, no âmbito da sociedade capitalista com suas específicas correlações de forças.

2.1. A Evasão Escolar

A evasão escolar, conforme Queiroz (2011, p. 02), “não é um problema restrito apenas a algumas unidades escolares, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais[...]”.

Apesar das ações do IFRJ nem todas as vagas do Curso de MSI-CRJ são preenchidas. Existe uma baixa procura pelo curso, um baixo número de ingressantes e um elevado quantitativo de evasão (IFRJ, 2018).

Segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha - PNP (2018), o número de concluintes de todos os curso na Rede Federal, até 31/12/2017, foi de 123.029(43,8%), os retidos representaram 6,8%, ou seja, 20.864 estudantes e os evadidos 49,5%, representando 152.431 estudantes, levando em consideração o término previsto para 2016 (carência de 1 ano) para todos os percentuais disponibilizados. Em relação ao quantitativo geral do IFRJ, a PNP (2018) traz as seguintes informações: 35,4% de estudantes concluintes, 7,6% de estudantes retidos e 57,0% de estudantes evadidos.

A comparação dos dados da Rede Federal com os do IFRJ demonstra que a instituição está com percentual menor de concluintes (35,4%) em comparação com a

média nacional (43,8%), por outro lado tem um percentual maior de retenção de estudantes (7,6%), enquanto o quantitativo nacional é de 6,8% e, em relação à evasão, o IFRJ tem 57% de evadidos, superando a média nacional que é de 49,5% (PNP, 2018).

A PNP (2018) afirma que o índice geral de evasão na rede federal para cursos técnicos é de 22,4%, no IFRJ a evasão média de todos os cursos da instituição é de 22,0%, havendo um decréscimo em relação aos cursos técnicos para 16,2%.

Após o levantamento de dados, junto à Secretaria de Ensino Médio e Técnico (SEMT) e junto a Coordenação de Integração Escola-Empresa (COIEE) do CRJ, foi identificado que do total de 622 estudantes ingressantes, apenas 44 concluíram o curso no período de 2006.2 a 2018.2, o que representa apenas 7,07% do total de matriculados inicialmente. Tal percentual configura uma taxa de evasão escolar alarmante de 92,93%. (IFRJ, 2018).

Os índices apresentados pela PNP (2018) e pela DPI evidenciam que o fenômeno da evasão é questão existente em toda Rede Federal (49,5%), no IFRJ de forma geral (57,0%) e mais gravemente no curso de MSI-CRJ (92,93%).

Os números alcançados pelo IFRJ estão dissonantes com todos os percentuais da Rede, logo há fortemente a necessidade de alteração do cenário apresentado.

Sendo assim, as deficiências evidenciadas trazem impactos na efetividade e na diminuição de recebimento de recursos organizacionais.

2.2. A Gestão Organizacional

A Lei nº 11.892, de 29/12/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, aliou ensino, pesquisa e extensão, ficando a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) como responsável por supervisionar e monitorar as ações da referida Rede (BRASIL, 2008). A realização desse monitoramento é feita com indicadores que são gerados a partir de dados padronizados e são acessados através do: Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) e Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). (IFB, 2016).

A SETEC apresentou ao Tribunal de contas da União (TCU) indicadores educacionais que foram avaliados através do Acórdão 2.267/2005 (Brasil, 2005) que são: relação candidato/vaga, relação ingressos/aluno, relação concluintes/aluno, índice de eficiência acadêmica de concluintes, índice de retenção do fluxo escolar, relação de alunos/docente em tempo integral, gastos correntes por aluno, percentual de gastos com pessoal, percentual de gastos com outros custeios, percentual de gastos com investimentos e número de alunos matriculados classificados de acordo com a renda per capita familiar.

Conforme o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), o orçamento utiliza dados acadêmicos informados junto ao SISTEC para elaboração da matriz orçamentária da referida Rede (CONIF, 2018).

O CONIF (2018) afirma ainda que a lógica de composição da matriz orçamentária:

considera essencialmente as matrículas dos estudantes dos cursos de nível básico, médio, técnico, tecnológico, graduação, *lato sensu*, *stricto sensu*, cursos de formação inicial e continuada (FIC) e cursos de educação à distância (EAD) por *campus* de cada Instituição da Rede Federal. Não foram consideradas as matrículas de alunos associados a programas que recebem recursos próprios e de cursos pagos. (CONIF, 2018, p. 3)

Sendo assim, fica evidente, portanto, que a evasão impacta diretamente na matriz orçamentária do *campus*; tendo em vista que a redução do número de matrículas resulta em diminuição no recebimento de orçamento.

3. METODOLOGIA

Este artigo foi estruturado a partir de uma pesquisa qualitativa descritiva. Essa abordagem permite uma correlação “entre o mundo real e o sujeito, isto é um vínculo indissociável do mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20). Conforme Minayo (1994), a abordagem qualitativa não está preocupada em quantificar ocorrências e variáveis, mas apresentar a qualidade do fenômeno que está sendo pesquisado. A presente pesquisa utilizou o procedimento metodológico de estudo de caso. O estudo de caso,

segundo Yin (2005, p. 32), “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”. Martins (2008, p. 11) afirma também que “o estudo de caso possibilita a penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa”.

Sendo assim, o estudo de caso ocorreu no *campus* Rio de Janeiro do IFRJ.

A delimitação do estudo foi realizada através de literatura dos conceitos de EJA, Evasão Escolar e Gestão Organizacional, a partir da análise documental (legislação do IFRJ, legislação da EJA, indicadores institucionais); bem como através da realização de 27 entrevistas semiestruturadas, com sujeitos que experienciaram o fenômeno da evasão no curso de MSI-CRJ, entre o 2º semestre de 2006(1ª turma do curso) até 2º semestre letivo de 2017, no CRJ do IFRJ (9 estudantes evadidos, 1 estudante concluinte, 7 estudantes matriculados, 3 docentes, 1 ex-coordenador, 1 vice coordenador do curso, 1 coordenador do curso, 2 gestores (duas entrevistas com o Gestor 1) e 1 Técnico em Assuntos Educacionais (TAE). O critério de seleção dos entrevistados foi o da amostragem intencional e acessibilidade.

Antes da realização das entrevistas a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da UFRRJ e a partir do parecer favorável foi obtido junto à Reitoria do IFRJ a autorização para a realização das entrevistas através do termo de anuência. Foi apresentado a cada entrevistado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo o mesmo explicado pelo entrevistador e assinado pelos entrevistados.

A pesquisa adotou as técnicas de análise documental e de análise de conteúdo, segundo (Bardin, 1977). A análise de conteúdo ocorreu a partir da transcrição das entrevistas, separação das categorias, agrupamento das categorias semelhantes, interpretação e inferência.

4. RESULTADOS E ANÁLISE

A partir de revisão teórica e análise de conteúdo foram identificadas as seguintes categorias: Comunicação Pública, Gestão Organizacional (Temas: Infraestrutura, Processo Seletivo, Programa de Assistência Estudantil e Orçamento), Violência, Trabalho, Família, Organização Didático-Pedagógica (Temas: Pedagogia

de Projetos, Matriz Curricular, Acolhimento, Dificuldade na Aprendizagem, Carga Horária, Material Didático, Avaliação, Estágio, Capacitação, Aprendizagem Coletiva, Diversificação de Cursos e Coordenação Técnico Pedagógica), Motivação e Impacto Social.

A categoria “Comunicação Pública” foi a que mais chamou atenção durante as entrevistas. Ficou evidente a deficiência na comunicação pública institucional através dos relatos de vários entrevistados, tais como: “Na verdade, a gente não teve nada que divulgasse de verdade o curso [...]até mesmo dentro da escola não tem essa preocupação de divulgação. A maioria que entrou foi por indicação.” (CONCLUINTE).

Para Kunsch (2007) é preciso observar que:

[...]as ações comunicativas precisam ser guiadas por uma filosofia e uma política de comunicação integrada que leve em conta as demandas, os interesses e as exigências dos públicos estratégicos e da sociedade.[...] deve haver total integração entre a comunicação de negócios para a busca e o alcance da eficácia, da eficiência organizacional, em benefício dos públicos e da sociedade como um todo[...](KUNSCH, 2007, p. 48).

Nesse sentido, o IFRJ precisa aprimorar seu processo de comunicação através da elaboração de um plano de comunicação que fortaleça sua identidade institucional, comunicação interna e comunicação externa, contribuindo para solucionar questões de identidade institucional, baixa procura, permanência e evasão escolar do curso de MSI-CRJ.

A categoria “Gestão Organizacional” apresentou os seguintes temas: Infraestrutura, Processo Seletivo, Programa de Assistência Estudantil e Orçamento.

O Evadido 1 afirma: “a estrutura do IFRJ é boa [...] tem pontos que podem ser melhorados” e “Aqui na escola a gente demorou muito para ter o nosso laboratório de *hardware*. Dependíamos muito dos outros professores para dar aula prática aqui nesse laboratório”. (VICE COORDENADOR). O Vice Coordenador informou que no início do curso não havia laboratório de *hardware*, demonstrando situação estrutural gravíssima para um curso técnico em manutenção e suporte em informática.

O tema “Processo Seletivo” apresentou convergência nas declarações do Vice Coordenador e da Docente 1, respectivamente, quando declararam: “[...]acredito que devemos discutir sempre o curso e que também devemos discutir sempre o processo seletivo, pois ele ainda não está bom” e “Acho que tem que ser um processo

seletivo diferente sim, porque a gente não trata pessoas que tem condições diferentes da mesma forma”.

O tema seguinte, “Programa de Assistência Estudantil”, tem marco legal no Decreto nº 7.234/2010; que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O que foi observado nas verbalizações é que o Programa de Assistência Estudantil precisa reavaliar os valores disponibilizados aos estudantes, dentro de um cenário de poucos recursos.

A categoria “Violência” perpassou todas as falas dos 26 entrevistados: “Temos vários casos de alunas que foram agredidas pelos pais, pelos maridos e muitas, inclusive, se separam durante o curso porque começaram a ter coragem e consciência de que não precisam se submeter.” (DOCENTE 1); “São problemas de violência na cidade que a gente mora, problemas que envolvem famílias desestruturadas” (DOCENTE 1).

O estudo identificou ainda a presença de Violência Simbólica em: “A instituição tem um olhar diferenciado para a EJA, no sentido de que eles são mais fracos; que não conseguem chegar além e tudo mais” (DOCENTE 1).

Bourdieu (1989, p. 15) define violência simbólica como: “Violência suave que ocorre onde se apresentam encobertas as relações de poder que regem os agentes e a ordem da sociedade global”.

A próxima categoria identificada foi “Trabalho”. A dificuldade de conciliação entre escola e trabalho foi diversas vezes relatada pelos entrevistados. Tal dificuldade, conforme Dayrell (1989, p. 85) acontece “através de mecanismos sutis, a ‘exclusão escolar’ aparece como um caminho natural e, para muitos, desejado, liberando estes jovens para assumirem integralmente sua condição de trabalhadores”.

A categoria “Família” foi muito citada e se evidencia em relatos, tais como: “A minha mulher, além de ter hipertensão teve nódulo no seio[...]. Nesse período aconteceu meu afastamento, pois meus filhos precisaram ficar comigo (EVADIDO 1).

A próxima categoria identificada foi a “Organização Didático-Pedagógica”, sendo subdividida nos seguintes temas: Pedagogia de Projetos, Matriz Curricular, Acolhimento, Dificuldade na Aprendizagem, Carga Horária, Material Didático, Avaliação, Estágio, Capacitação, Aprendizagem Coletiva, Diversificação de Cursos e Coordenação Técnico Pedagógica.

O tema “Pedagogia de Projetos”, expressa claramente a abordagem pedagógica do curso. O IFRJ optou, no constructo do curso de MSI-CRJ, pela Pedagogia de Projetos. Conforme Hernández & Ventura (1998) a Pedagogia de Projetos considera que o conhecimento não se ordena de forma rígida, bem como não leva em consideração uma homogeneização dos estudantes.

O tema “Matriz Curricular”, junto com o Projeto Político Pedagógico, é responsável pela estrutura primeira do curso. Conforme a Docente 1: “Muitos conteúdos acabam não sendo trabalhados como deveriam e às vezes nem sendo trabalhados”. A afirmação da Docente 1 é gravíssima e sinaliza a necessidade de readequação da matriz curricular existente.

O Parecer CNE/CEB 11/2000, sobre a questão curricular aponta direções para mudanças através da flexibilidade curricular através da conjugação de ensino presencial e não-presencial, por exemplo.

O tema seguinte identificado foi “Acolhimento” e é de grande importância para os estudantes entrantes. Conforme Ribeiro et al. (2016) “[...]Um espaço acolhedor transforma o aprendizado em uma ferramenta estimuladora e cria condições para que o ato educativo possa ser refletido no desenvolvimento bio-psico-social”.

O tema “Dificuldade na Aprendizagem” apresenta como motivos o resultado de um Ensino Fundamental de qualidade deficiente, o esgotamento físico e expressão das dificuldades intergeracionais na apropriação das novas tecnologias, ratificados em relatos tais como: “Eu já encontrei alunos em que o processo de alfabetização ficou claro que não estava concluído” (DOCENTE 1).

O tema “Horário de Aula” foi pontuado como questão dificultadora no processo de ensino e aprendizagem. Docentes e estudantes relataram que há uma dificuldade por parte dos estudantes de chegarem às 18h10min e saírem às 22h:30m, horário de início e término das aulas. Os motivos impeditivos são: trajeto do trabalho à escola, violência nas áreas onde alguns estudantes residem, horário de saída, insegurança no entorno do *campus* e a falta de transporte para estudantes retornarem para suas residências.

O tema “Carga Horária” buscava discutir a questão da carga horária total do curso, para que se verificasse sua adequação à realidade, anseios dos estudantes e influência na questão da evasão escolar. Há posições opostas: “A gente está com esse curso com 3 anos de duração. É um tamanho bom de curso para eles terem o

Ensino Médio e técnico juntos. Acho que está perfeito.” (VICE COORDENADOR) e “Estamos com 6 semestres, quando efetivamente a gente deveria estar com 4 semestres. Seria o ideal. [...]” (GESTOR 2).

O tema “Material Didático” foi qualificado como deficiente: “Eu acho que tinha que dar uma revisada em questão disso. Por exemplo, tinham materiais que o professor é que trazia, trabalhos que já tinham sido usados em outros momentos para poder adequar porque livros respeito a gente não recebeu muito” (CONCLUINTE) e “Tem muita coisa pra melhorar ainda.” (VICE COORDENADOR).

O tema “Avaliação” é controverso, pois os docentes possuem autonomia no seu processo de trabalho: “Tem de tudo: pessoas que passam trabalho, avaliação ao final do processo. Não é uma coisa conversada e dialogada. Todo mundo reivindica autonomia, mas que autonomia é essa?” (EX-COORDENADORA) e “É difícil. Não é para o aluno ser reprovado em determinadas disciplinas. Aqui é para facilitar eles chegarem lá, se não você reprova ele aqui e ele não vai chegar lá[...].” (DOCENTE 2).

O tema “Estágio” é questão que precisa de atenção, como afirma o Matriculado 7: “Outro problema é que nós que trabalhamos durante o dia todo não conseguimos fazer o estágio durante o dia. O IFRJ poderia aumentar o número de vagas de estágio para a gente aqui à noite.” (MATRICULADO 7). A integralização de disciplinas, mas a não realização do estágio, classifica o estudante como evadido, impactando também na evasão escolar.

O tema “Capacitação” foi identificado como situação que precisa ser reavaliada: “Os docentes vão aprendendo na marra, no cotidiano, nas dificuldades [...]” (DOCENTE 1) e “Nunca produzi academicamente sobre o assunto. Nunca produzi um artigo sobre o assunto não” (VICE COORDENADOR).

Consoante Jardimino e Araújo (2014) existe uma deficiência na formação de profissionais docentes; tendo em vista que os mesmos são preparados somente para o ensino regular e não para a EJA.

O tema “Aprendizagem Coletiva” pressupõe que a organização seja espaço de aprendizagem entre seus componentes. Segundo Freire (1980) o processo educacional é permanente, ou seja, todos estão se educando o tempo todo. Os relatos expressam a importância desse tema: “Você vê o brilho nos olhos deles e parece até que você está dando alguma coisa para eles, mas você está recebendo educação, qualificação, profissionalização” (EVADIDO 1) e “Aprendi muito, uma flexibilização de

como acessar esse aluno, de olhar esse aluno não como uma mera máquina reprodutora do conhecimento. Bagunçaram as caixinhas[...].” (DOCENTE 1).

O tema “Diversificação de Cursos” foi apresentado por alguns estudantes matriculados e evadidos. Os entrevistados sugeriram que o IFRJ deveria oferecer outros cursos na modalidade de EJA e também curso de nível superior na área de informática, ou seja, graduação e pós-graduação como motivação para os estudantes da Educação Básica.

O último tema da categoria “Organização-Didático-Pedagógica” é a “Coordenação Técnico-Pedagógica – CoTP”. Os estudantes consideram a CoTP como setor de apoio, conforme seguintes declarações: “Eu tive um apoio maravilhoso lá, me aconselharam, encaminharam para psicólogos, médicos.” (EVADIDO 2) e “Eu queria colocar que a Coordenação Técnico-Pedagógica é um setor importante nesse sentido de acompanhamento dos alunos[...].” (MATRICULADO 4).

A categoria “Motivação” surgiu a partir da relevante entrevista com a TAE: “Estudos comprovam que as pessoas evadem mais por falta de motivação, então acho que trabalhar a motivação seria motivo principal para combater a evasão”.

A última categoria, “Impacto Social”, teve destaque em várias entrevistas. Os entrevistados afirmaram que esta categoria é o objetivo finalístico do curso: “O principal ponto é a inclusão social” (VICE COORDENADOR); “[...] um dos motivos que me levaram a lecionar no curso é tudo aquilo que acredito, ou seja, o que socialmente se pode fazer num curso dessa natureza”; (DOCENTE 1) e “A minha atuação no MSI me faz sentir socialmente responsável. Acho um trabalho relevante e tenho percebido como a gente modifica a vida[...] A gente consegue alterar a realidade social.” (DOCENTE 1).

É inquestionável a relevância social do curso de MSI-CRJ, porém o diagnóstico da pesquisa, com 92,93% de evasão escolar, demonstra que o impacto social não tem atendido às expectativas desejadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico demonstrou que a evasão escolar impacta fortemente na matriz orçamentária das Instituições Federais de Ensino e, por conseguinte, do IFRJ, conforme dados disponibilizados pelo CONIF (2018) e pela PNP (2018), apesar desta

questão não ter tido o relevo necessário por parte dos entrevistados que, pelo contrário, verbalizaram que o impacto social é a questão preponderante no diagnóstico apresentado.

Entre as categorias surgidas com as entrevistas, a que teve maior relevo foi a “Comunicação Pública”, pois ficou evidente que a mesma apresenta deficiência institucional impactando diretamente na identificação organizacional, procura pelo curso, permanência e, por inferência, na evasão escolar.

A pesquisa sugere também que seja elaborado um planejamento para capacitação em EJA aos docentes, reordenamento no Programa de Auxílio Estudantil, alteração no processo didático-pedagógico, investimento em infraestrutura física, recursos pedagógicos, segurança, alteração de processos administrativos.

A partir da implementação das ações propostas é necessário o acompanhamento e a realização de ajustes quando pertinentes a cada uma das ações, levando em consideração o percentual de evasão antes e após a implementação das referidas ações.

É inegável a importância do impacto social do curso na vida dos estudantes e na sociedade, porém com o alto índice de evasão escolar apresentado, o impacto social tem sido mínimo e, num cenário de poucos recursos, o presente estudo ratifica a importância da pesquisa e vai além, evidencia a necessidade premente da superação da evasão escolar, não só no curso de MSI-CRJ, mas em toda a Rede Federal de Ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: **Centro Gráfico**, 1988. 292 p. Disponível em:<<http://www.senado.leg.br/>

atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/ind.asp>. Acesso em 05 jul. 2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 jan. 2018.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000 de 10/05/2000.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf> Acesso em: 07 jul. 2018.

_____. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 2.267/2005 Plenário.** Brasília, DF, TCU, 2005. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/detalhamento/11/%252a/UMACORDAO%253A2267%2520ANOACORDAO%253A2005/DTRELEVA%2520NCI%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/false/1>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 30 nov. 2017.

CONIF. **Metodologia da matriz orçamentária da rede de ensino profissional e tecnológico de 2018.** Disponível em: <<http://portal.conif.org.br/br/>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

DAYRELL, J. T. De olho na escola: as experiências educativas na ótica do aluno-trabalhador. **Dissertação** de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade.** Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1980.

HERNÁNDEZ, F. & VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

IFB. **Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – 2.0. Indicadores, definições, fórmulas de cálculo e critérios de agregação.** MEC, Brasília, 2016. Disponível em: <http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/manual_de_indicadores_da_rfepct.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2018.

IFRJ. **Índices Acadêmicos.** Diretoria de Pesquisa Institucional-IFRJ. 2018.

JARDILINO, José Rubens Lima; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de. **Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e práticas.** São Paulo: Cortez, 2014.

KUNSCH, M. M. K. Comunicação organizacional na era digital: contextos, percurso e possibilidades. **Signo Y Pensamiento** 51- volumen XXVI-Julio-diciembre 2007.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil.** *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan./abr., 2008.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal.** (2018). Disponível em: <<https://www.plataformanilopecanha.org/>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

QUEIROZ, L. D. **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar.** 2002. **Anais 25 Reunião da ANPED.** Disponível em: <www.25reuniao.anped.org.br/lucileidedomingosqueirozt13rtf>. Acesso em: 16 mai. 2018.

RIBEIRO, Ana Claudia Silveira et al. Qualidade de vida no ambiente escolar como componente da formação do cidadão: desejos e carências no espaço físico. **Revista Monografias Ambientais**, [S.l.], v. 8, n. 8, p. 1850-1857, ago. 2012. ISSN 2236-1308. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/6192/3692>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SILVA, E. LUCIA; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Submetido em: 25 de novembro de 2018

Aceito em: 26 de abril de 2019

AVALIAÇÃO SENSORIAL E FÍSICO-QUÍMICA DE SORVETE DE POMELO

Karoline De Souza Maidana¹
Rita de Cássia Avellaneda Guimarães²
Danielle Bogo³

RESUMO: Os pomelos são uma excelente fonte de nutrientes e de fitoquímicos importantes para uma dieta saudável, o que potencializa sua utilização para a elaboração de novos produtos no mercado. Este trabalho objetiva elaborar um sorvete de pomelo (*Citrus paradisi*) em diferentes quantidades e avaliar características físico-químicas, além da taxa de derretimento da amostra preferida na análise sensorial. Foram avaliados os atributos (aparência, sabor, textura, cor e aceitação global do produto) por meio de teste de aceitação escala hedônica de nove pontos com 77 provadores. Também foi realizado o teste de intenção de compra avaliado por escala hedônica estruturada de 5 pontos. Através do teste de ordenação de preferência, a amostra escolhida foi a de 25% de concentração de suco, os índices de aceitabilidade (sabor e nota global) foram acima de 80 %, indicando assim uma boa aceitação sensorial. Os valores para composição centesimal apresentaram um alto índice de lipídeos (10%). Para o resultado da taxa de derretimento foi possível observar um bom comportamento na velocidade de derretimento do sorvete, sendo em média 1,22% por minuto. É possível elaborar sorvete utilizando suco concentrado de *Citrus paradisi*, em até 25%, mantendo um bom índice de aceitação do produto.

Palavras-chaves: *Citrus paradisi*; lácteos; inovação; alimento funcional.

SENSORY AND PHYSICAL-CHEMICAL EVALUATION OF POMELO ICE CREAM

ABSTRACT: Grapefruits are an excellent source of nutrients and important phytochemicals for a healthy diet. What potentiates its use for the elaboration of new products in the market. This work aims to elaborate an ice cream of Pomelo (*Citrus paradisi*) in different quantities and to evaluate physical-chemical characteristics, besides the melting rate of the preferred sample in the sensorial analysis. The attributes (appearance, flavor, texture, color and overall acceptance of the product) were evaluated by means of the nine-point hedonic scale acceptance test with 77 tasters. Also, the purchase intention test was evaluated using a structured hedonic scale of 5 points. The preference test for the selected sample was 25%

¹ Acadêmica do curso em Tecnologia em Alimentos da Faculdade de Ciências farmacêuticas, alimentos e nutrição (Facfan) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

² Sem informação.

³ Possui graduação em Farmácia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestre em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste pela UFMS, área de concentração em Tecnologia e Saúde. Doutora em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste pela UFMS, área de concentração em Tecnologia e Saúde. Professor Adjunto-2 da UFMS. Disciplinas de Toxicologia Geral (Curso de Farmácia), Bioquímica de Alimentos (Curso Superior de Alimentos - Tecnológico), Análise Sensorial (Curso Superior de Alimentos - Tecnológico) Análise de Alimentos (Curso Superior de Alimentos - Tecnológico), Biotecnologia (Curso Superior de Alimentos - Tecnológico) e Tecnologia da Panificação (Curso Superior de Alimentos - Tecnológico). Docente Permanente e Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, na Linha de Pesquisa: Biodiversidade do Cerrado e suas Aplicações na Saúde. Docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Farmácia, na Linha de Pesquisa: Prospecção, Síntese, Controle de Qualidade, Tecnologia Farmacêutica e Toxicologia. Coordenadora do Curso de Alimentos - Tecnológico.

juice concentration, the acceptability indexes (flavor and overall grade) were above 80%, indicating a good sensorial acceptance. The values for centesimal composition showed a high lipid content (10%). For the result of the melt rate, it was possible to observe a good behavior in the melting speed of the ice cream, being on average 1.22% per minute. It is possible to make ice cream using concentrated juice of *Citrus paradisi*, in up to 25%, maintaining a good index of acceptance of the product.

Keywords: Citrus paradise; dairy; innovation; functional food.

1. INTRODUÇÃO

Segundo a Associação Brasileira das Indústrias do Setor de Sorvetes (ABIS, 2017), o consumo no Brasil de sorvetes em 2016 chegou a 1002 milhões de litros, indicando um consumo *per capita* de 4,86 litros anuais.

O comércio de sorvetes demanda inovação e ofertas de novas opções aos consumidores. O gosto pelos gelados deve-se ao fato de ser um produto pronto para consumo, disponível, e de valor nutricional desejável, dependendo das formulações. Devido à variedade de cores, formas e sabores, agradam aos variados tipos de consumidores. Além de combinar com o clima tropical do Brasil (MALANDRIN *et al.*, 2001).

O investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) tem o objetivo de criar produtos novos de maior valor agregado, e garante o sucesso de empresas que se mobilizam para manter o consumo de alimentos saudáveis e de rápido preparo. Porém, algumas empresas não possuem um departamento de P&D. Alimentos funcionais têm aumentado aproximadamente 10% a cada ano e têm-se tornado um campo de oportunidades de pesquisa e comércio. Segundo a Sociedade Brasileira de Alimentos Funcionais, as inovações em alimentos funcionais no Brasil estão ainda no começo, se comparadas ao estágio em que se encontram hoje empresas do Japão, Estados Unidos e Europa. Ainda há um vasto caminho a percorrer. As inovações na indústria de alimentos são, na maioria, crescentes e, de acordo com Instituto de Tecnologia em Alimentos, as maiores inovações são na maioria em aditivos e ingredientes, alimentos funcionais, transgênicos e embalagens (GOUVEIA, 2006).

As frutas estão entre os alimentos mais ricos em vitaminas e minerais, essenciais à manutenção da saúde do corpo humano. Podem se apresentar de forma *in natura* ou processadas para serem consumidas. Por meio do avanço

tecnológico e da ciência, o mercado busca cada vez mais agradar o consumidor, trazendo produtos mais naturais e saudáveis à população, que cada vez mais tende a zelar pela saúde influenciada diretamente pela alimentação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007).

Dentre estas frutas, há uma que é rica em vitaminas e minerais, mas que possui um baixo consumo devido a algumas características sensoriais. Conhecido popularmente como *grapefruit* ou pomelo, o *Citrus paradisi* pertence ao gênero de plantas da família Rutaceae, ordem Sapindales, originárias do sudeste tropical e subtropical da Ásia(Barbados). Os pomelos são ainda pouco consumidos e cultivados no Brasil, devido ao seu sabor menos doce do que o da laranja, menos ácido do que o do limão e ligeiramente amargo (PETERSON *et al.* 2006 e VANAMALA *et al.*, 2006). Contudo, seu consumo tem aumentado nos últimos anos, devido ao conhecimento de suas qualidades contendo fitoquímicos, tornando o alimento funcional (SÁ *et al.*, 2013).

O fruto possui propriedades funcionais, que foram comprovadas em relação à redução do nível de colesterol, perda de peso corporal e prevenção de várias doenças. Além do consumo do fruto *in natura* e do suco, é utilizado também na produção de vinagres, vinhos, extração de óleos, pectina, substâncias aromáticas, dentre outras (EMBRAPA, 2007). Considerando as propriedades do fruto, este trabalho teve como objetivo elaborar sorvete de *citrus paradisiem* diferentes concentrações e avaliar sua aceitabilidade sensorial e composição físico-química da amostra escolhida.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1. MATERIAL

Os frutos foram coletados na cidade de Porto Murtinho, localizada em Mato Grosso do Sul, situado na região Centro-Oeste. Sendo armazenados em caixa de papelão. Para processar, a coleta do suco foi realizada na Unidade de Tecnologia em Alimentos e Saúde Pública (UTASP), separando as diferentes quantidades de suco (20%, 25% e 30%) para preparação do sorvete. Os demais ingredientes foram adquiridos no comércio local: leite integral (2L, creme de leite (200g), leite em pó

(200g), açúcar (700g), liga neutra (20g), emulsificante (60g), gordura vegetal hidrogenada (400g) e raspas da casca do fruto (1 colher de chá).

2.2. PRODUÇÃO DO SORVETE

Em uma panela grande foram misturados todos os ingredientes secos (açúcar, leite em pó, liga neutra), em outra panela foi colocado o leite e adicionado à mistura dos ingredientes secos. Foi então produzida uma calda base para produção do sorvete. A calda foi pasteurizada, elevando a temperatura rapidamente a 85°C por 25 segundos. Ao atingir 45°C, adicionou-se a gordura vegetal e o emulsificante, para que não formem grupos, dissolvam e emulsionem na calda. Após a pasteurização, a calda é resfriada na geladeira, para ser colocada na máquina de sorvete que dará forma ao produto.

Com o equipamento previamente higienizado, foi colocado o suco concentrado, a calda e o creme de leite diretamente no equipamento. Acionou-se o botão para batidura por 10 minutos e após a batidura foi acionado o botão para abaixamento da temperatura a -4°C e formação do *overrun* (incorporação de ar) do sorvete. Logo após, obteve-seo sorvete pronto para ser embalado, colocado em embalagens já higienizadas que toleram baixas temperaturas. Depois foram levados para congelamento no freezer.

2.3. ANÁLISE SENSORIAL

Este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos, sob o protocolo número CAAE:62969416.2.0000.0021e aprovado. O julgamento sensorial para avaliar os atributos do sorvete foi realizado por meio do teste de aceitação, que utilizou escala hedônica de nove pontos. A análise foi realizada por 77 provadores, provadores estes não treinados. Os resultados foram analisados e expressos por meio de programa estatístico. Para realização das análises, cada julgador recebeu uma porção de cada amostra (aproximadamente 20 g), em copos plásticos brancos, codificados com números de três dígitos, de forma balanceada e casualizada, acompanhados de um copo de água entre as amostras. Inicialmente foram aplicados testes sensoriais, para avaliar os atributos: aparência, aroma, sabor, textura e aceitação global, sendo 1 para “Desgostei muitíssimo” e 9

“Gostei muitíssimo”. Posteriormente foi aplicado o teste preferência, para verificar qual formulação de sorvete foi a preferida.

O cálculo do índice de aceitabilidade das formulações foi realizado conforme Monteiro (1984), segundo a fórmula:

$$IA (\%) = A \times 100/B$$

A = nota média obtida para o produto;

B = nota máxima dada ao produto.

Também foi realizado o teste de intenção de compra para avaliar se o provador compraria ou não compraria cada amostra.

2.4. ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA

A caracterização físico-química do sorvete preferido no teste de ordenação de preferência foi realizada segundo metodologia descrita pela AOAC (2000) e Instituto Adolfo Lutz (2005). A avaliação dos teores de umidade, lipídios, cinzas, fibras e proteínas foram realizadas em triplicata. Sendo o teor de fibras obtido pelo método enzimático. O teor de carboidratos será determinado por diferença, subtraindo-se os teores de proteínas, cinzas, lipídios e fibra alimentar. Segundo a (ANVISA) o valor calórico (kcal/100 g) será calculado pela soma dos resultados da multiplicação dos fatores gerais de conversão para lipídeos e para carboidratos e proteínas, 9 kcal/g, 4 kcal/g e 4 kcal/g, respectivamente.

2.5 Taxa de derretimento

A taxa de derretimento foi obtida de acordo com OHMES *et al.* (1998) e Boff *et al.* (2013), com adaptações. A amostra foi previamente congelada a -18°C por 24 horas. A amostra escolhida foi analisada em triplicata, em sala com temperatura ambiente controlada, evitando fluxo de ar. Sendo a temperatura em torno de 25,5°C a 26,5°C. Inicialmente a amostra foi colocada em peneira metálica (Tammis – ABNT 18, Tyler 16), com abertura de 1,0 mm, apoiada sobre o suporte do mesmo previamente tarado. Após a pesagem da amostra, a parte de apoio do Tammis foi tarado para obter somente a pesagem da parte de sorvete derretida. Pesou-se, então, 70 gramas da amostra e, ao longo de 70 minutos, em intervalos de 10

minutos, a massa derretida foi pesada. Os resultados foram analisados a partir de gráfico do tempo *versus* porcentagem de sorvete derretido.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. ANÁLISE SENSORIAL

O teste de ordenação de preferência é um teste no qual um número de três ou mais amostras são apresentadas simultaneamente. O provador ordena as amostras de acordo com a intensidade ou grau de atributo específico (ABNT, 1994). Para o teste de ordenação de preferência realizado o nível de significância considerado foi de 5%. As amostras foram nomeadas em A (20%), B (25%) e C (30%). Obtiveram-se os seguintes resultados, a amostra A foi diferente de B, sendo B a amostra preferida. Entre A comparada a C não houve diferença significativa. E para amostra B em relação a C a amostra preferida foi B. Portanto entre as amostras, a preferida foi B.

3.2. ÍNDICE DE ACEITABILIDADE

No Gráfico 1 é apresentada a porcentagem de provadores que atribuíram os valores hedônicos de acordo com a escala da avaliação sensorial de cada atributo e o índice de aceitabilidade para cada amostra de gelado de pomelo.

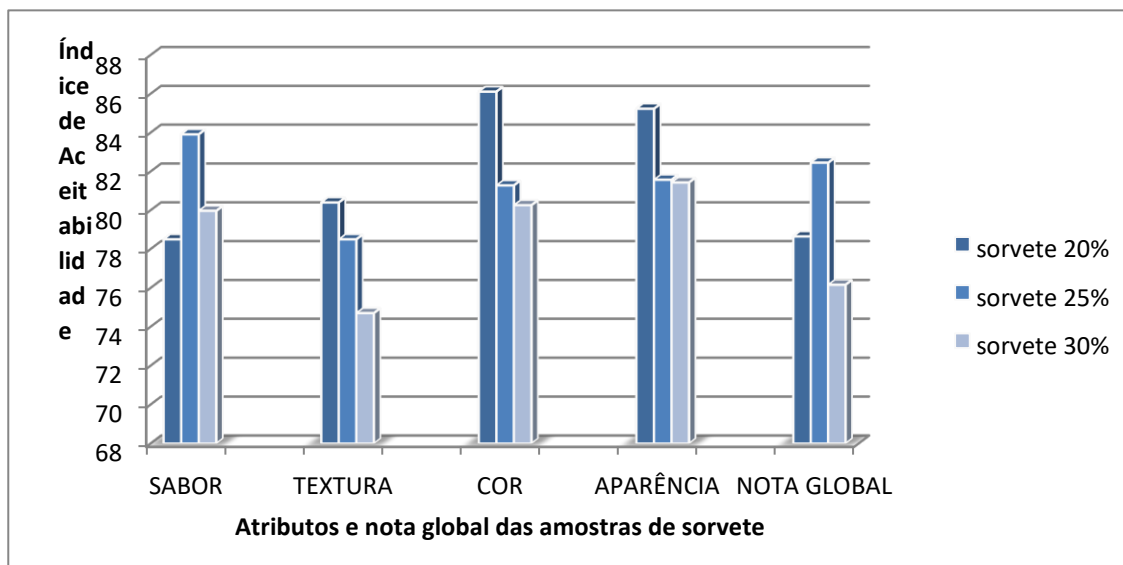


Gráfico 1. Escala de avaliação sensorial

Pode-se observar que para todos os parâmetros das amostras de 20%, 25% e 30% houve um índice de aceitabilidade acima de 70%. De acordo com Gularte (2002), os produtos são considerados aceitos em relação às suas propriedades sensoriais se alcançarem índice de aceitabilidade de no mínimo 70%. Observa-se que o atributo **sabor** apresentou melhor resultado (83%) para a amostra de 25% de concentração de suco. Segundo o Food Insight (2011), o sabor constitui-se como o atributo principal a ser considerado no momento da compra. De modo geral, a amostra de 20% apresentou os melhores índices para textura, aparência e cor. Para amostra de 25% os maiores índices foram sabor e nota global, e a amostra de 30% apresentou os menores índices, se comparado às outras amostras.

3.3. TESTE SENSORIAL AFETIVO

Na Figura 1 apresentam-se os resultados obtidos de acordo com o teste afetivo, utilizando escala hedônica.

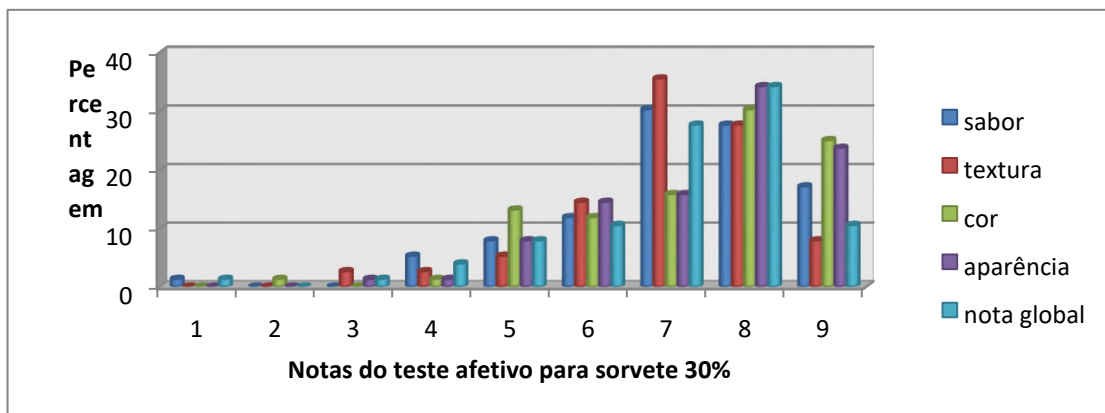
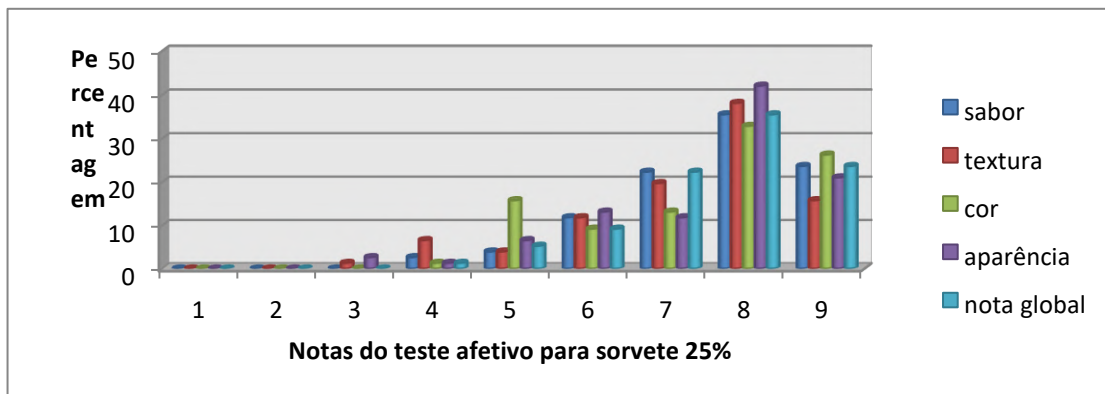
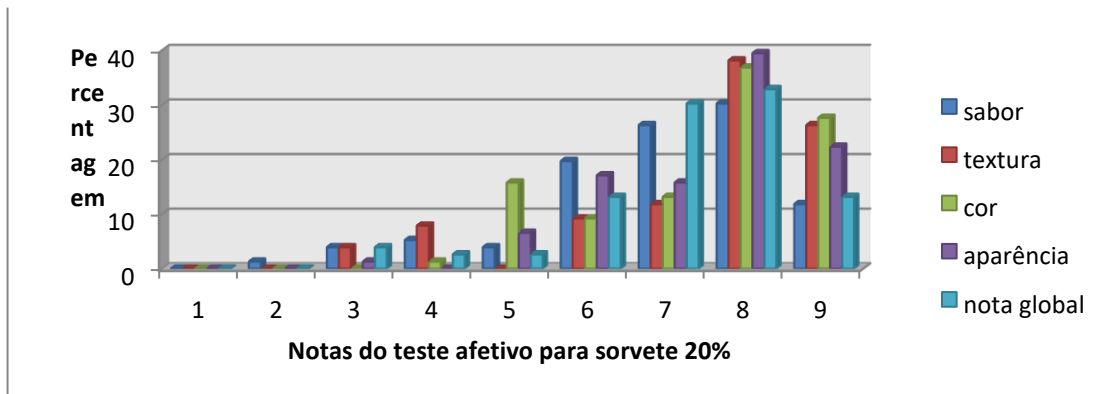


Figura 1. Resultados obtidos de acordo com a escala hedônica.

Observa-se na Figura 1 que a amostra de 25% obteve as maiores notas, que permaneceram em torno de 8 (gostei muito). As amostras de 20% e 30% obtiveram nota em torno de 7 (gostei moderadamente) e 8 (gostei muito) e atingiram porcentagem menor de notas.

3.4. TESTE DE INTENÇÃO DE COMPRA

No Gráfico 2 é apresentada a porcentagem de intenção de compra de acordo com os 77 provadores para amostra de 20%, 25% e 30%, respectivamente.

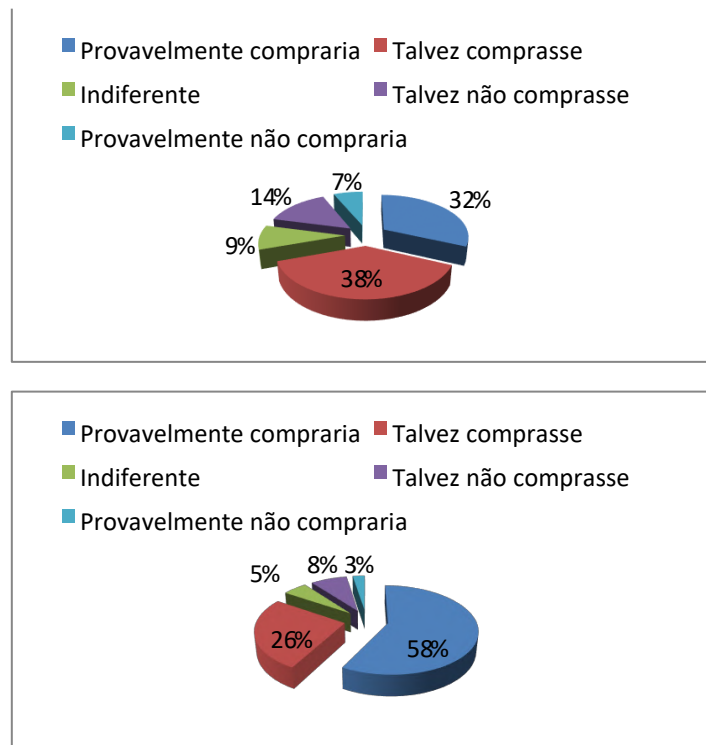


Gráfico 2. Intenção de compra avaliada entre os provadores.

Com os resultados obtidos, nota-se que a amostra que obteve maior porcentagem de intenção de compra foi a de 25%, onde 58% dos provadores provavelmente comprariam o gelado se fosse comercializado, sendo que para as demais a maior porcentagem de intenção de compra foi a de talvez comprasse.

3.5. ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA

Tabela 1. Composição Centesimal do sorvete a 25% de suco de *Citrus paradisi*

Parâmetros	Valores*
Umidade (g/100g)	66,31 ± 1,03
Cinzas (g/100g)	0,62 ± 0,02
Proteínas (g/100g)	1,92 ± 0,07
Lipídeos (g/100g)	10,86 ± 0,09
Fibras (g/100g)	2,00 ± 0,001
Carboidratos (g/100g)**	18,27
Calorias (kcal/100 g)	187,87

*Valores expressos em média ± desvio padrão;

** Cálculo realizado por diferença.

Observando os resultados médios obtidos, a amostra preferida apresentou 66,31% para umidade. Segundo Ferreira (2015), que avaliou três formulações diferentes de sorvete elaborado com polpa de laranjinha de pacu, obteve umidade de 65% a 68% nas três formulações. Valores semelhantes também foram encontrados por Rossa (2008), que encontrou valores de umidade variando entre 61,53 e 67,30% ao analisar amostras de sorvetes de morango, baunilha e chocolate.

As proteínas encontradas no sorvete colaboram de forma crucial no desenvolvimento da estrutura do sorvete e exercem função sobre a emulsão, batimento e capacidade de retenção de água (CORREIA *et al.*, 2007). Obteve-se na amostra o valor de 1,92% de proteínas. Para Franco (2002), o valor de proteínas em sorvetes de frutas deve ser aproximadamente 5,00 para sabores convencionais como creme, baunilha e chocolate, e 1,50 para sorvetes que são elaborados com frutas tradicionais. O que demonstra que para o gelado elaborado, obtiveram-se valores satisfatórios.

Para lipídeos, obteve-se média de 10,82% em 100g do produto. Através do resultado obtido, pode-se concluir que houve um valor alto para lipídeos, o que poderia ser ajustado na formulação do produto elaborado. Segundo Brasil (2012), é considerado um alimento sólido, com baixo teor de gorduras totais, se obtiverem, no máximo, 3g por 100g. A quantidade de lipídeos geralmente é alta em sorvetes se comparados a outros macronutrientes. Nos sabores analisados, o teor de lipídeos variou de 0,84 (curriola) a 2,12 (pequi) g/ 100g do fruto (MORZELLE, 2012).

Os valores para “Resíduo Mineral Fixo” (cinzas) alcançaram 0,62% em 100g da amostra. O que apresentou valor superior em médias obtidas em outros trabalhos. Os sorvetes produzidos com fruta são abundantes em diversos sais minerais (cálcio, sódio, potássio, magnésio etc.) devido à presença no leite e na própria polpa. Nos sorvetes à base de frutos do cerrado, foram encontrados valores entre 0,42 e 0,55g/100g em araticum e pequi, respectivamente, para resíduo mineral fixo (MORZELLE, 2012). Segundo Dyminski *et al.* (2000), obtiveram valores que variavam de 0,40% a 0,80% em formulações diferentes em mousses de maracujá elaborados com substitutos de gordura.

Para fibras obteve-se 0,05% em 100g da amostra, o que apresenta um valor relativamente baixo. Este valor pode ser justificado devido ao uso do suco da fruta sem a polpa. Segundo Morzelle (2012), a quantidade de fibras procede dos frutos e

da quantidade da polpa adicionada. O teor de fibras encontrados nos sorvetes à base de frutos do cerrado variam entre 1,21 e 1,54g para cada 100g de araticum e curriola, respectivamente.

3.6. TAXA DE DERRETIMENTO

A taxa de derretimento foi medida de acordo com OHMES *et al.* (1998), com adaptações e foi encontrado um valor de 1.22% por minuto. (Figura 2)

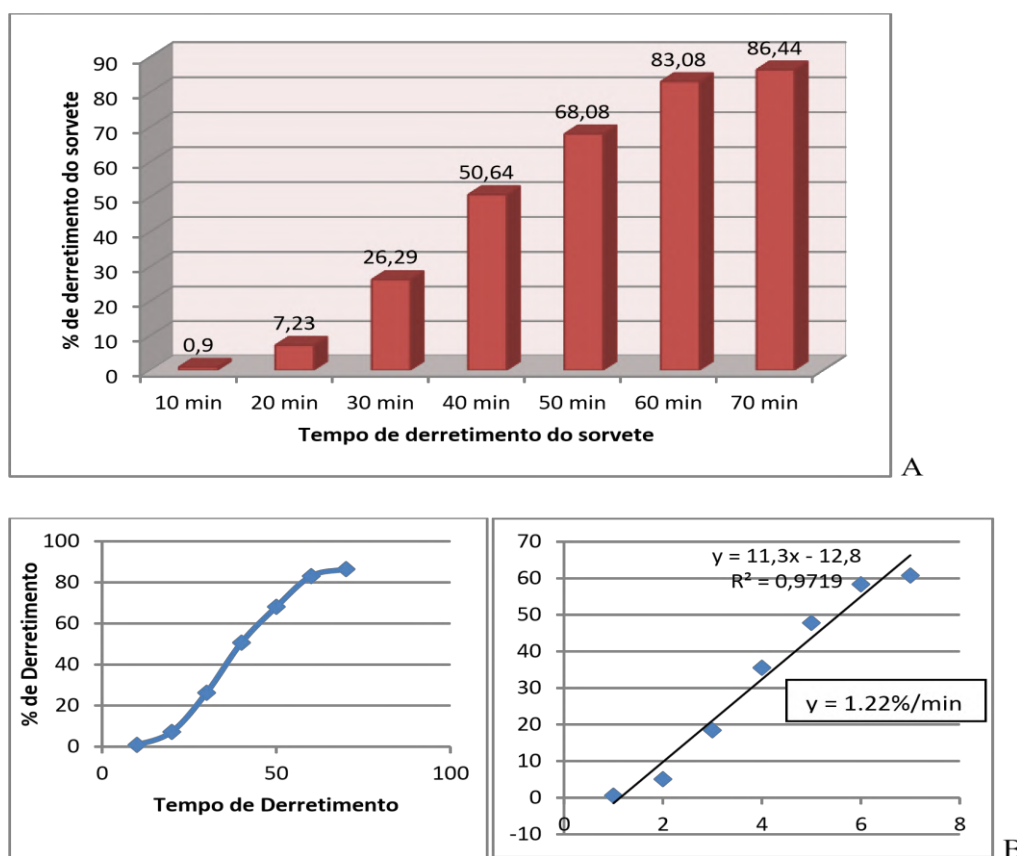


Figura 2. (A) Percentagem de derretimento do sorvete de suco de *Citrus paradisi* nos tempos 10 a 70 minutos. (B) Curva de percentagem de derretimento e gráfico tempo x a percentagem de derretimento do sorvete, regressão linear com equação de reta, para obtenção do valor de taxa de derretimento.

Pode-se observar na Figura 2 que houve um aumento progressivo da taxa de derretimento do gelado, obtendo-se uma média de 1,22% de gelado derretido por minuto. Resultando em torno de 0,85g por minuto que conseqüentemente apresenta taxa de derretimento baixa. Portanto, apesar do aumento progressivo, o gelado apresentou baixa velocidade de derretimento em relação ao tempo observado. De acordo com Boff *et al.* (2013) a taxa de derretimento de sorvete de chocolate

adicionado de fibra de casca de laranja como substituto de gordura, apresentou 2,24% e 2,43% de sorvete derretido por minuto.

4. CONCLUSÃO

O sorvete elaborado com 25% de suco apresentou resultados satisfatórios na análise sensorial, em relação a sabor e nota global. Sendo a amostra preferida entre as amostras apresentadas. Na análise de composição centesimal apresentou 10% de gordura, e baixa velocidade de derretimento, sendo um valor baixo para velocidade de derretimento do gelado. Conclui-se que o sorvete seria um novo produto no mercado com boa aceitação, mas que necessita de alguns ajustes em sua formulação para melhorar, por exemplo, alguns parâmetros sensoriais e nutricionais.

REFERÊNCIAS

ABIS. Disponível em: <http://www.abis.com.br/index.html>. Acesso em: 25 de março de 2017.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13170: teste de ordenação em análise sensorial. Rio de Janeiro, 1994. ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC N° 266, 22 DE SETEMBRO DE 2005.

AOAC (Association of Official Analytical Chemists). Official Methods of Analysis of AOAC International. CD-ROM. 17th edition, Arlington, VA: AOAC International, 2000.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução n° 54**, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre o regulamento técnico sobre informação nutricional complementar. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2012/rdc0054_12_11_2012.pdf > Acesso em: 19 maio 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Regulamento técnico para fixação de identidade e qualidade de gelados comestíveis e, preparados para gelados comestíveis, pós para o preparo e bases para gelados comestíveis. Resolução RDC n. 266 de 22 de setembro de 2005. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2005.

BOFF, C. C.; CRIZEL, T. M.; ARAÚJO, R. R.; RIOS, A. O.; FLÔRES, S. H.; Desenvolvimento de sorvete de chocolate utilizando fibras de casca de laranja como

substituto de gordura. Revista Ciência Rural, Santa Maria, v. 43, n. 10, pp. 1892-1897, out, 2013.

CORRÊA, A.D.; RIOS, A.L.O.; LOPES, L.M.V.; CONCEIÇÃO, A. Alguns constituintes químicos do albedo de frutos cítricos. Revista Brasileira de Fruticultura, Jaboticabal, v.21, n.1, pp.17-19, abr. 1999.

CORREIA, R.T.P *et al.* Sorvete: aspectos tecnológicos e estruturais. Revista Higiene Alimentar, São Paulo, v. 21, n. 148, pp. 19-23, 2007.

DYMINSKI, D. S. *et al.* Características físicoquímicas de musse de maracujá (passiflora) elaborado com substitutos de gordura. Boletim CPPA, Curitiba, v. 18, n. 2, pp. 267-274, 2000.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. POMELOS: Informações Básicas sobre o Cultivo e Cultivares Apirênicas Recomendadas para o Rio Grande do Sul. Documento 198. Pelotas, RS, 2007.

FEDERICI, C. T.; FANG, D. Q.; SCORA, R. W.; ROOSE, M. L. Phylogenetic relationships within the genus *Citrus* (Rutaceae) and related genera as revealed by RFLP and RAPD analyses. Theoretical and Applied Genetics, Berlin, v. 96, pp. 812-822, 1998.

FERREIRA, J. A.; Caracterização química da laranjinha-de-pacu (*Pouteriaglomerata*) (MIQ.) (RADLQ.) e elaboração de sorvete. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2015. 75p.

FOOD INSIGHT. Price Approaches Taste as Top Influencer for Americans When Purchasing Foods e Beverages Yet, in a Down Economy, Health is Still Important to Two-Thirds of Americans. 2011. Disponível em: http://www.foodinsight.org/PressRelease/Detail.aspx?topic=Price_Approaches_Taste_as_Top_Influencer_for_Americans_When_Purchasing_Foods_Beverages. Acesso em: 25 mar de 2017.

FRANCO, G. Tabela de composição química dos alimentos. São Paulo: Atheneu, 2002. 229 p.

GULARTE, M. A. Manual de análise sensorial de alimentos. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2002. 59p.

INSTITUTO ADOLFO LUTZ. Normas Analíticas do Inst. Adolfo Lutz. 4ª Ed. São Paulo: Instituto Adolfo Lutz, 2005. 1018f.

MALANDRIN, R. *et al.* Sorvetes: um mercado sempre pronto para crescer com inovações. Food ingredients, São Paulo, n.15, v. 3, pp. 42-48, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Alimentação saudável e sustentável**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 92 p. Acesso em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/alimet_saud.pdf>. Acesso em 01 ago. 2016.

MORZELLE, M. C.; LAMOUNIER, M. L.; SOUZA, E. C.; SALGADO, J. M.; VILAS-BOAS, E. V. B.; Caracterização físico-química e sensorial de sorvetes à base de frutos do cerrado. Rev. Inst. Latic. “Cândido Tostes”, Jul/Ago, nº 387, 67: 70-78, 2012

OHMES, R. L. *et al.* Sensory and physical properties of ice creams containing milk fat or fat replacers. *Journal of Dairy Science*, v. 81, pp. 1222-1228, 1998.
Disponível em: . Acesso em: 25 mar de 2017.

OLIVEIRA, K. H.; SOUZA, J. A. R.; MONTEIRO, A. R.; Caracterização reológica de sorvetes. *Ciênc. Tecnol. Aliment.*, Campinas, 28(3): 592-598, jul.-set. 2008.

PETERSON, J. J.; BEECHER, G. R.; BHAGWAT, S. A.; DWYER, J. T.; GEBHARDT, S. E.; HAYTOWITZ, D. B.; HOLDEN, J. M. Flavanones in grapefruit, lemons, and limes: a compilation and review of the data from the analytical literature. *Journal of Food Composition and Analysis*, Rome, v. 19, n. 1, pp. S74-S80, 2006.

ROSSA, P. N. *et al.* Propriedades físico-químicas e reológicas de sorvetes comerciais. In: ENCONTRO DE QUÍMICA DA REGIÃO SUL, 16, 2008, Rio Branco. Anais... Rio Branco: FURB, 2008. 1 CD-ROM.

SÁNCHEZ-MORENO, C; PLAZA, L; ANCOS, B; CANO, M. P. Quantitative bioactive compounds assessment and their relative contribution to the antioxidant capacity of commercial orange juices. *J. Sci. Food Agric.* v. 83, pp. 430-439, 2003.

SANTOS, G. G.; Sorvete – Processamento, tecnologia e substitutos de sacarose. *Revista Ensaios e Ciência Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde* v. 13, n. 2, 2009.

SBAF. O que são Alimentos Funcionais? Disponível em:

<http://www.sbaif.org.br/alimentos_funcionais.htm>. Acesso em: Acesso em: 25 de mar de 2017.

VANAMALA, J.; REDIVARI, L.; YOO, K. S.; PIKE, L. M.; PATIL, B. S. Flavanones in Grapefruit, lemons, and limes: a compilation and review of the data from the analytical literature. ***Journal of Food Composition and Analysis***, Rome, v. 19, n.1, pp. S74 – S80, 2006.

Submetido em: 14 de abril de 2018

Aceito em: 13 de junho de 2018

ESTILO DE VIDA E PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA DE ADOLESCENTES DE MAJOR GERCINO – SC

Altair Argentino Pereira Júnior¹
Janaina Coelho²

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo verificar o estilo de vida e a prática de atividade física de adolescentes do município de Major Gercino-SC. Participaram 36 estudantes, de ambos os sexos. Fez-se uso do questionário “Perfil do Estilo de Vida” e um questionário relacionado com a prática de atividades físicas, também medidas de circunferências e o índice de massa corporal. A prática de atividade física ou de esporte foi confirmada em 75% dos entrevistados e, entre estes, 66% relataram receber orientação sobre a realização desta, já 34% não possuem orientação alguma, o que se torna algo preocupante quando se pensa que as aulas de educação física devem possuir estratégias planejadas, estruturadas, visando um estilo de vida saudável. No presente estudo, constatou-se que os valores de sobrepeso (8%) e Obesidade (3%) foram baixos, bem como os valores de circunferência abdominal. O questionário do perfil de estilo de vida obteve baixa pontuação em todos os domínios. Analisando os resultados, pode-se perceber que o estilo de vida adotado pelos adolescentes desta pesquisa está inferior ao desejado. Sendo assim, pode-se concluir que o estado de estilo de vida de adolescentes de nível médio de Major Gercino-SC não foi considerado positivo.

Palavras-chaves: Adolescente; Atividade Física; Estilo de vida.

STYLE OF LIFE AND PHYSICAL ACTIVITY PRACTICE OF ADOLESCENTS OF MAJOR GERCINO - SC

ABSTRACT

The present study had the objective of verifying the lifestyle and the practice of physical activity of adolescents of the municipality of Major Gercino-SC. Thirty-six students of both sexes participated. The questionnaire was used "Profile of the Lifestyle" and a questionnaire related to the practice of physical activities, also measures of circumferences and the body mass index. The practice of physical activity or sport was confirmed in 75% of the interviewees and among these 66% reported receiving guidance on the achievement of this, and 34% have no guidance whatsoever, which becomes something of concern when it is thought that physical education classes should have planned, structured strategies for a healthy lifestyle. In the present study, it was found that the values of overweight (8%) and Obesity (3%) were low, as well as abdominal circumference values. The lifestyle profile questionnaire scored low on all domains. Analyzing the results it can be noticed that the lifestyle adopted by the adolescents of this research is inferior to the one desired. Thus, it can be concluded that the state of life of middle-level adolescents of Major Gercino-SC was not considered positive.

Keywords: Adolescents; Physical Activity; Lifestyle.

¹ Doutorando em Ciências do Movimento Humano – Udesc. Centro Universitário de Brusque – Unifebe.

² Licenciada e Bacharel em Educação Física – Unifebe.

1. INTRODUÇÃO

A adolescência é uma etapa do desenvolvimento muito complexa que marca a transição entre a infância e a vida adulta. Segundo LOCH (2007, p. 1) “a adolescência é um período crítico para a fixação de valores, atitudes e comportamentos que possivelmente estarão presentes na vida adulta”. “Assim, a melhor compreensão desta fase da vida passa a ser de grande importância para o planejamento de estratégias que possibilitem a adoção de hábitos saudáveis entre jovens adolescentes” (LOCH, 2007, p. 1).

O estilo de vida pode influenciar a saúde e a qualidade de vida das pessoas. De acordo com World Health Organization (1998), o estilo de vida é caracterizado como um padrão de comportamento que pode ter profundo efeito na saúde dos seres humanos e está relacionado a aspectos que refletem as atitudes, os valores e as oportunidades na vida das pessoas.

Diante disso, o estilo de vida é o conjunto de ações habituais que refletem as atitudes, os valores e as oportunidades na vida das pessoas. Portanto, segundo Gonçalves e Vilarta (2004), iniciar este segmento caracteriza hábitos aprendidos e adotados durante a nossa vida, sendo que estes estão relacionados à realidade familiar, ambiental, cultural e social do indivíduo, fazendo uma percepção de valores perante o meio em que se vive.

Nos últimos anos, mudanças no estilo de vida de indivíduos de todas as idades têm sido observadas, favorecendo o aumento dos fatores de risco à saúde, principalmente devido ao aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade em todas as faixas etárias. Nesse sentido, a relação entre sedentarismo e excesso de peso corporal está diretamente associada ao risco de doenças cardiovasculares, metabólicas e psíquicas, tornando a obesidade uma das principais ameaças do mundo industrializado (WHO, 1998).

Se, por um lado, o sedentarismo é um agravante para o aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade, por outro, o exercício físico é considerado um fator de proteção na prevenção primária e secundária das doenças cardiovasculares e no controle da hipertensão arterial, pois auxilia no controle das dislipidemias, na diminuição do nível de glicemia, na prevenção da osteoporose,

também, no tratamento da obesidade. Embora a maioria das doenças associadas ao sedentarismo somente se manifeste na vida adulta, é cada vez mais evidente que seu desenvolvimento se inicia na infância e adolescência, o que pode ser explicado, em parte, pela influência dos pais na adoção de hábitos sedentários pelos filhos. Dessa forma, o estímulo à prática de atividades físicas em idades mais jovens deve ser uma prioridade em saúde pública, uma vez que o envolvimento em atividades físicas diárias exerce papel significativo na promoção da saúde e na prevenção de doenças hipocinéticas (PETROSKI e PELEGRINI, 2009).

“Nesta perspectiva, a adolescência carrega a marca das instabilidades provocada pelos aspectos sociais, psicológicos, culturais e biológicos, notando-se que alguns jovens têm problemas em lidar com tantas mudanças de uma só vez. Estas mudanças têm alterado o estilo de vida dos adolescentes, tornando-os vulneráveis a maus hábitos” (MARIA *et al.*, 2009, p. 615).

Recentes pesquisas em diversos países, inclusive no Brasil, têm mostrado que o estilo de vida passou a ser um dos mais importantes determinantes na promoção da saúde (MARIA *et al.*, 2009).

Tomando como relação às afirmações supracitadas, escolheu-se a temática com estilo de vida e prática de atividade física de adolescentes de Major Gercino-SC, sendo este um município de pequeno porte. O presente estudo teve como objetivo, verificar o estilo de vida e a prática de atividade física de adolescentes do município de Major Gercino-SC.

Tendo, assim, a finalidade de detectar o estilo de vida e prática de atividade física dos adolescentes, afinal, as instabilidades marcadas na adolescência podem oferecer perigos ao estilo de vida, determinando hábitos que podem afetar a vida adulta.

2. METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza por uma pesquisa do tipo exploratório e descritiva. A amostra foi composta por 36 estudantes, de ambos os sexos, matriculados no 1º ao 3º ano do Ensino Médio, da escola E. E. B. Manoel Vicente Gomes, localizada em Major Gercino, SC. Para a seleção dos indivíduos, foram seguidos os seguintes critérios: ser estudante do 1º ao 3º ano do ensino médio e

estudar no colégio E. E. B. Manoel Vicente Gomes e aceitar em participar do estudo, assinando o termo de consentimento para livre esclarecimento.

O instrumento de pesquisa foi um questionário “Perfil do Estilo de Vida”, adaptado para Adolescente (NAHAS; BARROS; FANCALACCI, 2000). O questionário possui 15 itens de perguntas fechadas, os chamados hábitos de estilo de vida. Estes 15 hábitos constituem cinco componentes do estilo de vida: nutrição, estresse, atividade física, relacionamento social e comportamentos preventivos. As respostas correspondem a uma autoavaliação do tipo escalar, em que 0 (zero) absolutamente não faz parte do seu estilo de vida, 1 (um) às vezes corresponde ao comportamento, 2 (dois) completa realização do comportamento considerado (NAHAS, 2006). Utilizou-se também o questionário relacionado com prática de atividade física, com base nos estudos de Guedes *et al.*, (2005) e Schutz e Burgos (2011), para o levantamento das atividades físicas realizadas pelos participantes deste estudo.

Além dos questionários, fez-se uso do índice de massa corporal (IMC) ou índice de Quetelet, que é uma medida antropométrica adotada universalmente para avaliar de maneira generalizada a composição corporal. É tido através da relação entre o peso corporal (em quilogramas) e o quadrado da estatura (em metros) (GUEDES e GUEDES, 2006). Desta forma, foram coletados o Índice de Massa Corporal (IMC) ou Índice de Quetelet e as medidas de circunferência. As medidas de circunferência da cintura foram feitas na borda da crista ilíaca com fita métrica inextensível, com o adolescente em expiração normal conforme o proposto por Pereira *et al.*, (2010).

3. RESULTADOS

Os resultados obtidos com a aplicação dos instrumentos de coleta de dados foram os seguintes:

Em relação à prática de atividade física, 75% dos entrevistados praticam algum tipo de atividade física (AF) ou esporte e 25% relatam não praticar. O tempo médio de dispêndio com AF ou esporte foi em média de 127,5 minutos por semana, moda de 45 e 60 minutos e mediana de 75 minutos. A figura a seguir apresenta o

tipo de esporte ou atividade física praticada pelos indivíduos que relataram realizar algum tipo de AF ou esporte.

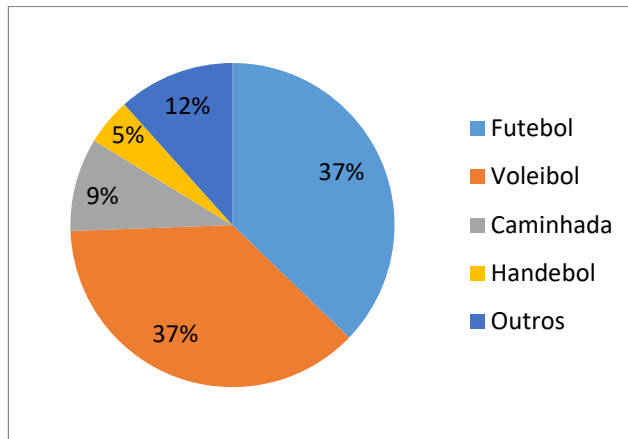


Figura 1 - tipo de esporte praticado

Quando questionados a respeito se possuem orientação para praticas AF ou esporte, obteve-se a seguinte resposta dos entrevistados: 66% afirmaram que sim e 34% não possuem orientação alguma.

O gráfico a seguir apresenta o local onde os adolescentes realizam suas AF ou esportes.

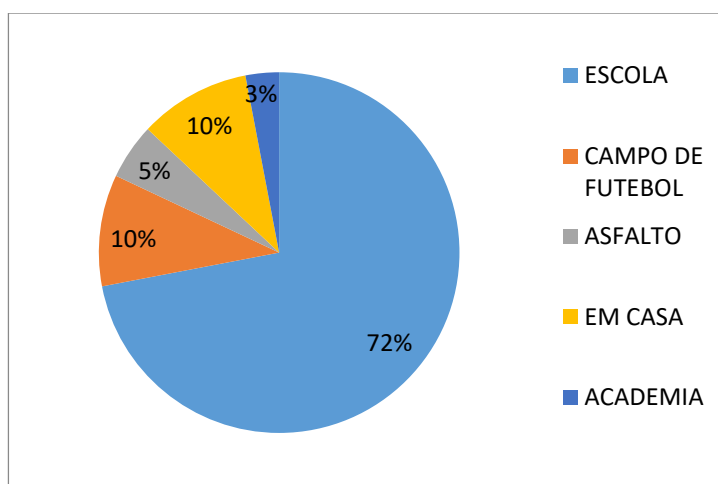


Figura 2 - Local de realização das AF ou esportes

Os adolescentes foram questionados sobre a forma de deslocamento entre sua casa e escola. Obtiveram-se as seguintes respostas:

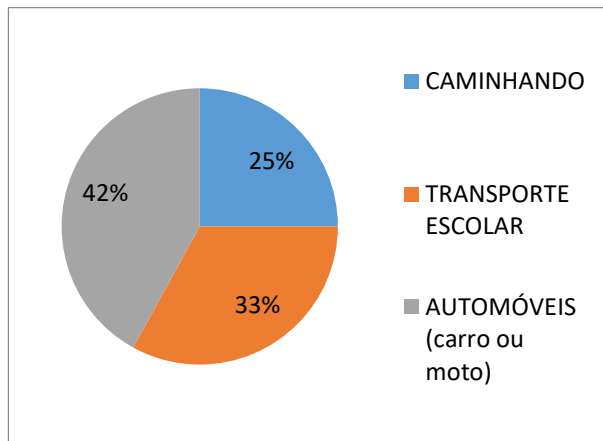


Figura 3 - Formas de deslocamento até a escola

O tempo gasto no deslocamento entre sua casa e escola foi de 17,7 minutos em média, com moda de 05 e mediana de 15.

Componentes	Média
Nutrição	1,2
Atividade física	0,8
Comportamento preventivo	0,9
Relacionamentos	0,5
Controle de estresse	0,4
Estilo de vida	0,76

Figura 4 - Escore obtido pelo questionário do perfil de estilo de vida

Obtiveram-se os seguintes resultados com a aplicação do questionário do perfil de estilo de vida: nutrição, 1,2 pontos; atividade física, 0,8 pontos; comportamento preventivo, 0,9 pontos; relacionamento, 0,5 pontos; controle de estresse, 0,4 pontos, média de pontos do estilo de vida, 0,76 pontos.

Os valores de IMC obtidos nos participantes foi o exposto na figura a seguir:

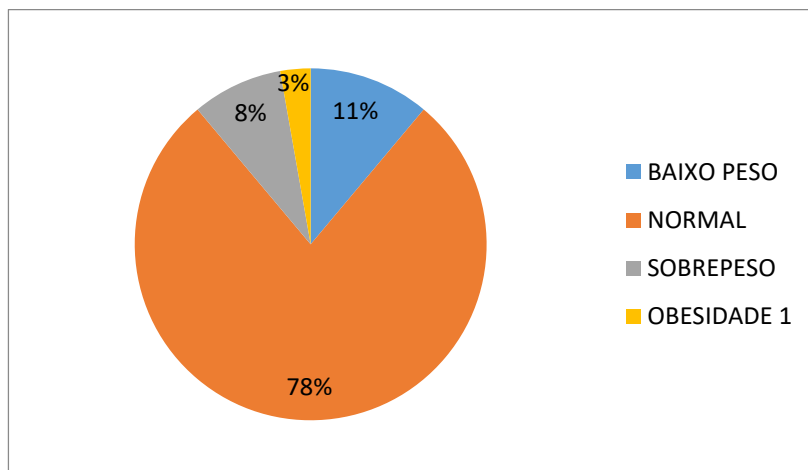


Figura 5 - Valores de IMC

Os valores de circunferência abdominal encontrados foram em média de 83,9 cm para os indivíduos do sexo masculino e 78,7 no sexo feminino, em média 80,7 na população em geral pesquisada.

4. DISCUSSÃO

Pode-se observar, através deste estudo, que a maioria dos participantes pratica algum tipo de atividade física ou esporte, 75% dos participantes. No entanto, o tempo de dispêndio médio por semana foi de 127,5 minutos, o que está inferior ao desejado, que seriam 150 minutos de prática de atividade física por semana, ou praticar atividade física moderada pelo menos cinco dias na semana, por 30 minutos diários, conforme o consenso entre o CELAFISCS e o Center for DiseaseControlandPrevention (CDC) (MATSUDO et al., 2001). Esses achados corroboram com o encontrado por Silva e Malina (2000) e Ceschini, Florindo e Benício (2007), onde observaram que o percentual de inatividade física em adolescentes foi elevado nas atividades praticadas no tempo de lazer, aumentando o risco de se tornarem adultos sedentários.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a prática de atividade física de lazer (AFL) tem sido associada a uma redução na prevalência do sobrepeso e da obesidade em crianças e adolescentes. Além disso, dentre os indivíduos obesos, a AFL melhora o perfil de risco cardiometabólico (CÁRDENAS-CÁRDENAS et al.,

2015). No entanto, no presente estudo, constatou-se que os valores de sobrepeso (8%) e Obesidade (3%), foram baixos, bem como os valores de circunferência abdominal, apesar do nível da atividade física ser inferior ao esperado para esta população estudada. Para Andersen (2009), uma estratégia não invasiva de diagnóstico dos transtornos metabólicos deveria incluir, além da obesidade, baixos níveis de aptidão física ou baixos níveis de atividade física.

Em relação às atividades físicas ou de esporte desenvolvidas, ficou constatado que as modalidades mais praticadas foram futebol - 37%, voleibol - 37%, caminhada - 9% e Handebol - 5%. Esses achados estão de acordo com o encontrado por Silva e Cox Filho (2013), onde observaram que estas são modalidades comuns praticadas por adolescentes.

Em relação à orientação para praticar AF ou esporte, 66% dos participantes afirmaram que possuem orientação e 34% não. Já o local de realização da AF ou esporte foi 72% na escola e apenas 10% em casa, e 10% em campo de futebol. Aqui se destaca a importância do profissional de Educação Física, pois ele é o único profissional habilitado e que tem conhecimento para ministrar a prática da atividade física e do esporte com segurança e coerência na busca dos objetivos procurados pelo praticante (SILVEIRA, SOUZA e SCHMIDT, 2014).

No ambiente escolar é de extrema importância que seja dada a orientação das atividades físicas pelo professor de Educação física. Darido (2004) destaca a importância das aulas de Educação Física Escolar no processo do pleno desenvolvimento humano, mediante informações associadas à prática da atividade física direcionada à melhoria e à manutenção das condições de saúde. No entanto, 34% dos participantes relatam não ter orientação, o que se torna algo preocupante quando se pensa que as aulas de educação física devem possuir estratégias planejadas, estruturadas, visando um estilo de vida saudável, para que este hábito se consolide e permaneça posteriormente na sua vida adulta (CARMO et al., 2013).

O deslocamento como forma de transporte pode ser considerado uma atividade física, no entanto, quando se observa os participantes deste estudo, apenas 25% se deslocam até a escola caminhando, e o tempo gasto nesse trajeto em média foi de 17,7 minutos. A redução do deslocamento ativo tem sido observada em alguns países. No estudo de Silva, Lopes e Silva (2007), foi observado que quanto maior o tempo para se deslocar à escola menor às chances de as crianças

usarem o transporte ativo, ou autores ainda concluem que os escolares mais jovens e os estudantes de escolas privadas se deslocavam mais de forma passiva à escola do que os mais velhos e de escolas públicas, como foi o caso dos participantes desse estudo, adolescentes de escola pública.

Com a aplicação do questionário do perfil de estilo de vida obteve-se: nutrição, 1,2 pontos; atividade física, 0,8 pontos; comportamento preventivo, 0,9 pontos; relacionamento, 0,5 pontos; controle de estresse, 0,4 pontos, média de pontos do estilo de vida, 0,76 pontos.

Analisando os resultados, pode-se perceber que o estilo de vida adotado pelos adolescentes desta pesquisa está inferior ao desejado. É sabido que escores entre 0 e 1 indicam que os indivíduos devem mudar seu comportamento, pois eles oferecem riscos a sua saúde. Constata-se que apenas no item nutrição a pontuação obtida ficou superior a 1 ponto. Esses achados se assemelham a outros estudos realizados, onde foram encontrados valores de escore baixos para adolescentes, com exceção do relacionamento, que em geral, em outros estudos, apresentaram valores superiores a 2 pontos, o que difere dessa população estudada (DADA e PRATI, 2007; FLAUSINO et al., 2012).

Destaca-se, ainda, a componente atividade física, que novamente apresentou resultados inferiores ao esperado nesta população, estando de acordo com o baixo tempo de dispêndio semanal para a prática de atividade física já mencionado, o que também foi encontrado em estudos com análise de uma grande amostra onde a prevalência de inatividade física foi alta entre os adolescentes investigados (ALVES et al., 2012).

5. CONCLUSÃO

Foram encontrados baixos níveis de atividade física em ambos os sexos, sendo assim, a promoção de programas de atividade física para adolescentes deve ser enfatizada a fim de aumentar a prática regular, o que possibilitará aos indivíduos o usufruto dos benefícios sobre a saúde, tanto a curto como em longo prazo.

Através do pentágono do bem-estar, pode-se concluir que o estado de estilo de vida de adolescentes de nível médio de Major Gercino-SC não foi considerado positivo, a prevalência de comportamentos de risco à saúde entre os adolescentes

pesquisados foi elevada e isso pode gerar agravos à saúde e, futuramente, na idade adulta, desencadear doenças crônico-degenerativas.

Destaca-se a importância do professor de Educação Física estimular a prática das atividades físicas na escola, e também orientar quanto à escolha de hábitos saudáveis de vida, promovendo, assim, um estilo de vida saudável na adolescência.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. F. A. et al. Fatores associados à inatividade física em adolescentes de 10-14 anos de idade. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v.15, n. 4, pp. 858-70, 2012.

ANDERSEN, L. B. Atividade física em adolescentes. *Jornal de Pediatria*, v. 85, n. 4, 2009.

CÁRDENAS-CÁRDENAS, L. M. et al. Leisure-time physical activity and cardiometabolic risk among children and adolescents. *Jornal de Pediatria*, v. 9, n. 2, pp. 136-42, 2015.

CESCHINI, F. L.; Florindo, A. A.; Benício, M. H. D'A. Nível de atividade física em adolescentes de uma região de elevado índice de vulnerabilidade juvenil. *Revista Brasileira de ciências e Movimento*, v.15, n. 4, pp. 67-78, 2007

DADA, R. P. PRATI, R. A. Estilo de vida em adolescentes do ensino médio.V EPCC Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar. Disponível em: <http://www.unicesumar.edu.br/prppge/pesquisa/epcc2007/anais/rafaela_pilegi_dada.pdf> Acesso em: 25 jan 2018.

DARIDO, S. C, A Educação Física na escola e o processo de formação dos não participantes de atividade física. *Revista Brasileira de Educação Física e Esportes*, v. 18, n. 1, pp. 61-80, 2004.

CARMO, N. et al. A importância da educação física escolar sobre aspectos de saúde: sedentarismo. *Revista Educare CEUNSP*, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <http://educareceunsp.net/revista/artigos/vollno1/Artigo_2_A_IMPORTANCIA_DA_EDUCACAO_FISICA_ESCOLAR_SOBRE_ASPECTOS_DE_SAUDE.pdf> Acesso em: 10 jan 2018.

FLAUSINO, N. H. et al. Estilo de vida de adolescentes de uma escola pública e de uma particular. *Revista Mineira de Educação. Física, Viçosa, Edição Especial*, n. 1, pp. 491-500, 2012. Disponível em: <http://www.cepebr.org/upload/arquivo/%7B22A1360E-25F2-430D-B625925B15AFCA%7D_2012%20Flausino%20Rev%20Mineira%20Educ%20Fis.pdf> Acesso em: 25 jan 2018.

GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E.R.P. Manual prático para avaliação em educação física. Barueri: Manole, 2006

GUEDES, D. P. LOPES, C. C.; GUEDES, E. R. P. Reprodutibilidade e validade do Questionário Internacional de Atividade Física em adolescentes. Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 11, n. 2 – Mar/Abr, 2005.

GONÇALVES, A.; VILARTA, R. Condições de Vida, Modo de Vida e Estilo de Vida: In: Qualidade de vida e Atividade Física, explorando a teoria e prática. Barueri. 2004.

LOCH, M. Indicadores de Saúde e do Estilo de Vida de Adolescentes Escolares Residentes em Municípios Grandes, Médios e Pequenos de Santa Catarina, Brasil. Revista Brasileira de Ciências e Movimento, v. 15, n. 3, pp. 7-15, 2007.

MARIA, W. B.; GUIMARÃES, A. C. A.; MATIAS, T. S.. Estilo de vida de adolescentes de escolas públicas e privadas de Florianópolis-SC. Revista da Educação Física/UEM- Maringá, v. 20, n. 4, pp. 615-623, 4. trim. 2009.

MATSUDO S. M. M.; Araújo T. L.; Matsudo V. K. R.; Andrade D. R.; Oliveira L. C.; Braggion G. F. Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ): estudo de validade e reprodutibilidade no Brasil. Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, v. 6, n. 2, pp. 05-18, 2001.

NAHAS, M. V. Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 4. ed. Londrina: Midiograf, 2006.

NAHAS, M. V.; BARROS, M. V. G.; FANCALACCI, V. O pentágono do bem-estar: base conceitual para avaliação do estilo de vida de indivíduos ou grupos. Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, Londrina, v. 5, n. 2, pp. 48-59, abr./jun. 2000.

PEREIRA, F.P. et al. Circunferência da cintura como indicador de gordura corporal e alterações metabólicas em adolescentes: comparação entre quatro referências. Revista da Associação Médica Brasileira, v. 56, n. 6, pp. 665-9, 2010.

PETROSKI, E. L.; PELEGRINI, A. Associação entre o estilo de vida dos pais e a composição corporal dos filhos adolescentes. Revista paulista de pediatria. v. 27, n. 1, 2009.

SILVA, K. S.; LOPES, A. S.; SILVA, F. M. Atividade física no deslocamento à escola e no tempo livre em crianças e adolescentes da cidade de João Pessoa, PB, Brasil. Revista Brasileira de Ciências e Movimento, v. 15, n. 3, pp. 61-70, 2007.

SILVA, R. C. R., MALINA, R. M. Nível de atividade física em adolescentes do Município de Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, pp. 1091-1097, out-dez, 2000.

SILVA, L. C. COX FILHO, J. A. Níveis de atividade física entre adolescentes da cidade de Monte Azul Paulista/SP. Revista Educação Física UNIFAFIBE, Ano II, n. 2, pp. 31-41, dezembro/2013.

SILVEIRA, E. F. SOUZA, S. G. SCHMIDT, A. Atividade física sem orientação: riscos para quem pratica. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, ano 19, n. 192, 2014. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd192/atividade-fisica-sem-orientacao-riscos.htm>> Acesso em: 10 jan 2018.

SCHUTZ, G. A.; BURGOS, M. S. Perfil de atividades físicas e esportivas de adolescentes entre 14 e 17 anos: um estudo em Venâncio Aires, RS. Revista digital. Buenos Aires, ano 15, n. 153, fev. 2011. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd153/atividades-fisicas-e-esportivas-e-adolescentes.htm>>. Acesso em: 20/12/2017.

World Health Organization. The World Health report 1998 - life in the 21st century: a vision for all. Geneva: World Health Organization; 1998.

Submetido em: 20 de maio de 2018

Aceito em: 08 de janeiro de 2019

CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E RECEBIMENTO DE ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL PARA HOTÉIS DE FORTALEZA-CEARÁ

Samla Marta Rabelo de Medeiros¹
Rafaella Maria Monteiro Sampaio²

Resumo: O controle da temperatura de armazenamento na conservação de alimentos é importante para minimizar o crescimento de microrganismos indesejáveis que promovem a deterioração do produto, com consequente perda da qualidade e riscos à saúde do consumidor. Este estudo teve como objetivo identificar as condições de transporte e recebimento de alimentos de origem animal em hotéis de Fortaleza – CE. Foi formulada uma lista de verificação para identificar as condições de recebimento dos alimentos. Houve inadequação da temperatura de 100% dos carros de transporte em ambos os hotéis, assim como de 100% das carnes e cerca de 66,6% no Hotel 1, em contrapartida aos 85% de adequação da temperatura dos alimentos avaliados no Hotel 2. Com isso, a aquisição de produtos de origem animal necessita de cuidados, principalmente no que diz respeito às condições de transporte e armazenamento, pois estes podem estar ou serem contaminados por microrganismos patogênicos durante essa atividade. Dessa forma são necessárias fiscalizações mais rigorosas no recebimento, haja vista a possibilidade dos alimentos serem contaminados por microrganismos patogênicos no recebimento, podendo acarretar em diminuição da qualidade do produto, originar uma Doença Transmitida por Alimento (DTA) e afetar negativamente a saúde do consumidor.

Palavras-chave: Controle de Qualidade. Temperatura. Recebimento.

CONDITIONS FOR TRANSPORT AND RECEIPT OF FOOD OF ANIMAL ORIGIN FOR FORTALEZA-CEARÁ HOTELS

Abstract: Storage temperature control in food preservation is important to minimize the growth of undesirable microorganisms that promote product deterioration, with consequent loss of quality and health risks to the consumer. The objective of this study was to identify the conditions for transport and receiving the food of animal origin in Fortaleza - CE hotels. A checklist was developed to identify the conditions for receiving food. There was an inadequate temperature of 100% of the transport cars in both hotels, as well as 100% of the meat and 66.6% in the hotel 1, in contrast to the 85% of the temperature adjustment of the food evaluated in the hotel 2. Therefore, the purchase of products of animal origin requires care, especially with regard to transport and storage conditions, as these may be or be contaminated by pathogenic microorganisms during this activity. In this way, more rigorous inspections are required, since food may be contaminated by pathogenic microorganisms on receipt, which may lead to a decrease in product quality, lead to a Foodborne Disease (DTA) and adversely affect consumer health.

Keywords: Quality Control. Temperature. Reception.

¹Nutricionista. Especialista em Gestão da Qualidade em Serviços de Alimentação (UECE). Graduada pela Universidade de Fortaleza. Fortaleza, CE, Brasil. E-mail: samlamarta@hotmail.com

²Nutricionista. Doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Professora do Curso de Nutrição da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e do Centro Universitário Estácio do Ceará (ESTÁCIO-FIC), Fortaleza, CE, Brasil. E-mail: rafaellasampaio@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

Uma das motivações do turismo é saborear as preparações ofertadas pela culinária local, denominada de turismo gastronômico (LIMA *et al.*, 2013). Contudo, não é prudente descuidar dos aspectos nutricionais e principalmente, da inocuidade dos alimentos pela razão de que o sucesso de uma viagem turística inclui entre outras coisas as experiências com a alimentação que podem ser inesquecíveis e plena de lembranças benéficas e altamente saborosas, ou ao contrário, plena de más recordações (MAYRA, 2014).

Nos últimos anos, os clientes hoteleiros têm demonstrado exigência em uma alimentação balanceada e segura nos cardápios oferecidos pelos hotéis (VIANA *et al.*, 2012). Nessa perspectiva, as Unidades de Alimentação e Nutrição (UANs) devem preocupar-se com fatores que podem interferir na qualidade do alimento, desde a escolha e o fornecimento de matéria-prima, equipamentos e do armazenamento até sua produção e consumo (ALEVATO e ARAÚJO, 2009).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), as Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs) são denominadas doenças comumente infecciosas ou tóxicas, ocasionadas por agentes que entram no hospedeiro através da ingestão de alimentos, sendo que todas as pessoas estão sujeitas às doenças de origem alimentar (BRASIL, 2013).

As toxinfecções alimentares são enfermidades produzidas pela ingestão de alimentos contaminados ou substâncias tóxicas e constituem um importante problema sanitário, difundido mundialmente, que tem sido observado com relativa frequência (MIRANDA; BARRETO, 2012).

As DTAs podem ser relacionadas à ingestão de alimentos ou água contaminados por bactérias, vírus, parasitas, toxinas, agrotóxicos, produtos químicos e metais pesados. Podem ocorrer sintomas digestivos, intestinais e extra intestinais (OLIVEIRA, 2010).

Os surtos de DTAs decorrem de microrganismos como *Staphylococcus aureus*, *Salmonella spp*, *Staphylococcus epidermidis*, *Yersinea enterocolitica*, *Camphylobacter jejuni*, *Escherichia coli*, fungos, entre outros (MAIA *et al.*, 2011). Os microorganismos se proliferam rapidamente e causam deteriorações nos alimentos, como mudança de sabor, odor, cor, podridão, sulcos e liquefação, além de

produzirem substâncias tóxicas, as quais podem invadir o trato gastrointestinal ou outras partes do organismo humano e produzir doenças graves (POLLONIO, 1999).

O controle da temperatura de armazenamento na conservação de alimentos é importante para minimizar o crescimento de microrganismos indesejáveis que promovem a deterioração do produto, com conseqüente perda da qualidade, oferecendo, assim, riscos à saúde do consumidor, ocasionando sintomas como náuseas, vômitos, dores abdominais, mal-estares, dores musculares, cefaleia, diarreia e, caso não sejam tratados adequadamente, podem evoluir ao óbito (GERMANO; GERMANO, 2003).

Com isso, a obtenção da matéria-prima de boa qualidade, com a procedência garantida pelos órgãos de inspeção, é considerada requisito para a garantia da qualidade e da inocuidade do produto final. Além disso, está relacionada à saúde dos comensais, uma vez que alimentos de procedência indeterminada não passam por inspeção sanitária ou registro em órgãos públicos, procedimento que visa ao controle dos produtos e têm o intuito de garantir que o alimento esteja próprio para o consumo (CARDOSO *et al.*, 2010).

Desse modo, o recebimento de mercadorias é uma importante etapa do controle de qualidade, pois é necessário matérias-primas de origem confiável, que não coloquem em risco a segurança e integridade dos alimentos e, conseqüentemente, a saúde do consumidor. É importante ter fornecedores selecionados para garantir uma matéria-prima de qualidade com a finalidade de obter um produto final de qualidade (GANDRA *et al.*, 2009).

Diante disso, o presente estudo objetiva identificar as condições de recebimento de alimentos de origem animal em hotéis de Fortaleza – CE.

2 METODOLOGIA

O presente estudo é de natureza descritiva, com abordagem quantitativa, sobre as condições de recebimento de alimentos de origem animal em hotéis de Fortaleza – CE. Foi realizado em 2 hotéis de Fortaleza – CE, um dispõe das categorias **3 estrelas luxo** e o outro está classificado na categoria **5 estrelas luxo**. Os dados foram coletados durante os meses de janeiro a março de 2017.

A amostra foi composta por 2 grupos de alimentos distintos: carnes e leite e derivados; sendo incluídos na coleta dos dados 3 tipos de carnes refrigeradas, 3

tipos de queijos e 1 tipo de leite em cada local. Foram realizadas 3 coletas de cada alimento em cada local em dias distintos e não consecutivos, de acordo com o pedido de compra de cada hotel.

A análise da temperatura, dos veículos de transporte e dos produtos alimentícios, foi realizada utilizando o aparelho de medição do tipo termômetro espeto, marca AKSO, com faixa de medição: - 50 a 200°C e resolução de 0.1°C no hotel 2 (5 estrelas luxo) e com o aparelho de medição do tipo termômetro espeto, marca Minipa com faixa de medição: - 10 a 200°C e resolução de 0.1°C no hotel 1 (3 estrelas luxo).

Foi formulada uma lista de verificação para identificar as condições de recebimento de alimentos de origem animal, baseada nas recomendações do Manual Aberc (2015). Observaram-se as condições de higiene dos entregadores e dos veículos de transporte das mercadorias, a qualidade e a temperatura dos produtos recebidos. Também foi verificado o prazo de validade e o registro no Ministério da Agricultura.

Os critérios ideais para o recebimento de mercadorias foram baseados nas recomendações do Manual Aberc (2015), os quais são: A) Veículos dos fornecedores devem ser do tipo fechado, isotérmico ou refrigerado e deve ser mantido em perfeito estado de conservação e higiene; ser de material liso, resistente, impermeável, atóxico e lavável; possuir termômetro em ótimo funcionamento e de fácil leitura; garantir temperatura adequada para os alimentos durante o transporte: ao redor de 4°C, não ultrapassando 6°C (com tolerância de até 7°C); possuir estrados, caixas e ganchos removíveis para facilitar a limpeza e desinfecção. B) Os entregadores devem possuir uniformes limpos; estar livres de adornos; possuir unhas curtas e sem esmaltes e ter proteção para os cabelos. C) Os produtos devem possuir rotulagem registrada no órgão oficial (Ministério da Agricultura); ter a embalagem íntegra, com o prazo de validade respeitado e a temperatura do produto no momento do recebimento estar até 6°C com tolerância de até 7°C ou de acordo com o fabricante para as carnes refrigeradas e até 10°C ou de acordo com o fabricante para leite e derivados.

A pesquisa foi realizada seguindo às diretrizes da Resolução 466/12 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, incluindo a Carta de Anuência, levando em consideração os princípios

bioéticos de autonomia, beneficência e justiça, respeitando o anonimato e o sigilo das informações dos participantes, sendo os dados coletados utilizados para fins exclusivos da pesquisa e não houve submissão ao CONEP.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Hotel 1 houve inadequação da temperatura de 100% dos carros de transporte e alimentos avaliados. Os carros de transporte chegaram no recebimento com temperatura ambiente (em torno de 25°C). Em relação aos leites/derivados, aproximadamente 66,6% chegaram com temperatura acima da recomendada (Tabela 1).

Já no Hotel 2 houve inadequação da temperatura de 100% dos carros de transporte, porém cerca de 85% das carnes e dos leites/derivados chegaram no recebimento com as temperaturas adequadas. Este fato pode ser devido à proximidade do local de abastecimento de mercadoria em relação ao local da entrega dos alimentos e o carro de refrigeração andar desligado enquanto chega ao local destinado com a finalidade de economia de gasolina (Tabela 2).

Tabela 1: Média e desvio padrão das temperaturas de transporte e do produto no Hotel 1. Fortaleza, 2017.

Alimento	Média ± DP T. Transporte	% Adequação em relação à média	Média ± DP T. Produto	% Adequação em relação à média
Carne 1	25,16°C ± 5,02	0%	31,8°C ± 5,64	0%
Carne 2	24,7°C ± 5,01	0%	11,66°C ± 3,41	0%
Carne 3	25,06°C ± 5,01	0%	11,9°C ± 3,45	0%
Leite/Derivado 1	21,23°C ± 4,61	0%	10,8°C ± 3,29	100%
Leite/Derivado 2	22,19°C ± 4,71	0%	12,2°C ± 3,49	0%
Leite/Derivado 3	23,26°C ± 4,82	0%	11,2°C ± 3,35	0%

Hotel 1 = Hotel 3 estrelas

Tabela 2: Média e desvio padrão das temperaturas de transporte e do produto no Hotel 2. Fortaleza, 2017.

Alimento	Média ± DP T. Transporte	% Adequação em relação à média	Média ± DP T. Produto	% Adequação em relação à média
Carne 1	16,5°C ± 4,06	0%	0,2°C ± 0,45	100%
Carne 2	16,5°C ± 4,06	0%	1,23°C ± 1,11	100%

Carne 3	16,5°C ± 4,06	0%	4,86°C ± 2,20	100%
Leite/Derivado 1	12,4°C ± 3,52	0%	10,56°C ± 3,25	100%
Leite/Derivado 2	8,7°C ± 2,95	0%	9,56°C ± 3,09	100%
Leite/Derivado 3	8,96°C ± 2,99	0%	7,96°C ± 2,82	100%
Leite/Derivado 4	18,23°C ± 4,27	0%	11,2°C ± 3,35	0%

Hotel 2 = Hotel 5 estrelas

Em relação as condições de recebimento dos produtos cárneos, ambos os hotéis apresentaram condições do entregador e do alimento com predomínio inadequadas, porém as condições de transportes foram mais adequadas no Hotel 2 do que no Hotel 1 (Tabela 3).

A respeito das condições de recebimento dos produtos lácteos, ambos os hotéis apresentaram condições do transporte e do alimento com prevalência adequada, porém as condições do entregador foram mais inadequadas no Hotel 1 do que no Hotel 2 (Tabela 4).

Tabela 3: Condições de recebimento dos produtos cárneos em hotéis de Fortaleza, Ceará, 2017.

Condições de Recebimento	Hotel 1		Hotel 2	
	Sim n (%)	Não n (%)	Sim n (%)	Não n (%)
Condições do Entregador				
Uniformes limpos	9 (100%)	0	9 (100%)	0
Cabelos Protegidos	0	9 (100%)	3 (33,3%)	6 (66,6%)
Hábito higiênico adequado	0	9 (100%)	0	9 (100%)
Livre de adornos	0	9 (100%)	8 (88,9%)	1 (11,1%)
Unhas curtas e sem esmaltes	6 (66,6%)	3 (33,3%)	9 (100%)	0
Condições do Transporte				
Material liso, resistente, impermeável e atóxico	0	9 (100%)	9 (100%)	0
Termômetro em ótimo funcionamento; T. 4 a 6°C	0	9 (100%)	1 (11,1%)	8 (88,9%)
Limpo e em bom estado de conservação	0	9 (100%)	9 (100%)	0
Possui caixas, estrados e ganchos removíveis	0	9 (100%)	9 (100%)	0
Condições do Alimento				
Rotulagem registada no MS e/ou MA	9 (100%)	0	9 (100%)	0
Prazo de validade visível e respeitado	9 (100%)	0	9 (100%)	0
Embalagem íntegra	9 (100%)	0	9 (100%)	0
T. do produto adequada no recebimento	0	9 (100%)	5 (55,6%)	4 (44,4%)

Hotel 1 = Hotel 3 estrelas; Hotel 2 = Hotel 5 estrelas

Acredita-se que a cozinha em um restaurante de hotel se preocupa apenas em oferecer preparações agradáveis, bem temperadas, bem apresentáveis e decoradas, e de baixo custo variando conforme a categoria do estabelecimento. Contudo, nos últimos anos, os clientes hoteleiros têm demonstrado mais exigência

nos cardápios oferecidos pelos hotéis e, conseqüentemente, os hóspedes têm reivindicado em maior frequência uma alimentação balanceada e segura (VIANA *et al.*, 2012).

A temperatura correta dos alimentos é de extrema importância para a sua conservação e essencial para a prevenção de toxinfecções alimentares. O controle da temperatura de alimentos no recebimento representa um dos critérios de maior importância no controle higiênico sanitário dos alimentos no sentido de prevenir, reduzir e eliminar os riscos de ocorrência de perigos de origem microbiana de produtos e matéria-prima (ARRUDA *et al.*, 1996).

Tabela 4: Condições de recebimento de leite e derivados em hotéis de Fortaleza, Ceará, 2017.

Condições de Recebimento	Hotel 1		Hotel 2	
	Sim n (%)	Não n (%)	Sim n (%)	Não n (%)
Condições do Entregador				
Uniformes limpos	9 (100%)	0	12 (100%)	0
Cabelos Protegidos	0	9 (100%)	0	12 (100%)
Hábito higiênico adequado	0	9 (100%)	3 (25%)	9 (75%)
Livre de adornos	0	9 (100%)	12 (100%)	0
Unhas curtas e sem esmaltes	8 (88,9%)	1 (11,1%)	11 (91,6%)	1 (8,33%)
Condições do Transporte				
Material liso, resistente, impermeável e atóxico	9 (100%)	0	12 (100%)	0
Termômetro em ótimo funcionamento; T. 4 a 6°C	0	9 (100%)	6 (50%)	6 (50%)
Limpo e em bom estado de conservação	9 (100%)	0	9 (75%)	3 (25%)
Possui caixas, estrados e ganchos removíveis	9 (100%)	0	12 (100%)	0
Condições do Alimento				
Rotulagem registrada no MS e/ou MA	9 (100%)	0	12 (100%)	0
Prazo de validade visível e respeitado	9 (100%)	0	12 (100%)	0
Embalagem íntegra	9 (100%)	0	12 (100%)	0
T. do produto adequada no recebimento	7 (77,8%)	2 (22,2%)	5 (41,7%)	7 (85,3%)

Hotel 1 = Hotel 3 estrelas; Hotel 2 = Hotel 5 estrelas

Dessa maneira, a aquisição de produtos de origem animal necessita de cuidados, principalmente no que diz respeito às condições de transporte e armazenamento, pois estes podem estar ou serem contaminados por

microrganismos patogênicos durante essa atividade, sendo indispensável uma rígida fiscalização (GANDRA *et al.*, 2009).

O Brasil apresenta expressiva produção de leite, sendo responsável por boa parte do volume total produzido entre os países que compõem o Mercosul, o que coloca o leite entre os seis produtos mais importantes da agropecuária brasileira (CARDOSO *et al.*, 2010). O país foi o quinto maior produtor de leite do mundo, alcançando 5% da produção mundial com 31 bilhões de litros de leite em 2011. Esta produção é superior a dos países que mais exportam produtos lácteos para o Brasil, como o Uruguai, que se enquadra na 46^a posição entre os países de maior produção de leite e a Argentina que se enquadra na 17^a colocação (EMBRAPA, 2011; IBGE, 2012).

O leite é um produto alimentar altamente perecível devido a sua composição físico-química e microbiológica. Logo após sua obtenção, deve ser submetido, o mais rápido possível, a algum processo que evite a multiplicação de microrganismos nele existentes (TRONCO, 2008).

Os microrganismos podem se desenvolver em temperaturas entre 2°C e 70°C. Eles são classificados como: psicrófilos (microrganismos que se desenvolvem em temperaturas entre 0°C e 20°C), psicrotófilos (se desenvolvem entre 0°C e 7°C), mesófilos (multiplicam-se entre 30°C e 45°C) e termófilos (crescem entre 55°C e 60°C) (GERMANO; GERMANO, 2003).

Com o resfriamento do leite, crescente importância tem sido dada ao grupo dos microrganismos psicrotróficos, pois estes estão frequentemente envolvidos em alteração na composição físico-química do leite. Uma importante característica destes microrganismos é a capacidade de se multiplicar a 7 °C ou menos, independente de sua temperatura ótima de crescimento (JONGHE *et al.*, 2011).

Os microrganismos psicrotróficos contribuem para a deterioração do leite e derivados devido à produção de enzimas proteolíticas e lipolíticas que são resistentes aos tratamentos térmicos e são secretadas no leite cru durante a estocagem, antes do processamento (BARBOSA *et al.*, 2008). A atividade remanescente dessas enzimas pode reduzir a qualidade sensorial e a vida de prateleira dos produtos lácteos. Além disso, possíveis contaminações pós-pasteurização por vários tipos de microrganismos, principalmente bactérias do gênero *Pseudomonas* Migula, podem ocorrer (WIEDMANN *et al.*, 2000).

A deficiência de refrigeração oferece uma oportunidade para que a bactéria *Staphylococcus aureus* presente no leite se multiplique. Esta bactéria pode ser encontrada na mucosa, pele, saliva, tubo digestivo sendo responsável pela mastite, uma infecção na teta da vaca. A contaminação do leite e seus derivados por *Staphylococcus sp.* representa um problema de saúde pública pelo risco de causar intoxicação alimentar devido às enterotoxinas produzidas (CARDOSO, 2006).

A carne apresenta composição química que a faz ser um excelente meio de cultura para a proliferação microbiana, sendo considerada como o alimento mais perecível dentre os grupos alimentares. As carnes possuem elevado teor de água, pH favorável, assim como aminoácidos, peptídeos, nucleotídeo e açúcares que servem de substratos para a multiplicação de inúmeros contaminantes e/ou patógenos, podendo acarretar danos à saúde (SANTOS *et al.*, 2009) dos diversos alimentos que, frequentemente aparecem relacionados a surtos de intoxicação alimentares, destacam-se a carne bovina e a de frango, pois são responsáveis pela veiculação, principalmente, de clostrídios, estafilacocos e enterobactérias (FERNANDEZ *et al.*, 2008).

As temperaturas de armazenagem e durante o transporte devem ser mantidas abaixo dos 7° C, o que vai inibir o desenvolvimento dos micróbios mesófilos patogênicos, enquanto que o armazenamento a temperaturas de -1° C + 0,5 ° C confere aos produtos refrigerados um tempo de vida útil máximo (GIL, 2000).

Segundo Gil (2000), no transporte da carne, os cuidados com a manutenção da temperatura devem ser maiores devido à dificuldade dos equipamentos dos meios de transporte manterem a baixa temperatura e porque a abertura constante das portas nas diversas entregas realizadas por um mesmo veículo propicia a entrada de calor.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que as condições de transporte e recebimento de alimentos de origem animal nos hotéis de Fortaleza-CE apresentaram inadequações da temperatura dos carros de transporte e dos alimentos avaliados, assim como das condições do entregador de ambos os hotéis.

Com isso, é necessário haver uma fiscalização mais rigorosa no recebimento para selecionar melhor os fornecedores de acordo com adequações sanitárias, haja

vista a possibilidade dos alimentos estarem ou serem contaminados por microrganismos patogênicos durante o recebimento, o que pode acarretar em diminuição da qualidade do produto, originar um surto de DTA e afetar negativamente os consumidores.

REFERÊNCIAS

ABERC. Associação Brasileira das Empresas de Refeições Coletivas. Manual de práticas de elaboração e serviços de refeição para coletividade. ABERC - Associação Brasileira das Empresas de Refeições Coletivas. – 11.ed. São Paulo, 2015.

ALEVATO, H.; ARAÚJO, E. M. G. Gestão, Organização e Condições de Trabalho. V Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Gestão do Conhecimento para a Sustentabilidade. Niterói-RJ, Brasil, julho de 2009.

ARRUDA, G. A.; *et al.* Avaliação das condições de entrega de gêneros perecíveis em unidade alimentação e nutrição, através do método de análise de perigos em pontos críticos de controle (APPCC). **Rev. Hig. Alim.**, v. 10, n. 44, pp. 44-48, 1996.

BARBOSA, J. B.; *et al.* Perda de rendimento na produção de queijos minas frescal e minas padrão fabricados a partir de leite contaminado com *Pseudomonas fluorescens*. In: ANAIS DO XXV CONGRESSO NACIONAL DE LATICÍNIOS. Juiz de Fora: EPAMIG, 2008, pp. 1-8.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Vigilância em Saúde. Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmitidas por Alimentos [internet]. Brasília-DF, Brasil, 2013.

CARDOSO, R. R. Influência da microbiota psicrotófica no rendimento de queijo minas frescal elaborado com leite estocado sob refrigeração. 43f. Dissertação (Mestrado em Microbiologia Agrícola) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

CARDOSO, R.C.V.; *et al.* Programa nacional de alimentação escolar: há segurança na produção de alimentos em escolas de Salvador (Bahia). **Rev Nutr.**, v. 23, n. 5, pp. 801-11, 2010.

EMBRAPA. Pesquisa trimestral do leite – Leite inspecionado no Brasil. Embrapa Gado de leite, Junho/2011.

FERNANDEZ, A. R. M.; *et al.* Características da carcaça e da carne de bovinos sob diferentes dietas, em confinamento. **Arq Bras Med Vet Zootec.**, v. 60, n. 1, pp. 139-47, 2008.

GANDRA, E. A.; *et al.* Condições higiênico-sanitárias de produtos cárneos e de salas frigoríficas de supermercados do município de Umuarama, PR. **Rev. Hig Alim.**, v. 23, n. 168, pp. 129-33, 2009.

GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos: qualidade das matérias-primas, doenças transmitidas por alimentos, treinamento de recursos humanos. São Paulo-SP: Varela, 2003, p. 655.

GIL, J. I. Manual de inspeção sanitária de carnes: aspectos especiais. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Pecuária Municipal, 2012.

JONGHE, V.; *et al.* Influence of Storage Conditions on the Growth of Pseudomonas Species in Refrigerated Raw Milk. **Applied and Environmental Microbiology**, v. 77, n. 2, pp. 460-470, 2011.

LIMA, A. P. F. P.; FERREIRA, . Conhecimento dos manipuladores dos alimentos de um serviço de alimentação de hotel de luxo sobre boas práticas. **Nutrire**, v. 38, sl. 1, p. 333, 2013.

MAIA, I. C. P., *et al.* Análise da Contaminação de Utensílios em Unidades de Alimentação e Nutrição Hospitalar no Município de Belo Horizonte – MG. **Alim. Nutr. Araraquara**, v. 22, n. 2, pp. 265-271, 2011.

MAYRA, N.; *et al.* Condições higiênico-sanitárias das unidades produtoras de alimentos em hotéis do município de Caruaru, Pernambuco. **Veredas: Rev. Eletr. Ciênc.**, v. 7, n. 2, pp. 109-122, 2014.

MIRANDA, P. C.; BARRETO, N. S. E. Avaliação higiênico-sanitária de diferentes estabelecimentos de comercialização da carne-de-sol no município de Cruz das Almas-BA. **Revista Caatinga**, v. 25, n. 2, pp. 166-172, 2012.

OLIVEIRA ABA, *et al.* Doenças transmitidas por alimentos, principais agentes etiológicos e aspectos gerais: uma revisão. **Rev. HCPA**, v. 30, n. 3, pp. 279-285, 2010.

POLLONIO, M. A. R. Manual de controle higiênico-sanitário e aspectos organizacionais para supermercados de pequeno e médio porte. São Paulo: Metha, 1999. 154p.

SANTOS, D. A.; *et al.* Avaliação do crescimento de Staphylococcus aureus em músculo bovino sob diferentes formas de descongelamento e tempos de congelamento. **Rev. Hig. Alim.**, v. 23, n. 68, pp. 124-128, 2009.

TRONCO, V. M. Manual para Inspeção da qualidade do leite. 3.ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

VIANA, C. V.; *et al.* Boas práticas na manipulação de alimentos no segmento Fast-Food: Aspectos higiênicos e sanitários, uma relação intrínseca com a segurança alimentar. **Rec. Funec Científica-Multidisciplinar**, v. 2, n. 3, 2012.

WIEDMANN, M.; WEILMEIER, D.; DINEEN, S. S.; RALYEA, R.; BOOR, J. K. Molecular and phenotypic characterization of *Pseudomonas* spp. isolated from milk. **Applied and Environmental Microbiology**, v. 6, pp. 2085-2095, 2000.

Submetido em: 02 de outubro de 2018

Aprovado em: 08 de fevereiro de 2019

ANÁLISE SENSORIAL DE IOGURTE NATURAL DE MARACUJÁ COM DIFERENTES TIPOS DE AÇÚCARES OU ADOÇANTE: UM OLHAR DO NUTRICIONISTA

Dayany da Silva Azambuja¹
Adrielly Cristina da Silva Aquino²
Isadora Santos Santos Lima³
Jackeline Rodrigues Miranda⁴
Mayara Martins de Souza⁵
Bárbara Grassi Prado⁶

Resumo: O consumo de iogurte é crescente devido a seus inúmeros benefícios como auxiliar na absorção, digestão e na restauração da microbiota intestinal. O iogurte pode ser acrescido de açúcares naturais, edulcorantes artificiais, frutas ou polpas, a fim de melhorar a aceitabilidade do consumidor e aumentar o valor nutricional do produto. Assim, este estudo objetivou analisar a aceitação de iogurte natural caseiro de maracujá com diferentes tipos de açúcares ou adoçante. O iogurte foi produzido em cozinha experimental com leite integral, iogurte natural integral, polpa de maracujá natural e dois tipos de açúcares em diferentes amostras (açúcar cristal, açúcar mascavo) e um tipo de adoçante (sucralose). A análise sensorial contou com 52 provadores não treinados de um Centro Universitário de Várzea Grande-MT, em 2017. Foram levantadas informações sobre as variáveis: sexo, idade, curso, consumo de iogurte, consistência, aparência e sabor. Assim, 86,5% relataram consumir iogurtes ultraprocessados frequentemente e já em relação às amostras, a que possuía açúcar cristal apresentou maior aceitabilidade estatisticamente significativa ($p < 0,05$) em relação a todas as características organolépticas analisadas, seguida do açúcar mascavo e sucralose respectivamente. Entretanto, as amostras com açúcar mascavo e sucralose foram consideradas bem aceitas, devendo-se então estimular o seu consumo em detrimento de particularidades (sucralose) e valor nutricional (açúcar mascavo).

Palavras-chave: iogurte; edulcorantes; açúcares; consumo de alimentos.

Abstract: The consumption of yogurt is increasing due to its innumerable benefits as an aid in the absorption, digestion, and restoration of the intestinal microbiota. Yogurt can be supplemented with natural sugars, artificial sweeteners, fruit or pulps in order to improve consumer acceptability and increase the nutritional value of yogurt. Thus, this study aimed to analyze the acceptance of homemade natural passion fruit yogurt with different types of sweeteners and artificial sweeteners. Yogurt was produced in experimental cuisine with whole milk, whole natural yogurt, natural passion fruit pulp and three types of sweeteners in different samples (crystal sugar, brown sugar, and sucralose). The sensory analysis included 52 untrained testers from a University of Várzea Grande-MT, in 2017. Information was collected on the variables: sex, age, course, yogurt consumption, consistency, appearance, and taste. Thus, 86.5% reported consuming ultra-processed yogurts frequently and already in relation to the samples, which had crystal sugar showed greater acceptability statistically significant ($p < 0.05$) in relation to all organoleptic characteristics analyzed, followed by brown sugar and sucralose respectively. However, the samples with brown sugar and sucralose were considered to be well accepted and their consumption should be stimulated to the detriment of particularities (sucralose) and nutritional value (brown sugar).

Keywords: yogurt; sweeteners; sugars; consumption of food.

¹ Centro Universitário de Várzea Grande

² Centro Universitário de Várzea Grande

³ Centro Universitário de Várzea Grande

⁴ Centro Universitário de Várzea Grande

⁵ Centro Universitário de Várzea Grande

⁶ Centro Universitário de Várzea Grande

1. INTRODUÇÃO

O consumo de alimentos lácteos vem aumentando no mundo todo, devido aos seus inúmeros benefícios como auxiliar na absorção, digestão, e na restauração da microbiota intestinal e também apresentar elevados valores de proteínas, lipídios, vitaminas, ferro, cálcio, fósforo e outros minerais (FERREIRA *et al.*, 2016).

Iogurte consiste na coagulação e redução do pH do leite que quando transformado em iogurte seu pH varia entre 3,6 a 4,2 e estabelecendo um pH final de 4,5, em que podem ser acrescentados ou não produtos lácteos, por fermentação láctica através de cultivos de microrganismos como *Lactobacillus delbrueckii ssp.*, *Lactobacillus bulgaricus* e *Streptococcus salivarius ssp. Streptococcus thermophilus*. Estes microrganismos devem estar ativos e em grandes quantidades no produto ao decorrer de seu prazo de validade, garantindo, assim, as características do produto como aroma, sabor, textura e consistência (SILVA *et al.*, 2012).

Devido ao sabor ácido que o iogurte natural apresenta, ele pode ser acrescido de açúcares naturais, edulcorantes artificiais, frutas ou a polpa (MACEDO *et al.*, 2014), que pode variar entre sabores como morango, abacaxi, coco, ameixa (SILVA; UENO, 2013) ou maracujá (LINS *et al.*, 2015), a fim de melhorar a aceitabilidade do consumidor, e, além disso, as frutas aumentam o valor nutricional do iogurte (MACEDO *et al.*, 2014).

A utilização do maracujá amarelo se dá devido ao alto cultivo e comercialização em aspecto de polpa ou fruta no Brasil, além de fornecer cálcio, ferro, fósforo e vitaminas A e C (DIAS *et al.*, 2016). Sua semente fornece uma elevada quantidade de ácido graxo linoleico e antioxidantes fenólicos (CARDOSO; CAVALCANTE; FIGUEIREDO, 2015). O maracujá também se destaca por apresentar em sua casca um alto teor de fibras solúveis, em específico a pectina que desempenha papel importante no controle glicêmico e previne doenças gastrointestinais e cardiovasculares (DIAS *et al.*, 2016). O fruto tem ação diurética, anti-helmíntico, sedativo, auxiliando o tratamento da hipertensão e na melhora dos sintomas da menopausa (GROSSELI *et al.*, 2014). Uma das características que predomina neste fruto é sua polpa ácida que proporciona um sabor intenso ao seu suco (GRECO, 2014).

O ser humano tem como característica um paladar mais aguçado por sabores adocicados, que permanece por todos os ciclos da vida e fica mais

constante ao decorrer de experiências com consumo de alimentos açucarados. Os açúcares podem ser categorizados em nutritivos tais como sacarose, frutose, lactose e polióis que fornecem valores calóricos aos alimentos e os não nutritivos como acessulfame- k, ciclamato, sacarina, stevia e o aspartame que apresentam pouca ou nenhuma caloria aos alimentos, além de possuir sabor doce (MATEUS, 2014).

A sacarose mais conhecida como açúcar de mesa consiste em carboidratos cristalizados comestíveis. Por ser um dissacarídeo, este é formado por duas moléculas, sendo uma de frutose e uma de glicose, que fornecem palatabilidade doce aos alimentos (MANHANI; CAMPOS; DONATI, 2014). Em relação ao açúcar mascavo, apresenta grande diferença em relação ao açúcar de mesa, não só pela sua cor escura, mas também pela redução do percentual de sacarose. Comparado com o açúcar branco, contém uma quantia maior de minerais como potássio, magnésio, ferro e cálcio (FERNANDES *et al.*, 2013).

O aumento de fatores que oferecem risco à saúde devido ao consumo de sacarose, como diabetes, obesidade e cárie dental, fez com que crescesse a procura por adoçantes dietéticos artificiais, que proporcionam o sabor doce à formulação e são mais recomendados para restrições alimentares ou dieta específica (MARQUES *et al.*, 2013).

Sucralose é um adoçante artificial sintetizado a partir da sacarose, sendo capaz de adoçar 600 vezes mais o alimento (SERBAI; OTTO; NOVELLO, 2014). É definido como não nutritivo, caracterizado por um pó branco cristalino, inodoro e solúvel em água. Nele ocorre a mudança seletiva de grupos hidroxilas da sacarose por três átomos de cloro, sendo que o seu consumo diário determinado pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* é de 15 mg/kg (VASCONCELOS, 2016).

Os iogurtes industrializados são acrescidos de aditivos alimentares, com o intuito de conservar, colorir ou aromatizar o produto. Estes aditivos vêm sendo cada vez mais utilizados pela indústria com o propósito de reduzir os preços, aumentar o tempo de vida do produto bem como a satisfação do paladar (TEIXEIRA; PERES, 2012). Conforme a Portaria nº 540 – SVS/MS de 27 de outubro de 1997 (BRASIL, 1997), o termo aditivo alimentar consiste em – qualquer ingrediente adicionado intencionalmente aos alimentos, sem propósito de nutrir, com o objetivo de modificar as características físicas, químicas, biológicas ou sensoriais, durante a fabricação,

processamento, preparo, tratamento, embalagem, acondicionamento, armazenagem, transporte ou manipulação de um alimento. Assim, com o consumo excessivo de produtos processados e ultraprocessados está relacionado ao aumento da prevalência de doenças crônicas (BIELEMANN *et al.*, 2015), como a obesidade, hipertensão, doenças cardiovasculares e diabetes (ABESO, 2016; MALACHIAS *et al.*, 2016; SBD, 2017).

Diante disso, a população procura uma opção de alimentação saudável, de forma que possa fornecer a energia necessária e ainda, se possível, prevenir doenças crônicas e outras patologias (LINS *et al.*, 2015). A adição de frutas *in natura* é um fator que colabora para a aceitação do produto final e o transforma em um alimento com alto valor nutritivo (PAIVA *et al.*, 2014). O consumo regular de frutas auxilia na redução da incidência de doenças crônicas além de trazer benefícios à saúde (RIBEIRO *et al.*, 2016).

Assim, o objetivo do presente estudo foi analisar a aceitação de iogurte natural caseiro de maracujá com diferentes tipos de açúcares ou adoçante.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal realizado com estudantes universitários de ambos os sexos com faixa etária maior que 18 anos, sendo executado em um Centro Universitário privado da cidade de Várzea Grande – MT.

O pré-preparo foi realizado na cozinha experimental do Centro Universitário. Para isso, foram utilizados 2 litros de leite integral, 680 g de iogurte natural integral, 410 g de maracujá, 135 g de açúcar cristal, 90 g de açúcar mascavo e 5 g de adoçante sucralose. Para o preparo, foram utilizados os seguintes utensílios: liquidificador industrial, balança da marca Toledo e modelo *Prix 3 light* e vasilha *bowl*.

Primeiramente, foi feita a mistura de leite com iogurte, e, após, armazenado em uma panela com tampa, por 24 horas em temperatura ambiente, onde o iogurte obteve uma consistência cremosa. Após, foi dividida a quantidade do iogurte em três porções, onde estas foram definidas como amostras 623, 451 e 789, e, depois, adicionada a polpa do maracujá, em que cada amostra recebeu um tipo de açúcar ou adoçante (amostra 623 receberá açúcar cristal, 451 açúcares mascavo e 789 o adoçante sucralose), sendo identificado com etiquetas com os respectivos números.

A análise sensorial contou com 52 provadores não treinados, que foram selecionados por conveniência, conforme passavam no corredor do Centro Universitário, assim, eram convidados a serem provadores. A análise sensorial aconteceu no período matutino durante o término das aulas dos alunos, em que foram oferecidas pequenas amostras para experimentação do iogurte. A fim de se obter a opinião com relação aos açúcares ou adoçante presentes, foi aplicado questionário com perguntas sobre as amostras oferecidas. Durante a pesquisa, os universitários responderam as perguntas realizadas por discentes do curso de Nutrição de um Centro Universitário de Várzea Grande/MT, que levantaram informações sobre as variáveis: sexo, idade, curso, consumo de iogurte, consistência, aparência e sabor. A respeito da aceitação, foi questionado como o indivíduo avalia o iogurte (detestei, não gostei, indiferente, gostei e adorei) por meio da escala hedônica de 5 pontos, sendo avaliada a aceitabilidade com relação à qualidade do produto (STONE;SIDEL, 2004).

Os participantes do estudo assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando sua participação na pesquisa. Este projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do UNIVAG (protocolo nº 2.655.166).

A análise de dados foi realizada com auxílio do programa Excel versão 2016, utilizando-se estatística descritiva com dados de frequência absoluta e relativa. Foi realizado um teste de Qui-quadrado para comparar as diferentes variáveis segundo tipo de açúcar ou adoçante. Foi considerado significativo o valor de $p \leq 0,05$.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo 52 estudantes universitários, sendo que a maioria era do sexo feminino (61,5%), de onze tipos de cursos diferentes, prevalecendo o curso de direito (28,8%) seguido do curso de educação física (15,4%) (dados não apresentados em tabela).

A Tabela 1 descreve as variáveis relativas às características sensoriais das amostras de iogurtes com diferentes tipos de açúcares ou adoçante.

Quanto ao consumo de iogurte ultraprocessado, 86,5% relataram consumi-lo frequentemente. Após análise dos dados coletados, foi possível constatar que a amostra contendo açúcar cristal apresentou maior aceitabilidade estatisticamente significativa ($p < 0,05$) em relação a todas as características organolépticas

analisadas. Entretanto, não se pode descartar o fato de que houve uma boa aceitação das outras amostras pelo público entrevistado.

Tabela 1. Descrição das características organolépticas de amostras de iogurte natural de maracujá com diferentes tipos de açúcares ou adoçante Várzea Grande-MT, 2017.

Variáveis		Açúcar		Açúcar mascavo			Sucralose		
		%	n	%	n	p	%	n	P
Consistência	Gostei	86,5	45	61,5	32	0,003	57,7	30	0,001
	Não gostei/ um pouco	13,5	7	38,5	20		42,3	22	
	Total	100,0	52	100,0	52		100,0	52	
Aparência	Ótima/boa	96,1	50	82,7	43	0,026	69,2	36	0,003
	Regular/ruim	3,8	2	17,3	9		30,8	16	
	Total	100,0	52	100,0	52		100,0	52	
Sabor	Gostei	92,3	48	48,0	25	<0,001	42,3	22	<0,001
	Não gostei/ um pouco	7,7	4	52,0	27		57,7	30	
	Total	100,0	52	100,0	52		100,0	52	
Aroma	Gostei	94,2	49	67,3	35	<0,001	63,5	33	<0,001
	Não gostei/ um pouco	5,8	3	32,6	17		36,5	19	
	Total	100,0	52	100,0	52		100,0	52	
Avaliação geral	Adorei/ gostei	96,1	50	55,8	29	<0,001	46,1	24	<0,001
	Não gostei/ indiferente	3,8	2	44,2	23		53,8	28	
	Total	100,0	52	100,0	52		100,0	52	
Intenção de compra	Sim	90,4	47	50,0	26	<0,001	50,0	26	<0,001
	Não	9,6	5	50,0	26		50,0	26	
	Total	100,0	52	100,0	52		100,0	52	

Quando indagados sobre a consistência do produto pode-se observar que o iogurte com açúcar mascavo também mostrou boa aceitação (61,5%), seguido do

iogurte com sucralose (57,7%). Já em relação à aparência, identificou-se que apesar do açúcar mascavo apresentar uma coloração diferenciada, isso não afetou a aceitação do iogurte com este açúcar pela população (82,7%), mesmo não sendo a amostra que sobressaiu, obteve uma resposta satisfatória. Logo atrás há o iogurte adoçado com sucralose, que apresentou uma menor porcentagem (69,2%), entretanto, esse fato não indica que a amostra tenha sido rejeitada, pois em uma visão geral adquiriu um bom resultado.

No que se refere ao sabor, identificou-se que o gosto residual que o açúcar mascavo e a sucralose apresentam, pode ter influenciado nos resultados de suas análises, obtendo resultados menores que 50%. Verificou-se que em todas as amostras o aroma foi considerado agradável, sendo o iogurte acrescido de açúcar cristal o preferido. Já o iogurte acrescido de açúcar mascavo e sucralose mantiveram valores aproximados quanto a sua aceitação.

Em uma avaliação geral, pode-se notar que os participantes adoraram/gostaram mais do iogurte acrescido de açúcar cristal (96,1%), seguido do açúcar mascavo (55,8%) e sucralose (46,1%). Fato que leva aos resultados de intenção de compra, que, quando analisados, fica clara a preferência do açúcar cristal (90,4%). Já as outras duas amostras apresentaram resultados idênticos (50%).

Lins *et al.* (2015), obtiveram resultados semelhantes em sua pesquisa, analisando o impacto sobre a aceitação sensorial de iogurtes enriquecidos com polpa de maracujá adoçados com açúcar e mel, onde aspectos como sabor e aparência também apresentaram maiores resultados para o açúcar cristal. Considerando-se que o mel modifica a aparência e o sabor original do produto, o que também ocorreu no nosso estudo, no caso do açúcar mascavo e na sucralose, principalmente em relação ao sabor, seria uma justificativa para a melhor aceitação do açúcar cristal tanto no estudo de Lins quanto no presente estudo. Entretanto, apesar dos autores observarem diferença estatística entre as amostras, ambas foram classificadas como “gostei muito”, o que igualmente ocorreu em nosso estudo em que, mesmo apresentando maior aceitação do açúcar cristal, as demais amostras de iogurtes com outros açúcares ou adoçantes também obtiveram resultado positivos pela população.

O estudo de Reis *et al.* (2009), onde analisaram o impacto da utilização de diferentes edulcorantes na aceitabilidade de iogurte *light* sabor morango, mostrou que a utilização de açúcar cristal e sucralose agradou igualmente a população e obteve maior aceitação em comparação aos demais adoçantes, como o aspartame, acesulfame-K, ciclamato, sacarina e estévia. O que difere de nossos resultados, em que se observa a maior preferência do açúcar cristal em relação à sucralose em todos os aspectos organolépticos.

Andrade *et al.* (2017) exploram a aceitação sensorial de iogurte artesanal simbiótico de dois diferentes tipos de iogurte, o natural e o acrescido de maracujá, onde em ambos foram acrescentados simbióticos e avaliados cor, sabor, aroma, índice de aceitabilidade e intenção de compra. E foi observado que ambos obtiveram resultados satisfatórios e semelhantes, havendo apenas uma diferença significativa em relação ao aroma onde prevaleceu o iogurte com simbiótico acrescido de maracujá, levando a acreditar que a presença da polpa de maracujá apresenta um aroma agradável quando comparado com o iogurte natural. No presente estudo, não foi utilizado o iogurte natural para comparação, entretanto, assim como no estudo de Andrade *et al.* (2017), a aceitação do iogurte com maracujá foi alta, podendo-se ter na escolha do tipo de fruta uma aliada na aceitação.

Outro fato importante a destacar é o valor nutricional do leite e derivados. É sabido que estes alimentos possuem grandes benefícios para a saúde humana, e é um produto encontrado com facilidade no dia-a-dia da população. Os leites e derivados apresentam em sua composição a caseína, que é uma proteína de alto valor biológico, adequada para o organismo, atuando na construção e reparo dos tecidos musculares. Além disto, possui como açúcar natural a lactose, que não apresenta sabor tão adocicado quanto o açúcar cristal, devendo ser restrita somente aos intolerantes à lactose. A gordura do leite é uma fonte rica em energia que serve de meio de transporte para vitaminas lipossolúveis como A, D, E e K, e também apresenta digestibilidade de 95%. Dentre os minerais, podem-se destacar o cálcio e o fósforo que são essenciais para a estrutura dos ossos e dentes de indivíduos de todas as idades (TOMBINI *et al.*, 2012).

Derivado do leite, há o iogurte que é um produto lácteo fermentado e levemente ácido, possui propriedades sensoriais, nutricionais e terapêuticas e é um produto tradicional na mesa da população. Por ser fermentado por bactérias como

Lactobacillus delbrueckii ssp., *Lactobacillus bulgaricus* e *Streptococcus salivarius* ssp. *Streptococcus thermophilus*, possui maior valor nutricional do que o leite, em função da digestão parcial de proteínas, gorduras, carboidratos, e pelo elevado teor de vitaminas do complexo B e, devido ao fato de ser um produto derivado do leite, também é uma das principais fontes de cálcio e proteínas para a população brasileira (CAPITANI *et al.*, 2014).

Segundo Cruz *et al.* (2015), o consumo mundial de iogurte obteve destaque nos meados da década de 1960, isso devido à adição da polpa de frutas ao produto com a finalidade de atenuar o sabor ácido e, assim, resultar em uma melhor aceitabilidade do produto. Dezani, Retondo e Waideman (2015), em seu estudo, apresentaram que o consumo de iogurte no Brasil, em 2015, girava em torno de 3 kg por pessoa ano, e Cruz *et al.* (2015) complementam que, segundo dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF 2008 - 2009), o consumo médio foi de 2,28 kg, sendo maior na região Sul (2,23kg), seguido pelas regiões Sudeste (2,39kg), Centro-Oeste (2,28kg), Nordeste (1,95kg) e Norte (1,79kg).

É válido ainda analisar sobre as alternativas de açúcares utilizadas em nosso estudo, onde Parazzi *et al.* (2009) relatam que, devido à preocupação cada vez maior da população em relação à saúde e alimentação, a procura por produtos alimentícios produzidos segundo processos considerados naturais tem aumentado, e um exemplo a ser citado desse tipo de produto seria o açúcar mascavo produzido a partir da cana-de-açúcar.

Mendonça, Rodrigues e Zambiasi (2000) dizem que o açúcar mascavo apresenta muitas vantagens, pois seu consumo equilibrado auxilia na prevenção de doenças crônicas como obesidade, diabetes, na redução de cáries dentárias e perda de calcificação infantil. Diante do exposto acima, entendemos que o açúcar mascavo é recomendado como uma alternativa mais saudável de açúcar para a população em geral, isso devido aos seus processos menos agressivos de fabricação que mantêm o seu valor nutricional preservado, principalmente de micronutrientes.

Já em relação à sucralose, de acordo com estudo de Oliveira e Franco (2010), deve-se pontuar que a criação de adoçantes dietéticos em geral foi realizada para atender determinados tipos de público como, por exemplo, a população diabética e os obesos, porém, pode-se observar que atualmente o perfil da população consumidora desse produto tem sido bem diversificado. Ainda, os autores

observaram que há jovens que consomem a sucralose por razão estética, pessoas na idade adulta que buscam uma melhor qualidade de vida, e que somente 7% destes consumidores possuem diabetes *mellitus*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O iogurte caseiro de maracujá acrescido de açúcar cristal obteve maior aceitabilidade pela população estudada, pois obteve resultados positivos em relação a todas as características organolépticas analisadas (consistência, aparência, aroma, sabor e intenção de compra). Entretanto, por mais bem aceita que essa amostra tenha sido, as demais também mostraram resultados satisfatórios.

A inserção de açúcares mais saudáveis como o açúcar mascavo ou outros adoçantes naturais é um assunto a ser tratado em atividades de educação nutricional e alimentar, onde ajudaria a população a adotar hábitos mais saudáveis e conhecer mais sobre determinados tipos de alimentos. A Lei n. 13.666, de 16 de maio de 2018, trata sobre a inclusão de tema de educação alimentar e nutricional no currículo escolar, o que poderá mudar a concepção das pessoas, desde a infância até a vida adulta, garantindo assim um melhor estilo de vida.

REFERÊNCIAS

ABESO. Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica Diretrizes brasileiras de obesidade 2016 / ABESO - Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. – 4.ed. - São Paulo, SP.

ANDRADE, V. D.; OLIVEIRA, R. L.; MATOS, H.; PORTO, T. S.; PORTO, C. S. Aceitação sensorial de iogurte artesanal simbiótico. **Revista Brasileira de Agrotecnologia (BRASIL)**, v.7, n. 2, pp. 411-419, 2017.

BIELEMANN, R. M.; MOTTA, J. V. S; MINTEN, G. C. HORTA, B. L; GIGANTE, D. P. Consumo de alimentos ultraprocessados e impacto na dieta de adultos jovens. **Revista de Saúde Pública**, v. 49, n. 28, pp.1-10, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria nº 540 - SVS/MS, de 27 de outubro de 1997. Aprova o Regulamento Técnico: Aditivos Alimentares - definições, classificação e emprego. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 28 out. 1997.

CAPITANI, C.; HAUSCHILD, F. A. D.; FRIEDRICH, C. J.; LEHN, D. N; SOUZA, C. F. V. Caracterização de iogurtes elaborados com probióticos e fibras solúveis. **Revista Brasileira de Tecnologia Agroindustrial**. v. 08, n. 02, pp. 1285-1300, 2014.

CARDOSO, L. C. D; CAVALCANTE, S. P. M; FIGUEIREDO, E. S. Extração e caracterização do óleo da semente de maracujá. In: XI Congresso Brasileiro de Engenharia Química e Iniciação. Junho 2015. **Anais...** São Paulo: Unicamp, 2015. pp. 1-6.

CRUZ, R. G; ARRUDA, H. S; SANTOS, V. S; ALMEIDA, M. E. F. Desenvolvimento e avaliação sensorial de iogurte adicionado de “caviar” de cenoura por crianças. **Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes**, v. 70, n. 3, pp. 132-140, 2015.

DEZANI, A. A; LA RETONDO, B. B; WAIDEMAN, M. A. Determinantes de consumo dos produtos derivados do leite. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 14, n. 1, pp. 62-84, 2015.

DIAS, H. J; SILVA, M. D. L; SANTOS, I. H. V. S; SOUZA, A. T. R.; MONGE, S. M.; Caracterização sensorial e nutricional de bolo mousse de maracujá isento de glúten. **Saber Científico**, v. 5, n. 1, pp. 69-80, 2016.

FERNANDES, L. G. V; BRAGA, C. M. P; KAJISHIMA, S; SPOTO, M. H. F; BORGES, M. T. M. R.; BERNADI, M. R. V. Caracterização físico-química e sensorial de geleias de goiaba preparadas com açúcar mascavo. **Revista Brasileira de Produtos Agroindustriais**, v. 15, n. 2, pp. 167-172, 2013.

FERREIRA, M. A. C; FREIRE, L. A. S; BARBOSA, T. A; SIQUEIRA, A, P. S. Desperdício de iogurte por embalagens. **Revista de Agricultura Neotropical**, v. 3, n. 3, pp. 24-27, 2016.

GRECO, S. M. L. **Caracterização físico-química e molecular de genótipos de maracujá azedo cultivados no Distrito Federal**. 2014, 163p. Tese (Doutorado em Agronomia), Universidade de Brasília-Brasília, 2014.

GROSSELI, M; MORAES, M. B; DAMACENO, B. F; OKAWABATA, F.S; TARDIVO, A. C. B; ALVES, M. J. Q. F. Uso da polpa e da casca do maracujá (*passiflora edulis* f. *flavicarpa*) sobre o colesterol em coelhos com hipercolesterolemia experimental. **Revista de Pesquisa e Inovação Farmacêutica**, v. 6. n. 2, pp. 212-20, 2014.

LINS, A. D. F.; LIMA, A. L. R.; COSTA, M. L.; FEITOSA, R. M.; MORAES, M. S.; QUIRINO, D. J. G.; SAMPAIO, A. C. F. Impacto sob a aceitação sensorial de iogurtes enriquecidos com polpa de maracujá adoçados com açúcar e com mel. **Revista Agropecuária Técnica**, v. 36, n. 1, pp. 103-108, 2015.

MACEDO, A. M.; MENEZES, C. C.; PORTELA, J. V. F.; ARCANJO, S. R. S.; MOURA, M. R.; OLIVEIRA, A. M. C. Efeito da adição de polpa de caju sobre as qualidades sensoriais de iogurte integral adoçado com mel de abelha. **Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes**, v. 69, n. 1, pp. 7-16. 2014.

MALACHIAS, M. V. B. *et al.* 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 107, n. 3, supl. 3, pp. 1-104, 2016.

MANHANI, T. M.; CAMPOS, M. V. M.; DONATI, F. P. Sacarose, suas propriedades e os novos edulcorantes. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 17, n.1, pp. 113-125, 2014.

MARQUES, M. A. R.; MATIAS, J. F.; RAMOS, E. C.; FONSECA, C. S. Análise do conhecimento do consumidor diante o uso de adoçantes. **Revista Científica Univivosa**, v. 3, n. 1, pp. 61-66. 2013.

MATEUS, A. R. **Edulcorantes artificiais e sua influência na fome e saciedade**. 2014; 75p. Dissertação (Mestrado em Nutrição Clínica), Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, 2014.

MENDONÇA, C. R.; RODRIGUES, R. S.; ZAMBIAZI, R. C. Açúcar mascavo em geleias de maçã. **Revista Ciência Rural**, v. 30, n. 6, pp.1053-1058, 2000.

OLIVEIRA, P. B; FRANCO, L. J. Consumo de adoçantes e produtos dietéticos por indivíduos com diabetes melito tipo 2, atendidos pelo Sistema Único de Saúde em Ribeirão Preto, SP. **Revista Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabolismo**, v. 54, n. 5, pp. 455-462, 2010.

PAIVA, Y. F.; SILVA, K. C. M.; PEREIRA, K. D.; OLIVEIRA, C. P.; ARAUJO, A. F. Avaliação microbiológica de iogurte natural com polpa de abacaxi base mel. **Caderno Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 4, n. 1, pp. 1-6, 2014.

PARAZZI, C.; JESUS, D. A.; LOPES, J. J. C.; VALSECHI, O. A. Análise microbiológicas do açúcar mascavo. **Bioscience Journal**, v. 25, n. 3, pp. 32-40, 2009.

REIS, R. C.; MINIM, V. P. R.; DIAS, B. R. P.; CHAVES, J. B. P.; MINIM, L. A. Impacto da utilização de diferentes edulcorantes na aceitabilidade de iogurte "light" sabor morango. **Revista de Alimentação e Nutrição**, v. 20, n. 1, pp. 53-60, 2009.

RIBEIRO, L. R.; MATIAS, T. G.; MARTINS, E. M. F.; MARTINS, M. L.; MARTINS, A. D. O.; BITTENCOURT, F.; CAMPOS, R. C. A. B. Desenvolvimento e caracterização de iogurte adicionado de geleia da casca de jabuticaba e de cultura probiótica. **Revista Higiene Alimentar**, v. 30, nn. 262/263, pp. 136-141, 2016.

SBD. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2017-2018 / Organização José Egídio Paulo de Oliveira, Renan Magalhães Montenegro Junior, Sérgio Vencio. -- São Paulo: Editora Clannad, 2017.

SERBAI, D; OTTO, S. M; NOVELLO, D. Diferentes tipos de edulcorantes na aceitabilidade sensorial de café (*coffea arabica* L.). **Revista UNIABEU Belford Roxo**, v. 7, n. 17, pp. 1-13, 2014.

SILVA, A. B. N.; UENO, M. Avaliação da viabilidade das bactérias lácticas e variação da acidez titulável em iogurtes com sabor de frutas. **Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes**, v. 390, n. 68, pp. 20-25. 2013.

SILVA, L. C.; MACHADO, T. B.; SILVEIRA, M. R. S.; ROSA, C. S.; BERTAGNOLLI, S. M. M. Aspectos microbiológicos, pH e acidez de iogurtes de produção caseira comparados aos industrializados da região de Santa Maria – RS. **Disciplinarum Scientia**, v. 13, n. 1, pp. 111-120, 2012.

STONE, H.; SIDEL, J. L. **Sensory Evaluation Practices**. 3. ed. Academic Press, Inc., 338p., 2004.

TEIXEIRA P. M. L.; PERES, F. Consumo de corantes artificiais por pré-escolares de um município da baixada fluminense, RJ. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental**, v. 4, n. 1, pp. 2748-2757, 2012.

TOMBINI, H.; DALLACOSTA, M. C.; BLEIL, R. A. T.; ROMAN, J. A. Consumo de leite de vaca e derivado entre agricultores da região oeste do Paraná. **Revista Alimentação e Nutrição**, v. 23, n. 2, pp. 267-274, 2012.

VASCONCELOS, M. A. **Avaliação do efeito carcinogênico de edulcorantes por meio do teste para detecção de clones de tumores epiteliais (warts) em *Drosophila melanogaster***. 2016; 86p. Dissertação (mestrado em Genética e Bioquímica), Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

Submetido em: 14 de junho de 2018

Aprovado em: 16 de outubro de 2018

PROCESSO DE ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA DOS DOENTES RENAI CRÔNICOS SUBMETIDOS À HEMODIÁLISE

Diogo Amaral Barbosa¹
Raylton Aparecido Silva²
Fernando Peixoto Quaresma³
Ruhena Kelber Abrão⁴

Resumo: A qualidade de vida trata-se de um forte indicador de avaliação dos atendimentos prestados pelos serviços de saúde, aliando o processo saúde doença com a efetividade dos procedimentos utilizados para o tratamento e reabilitação. Considerando este contexto, esta pesquisa apresentada teve o objetivo de verificar as pesquisas publicadas quanto à qualidade de vida dos doentes renais crônicos submetidos à hemodiálise, do período de 2003 até os dias atuais. Para alcançar este objetivo o estudo teve uma abordagem quanti-qualitativa, do tipo exploratório, tendo como fonte de informação artigos científicos, além de, dados obtidos do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e de livros. Por todos os aspectos observados nesta pesquisa percebemos que a qualidade de vida é afetada no início do tratamento hemodialítico e principalmente com o passar do tempo, por isto é importante avaliar sempre esta qualidade de vida do paciente renal crônico, além disto, Neste estudo podemos observar que o método mais utilizado para avaliar a qualidade de vida dos pacientes hemodialíticos é o instrumento genérico SF-36, os demais métodos são utilizados em menor proporção, como o questionário "Kidney Disease and Quality-of-Life Short-Form (KDQOL-SF)", o questionário "Whoqol (World Health Organization Quality of Life) e estudo de campo, através de observação. Podemos notar a diferença entre os estudos quando se aplica ou não questionário, sendo que com a utilização dos questionários há um foco maior ao paciente, com uma visão holística do todo

Palavras-chave: Hemodiálise. Qualidade de Vida. Doença Renal Crônica (DRC).

Abstract: The quality of life it is a strong indicator for evaluating the care provided by health services, combining the health disorder with the effectiveness of the procedures used for the treatment and rehabilitation. Considering this context, this research was presented to verify the published research on the quality of life of patients with chronic renal failure undergoing hemodialysis, from 2003 to the present day. To achieve this objective the study had a quantitative and qualitative approach, exploratory, and as a source of information papers, besides, data from the Ministry of Health, Federal Nursing Council (COFEN) and books. For all aspects observed in this study perceive that quality of life is affected at the beginning of hemodialysis and especially with the passage of time, it is always important to assess this quality of life of patients with chronic kidney disease, in addition, this study can be seen the most commonly used method to assess the quality of life of patients hemodialysis is the generic instrument SF-36, the other methods are used to a lesser extent, the questionnaire as "Kidney Disease and quality-of-Life-Short Form (SF-KDQOL)", "the questionnaire" WHOQOL (World Health Organization Quality of Life) and field study, by observation. We can tell the difference between the studies when applying or not a questionnaire, and with the use of questionnaires are focusing the patient with a holistic view of all

Keywords: Hemodialysis. Quality of Life. Chronic Kidney Disease (CKD).

¹ Mestre em Ensino em Ciências e Saúde. Enfermeiro. Universidade Federal do Tocantins.

² Enfermeiro Intensivista. Universidade Federal do Tocantins.

³ Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins

⁴ Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins

1. INTRODUÇÃO

Desde a década de 70 vem sendo aplicado aos serviços de saúde o conceito de qualidade de vida, que, inicialmente, esteve apenas vinculado às atividades de atendimento ambulatorial e hospitalar, gerando um aumento dos custos hospitalares, devido à necessidade de implementar melhorias na área física, equipamentos e contratação de profissionais. Em anos mais recentes, o foco da qualidade tem sido dirigido aos pacientes, principal cliente do sistema de saúde, tratando-se de um forte indicador de avaliação dos atendimentos prestados pelos serviços de saúde, aliando o processo saúde doença com a efetividade dos procedimentos utilizados para o tratamento e reabilitação (CASTRO et al, 2003; TAKEMOTO et al, 2011).

No Brasil, ainda não existem dados confiáveis que possam retratar a incidência e a prevalência da Doença Renal Crônica (DRC), que pode ser definida como uma síndrome complexa, que se caracteriza pela perda lenta, progressiva e irreversível das funções renais, que termina, inevitavelmente, em uremia e suas complicações, para evitar estes problemas o indivíduo deve submeter-se a diálise ou a um transplante renal. Apesar dos avanços no tratamento da DRC, a morbimortalidade continua elevada, no Brasil, a sobrevida gira em torno de 79% e 41%, respectivamente no primeiro e no quinto ano de diálise (CABRAL, DINIZ & ARRUDA, 2005; NETTINA, 2007).

Na atualidade a hemodiálise é o tratamento dialítico mais utilizado, a mesma consiste em uma diálise realizada por uma máquina, na qual se promove a filtração extracorpórea do sangue. A prescrição do tratamento é em média três sessões semanais, por um período de três a cinco horas por sessão, dependendo da necessidade individual (KUSUMOTO et al, 2008; SMELTZER & BARE, 2005).

De acordo com Silva e seus colaboradores (2001), a enfermagem vem desenvolvendo pesquisas voltadas para a melhoria da qualidade de vida de pacientes acometidos por doenças crônicas, acompanhando a tendência da área da saúde, pois, além do esforço e investimento direcionados ao aumento de anos de vida, com êxito, faz-se necessária a preocupação com a qualidade na vida aos anos a mais que foram conquistados.

Com isto percebe-se que número de clientes em diálise em nosso país aumenta todos os anos, o “data SUS” comprova isto com seus censos realizados entre 1999 a 2007. Devido a esta população tão crescente, preocupa-se com a qualidade de vida dos pacientes renais crônicos em tratamento hemodialítico.

1.1 ENFERMAGEM E SAÚDE

Na Enfermagem, desde o século XIX, as raízes plantadas por Florence Nightingale, até aos dias de hoje, tem permitido o avance no conhecimento sobre o processo de cuidar, só que nesta época ainda não se utilizava o termo processo de enfermagem, mas Florence já enfatizava a necessidade de ensinar as enfermeiras a observar e a fazer julgamentos sobre as observações feitas. Nesta época emergia a vontade de um registro oficial das práticas de enfermagem, entretanto, as enfermeiras da época não tinham subsídios e apoio para que isto se concretizasse (GARCIA & NÓBREGA, 2009; GEOVANINI et al., 2002).

Florence, em 1887, decepcionou a enfermagem quando combateu há um movimento de enfermeiras inglesas que objetivava a obtenção do registro oficial e, conseqüentemente, o reconhecimento do curso de Enfermagem. Segundo Florence não era necessário o registro de enfermagem, porque o real significado da profissão era o seu espírito vocacional e de submissão, postura que, de uma certa forma, mostrava seu compromisso com as elites. Vale ressaltar que nesta época as enfermeiras, em sua maioria, casavam com os médicos e eram submissas a eles, em casa e no trabalho. Desta forma, a enfermagem jamais seria reconhecida, sendo sempre um símbolo de submissão (GEOVANINI et al., 2002).

No século XX as práticas do cuidado tinham sido contestadas e os profissionais impulsionados pela lógica do sistema capitalista e pelo avanço da ciência, buscaram a valorização da enfermagem ao iniciar a construção de um conhecimento próprio, por meio de elaborações teóricas. Nesta época no Brasil, Horta publica o seu livro “Processo de Enfermagem” sistematizando as ações de enfermagem, para ela o conhecimento científico era metódico e sistemático, que se tornava ciência quando se organiza num sistema de proposições demonstradas experimentalmente e que se relacionam, sempre enfatizando a valorização do termo saúde (HORTA, 1979; KLETEMBERG et al., 2010).

Entretanto, saúde, nada mais é que uma resultante da influência dos fatores sócio-econômico-culturais, como alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente e acesso a serviços de saúde, dentre outros. Percebe-se desta forma que a saúde é um processo dinâmico em que o homem luta contra as forças que tendem a alterar o equilíbrio de sua saúde (KAWAMOTO & FORTES, 1997; NETTINA, 2007).

1.2. ANATOMIA E FISIOLOGIA DO RIM

Os rins são órgãos que lembram a forma de um grão de feijão, apresentam uma coloração marrom-avermelhada, encontram-se no espaço retroperitoneal, um de cada lado da coluna vertebral, de tal forma que seu eixo longitudinal corre paralelamente ao músculo psoas maior (RIELA, 2003). A posição do fígado faz com que o rim direito seja mais baixo do que o rim esquerdo e, além disso, ambos são sustentados pela gordura perirrenal, pelo pedículo vascular renal, pelo tônus muscular abdominal e pelo volume geral das vísceras abdominais (TANAGHO & MCANINCH, 2007).

O aspecto da normalidade do rim humano em peso é em torno de 150g, sendo o corpo humano constituído por dois rins, quando o ureter chega ao rim através do hilo, dilata-se formando uma cavidade em forma de túnel, que é chamada de pelve, da qual derivam dois ou três ramos principais, os cálices maiores e destes subdividem-se em três ou quatros cálices menores. Na superfície de corte, o rim é composto por um córtex e uma medula (KUMAR, ABBAS & FAUSTO, 2005).

Cada rim humano contém cerca de 1 a 1,5 milhão de unidades funcionais chamados néfrons, sendo que há dois tipos destes, os néfrons corticais que apresentam cerca de 85% dos nefróns e sua maioria está no córtex do rim, responsáveis pela remoção de resíduos de produtos e pela reabsorção de nutrientes, e os néfrons justamedulares com alças de Henle profundas que se estendem até a medula do rim, tendo como principal função promover a concentração da urina. Os néfrons são os responsáveis pelo controle da capacidade dos rins para excretar os resíduos do sangue e, ao mesmo tempo, manter o balanço hidroeletrólítico. Com isto, percebemos que o principal papel do rim é fazer o adequado balanço ácido-básico de todo o organismo, fazendo de certa forma o

chamado sistema tampão. Estes autores enfatizam que as doenças de qualquer parte do organismo podem afetar a função renal e produzir anormalidades na urina (STRASINGER & LORENZO, 2009).

Filho (2000) classifica as nefropatias quanto aos elementos primariamente acometidos, como os glomérulos (glomerulopatias), e/ou interstício (doenças túbulo-intersticiais e intersticiais) e vasos. E nos estágios já avançados de muitas destas nefropatias, a sua maioria é difícil ou impossível definir a estrutura primariamente lesada, e assim são os pacientes sob longo tempo de diálise.

O fluxo sanguíneo para os dois rins corresponde a 22% do débito cardíaco, representado um fluxo sanguíneo de 1.000 a 1.200 ml/min para um homem de 70-75 kg. Agora nos lembramos do peso dos rins, ambos pesam juntos 300 gramas, desta forma o fluxo sanguíneo por grama do rim é de cerca de 4 ml/min, um fluxo 5 a 50 vezes maior que em outros órgãos. Este sangue que atinge o rim passa inicialmente pelos glomérulos, onde cerca de 20% do plasma é filtrado, totalizando uma taxa de filtração glomerular de 120 ml/min ou 170 litros/dia, destes apenas 1,5 litros é excretado na urina. E a maior parte da água filtrada (60 a 70%) é reabsorvida no túbulo contornado proximal, que é uma das estruturas do néfron, acompanhando a reabsorção de NaCl (GYTON & HALL, 2002; RIELLA, 2003).

Uma das modalidades de tratamento para transtornos renais é a diálise que nada mais é que a infusão de moléculas de solutos através de uma membrana semipermeável, passando do lado de maior concentração para o de menor concentração, tendo como objetivo manter a vida e o bem-estar do cliente, tendo como métodos a diálise peritoneal, hemodiálise e terapia de reposição renal contínua (NETTINA, 2007; STRASINGER & LORENZO, 2009).

A função renal é essencial para a vida, pois as disfunções dos rins são comuns e podem ocorrer em qualquer fase da vida em variados graus de intensidade. Por isto a compreensão da fisiologia renal é necessária para avaliar, planejar e implementar os cuidados de enfermagem apropriados para os clientes saudáveis e com disfunção renal (SMELTZER & BARE, 2005; TANAGHO & MCANINCH, 2007).

1.3. DIÁLISE

O termo diálise para separação de colóides dos cristalóides foi criado em 1854 por Thomas Graham. Em 1924, George Haas realizou a primeira sessão de diálise em seres humanos e em 1948 foi realizada a primeira sessão de diálise nos EUA, utilizando o dialisador de Kolff e no Brasil em 1949 pelo Dr. Tito Ribeiro de Almeida foi realizada a primeira sessão de hemodiálise. Em 1960, Scribner e Quinton criaram o shunt arteriovenoso, e 6 anos depois Cimino e Brescia idealizaram a fístula arteriovenosa primária e, finalmente em 1973 foi aprovada a lei que permitia o livre acesso de todo cidadão americano à diálise (RIELLA, 2003).

A mais utilizada das modalidades de diálise é a hemodiálise, a qual o indivíduo necessita de um monitoramento constante ao longo das sessões para prevenir e detectar complicações decorrentes durante este procedimento, pois algumas são eventuais e outras já são graves e fatais (NASCIMENTO & MARQUES, 2005).

Segundo Horta (1979), há três funções primordiais do enfermeiro: a específica, de assistir o ser humano no atendimento de suas necessidades humanas básicas e ensinar o autocuidado; interdependência, de manter, promover e recuperar a saúde; e social, de ensino, pesquisa, administração, responsabilidade legal e participação na associação de classe. Além disso, deixa claro que a enfermagem é um serviço prestado ao ser humano e parte integrante da equipe de saúde. O enfermeiro tem papel fundamental na orientação quanto autocuidado, para que os clientes mantenham higienização adequada para minimizar os riscos de infecções, principalmente àquelas causadas por cateteres mal manipulados fora do ambiente hospitalar.

Para a escolha de um método dialítico devem ser considerados os aspectos referentes à eficiência do método, capacidade de ultrafiltração (UF), via de acesso para a diálise e necessidade de anticoagulação. As indicações para se iniciar a terapia substitutiva renal podem ser divididas entre as consideradas como urgência, no caso de hiperpotassemia ou hipervolemia refratárias às medidas clínicas prévias ou quando há risco iminente de vida, pericardite e encefalopatia urêmica e, aquelas eletivas que podem ser determinadas pelo nível de função renal, por parâmetros

nutricionais ou pela presença de sintomas urêmicos. A hemodiálise deve ser vista como uma modalidade terapêutica da diálise capaz de proporcionar uma melhor qualidade de vida, maior longevidade e uma frequência cada vez menor de complicações (RIELLA, 2003). As exigências para iniciar a hemodiálise incluem, um acesso à circulação do paciente, máquina de diálise e dialisador com membrana semipermeável, banho de diálise apropriado, um tempo, cerca de 4 horas, por três vezes na semana e o local (NETTINA, 2007).

Quanto ao ambiente da unidade de hemodiálise, deve seguir todas as normas da resolução RCD nº 154, de 15 de junho de 2004 que estabelece o regulamento técnico para o funcionamento dos serviços de diálise.

Para realizar a hemodiálise é necessário implantar no cliente uma fístula arteriovenosa ou um cateter duplo lúmen em subclávia ou jugular interna ou uma fístula artificial externa (draft), sendo um processo em que ocorre a extração das substâncias nitrogenadas tóxicas do sangue, onde é desviado do cliente para um aparelho, chamado dialisador, em que é limpo e, em seguida devolvido ao cliente e, além disto, remover o excesso de água. Este método é utilizado em pacientes com insuficiência renal crônica, evitando a morte, porém não cura a doença renal, e também naqueles agudamente enfermos que necessitam da diálise em um curto período de tempo (PEDROSO & OLIVEIRA, 2007; SMELTZER & BARE, 2005).

Este método é contraindicado em clientes que apresentam coagulopatias, devido à heparinização do circuito extracorpóreo, a hemodiálise pode ser dificultada em clientes com débito cardíaco extremamente baixo ou que são sensíveis a alterações abruptas no estado volumétrico, nestes casos deve ser feita outra escolha do método de diálise (MORTON et al., 2007; NASCIMENTO & MARQUES, 2005).

As sessões de hemodiálise podem ser acompanhadas de diversos tipos de intercorrências clínicas, como: câibras, que podem ocorrer ao final da diálise quando os líquidos e eletrólitos deixam o espaço extracelular; desequilíbrio; as disritmias, que podem resultar das alterações nos eletrólitos e no pH ou devido a remoção dos antiarrítmicos durante a diálise; dor torácica, que pode ocorrer em clientes com anemia ou cardiopatia arterioesclerótica; hipotensão, que pode ser representada por

taquicardia, náuseas, vômitos e sudorese. Estas intercorrências podem associar-se a hemorragias, trombose, desordens osmolares e arritmias. No caso de febre, calafrios, precordialgia e dispnéia em diálise que podem ser precipitadas por bactérias ou produtos bacterianos cuja origem pode estar na água, no reuso, ou mesmo nas soluções de infusão venosa, para isto faz-se o tratamento com antipiréticos e, após as coletas de amostras para hemoculturas utiliza-se antibióticos (RIELLA, 2003; SMELTZER & BARE, 2005).

Ao longo das sessões de hemodiálise, através do acesso vascular do cliente, permite com que o sangue seja removido, limpo e devolvido ao sistema vascular do cliente, em velocidades entre 200 e 800 ml/min. Há vários tipos de acessos disponíveis, como cateteres subclávio, jugular interno e femoral, mais utilizados em casos de hemodiálise aguda e removidos quando não mais necessários. Outro tipo é a fístula, mais permanente, criado por meio cirúrgico ao unir (anastomosar) uma artéria a uma veia, esta leva 4 a 6 semanas após a cirurgia para ser utilizada, um período que permite a cicatrização (MORTON et al., 2007; NETTINA, 2007; SMELTZER & BARE, 2005).

O enxerto criado ao interpor, por via subcutânea, um material de enxerto biológico, semibiológico ou sintético entre uma artéria e uma veia, geralmente são colocados no antebraço, braço ou coxa, neste caso as complicações mais comuns são infecções e trombose. E as complicações mais recorrentes do acesso vascular são infecções, coágulo no cateter, trombose ou estenose da veia central, estenose ou trombose, isquemia da mão e aneurisma ou pseudo-aneurisma (KAWAMOTO & FORTES, 1997; NETTINA, 2007).

Dependendo da condição do cliente, a diálise é mantida por 3 a 5 horas e ao final da sessão de hemodiálise, assim como no início, amostras de sangue são coletadas e enviadas para análise, o sangue remanescente no dialisador é devolvido ao cliente e as agulhas são retiradas do local de acesso venoso (BOUNDY, 2004).

2. TIPO DE QUESTIONÁRIO

Os questionários utilizados no estudo foram o instrumento genérico SF-36, o Kidney Disease and Quality-of-Life Short-Form (KDQOL-SF™) e o módulo WHOQOL-BREF.

O instrumento genérico SF-36 é uma versão em português do Medical Out comes Study 36 – Item shortform health survey, traduzido e validado por Ciconelli (1997). O SF-36 é um questionário genérico, com conceitos não específicos para uma determinada idade, doença ou grupo de tratamento e que permite comparações entre diferentes patologias e entre diferentes tratamentos.

De acordo com Martinez (2002), o questionário considera a percepção dos indivíduos quanto ao seu próprio estado de saúde e contempla os aspectos mais representativos da saúde. Questionário de fácil administração e compreensão, do tipo auto-aplicável. Segundo Ware, Gandek, IQOLA, Project Group o SF-36 é um questionário multidimensional formado por 36 itens, englobados em 8 escalas ou componentes: capacidade funcional (10 itens), aspectos físicos (4 itens), dor (2 itens), estado geral de saúde(5 itens), vitalidade (4 itens), aspectos sociais (2 itens), aspectos emocionais (3 itens), saúde mental (5 itens) e mais uma questão de avaliação comparativa entre as condições de saúde atual e de um ano atrás. Avalia tanto aspectos negativos de saúde (doença ou enfermidade), como aspectos positivos (bem-estar). Os dados são avaliados a partir da transformação das respostas em escores escala de 0 a 100, de cada componente, não havendo um único valor que resuma toda a avaliação, resultando em um estado geral de saúde melhor ou pior.

O Kidney Disease and Quality-of-Life Short-Form (KDQOL-SF) é um instrumento específico que avalia doença renal crônica terminal, aplicável a pacientes que realizam algum tipo de programa dialítico. É um instrumento auto-aplicável de 80 itens, divididos em 19 escalas, que levam aproximadamente 16 minutos para serem respondidos. O KDQOL inclui o MOS 36 Item Short-Form Health Survey (SF-36) como uma medida genérica e é suplementado com escalas do tipo multi-itens, voltadas para as preocupações particulares dos pacientes renais crônicos. (HAYS et. al, 1997; WARE et. Al, 1992).

De acordo com Fleck et al (2000), o módulo WHOQOL ((World Health Organization Quality of Life) é constituído de 26 perguntas (sendo a pergunta numero 1 e 2 sobre a qualidade de vida geral), as respostas seguem uma escala de Likert (de 1 a 5, quanto maior a pontuação melhor a qualidade de vida). Fora essas

duas questões (1 e 2), o instrumento tem 24 facetas as quais compõem 4 domínios que são: físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente. Este questionário é sobre como o indivíduo se sente a respeito de sua qualidade de vida, saúde e outras áreas de sua vida.

3. PROCESSOS METODOLÓGICOS

O estudo teve uma abordagem quali-quantitativa, do tipo exploratório, ou seja, um estudo em cima de materiais já elaborados, como livros e artigos científicos. A pesquisa quantitativa segue através de uma informação numérica que resulta de mensuração formal e analisada com procedimentos estatísticos, procurando verificar e explicar sua influencia sobre outras variáveis, mediante a análise da frequência de incidência e de correlações estatísticas, o pesquisador descreve, explica e prediz, envolvendo uma progressão relativamente linear de tarefas (CERVO & BERVIAN, 1983; CHIZZOTTI, 2001; GIL, 1999; POLIT, BECK & HUNGLER, 2004).

A pesquisa qualitativa quer fazer jus à complexidade da realidade, permitindo uma investigação da constância, da estabilidade, da ordem e das relações causais explicativas dos fenômenos, exigindo com que o pesquisador se envolva intensamente, permanecendo em geral no campo por longos períodos de tempo. Neste estudo será útil a adição dos termos quantitativos para melhorar o delineamento, porém o alvo dos estudos qualitativos é descobrir o significado e revelar realidades múltiplas (CHIZZOTTI, 2001; DEMO, 2000; POLIT, BECK & HUNGLER, 2004).

Respondemos aos objetivos específicos através da busca por meio de dados obtidos em estudos literários e artigos científicos provenientes do LILACS, BDEFN, MEDLINE e SCIELO nos últimos 10 anos. Foram encontrados 144 artigos em relação ao tratamento dialítico, foram feito análise exploratória destes artigos, dos quais fizemos recortes e, 17 artigos estavam aptos ao nosso estudo. Destes artigos analisados Foram oito artigos que utilizam o questionário instrumento genérico SF-36, três artigos utilizaram o Mini exame de estado mental e *Kidney Disease ande quality of Life-Short Form (KDQOL-SFTM)*, dois artigos utilizaram o questionário WHOQOL e quatro artigos avaliaram a qualidade de vida fazendo estudos de campo

de forma exploratória, observando os sintomas e analisando as percepções dos próprios pacientes.

Para que com tudo isto possa responder o problema de pesquisa apresentado: Como esta sendo realizado o processo de análise da qualidade de vida dos pacientes renais crônicos submetidos à hemodiálise?

4. RESULTADO E DISCUSSÕES

O resultado obtido foi organizado e realizado, baseado na análise dos artigos encontrados em relação à qualidade de vida dos pacientes em tratamento hemodialítico, aos quais foram feitos recortes dos pontos mais importantes para o nosso estudo. Foram então excluídas os temas que não apresentam relação com o estudo em questão.

Dos recortes realizados o estudo foi dividido em quatro temáticas, sendo elas: A: Instrumento Genérico SF-36; B: Questionário “Kidney Disease and Quality-of-Life Short-Form (KDQOL-SF)”; C: Questionário “Whoqol (World Health Organization Quality of Life)”; e D: Estudo Exploratório

A. CATEGORIA- A: INSTRUMENTO GENÉRICO SF-36

Nesta categoria foram encontrados oito artigos quanto à qualidade de vida de pacientes submetidos à hemodiálise.

Autor	Ano	Título	Resumo
Mônica de Castro et al.	2003	Qualidade de vida de pacientes com insuficiência renal crônica em hemodiálise avaliada através do instrumento genérico sf-36.	Objetivo: Analisar a qualidade de vida dos pacientes com diferentes tempos de hemodiálise. Métodos: O estudo constou de uma entrevista com aplicação do SF-36, coleta de dados demográficos e socioeconômicos, obtenção das principais características clínicas e coleta de dados bioquímicos. Verificou-se correlação negativa entre idade e capacidade funcional, aspectos físicos, dor e vitalidade; entre tempo de hemodiálise e aspectos emocionais. Por outro lado, constatou se correlação positiva entre escolaridade e aspecto emocionais e entre hemoglobina e vitalidade. Conclusões: O SF-36 foi um bom instrumento para avaliar qualidade de vida de pacientes em hemodiálise.

Autor	Ano	Título	Resumo
Paulo Roberto Santos	2006	Relação do sexo e da idade com nível de qualidade de vida em renais crônicos hemodialisados.	A taxa de mortalidade estacionada na última década e o aumento da prevalência de idosos entre hemodialisados motivaram o presente estudo que teve por objetivo determinar a relação do sexo e da idade com o nível de qualidade de vida (QV) em portadores de insuficiência renal crônica sob terapia hemodialítica. Métodos: em uma amostra de 107 indivíduos submetidos à hemodiálise regular em uma Unidade de Diálise no interior do estado do Ceará, utilizou o Medical Outcomes Study Questionnaire 36-Item Short Form Health Survey (SF-36). Conclusão: o sexo não se relacionou com o nível de QV entre renais crônicos hemodialisados, enquanto que existiu correlação linear e negativa entre idade e as dimensões pertencentes ao aspecto físico da QV.
Paulo Roberto Santos, et al.	2007	Mudança do nível de qualidade de vida em portadores de insuficiência Renal crônica terminal durante seguimento de 12 meses.	Objetivo: Entre as doenças crônicas, a insuficiência renal crônica terminal (IRCT) se destaca no impacto negativo sobre a qualidade de vida (QV). O estudo teve como objetivo verificar mudança de QV em portadores de IRCT em hemodiálise durante 12 meses e identificar variáveis associadas com piora ou melhora de QV. Métodos: A amostra foi constituída por uma coorte de 93 pacientes de uma mesma unidade hospitalar localizada no interior do Ceará, Brasil. Conclusão: Maior tempo em diálise se associou com melhora de aspectos mentais de QV em portadores de IRCT. Adaptação psicológica, como ocorre em outras doenças crônicas, poderia ser a explicação para esse resultado.
Marina Stela Cunha, et al	2009	Avaliação da capacidade funcional e da qualidade de vida em pacientes renais crônicos submetidos a tratamento hemodialítico.	Este estudo visou avaliar a capacidade funcional e a qualidade de vida em pacientes com incapacidade renal crônica (IRC) submetidos a tratamento hemodialítico e verificar possíveis correlações entre essas variáveis clínicas e idade, índice de massa corpórea (IMC) e tempo de hemodiálise. Dezesesseis pacientes com IRC foram submetidos à avaliação da capacidade funcional pelo teste de caminhada de seis minutos (TC6'), mensuração das pressões inspiratória e expiratória máxima, e pela aplicação da escala de severidade da fadiga. Também responderam ao questionário SF-36, sobre qualidade de vida relacionada à saúde (QV). Os resultados sugerem que, com pouca interferência da idade e do tempo de hemodiálise, pacientes com IRC submetidos a tratamento hemodialítico apresentam prejuízos na capacidade funcional e na QV.
Valquiria Greco Arenas, et al	2009	Qualidade de Vida: comparação entre diálise peritoneal automatizada e hemodiálise	Avaliar a Qualidade de Vida relacionada à saúde em pacientes submetidos à Diálise Peritoneal Automatizada (DPA) e Hemodiálise em um centro de diálise satélite no Município de São Paulo. Métodos: Este estudo observacional transversal, incluiu 101 pacientes com idade entre 18-75 anos, em terapia há mais de 90 dias e que compreenderam o questionário. Conclusão: A Qualidade de Vida foi semelhante entre as modalidades, porém o escore de Aspectos Físicos foi menor para pacientes em Diálise Peritoneal Automatizada

Autor	Ano	Título	Resumo
Simone Aparecida de Lima Condé, et al	2010	Declínio cognitivo, depressão e qualidade de vida em pacientes de diferentes estágios da doença renal crônica	Introdução: Os pacientes portadores de doença renal crônica constituem uma população de alto risco para o declínio cognitivo, pois, frequentemente, são usuários de “polifarmácias” e apresentam comorbidades como diabetes e hipertensão arterial. Objetivo: Avaliar a função cognitiva, a depressão e a qualidade de vida de pacientes em diferentes estágios da doença renal crônica. Método: Estudo transversal realizado nos meses de junho a dezembro de 2007, em 119 pacientes. Conclusão: Esses resultados evidenciam a ocorrência de déficit cognitivo nos pacientes com DRC, notadamente naqueles tratados pela hemodiálise, e sugerem a necessidade de se realizar estudos longitudinais para confirmar ou não a influência do tratamento dialítico no declínio cognitivo.
Cintia Botelho Silveira, et al	2010	Qualidade de vida de pacientes em hemodiálise em um hospital público de Belém – Pará,	Introdução: A doença renal crônica (DRC) dialítica afeta a qualidade de vida do paciente, por vezes de maneira mais intensa que outras doenças crônicas. Objetivo: Avaliar a qualidade de vida de pacientes com IRC em programa de hemodiálise ambulatorial em um hospital público de Belém – Pará. Método: O estudo baseou-se em dados coletados em entrevista, utilizando a versão brasileira do questionário SF-36. Conclusão: Os domínios analisados estiveram globalmente comprometidos na população estudada, em especial com relação aos aspectos físicos, sugerindo a influência negativa da presença de doença crônica, com tratamento prolongado, sobre esses âmbitos.
Sonia Faria Mendes Braga, et al	2011	Fatores associados com a qualidade de vida relacionada à saúde de idosos em hemodiálise	Identificar fatores associados à qualidade de vida relacionada à saúde de pacientes idosos em hemodiálise. Métodos: Estudo transversal com 223 pacientes com idade ≥ 60 anos em hemodiálise nas unidades de diálise do município de Belo Horizonte, MG, em 2008. A qualidade de vida foi avaliada utilizando o Kidney Disease and Quality of Life – Short Form (KDQOL-SF) e o Medical Outcome Survey – Short Form 36 (SF-36). Conclusões: A associação consistente com presença de doenças crônicas mostra a importância do perfil I de morbidade para a qualidade de vida dessa população. A identificação dos fatores associados, como aumento da idade, sexo feminino, número de internações e tempo de tratamento.

O estudo de Cunha e seus colaboradores (2009), demonstraram através da utilização do questionário genérico-SF36, que os pacientes com insuficiência renal crônica submetidos a tratamento hemodialítico têm a qualidade de vida afetada negativamente, apresentando diminuição da capacidade funcional.

Condé et. al (2010), analisou que os pacientes em hemodiálise apresentaram o pior desempenho nos testes cognitivos relacionados com função executiva, atenção e memória. E ressalva ainda que este declínio de habilidades cognitivas possa estar relacionado ao envelhecimento cerebral.

Braga e seus colaboradores (2011), mostraram em sua pesquisa que alguns fatores, como o aumento da idade, sexo feminino e número de internações, associaram-se ao pior escore do componente físico. A presença de doenças crônicas auto-referidas foi o fator que apresentou associação consistente com a pior qualidade de vida em todos os componentes avaliados, mostrando a importância de se conhecer o perfil de morbidade dos pacientes idosos em terapia dialítica. Outro aspecto importante observado neste estudo foi a influência negativa do tempo de tratamento no componente mental da qualidade de vida, sugerindo uma piora desses aspectos no início do tratamento dialítico.

Santos et. al, 2007, observa prejuízo na dimensão de limitação por aspectos emocionais e o componente mental resumido apresentaram variação positiva em um ano. O grupo de pacientes que apresentou variação negativa do componente mental resumido tinha menor tempo em diálise.

De acordo com o estudo de Castro et. al, (2003), houve um menor valor em relação a capacidade funcional e estado geral de saúde na qualidade de vida dos pacientes sem diabetes.

Silveira (2010), publicou que a qualidade de vida associada à saúde dos pacientes mostrou-se diminuída quanto aos aspectos físicos, em todas as faixas etárias, com relativa preservação dos domínios saúde mental, aspectos sociais e emocionais. A população masculina apresentou piores escores no que se refere a aspectos físicos e vitalidade. Em seu estudo a idade correlacionou-se negativamente com a capacidade funcional. E ressalta que os pacientes em programa de hemodiálise há mais de um ano apresentaram melhores níveis no domínio aspectos sociais e houve correlação positiva entre o tempo em diálise e a capacidade funcional.

Santos (2006), destaca em seu estudo que não houve diferença do nível de qualidade de vida no que se refere ao sexo, porém, houve correlação linear e negativa entre idade e as seguintes dimensões de qualidade de vida: capacidade funcional, limitação por aspectos físicos, dor, estado geral de saúde, vitalidade e aspectos sociais. Quando o autor se refere às dimensões sem correlação com a

idade foram encontrados danos na limitação por aspectos emocionais e saúde mental.

No estudo de Arenas et. al (2009), em diálise peritoneal demonstrou semelhança da qualidade de vida destes frente aos pacientes submetido à hemodiálise, onde o domínio dos aspectos físicos também demonstraram estar diminuído na avaliação dos pacientes em diálise peritoneal.

Baseado nestes estudos podemos perceber que Castro et al (2003), Santos (2006) e Cunha et. al (2009) evidenciaram em suas pesquisas a diminuição da capacidade funcional do paciente em tratamento hemodialítico.

Braga et.al (2011), ressalta o prejuízo mental dos paciente em início de hemodiálise, acreditamos que isto possa ser pelo impacto da terapia dialítica sobre o aspecto mental de qualidade de vida do indivíduo.

O estudo de Braga et. al (2011) e o de Santos (2006), demonstram divergência em seus resultados, visto que para Braga et. (2011), o sexo feminino reflete num maior dano ao escore físico, enquanto no estudo de Santos (2006), a diferença dos sexos não alteram os resultados finais do estudo, sendo os mesmos prejuízos em relação a qualidade de vida para ambos os sexos. E evidencia que com a idade a qualidade de vida destes pacientes começa a regredir, devido as suas condições físicas.

Outro fator bastante evidenciado nos estudos foi em relação ao prejuízo mental, que podemos perceber que quanto menor o tempo em diálise do paciente, maior o dano neste em relação a este aspecto da qualidade de vida. E estes estudos acima compravam que com o passar do tempo em tratamento hemodialítico este prejuízo já citado vai minimizando no paciente renal crônico.

B. CATEGORIA B - QUESTIONÁRIO “Kidney Disease and Quality-of-Life Short-Form (KDQOL-SF)”

Nesta categoria foram evidenciados três artigos quanto à qualidade de vida dos pacientes renais crônicos submetidos ao tratamento hemodialítico.

Autor	Ano	Título	Resumo
Gildete Barreto Lopes, et al.	2007	Comparações de medidas de qualidade de vida entre mulheres e homens em hemodiálise	Objetivo: Comparar homens e mulheres, tratados cronicamente por hemodiálise, quanto a escores de qualidade de vida relacionada com saúde (QVRS) e avaliar potenciais influências da idade e comorbidades. Métodos: Corte transversal dos dados da linha de base de 254 mulheres e 349 homens participantes do estudo PROHEMO, sendo desenvolvido em unidades de diálise de Salvador. Utilizando a versão do Kidney Disease Quality of Life Short Form (KDQOL-SF). Conclusão: Os dados indicam que em várias escalas de QVRS as mulheres tratadas cronicamente por hemodiálise apresentam menores escores do que os homens. Os menores escores de QVRS em mulheres foram observados em diferentes grupos etários, independente de comorbidades.
Luciana Kusumoto, et al.	2007	Adultos e idosos em hemodiálise, avaliação da qualidade de vida relacionada à saúde.	Objetivos: Caracterizar os adultos e idosos em hemodiálise residentes em Ribeirão Preto-SP. Avaliar e descrever as diferenças na Qualidade de Vida Relacionada à Saúde (QVRS) desses pacientes. Métodos: Estudo seccional e populacional com 194 pacientes em hemodiálise em quatro serviços de diálise do município. Os instrumentos utilizados foram: Mini Exame do Estado Mental e Kidney Disease and Quality of Life-Short Form (KDQOL-SFTM). Conclusão: A insuficiência renal crônica terminal e a hemodiálise se relacionaram com a QVRS dos adultos e idosos. Os resultados podem subsidiar a atuação dos profissionais da saúde para atender as necessidades iminentes, prevenir complicações, enfim almejar uma melhor QVRS.
Iraci dos Santos, et al	2011	Qualidade de vida de clientes em hemodiálise e necessidades de orientação de enfermagem para o autocuidado	Este trabalho relaciona necessidades de orientação de enfermagem com a qualidade de vida de clientes com doença renal crônica, em hemodiálise, considerando conceitos de Autocuidado de Orem. Método descritivo, mediante entrevista com 43 clientes de um Hospital Universitário do Rio de Janeiro, de 2008 a 2009. Foram encontradas as necessidades de orientação de enfermagem para nutrição, ingestão de líquidos, complicações da hemodiálise, anticoagulação, atividade física, de lazer e associação a grupos, concluindo-se que esses clientes encontram-se no Sistema de Autocuidado totalmente compensatório.

Lopes et. al (2007), evidencia em seu estudo níveis mais baixos de qualidade de vida em mulheres do que em homens, independente da idade e da presença de comorbidades. Ressaltamos que o sexo não seja uma característica modificável, as diferenças observadas entre homens e mulheres tratados cronicamente por hemodiálise são importantes no sentido de identificar pacientes que necessitam de cuidados específicos para melhorar a qualidade de vida.

Kusumoto e seus colaboradores (2007), demonstrou que este instrumento é capaz de avaliar a qualidade de vida de pacientes adultos e idosos em hemodiálise, sendo que em seu estudo identificou diferenças entre as dimensões para os dois grupos etários, onde os adultos demonstraram melhor qualidade de vida, segundo aspectos da saúde física, enquanto os idosos avaliaram melhor os aspectos emocionais e de relacionamento interpessoal com a equipe de saúde.

Santos et. al (2011), observou em sua pesquisa que a continuidade do tratamento hemodialítico afeta vários aspectos da vida dos clientes, em seu estudo obteve menores escores em limitações causadas por problemas da saúde física; condição de trabalho; limitações causadas por problemas da saúde emocional; capacidade funcional e sobrecarga imposta pela doença renal.

O estudo de Kusumoto et al (2007), faz evidencias diferentes das já citadas, ele demonstra em seu estudo o melhor aspecto da qualidade de vida dos pacientes em tratamento dialítico, diferentemente dos demais autores que evidenciam os aspectos negativos em relação a qualidade de vida destes pacientes., ou seja, os pontos onde os usuários apresentam mais dificuldades.

A pesquisa de Lopes et al. (2007), encontrou os mesmos resultados do estudo de Braga et al (2011), mesmo sendo em anos diferentes e utilizando questionários diferentes, ambos demonstraram uma menor qualidade de vida no sexo feminino em suas pesquisas.

C. CATEGORIA C – QUESTIONÁRIO “WHOQOL (World Health Organization Quality of Life)”

Nesta categoria foram estudados três artigos com a aplicação deste tipo de questionário para avaliar a qualidade de vida dos pacientes submetidos à hemodiálise.

Autor	Ano	Título	Resumo
Karina Higa ¹ , et al	2007	Qualidade de vida de pacientes portadores de insuficiência renal crônica em tratamento de hemodiálise.	Objetivo: Analisar a qualidade de vida de pacientes com insuficiência renal crônica, em tratamento de hemodiálise. Métodos: Trata-se de pesquisa quantitativa, realizada em uma clínica de diálise em Campinas, SP, através dos dados de identificação gerais dos sujeitos e aplicação do questionário WHOQOL-breve dividido em quatro domínios: físico, psicológico, social e meio ambiente. Conclusão: Os melhores resultados obtidos pertencem aos domínios psicológico e social, relacionados à crença na cura para a insuficiência renal crônica através de um transplante renal, proporcionando aos pacientes confiança no processo dialítico.
Angélica Yukari Takemoto, et al	2011	Avaliação da qualidade de vida em idosos submetidos ao tratamento hemodialítico	A hemodiálise afeta não só aspectos físicos, como psicológicos e sociais, com repercussão na vida pessoal e familiar. Considerando que no Brasil está ocorrendo um aumento da população idosa, esta pesquisa objetivou avaliar a qualidade de vida dos idosos com insuficiência renal crônica, submetidos ao tratamento hemodialítico. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, de caráter descritivo exploratório, com idosos de um serviço especializado em hemodiálise de Guarapuava, Paraná. Assim, a qualidade de vida desses idosos apresentou-se baixa, com variações de acordo com o domínio analisado.
Ricardo Corrêa Ferreira, et al	2011	A qualidade de vida dos pacientes renais crônicos em hemodiálise na região de Marília	Introdução: A hemodiálise é responsável por alterações significativas na qualidade de vida dos pacientes renais crônicos. Objetivo: Comparar a qualidade de vida dos pacientes em hemodiálise sem depressão (A) com aqueles com algum grau de depressão (B). Métodos: Estudo descritivo e transversal, utilizando o Inventário de Depressão de Beck (BDI) e a Escala WHOQOL-bref. Conclusão: Apesar da baixa prevalência de quadros depressivos entre os hemodialíticos, deve-se investir no suporte social, psicológico e físico para melhorar a qualidade de vida destes pacientes.

Higa et al (2007), observou que os pacientes em hemodiálise apresentaram valores médios em todos os domínios do questionário, sendo que os melhores resultados foram nos domínios psicológico e social. Destaca ainda que a maioria dos sujeitos encara o tratamento como uma modalidade dolorosa, sofrida, angustiante, com limitações físicas, sociais e nutricionais, dificultando, muitas vezes, a interação paciente-sociedade-família.

De acordo com o estudo de Ferreira e seus colaboradores (2011), há uma importância em observar os domínios da qualidade de vida que se inter-relacionam e que demonstram a importância de se investir em questões como suporte social na

melhora da saúde biopsicossocial destes pacientes. E também psicológico e físico para melhorar a qualidade de vida destes pacientes em terapia substitutiva renal.

Percebemos que os estudos dos dois autores acima citados apresentam uma divergência em relação ao aspecto psicológico dos pacientes estudados, onde o primeiro autor afirma ter resultados adequados à qualidade de vida dos clientes, enquanto o segundo autor reforça a importância de melhorar a qualidade de vida dos pacientes incentivando o investimento em questões sociais, físicas e psicológicas. Vale ressaltar que mesmo estando os pacientes com um bom aspecto psicossocial, sempre é válido investir e incentivar neste quesito para que os aspectos psicológicos dos pacientes não vierem a diminuir, e sim permanecer e aumentar a cada dia.

Para Takemoto (2011), o instrumento aplicado mostrou aptidão para avaliar a qualidade de vida da população em estudo, onde os idosos submetidos a tratamento hemodialítico apresentaram uma qualidade de vida baixa, com variações de acordo com os domínios analisados, com maior déficit no domínio físico, o qual aborda questões relativas ao estado de saúde do paciente.

Percebemos que a existência de boas relações no âmbito social, principalmente com familiares, influencia para o aumento no escore do domínio social, e que o aspecto físico como já foi avaliado em outros estudos já discutidos, é uma consequência da idade associada principalmente à doença renal crônica com suas complicações.

D. CATEGORIA D – ESTUDO EXPLORATÓRIO

Nesta categoria foram analisados três artigos referentes a qualidade de vida dos pacientes submetidos à hemodiálise, sendo que os pesquisadores fizeram uma análise baseada no estudo de campo, com observação aos sinais e sintomas apresentados, relacionando isto à qualidade de vida dos sujeitos, sem aplicação de questionário.

Autor	Ano	Título	Resumo
Elisângela de Quevedo Welter, et al.	2008	Relação entre grau de prurido e qualidade de vida de pacientes em hemodiálise,	O prurido é um sintoma frequente nos pacientes em hemodiálise. Objetivos: Avaliar o grau de prurido e sua influência na qualidade de vida dos pacientes renais crônicos em hemodiálise. Métodos - Estudo transversal com pacientes renais crônicos em hemodiálise no Complexo Hospitalar Santa Casa de Porto Alegre, que apresentassem prurido sem outras dermatoses. Utilizou-se a escala análoga visual para mensuração do grau de prurido e o questionário do Índice de Qualidade de Vida para Dermatologia. Conclusões: Neste estudo, 57% dos indivíduos não demonstraram alterações importantes na qualidade de vida relacionadas ao prurido, mas um número significativo estava na faixa de muito e extremamente alterado, o que denota a necessidade de atenção ao tratamento deste sintoma neste grupo de pacientes.
Patrícia Bezerra da Costa, et al	2010	Qualidade de vida: pacientes com insuficiência renal crônica no município de Caruaru, PE	Introdução: Qualidade de vida é uma dimensão que tem sido amplamente investigada na saúde da população, independente da faixa etária. Objetivo: Descrever as características e analisar as possíveis associações entre a Insuficiência Renal Crônica (IRC) e a qualidade de vida em uma amostra representativa de pacientes com o agravo no município de Caruaru, PE. Método: A pesquisa foi realizada nos centros de tratamentos dialíticos na cidade de Caruaru, onde toda a população com IRC é atendida (n = 192), sendo 82 pacientes do Centro Regional de Hemodiálise do Agreste (CRHA) e 110 da clínica SOS Rim – Clínica Nefrológica de Caruaru. Conclusão: Os dados indicam que pacientes com IRC apresentam diminuição na qualidade de vida graças a repercussões musculoesqueléticas, tais como câibras, fraqueza muscular e esforço físico.
Alessandra Silva da Silva, et al	2011	Percepções e mudanças na qualidade de vida de pacientes submetidos à hemodiálise	A Insuficiência Renal Crônica é um importante problema de Saúde Pública. Este estudo qualitativo, realizado em Rio Grande - RS, objetivou conhecer as percepções dos pacientes com Insuficiência Renal Crônica acerca das mudanças ocorridas em sua rotina de vida, decorrentes do tratamento de hemodiálise, identificando os elementos que influenciam a sua qualidade de vida. Restrições dos hábitos alimentares e hídricos, incapacidade ou limitação das atividades físicas, profissionais e de lazer foram as principais dificuldades identificadas. O apoio dos familiares e dos profissionais da saúde pode contribuir para a superação dessas limitações e adaptação ao novo estilo de vida.

Observamos no estudo de Welter et. al (2008), que o sintoma mais comum e que interfere na qualidade de vida dos pacientes hemodialíticos é o prurido, ocorridos nos pacientes renais crônicos afetando no seu cotidiano.

Podemos constatar no estudo de Costa (2010), que pacientes com doença renal crônica apresentam diminuição na qualidade de vida por causa das

repercussões musculó-esqueléticas, tais como câibras, fraqueza muscular e esforço físico.

Silva e seus colaboradores (2011) evidencia que no início do tratamento os pacientes apresentam diferentes sentimentos, como o de frustração, indignação e negação frente à necessidade do tratamento. Ressalta ainda que estes se modificam durante o processo de conhecimento e enfrentamento da doença pela hemodiálise. Em seus estudos foram encontrados relatos dos pacientes com dificuldades nas restrições dos hábitos alimentares e hídricos, a incapacidade ou a limitação das atividades profissionais, físicas e de lazer.

Baseado nestes estudos, podemos perceber que o estudo de campo, acaba avaliando mais os sinais e sintomas ocorridos com o paciente, estes que podem ser minimizados com medicamentos e orientações ao paciente quanto ao aparecimento de tais sintomas. Estas orientações que devem ser feita pela equipe multiprofissional da unidade de hemodiálise.

5. CONSIDERAÇÕES

Por todos os aspectos observados, compreendemos a importância da avaliação da qualidade de vida dos pacientes frente ao tratamento hemodialítico em uma unidade de hemodiálise, ao qual trouxe diversos debates deste modo de avaliar o cliente renal crônico. Ultimamente a mídia expõe muito a importância da qualidade de vida do ser humano, isto faz com que os pesquisadores busquem saber se realmente o indivíduo vem tendo uma qualidade de vida adequada, principalmente àqueles com doenças crônicas, pela impossibilidade da cura.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde a qualidade de vida é a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto de sua cultura e no sistema de valores em que vive e em relação a suas expectativas, seus padrões e suas preocupações.

A qualidade de vida trata-se de um forte indicador de avaliação dos atendimentos prestados pelos serviços de saúde, aliando o processo saúde doença com a efetividade dos procedimentos utilizados para o tratamento e reabilitação. O

diagnóstico da patologia crônica exerce um impacto no cotidiano desses indivíduos, pela mudança e acréscimo de muitas tarefas, como as transformações das relações sociais, o tratamento a serem seguidas, as possíveis alterações na aparência pessoal, entre outros aspectos. A avaliação da qualidade de vida tem se tornado recentemente um importante indicador de saúde e bem-estar dos pacientes portadores de doença renal. (TAKEMOTO et. al, 2011; BRAGA et. al, 2011)

Percebemos que a qualidade de vida é afetada no início do tratamento hemodialítico e principalmente com o passar do tempo, por isto é importante avaliar sempre esta qualidade de vida do paciente renal crônico, para que seja realizado imediatamente as intervenções para minimizar os danos causados ao paciente renal. Podemos evidenciar que há uma grande necessidade de autocuidado, estas que devem ser orientadas aos pacientes pelos enfermeiros da instituição, para que possam ser instituídas desta forma, ações que melhorem sua sobrevivência.

Sugere-se a partir disto o desenvolvimento da orientação de enfermagem para o autocuidado, em consulta de enfermagem, visando promover a qualidade de vida dos clientes, fazendo com que os enfermeiros apliquem a sistematização da assistência de enfermagem nos indivíduos em tratamento hemodialítico e possam perceber as alterações apresentadas por eles o mais precocemente possível, minimizando assim possíveis complicações.

Neste estudo podemos observar que o método mais utilizado para avaliar a qualidade de vida dos pacientes hemodialíticos é o instrumento genérico SF-36, este por ser mais fácil de aplicar aos pacientes, e um melhor entendimento em relação ao questionário e pesquisador. Os demais métodos são utilizados em menor proporção em relação ao já citado que é o questionário “Kidney Disease and Quality-of-Life Short-Form (KDQOL-SF)”, o questionário “Whoqol (World Health Organization Quality of Life)”, estes foram recentemente traduzidos em português, entanto podemos evidenciar que os estudos começaram a surgir a partir de 2007. E além destes, tem o estudo de campo, com observação, o qual o pesquisador vai a unidade de hemodiálise analisar os aspectos que alteram a qualidade de vida do indivíduo.

Podemos notar a diferença entre os estudos quando se aplica ou não questionário, sendo que com a utilização dos questionários há um foco maior ao paciente, com uma visão holística do todo, enquanto o estudo exploratório analisa as intercorrências durante as sessões de hemodiálise, então acreditamos que possa investir mais na avaliação da qualidade de vida do paciente renal crônico com aplicação de questionário e visita de campo, os dois juntos que enriquecerão a pesquisa como um todo.

Esperamos que este estudo possa contribuir e conscientizar aos profissionais de enfermagem e os gestores que atuam em uma unidade de hemodiálise quanto à importância da avaliação da qualidade de vida destes usuários. Por meio disto sugerimos que mais trabalhos quanto a esta modalidade sejam incentivados, realizados e publicados para que se tornem conhecidos e que todos os enfermeiros possam fomentar debates e nortear suas ações de enfermagem, a fim de melhorar a qualidade de vidas dos pacientes em relação ao atendimento da equipe.

REFERÊNCIAS

ARENAS, Valquiria Greco et al. Qualidade de Vida: comparação entre diálise peritoneal automatizada e hemodiálise. **Acta Paulista de Enfermagem**. São Paulo-SP, v.22(Especial-Nefrologia), p.535-9. 2009.

BRAGA, Sonia Faria Mendes et al. Fatores associados com a qualidade de vida relacionada à saúde de idosos em hemodiálise. **Revista Saúde Pública**. Belo Horizonte-MG, v.45, n.6, p.1127-36. 2011.

BRASIL. In: DATA SUS. **Banco de dados do Sistema Único de Saúde**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?idb2009/d22.def>>. Acesso em: 20 de setembro de 2012 às 15h 34min.

BRASIL. **Organização Mundial da Saúde no Brasil**. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/promocao/uploadArq/Alma-Ata.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2012 às 21h49min.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996. **Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Disponível em:

<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm>. Acesso em: 01 de outubro de 2012 às 21h 15min.

CABRAL, Poliana Coelho; DINIZ, Alcides da Silva; ARRUDA, Ilma, K. Grande de. Avaliação nutricional de pacientes em hemodiálise. **Revista de nutrição**, Campinas-SP, 18(1), p.29-40, jan./fev. 2005.

CASTRO, Mônica de et al. Qualidade de vida de pacientes com insuficiência renal crônica em hemodiálise avaliada através do instrumento genérico SF-36. **Revista Associação Médica Brasileira**. São Paulo-SP, v.49, n.3, p.245-9. 2003.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica: para o uso dos estudantes universitários**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CICONELLI, Rozana Mesquita. **Tradução para o português e validação do questionário genérico de avaliação de vida “medical out comes study 36 – item short – form health survey (SF-36)**. São Paulo; 1997. [Tese de Doutorado – Escola Paulista de Medicina de São Paulo da Universidade Federal de São Paulo].

CONDÉ, Simone Aparecida de Lima et al. Declínio cognitivo, depressão e qualidade de vida em pacientes de diferentes estágios da doença renal crônica. **Jornal Brasileiro de Nefrologia**. Rio de Janeiro, v.32, n.3, p.242-248. 2010.

CONSTITUIÇÃO. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 10 de outubro de 2013 às 14h 11min.

COSTA, Patrícia Bezerra da et al. Qualidade de vida: pacientes com insuficiência renal crônica no município de Caruaru, PE. **Fisioter. Mov.**, Curitiba, v. 23, n. 3, p. 461-471, jul./set. 2010.

CUNHA, Marina Stela et al. Avaliação da capacidade funcional e da qualidade de vida em pacientes renais crônicos submetidos a tratamento hemodialítico. **Fisioterapia e Pesquisa**. São Paulo, v.16, n.2, p.155-60, abr./jun. 2009.

- DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.
- FERREIRA, Ricardo Corrêa; Filho, Carlos Rodrigues da Silva. A qualidade de vida dos pacientes renais crônicos em hemodiálise na região de Marília, São Paulo. **Jornal Brasileiro de Nefrologia**. Marília-SP, v. 33, n.2, p.129-135. 2011.
- FLECK, MPA et al. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". **Revista de saúde pública**, 2000, 34(2):178-183
- FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. 15.ed. ref. e atual. Porto Alegre: 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HAYS, RD, KALLICH JD, MAPES DL, COONS SJ, AMIN N, CARTER, WB. Kidney Disease Quality of Life Short Form (KDQOL-SF). **Version 1.3: a manual for use and scoring**. Santa Monica: RAND/P-7994; 1997. p.1-39.
- HIGA, Karina et al. Qualidade de vida de pacientes portadores de insuficiência renal crônica em tratamento de hemodiálise. **Acta Paulista de Enfermagem**. Araras – SP, v.21(Número Especial), p. 203-6. 2007.
- KAWAMOTO, Emília Emi; FORTES, Julia Ikeda. **Fundamentos de Enfermagem**. 2.ed.rev. e atual. São Paulo: EPUB, 1997.
- KUSUMOTO, Luciana et al. Adultos e idosos em hemodiálise: avaliação da qualidade de vida relacionada à saúde. **Acta Paul Enfermagem**, [s.l.], 21(número especial): p.152-9, 2008.
- LOPES, Gildete Barreto et al. Comparações de medidas de qualidade de vida entre mulheres e homens em hemodiálise. **Revista da Associação Médica Brasileira**. Salvador-BA, v.53, n.6, p.506-9. 2007.
- MARTINEZ, M. C. **As relações entre a satisfação com aspectos psicossociais no trabalho e a saúde do trabalhador**. São Paulo; 2002. [dissertação de mestrado – programa de pós-graduação do departamento de

saúde ambiental da faculdade de saúde pública da universidade de São Paulo].

NETTINA, M. Sandra. **Brunner, Prática de Enfermagem**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.v.2.

POLIT Denise F.; BECK, Cheryl; HUNGLER, Bernadette P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTOS, Iraci dos et al. Qualidade de vida de clientes em hemodiálise e necessidades de orientação de enfermagem para o autocuidado. **Escola Anna Nery**. Rio de Janeiro-RJ, v.15, n.1, p.31-38. Jan./mar.2011.

SANTOS, Paulo Roberto; PONTES, Lígia Regina Sansigolo Kerr. Mudança do nível de qualidade de vida em portadores de insuficiência renal crônica terminal durante seguimento de 12 meses. **Revista da Associação Médica Brasileira**. Fortaleza, v.53, n.4, p.329-34. 2007.

SANTOS, Paulo Roberto. Relação do sexo e da idade com nível de qualidade de vida em renais crônicos hemodialisados. **Revista da Associação Médica Brasileira**. v.52, n.5, p. 356-9. 2006.

SILVA, Alessandra Silva da, et al. Percepções e mudanças na qualidade de vida de pacientes submetidos à hemodiálise. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, 64(5): p. 839-44, set-out, 2011.

SILVEIRA, Cintia Botelho et al. Qualidade de vida de pacientes em hemodiálise em um hospital público de Belém – Pará. **Jornal Brasileiro Nefrologia**. Belém-PA, v.32, n.1, p.39-44. 2010.

TAKEMOTO, Angélica Yukari et al. Avaliação da qualidade de vida em Idosos submetidos ao tratamento hemodialítico. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre (RS): 32(2), p. 256-262, jun, 2011.

WARE JE, Sherbourne CD. The MOS 36 Item Short-Form Health Survey (SF-36). I. **Conceptual framework and item selection**. Med Care 1992; 30:473-83.

WELTER, Elisangela de Quevedo. Relação entre grau de prurido e qualidade de vida de pacientes em hemodiálise. **Anais Brasileiros de Dermatologia**. Porto Alegre-RS. V.83, n.2, p.137-40. 2008.

Submetido em: 09 de julho de 2018

Aceito em: 08 de janeiro de 2019

PRÁTICAS E SABERES DOS CUIDADORES DE IDOSOS COM ALZHEIMER: A INVISIBILIDADE DO ENFERMEIRO

Arlane Silva Carvalho Chaves¹
Layane Mota de Jesus²
Dayana Arruda Lopes³
Carlos Mendes Rosa⁴
Ruhena Kelber Abrão⁵

Resumo: A Doença de Alzheimer (DA) é uma patologia neurodegenerativa, progressiva e integrante do grupo das mais comuns e importantes doenças em idosos, as demências. Ela está relacionada com o declínio progressivo e funcional e à perda gradual da autonomia, o que ocasiona aos indivíduos afetados a dependência total de outras pessoas. Objetivou-se com esse estudo conhecer a visão do familiar cuidador do portador da Doença de Alzheimer sobre a assistência do enfermeiro através das visitas domiciliares. O interesse pela realização do estudo partiu da convivência com um familiar portador da Doença de Alzheimer, pois pude perceber que a falta de conhecimento do familiar cuidador sobre a doença, processos corretos de cuidado, bem como a ausência da assistência dos profissionais de enfermagem, através das visitas domiciliares, impossibilitam uma melhor qualidade na vida dos pacientes. Trata-se de um estudo de natureza descritiva com abordagem qualitativa, desenvolvido na cidade de Grajaú-MA, para o qual foram entrevistados, por meio de um roteiro de entrevista semi-estruturado, cinco (05) cuidadores de portadores da Doença de Alzheimer. Os entrevistados foram escolhidos segundo os critérios: ser cuidador familiar há mais de um ano e aceitar participar da pesquisa, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os resultados encontrados demonstram que o cuidador familiar possui conhecimento limitado sobre a doença, ausência da assistência do enfermeiro através das visitas domiciliares, falta de orientações do enfermeiro ou outros profissionais da saúde ao cuidador familiar, dificuldade maior de lidar com a doença por não compreender a sua magnitude bem como a necessidade de uma equipe estruturada na Estratégia de Saúde da Família. Neste sentido, consideramos essencial que o enfermeiro, no desenvolvimento das suas funções frente à equipe de saúde pública, dê ênfase no atendimento domiciliar, de modo a garantir ao cuidador do idoso com DA, mais informações referentes à forma correta de cuidar, e consequentemente contribuir para a melhoria na qualidade de vida desse idoso.

Palavras-chave: Doença Alzheimer. Familiar Cuidador. Visita Domiciliar.

Abstract: Alzheimer's disease (AD) is a neurodegenerative, progressive and a member of the group of the most common and important diseases in the elderly, dementia. It is related to the progressive decline and functional and the gradual loss of autonomy, which causes affected individuals to total dependence on others. The objective of this study was to know the vision of family caregivers of Alzheimer's disease carrying on nursing care through home visits. The interest in the study came from a family member living with Alzheimer's disease carrier, because I realized that the lack of knowledge of family caregivers about the disease,

¹ Professora Assistente da Universidade Federal do Maranhão.

² Professora Mestre da Universidade do Maranhão.

³ Enfermeira.

⁴ Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins.

⁵ Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins.

correct processes of care, and lack of care of nursing through home visits preclude a better quality of life in patients. This is a descriptive study with a qualitative approach, developed in the city of Grajaú - MA, for which they were interviewed using a semi - structured interview organizing five (05) caregivers of people with Alzheimer's disease. The interviewees were chosen according to the criteria: being a family caregiver for over a year and take part in the study by signing the consent form. The results demonstrate that the caregiver has limited knowledge about the disease, lack of care through nursing home visits, lack of guidance from nurses or other health professionals to family caregivers, greater difficulty of dealing with the disease do not understand its magnitude as well as the need for a structured team in the Family Health Strategy. We consider it essential that nurses in the development of their functions across the public health staff, focus on home care, to ensure the caregivers of the elderly with AD, more information regarding the proper way to care for, and consequently contribute to improvement in quality of life that old.

Keywords: Alzheimer's. Family Caregiver. Home Visit Nurses.

1 INTRODUÇÃO

Alzheimer é uma doença que acomete, principalmente, a população acima de 60 anos de idade. Geralmente surge sem explicação e finda por transformar para o resto da vida o destino do portador. Segundo Machado (2002) é uma doença neurodegenerativa progressiva, irreversível, heterogênea nos seus aspectos etiológico, clínico e neuropatológico, com início insidioso e caracterizado por perdas graduais da função cognitiva e distúrbio do comportamento e do afeto.

Abraz (2012) afirma que a causa da doença ainda é desconhecida e sem chances de cura, sabendo apenas que existe uma diminuição dos níveis de acetilcolina e o aumento da proteína Beta-amilóide, que causa a morte dos neurônios. Quanto ao diagnóstico, não há um teste específico que estabeleça de modo inquestionável a doença, este só pode ser realizado de modo preciso por exame do tecido cerebral, por biópsia ou necropsia.

Estudos revelam que ainda não existem medicamentos que sejam suficientes para curar a doença, mas vários fármacos foram lançados no mercado, alguns não surtiram efeito, outros conseguiram apenas amenizar transtornos possíveis que o paciente venha a adquirir, sem produzir a cura.

De acordo com Corrêa (1996 apud COSTA et al, 2008) esta patologia é a quarta causa de morte em adultos, sendo a mais comum entre as demências, ocorre após os 65 anos, principalmente em mulheres. Acomete pelo menos 5% dos idosos com mais de 65 anos, 15 a 20% após os 80 anos e 40 a 50% após os 90 anos de

idade. A doença de Alzheimer é um evento que provoca dependência à medida que compromete as funções cognitivas e motoras do idoso portador, e ainda que não gere uma dependência hospitalar não dispensa cuidados domiciliares e assistência de uma equipe de profissionais da saúde por meio das Unidades Básicas de Saúde - UBS.

Diante disso, entendemos que existe imperiosa necessidade de o enfermeiro, como profissional responsável pela equipe, compreender as fases do processo degenerativo provocado pela doença, como também adquirir conhecimentos no que diz respeito aos cuidados necessários aos idosos demenciados para prestar uma assistência efetiva e, sobretudo, para que saibam orientar o cuidador

Caldas (2002) corrobora que é necessário que o cuidador receba orientações do enfermeiro e as utilize como planos centrados na ação para mudar ou modificar o ambiente e as situações sempre que possível, adequando-as de acordo com suas necessidades.

Segundo Cruz e Hamdan (2008) cuidador é uma pessoa diretamente responsável pelos cuidados do paciente, normalmente sendo a esposa, um dos filhos, outro parente ou ainda uma pessoa contratada para a função. Conforme a doença evolui, o cuidado vai se tornando cada vez mais complexo, pois o doente fica impossibilitado de cuidar de si próprio e exige cuidados que vão desde a sua higiene pessoal até a administração da casa.

O ato de cuidar vai exigir do cuidador um envolvimento intenso e uma parcela significativa de seu tempo, por um período indeterminado. Também são necessárias tomadas de decisões que atingem diretamente o idoso.

Devido à sobrecarga de trabalho gerada pela condição de saúde do idoso demenciado, o cuidado dispensado pode se tornar ineficaz, pois o cuidador prestará assistência necessária somente aos cuidados básicos, esquecendo que este portador necessita também de cuidados baseados na patologia que ajudem a minimizar os efeitos danosos desta. Este cuidado deve ser diferenciado do idoso não demenciado, pois este, mesmo que seja dependente e necessite de cuidados integrais, ainda assim possui a capacidade de raciocínio e também de tomar decisões a respeito de si.

São de extrema importância e necessárias orientações específicas para o cuidador, a fim de que sejam mais facilmente encontradas alternativas que visem à

solução ou à diminuição de efeitos danosos advindos com a doença; que a assistência prestada seja eficaz ao tratamento e que ele possa, dessa forma, estar apto para saber como proceder nas situações mais difíceis encontradas no dia a dia.

A realização deste estudo foi impulsionada da convivência com um portador da Doença de Alzheimer em minha família por 08 anos, pois pude perceber que a falta de conhecimento do familiar cuidador sobre a doença, processos corretos de cuidado, bem como a ausência da assistência dos profissionais de enfermagem, através das visitas domiciliares, impossibilitam uma melhor qualidade na vida dos pacientes (BARZAN, LUZ, 2007).

Diante disso, este estudo teve por objetivo conhecer a visão do familiar cuidador do paciente portador da Doença de Alzheimer sobre a assistência do enfermeiro através das visitas domiciliares. Para tanto foram utilizadas as seguintes questões norteadoras para atingir o objetivo proposto: O familiar/cuidador recebe assistência de uma equipe de saúde? O cuidador recebe orientações sobre os cuidados aos idosos portadores da Doença de Alzheimer? Quais as atividades desenvolvidas e dificuldades sentidas pelo familiar na prática do cuidado ao idoso portador de doença de Alzheimer no domicílio? Como o familiar/cuidador percebe a atuação do enfermeiro, no que tange ao auxílio/orientações, para cuidado do paciente com Doença de Alzheimer através das visitas domiciliares? O cuidador tem sugestões para implementar a assistência do enfermeiro ao portador de doença de Alzheimer no domicílio?

Como recursos metodológicos utilizou-se a abordagem qualitativa de caráter descritivo. A pesquisa foi realizada nos mês de Julho de 2013. Foram entrevistados, pela pesquisadora, 05 cuidadores de portadores da doença de Alzheimer, residentes na cidade de Grajaú/MA.

Os resultados demonstram que o cuidador familiar possui conhecimento limitado sobre a doença, ausência de assistência do enfermeiro através das visitas domiciliares, falta de orientações do enfermeiro e de outros profissionais da saúde, acresce-se a isso as dificuldades em lidar com a doença por não compreender a sua magnitude bem como a necessidade de uma equipe estruturada na Estratégia de Saúde da Família.

A realização deste trabalho torna-se relevante para a área de enfermagem e afins, que ainda desconhecem as questões que afligem estes familiares que cuidam

de idosos portadores da Doença de Alzheimer. Além disso, por existirem poucas pesquisas que demonstrem a visão do familiar cuidador do paciente portador da Doença de Alzheimer sobre a assistência do enfermeiro através das visitas domiciliares, os resultados poderão contribuir para ampliar a literatura existente sobre a temática.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de campo descritiva de abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2008) a pesquisa que se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa qualitativa alia as naturezas científicas e artísticas da enfermagem para buscar a compreensão da experiência humana. Então, os problemas que aparecem no dia-a-dia podem ser estudados de forma privilegiada, pois o enfermeiro é também um participante do cenário investigado. Este é um método que se vem constituindo cada vez mais atraente de indagação, adequado à descrição (POLIT; HUNGLER, 2004).

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Sendo assim, pode assumir diversas formas, entre as quais se destacam os estudos descritivos, que consistem na descrição das características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada (CERVO; BERVIAN, 2002).

Este tipo de pesquisa se mostra adequada ao objeto deste estudo, uma vez que não se constitui em um conjunto de técnicas ou métodos fechados, mas compreende uma abordagem flexível, abrindo espaço para que se possa ter uma compreensão e visibilidade da assistência do enfermeiro através das visitas domiciliares por meio da visão do familiar cuidador do paciente portador da doença de Alzheimer.

3.2 Cenário da Pesquisa

A pesquisa se desenvolveu na Cidade de Grajaú-MA, localizada às margens da BR 226, a 580 km da Capital São Luís, pertencendo à Mesorregião Centro Maranhense, e Microrregião do Alto Mearim e Grajaú. O município possui uma área de 8.831 km² e população de 62.093 habitantes (IBGE, 2010), onde atuam 13 Equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF).

As entrevistas aconteceram nas residências dos familiares cuidadores dos pacientes portadores da doença de Alzheimer de acordo com a disponibilidade, pois este cenário nos proporcionou uma análise dos aspectos que independem da comunicação verbal. Com isso, a dinâmica do local contribuiu para o enriquecimento do estudo.

3.3 Sujeitos da Pesquisa

Foram entrevistados 05 cuidadores membros da família de portadores da doença de Alzheimer, residentes na cidade de Grajaú/MA. Para realização da entrevista, foram adotados os seguintes critérios: ser cuidador familiar há mais de um ano e aceitar participar da pesquisa, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A).

As entrevistas foram realizadas no domicílio do próprio idoso. O universo de pesquisa era composto por 07 pessoas. Deste total, foi possível entrevistar apenas 05 cuidadores, pois 02 cuidadores se recusaram participar alegando que os mesmos não tinham tempo para serem entrevistados.

3.4 Coleta de Dados e Instrumentos

A coleta dos dados começou no mês de abril com término no mês de maio, através da aplicação de um roteiro de entrevista composto por 13 questões semiestruturadas (APÊNDICE A), baseadas nas questões norteadoras das quais sete foram destinadas à caracterização do sujeito, e seis para a contemplação do objetivo proposto.

A entrevista semi-estruturada oferece flexibilidade e tende a ter uma natureza de conversação. É usada quando o pesquisador tem uma lista de tópicos que devem ser descobertos, a função do entrevistador foi encorajar e orientar os participantes a falar livremente sobre todos os tópicos, sendo utilizadas questões de fácil compreensão (POLIT; BECK, HUNGLER, 2004).

As perguntas abertas deram maior liberdade de expressão para cada sujeito. As entrevistas foram realizadas no domicílio dos cuidadores familiares, pela própria autora da pesquisa, sendo feito um agendamento prévio. As entrevistas tiveram duração média de 15 minutos e foram gravadas em um dispositivo celular mediante o consentimento dos sujeitos envolvidos.

3.5 Tratamento dos Dados

Os dados foram analisados por meio da análise temática, que segundo Minayo (2008) consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõe uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado, ou seja, vislumbra-se encontrar as respostas para as questões norteadoras desta pesquisa para, conseqüentemente, alcançar os objetivos investigados.

Passada a etapa das entrevistas, as gravações foram transcritas na íntegra, garantindo a fidedignidade das informações, para em seguida ser feita uma primeira leitura do material com o intuito de focar as questões norteadoras discutidas no estudo. Logo após, foram mapeados os discursos segundo os temas emergentes, visando à aproximação com a concretização de nosso objetivo, encerrando esta fase, com eliminação das respostas repetidas.

Finalizou-se com o agrupamento das respostas, dividindo-as em categorias e subcategorias o que permitiu a apreensão dos significados, a associação entre ideias e a captação da diversidade de pensamentos.

3.6 Aspectos Ético-Legais da Pesquisa

Para a execução deste estudo, inicialmente o projeto de pesquisa foi submetido à análise de uma banca examinadora, formada por dois professores do

Centro de Estudos Superiores de Grajaú da Universidade Estadual do Maranhão-CESGRA/UEMA.

Em seguida foi cadastrado na plataforma Brasil, a qual tem a responsabilidade de encaminhar o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa, responsável pela apreciação, sendo recebido sob a CAAE (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética) 13725613.4.0000.5554 e de comprovante 015969/2013 (ANEXO B). Sendo encaminhado e aprovado pela Comissão de Ética do Polo de Caxias da UEMA, devido à instituição anteriormente referida não possuir Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Mediante autorização da Comissão de Ética e consentimento dos sujeitos do estudo, foi realizado o levantamento de dados, em que todas as participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A), conforme recomendações da resolução N° 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, para formalizar sua concordância com a pesquisa, além de serem esclarecidas sobre os objetivos do estudo e a forma de coleta, garantindo o anonimato das informações, preservando sua identidade, através de códigos de identificação com a letra C e os numerais de 1 a 5, segundo a ordem das entrevistas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e discussões estão apresentados em duas etapas: a primeira, constando da caracterização dos sujeitos e a segunda, dos grupos e subgrupos feitos de acordo com as informações coletadas nas entrevistas com os cuidadores familiares, na qual foi analisada a visão do familiar cuidador do portador da doença de Alzheimer sobre a assistência do enfermeiro através das visitas domiciliares.

4.1 PARTE I – Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa

Dos cinco (05) cuidadores que foram entrevistados, todas são do sexo feminino, na faixa etária de 49 a 63 anos, prestando cuidados por períodos superiores há 04 anos. Das cinco (05) entrevistadas, somente uma (01) cuidadora é

aposentada, três (03) são professoras e uma (01) comerciante. No que se refere ao estado civil, quatro (04) são casadas e uma (01) solteira.

4.2 PARTE II – Grupos e subgrupos identificados

CATEGORIA A – Conhecimentos dos familiares/cuidadores sobre a Doença de Alzheimer

Segundo Grandi (1998, p.74):

“O cuidador precisa ser orientado e aconselhado adequadamente sobre “o que é essa doença” e quais as mudanças que ela causa na vida do doente e de sua família. Através do conhecimento sobre a demência, o cuidador passa a compreender que essas mudanças no comportamento do paciente não são propositais (não é culpa dele) e sim decorrente da própria doença”.

Ao questionarmos os cuidadores sobre seus conhecimentos acerca da doença, as respostas foram as seguintes:

“doença que causa perda da memória, inquietação, perguntas repetitivas, muito medo, agitação e perda de localização...” (C1).

“Acho que é uma falta na memória, eu fico muito apreensiva por não saber o que é...” (C3)

As falas evidenciam conhecimento limitado sobre a doença sendo estes mais relativos às manifestações apresentadas no curso da doença e adquiridos pela experiência no cuidado, como revela o cuidador 2.

A fala do cuidador 3 revela que a falta de conhecimento em relação à doença causa inquietação/apreensão por não saber o que é a doença e assim associá-la a algo mais complexo. Assim nota-se que a ausência de conhecimento interfere negativamente no cuidado e mesmo na relação com o paciente, já que isso limita os cuidados apenas àqueles exigidos pelas manifestações visíveis e compreensíveis (BARZAN & LUZ, 2007).

“Só fui ter conhecimento dessa doença quando minha mãe começou os sintomas e foi diagnosticado Alzheimer, mas até hoje não sei o que é

exatamente, fico até meio desesperada por ser uma doença muito agressiva” (C2).

“O Alzheimer é uma doença neurológica, degenerativa, muito agressiva” (C5).

Percebe-se que quando o cuidador familiar descobre que seu familiar encontra-se com essa demência desespera-se com facilidade, pois a Doença de Alzheimer é ainda desconhecida para muitas pessoas.

Nesse sentido é imprescindível esclarecimento sobre a doença, pois, segundo Caldas (1995), é importante atentarmos para a necessidade de o cuidador obter informações sobre a doença, assim como conhecer suas limitações e inseguranças ao prestarem os cuidados, sendo o planejamento da assistência exatamente o cerne do papel do enfermeiro enquanto profissional dentro da equipe de saúde.

CATEGORIA B - Ausência do enfermeiro nas visitas domiciliares

De acordo com as entrevistas, ao serem questionados sobre a visita domiciliar do enfermeiro pode-se notar que este não está cumprindo seu papel no que se refere às visitas domiciliares, sendo que é sabido que a Portaria 2.527 de 27 de outubro de 2011 classifica como modalidade de Atenção Domiciliar (AD), isto é, aquela que, pelas características do paciente (gravidade e equipamentos de que necessita) deve ser realizada pela Atenção Básica, com apoio eventual dos demais pontos de atenção, inclusive os Serviços de Atenção Domiciliar (compostos por equipes especializadas – EMAD/Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar e EMAP /Equipes Multiprofissionais de Apoio, cujo público-alvo é somente os pacientes em AD/Atenção Domiciliar).

As falas contidas nessa categoria elucidam que é sentida pelos familiares cuidadores a ausência deste profissional, tal como se vê nos relatos abaixo:

“Nunca tive visita nem de agente de saúde, quanto mais de enfermeiro [...]” (C3).

“Sim, do agente de saúde, uma vez por mês, e o do enfermeiro tem mais de ano [...]” (C4).

“Nunca tivemos nenhum auxílio de nenhum enfermeiro [...]” (C1).

“Nem sei quem é o enfermeiro” (C2).

“O enfermeiro nunca veio aqui em casa” (C5).

Ao profissional enfermeiro cabe realizar assistência integral aos indivíduos e família na Unidade de Saúde da Família - USF e quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários. Brasil (2010) confirma que a prescrição de cuidados pelo enfermeiro no domicílio constitui uma atividade fundamental para direcionar as ações do cuidador e da família junto à pessoa assistida.

De acordo com Brasil (2007) a visita domiciliar na estratégia de saúde da família (ESF) é uma atividade comum a todos os membros da equipe. Cabendo a estes profissionais desenvolver atividades de promoção à saúde, incluindo o incentivo às famílias no cuidado às pessoas com doenças crônicas, especialmente o Alzheimer, doença que requer ajuda tanto dos familiares como também dos profissionais de saúde.

Nessa linha, concordamos com Caldas (1995), quando destacam que o enfermeiro é um elemento-chave para um cuidado domiciliar integral ao idoso com demência, devido a sua habilidade de lidar com a saúde do idoso, com o cuidador e com a família, visando sempre à promoção de uma vida mais digna e de qualidade a todos.

Neste sentido, o cuidado do enfermeiro é imprescindível para pessoas portadoras de Alzheimer, cabendo a este realizar atividades de prevenção e inclusão, baseando-se no processo de humanização no qual se analisa o cliente como um todo, não focando somente na patologia, mas visando seus valores, princípios, ideais e atitudes, proporcionando uma melhora na qualidade de vida desses portadores de Alzheimer através da visita no seu domicílio.

CATEGORIA C – Orientações sobre a doença e realização dos cuidados

Os cuidadores dos portadores de Alzheimer, geralmente familiares, devem receber orientações e atenção do enfermeiro pertinente à doença, como também a realização dos cuidados, pois passam por um momento delicado no qual realizam cuidados diariamente sem interrupções por tratar-se de uma doença incurável e progressiva.

Diante da inexistência de visita domiciliar, apresentada na categoria anterior, os resultados obtidos nessa categoria C ficam prejudicados, uma vez que esses portadores não recebem visita domiciliar.

Essa categoria nos mostra que esses cuidadores não recebem nenhum tipo de orientação do enfermeiro ou qualquer outro profissional da saúde. Ainda assim, nota-se que, apesar de não receberem orientações por meio da equipe de saúde, em especial do enfermeiro, a busca pelo conhecimento da doença é referida, como observado na fala do C 2 e C5.

Quando os cuidadores foram indagados sobre as orientações recebidas do profissional enfermeiro, as respostas foram diretas.

“Nenhuma” (C1)

“Nenhuma, o que eu sei é porque fico me informando com as pessoas, trocando experiências [...]” (C3)

“A orientação que recebi é que tenho que conversar com ela sobre o passado, mais nem foi do enfermeiro, foi o médico que me orientou a ficar sempre fazendo perguntas pra ela, [...]” (C2)

“Eu não tive orientação de enfermeiro, eu e meu irmão fizemos um curso de cuidadores indicado pela geriatra da mamãe” (C5).

A assistência de enfermagem junto ao idoso é centrada na educação para a saúde, no cuidar com base no conhecimento do processo do envelhecimento (senescência) e senilidade e no retorno da capacidade funcional. As ações são direcionadas para um processo de reabilitação que vise ao autocuidado. É fundamental nesse processo a ação conjunta dos profissionais seus familiares no apoio a decisões dos tratamentos de cuidado de saúde oferecidos.

Segundo Pinheiro (2008), é de extrema importância a necessidade de uma orientação específica para o cuidador, a fim de que sejam mais facilmente encontradas alternativas que visem à solução ou à diminuição de efeitos danosos advindos com a doença, que a assistência prestada seja de maior eficácia ao tratamento e que ele possa, dessa forma, estar apto para saber como proceder nas situações mais difíceis encontradas no dia a dia.

Com base nos relatos percebemos que a orientação aos cuidadores é insuficiente para proporcionar uma assistência de qualidade aos idosos pelos

cuidadores. E concordando com o autor, compreendemos que o conhecimento é essencial para minimizar as complicações que a doença traz consigo.

CATEGORIA D – A ação do cuidador diante do seu familiar com Doença de Alzheimer (DA)

Os idosos portadores da DA necessitam de auxílio para a realização de várias atividades da vida diária (AVD), trata-se de alguém que realiza as tarefas que o doente não tem mais a possibilidade de executar, as quais vão desde a higiene pessoal até administração financeira. Neste sentido, a presente categoria retrata os cuidados realizados por estes cuidadores, bem como as dificuldades encontradas por estes na realização dos cuidados.

Subcategoria D1 - Cuidados realizados pelo cuidador

De acordo Born (2008), cuidador é um membro familiar, sendo a esposa (o), filha (o), irmã (ão), normalmente do sexo feminino, que é “escolhido” entre os familiares por ter melhor relacionamento ou intimidade com a pessoa idosa e por apresentar maior disponibilidade de tempo. Podemos colocar neste grupo a amiga ou vizinha, que mesmo não tendo laços de parentesco, cuida da pessoa idosa, sem receber pagamento, como voluntária.

Neste contexto, a presente subcategoria apresenta os cuidados mais comuns realizados pelos cuidadores, sendo estes: higiene corporal e oral, administração de medicamentos e alimentação.

“Assim como cuidados básicos, dar banho, ajudar a se vestir e muitas outras coisas” (C1).

“Quando ela acorda levo ao banheiro, escovo os dentes dela, troco as roupas, dou o banho, a comida e os remédios” (C2).

“Na mamãe nunca ninguém fez assepsia, quem fazia era eu, todos os domingos eu ficava sozinha com ela, e cada quinze dias eu fazia todos os processo nela, quando ela fazia as necessidades fisiológicas, eu nunca deixava de fazer o asseio, passava o óleo com semente de girassol pra prevenir escaras” (C5)

Através das respostas obtidas nesta categoria, observou-se que, para os cuidadores em geral, o que define a eficácia de seus cuidados está na capacidade de zelarem pela higiene, alimentação, medicação e supervisão destes idosos, o que faz com que estes sejam cada vez mais dependentes de seus cuidadores e sem estímulos para realizar nem mesmo atividades simples, sozinhos.

Todavia, os autores Smeltzer e Bare (2005) indicam que os cuidados vão, além disto, e englobam mudança no estilo de vida do paciente, promoção e manutenção da saúde. Sobretudo, essas medidas são complexas e de longa duração, o cuidado vai além das necessidades momentâneas apresentadas pelo idoso, à assistência tem que ser destinada às fases específicas da doença.

Por outro lado em pesquisa realizada por Costa et al (2008) sobre o conhecimento dos cuidadores familiares sobre a DA, constatou-se que pelos familiares não entenderem as peculiaridades que afligem a doença ou por não compreenderem sobre o manejo adequado com este idoso, se restringem apenas aos cuidados básicos como alimentação, medicação e higiene.

Diante disso, tal achado evidenciado nessa categoria é justificado pela ausência de orientação/informações mais científicas em relação à doença (informação apresentada na categoria C) o que implica direta e negativamente nos cuidados prestados pelos cuidadores (BARZAN & LUZ, 2007).

Subcategoria D2 - Dificuldades encontradas na realização dos cuidados

As principais dificuldades referidas pelos cuidadores foram citadas por ordem de exaustão, sendo a sobrecarga falta de auxílio e orientações por parte dos profissionais de enfermagem.

“Eu me sentia muito só para cuidar dela, pois esta doença precisa de cuidados dobrados” (C1).

“A dificuldade é porque não tenho acompanhamento e nem orientação do enfermeiro, é muito difícil a gente cuidar sem saber de muita coisa, de vez em quando eu troco os remédios [...]” (C3)

“Eu senti carência de profissionais habilitados, os cuidados dobraram, porque não sabia como se fazia a higiene correta da sonda, senti

difficuldade na administração de medicamentos e até mesmo com a nutrição [...]” (C4)

“A dificuldade foi falta de esclarecimento que nunca tive, só essa pequenas coisas que eu já falei, dou banho, comida [...]” (C5)

O que se verifica nos depoimentos são os cuidados realizados pelos cuidadores tornaram-se fatores negativos por haver uma sobrecarga de tarefas sem o apoio da família e de profissionais habilitados. Vale ressaltar que na fala do C3, ele enfatiza que a dificuldade sentida é exatamente por falta da orientação do enfermeiro. Neste sentido Néri e Sommerhalder (2002), afirmam que existindo apoio da enfermagem e de outros membros da família no ato de cuidar, a sobrecarga diminui.

Para tanto, percebe-se que as maiores dificuldades encontradas são de fato colaboração da família quanto a falta de orientação por parte do enfermeiro.

CATEGORIA E - Sugestões para implementar a assistência do enfermeiro

Instigar os cuidadores de pacientes portadores da doença de Alzheimer quanto a sugerir meios para implementar o processo do cuidado de enfermagem por meio das visitas domiciliares tornou-se necessário, visto que a melhor maneira de reorganizarmos o método de cuidado é inserir aos próprios usuários do serviço.

Assim, como sugestões os cuidadores referiram a importância de uma equipe de ESF estruturada e capacitada frente à doença de Alzheimer para apoiar de forma integral tanto os portadores da DA, quanto seus cuidadores.

“A equipe de ESF deveria orientar os cuidadores e até explicar sobre a doença e o que estamos passando e a evolução da doença”. (C1)

“Seria muito bom visitas dos profissionais da saúde, não só enfermeiros, muito bom recebermos visitas de médico, fisioterapeuta, psicólogo. A equipe da ESF bem estruturada junto com o paciente e o cuidador tudo fica mais fácil. Pelo menos de quinze em quinze dias, porque tem situações que fico sem saber naquele momento o que fazer [...]”(C2)

“Acho de grande valia, que a gente recebesse visitas do enfermeiro semanalmente, seria bom pra nós cuidadores e melhor ainda pro paciente” [...](C3)

“Acho que os profissionais, principalmente os enfermeiros deveriam ser mais presentes na vida dos portadores de DA, e de nós também os cuidadores, a gente precisa ser orientado, graças a Deus eu tive a oportunidade de fazer um curso de cuidador, mais nem todos tem, eu sei que tem muitos idosos que sofrem com essa doença e sofrem mais ainda por não ter uma qualidade de vida, porque cura a gente sabe que não tem” [...](C5)

As falas revelam que os cuidadores sentem a necessidade de um acompanhamento de profissionais habilitados e de uma equipe multiprofissional, tanto para orientá-los quanto para prestarem uma assistência eficaz ao portador.

Segundo Santos (2003 p.27):

Inicialmente vamos estabelecer que o idoso deva ser cuidado por equipe formada por médico com especialização em geriatria ou clínica médica, enfermeiro e sua equipe de trabalho (técnico e auxiliares de enfermagem) assistente social, psicólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, professor de educação física, advogados e outros profissionais. Cada profissional que integra a equipe de cuidado aos idosos, dentro de sua especificidade e de forma coesa, objetiva primordialmente que o indivíduo alcance o processo de envelhecimento de forma a manter-se autônomo e integrado a sociedade, seguindo o lema do Ministério da Saúde que é ‘Viva bem a idade que você tem

Imersos neste contexto, entendemos que o idoso portador da DA necessita de uma equipe multiprofissional, composta por profissionais de diversas áreas e o que constatamos na realidade, é, que o portador raramente tem a visita do enfermeiro, profissional responsável pela equipe da ESF e que poderia oferecer um suporte adequado para que o idoso dispusesse de uma melhor assistência, principalmente por meio de seu cuidador, o qual é o responsável pelos cuidados diários de maneira mais intensa ao idoso, o que conseqüentemente permitiria uma qualidade de vida satisfatória, dentro de suas condições biopsicossociais.

5 CONSIDERAÇÕES

A Doença de Alzheimer (DA) é classificada como uma doença neurodegenerativa e progressiva que acomete principalmente idosos acima de 65 anos. A literatura confirma que a doença, por seu caráter degenerativo, causa comprometimento das funções cognitivas e físicas, o que por sua vez torna seu portador dependente de cuidados intensivos, mesmo em domicílio.

Nesse sentido o cuidador tem papel fundamental no processo do cuidado do paciente demenciado, mas é necessário que este tenha conhecimentos básicos sobre a doença, e principalmente referentes à assistência necessária segundo as fases da DA. Assim, os resultados aqui obtidos no que se refere ao conhecimento sobre a doença revelam que os cuidadores possuem conhecimento limitado, pois associam a doença a apenas perda de memória, agitação e confusão mental.

A limitação do conhecimento sobre a patologia interfere direta e negativamente nos cuidados prestados ao paciente, pois, pode-se perceber que os cuidados dispensados são restritos à higiene, alimentação e administração de medicamentos. Mas, sabe-se que a atenção deve abranger também inclusão nas atividades domiciliares simples, participação no autocuidado, convívio social, dentre outras (BARZAN & LUZ, 2007)

O cuidador exerce papel fundamental na realização dos cuidados prestados e é de extrema importância uma orientação específica, mas estes sentem dificuldades no processo de assistir o familiar demenciado, visto que não recebem apoio familiar e nem mesmo dos profissionais de saúde, em especial do enfermeiro, que é responsável pela condução da equipe de saúde e tem como atribuição realizar visitas domiciliares e oferecer informações ao cuidador familiar de como lidar com a doença, além de realizar cuidados para garantir uma melhor qualidade de vida através de uma assistência de enfermagem individualizada, qualificada e humanizada.

Apesar disso, infelizmente, diante dos resultados, foi possível compreender que os cuidadores familiares dos portadores da doença de Alzheimer percebem a assistência realizada pelo enfermeiro nos domicílios de forma negativa, visto que tal profissional é ausente na prestação do cuidado por meio das visitas domiciliares.

Assim, os cuidadores referiram como necessária uma equipe de ESF estruturada e capacitada frente à doença de Alzheimer para apoiar de forma integral tanto os portadores da DA, quanto seus cuidadores.

Embora exista uma sobrecarga de atividades os enfermeiros e demais profissionais da UBS, devem estar buscando estratégias para oferecer uma assistência aos pacientes que não podem ir ao encontro desta nas unidades. É necessário que se faça cumprir o que refere a Portaria do Ministério da Saúde Nº 2.527, de outubro de 2011, sobre as visitas domiciliares.

Portanto, o enfermeiro precisa realizar uma avaliação de suas condutas frente ao portador da doença de Alzheimer, além de oferecer subsídios para que o cuidador familiar conduza suas atividades de forma adequada a fim de garantir tanto para o portador, quanto para ele uma qualidade de vida adequada, dentro de suas condições biopsicossociais.

REFERÊNCIAS

ABREU, I. D.; FORLENZA, O. V.; BARROS, H. L. Demência de Alzheimer: correlação entre memória e autonomia. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 131-136, maio/jun. 2005.

ARAÚJO, M. G. de et al. A família no Cuidado ao Portador de Doença de Alzheimer. **RECENF – Revista Técnico - científico de Enfermagem**, v.2, n. 8, p.95-100, março/abril, 2004. Disponível em <<http://cuidadores-alzheimer.web.ua.pt/diagnostico.html>>. Acessado em: 16 de maio de 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALZHEIMER. ABRAZ. Disponível em <<http://www.abraz.com.br/>>. Acessado em: 13 de maio de 2012.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-IV-TR**: Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais. Ed. 4. Lisboa: Ed. Climepsi, 2002.

BARZAN, A. M; LUZ, T. **Cartilha para o cuidador domiciliar no atendimento humanizado ao idoso**. Urussanga-SC: 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.529 de 19 de outubro de 2006. **Institui a Internação Domiciliar no âmbito do SUS**. Brasília, 2006.

_____. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Básica, n. 19. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

_____. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.527, DE 27 DE OUTUBRO DE 2011 - DOU de 28/10/2011 (nº 208, Seção 1, pág. 44). Redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2527_27_10_2011.html> Acesso em 28 de Jun. de 2013.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.527, de 27 de outubro de 2011. Redefine a atenção domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 208, 28 out. 2011b. Seção 1. p. 44.

BORN, T. Cuidar Melhor e Evitar a Violência - Manual do Cuidador da Pessoa Idosa. Tomiko Born (organizadora) – Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2008

BOTTINO, C.M.C. et al. Reabilitação cognitiva em pacientes com doença de Alzheimer. **Arquivos de neuropsiquiatria**. V.60, n.1, p. 70-79, 2002.

CALDAS, C. P. A Abordagem do enfermeiro na assistência ao cliente portador de demência. **R. Enferm.** UERJ 1995 out, 3(2): 209-216.

_____. Cuidador: sua instância de experiência. In: Caldas, Célia Pereira (org). **A Saúde do idoso: a arte de cuidar**. Rio de Janeiro. EdUERJ, 1998.

_____. Contribuindo para a construção da rede de cuidados: trabalhando com a família do idoso portador de síndrome demencial. **Textos Envelhecimento**. v.4, n. 8, 2002.

_____. **sentido do ser cuidando de uma pessoa que vivencia um processo de demência**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Enfermagem Anna Nery. Rio de Janeiro. 2005. Disponível em: <www.capes.gov.br>. Acesso em: 30 Abril 2013.

CALDEIRA, A. P. S. O enfrentamento do cuidador do idoso com Alzheimer. **Revista Arquivos de Ciência da Saúde**, São José do Rio Preto, v. 11, n. 2, p. 100-104, abr./jun. 2004.

CANTO, C. M. ; PRESA, A. I. **Percepção e sentimento dos cuidadores dos portadores da Doença de Alzheimer: Limites e possibilidades para o cuidado**. Trabalho de conclusão de curso, UNISUL, 2007. in: BARZAN, Annelise Martins. **Conhecimento do Cuidador Domiciliar de Pessoas Portadoras da Doença de Alzheimer**. 2011, 57p. Monografia (Especialização em Enfermagem); Curso de

Especialização em Gerontologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC, 2011.

CAYTON, Harry; WARNER, James; GRAHAM, Nori. **Tudo sobre a doença de Alzheimer**. São Paulo: Andrei, 2000.

CARROLL, M.; BRUE, L.J. **Enfermagem para Idosos: guia prático**. São Paulo: Andrei, 1991.

COSTA, A. M. S. et al. **Assistência de enfermagem ao paciente com Alzheimer**. 2008. 19f. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Enfermagem)-Universidade de Marília, Marília, 2008.

CERVO A.L; BERVIAN P. A; Metodologia Científica. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CRUZ, M. N.; HAMDAN, A. C. O impacto da doença de Alzheimer no cuidador. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 223-229, abr./jun. 2008.

CORRÊA, A. C. O. **Envelhecimento, Depressão e Doença de Alzheimer**. Belo Horizonte: Health, 2010. P. 135-138; 145-149.

CHIAPPETTA, A. L. de M. L. **Conhecimentos Essenciais Para Atender Bem o Paciente com Doenças Neuromusculares, Parkinson e Alzheimer**. 1. ed. São José dos Campos: Editora Pulso, 2003. In: BARZAN, Annelise Martins. **Conhecimento do Cuidador Domiciliar de Pessoas Portadoras da Doença de Alzheimer**. 2011,57p. Monografia (Especialização em Enfermagem); Curso de Especialização em Gerontologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC, 2011. Disponível em:
<<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/00004E/00004EEB.%20Barzan.pdf>.>
>Acesso em: 14 de maio de 2012.

FREITAS, E.V. et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

GRANDI, I. **Conversando com o cuidador. A doença de Alzheimer**. Belém: Grafisa, 1998.

GONÇALVES, L.H.T; ALVAREZ, A.M.; SANTOS, S.M.A. **Atendimento domiciliar – um enfoque gerontológico**. São Paulo: Editora Atheneu, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 de agosto de 2012.

LEIBING, A. Olhando para trás: os dois nascimentos da doença de Alzheimer e a senilidade no Brasil. **Revista Estudos Interdisciplinares sobre o envelhecimento**. Porto Alegre, v.1, p. 37-52, 1999.

LEITE, M. T.; GONÇALVES, L. HISAKO T. A Enfermagem construindo significados a partir de sua interação social com idosos hospitalizados. **Revista Texto e Contexto**, 2010, Abr-Mai, 18 (1):108-15.

LUZARDO, A. R.; GORINI, M. I. P. C.; SILVA, A. P. S. S. Características de idosos com doença de Alzheimer e seus cuidadores: uma serie de casos em um serviço de neurogeriatria, **Texto & Contexto – enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, out./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28/03/2013.

MACIEL Jr., J.A. Demências primárias e doença de Alzheimer: como diagnosticar e tratar. **Rev. Bras. Med.**, v. 63, dez., 2006..88-94.

MACHADO, J. C. B. Doença de Alzheimer. In: In: FREITAS, Elisabete Viana et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,2002.

_____. **Doença de Alzheimer**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

MENDES, P. B. M. T. **Cuidadores: Heróis Anônimos do cotidiano**. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 1995.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NÉRI, A. L.; SOMMERHALDER, C. **Cuidar de idosos no contexto da família: questões psicológicas e sociais**. São Paulo: Alínea, 2002.

Netto MP. Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. Editora Atheneu, 524 p, São Paulo; 1996.

PAPALEO NETTO, M; CARVALHO FILHO, E.T; SALLES, R.F.N. **Fisiologia do envelhecimento**. São Paulo: Atheneu, 2005.

PERRACINI, M. R. **Análise Multidimensional de tarefas desempenhadas por cuidadores familiares de idosos de alta dependência**. 1994. Dissertação - (Mestrado em Educação) - Universidade de Campinas / UNICAMP. São Paulo.1994.

PINHEIRO, P. A. **Alzheimer: interação e comprometimento da equipe de Enfermagem**. 2008. 58 f. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Enfermagem)-UNIANDRADE, Centro Universitário Campos de Andrade, Curitiba, 2008.

POLIT, D.F.; BECK, C.T.; HUNGLER, B.P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROACH, S. **Introdução à enfermagem gerontológica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

SANTANA, R. F. Grupo de orientação em cuidados na demência: relato de experiência. **Textos sobre Envelhecimento**, v.6,n.1. Rio de Janeiro.2003.Disponível em: <www.unati.uerj.br > . Acesso em: 13 jun.2012

SANTOS, S. M. A. **O cuidador familiar de idosos com demências: um estudo qualitativo em famílias de origem nipo-brasileira e brasileira**. 2003. Tese - (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Gerontologia. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo.2003.

SAYEG, N. **Doença de Alzheimer: guia do cuidador**. São Paulo: Norton Sayeg; 1991; p.9-12.in: MORAIS, Eronice Ribeiro de. **Os Saberes e as Práticas de Cuidadores Familiares de Idosos com Alzheimer**. 2009, 98p. Dissertação de Mestrado (Pós Graduação). Programa de Pós-Graduação Mestrado em Enfermagem. Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Enfermagem. UFPI. 2009. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 14 de maio de 2012.

SMELTZER, S. C.; BARE, B. **Brunner e Suddart**: o tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

SMELTZER,S.C.;BARE,B. **Brunner e Suddart** :o tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro: .Guanabara Koogan, 2009.

SMITH, M. de A. C. **Doença de Alzheimer**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151644461999000600003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2013.

Submetido em: 10 de julho de 2018

Aceito em: 28 de janeiro de 2019

ABSENTEÍSMO DO TRABALHADOR DE ENFERMAGEM: IMPACTOS NA SAÚDE DO PROFISSIONAL E NA ASSISTÊNCIA

Maria Luziara Virgínia da Costa Jerônimo¹

Letícia de Sousa Bispo²

Renata de Araújo Sant'Ana³

Fernanda de Oliveira Silva⁴

Renata da Silva Hanzelmann⁵

Joanir Pereira Passos⁶

Resumo: O absenteísmo entre os profissionais de enfermagem tem aumentado significativamente nos últimos anos, tornando-se relevante à medida que apresenta reflexos sobre a qualidade da assistência e sobre a vida dos profissionais. Objetivou-se apontar nas publicações científicas as morbidades associadas aos afastamentos dos profissionais de enfermagem e as implicações do absenteísmo na assistência prestada. Trata-se de um estudo de revisão integrativa. Teve-se como questão de pesquisa: Quais as principais causas de absenteísmo do profissional de enfermagem evidenciadas na literatura científica? Os dados foram obtidos através das bases de dados virtuais e apresentados em formato de gráficos e quadros. Foram selecionadas 19 publicações na busca na Biblioteca Virtual de Saúde. Foram produzidos mais estudos na Região Sudeste um total de 9 publicações, equivalente a 47%. O tipo de metodologia com maior incidência nas produções analisadas foi a abordagem quantitativa n=11 (58%). Os artigos demonstraram que as doenças que mais afastam os profissionais do ambiente de trabalho são as osteomusculares e influenciam negativamente na produtividade e na assistência prestada. Sugere-se que medidas de controle devam ser adotadas para diminuir o índice de afastamento das atividades ocupacionais, minimizar o sofrimento dos profissionais, reduzir os gastos públicos e melhorar a qualidade da assistência.

Palavras-chave: Absenteísmo; Enfermagem; Saúde do Trabalhador.

ABSENTEEISM OF THE NURSING WORKER: IMPACTS ON THE HEALTH PROFESSIONAL AND ON THE ASSISTANCE

Abstract: Recently, absenteeism among nursing professionals has considerably increased and has become relevant for exposing the reflexes about the quality of care and life of professionals. In the scientific publications, the objective was to indicate the morbidities related to nursing professionals' absence and the implications of absenteeism in the care given. It is an integrative review study. The following topic was studied as a research question: What are the main causes of absenteeism of the nursing professional evidenced in the scientific literature? In which the data were obtained through the virtual databases and in the form of graphs and charts. Nineteen publications were selected in the search of the

¹ Graduanda em Enfermagem na Associação Brasileira de Ensino Universitário (UNIABEU/RJ)

² Graduanda em Enfermagem na Associação Brasileira de Ensino Universitário (UNIABEU/RJ)

³ Enfermeira (UNIABEU/RJ)

⁴ Enfermeira (UNIABEU/RJ)

⁵ Doutora em Ciências pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Docente do curso de graduação em Enfermagem da UNIABEU e das Faculdades São José.

⁶ Professora Titular do Departamento de Enfermagem de Saúde Pública. Escola de Enfermagem Alfredo Pinto – UNIRIO. Coordenadora do Curso de Doutorado PPGENFBIO – UNIRIO. Líder do Grupo de Pesquisa PENSAT.

Virtual Health Library, besides that, were produced more studies in the Southeast region, which added the amount of n=9; 47% publications. The quantitative approach n=11 (58%) was the type of methodology with the highest incidence in the analyzed productions. The articles proved that the diseases that distract professionals from the work environment are musculoskeletal that affect negatively influence productivity and care provide. Therefore, it is suggested that control measures should be adopted to reduce the distances from occupational activities, the suffering of professionals, public spending and improve the quality of care.

Keywords: Absenteeism; Nursing; Occupational Health.

1. INTRODUÇÃO

O termo absenteísmo torna-se bastante complexo à medida que é estudado no contexto da saúde do trabalhador. Pode ser definido como a ausência sucessiva do profissional nas atividades laborais e causar repercussões negativas para o trabalhador e para meio (FUGULIN; GAIDZINSKI; KURGANT, 2003).

A ausência do profissional no ambiente de trabalho possui múltiplas causas que vão desde o afastamento por doença ou acidente de trabalho até o descontentamento profissional, por vezes ocasionada por condições ocupacionais inapropriadas. O absenteísmo pode provocar diversos transtornos aos colegas de profissão e frequentemente até levá-los ao adoecimento (GEHRING JÚNIOR *et al.*, 2007).

Vale destacar que todas as profissões estão sujeitas ao fenômeno do absenteísmo. No entanto, a equipe de enfermagem apresenta um cotidiano de trabalho reconhecidamente exaustivo, no que tange a saúde física e mental do profissional e em alguns ambientes de trabalho, como o hospitalar, as atividades são executadas sem interrupções, ou seja, um plantão que pode ser de 12 ou 24 horas e, contudo, requer da equipe atenção e dedicação nas atividades tais como: o preparo das medicações e exames, banho no leito, verificação dos sinais vitais, atendimento à família e acompanhantes entre outros procedimentos, todos devidamente registrados e avaliados até que a restauração da saúde do paciente ocorra (OSÓRIO *et al.*, 2011).

Semelhantemente nos demais espaços de cuidado como as empresas, indústrias, ambulatórios e na atenção primária à saúde, a equipe de enfermagem, embora possua uma carga horária em torno de oito horas diárias, as demandas de trabalho também são consideradas intensas e podem causar sobrecarga no trabalhador (DIAS; SILVA, 2013).

Martinato *et al.* (2010); Laus; Anselmi (2008) destacam que o não comparecimento do profissional provoca a aceleração do ritmo de trabalho e ocasiona sobrecargas física, psicológica e espiritual no trabalhador.

Tais afirmativas permitem observar que o absenteísmo vivenciado pela equipe de enfermagem pode trazer reflexos diretos na saúde do trabalhador e na qualidade da assistência prestada.

Acrescenta-se à discussão a possibilidade de transtorno econômico causado às organizações devido ao absenteísmo. Entende-se que os lucros são afetados à medida que “[...] o absenteísmo provoca diminuição da produtividade, redução da qualidade do serviço, e redução da eficiência ao trabalho” (ALMEIDA *et al.*, 2015, p. 2). Em virtude da sobrecarga profissional, parte do lucro é direcionada à recuperação da saúde do trabalhador, para que, assim, ele volte a produzir o mais rápido possível.

Diante das informações apresentadas, o estudo buscou apontar nas produções científicas as morbidades associadas aos afastamentos dos profissionais de enfermagem e discutir as implicações do absenteísmo na assistência prestada.

A pesquisa torna-se relevante tendo em vista que a detecção precoce dos motivos que levam o afastamento e o conhecimento das prováveis doenças que acometem os profissionais de enfermagem, podem-se traçar medidas de intervenção eficazes e possivelmente, promover a diminuição das ausências, além de melhorar a qualidade da saúde do trabalhador, da assistência prestada e diminuir a perda dos lucros do empregador. O estudo ainda permitirá ser fonte de pesquisa para demais pesquisadores da área da saúde do trabalhador.

2. METODOLOGIA

Trata-se da revisão integrativa sobre as morbidades associadas aos afastamentos dos profissionais de enfermagem.

Empregaram-se as seguintes etapas da revisão integrativa: identificação do tema para a elaboração da questão de pesquisa, estabelecimento dos critérios para inclusão ou exclusão de estudos, definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados, apresentação e discussão dos resultados e apresentação da revisão (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

2.1. IDENTIFICAÇÃO DO TEMA E SELEÇÃO DA QUESTÃO DE PESQUISA

A abordagem do tema absenteísmo tem aumentado significativamente nos últimos anos. Tal fato, deve ser observado com maior proximidade quando se trata dos trabalhadores de enfermagem, pois a equipe de enfermagem representa a maior força de trabalho no contexto da saúde. A partir da perspectiva, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais as principais causas de absenteísmo do profissional de enfermagem evidenciadas na literatura científica?

2.2. ESTABELECIMENTO DOS CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DOS ESTUDOS

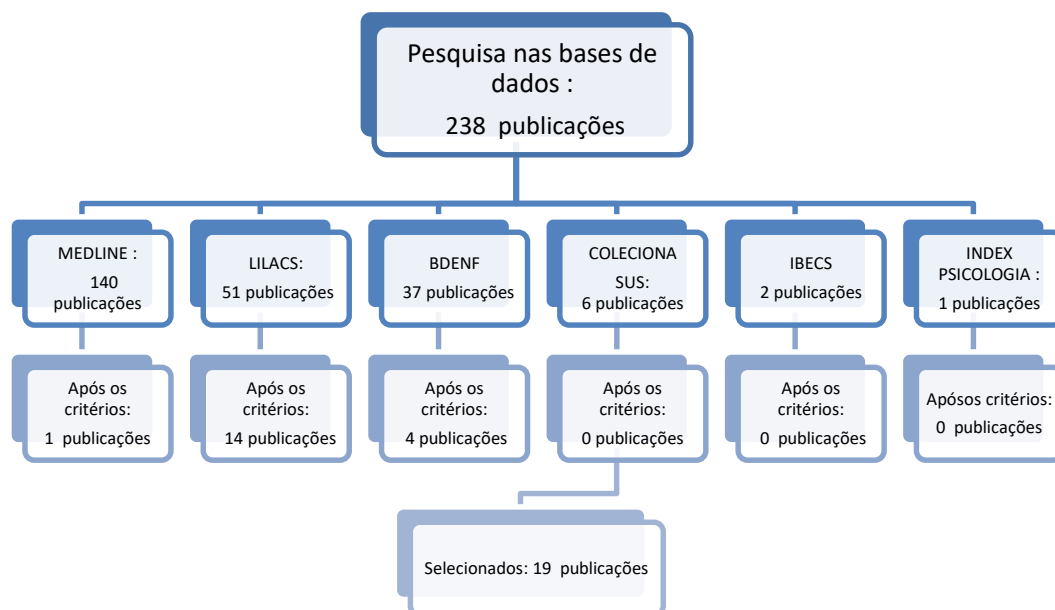
O presente estudo foi realizado por pesquisas na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), no período de janeiro a maio de 2018. Os descritores utilizados nas buscas foram: “saúde do trabalhador”, “absenteísmo”, “enfermagem” associados ao operador booleano **and**. Através dos descritores foram encontradas 238 publicações, destas: 140 localizadas na Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE); 51 inseridas na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); 37 listadas no Banco de Dados em Enfermagem (BDENF); seis publicações na Base de Dados do Colecionário SUS; dois estudos no Índice Bibliográfico Espanhol em Ciências da Saúde (IBECS) e um no INDEX Psicologia. Tais informações podem ser visualizadas conforme o Fluxograma 1.

Após a busca foram elencados os critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão: pesquisas originais, publicações disponíveis na íntegra entre os anos 2000 e 2018, com texto completo, que não se repetissem nas bases de dados, nos idiomas inglês, português e espanhol. Os critérios de exclusão foram publicações fora da temática, artigos repetidos e de revisão e em outros idiomas.

Ao verificar as publicações disponíveis, foram encontradas 91 produções. Notou-se que havia 18 artigos repetidos, que foram excluídos. Sendo assim, resultaram em 73 publicações. Das 73 produções, foram excluídos 43 artigos e quatro teses que não correspondiam à temática proposta. Das 26 publicações analisadas, foram excluídos sete estudos que se tratavam de revisão integrativa sobre o tema.

Apenas 19 publicações obedeceram aos critérios de inclusão impostos na pesquisa. A divisão configurou-se da seguinte forma: 18 artigos e uma dissertação para serem analisados. Assim, 14 publicações estavam dispostas na LILACS, quatro artigos encontravam-se na BDENF e uma produção na MEDLINE.

Fluxograma 1. Publicações encontradas nas Bases de dados, BVS, Rio de Janeiro, 2018.



2.3. DEFINIÇÕES DAS INFORMAÇÕES A SEREM EXTRAÍDAS DOS ESTUDOS SELECIONADOS

Em seguida, realizou-se a leitura minuciosa das 19 publicações, com vistas a responder os objetivos propostos pelo estudo. Para tal, aplicou-se o instrumento de coleta de dados URSI – versão reduzida (2005), e construiu-se uma planilha com as informações predominantes dos artigos, tais como: nome do artigo, nome do autor ou autores, ano de publicação do trabalho, abordagem do estudo, tipo de estudo. A fim de facilitar a visualização dos resultados foram elaborados quadros explicativos dos quais foram extraídos os temas para nortear a discussão da pesquisa.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Durante a pesquisa na BVS, o maior quantitativo de publicações encontradas foi na base de dados LILACS n=14, o equivalente a 74% das produções, seguido pela BDENF n=4, correspondente a 21% dos artigos, e posteriormente n=1, resultando em 5% dos periódicos na base MEDLINE.

Observou-se ainda que das 19 produções científicas utilizadas no estudo, o Brasil foi o país onde foram produzidos estudos em maior quantidade. Em relação à região brasileira em que foram produzidos mais estudos, a Região Sudeste somou a quantidade referente a n=9 (47%), logo após a Região Sul, n= 6 (32%), seguida da

Região Nordeste n= 3 (16%), e a Região Centro-Oeste, com n=1 (5%). O tipo de metodologia com maior incidência foi a abordagem da quantitativa n=11 (58%).

Pode-se mencionar que, das 19 produções científicas analisadas, os temas mais evidenciados na literatura científica foram: absenteísmo relacionado às doenças, n=15 (79%), e às condições de trabalho, n= 4 (21%).

No Quadro 1, estão descritas as principais causas de absenteísmo dos profissionais de enfermagem relacionados às doenças: os distúrbios musculoesqueléticos e do tecido conjuntivo, os transtornos mentais e comportamentais, as doenças respiratórias, doenças infecciosas e parasitárias e as doenças do sistema geniturinário, patologias que interferem negativamente na qualidade da assistência.

Quadro 1: Absenteísmo relacionado às doenças, no período de 2000 a 2018. Rio de Janeiro, 2018.

Título do artigo	Ano de publicação/ Periódico	Principais causas de absenteísmo por doença	Implicações na assistência
O absenteísmo entre os trabalhadores de saúde de um hospital público do sul do Brasil.	2017 Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro	Doenças do sistema osteomuscular.	Diminuição da força de trabalho que presta a assistência.
Absenteísmo por enfermidade em profissionais de enfermagem.	2015 Revista Mineira de Enfermagem	Doenças respiratórias nos enfermeiros e doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo nos técnicos e auxiliares de enfermagem.	Sobrecarga de trabalho e podem repercutir de maneira negativa na qualidade do cuidado aos pacientes.
O absenteísmo - doença da equipe de enfermagem de um hospital universitário.	2015 Rev. Bras. Enferm.	Doenças do sistema músculo-esquelético e do tecido conjuntivo, seguidas por transtornos mentais e comportamentais.	Compromete o funcionamento do serviço, promove uma sobrecarga de trabalho e interfere na qualidade da assistência de enfermagem.
Absenteísmo na equipe de enfermagem no ambiente hospitalar.	2014 Enfermería Global	Doenças do trato digestório, osteomuscular, oftalmológico e psíquico.	Ocasiona a insatisfação e diminui a qualidade da assistência.
Cargas de trabalho, processos de desgaste e absenteísmo-doença em enfermagem.	2013 Rev. Latino-Am. Enfermagem	As cargas fisiológicas e psíquicas foram as mais representativas, com 37 e 36%, respectivamente da população investigada.	Aumento da carga de trabalho.
Abordagem Multifatorial do Absenteísmo por Doença em Trabalhadores de Enfermagem.	2012 Rev.Saúde Pública	Doenças osteomusculares.	Insatisfação profissional e diminuição da qualidade da assistência.

Título do artigo	Ano de publicação/ Periódico	Principais causas de absenteísmo por doença	Implicações na assistência
Absenteísmo entre trabalhadoras de enfermagem em unidade de terapia intensiva de hospital universitário.	2012 Rev. Enferm. UERJ	Doenças osteomusculares, estresse, viroses recorrentes, cansaço, hipertensão arterial sistêmica, arritmia e acidentes de trabalho.	Custo elevado para a organização, queda na qualidade da assistência de enfermagem, sobrecarga de trabalho e insatisfação das trabalhadoras assíduas.
O absenteísmo entre trabalhadores de enfermagem no contexto hospitalar.	2011 Rev. Enferm. UERJ	Doenças osteomusculares e mentais.	Diminuição de recursos humanos.
Motivos de afastamento por licença de saúde dos trabalhadores de enfermagem.	2010 Cienc. Cuid. Saude	Doenças osteomusculares, transtornos mentais e comportamentais.	Aumento à exposição dos riscos e diminuição da produtividade.
Apoio social no trabalho absenteísmo-doença em trabalhadores de enfermagem	2010 Dissertação (Mestrado) Escola de Enfermagem Anna Nery, UFRJ	Problemas de saúde física e mental.	Impacto negativo nas condições de trabalho da equipe.
Ausências por adoecimento na equipe de enfermagem de um hospital de ensino.	2009 Cienc. Cuid. Saúde	Problemas osteomusculares e do tecido conjuntivo.	Diminui a qualidade da assistência prestada ao paciente.
Condições de trabalho <i>versus</i> absenteísmo-doença no trabalho de enfermagem.	2006 Cienc. Cuid. Saúde	Doenças do sistema respiratório, geniturinário e órgãos dos sentidos.	Interferência na qualidade da assistência prestada ao cliente.
Ausências ao trabalho por motivo de doenças em uma rede de hospitais de Minas Gerais.	2006 Online braz. j. nurs.	Doenças do aparelho respiratório, doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo.	Repercussões negativas: intensificação do trabalho e favorecimento do quadro de estresse.
Problemas de saúde responsáveis pelo absenteísmo de trabalhadores de enfermagem de um hospital universitário.	2003 Acta scientiarum	Doenças dos sistemas respiratório, geniturinário, digestivo e osteomuscular, aos órgãos dos sentidos e ao aparelho reprodutor feminino.	Interferem na qualidade da assistência prestada ao cliente nos hospitais.
Afastamentos do trabalho na enfermagem: ocorrências com trabalhadores de um hospital de ensino.	2003 Rev. Latino-am. Enfermagem.	Problemas geniturinário e dos órgãos dos sentidos, doenças infecto-parasitárias e doenças respiratórias.	Aumento dos custos econômicos e sociais.

3.1. ABSENTEÍSMO RELACIONADO ÀS DOENÇAS

Sabe-se que o absenteísmo é decorrente de múltiplas causas, contudo as doenças mais prevalentes, no grupo de trabalhadores de enfermagem, são os distúrbios musculoesqueléticos, seguido dos transtornos mentais e comportamentais, como o estresse e depressão. Tem-se como impacto na

assistência a sobrecarga de trabalho que promove a insatisfação do trabalhador, e influencia negativamente sobre a qualidade da assistência e sobre o custo da organização. (BREY *et al.*, 2017; MARQUES *et al.*, 2015; MININEL *et al.*, 2013; FERREIRA *et al.*, 2012; CARNEIRO E FAGUNDES, 2012; MAGALHÃES *et al.*, 2011; CARVALHO *et al.*, 2010; ABREU E SIMÕES, 2009; GODOY, 2006; SILVA E MARZIALE, 2003).

Tal perspectiva ressalta a importância em ampliar a discussão sobre medidas de prevenção eficazes para melhorar a biomecânica corporal e a saúde mental para este grupo de trabalhadores e, com isso, reduzir o absenteísmo e melhorar a qualidade da assistência.

Para Silva e Marziale (2006), as principais causas de absenteísmo, relatadas pela equipe de enfermagem de um hospital universitário, são decorrentes do comprometimento do sistema respiratório (16,6%), seguidas do sistema geniturinário (11,7%), órgãos dos sentidos (11,2%), sistema digestivo (10,3%), sistema osteomuscular (8,9%); os demais sistemas relacionados ao corpo humano somados equivaleram a (24,9%) das licenças por saúde.

No entanto, Mantovan *et al.* (2015) e Ferreira (2010) enfatizam em seus estudos que as doenças respiratórias são as mais prevalentes entre os enfermeiros, enquanto que as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo tornam-se mais evidentes entre os técnicos e auxiliares de enfermagem.

Carneiro e Fagundes (2012, p. 87) reforçam que as taxas de ausência podem acarretar acidentes de trabalho, “correspondendo entre 12% e 46% auxiliares e técnicos de enfermagem, enquanto que as taxas entre os enfermeiros variam entre 8% e 30%”.

Cabe destacar que a declaração efetuada reforça a discussão de que o trabalho executado pelos técnicos e auxiliares requer movimentos repetidos e bastante esforço físico o que pode promover o adoecimento e conseqüentemente o afastamento dos trabalhadores.

O absenteísmo da equipe de enfermagem também está atrelado às doenças infecciosas e parasitárias, incluindo intoxicação alimentar bacteriana, justificado pelas frequentes diarreias e gastroenterites de origem infecciosa e ainda, as infecções repetidas do sistema geniturinário (TRINDADE *et al.*, 2014; BARBOZA E SOLER, 2003).

Fato que pode ser explicado pela frequência que o trabalhador está exposto aos inúmeros microrganismos do ambiente hospitalar, a existência de múltiplos vínculos empregatícios, sujeito a alimentação desregrada e não saudável devido a privação do tempo e grandes trajetos de deslocamento, pelas horas exaustivas trabalhadas e excesso de atividades que impedem o profissional de se hidratar e conseqüentemente realizar as eliminações vesicais necessárias, deixando-os, assim, vulneráveis às infecções e ao processo de adoecimento por doenças, resultando no afastamento do profissional.

Observou-se ainda, nas produções científicas, que as principais causas de absenteísmo dos profissionais de enfermagem estão relacionadas às condições e à organização do trabalho. O ambiente laboral caracterizado como: insalubre, presença de riscos ocupacionais, jornadas extenuantes, duplas e triplas jornadas e relacionamento interpessoal influenciam no processo de adoecimento do trabalhador, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2: Absenteísmo relacionado às condições e à organização do trabalho dos profissionais de enfermagem, no período de 2000 a 2018. Rio de Janeiro, 2018.

Título do artigo	Ano de publicação/ Periódico	Principais causas de absenteísmo relacionado às condições e à organização do trabalho	Implicações na assistência
Absenteísmo da equipe de enfermagem das unidades clínicas de um hospital universitário da Região Centro-Oeste do Brasil.	2016 Revista Uruguaya de Enfermería	Sobrecarga de trabalho devido à vários vínculos e alto índice de estresse no ambiente ocupacional.	Comprometimento da qualidade e da segurança dos pacientes.
Motivos atribuídos por profissionais de uma Unidade de Terapia Intensiva para ausência ao trabalho.	2014 Rev. Bras. Enferm.	Influência do ambiente físico, da gestão e do relacionamento interpessoal.	Sobrecarga do trabalho devido a inexistência de estratégias adotadas pela instituição.
Acidentes de trabalho, riscos ocupacionais e absenteísmo entre trabalhadores de enfermagem hospitalar.	2009 Rev. Enferm. UERJ	Insalubridade do ambiente de trabalho.	Diminuição ou ausência da qualidade de vida e adoecimento e insatisfação no trabalho que interferem diretamente na diminuição da qualidade da assistência oferecida.
Absenteísmo em Unidade de Terapia Intensiva de um Hospital Escola.	2008 Cienc.Cuid.Saúde	Sobrecarga devido ao número reduzido de profissionais.	Problema para a qualidade da assistência ao paciente e às condições de trabalho dos profissionais.

3.2. ABSENTEÍSMO RELACIONADO ÀS CONDIÇÕES E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Na opinião de Abreu *et al.* (2014), Inoue, Matsuda e Silva (2008) a equipe de enfermagem está exposta ao desgaste físico e emocional por causa do ambiente de trabalho, ou seja, o riscos ocupacionais presentes, como: físico, químico, biológico, ergonômico e de acidentes, mas são os riscos psicossociais os mais evidenciados através das dificuldades nos relacionamentos interpessoais do colaborador com a gestão e o oposto também é verdadeiro, assim como com os trabalhadores entre si.

Assim, os trabalhadores de enfermagem estão expostos a diversos riscos que proporcionam o afastamento por acidentes ocupacionais. Identificaram-se que 140 acidentes de trabalho foram causados por quedas variadas, o que demonstra a insalubridade existente no ambiente hospitalar, houve favorecimento de fratura de artelhos após prender a mão em gavetas, lombalgia após manusear paciente em mudança de decúbito e transportá-lo em maca, por exemplo. (GIOMO *et al.*, 2009).

Segundo Coelho *et al.* (2016), o maior número dos profissionais que obtiveram algum tipo de ausência não prevista, tanto enfermeiros quanto técnicos e auxiliares de enfermagem, é do sexo feminino, possuíam mais de um vínculo empregatício e, além da jornada de trabalho, agregava também as atividades domésticas, favorecendo o adoecimento e, conseqüentemente, as ausências não previstas.

Portanto, verificou-se nas pesquisas que as equipes de enfermagem trabalham em condições precárias e enfrentam diariamente a escassez de materiais, a falta ou inutilidade de equipamentos e pouco espaço para desempenhar suas atividades, e intensidade do trabalho. Fatores que podem acarretar o adoecimento e o absenteísmo devido à sobrecarga de trabalho que compromete a qualidade da assistência prestada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciou-se que o absenteísmo presente no ambiente de trabalho da equipe de enfermagem tem como causa principal as doenças osteomusculares e a doença mental, e os reflexos sobre a qualidade da assistência são negativos.

Assim, verificou-se nos estudos – em sua maioria, desenvolvidos no Brasil –, que o absenteísmo dos trabalhadores de enfermagem tem sido ditado pelo

adoecimento provocado pelas doenças e pelas condições e organização do trabalho, e que o maior prejudicado é o corpo de técnicos e auxiliares de enfermagem, principalmente em relação aos agravos à saúde.

Números decorrentes das morbidades são alarmantes e previsíveis, uma vez que se trata de uma profissão desgastante, em que as tarefas se dão de forma repetitiva, em que os trabalhadores são submetidos a carga horária excessiva e conseqüentemente refletem na saúde; outro fator agravante é que esses profissionais têm que lidar com a falta de material e acabam por prestar uma assistência inadequada.

Gastam-se milhões na concessão de benefícios de saúde, enquanto que deveria haver maior investimento na adoção de medidas para a proteção da saúde dos trabalhadores, o que reduziria os riscos e proporcionaria a redução de estatísticas de acidentes, adoecimento e afastamentos, além de melhorar a qualidade da assistência prestada.

Recomenda-se, a elaboração de estratégias viáveis para minimizar o absenteísmo, como a criação de programas em saúde do trabalhador com ações voltadas para a prevenção, atendimento às necessidades de saúde física e mental do profissional e detecção precoce das patologias associadas ao trabalho, seja através de rodas de conversa e, até mesmo, atendimento psicológico.

Faz-se necessária, ainda, a apresentação dos custos em relação ao absenteísmo aos gestores para apoio da gestão às estratégias com vistas ao estímulo das melhorias das condições de trabalho e da organização. Sugere-se a confecção de novos estudos sobre a temática voltada para diferentes ambientes ocupacionais.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. M. D.; GONÇALVES, R. M. D. A.; SIMÕES, A. L. A. Motivos atribuídos por profissionais de uma Unidade de Terapia Intensiva para ausência ao trabalho. **Rev Bras Enferm.** Brasília; v. 67, n. 3, pp. 386-393, May-Jun, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v67n3/0034-7167-reben-67-03-0386.pdf>. Acesso em: 23 jun 2018.

ABREU, R. M. D.; SIMÕES, A. L. Ausências por adoecimento na equipe de enfermagem de um hospital de ensino. **Cienc Cuid Saude**, v. 8, n. 4, pp. 637-644. Out/Dez 2009. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/9692>. Acesso em: 23 jun 2018.

ALMEIDA, D. R. O.; NASCIMENTO, I. G.; SILVA NETO, J. M.; ALMEIDA, A. G. B. Causas e desvantagens do absenteísmo: o caso da empresa auto center 24 horas em Porto Velho. In: **XI Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. 13 e 14 de agosto de 2015.

BREY, C. M. *et al.* O absenteísmo entre os trabalhadores de saúde de um hospital público do sul do Brasil. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**. Minas Gerais; v. 7, n. 1 pp. 1-10. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/1135/1296>. Acesso em: 23 jun 2018.

BARBOZA, D. B.; SOLER, Z. A. S. G. Afastamentos do trabalho na enfermagem: ocorrências com trabalhadores de um hospital de ensino. **Rev Latino-am Enfermagem**. Ribeirão Preto; v. 11, n. 2, pp. 77-183, Mar-Apr, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v11n2/v11n2a06.pdf>. Acesso em: 12 abr 2018.

CARNEIRO, T. M.; FAGUNDES, N. C. absenteísmo entre trabalhadoras de enfermagem em unidade de terapia intensiva de hospital universitário. **Rev. enferm. UERJ**. Rio de Janeiro; v. 20, n. 1, pp. 84-89, jan-mar, 2012. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v20n1/v20n1a15.pdf>. Acesso em: 23 jun 2018.

CARVALHO, L. S. F. *et al.* Motivos de afastamentos por licença de saúde dos trabalhadores de enfermagem. **Cienc. Cuid. Saude**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, pp. 60-66, jan/mar.2010. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache>. Acesso em: 23 jun 2018.

COELHO, M. A. *et al.* Absenteísmo da equipe de enfermagem das unidades clínicas de um hospital universitário da região centro-oeste do Brasil. **Revista Uruguaya de Enfermería**. Montevideo; v. 11, n. 1, pp. 67-75, 2016. Disponível em <http://rue.fenf.edu.uy/index.php/rue/article/view/184/179>. Acesso em: 23 jun 2018.

DIAS, E. C.; SILVA, T. L. Possibilidades e desafios para a atenção integral à saúde dos trabalhadores na Atenção Primária. In: DIAS, E. C. (organizador). **Saúde do trabalhador na Atenção Primária à Saúde: possibilidades, desafios e perspectivas**. Belo Horizonte: Coopmed, 2013, 404 p.

FUGULIN, F. M. T.; GAIDZINSKI, R. R.; KURCGANT, P. Ausências previstas e não previstas da equipe de enfermagem das unidades de internação do HU-USP. **Rev. esc. enferm. USP**, v. 37, n. 4, pp. 109-17. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v37n4/13.pdf>. Acesso em: 23 jun 2018.

FERREIRA, R. C. *et al.* Abordagem Multifatorial do Absenteísmo por Doença em Trabalhadores de Enfermagem. **Rev.Saúde Pública**; v. 46, n. 2, pp. 259-268, abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v46n2/3189.pdf>. Acesso em: 23 jun 2018.

FERREIRA, R. C. **Apoio Social no Trabalho Absenteísmo-Doença em trabalhadores de Enfermagem**. 2010.143p. Dissertação (Mestrado) Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GIOMO, D. B. *et al.* Acidentes de trabalho, riscos ocupacionais e absenteísmo entre trabalhadores de enfermagem hospitalar. **Rev. enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, jan-mar, 2009. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0104-3552/2009/v17n1/a004.pdf>. Acesso em: 23 jun 2018.

GEHRING JUNIOR, G. *et al.* Absenteísmo-doença entre profissionais de enfermagem da rede básica do SUS Campinas. **Rev. bras. epidemiol. [online]**, v. 10, n. 3, pp. 401-409. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2007000300011>. Acesso em: 23 jun 2018.

GODOY, S. C. B. *et al.* Ausências ao trabalho por motivo de doenças em uma rede de hospitais de Minas Gerais. **Online braz. j. nurs**; v. 5, n. 3, 2006. Disponível em: <https://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/544/123>. Acesso em: 23 jun 2018.

INOUE, K. C.; MATSUDA, L. M.; SILVA, D. M. P. P. Absenteísmo em Unidade de Terapia Intensiva de um Hospital Escola. **Cienc.Cuid.Saúde**, v. 7, n. 1, pp. 11-17, mar. 2008. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/6554/3870>. Acesso em 23 jun 2018.

LAUS, A. M.; ANSELMINI, M. L. Ausências dos trabalhadores de enfermagem em um Hospital Escola **Rev Esc Enferm USP**; v. 42, n. 4, pp. 681-9, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n4/v42n4a09>. Acesso em: 23 jun 2018.

MARTINATO, M. C. N. B. *et al.* Absenteísmo na enfermagem: uma revisão integrativa. **Rev. Gaúcha Enferm**; v. 31, n. 1, pp. 160-166, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472010000100022. Acesso em: 23 jun 2018.

MARQUES, D. O. *et al.* O absenteísmo - doença da equipe de enfermagem de um hospital universitário. **Rev Bras Enferm**; v. 68, n. 5, pp. 594-600, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v68n5/0034-7167-reben-68-05-0876.pdf>. Acesso em: 23 jun 2018.

MAGALHÃES, N. A. C. *et al.* O absenteísmo entre trabalhadores de enfermagem no contexto hospitalar. **Rev. enferm. UERJ**, Rio de Janeiro; v. 19, n. 2, pp. 224-230, abr.-jun. 2011. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v19n2/v19n2a09.pdf>. Acesso em: 23 jun 2018.

MANTOVAN, V. M. *et al.* Absenteísmo por enfermidade em profissionais de enfermagem. **Rev Min Enferm.** Rio Grande do Sul; v. 19, n. 3, pp. 641-646, jul/set, 2015. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1029>. Acesso em: 23 jun 2018.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão Integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto-Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, pp. 758-764,

out/dez.2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072008000400018&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 23 jun 2018.

MININEI, V. A. *et al.* Cargas de trabalho, processos de desgaste e absenteísmo-doença em enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. Ribeirão Preto; v. 21, n. 6, pp. 1290-1297, nov-dec, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v21n6/pt_0104-1169-rlae-21-06-01290.pdf. Acesso em: 23 jun 2018.

OSÓRIO, C. *et al.* O trabalho cotidiano em hospitais: o ponto de vista da atividade de enfermagem. In: ASSUNÇÃO, A.A; BRITO, J. **Trabalhar na saúde: experiências cotidianas e desafios para a gestão do trabalho e do emprego**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011, 216p.

SILVA, D. M. P. P. D.; MARZIALE, M. H. P. Problemas de saúde responsáveis pelo absenteísmo de trabalhadores de enfermagem de um hospital universitário. **Acta sci., Health sci.** Maringá; v. 25, n. 2, jul.-dez. 2003. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHealthSci/article/view/2232/1459>. Acesso em: 23 jun 2018.

SILVA, D. M. P. P.; MARZIALE, M. H. P. Condições de trabalho *versus* absenteísmo-doença no trabalho de enfermagem **Ciência, Cuidado e Saúde** Maringá, v. 5, Supl., pp. 166-172. 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/5187/3355>. Acesso em: 23 jun 2018.

TRINDADE, L. D. L. *et al.* absenteísmo na equipe de enfermagem no ambiente hospitalar. **Enferm. glob.** Murcia; v. 13, n. 36, pp. 138-146, 2014. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1695-61412014000400008&lng=es&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 23 jun 2018.

Submetido em: 28 de julho de 2018

Aceito em: 08 de janeiro de 2019

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE ÓBITOS MATERNOS DA UTI OBSTÉTRICA DE UM HOSPITAL DE REFERÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI - RJ

Fabio Augusto d Alegria Tuza¹
Paulo Henrique de Moura²
Danyelle de Almeida da Rocha³
Renata Priscila Freitas Godinho Tuza⁴

Resumo: O presente estudo tem como objetivo determinar o perfil epidemiológico de óbitos maternos, ocorridos no centro de tratamento intensivo obstétrico do Hospital da Mulher Heloneida Studart, no período de abril de 2010 a outubro de 2017. É um estudo observacional, retrospectivo e descritivo. Em 7 anos e 7 meses houveram 4938 internações das quais 77 evoluíram para óbito. Foram analisados 57 prontuários que se enquadraram dentro do critério de inclusão. Os resultados mostraram uma taxa de mortalidade materna de 1,15 %.

Palavras-chave: perfil epidemiológico, óbito materno, unidade de terapia intensiva obstétrica

MATERNAL DEATHS EPIDEMIOLOGICAL PROFILE OF AN OBSTETRICAL HOSPITAL ICU REFERENCE IN THE COUNTY OF SÃO JOÃO DE MERITI- RJ

Abstract: The present study aims to determine the epidemiological profile of maternal deaths occurring in the intensive care unit of the breast Hospital da Mulher Heloneida Studart in the period of April 2010 to October 2017. It is an observational, retrospective and descriptive study. In 7 years and 7 months there were 4938 admissions of which 77 evolved to death. We analyzed 57 medical records that were included in the inclusion criteria. The results showed a maternal mortality rate of 1.15 %.

Keywords: epidemiology, maternal mortality, obstetric intensive care unit

1. Introdução

Na década de 1980, estimativas sugeriam que aproximadamente 500 mil mulheres perdiam suas vidas a cada ano por causas evitáveis relacionadas à gestação. Hemorragia, doenças hipertensivas, sepse e complicações do aborto eram as principais condições biomédicas que produziam as mortes maternas (SOUZA, 2015, p. 549-551).

A mortalidade materna é um importante indicador da realidade social de um país e seu povo (OMS, 2011, p. 1 - 159). Representa um grande problema de saúde pública por se tratar de uma morte evitável em 92% dos casos (MELO *et al.*, 2008, p.

¹ UNIABEU

² Sem informação.

³ Sem informação.

⁴ Sem informação.

773-780). A morte materna é uma violação dos direitos reprodutivos das mulheres (VICTORA *et al.*, 2011, p. 1863-76).

A redução da mortalidade materna foi incluída como uma das metas a serem perseguidas dentro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A meta era reduzir em 75% a razão de mortalidade materna (RMM) entre 1990 e 2015 em todo o mundo. A partir daí, países passaram a investir mais recursos na provisão de serviços de saúde materna, suficientes e equitativos, visando melhorar a disponibilidade, a acessibilidade, a qualidade e o uso dos serviços que tratam as complicações que surgem durante a gravidez e o parto, e que são conhecidas como atenção obstétrica de urgência (OMS, 2011, p. 1 - 159). Estima-se que entre os anos 2000 e 2015 mais de 1,5 milhão de mortes maternas tenham sido evitadas no Mundo (GAFFEY *et al.*, 2015, p. 285-92).

Considerando que mulheres podem desenvolver complicações inesperadas durante a gravidez e parto, muito países têm implementado políticas baseadas no aumento da cobertura da atenção obstétrica oferecida em instituições de saúde por profissionais treinados (GABRYSCH E CAMPBELL, 2009, p. 34).

Visando melhorar o atendimento à mulher gestante, o Governo Estadual do Rio de Janeiro em ação conjunta com o Governo Federal, inaugurou em 8 de março de 2010, o Hospital da Mulher Heloneida Studart, onde está inserida a primeira unidade de terapia intensiva obstétrica pública no Rio de Janeiro. Possui dez leitos, equipados com monitores e ventiladores mecânicos. Além de uma equipe multidisciplinar composta de: médicos, fisioterapeutas, enfermeiros, técnicos em enfermagem, psicólogos, assistentes social, dentistas, fonoaudiólogos e nutricionistas. Todas as pacientes internadas são reguladas pela Central de Regulação de vagas da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro. Esta unidade é referência em gestação de alto-risco.

Nas gestações de alto risco é muito importante que as equipes dos serviços de saúde identifiquem, o mais rápido possível, o problema existente e façam um diagnóstico das doenças ligadas à gravidez. Quanto mais cedo se obtiver o diagnóstico, mais eficiente serão o tratamento e os cuidados necessários, evitando ao máximo que ocorram danos à mãe e/ou ao feto (KEFFLER *et al.*, 2010, p. 500-505).

2. Métodos

A pesquisa foi desenvolvida na UTI Obstétrica (UTI Materna) do Hospital da Mulher Heloneida Studart, situado no município de São João de Meriti-RJ.

O estudo foi do tipo observacional, retrospectivo e descritivo. A amostra foi baseada em consulta de prontuários de pacientes internadas na UTI no período de abril de 2010 a outubro de 2017. A análise dos dados foi realizada no período de outubro a março de 2018. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Associação de Ensino Superior de Nova Iguaçu.

Realizou-se um levantamento de todas as pacientes internadas no período de abril de 2010 a outubro de 2017. Após levantamento, foram selecionados os prontuários de todas as pacientes que evoluíram para óbito, sendo descartados àqueles que não se trataram de óbitos maternos.

Foram considerados óbitos maternos conforme definição da Organização Mundial de Saúde (OMS): “a morte de uma mulher durante a gestação ou dentro de um período de 42 semanas após o término da gestação, independentemente da duração ou da localização da gravidez, devida a qualquer causa relacionada com ou agravada pela gestação ou por medidas tomadas em relação a ela, porém não devidas a causas acidentais ou incidentais”.

Considerou-se como mortes obstétricas diretas, aquelas resultantes das complicações obstétricas durante a gravidez, o parto ou puerpério, causadas por intervenções, omissões, tratamento incorreto ou de sequência de eventos resultantes de qualquer uma dessas situações. Por outro lado, classificou-se as mortes obstétricas indiretas, como aquelas decorrentes de doenças pré-existentes à gestação ou desenvolvidas neste período, não em razão das causas obstétricas diretas, porém agravadas pelo efeito fisiológico da gestação (LAURENTI *et al.*, 2004, p. 449-460). Mortes maternas tardias são mortes de mulheres por causas obstétricas diretas ou indiretas, ocorridas mais de 42 dias, porém menos de um ano após o término da gravidez (BEZERRA *et al.*, 2005, p. 548-553; LAURENTI *et al.*, 2008, p. 283-292).

Realizou-se análise dos prontuários e os dados foram inseridos em planilha contendo as variáveis: características maternas (idade, raça, estado civil, idade gestacional, número de gestações e município de origem), assistência pré-natal, classificação de mortes maternas (direta ou indireta), valor de Apache 2 e taxa de

mortalidade esperada, diagnóstico de admissão, causas do óbito, intervalos (dias) entre admissão na UTI e óbito.

3. Resultados

No período de abril de 2010 a outubro de 2017, foram internadas na UTI materna 4938 pacientes, dentre as quais 77 evoluíram para óbito, porém 20 óbitos foram excluídos do estudo por não se tratarem de óbitos maternos.

Com relação à procedência das pacientes, 75,5% residiam em outros municípios contra 24,5% residentes em São João de Meriti.

Das pacientes obstétricas que evoluíram para óbito, 47,37% eram gestantes e 52,63% puérperas no momento da admissão na unidade de terapia intensiva. O grupo de puérperas foi subdividido de acordo com as etapas do puerpério, ou seja, 24 pacientes foram admitidas em puerpério imediato (1º ao 10º dia), 5 pacientes em puerpério tardio (10º ao 45º dia) e 1 paciente em puerpério remoto (além do 45º dia).

Tab 1

Perfil na Admissão	N	%
Gestante	27	47,37
Puerpério Imediato	24	42,11
Puerpério Tardio	05	8,77
Puerpério Remoto	01	1,75

Tabela 1– Perfil Obstétrico no momento da admissão na UTI Materna..

A idade materna variou entre 14 e 42 anos, com média de 28 anos ($28,2 \pm 7,97$ anos). Constatamos maior frequência de óbitos na faixa etária entre 21-34 anos (54,39%), Tab 2.

Faixa etária	N	%
14 – 20 anos	11	19,3
21 – 34 anos	31	54,39
35 – 42 anos	15	26,32

Tabela 2 – Distribuição de óbitos maternos no HMHS segundo a faixa etária.

Dentre as pacientes admitidas gestantes, o número de gestações variou entre 1 e 8 gestações, sendo a maioria das pacientes primigestas (50,88%). Tab 3

Nº Gestações	N	%
1	29	50,88
2	13	22,81
3	4	7,02
4 ou +	11	19,30

Tabela 3-Número de gestações das pacientes que foram a óbito no HMHS

A idade gestacional variou entre 8 e 37 semanas, com média de 28 semanas, encontrando-se o maior percentual de óbitos no terceiro trimestre de gestação (63 %).

Encontrou-se um percentual de 22% de mulheres que não realizaram pré-natal. A informação sobre o número de consultas foi falha.

As mortes ocorreram principalmente nas primeiras 48 horas após a admissão (38,60%) e entre o 11º e 20º dia de internação (26,32%). Tab 4

Tempo de permanência (dias)	N	%
1-2	22	38,60
3-10	13	22,81
11-20	15	26,32
21-30	2	3,51
31-40	2	3,51
>40	3	5,26

Tabela 4- Tempo de permanência entre a admissão e o óbito materno

As principais causas de internação por motivo obstétrico foram eclampsia e síndrome HELLP. Entretanto, o principal motivo de internações clínicas foi pneumonia.

Entre os óbitos maternos foram registrados 57% por causas obstétricas diretas, 33% por causas obstétricas indiretas, 5% por causas obstétricas tardias e 3% por causa indeterminada. Tab 5.

Causas de Óbitos Maternos	N	%
Obstétricas Diretas	33	57,89
Choque Hemorrágico	12	
Choque Séptico	9	
AVE Hemorrágico	6	
Tromboembolismo Pulmonar	3	
Insuficiência Hepática	1	
Distúrbio Eletrolítico	1	
CIVD	1	
Obstétricas Indiretas	19	33,33
Choque Séptico	13	
Dengue Hemorrágica	1	
Choque Hemorrágico	1	
Tumor de Ovário (Krukenberg)	1	
Meningoencefalite	1	
Infarto Agudo do Miocárdio	1	
Choque Cardiogênico	1	
Obstétricas Tardias	3	5,26
Choque Séptico Pulmonar	3	
Causa Indeterminada	2	3,51

Tabela 5- Causas de Óbitos Maternos no HMHS. AVE (Acidente Vascular Encefálico. CIVD (Coagulação Intravascular Disseminada)

A média da pontuação do Apache 2 encontrada foi $24,15 \pm 9,77$ e a média da taxa de mortalidade esperada foi $48,4 \% \pm 23,7\%$. Entretanto, a taxa de mortalidade materna registrada na UTI Obstétrica do Hospital da Mulher Heloneida Studart no período de abril de 2010 a outubro de 2017 foi de $1,15 \%$.

4. Discussão

Segundo a literatura, as mortes maternas são evitáveis quando há uma boa assistência pré-natal, perinatal (parto) e pós-natal imediata (puerpério) (COSTA *et al.*, 2002, p. 455 - 462).

Estudos estimam que 0,1% a 0,9% das gestantes desenvolvem complicações, requerendo o internamento em Unidade de Terapia Intensiva, sendo as principais indicações hipertensão, hemorragias, insuficiência respiratória e sepse (AMORIM *et al.*, 2006, p. 55-62).

A atenção profissional à mulher gestante e/ou parturiente representa seguramente elemento chave para a obtenção de bons resultados, tanto maternos quanto perinatais (MORSE *et al.*, 2011, p. 623-638). Assim, as melhores condições da atenção profissional e institucional ao parto, independentemente de outras características das mulheres, são capazes de diminuir a ocorrência de morbidade materna grave e de mortes maternas (CECATTI *et al.*, 2005, p. 357-365).

A mortalidade materna tem sido motivo de preocupação das autoridades de saúde, no âmbito federal, estadual e municipal. Em um grande número de municípios, há Comissões de Estudo e Prevenção de Mortes Maternas, que investigam os casos de morte materna declarados ou suspeitos, sendo que, em muitos deles, são pesquisadas todas as mortes de mulheres em idade fértil (KEFFLER *et al.*, 2010, p. 500-505).

No Brasil, há o Sistema de Informações sobre Mortalidade, gerido pelo Ministério da Saúde (SIM/MS), implantado desde meados da década de 70, e cujo número total de eventos captados está próximo a um milhão de óbitos/ano. Por meio de métodos demográficos, estima-se que a cobertura do SIM/MS seja de cerca de 85%. A Organização Pan-americana de Saúde classifica como elevada a RMM maior que 50/100.000 nascidos vivos (BEZERRA *et al.*, 2005, p. 548-553). A OMS considera aceitável uma RMM entre 10 e 20 por 100.000 nascidos vivos (WHO/UNICEF, 1997, p. 481- 485). Segundo os dados do SIM/MS, referentes ao primeiro semestre do ano de 2002, a RMM a partir dos dados originais para as capitais brasileiras, que era de 38,9 por 100.000 nascidos vivos, com os dados corrigidos, passou para 54,3 por 100.000 nascidos vivos (LAURENTI *et al.*, 2004, p. 449-460). Já em 2003, a RMM no Brasil, com base no número de óbitos declarados, foram 51,7 óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos, e a RMM corrigida foi 72,4 por 100.000 nascidos vivos (MARINHO *et al.*, 2010, p. 732-738).

Estudos têm demonstrado a existência do sub-registro de mortes maternas quando comparadas as estatísticas oficiais com as investigações de óbitos de mulheres em idade fértil (THEME-FILHA *et al.*, 1999, p. 397-403), o que esconde a

real magnitude da mortalidade materna (SILVA, 1992, p. 442-453). Sendo os principais fatores a sub-informação, que resulta no preenchimento incorreto das declarações de óbito e o sub-registro, ocasionado pela omissão do registro de óbito em cartórios (LAURENTI *et al.*, 2004, p. 449-460). Porém, a partir da criação dos Comitês de Mortalidade Materna e da adoção do fator de reajuste, houve um aumento da RMM, talvez pela melhoria dos registros e captação de óbitos através dos sistemas de informação no Brasil (MORSE *et al.*, 2011, p. 623-638).

Os óbitos maternos causados por eclâmpsia são decorrentes de hemorragia cerebral, edema agudo de pulmão, insuficiência renal aguda, insuficiência hepática com ou sem coagulação intravascular disseminada, complicações respiratórias secundárias à broncoaspiração de conteúdo gástrico, que podem acontecer em forma isolada ou associados entre si. Os hospitais de referência, por cumprirem papel definido na rede assistencial de atendimento aos casos mais complexos e graves, acabam sendo locais sentinelas da ocorrência de eventos desta natureza, podendo oferecer dados cruciais que contribua para a resolução do problema (Novo *et al.*, 2010, p. 209-217). A investigação dos óbitos maternos proporciona informações sobre os problemas que contribuíram para essas ocorrências e serve de guia para o desenvolvimento de intervenções voltadas para prevenção desse tipo de morte no futuro (SAÚDE, 2007, p 1 - 104).

A taxa de mortalidade de mulheres em idade fértil encontrada em nosso estudo, foi menor da encontrada em estudos canadenses, americanos e em outro estudo brasileiro, onde a taxa de óbitos foi de 2 - 4%. (MABIE E SIBAI, 1990, p. 1 - 4); (AFESSA *et al.*, 2001, p. 1271-7; ZEEMAN *et al.*, 2003, p. 532-6; AMORIM *et al.*, 2006, p. 55-62) em contraste com a alta mortalidade encontrada em estudos indianos (21,8%) (KARNAD *et al.*, 2004, p. 1294-9), e africano (60%) (DAO *et al.*, 2003, p. 123-6).

Fortalecer a qualidade da atenção obstétrica e combater abusos de diferentes tipos contra a mulher durante a assistência são essenciais não apenas para produzir desfechos maternos e perinatais ótimos, mas também para assegurar que as instituições de saúde sigam sendo uma opção segura e atraente para as gestantes e suas famílias no Brasil e no mundo (SOUZA, 2015, p. 549-551).

5. Conclusão

A taxa de mortalidade materna foi considerada relativamente baixa em nossa unidade de terapia intensiva. Sugerindo que uma UTI obstétrica, com profissionais especializados em gestação de alto-risco pode contribuir para a redução da mortalidade materna.

Bibliografia

AFESSA, B. et al. Systemic inflammatory response syndrome, organ failure, and outcome in critically ill obstetric patients treated in an ICU. *Chest*, v. 120, n. 4, p. 1271-7, 2001.

AMORIM, M. M. R. D. et al. Perfil das admissões em uma unidade de terapia intensiva obstétrica de uma maternidade brasileira. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 6, p. 55-62. 2006.

BEZERRA, E. H. M. et al. Maternal mortality due to hypertension: rate and analysis of its characteristics in a teaching maternity hospital. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.*, v. 27, n. 9, p. 548-553, 2005.

CECATTI, J. G. et al. Beneficial interventions during delivery for the prevention of maternal mortality. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.*, v. 27, n. 6, p. 357-365, 2005.

COSTA, A. A. R. et al. Mortalidade materna na cidade do Recife. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.*, v. 24, n. 7, p. 455-462, 2002.

DAO, B. et al. Transfer of obstetric patients in a pregnant and postpartum condition to an intensive care unit: eighty-two cases in Burkina Faso. *Gynecol Obstet Fertil*, v. 31, p. 123-6, 2003.

GABRYSCH, S.; CAMPBELL, O. M. Still too far to walk: literature review of the determinants of delivery service use. *BMC Pregnancy Childbirth*, v. 9, p. 34, 2009.

GAFFEY, M. F.; DAS, J. K.; BHUTTA, Z. A. Millennium Development Goals 4 and 5: Past and future progress. *Semin Fetal Neonatal Med*, v. 20, n. 5, p. 285-92, 2015.

KARNAD, D. R. et al. Prognostic factors in obstetric patients admitted to an Indian intensive care unit. *Crit Care Med*, v. 32, n. 6, p. 1294-9, 2004.

KEFFLER, K. et al. Características sociodemográficas y mortalidad materna en un hospital de referencia en la ciudad de Curitiba - Paraná. *Cogitare Enferm*, v. 15, n. 3, p. 500-505, 2010.

LAURENTI, R.; JORGE, M. H. P. D. M.; GOTLIEB, S. L. D. Mortes maternas e mortes por causas maternas. *Epidemiol. Serv. Saúde*, v. 17, n. 4, p. 283-292, 2008.

LAURENTI, R. et al. Maternal mortality in Brazilian State Capitals: some characteristics and estimates for an adjustment factor. *Rev. bras. epidemiol.*, v. 7, n. 4, p. 449-460, 2004.

MABIE, W. C.; SIBAI, B. M. Treatment in an obstetric intensive care unit. *Am J Obstet Gynecol*, v. 162, n. 1, p. 1-4, 1990.

MARINHO, A. C. D. N. et al. Maternal mortality in the state of Paraíba-Brazil: association between variables. *Rev. esc. enferm. USP*, v. 44, n. 3, p. 732-738, 2010.

MELO, E. C. P. et al. Maternal morbidity in the district of Rio de Janeiro: magnitude and distribution. *Esc. Anna Nery*, v. 12, n. 4, p. 773-780, 2008.

MORSE, M. L. et al. Mortalidade materna no Brasil: o que mostra a produção científica nos últimos 30 anos? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 27, n. 4, p. 623-638, 2011.

NOVO, J. L. V. G. et al. Eclampsia as a cause of maternal mortality. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.*, v. 10, n. 2, p. 209-217, 2010.

OMS. *Seguimiento de los servicios obstetricos de urgencia: manual*. p 1- 159, 2011.

SAÚDE, M. *Manual dos comitês de mortalidade materna / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde , p 1 - 104. 2007.

SILVA, K. S. D. Maternal mortality: evaluation of the situation in Rio de Janeiro from 1977 to 1987. *Cad. Saúde Pública*, v. 8, n. 4, p. 442-453, 1992.

SOUZA, J. P. Maternal mortality and the new objectives of sustainable development (2016-2030). *Rev Bras Ginecol Obstet*, v. 37, n. 12, p. 549-551, 2015.

THEME-FILHA, M. M. et al. Mortalidade materna no Município do Rio de Janeiro, 1993 a 1996. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 15, n. 2, p. 397-403, 1999.

VICTORA, C. G. et al. Maternal and child health in Brazil: progress and challenges. *Lancet*, v. 377, n. 9780, p. 1863-76, 2011.

WHO/UNICEF. Revised 1990 estimates of maternal mortality: a new approach by WHO and UNICEF. *Rev Panam Salud Publica*, v. 1, n. 6, p. 481- 485, 1997.

ZEEMAN, G. G.; WENDEL, G. D., JR.; CUNNINGHAM, F. G. A blueprint for obstetric critical care. *Am J Obstet Gynecol*, v. 188, n. 2, p. 532-6, 2003.

Submetido em: 12 de agosto de 2018

Aceito em: 21 de março de 2019

QUALIDADE DE VIDA DO CUIDADOR FAMILIAR DE IDOSOS COM DEPENDÊNCIA FUNCIONAL NO ÂMBITO DA ATENÇÃO BÁSICA

Daniela Lacerda de Oliveira¹

Marle Moura Santos²

Matheus Souza Santana³

Rodrigo Leite Rangel⁴

Petronílio Ribeiro de Alexandria⁵

Renato Novaes Chaves⁶

Resumo: este estudo teve por objetivo avaliar a qualidade de vida dos cuidadores familiares de idosos com dependência funcional e caracterizar o nível de dependência funcional dos idosos com base na escala de barthel. trata-se de um estudo descritivo, exploratório, quantitativo, de corte transversal, realizado em três unidades básicas de saúde da zona urbana de uma cidade do interior da bahia, com 22 idosos com dependência funcional e seus cuidadores familiares. os instrumentos foram o questionário sociodemográfico, econômico e condições de saúde, o sf36 para a qualidade de vida e a escala de barthel para caracterizar a dependência funcional. os dados foram analisados mediante a estatística descritiva, com base no *software statistical package for social sciences*. os resultados apontam predominância de idosos longevos (63,6%), do gênero feminino (77,3%). os cuidadores familiares são adultos jovens de até 59 anos (72,7%), mulheres (95,5%), com ensino baixa escolaridade (91,0%), que realizam a tarefa do cuidar entre um e cinco anos (54,5%). a pior qualidade de vida foi verificada no domínio vitalidade (68,2%). o estudo demonstrou que a qv dos cuidadores era razoável, pois eles tiveram médias moderadas nos domínios do sf36, tendo apenas a vitalidade uma pior média.

Palavra-chave: cuidadores. qualidade de vida. atenção primária à saúde.

QUALITY OF LIFE OF THE FAMILY CAREGIVER OF ELDERLY PERSONS WITH FUNCTIONAL DEPENDENCE IN THE SCOPE OF BASIC ATTENTION

Abstract: this study aimed to evaluate the quality of life of family caregivers of elderly people with functional dependency and to characterize the level of functional dependence of the elderly based on the barthel scale. this is a descriptive, exploratory, quantitative, cross-sectional study carried out in three basic health units of the urban area of a city in the interior of bahia, with 22 elderly people with functional dependency and their family caregivers. the instruments were the sociodemographic, economic and health conditions questionnaire, the sf36 for quality of life and the barthel scale to characterize functional dependence. data were analyzed using descriptive statistics, based on the statistical package for social sciences software. the results show a predominance of elderly people (63.6%), of the female gender (77.3%). family caregivers are young adults up to 59 years of age (72.7%), women (95.5%), with low educational level (91.0%), who carry out the task of caring between one and five years (54, 5%). the worst quality of life was verified in the vitality domain (68.2%). the study showed that the qol of the caregivers was reasonable, since they had moderate means in the sf36 domains, with only vitality having a worse mean.

keywords: caregivers. quality of life. primary health care.

¹ Discente do curso de enfermagem pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Vitória da Conquista

² Discente do curso de enfermagem pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Vitória da Conquista

³ Discente do curso de enfermagem pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Vitória da Conquista

⁴ Discente do curso de enfermagem pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Vitória da Conquista

⁵ Discente do curso de nutrição pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Vitória da Conquista

⁶ Professor do departamento de enfermagem, fisioterapia e Nutrição da Faculdade de Tecnologia e Ciências.

Professor do departamento de Enfermagem e Psicologia da Universidade Federal da Bahia. Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

1. INTRODUÇÃO

A população idosa aumentará substancialmente nas próximas décadas, sendo assim, para o ano de 2025 a projeção é de que haverá mais de 800 milhões de pessoas idosas em todo o mundo. O envelhecimento é um processo que todo indivíduo deve experimentar, se tudo correr normalmente ao longo da vida; um período em que o ser humano enfrenta diversas dificuldades, principalmente nas atividades rotineiras (NUNES *et al.*, 2009).

Nesse sentido, tem-se a construção de uma proposta que tem como base o envelhecimento, sendo o objeto de estudo a qualidade de vida dos cuidadores familiares de idosos com dependência funcional. A expressão Qualidade de Vida (QV) está relacionada a situações como um bom estado de saúde, bem-estar físico, funcional, emocional e mental (MANSUR; PAES; BASTOS, 2011).

Sabe-se que durante o processo de envelhecimento ocorrem diversas alterações nas condições fisiológicas dos idosos, pois há a uma redução de flexibilidade, vigor, resistência, mobilidade articular, controle/equilíbrio estático e dinâmico, limitação da amplitude de movimento de grandes articulações. Esta realidade ameaça a independência do indivíduo e interfere na realização de suas Atividades da Vida Diária (AVD) e, conseqüentemente, altera a qualidade de vida dos mesmos (LEITÃO, 2014).

Neste sentido, a QV dos cuidadores de idosos com dependência funcional pode ser alterada em decorrência da exigência que o cuidado exige. Esta dependência não deixa o idoso apto para manter as suas habilidades físicas para a execução de suas AVD, desde as básicas, até as mais avançadas (GRATÃO *et al.*, 2013).

O cuidador de idoso não assume apenas a prestação de cuidados no ambiente domiciliar, mas a completa administração da vida de outra pessoa. Isto leva à falta de tempo para cuidar de si, reduzido tempo de lazer e aumento da sobrecarga aliada ao cansaço, ocasionando ao cuidador o isolamento social devido à maior dedicação ao idoso, privando-o da manutenção de contatos e atividades fora do domicílio (COSTA *et al.*, 2016).

A QV do cuidador pode sofrer impactos negativos com relação à sobrecarga de atividades, principalmente quando há associação de outra atividade laboral ou

quando, além do idoso, também se cuida de crianças. Dentre outros fatores relacionados, além da sobrecarga do cuidado em período integral, destaca-se o alto grau de ajuda exigida pelo idoso e a idade avançada dos cuidadores (ANJOS *et al.*, 2015).

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de fomentar um estudo com base no envelhecimento, a partir da dependência funcional e da QV dos seus cuidadores. Vale salientar, ainda, que esta investigação apresenta relevância também para os profissionais de saúde, estudantes e toda a sociedade, pois suscita nesta proposta uma discussão sobre a realidade de uma população que merece destaque e que muitas vezes não é foco de estudo.

A avaliação da QV de cuidadores de idosos com dependência funcional pode ser usada como base para implementação de políticas públicas, pois parte-se da premissa que o cuidado a este idoso, quando mal executado, pode comprometer a QV tanto de quem cuida como de quem recebe o cuidado.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é avaliar a QV dos cuidadores familiares de idosos com dependência funcional e caracterizar o nível de dependência funcional dos idosos com base na escala de Barthel.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, exploratório, com abordagem quantitativa e de corte transversal. Realizado em três Unidades Básicas de Saúde (UBS) da zona urbana de um município de pequeno porte localizado no interior da Bahia, onde existem três UBS na zona urbana e três na zona rural. De acordo o Censo de 2010, a população do município é de 16.021 habitantes, sendo cerca de 10% composta pela população idosa na faixa etária de 65 anos ou mais, e como população adulta na faixa etária de 15 a 64 anos correspondendo a cerca de 60% (BRASIL, 2010).

A escolha deste município se deu pela facilidade para autorização da pesquisa e do acesso dos pesquisadores para a coleta de dados. Foram identificados 30 cuidadores familiares na zona urbana da cidade, porém oito não aceitaram participar ou não foram encontrados em casa no período da coleta. A amostra escolhida foi a não probabilística por conveniência. Sendo assim,

constituíram a pesquisa 22 idosos e seus cuidadores familiares de idosos, portadores de algum tipo de dependência funcional.

Tendo como critérios de inclusão: ser maior de 18 anos, ser cuidador familiar e morar junto com o idoso, não receber remuneração pelo cuidado prestado, ser o familiar responsável pela tarefa do cuidar, o idoso deve possuir alguma limitação funcional. E os critérios de exclusão: cuidadores não familiares, que residam fora da casa do idoso, que recebam remuneração pelo cuidado.

A técnica escolhida para coleta de dados foram dois questionários, sendo um para avaliar os aspectos sociodemográficos e de saúde, elaborado pelos próprios pesquisadores contendo cinco questões. O outro foi o SF36, um questionário quantitativo utilizado para avaliar a qualidade de vida, com base em 11 itens distribuídos em oito domínios, sendo eles: capacidade funcional, limitação por aspectos físicos, dor, estado geral de saúde, vitalidade, aspectos sociais, emocionais e saúde mental. O cálculo do SF 36 foi feito com base na somatória dos valores obtidos em cada questão (QUALIPES, 2015).

Foi utilizada a escala de Barthel, desenvolvida por Mahoney e Barthel em 1965 com o objetivo de avaliar a dependência funcional para as Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) (APOSTLO, 2012). A escala é composta por 10 questões, tais como tomar banho, vestir e despir, controle de esfínteres, deambulação, transferência da cadeira para a cama, subir e descer escadas.

Seguem uma escala de notas para classificação do grau de dependência, onde notas maiores que 100 enquadram-se em independência, 79 a 99, dependência leve, 51 a 75, dependência moderada, 26 a 50, dependência severa e notas menores que 25, totalmente dependente (APOSTOLO, 2012).

Foi utilizado para análise dos dados o *software Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 20.0, que permitiu a tabulação dos dados estatísticos, possibilitando um resultado rápido e fidedigno, com base na estatística descritiva simples, uso de médias, frequência absoluta e relativa. Para melhor visualização dos dados, os mesmos foram configurados em tabelas.

Foram respeitados todos os princípios éticos que constam na resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que define as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. E teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Mantenedor de Ensino Superior da

Bahia – IMES, aprovado sob o parecer de autorização nº 2.258.240, no dia 04 de setembro de 2017.

3. RESULTADOS

De acordo os resultados da Tabela 1, dos 22 entrevistados, 14 (63,6%) são longevos tendo 80 anos ou mais de idade, e 17 (77,3%) são do gênero feminino. No que diz respeito ao estado civil, 14 (63,6%) são solteiros, divorciados/separados ou viúvos; quanto à escolaridade 16 (72,7%) não são alfabetizados. E na classificação da dependência funcional, nove (40,9%) têm dependência moderada e sete (31,8%) são totalmente dependentes, sendo as maiores porcentagens.

Tabela 1 – Distribuição percentual do perfil dos idosos e classificação da sua Dependência Funcional. Vitória da Conquista – BA, 2018.

CATEGORIAS	VARIÁVEIS	F.A.	F.R.
Idade	Longevos (80 anos ou mais)	14	63,6
	Idosos (até 79 anos)	8	36,4
	Total	50	100,0
Gênero	Masculino	5	22,7
	Feminino	17	77,3
	Total	50	100,0
Estado Civil	Solteiro (a), Divorciado/separado (a) ou Viúvo (a)	14	63,6
	Casado/união estável (a)	8	36,4
	Total	50	100,0
Escolaridade	Não Alfabetizado	16	72,7
	Alfabetizado	6	27,3
	Total	50	100,0
Classificação da dependência funcional	Dependência Moderada	9	40,9
	Totalmente Dependente	7	31,8
	Dependência Severa	4	18,2
	Dependência Leve	2	9,1
	Total	22	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa

F.A. Frequência Absoluta; F.R. Frequência Relativa.

Analisando a Tabela 2, em relação à idade, 16 (72,7%) dos cuidadores de idosos entrevistados são adultos de até 59 anos, 21 (95,5%) são do gênero feminino e 12 (54,5%) estão casados ou em união estável; quanto à escolaridade, 20 (91,0%) possuem ensino fundamental ou médio; referente ao vínculo familiar, 13 (59,1%) dos cuidadores são filhos e três (13,6%) irmãos dos idosos.

A renda familiar prevalente é de 1 a 3 salários mínimos, o que resultou em 18 (81,8%) dos cuidadores com essa renda; quanto ao número de pessoas que moram juntas, sete (31,8%) moram com mais de quatro pessoas na casa, seis (27,3%) com duas, e outras seis (23,3%) com quatro pessoas.

Tabela 2 – Distribuição percentual do perfil sociodemográfico dos cuidadores dos idosos. Vitória da Conquista – BA, 2018.

CATEGORIA	VARIÁVEIS	F.A.	F.R.	
Idade	Adultos (até 59 anos)	16	72,7	
	Idosos (60 anos ou mais)	6	27,3	
Gênero	Feminino	21	95,5	
	Masculino	1	4,5	
Estado Civil	Casado/união estável (a)	12	54,5	
	Solteiro (a), Separado (a), Viúvo (a)	10	45,5	
Escolaridade	Ensino Fundamental ou Médio	20	91,0	
	Ensino superior	1	4,5	
	Não estudou	1	4,5	
Vínculo Familiar	Consanguíneo	Filho (a)	13	59,1
	Linha reta	Neto (a)	1	4,55
	Consanguíneo	Irmão (a)	3	13,6
	Linha colaretal	Sobrinho	1	4,55
		Primo	1	4,55
		Genro	1	4,55
	Não Consanguíneos	Nora	1	4,55
	Cunhado	1	4,55	
Renda Familiar	De 1 a 3 salários mínimos	18	81,8	
	Até 1 salário mínimo	3	13,6	
	De 3 a 6 salários mínimos	1	4,6	
Número de pessoas que moram juntas	Acima de quatro	7	31,8	
	Duas	6	27,3	
	Quatro	6	27,3	
	Três	3	13,6	
Total		22	100,0	

Fonte: Dados da Pesquisa

F.A. Frequência Absoluta; F.R. Frequência Relativa.

*Valor do salário R\$ 937,00

Segundo a Tabela 3, quando questionados sobre as horas semanais de trabalho, 21 (95,5%) referiram não possuir trabalho remunerado; 10 (45,5%) têm uma percepção que seu estado geral de saúde é bom, enquanto 8 (36,4%) referem

ser razoável. Quanto à frequência do uso de bebida alcoólica, 21 (95,5%) declararam nunca usar, e sobre a frequência do uso de cigarro, 22 (100%) alegaram que nunca usam.

Sobre a presença de doença crônica, conforme a Tabela 3, 8 (36,4%) não apresentam nenhuma doença crônica, enquanto 6 (27,3%) têm apenas DM e/ou HAS, devendo-se considerar ainda que 5 (22,7%) possuem DM e/ou HAS e coluna. No que se refere à quantidade de anos que cuida do idoso, 12 (54,5%) cuidam entre 1 a 5 anos e 4 (18,2%) entre 6 a 10 anos. Sobre as dificuldades na realização do cuidado com o idoso, 19 (86,4%) referiram não ter dificuldade, no entanto, há de se considerar que o ato de cuidar é dificultado à medida que os idosos são mais dependentes.

Tabela 3 – Caracterização dos hábitos de vida, horas de trabalho, dificuldades de cuidado e percepção de saúde dos cuidadores. Vitória da Conquista – BA, 2018.

CATEGORIA	VARIÁVEIS	F.A.	F.R.
Horas semanais de trabalho	Não possuo trabalho remunerado	21	95,5
	Mais de 30 horas semanais	1	4,5
Percepção do estado geral de saúde	Bom	10	45,5
	Razoável	8	36,4
	Muito bom	2	9,1
	Mal	2	9,1
Frequência do uso de bebida alcoólica	Nunca	21	95,5
	Apenas em ocasiões especiais	1	4,5
Frequência do uso de cigarro	Nunca	22	100,0
Presença de doença crônica	Nenhuma	8	36,4
	APENAS DM e/ou HAS	6	27,3
	DM e/ou HAS e COLUNA	5	22,7
	APENAS COLUNA	3	13,6
Quantidade de anos que cuida do idoso	Entre 1 e 5 anos	12	54,5
	Entre 6 e 10 anos	4	18,2
	Entre 11 e 15 anos	3	13,6
	Mais de 15 anos	3	13,6
Dificuldades na realização do cuidado com o idoso	Não têm dificuldade	19	86,4
	Relacionadas com o idoso	3	13,6
Total		22	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa

F.A. Frequência Absoluta; F.R. Frequência Relativa.

De acordo a Tabela 4, em todos os domínios do SF-36 os cuidadores familiares tiveram um resultado bom para uma melhor qualidade de vida. Porém, em quase todos os domínios há um número considerável de cuidadores com pior qualidade de vida, como em dor, 6 (27,3%); em estado geral de saúde, 8 (36,4%); aspectos sociais, 5 (22,7%); e saúde mental, 6 (27,3%). O domínio com maior percentual de pior qualidade de vida foi o de vitalidade, com 15 (68,2%).

Com relação à dor e estado geral de saúde, apesar da maioria ter apresentado uma melhor qualidade de vida nesses domínios, há um número significativo de cuidadores que tem uma pior qualidade de vida. Este fato pode ter relação com os resultados encontrados na Tabela 3, onde 5 (22,7%) têm doenças como DM, HAS e principalmente relacionadas ao problema de coluna referido, pois causa dor e pode se tornar incapacitante. A dor também pode estar relacionada com a Percepção do Estado de Saúde da Tabela 3, uma vez que a maioria percebe sua saúde como boa ou razoável.

Tabela 4 – Distribuição percentual dos valores dos domínios avaliados pelo SF-36. Vitória da Conquista – BA, 2018.

CATEGORIA	VARIÁVEIS	F.A.	F.R.	M.	Min.	Max.																																																																		
Capacidade Funcional	Melhor QV*	21	95,5	93,64	55	100																																																																		
	Pior QV**	1	4,5				Limitações por Aspectos Físicos	Melhor QV	18	81,8	81,82	0	100	Pior QV	4	18,2	Dor	Melhor QV	16	72,7	78,68	20	100	Pior QV	6	27,3	Estado Geral de Saúde	Melhor QV	14	63,6	61,73	15	87	Pior QV	8	36,4	Vitalidade	Melhor QV	7	31,8	51,82	30	80	Pior QV	15	68,2	Aspectos Sociais	Melhor QV	17	77,3	85,23	25	100	Pior QV	5	22,7	Aspectos Emocionais	Melhor QV	18	81,8	81,82	0	100	Pior QV	4	18,2	Saúde Mental	Melhor QV	16	72,7	64,73	28
Limitações por Aspectos Físicos	Melhor QV	18	81,8	81,82	0	100																																																																		
	Pior QV	4	18,2				Dor	Melhor QV	16	72,7	78,68	20	100	Pior QV	6	27,3	Estado Geral de Saúde	Melhor QV	14	63,6	61,73	15	87	Pior QV	8	36,4	Vitalidade	Melhor QV	7	31,8	51,82	30	80	Pior QV	15	68,2	Aspectos Sociais	Melhor QV	17	77,3	85,23	25	100	Pior QV	5	22,7	Aspectos Emocionais	Melhor QV	18	81,8	81,82	0	100	Pior QV	4	18,2	Saúde Mental	Melhor QV	16	72,7	64,73	28	88	Pior QV	6	27,3						
Dor	Melhor QV	16	72,7	78,68	20	100																																																																		
	Pior QV	6	27,3				Estado Geral de Saúde	Melhor QV	14	63,6	61,73	15	87	Pior QV	8	36,4	Vitalidade	Melhor QV	7	31,8	51,82	30	80	Pior QV	15	68,2	Aspectos Sociais	Melhor QV	17	77,3	85,23	25	100	Pior QV	5	22,7	Aspectos Emocionais	Melhor QV	18	81,8	81,82	0	100	Pior QV	4	18,2	Saúde Mental	Melhor QV	16	72,7	64,73	28	88	Pior QV	6	27,3																
Estado Geral de Saúde	Melhor QV	14	63,6	61,73	15	87																																																																		
	Pior QV	8	36,4				Vitalidade	Melhor QV	7	31,8	51,82	30	80	Pior QV	15	68,2	Aspectos Sociais	Melhor QV	17	77,3	85,23	25	100	Pior QV	5	22,7	Aspectos Emocionais	Melhor QV	18	81,8	81,82	0	100	Pior QV	4	18,2	Saúde Mental	Melhor QV	16	72,7	64,73	28	88	Pior QV	6	27,3																										
Vitalidade	Melhor QV	7	31,8	51,82	30	80																																																																		
	Pior QV	15	68,2				Aspectos Sociais	Melhor QV	17	77,3	85,23	25	100	Pior QV	5	22,7	Aspectos Emocionais	Melhor QV	18	81,8	81,82	0	100	Pior QV	4	18,2	Saúde Mental	Melhor QV	16	72,7	64,73	28	88	Pior QV	6	27,3																																				
Aspectos Sociais	Melhor QV	17	77,3	85,23	25	100																																																																		
	Pior QV	5	22,7				Aspectos Emocionais	Melhor QV	18	81,8	81,82	0	100	Pior QV	4	18,2	Saúde Mental	Melhor QV	16	72,7	64,73	28	88	Pior QV	6	27,3																																														
Aspectos Emocionais	Melhor QV	18	81,8	81,82	0	100																																																																		
	Pior QV	4	18,2				Saúde Mental	Melhor QV	16	72,7	64,73	28	88	Pior QV	6	27,3																																																								
Saúde Mental	Melhor QV	16	72,7	64,73	28	88																																																																		
	Pior QV	6	27,3																																																																					

Fonte: Dados da Pesquisa

QV. Qualidade de Vida; F.A. Frequência Absoluta; F.R. Frequência Relativa; M. Média; Min. Mínimo; Max. Máximo.

*(Acima de 50 pontos no SF36); **(Até 50 pontos no SF36).

4. DISCUSSÃO

O perfil sociodemográfico dos idosos pesquisados não difere dos resultados das pesquisas nacionais sobre o envelhecimento, onde há prevalência de idosos longevos (GRATÃO *et al.*, 2013; SANTANA *et al.*, 2017). Isso reflete uma tendência de envelhecimento brasileiro com muito mais idosos longevos acima de 80 anos. Sobre o gênero, são mulheres em sua maioria, com baixa escolaridade ou não alfabetizadas, com dependência funcional (SANTANA *et al.*, 2017; FEITOR *et al.*, 2017; PEDREIRA; OLIVEIRA, 2012),

Segundo Reis e Trad (2015), um idoso com dependência funcional causa abalo na família, modificando a vida familiar em vários aspectos, e levando a abalos que vão desde aumento dos gastos, ao comprometimento emocional familiar e da saúde, em especial dos cuidadores do idoso.

Sobre o perfil dos cuidadores familiares, os resultados aqui apresentados corroboram outros estudos nacionais sobre a temática. Na pesquisa realizada por Seima, Lenardt e Caldas (2014), na cidade de Curitiba-PR, com 208 cuidadores familiares de idosos, verificou-se que 64% tinham idade entre 41 a 60 anos. O estudo de Wachholz, Santos e Wolf (2013), realizado nas cidades de Curitiba e Colombo, com 45 cuidadores de idosos, evidenciou que 57,77% possuíam de 45 a 55 anos de idade, demonstrando o que se assevera com os resultados desta pesquisa.

Em relação ao gênero, o resultado da pesquisa de Wachholz, Santos e Wolf (2013) também apresentou maior percentual de mulheres cuidadoras (91,1%), se assemelhando com os resultados expostos na Tabela 2. Outro estudo que corrobora os resultados desta pesquisa é o de Anjos, Boery e Pereira (2014), realizado na cidade de Jequié, com 29 cuidadores, para identificar o perfil de cuidadores familiares de idosos no domicílio, onde 89,1 % dos entrevistados eram do gênero feminino.

Com relação ao estado civil, os resultados encontrados nesta pesquisa se assemelham com o estudo de Anjos, Boery e Pereira (2014); nele, 51,7% dos 29 cuidadores entrevistados são casados ou estão em união estável, e com o estudo de Wachholz, Santos e Wolf (2013), em que 68,88% vivem em união estável ou são casados.

Sobre a escolaridade os dados corroboram com o estudo de Gratão *et al.*, (2013), realizada na cidade de Ribeirão Preto, com 124 cuidadores, pois também apresentou baixa escolaridade dos cuidadores entrevistados: 78,65% só estudaram de 1 a 4 anos. Assim como a pesquisa de Anjos, Boery e Pereira (2014), onde 34,5% possuem fundamental incompleto, e a de Santana (2017), em que 70% possuem ensino médio, ambas reforçam os resultados desta pesquisa.

Quanto ao vínculo familiar, percebe-se que os filhos são maioria no cuidado ao idoso, corroborando com uma pesquisa realizada em Curitiba e Colombo, com 45 cuidadores, por Wachholz, Santos e Wolf (2013), sobre a sobrecarga e a qualidade de vida de cuidadores familiares de idosos frágeis. Nela, cerca de 90% destes também são filhos que cuidam de seus pais.

Sobre a renda familiar, vivem com baixos salários, corroborando os resultados da pesquisa de Seima, Lenardte Caldas (2014), realizada na cidade de Curitiba-PR, com 208 cuidadores familiares de idosos, sobre a relação no cuidado entre o cuidador familiar e o idoso com Alzheimer, em que 15% têm renda familiar de até um salário mínimo e 43% recebem de 1 a 3 salários mínimos.

Essa baixa renda, associada ao número de pessoas que moram juntas, reflete uma preocupação quanto à manutenção da vida, tanto dos idosos como dos cuidadores. Nesse sentido, a pesquisa de Santana (2017) também evidenciou que 54% residem com mais quatro pessoas, resultado que se assemelha a este estudo.

A baixa escolaridade se relaciona com a renda familiar desses cuidadores, uma vez que muitos deles precisam abandonar os seus trabalhos fora de casa e os estudos para se dedicar exclusivamente ao cuidado do idoso, que podem necessitar de cuidado permanente, consequentemente deixando de ganhar um salário fixo e aumentar a renda da família (ANJOS; BOERY; PEREIRA, 2014).

Os cuidadores familiares deste estudo executam, em sua maioria, apenas o cuidado do idoso, não tendo trabalho remunerado fora desse contexto. Muitas vezes o cuidado realizado apenas com o idoso demanda grande parte das horas diárias do familiar, visto que, além da tarefa cuidar, muitos ainda realizam as atividades domésticas, não restando tempo para exercer uma atividade remunerada fora do domicílio, como mostrou a pesquisa de Anjos, Boery e Pereira (2014), em que 86,2% dos cuidadores dedicam de 12 a 24 horas diárias ao cuidado do idoso.

Em relação à percepção de saúde, os entrevistados a consideraram como boa e razoável. Esta autopercepção da saúde revela que os cuidadores não estão satisfeitos com seu estado geral, e isso pode comprometer sua saúde e vitalidade. Esses dados corroboram com os do estudo de Seima, Lenardt e Caldas (2014), que evidenciou que 47% dos cuidadores entrevistados percebiam seu estado de saúde como bom e 44% como razoável.

A presença de doenças crônicas é outro fator que contribui para a piora da QV dos indivíduos. Os resultados encontrados nesta pesquisa se assemelham ao estudo de Anjos, Boery e Pereira (2014), realizado com 29 cuidadores, onde 55,5% referiram ter problemas de coluna, 31%, hipertensão arterial sistêmica e 6,8%, *diabetes mellitus*.

Sobre a QV, os cuidadores familiares apresentaram boas médias, no entanto nos domínios aspectos sociais, aspectos emocionais e de saúde mental há uma porcentagem considerável de cuidadores com pior qualidade de vida. Nesse sentido, esta pesquisa corrobora o estudo de Oliveira e Caldana (2012), realizado na cidade de Manaus, com 20 cuidadores, sobre a repercussão do cuidado na vida do cuidador familiar do idoso, em que os cuidadores referiram se sentir privados socialmente, tendo que se abster de diversas coisas de sua vida e, dessa maneira, afetando as suas necessidades psicossociais, causando sentimentos prejudiciais como insegurança, medo, raiva, impaciência e solidão.

Quanto à vitalidade, foi o domínio em que os cuidadores apresentaram pior qualidade de vida. Isso se deve ao fato da atividade do cuidador familiar ser algo desgastante, que causa esgotamento físico e emocional, que requer uma dedicação muitas vezes exclusiva, em que o cuidador deixa de viver sua vida para cuidar do seu familiar, abdicando de convívio social e lazer, e sem ter ninguém disponível para ajudar ou proporcionar um tempo que ele possa se dedicar um pouco a sua vida (ANJOS; BOERY; PEREIRA, 2014).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que a QV dos cuidadores de idosos se expressa de modo razoável, pois as médias nos domínios do SF36 foram moderadas, tendo apenas a vitalidade a pior média.

Quanto ao perfil dos idosos, em sua maioria são longevas, mulheres, viúvas, não alfabetizadas, e na classificação da dependência funcional as maiores médias foram em idosos com dependência moderada e totalmente dependentes.

Em relação aos cuidadores, são adultos jovens, mulheres, casadas, com baixa escolaridade e baixa renda. Quanto às doenças crônicas, houve prevalência de Diabetes, Hipertensão Arterial e problemas na coluna. Dessa forma, as doenças crônicas podem ser um indicativo para piora da QV, já que as mesmas associadas à tarefa do cuidar interferem diretamente na saúde do cuidador.

Dessa forma, as UBS devem pensar em estratégias efetivas que permitam prestar uma assistência adequada e humanizada tanto aos cuidadores quanto aos idosos. Realçar a importância das visitas domiciliares periodicamente, pois elas servem para sanar dúvidas, auxiliar no cuidado e proporcionar uma melhoria na QV e condições de saúde física, mental e social dos cuidadores dos idosos dependentes.

REFERÊNCIAS

ANJOS, K. F. *et al.* Associação entre apoio social e qualidade de vida de cuidadores familiares de idosos dependentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, Bahia. v. 20, n. 5, 2015. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/html/630/63038239002/>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2019.

ANJOS, K. F.; BOERY, R. N. S. O.; PEREIRA, R. Qualidade de vida de cuidadores familiares de idosos dependentes no domicílio. *Texto Contexto Enferm.* Florianópolis, v. 23, n. 3, pp. 600-8, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v23n3/pt_0104-0707-tce-23-03-00600.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2018.

APÓSTOLO, J. Instrumentos para avaliação em geriatria. Documento de apoio. *Escola Superior de Enfermagem de Coimbra*. Portugal, 2012.

ARAGÃO, J. Introdução aos estudos quantitativos utilizados em pesquisas científicas. *Revista Praxis*, v. 3, n. 6, 2011. Disponível em: <<http://webserver.foa.org.br/praxis/numeros/06/59.pdf>>. Acesso em: 24 de outubro de 2016.

IBGE. *Censo Demográfico*. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=290350>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2019.

COSTA, F. M. *et al.* Qualidade de vida de cuidadores de idosos vinculados a um programa de atenção domiciliar. *Revista de Enfermagem UFPE On Line*. Recife. v. 10, n. 7, pp. 2582-2588, 2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/148795>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2019.

FEITOR, C. S. *et al.* Qualidade de vida e capacidade funcional de idosos residentes em uma instituição de longa permanência. *Revista UNIABEU*, v. 10, n. 26, 2017. Disponível em: <<http://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/2923/pdf>>. Acesso em: 24 de outubro de 2016.

FERREIRA, O. G. L. *et al.* Envelhecimento ativo e sua relação com a independência funcional. *Texto Contexto Enferm*. Florianópolis, v. 21, n. 3, pp. 513-8, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v21n3/v21n3a04>>. Acesso em: 08 de novembro de 2016.

GRATÃO, A. C. M. *et al.* Sobrecarga e desconforto emocional em cuidadores de idosos. *Texto Contexto Enferm*. Florianópolis, v. 21, n. 2, pp. 304-12, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v21n2/a07v21n2.pdf>>. Acesso em: 15 de março de 2018.

GRATÃO, A. C. M. *et al.* Dependência funcional de idosos e a sobrecarga do cuidador. *Rev Esc Enferm USP*. v. 47, n. 1, pp. 137- 44, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v47n1/a17v47n1.pdf>>. Acesso em: 24 de outubro de 2016.

KÜCHEMANN, B. A. Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. *Revista Sociedade e Estado*. v. 27, n.1, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000100010>. Acesso em: 14 de novembro de 2016.

LEITÃO, O. *Envelhecimento saudável: benefícios da atividade física na promoção da qualidade de vida dos idosos*. Monografia apresentada à Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, 2014. Disponível em: <<http://www.trabal.hosfeitos.com/topicos/tcc-envelhecimento-saud%C3%A1vel-atividade-fisica/0>>. Acesso em: 24 de outubro de 2016.

MANSUR, H. N.; PAES, S. T.; BASTOS, M. G. Doença renal crônica pré-dialítica: qualidade de vida, consumo calórico-protéico e estado nutricional. *Brazilian Journal of Health*. v. 2, n. 2, pp. 123-133, 2011. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/bjh/index.php/bjh/article/viewFile/91/96>>. Acesso em: 24 de outubro de 2016.

NUNES, M. C. R.; RIBEIRO, R. C.; ROSADO, L. E.; FRANCESCHINI, S. C. Influência das características sociodemográficas e epidemiológicas na capacidade funcional de idosos residentes em Ubá, Minas Gerais. *Revista Brasileira de Fisioterapia*. v. 13, n. 5, pp. 376-82, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbfis/2009nahead/aop053_09.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

OLIVEIRA, A. P. P.; CALDANA, R. H. L. As repercussões do cuidado na vida do cuidador familiar do idoso com demência de Alzheimer. *Saúde Soc.* v. 21, n.3, pp. 675-685, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n3/13.pdf>>. Acesso em: 23 de outubro de 2016.

PEDREIRA, L. C.; OLIVEIRA, A. M. S. Cuidadores de idosos dependentes no domicílio: mudanças nas relações familiares. *Rev Bras Enferm.* Brasília, v. 65, n. 5, pp. 730-6, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v65n5/03.pdf>>. Acesso em: 15 de março de 2018.

PEREIRA, E. F.; TEIXEIRA, C. S.; SANTOS, A. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. *Rev. bras. Educ. Fís. Esporte.* São Paulo, v. 26, n. 2, pp. 241-50, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n2/07.pdf>>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

QUALIPES. *Versão Brasileira do Questionário de Qualidade de Vida -SF-36.* 2015. Disponível em: <http://qualipes.com.br/lib/download/questionariosf-36.pdf>. Acesso: 10 de março de 2015.

REIS, L. A.; TRAD, L. A. B. Suporte familiar ao idoso com comprometimento da funcionalidade: a perspectiva da família. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, v. 17, n. 3, pp. 28-41, 2015. Disponível em:<<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/6992>>. Acesso em: 14 de novembro de 2018.

SANTANA, Matheus Souza *et al.* Sobrecarga dos cuidadores familiares de idosos com dependência funcional. *Revista Kairós : Gerontologia*, [S.l.], v. 21, n. 1, pp. 337-353, mar. 2018. ISSN 2176-901X. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/kairós/article/view/39799>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

SCHNEIDER, R. H.; IRIGARAY, T. Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 25, n. 4, pp. 585-593, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>>. Acesso em: 14 de novembro de 2016.

SEIMA, M. D.; LENARDT, M. H.; CALDAS, C. P. Relação no cuidado entre o cuidador familiar e o idoso com Alzheimer. *Rev Bras Enferm.* v. 67, n. 2, pp. 233-40, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v67n2/0034-7167-reben-67-02-0233.pdf>>. Acesso em: 18 de março de 2018.

SOUZA, N. R. *et al.* Olhar sobre o cuidador de idosos dependentes. *Rev. Saúde Com.*, v. 1, n. 1, pp. 51-59, 2005. Disponível em: <<http://www.uesb.br/revista/rsc/ojs/index.php/rsc/article/view/18/129>>. Acesso em: 20 de março de 2018.

WACHHOLZ, P. A.; SANTOS, R. C. C.; WOLF, L. S. P. Reconhecendo a sobrecarga e a qualidade de vida de cuidadores familiares de idosos frágeis. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, pp. 513-526, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v16n3/v16n3a10.pdf> >. Acesso em: 15 de março de 2018.

Submetido em: 17 de agosto de 2018
Aprovado em: 28 de fevereiro de 2019

EXTENSÃO DE VIDA DE USINAS NUCLEARES

Igor Borjaille¹
Jefferson Borges Araújo²
Celso Marcelo Lapa³

Resumo: a central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA) possui, atualmente, duas unidades nucleares operando, e a Unidade de Angra 1 encontra-se próxima do término do seu período licenciado de operação. Com o somatório de eventos ocorrendo no cenário energético nacional, com o aumento da demanda, crises hídricas e a transição hidrotérmica da matriz energética nacional, tornou-se importante voltarmos nossos olhos para nossas Usinas e considerarmos a importância que possuem no programa energético do Brasil. O país encontra-se em um período político-econômico delicado, o que agrava ainda mais as dificuldades nos processos de gerenciamento do setor (gestão, investimentos etc.). Deste modo, a necessidade de entendermos como é realizado o processo de pedido de renovação de licença de operação, bem como identificar todos os requisitos necessários para tal, torna-se de elevada importância para a tomada de decisões governamentais, assim como avaliar a sua aplicabilidade para nossas Unidades Nucleares.

Palavras-chaves: Extensão de vida; Operação a Longo Prazo; Renovação de Licença.

LIFE EXTENSION OF NUCLEAR POWER PLANTS

Abstract: The Almirante Álvaro Alberto Nuclear Power Plant (CNAAA) currently has two nuclear units operating, and the Angra 1 Unit is near the end of its licensed operation period. With the sum of events occurring in the national energy scenario, with increasing demand, water crises and hydrothermal transition of the national energy matrix, it has become important to turn our eyes towards our Power Plants and consider the importance they have in Brazil's energy program. The country is in a delicate political-economic period, which further aggravates the difficulties in the management processes of the sector (management, investments and etc.). Thus, the need to understand how the process of requesting the renewal of an operating license is carried out, as well as identifying all the necessary requirements for this, is of great importance for governmental decision-making, as well as evaluating its applicability for our Nuclear Units.

Keywords: Renewal or Life Extension; Long Term Operation – LTO; License Renewal.

1. INTRODUÇÃO

1.1. A MATRIZ ENERGÉTICA DO BRASIL

¹ IEN - Instituto de Engenharia Nuclear

² CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear

³ IEN - Instituto de Engenharia Nuclear

Como é de conhecimento público, o Brasil sofre com a atual crise energética e dificuldades no gerenciamento no setor elétrico. A capacidade de armazenamento de água para o período seco nas usinas hidrelétricas brasileiras vem caindo em face do aumento da demanda, o que diminui a segurança energética do País.

O Brasil é um dos maiores países do mundo com participação de fontes renováveis de energia em sua matriz energética, chegando aproximadamente a uma parcela de 42%, oriundas de recursos naturais como o vento, a água, o sol e outras fontes. Os outros 58% da matriz são originados a partir de fontes não-renováveis como o carvão mineral, petróleo, gás natural, urânio e derivados. (MME, 2015)

A produção de energia por meio dos combustíveis fósseis (não-renovável) possui um valor considerável na matriz energética de todo o planeta, atuando de forma expressiva no aquecimento global, corroborando para o que chamamos de “Efeito Estufa” através da emissão de gases poluentes.

O Ministério das Minas e Energia (MME) prevê que o potencial hidrelétrico brasileiro estará esgotado no quinquênio de 2025 a 2030.

O Brasil vem recorrendo sistematicamente a fontes térmicas como carvão, gás, óleo diesel e combustível desde 2012 para complementar sua oferta de energia elétrica. Em um cenário de chuvas irregulares e rápido esvaziamento dos reservatórios, as usinas termelétricas já responderam por quase 30% da energia do país. A tendência é que essa participação aumente cada vez mais, principalmente a partir de 2025, segundo análise da última edição da Revista Brasil Nuclear. (ABEN, 2014)

“O uso continuado das térmicas indica a existência de uma crise estrutural do setor elétrico, cuja capacidade de geração não consegue suportar o aumento do consumo. Se não solucionada, a situação pode comprometer o crescimento econômico, que exige oferta crescente de energia.

Sua gravidade, portanto, impõe a reestruturação da matriz elétrica, com o investimento em outras fontes térmicas de base, que gerem energia ininterruptamente, para garantir a segurança do abastecimento e possibilitar a expansão da oferta”, de acordo com a publicação da ABEN.

O Sistema Elétrico Brasileiro possui caráter hidrotérmico, onde predomina a geração hidrelétrica e no qual as usinas termoelétricas atuam de forma complementar a geração de base do sistema. Embora os estudos do Planejamento

Energético indiquem a continuidade do predomínio hidroelétrico nas próximas décadas (Plano Nacional de Energia - PNE 2030), a participação do mesmo irá reduzir mediante as dificuldades de licenciamento. (MME, 2017)

A capacidade de produção de energia hidroelétrica será minimizada, uma vez que não há possibilidade de implementação de novas usinas com grandes reservatórios de acumulação, isso implica em uma demanda maior por termoelétricas, tal tendência já se encontra reconhecida pelo órgão competente pelo planejamento, o qual oferece no referido plano um acréscimo energético a partir de usinas térmicas, priorizando a geração térmica através do gás natural e da biomassa da cana-de-açúcar ao invés da energia nuclear. O Brasil possui duas usinas nucleares em operação – Angra 1 e Angra 2 – e uma em construção, Angra 3, responsáveis por fornecer em torno de 1.900 MW de energia, equivalentes a uma parcela de 2,87% da produção total do país. (Eletrobrás, 2017)

Na área de geração de energia, o Brasil é um dos poucos países do mundo a dominar todo o processo de fabricação de combustível para usinas nucleares. O processo de enriquecimento isotópico do urânio por ultracentrifugação, peça estratégica dentro do chamado ciclo do combustível nuclear, é totalmente de domínio brasileiro.

Uma usina é normalmente licenciada para 40 anos. Mediante ações, pode obter sua extensão de vida para até 20 anos. Esta avaliação e aprovação é realizada pelo Órgão Regulador Brasileiro, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Mediante ao cenário atual adverso e as premissas do Plano Energético Nacional, a extensão de vida útil das usinas nucleares ganha um papel importante em uma matriz elétrica, diversificada, sustentável e eficiente, agregando vantagens como competitividade, estabilidade, disponibilidade e a garantia de suprimento de combustível, oferecida pela posse da 6ª maior reserva mundial de urânio, com potencial energético comparável ao pré-sal. (ABEN, 2015)

1.2. ENERGIA NUCLEAR NO MUNDO

Neste momento, 450 reatores nucleares estão em operação no mundo e 60 novas usinas nucleares encontram-se no processo de construção. De acordo com

NEI (Instituto de Energia Nuclear), as centrais nucleares suprem 10,9 por cento da produção mundial de eletricidade. Podemos destacar a França, Ucrânia e Eslováquia, pela energia nuclear possuir uma parcela de participação que ultrapassa a metade da produção total do país. (NEI, 2017)

Na Figura 1, podemos ver a parcela de atuação da energia nuclear na produção nominal de energia dos países:

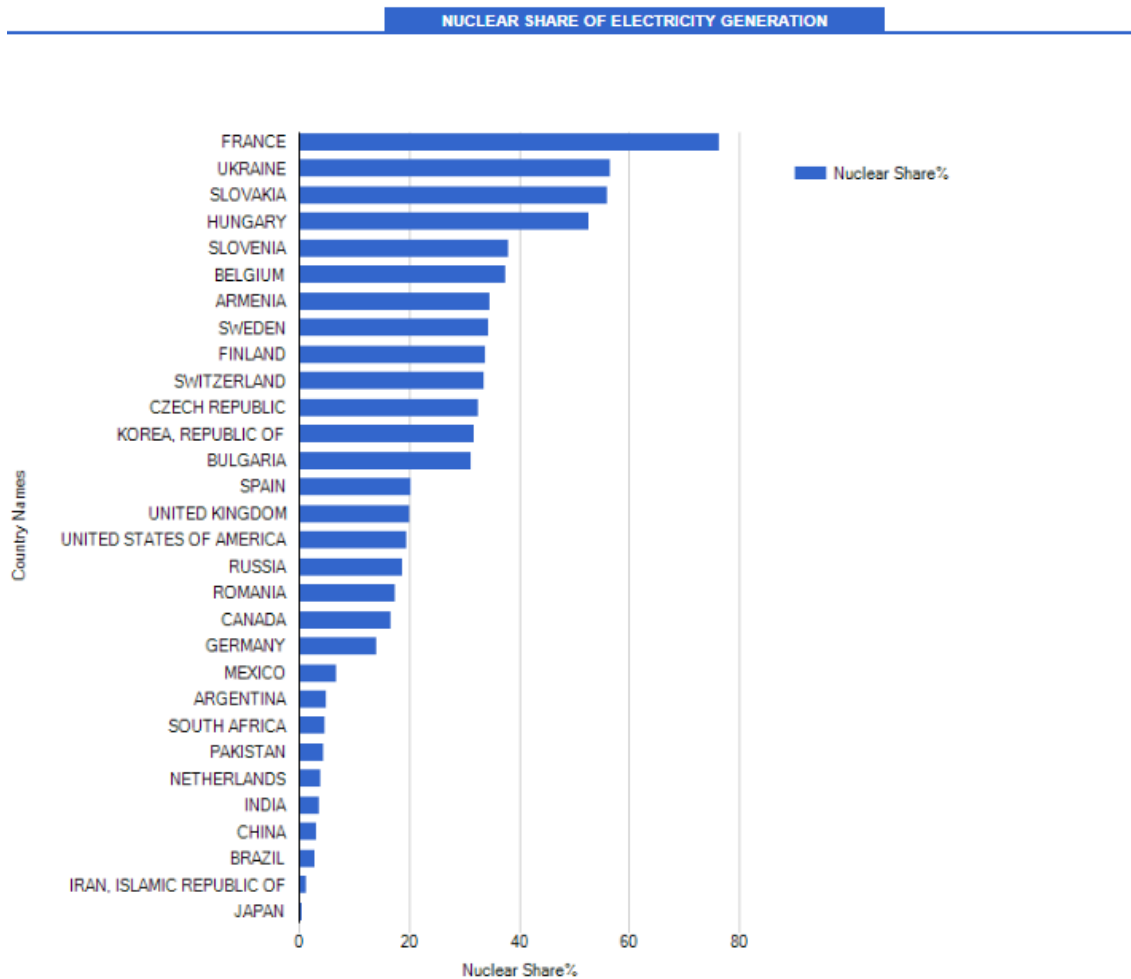


Figura 1: Participação da Energia Nuclear na Produção de Eletricidade

Fonte: International Atomic Energy Agency

A energia nuclear tem um dos melhores rendimentos de geração de calor entre as fontes térmicas de geração e não emite gases do efeito estufa. É uma produção de energia em larga escala, concentrada em uma pequena área com um combustível eficaz e de preço extremamente competitivo.

Na Figura 2, podemos ver de forma ilustrativa a participação da indústria nuclear no suprimento de energia limpa em todo o planeta:

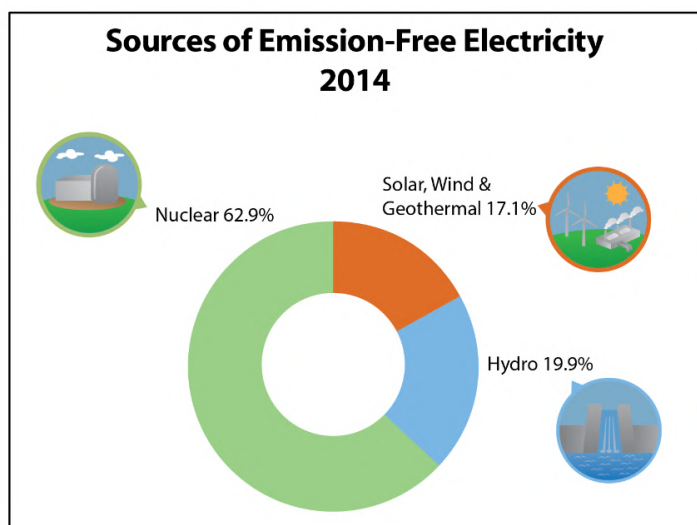


Figura 2: Fontes de Energia Limpas

Fonte: Nuclear Energy Institute

Como é de conhecimento comum, o crescimento econômico, a melhoria da qualidade de vida, a prosperidade e o aumento da população acarreta uma demanda energética maior. Contudo torna-se indispensável a necessidade da utilização de fontes não-renováveis para suprir tal necessidade da humanidade.

Um sueco utiliza cerca de 17.000 kWh de eletricidade por ano. Um cidadão do estado do Rio de Janeiro usa aproximadamente 2.335 kWh, de acordo com o Anuário Estatístico de Energia Elétrica de 2015 da EPE (Empresa de Pesquisa Energética). É importante lembrar a necessidade e a busca das nações em solucionar um fator bem pertinente na atualidade, o aquecimento global, onde a produção de energia através de combustíveis fósseis possui uma parcela significativa na emissão dos gases poluentes.

Em termos de sustentabilidade, a energia nuclear ganha pleno destaque entre as opções por fontes fósseis, devido ao suprimento de energia limpa em seu processo e não emite praticamente nenhum gás de efeito estufa. “A prosperidade mundial em uma economia sem carbono, implica em mudar a matriz energética. Certamente existem formas de fazer isso, porém a mais promissora é a nuclear. As fontes livres de carbono não devem ser encaradas como competidoras entre si, mas sim complementares no desafio de prover o mundo com energia limpa e abundante”. De acordo com o Panorama da Energia Nuclear no Mundo. (Eletrobrás, 2017)

2. EXTENSÃO DE VIDA DE USINAS NUCLEARES

As usinas nucleares geralmente são licenciadas para operar durante 30 a 40 anos, e há uma possibilidade de extensão de vida em até 20 anos, conforme as regras internacionais. Para renovação da licença de operação a empresa deve comprovar que irá gerenciar de forma efetiva os efeitos de envelhecimento durante a vida estendida, garantindo a segurança operacional no período renovado, confirmando que todos os equipamentos, sistemas e componentes (ESCs) irão exercer suas funções de segurança durante a operação ou em qualquer condição postulada analisada no Relatório de Análise de Segurança.

Envelhecimento é um conjunto de processos ou mecanismos pelos quais as características de ESC degradam progressivamente com o tempo ou uso.

Mais de um terço de todos os reatores de potência em todo o mundo está em operação há mais de 30 anos, como pode ser visto na Figura 3.

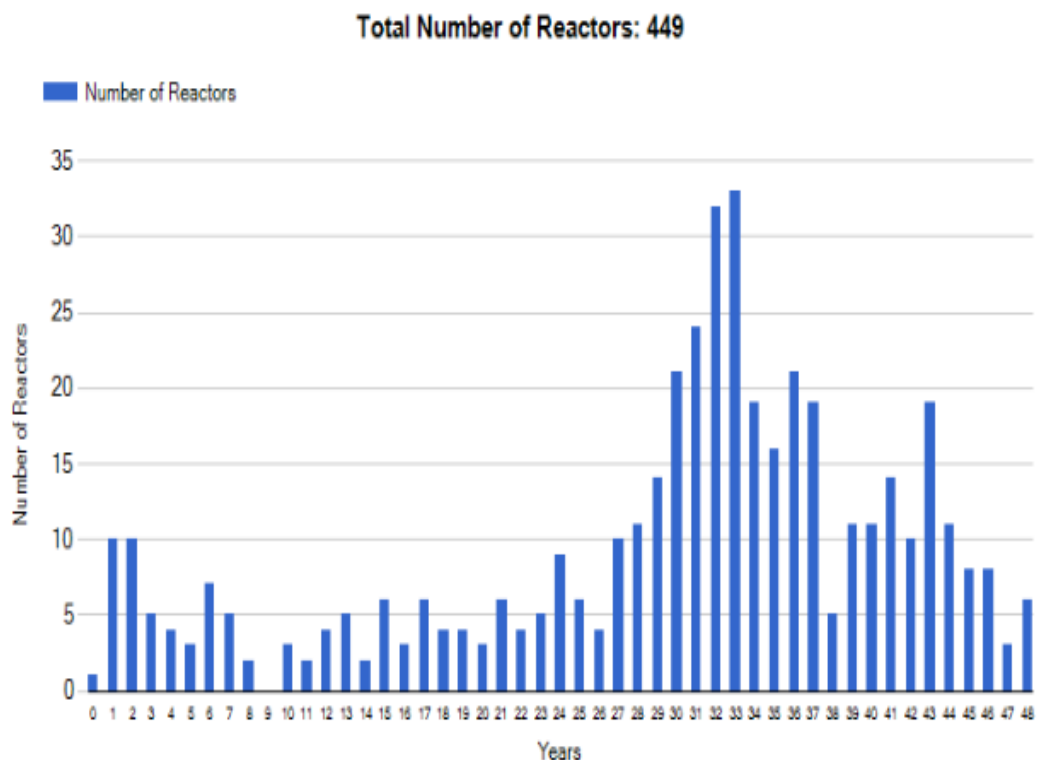


Figura 3: Número de Reatores por Idade no Mundo

Fonte: International Atomic Energy Agency

Muitos países estão fazendo a opção por prosseguir com a operação de centrais nucleares além do prazo inicialmente licenciado (30 ou 40 anos). No momento presente, já existem diversas concessões de extensão de vida de usinas ao redor do mundo. Somente o órgão regulador americano (NRC - Nuclear Regulatory Commission) já concedeu mais de 80 renovações nos Estados Unidos, e possui 12 avaliações pendentes de renovação de licença. Na Europa, também já foram autorizadas solicitações para algumas plantas nucleares de diversos países, pelos seus órgãos reguladores. (Nuclear Regulatory Commission, 2017)

Uma usina nuclear é licenciada com base em um determinado conjunto de requisitos, de acordo com o tipo da planta. O conjunto desses requisitos é denominado “Bases de Licenciamento” da instalação. É um conjunto de requisitos específicos e compromissos a serem cumpridos. Conforme os avanços tecnológicos e a experiência operacional mundial, a base de licenciamento de uma determinada planta pode ser alterada para corresponder com os novos requisitos impostos pelo órgão regulador frente novas informações de acordo com o estado atual da arte.

As usinas nucleares brasileiras possuem uma vida útil de 40 anos. Esse período é determinado pelo órgão regulador nacional, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), com base no Projeto da usina e respectivo Relatório Final de Análise de Segurança (RFAS). Este período é discriminado na Autorização de Operação Permanente (AOP), em concordância com a norma nacional CNEN NE 1.4 – Licenciamento de Usinas Nucleares. A AOP garante que as usinas serão operadas de forma segura e confiável, considerando que as bases de projeto e as análises de segurança permanecerão válidas nesse período, expostas no Relatório Final de Análise de Segurança (RFAS), em concordância com todos requisitos específicos de segurança da instalação.

Com a finalidade de manter a responsabilidade com o público e o meio ambiente, órgãos internacionais sentiram a necessidade de criar, através da cooperação e da troca de experiência, critérios e recomendações de segurança em diversos aspectos no que corresponde a uma operação segura de uma central nuclear. No Brasil, as usinas nucleares atendem a norma CNEN NE 1.26 – Segurança na Operação de Usinas Nucleoelétricas, imposta pelo órgão regulador.

As obrigações e compromissos de uma instalação nuclear não se restringem apenas a uma específica norma de operação segura.

Diversas outras assumem papéis tão importantes quanto. No que diz respeito à garantia das funções de segurança, podemos citar as normas de manutenção (CNEN NE – 1.21), de garantia da qualidade (CNEN NE – 1.16), entre outras. (CNEN, 2017)

A caracterização da vida útil de uma usina no período de 40 anos considera aspectos fundamentais como: características dos materiais, condições adversas de operação de Estrutura, Sistemas e Componentes (ESCs), desgastes gerados pelo uso e/ou pelo tempo de estruturas passivas e ativas, transientes, desgastes por ciclos operacionais, exposição à radiação, entre outros fatores.

Com o intuito de garantir as margens de segurança da planta, dentro de um determinado período, é realizada uma Reavaliação Periódica de Segurança (RPS). O RPS é um documento de elevada importância durante a fase licenciada, e é fundamental na tomada de decisão para uma extensão de vida da usina.

O RPS é requerido a cada período de 10 anos, após a liberação da AOP, até o fim da licença vigente. Este tempo é recomendado pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O Guia Específico de Segurança para uma Reavaliação Periódica de Segurança SSG – 25 fornece orientações e recomendações para a avaliação, assegurando a adequação e eficácia dos ESCs importantes à segurança. Através da reavaliação sistemática, é possível identificar os efeitos cumulativos de envelhecimento da planta, a necessidade de realizar modificações, bem como implementar novas experiências operacionais e tecnológicas.

Entre o período inicialmente licenciado e em conjunto com o RPS podem ocorrer solicitações da organização operadora para auditorias técnicas realizadas pela AIEA - Missão OSART (Operational Safety Review Team). Durante estas missões OSART, a AIEA coordena equipes de especialistas internacionais que realizam análises do desempenho de segurança operacional em usinas nucleares. A maior parte do trabalho para uma missão OSART regular é realizada durante três semanas intensas de inspeções na usina. O pessoal da missão da OSART conduz

entrevistas com o pessoal da usina, observa os trabalhadores e analisa documentos relacionados à operação da mesma.

Em vez de examinar o projeto físico da planta, os membros da equipe OSART são encarregados de estudar o funcionamento da planta e o desempenho da gerência e do pessoal. A missão OSART foca mais no aspecto humano de uma usina nuclear do que na tecnologia por trás de sua operação.

A equipe OSART mantém uma comunicação constante com os gestores da usina e registra todas as suas descobertas durante seu tempo na mesma, e a ênfase é sempre colocada em melhorar a segurança ao mais alto padrão internacional possível. As revisões da missão OSART baseiam-se totalmente nas normas de segurança da AIEA. Assim como a missão OSART, existem outros grupos de auditorias técnicas especializadas no setor nuclear, todos possuem um objetivo de promover melhorias no que diz respeito à segurança operacional de usinas nucleares no mundo, através da troca de boas práticas e experiências operacionais. Podemos citar outros órgãos importantes como, WANO (World Association of Nuclear Operators), INPO (Institute of Nuclear Power Operations) etc.

Um fator de extrema importância, considerado como um dos elementos-chave no processo de solicitação de Renovação de Licença e Extensão de Vida de Usinas Nucleares, é o Gerenciamento de Envelhecimento de itens relacionados a segurança. É uma fonte valiosa de informação que auxilia a tomada de decisão para solicitação de renovação. De acordo com a sua importância, o Gerenciamento de Envelhecimento é avaliado no RPS, nas missões de órgãos internacionais, no período operacional licenciado.

O gerenciamento de envelhecimento é responsável por identificar, mitigar, controlar e gerenciar os mecanismos e efeitos de degradação por envelhecimento físico ou tecnológico de itens importantes a segurança, bem como de subsistemas cuja falha implicaria nas condições de segurança da planta. Um Programa de Gerenciamento (PGE) adequado, garante a operabilidade segura dos ESCs em todo o tempo operacional da usina.

Atualmente, o órgão regulador nacional (CNEN) não dispõe de um regulamento específico para um PGE. Como dito acima, ele é um fator fundamental

na solicitação de uma Renovação de Licença. No mundo, diversas usinas já implementaram Programas de Gerenciamento de Envelhecimento seguindo alguns modelos e guias internacionais para o tema. Existem duas metodologias para aplicação do mesmo, uma baseada nas publicações da AIEA NS-G 2.12 (International Atomic Energy Agency) e outra na norma norte-americana NRC 10 CFR Part 54 (Nuclear Regulatory Commission).

A concessão de uma Renovação de Licença é algo complexo e requer uma avaliação rigorosa em determinados critérios e fatores de segurança, esses por sua vez foram determinados de acordo com a experiência operacional internacional em Renovação de Licença (RL) e Operação a Longo Prazo (LTO) de centrais nucleares. Além de um PGE eficaz, uma planta deve estabelecer outros programas adequados para assegurar que a Usina seja capaz de garantir a operação segura dos ESCs dentro dos limites específicos de segurança estabelecidos na concepção do projeto e no RFAS. Programas adequados são de certa forma pré-requisitos para uma RL, portanto a falta de implementação e/ou adequação dos mesmos torna inviável a concessão da renovação pelo órgão regulador. Programas importantes como: Programas de Gerenciamento da Obsolescência, Manutenção Efetiva, Qualificação Ambiental de Equipamentos, Inspeção em Serviço, Vigilância e Monitoramento, Monitoramento de regimes químicos e Indicadores de Segurança também se tornam fundamentais para o processo.

Programa de Gerenciamento da Obsolescência é responsável por gerenciar a obsolescência tecnológica de ESCs importantes a segurança, especialmente para a ESCs elétricos e de I & C. Este programa pode estar englobado em outros programas, como o Programa de Manutenção.

O Programa de Qualificação Ambiental de Equipamentos estabelece um gerenciamento adequado de equipamentos sob condições ambientais adversas (vibrações, altas temperaturas, bombardeamento de nêutrons etc.), garantindo a capacidade de exercer suas funções de segurança pretendidas.

O Programa de Inspeção em Serviço é responsável por detectar a degradação de ESCs através de atividades de inspeção ou monitoramento da operação.

O programa de Vigilância confirma e monitora os limites de uma operação segura, considerados durante a fase de projeto.

Um programa de Monitoramento de Regime Químicos atua no controle químico da água. É importante e pode ser usado para minimizar os efeitos nocivos de produtos químicos, impurezas e corrosão em sistemas da planta.

Indicadores de Segurança é um programa utilizado pela NRC para inspecionar, medir e avaliar o desempenho na segurança operacional e física de centrais nucleares.

Vale ressaltar, também, a importância da identificação e revalidação de todas as Análises de Transientes em Função do Tempo de Operação, denominadas “TLAA” (sigla em inglês). A revalidação dessas análises possui elevada importância, pois através deste processo podemos identificar se os ESCs importantes à segurança serão capazes de realizar suas funções pretendidas no período prolongado de operação.

Considerando o modelo da NRC, 10 CFR part 54 – Requisitos para Renovação de Licença de Operação para Centrais Nucleares, as bases de projeto e margens de segurança estabelecidas no Relatório Final de Análise de Segurança (CLB - CurrentLicensingBasis), são considerados como ponto de partida para a renovação. A partir deste relatório, é concedida uma Autorização para Operação Permanente (AOP), com prazo de 40 anos, a qual é revalidada a cada 10 anos (RPS).

Este modelo apresenta um conjunto de requisitos da NRC, aplicáveis a uma planta específica e os compromissos escritos para garantir o cumprimento e a operação dentro destes requisitos. A extensão de vida de uma usina nuclear atualmente está considerando a operação das usinas por mais até vinte anos. Entretanto, estão sendo realizados estudos de maneira a aumentar este tempo para mais quarenta anos. Após analisar a AOP, ocorre a Avaliação Integrada da Planta (IPA – IntegratedPlantAssesment), a qual demonstra se o gerenciamento de envelhecimento de estruturas, sistemas e componentes, implementação de projetos em resposta a reavaliações técnicas e melhoria de *performance* estão sendo

realizados de maneira satisfatória atendendo a AOP, demonstrando um nível aceitável de segurança durante o período de operação prolongada.

Para implementação da 10 CFR part. 54, o órgão NEI (Instituto de Energia Nuclear), publicou um guia de como deve ser realizado e quais documentos importantes para o devido fim. O Guia NEI 95-10, determina que o órgão requerente deve levar em consideração três documentos de orientação regulamentares: NUREG-1800, NUREG-1801 e o RegulatoryGuide 1.188 (Nuclear RegulatoryComission)

O NUREG-1800, Plano Padrão de Avaliação para a Revisão de Solicitações de Renovação de Licença para Centrais Nucleares, oferece orientações ao órgão regulador para realizar as devidas análises de segurança de pedidos de renovação de licença de usinas nucleares. O NUREG – 1800 baseia-se principalmente nas informações disponibilizadas pelo órgão requerente, essas informações devem ser coerentes com os requisitos da 10 CFR part 54, contendo as informações da IPA, alterações na CLB, avaliações das TLAAs, um RFAS, além de informações gerais (especificações técnicas, informações ambientais etc.). O documento descrito divide-se em 4 capítulos:

- (a) Informações Administrativas
- (b) Metodologia de Escopo e Triagem de ESCs sujeitos a Revisão e Implementação do Gerenciamento do Envelhecimento
- (c) Resultados da Revisão do Gerenciamento de Envelhecimento
- (d) Revalidação das TLAA

O NUREG-1801, “Relatório GALL” (GenericAgingLessonsLearned), é um relatório que fornece informações de lições comuns aprendidas ao longo da troca de experiência operacional, sobre programas adequados de gerenciamento de envelhecimento de ESCs de usinas nucleares (mecânicos, elétricos, I & C, estrutura civil). É utilizado como comparativo aos programas da Unidade requerente, tornando possível determinar pontos fracos (necessidade de melhorias) e pontos fortes (boas práticas) no conceito de gerenciar os efeitos de degradação por envelhecimento da

planta. O requerente pode fazer referência ao Relatório GALL em um pedido de renovação de licença para demonstrar que os programas da usina correspondem aos programas revisados e aprovados pelo relatório. O NUREG-1801 foi incorporado ao NUREG-1800 com o intuito de melhorar a eficiência do processo da renovação da licença.

A outra metodologia, baseada nas documentações da Agência Internacional de Energia Atômica, possui nomenclatura um pouco diferente, é chamada de Operação a Longo Prazo (LTO – LongTermOperation). Assim como a metodologia norte-americana, a AIEA também aborda como elementos importantes para uma Extensão de vida aspectos como: RPS, Gerenciamento do Envelhecimento, modificação da planta, dentre outros fatores considerados processos e características limitantes de vida de ESCs.

A metodologia da AIEA segue o relatório de segurança SRS N° 57 (SafetyReporton Safe LongTermOperation). Este relatório fornece informações sobre as principais atividades e considerações técnicas para garantir uma LTO segura de usinas nucleares de acordo com os requisitos regulamentares.

Com a finalidade de propor diretrizes para identificação e conformidade dos Aspectos de Segurança na Operação a Longo Prazo (SafetyAspectsofLongTermOperation (SALTO), a AIEA desenvolveu a Missão SALTO. Esta missão trata-se de uma revisão abrangente de segurança que aborda a estratégia e os elementos-chave para LTO de usinas nucleares, o que complementa as revisões da missão OSART.

O objetivo desta missão é auxiliar os Estados-Membros na garantia de uma Operação a Longo Prazo segura e no intercâmbio de experiência operacional e de informações sobre boas práticas. A missão SALTO aborda a estratégia e os elementos-chave da LTO e programas de gerenciamento do envelhecimento.

Uma LTO adequada e segura baseia-se na experiência e nas práticas de vários Estados-Membros que dominam atividades como: a renovação de licença de instalações nucleares, o gerenciamento do envelhecimento e a revalidação das TLAAs.

A missão concentra-se no desempenho em áreas técnicas, requisitos regulamentares relacionados, aspectos gerenciais de implementação de políticas, controle e coordenação das atividades relacionadas, reavaliação e melhoria contínua das atividades, e no controle de documentos.

A missão SALTO baseia-se nos requisitos específicos de segurança na operação de Centrais Nucleares (SpecificSafetyRequirements SSR-2/2), no guia de segurança sobre gerenciamento de envelhecimento para as centrais nucleares (SafetyGuide NS-G-2-12); faz referência ao SRS Nº 82 “Relatório IGALL” – Relatório de lições comuns aprendidas entre os Estados-Membros pela troca de experiência operacional, sobre programas adequados de gerenciamento de envelhecimento de ESCs de usinas nucleares (InternationalGenericAgingLessonsLearned) e segue o relatório de segurança SRS Nº 57 (SafetyReporton Safe LongTermOperation) que aborda:

- A viabilidade da LTO (estudos de viabilidade, pré-condições para LTO, programas da planta);
- Escopo e triagem de sistemas, estruturas e componentes importantes a segurança;
- Avaliação e gerenciamento da degradação por envelhecimento de ESCs importantes para LTO;
- Revalidação da TLAAs;
- Gerenciamento e Controle da Documentação.

Basicamente, os modelos seguem um caminho bem comum de requisitos de segurança, ambos dispõem de guias para atender as normas vigentes de segurança para extensão de vida útil de usinas nucleares, ambos utilizam relatórios baseados na troca de experiência como referência comparativa, para adequação ou não, dos programas de gerenciamento do envelhecimento do órgão requerente.

A metodologia da AIEA, como dito acima, possui caráter bem próximo da metodologia norte-americana. Como nós veremos a seguir, divide-se em 6 áreas relevantes de “A” a “F”:

(A) Organização e funções, base de licenciamento atual (CLB), gerenciamento da configuração / modificação:

Nesta área serão avaliados: os requisitos, códigos e normas regulamentares utilizados; a estrutura organizacional e o programa para implementação da LTO; o Relatório de Análise de Segurança e outros Documentos de base de Licenciamento atuais; como foi realizado o Gerenciamento da Configuração / Modificação incluindo a documentação de base de projeto.

(B) Definição de alcance e rastreo e programas da planta relevantes para LTO:

Avaliar qual metodologia e critérios foram utilizados para o escopo e definição de ESCs importantes para LTO segura. Analisar a existência de Programas da Instalação relevantes para LTO (Manutenção, Qualificação Ambiental de equipamento (EQ), Inspeção em Serviço (ISI), Vigilância e Monitoramento, Monitoramento de Regimes Químicos, etc.)

(C) Revisão do AM, AMP e revalidação da TLAA de componentes mecânicos:

Avaliação de como foi realizado o escopo e triagem de ESCs mecânicos da instalação. Revisão do PGE, do Programa de Obsolescência da Revalidação das TLAAs e a confiabilidade na recolha de dados e manutenção de registros.

(D) Revisão do AM, AMP e revalidação da TLAA de componentes elétricos I & C:

Avaliação de como foi realizado o escopo e triagem de ESCs elétricos e de Instrumentação e Controle da instalação. Revisão do PGE, do Programa de Obsolescência (especialmente) da Revalidação das TLAAs (incluindo a EQ) e a confiabilidade na recolha de dados e manutenção de registros.

(E) Revisão do AM, AMP e revalidação da TLAA de Estruturas Civas:

Avaliação de como foi realizado o escopo e triagem de ESCs civis da instalação. Revisão do PGE, do Programa de Obsolescência da Revalidação das TLAAs e a confiabilidade na recolha de dados e manutenção de registros.

(F) Gerenciamento de RH, competência e conhecimentos para LTO:

Gerenciamento de Competências, processos de recrutamento, formação e qualificação do pessoal envolvido em atividades da LTO.

Analisando ambas metodologias, vale ressaltar uma abordagem um pouco diferenciada e mais específica, por meio da metodologia da AIEA. A área “F”, lida com um assunto bem contemporâneo, o Gerenciamento do Conhecimento para uma LTO. A revisão das atividades e a preparação dos recursos humanos, das competências e do Gerenciamento do conhecimento para LTO complementa o objetivo da revisão como uma área de revisão opcional.

Nesta área, a equipe também analisa se a política e estratégia de recursos humanos da planta suportam adequadamente as potenciais necessidades de uma LTO.

A Figura 4 demonstra alguns fatores de suma importância para um processo de Extensão de Vida de uma Usina Nuclear. A descrição e a devida importância destes fatores são abordadas em ambas metodologias.



Figura 4 – Fatores Importantes para uma Extensão de Vida de Usinas Nucleares

Fonte: International Nuclear Atlantic Confederation 2015

No Brasil, a Usina de Angra 1 entrou em operação comercial em 1985, já atingindo a marca de mais de três décadas de operação, enquanto a Usina de Angra

2 está atingindo a marca de 16 anos de operação (entrou em operação comercial no ano 2001).

Com isso, o assunto tratado torna-se fundamental para a Usina de Angra 1, visto que sua AOP está validada para 2024, e para estender a operação da usina além desse período é necessário apresentar junto ao órgão regulador, a CNEN, um pedido de extensão de vida da Usina.

O documento para Renovação de Licença deve ser encaminhado em pelo menos até 5 anos antecedentes à expiração da licença atual, de acordo com a 10 CFR part. 54. (Nuclear Regulatory Commission).

3. CONCLUSÃO

O Brasil não dispõe de uma metodologia para solicitação para Renovação de Licença. Conforme analisado anteriormente. A extensão de vida das usinas brasileiras possui elevada importância dentro do cenário político econômico nacional.

Esta extensão de vida tem um importante impacto financeiro, uma vez que o processo de renovação de licença torna-se menos custoso comparado a novos investimentos no setor energético.

O processo de construção de usinas nucleares é caro, mas possui custos relativamente baixos de combustível e manutenção. Ao fim da licença inicial de 40 anos de um reator, os custos de capital inicial foram recuperados e os custos de descomissionamento foram totalmente financiados. A obtenção de uma extensão de vida de mais de 20 anos, com um custo bastante reduzido, propicia um alto grau de investimento positivo. (Nuclear Energy Institute, 2015)

A Comissão Nacional de Energia Nuclear possui normas regulamentares que garantem uma operação segura da central nuclear dentro do período da AOP. Essas normas são: NE 1.21 (Manutenção de Usinas Nucleares), NE 1.26 (Operação Segura de Usinas Nucleares), NE 1.14 (Relatórios de Operação de Usinas Nucleares) e NE 1.04 (Licenciamento de Usinas nucleares). Tornam-se necessárias iniciativas regulatórias e atualizações destas normas a fim de incluir requisitos específicos e gerais para Gerenciamento de Envelhecimento e Extensão de Vida.

A CNEN vem participando de cooperações técnicas relacionadas aos PGEs e Renovação de Licença. Parcerias são realizadas com o Fórum Ibero-Americano (Espanha, México e Argentina), com a Comunidade Europeia (Espanha, Hungria e França), com a AIEA e a NRC. (INAC, 2015)

Para formular uma metodologia adequada é possível utilizar a metodologia NRC para Renovação de Licença, tendo em vista que as usinas norte-americanas são pioneiras neste processo. Entretanto, o método da AIEA torna-se fundamental, levando em consideração a questão do Gerenciamento do Conhecimento e a Gestão dos Recursos Humanos.

Nossas Usinas possuem uma vida útil de 40 anos, o que dificulta a gestão de recursos humanos. Próximo do fim da AOP, boa parte do pessoal devidamente qualificado para LTO (grupo com experiência operacional e multidisciplinar) estará em processo de desligamento com o órgão licenciado. Para compensar as perdas de pessoal devido à reforma ou mudanças de emprego e por outras razões, devem ser levadas em consideração a melhoria e adequação dos programas de treinamento para o pessoal relacionado às atividades da LTO. Os programas de treinamento também devem ser adaptados para atender às necessidades técnicas, administrativas e operacionais específicas da LTO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Eletronuclear. (23 de março de 2017). Informações Angra 1. Fonte: Eletronuclear:

<http://www.eletronuclear.gov.br/AEmpresa/CentralNuclear/Informa%C3%A7%C3%B5esAngra1.aspx>

Eletronuclear. (23 de março de 2017). Angra 2. Fonte: Eletronuclear: <http://www.eletronuclear.gov.br/Aempresa/CentralNuclear/Angra2.aspx>

Ministério de Minas e Energia - MME. (2017). Matriz Energética Brasileira. Brasília: Empresa de Pesquisa Energética. Fonte: MME: <http://www.mme.gov.br/web/guest/publicacoes-eindicadores/matriz-energetica-nacional-2030>

Ministério de Minas e Energia - MME. (2017). Plano Nacional de Energia 2030. Brasília: Empresa de Pesquisa Energética. Fonte: MME

Nuclear Energy Institute - NEI. (25 de janeiro de 2017). Nuclear Energy Institute. Fonte: U.S. Nuclear Power Plants - Nuclear Energy Institute: <https://www.nei.org/Knowledge-Center>

Nuclear Energy Institute - NEI. (25 de janeiro de 2017). Nuclear Energy Institute. Fonte: U.S. Nuclear Power Plants - Nuclear Energy Institute: <https://www.nei.org/Master-DocumentFolder/Backgrounders/Fact-Sheets/License-Renewal-of-Nuclear-Power-Plants>)

United States Nuclear Regulatory Commission. (26 de janeiro de 2017). NRC: Status of License Renewal Applications and Industry Activities. Fonte: U.S. NRC: <http://www.nrc.gov/reactors/operating/licensing/renewal/applications.html>

International Atomic Energy Agency. (18 de março de 2017). IAEA: Safety Aspects of Long Term Operation SALTO. Fonte: IAEA: <https://www.iaea.org/services/review-missions/safety-aspects-oflong-term-operation-salto>

Associação Brasileira de Energia Nuclear. (15 de maio de 2015). Publicações Técnicas. Fonte: <http://www.aben.com.br/publicacoes-tecnicas>

International Atomic Energy Agency. (18 de março de 2017). IAEA: Fonte: PRIS: <https://www.iaea.org/PRIS/WorldStatistics/OperationalReactorsByCountry.aspx>

Conselho Nacional de Energia Nuclear. (26 de julho de 2016). CNEN: Normas. Fonte: <http://www.cnen.gov.br/seguranca/normas/normas.asp>

United States Nuclear Regulatory Commission. (20 de fevereiro de 2016). NRC: 10 CFR Part 54—Requirements for Renewal of Operating Licenses for Nuclear Power Plants. Fonte: US NRC <http://www.nrc.gov/reading-rm/doc-collections/cfr/part054>

Submetido em: 27 de março 2018
Aprovado em: 04 de agosto de 2018